



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1968 — VOLUME I

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos do Poder Executivo

LEIS DE JANEIRO A MARÇO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1968

CÂMARA DOS DEPUTADOS
BIBLIOTECA

Comprado Cr\$ 2,00 .

PRR

15/6/70 - 792774

ÍNDICE

dos

ATOS DO PODER LEGISLATIVO E ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

| | Págs. | | Págs. |
|---|-------|---|-------|
| I — DECRETOS-LEIS | | | |
| 348 — Decreto-lei de 4 de janeiro de 1968 — Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências — Publicado no D.O. de 8, retificado no de 11-1-68 e reproduzido no de 12-1-68 | 3 | 1967 — Publicado no D.O. de 31-1-68 | 9 |
| 349 — Decreto-lei de 24 de janeiro de 1968 — Altera dispositivos dos Decretos-leis nº 238, de 28 de fevereiro de 1967, e 263, da mesma data — Publicado no D.O. de 25-1-68 | 5 | 2 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, denominado "Protocolo de Buenos Aires", assinado em Buenos Aires, em 27 de fevereiro de 1967 — Publicado no D. O. de 31-1-68 | 9 |
| 350 — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1968 — Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências — Publicado no D.O. de 5-2-68 | 6 | 3 — Decreto Legislativo de 1968 — Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, para o fim de tornar definitivo o ato praticado em 15 de dezembro de 1966, relativamente a despesas de NCr\$ 36.027,32 (trinta e seis mil e vinte e sete cruzeiros novos e trinta e dois centavos) para pagamento à Valmet do Brasil S. A. — Indústria e Comércio de Tratores — Publicado no D.O. de 14-2-67 | 10 |
| 351 — Decreto-lei de 7 de fevereiro de 1968 — Dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 111, de 24 de janeiro de 1967 — Publicado no D.O. de 8-2-68 | 6 | 4 — Decreto Legislativo de 1968 — Mantém decisão do Tribunal de Contas da União, denegatória ao registro de concessão de reforma a Expequito Flôr, calculada no posto de Tenente-Coronel, superior ao devido — Publicado no D. O. de 6-2-68 | 10 |
| II — DECRETOS LEGISLATIVOS | | | |
| 1 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 334, de 12 de outubro de | | | |

| | Págs. | | Págs. |
|---|-------|---|-------|
| 5 — Decreto Legislativo de 1968 — Denega provimento ao recurso interposto pelo Tribunal de Contas da União da decisão que autorizou o registro, sob reserva, de reforma póstuma do Capitão-Tenente Augusto Henrique da Silva Oliveira — Publicado no D.O. de 6-2-68 | 10 | Energia Atômica entre o Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, a 30 de novembro de 1966 — Publicado no D.O. de 14-3-68 | 13 |
| 6 — Decreto Legislativo de 1968 — Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União para o fim de ser mantida a reforma do Terceiro Sargento José Pôrto da Cruz — Publicado no D.O. de 6-2-68 | 11 | 12 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 338, de 19 de dezembro de 1967, que dá nova redação ao art. 12 e seu § 1º do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967. — Publicado no D.O. de 14-3-68 | 13 |
| 7 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 336, de 24 de outubro de 1967, que altera os critérios de distribuição do Imposto Único sobre Energia Elétrica e dá outras providências — Publicado no D.O. de 14-2-68 | 11 | 13 — Decreto Legislativo de 1968 — Autoriza o Presidente da República a se ausentar do País, no período de 1º a 12 de abril do corrente ano — Publicado no D.O. de 22-3-68 | 14 |
| 8 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Acórdão de Cooperação Técnica e Científica assinado entre o Brasil e a República Francesa, em Paris, a 16 de janeiro de 1967 — Publicado no D.O. de 4-3-68 | 12 | 14 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967, que altera a legislação do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 26-3-68 | 14 |
| 9 — Decreto Legislativo de 1968 — Dá provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de tornar definitiva a decisão de 8 de julho de 1966, relativamente à despesa de NCrs 19.328,50 (dezenove mil e vinte e oito cruzeiros novos e cinquenta centavos), para pagamento à firma COFIMA — Companhia Fabricadora de Implementos Agrícolas — Publicado no D.O. de 4-3-68 | 12 | 15 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968, que dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências — Publicado no D.O. de 26-3-68 | 14 |
| 10 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 342, de 22 de dezembro de 1967, que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei número 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ao aumento de produtividade. — Publicado no D.O. de 14-3-68 | 12 | 16 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 349, de 24 de janeiro de 1968, que altera dispositivos dos Decretos-leis ns. 238 e 263, de 28 de fevereiro de 1968 — Publicado no D.O. de 26-3-68 | 15 |
| 11 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Acórdão sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da | | 17 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 345, de 28 de dezembro de 1967 — Publicado no D.O. de 26-3-68 | 15 |
| | | 18 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 339, de 19 de dezembro de 1967 — Publicado no D.O. de 26-3-68 | 15 |
| | | 19 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do De- | |

| | Págs. | | Págs. |
|--|-------|---|-------|
| creto-lei nº 344, de 28 de dezembro de 1967 — Publicado no D.O. de 26-3-68 | 16 | da Lei nº 3.378, de 2 de abril de 1958, que eleva para Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros) a ajuda financeira concedida às Missões Salesianas do Amazonas — Prelazia do Rio Negro, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 22-2-68 | 20 |
| 20 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 337, de 19 de dezembro de 1967 — Publicado no D.O. de 26-3-68 | 16 | | |
| III — LEIS | | | |
| 5.380 — Lei de 29 de janeiro de 1968 — Autoriza o aumento de capital da Usina Termelétrica de Figueira S. A. — UTEFLA — Publicada no D.O. de 1-2-68 | 17 | 5.388 — Lei de 21 de fevereiro de 1968 — Provê sobre a isenção do pagamento das taxas de Melhoramentos dos Portos e Renovação da Marinha Mercante, dos equipamentos importados pelo Ministério da Educação e Cultura, nas condições que especifica — Publicada no D.O. de 22-2-68 | 21 |
| 5.381 — Lei de 9 de fevereiro de 1968 — Acrescenta parágrafos ao art. 86 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei número 5.452, de 1º de maio de 1943 — Publicada no D.O. de 14 e retificada no de 22-2-68 | 17 | 5.389 — Lei de 22 de fevereiro de 1968 — Dispõe sobre a Bandeira, as Armas e o Selo Nacionais — Publicada no D.O. de 22 e retificada no de 5-3-68 | 21 |
| 5.382 — Lei de 9 de fevereiro de 1968 — Prorroga o prazo de vigência da isenção tributária concedida à Companhia Hidro Elétrica de São Francisco — Publicada no D.O. de 14-2-68 | 18 | 5.390 — Lei de 23 de fevereiro de 1968 — Dispõe sobre a inscrição, como Solicitador Acadêmico, na Ordem dos Advogados do Brasil e dispensa de estágio profissional e Exame da Ordem — Publicada no D.O. de 28-2-68 | 22 |
| 5.383 — Lei de 12 de fevereiro de 1967 — Concede reforma a militares asilados e dá outras providências — Publicada no D.O. de 14 e retificada no de 19-2-68 | 18 | 5.391 — Lei de 23 de fevereiro de 1968 — Atribui recursos para melhoria das condições de segurança do sistema rodoviário — Publicada no D.O. de 28-2-68 | 22 |
| 5.384 — Lei de 14 de fevereiro de 1968 — Concede estímulos à indústria de artefatos têxteis e dá outras providências — Publicada no D.O. de 19-2-68 | 18 | 5.392 — Lei de 23 de fevereiro de 1968 — Amplia a destinação de recursos do "Fundo de Assistência ao Desempregado" instituído pelo Decreto número 58.155, de 5 de abril de 1966. — Publicada no D.O. de 28 e retificada no de 1-3-68 | 23 |
| 5.385 — Lei de 16 de fevereiro de 1968 — Regulamenta o "Trabalho de bloco" — Publicada no D.O. de 20-2-68 | 19 | 5.393 — Lei de 23 de fevereiro de 1968 — Altera a Lei número 4.448, de 29 de outubro de 1964 (Lei de Promoções dos Oficiais do Exército) — Publicada no D.O. de 28-2, e retificada no de 1-3 e republicada no de 6-3-68 | 23 |
| 5.386 — Lei de 21 de fevereiro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Comunicações, o crédito especial de NCRs 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos), para o fim que especifica — Publicada no D.O. de 22-2-68 | 20 | 5.394 — Lei de 23 de fevereiro de 1968 — Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais Gerais | |
| 5.387 — Lei de 21 de fevereiro de 1968 — Altera o artigo 1º | | | |

| | Págs. | | Págs. |
|---|-------|---|-------|
| Combatentes e de — Publica- da no D.O. de 28-2-68 | 25 | de Oficiais da Ativa das Ar- mas e do Quadro de Material Bélico — Publicada no D.O. de 5-3-68 | 26 |
| 5.395 — Lei de 23 de fevereiro de 1968 — Dispõe sobre os "cofres de carga" e altera o artigo 9º do Decreto-lei nú- mero 83, de 26 de dezembro de 1966, que dispõe sobre a cobrança de taxas portuárias — Publicada no D.O. de 28-2-68 | 25 | 5.399 — Lei de 20 de março de 1968 — Da nova redação ao artigo 75 da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odonto- logia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Den- tistas e Veterinários — Publi- cada no D.O. de 22-3-68 ... | 27 |
| 5.396 — Lei de 26 de fevereiro de 1968 — Acrescenta itens ao art. 165 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 — Publicada no D.O. de 29-2-68 | 25 | 5.400 — Lei de 21 de março de 1968 — Provê sobre a alfabe- tização de adultos em idade militar — Publicada no D.O. de 22-3-68 e retificada no de 26-3-68 | 27 |
| 5.397 — Lei de 28 de fevereiro de 1968 — Altera o § 4º do art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modifi- cou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 — Publicada no D.O. de 29-2-68 | 26 | 5.401 — Lei de 25 de março de 1968 — Isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados equipamentos destinados à implantação da rede de telecomunicações no Estado do Paraná, e importa- dos pela Companhia de Tele- comunicações do Paraná — TELEPAR — Publicada no D.O. de 26-3-68 | 28 |
| 5.398 — Lei de 4 de março de 1968 — Acrescenta parágrafo único ao artigo 2º do Decre- to-lei nº 132, de 1º de feverei- ro de 1967, e dispõe sobre as condições de ingresso no Ins- tituto Militar de Engenharia | | | |

ÍNDICE DO APENSO

| | <i>Págs.</i> | | <i>Págs.</i> |
|--|--------------|---|--------------|
| 3 — Lei Complementar de 7 de dezembro de 1967 — Dispõe sobre os Orçamentos Plurianuais de Investimentos e dá outras providências — Publicada no D.O. de 27-3-68 ... | 33 | bre a utilização facultativa dos serviços de despachantes aduaneiros, altera a redação dos artigos 48 e 53 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 2-1-68 | 34 |
| 343 — Decreto-lei de 28 de dezembro de 1967 — Altera a legislação do Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 29-12-67 e retificado no de 5-1-68 | 34 | 347 — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1967 — Dispõe sobre a entrega das parcelas pertencentes aos Municípios, do produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias — Publicado no D.O. de 29-12-67 e retificado no de 5-1-68 | 35 |
| 346 — Decreto-lei de 28 de dezembro de 1967 — Dispõe so- | | | |

Figuram neste volume os Decretos-leis, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no primeiro trimestre de 1968, foram publicados no D.O. até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução, estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 348 — DE 4 DE
JANEIRO DE 1968

Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 58, item I, e tendo em vista o disposto nos artigos 90 e 91, tudo da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

Da Finalidade

Art. 1º O Conselho de Segurança Nacional destina-se a assessorar o Presidente da República na formulação e na condução da Política de Segurança Nacional.

CAPÍTULO II

Da Organização

Art. 2º O Conselho de Segurança Nacional (CSN) é presidido pelo Presidente da República e dele participam, no caráter de membros natos, o Vice-Presidente da República, todos os Ministros de Estado, inclusive os Extraordinários, os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, o Chefe do Serviço Nacional de Informações, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e os Chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Aeronáutica.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá designar membros eventuais, conforme a matéria a ser apreciada.

Art. 3º Para o desempenho de suas funções, o Conselho de Segurança Nacional dispõe de uma Secretaria-Geral, como órgão de estudo, planejamento e coordenação no campo da Segurança Nacional e conta com a colaboração da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis, como órgãos complementares.

Art. 4º O Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional e Presidente da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e o Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e tem honras, direitos e prerrogativas de Ministro de Estado.

Art. 5º A Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional ... (SG/CSN), órgão integrante da Presidência da República, diretamente subordinada ao Presidente da República e dirigida pelo Secretário-Geral tem estrutura de Gabinete de Ministro Extraordinário e suas atribuições, organização e funcionamento serão estabelecidas em Regulamento próprio.

Art. 6º A Comissão Especial da Faixa de Fronteiras (CEFF), órgão diretamente subordinado à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, terá suas atribuições, organização e funcionamento estabelecidas em Regulamento próprio.

Art. 7º As Divisões de Segurança e Informações (DSI) dos Ministérios Cíveis, órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional e diretamente subordinadas aos respectivos Ministros, colaborarão estreitamente com a Secretaria-Geral do Conselho

de Segurança Nacional e com o Serviço Nacional de Informações, presutando todas as informações e realizando estudos de assuntos de interesse da Segurança Nacional, no âmbito das atribuições dos respectivos Ministérios.

Parágrafo único. Os Diretores das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis, após prévia aprovação de seus nomes pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação dos respectivos Ministros de Estado, devendo a escolha recair em cidadão civil diplomado pela Escola Superior de Guerra ou oficial das Forças Armadas, de preferência com o Curso de Comando, e Estado-Maior ou equivalente.

CAPÍTULO III

Da Competência

Art. 8º Ao Conselho de Segurança Nacional compete:

I — A formulação da Política de Segurança Nacional basicamente, mediante o estabelecimento do Conceito Estratégico Nacional e das Diretrizes Gerais de Planejamento, incluindo a fixação dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) e dos Objetivos Nacionais Atuais Estratégicos (ONAE), bem como das Hipóteses de Guerra.

II — A conduta da Política de Segurança Nacional, com a apreciação dos problemas que lhe forem propostos no quadro da conjuntura nacional e internacional, em especial os referentes a:

- a) segurança interna;
- b) segurança externa;
- c) negociações e assinaturas de acordos e convênios com países e entidades estrangeiras sobre limites, atividades nas zonas indispensáveis à defesa do país e assistência recíproca;
- d) programas de cooperação internacional.

III — Indicar as áreas e os municípios considerados de interesse para a Segurança Nacional.

IV — O estudo dos problemas relativos à Segurança Nacional, com a cooperação dos órgãos de informação e dos incumbidos de preparar a mobili-

zação nacional e as operações militares, no que concerne, em particular, a:

- a) política de transportes;
- b) política de mineração;
- c) política siderúrgica;
- d) política de energia elétrica;
- e) política de energia nuclear;
- f) política do petróleo;
- g) política de desenvolvimento industrial, visando em especial às indústrias compreendidas no Plano de Mobilização;
- h) política de desenvolvimento regional e de ocupação do território;
- i) política de pesquisa e experimentação tecnológica;
- j) política de educação;
- l) política sindical;
- m) política de imigração;
- n) política de telecomunicações.

V — Nas áreas indispensáveis à Segurança Nacional, dar assentimento prévio para:

- a) concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicações;
- b) construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso;
- c) estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional.

VI — Modificar ou cassar as concessões ou autorizações referidas no item anterior.

Parágrafo único. A lei especificará as áreas indispensáveis à Segurança Nacional, regulará sua utilização e assegurará nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros.

CAPÍTULO IV

Do Funcionamento

Art. 9º O Conselho de Segurança Nacional reunir-se-á por convocação do Presidente da República, sempre que este julgar conveniente.

Parágrafo único. As reuniões do Conselho de Segurança Nacional serão secretariadas pelo Secretário-Geral.

Art. 10. O Presidente da República, se julgar conveniente, baixará instruções para o estudo das proposições

apresentadas ao Conselho de Segurança Nacional, bem como poderá convocar autoridades civis ou militares ou convidar personalidades de relevo e especialistas para colaborar com a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 11. O Presidente da República pode ouvir o Conselho de Segurança Nacional, mediante consulta a cada um dos seus membros em expediente remetido por intermédio da Secretaria-Geral.

Parágrafo único. As decisões do Presidente da República serão consubstanciadas em diretrizes, ou em qualquer outro ato, dirigidas aos Ministérios ou a outros órgãos da Administração Federal.

Art. 12. Os órgãos da administração direta ou indireta prestarão todas as informações e esclarecimentos que o Conselho de Segurança Nacional julgar necessários.

Parágrafo único. A Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional é o órgão incumbido de solicitar as informações e os esclarecimentos de que trata este artigo.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 13. Os oficiais das Forças Armadas e os assessores civis da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras serão designados por decreto do Presidente da República, mediante proposta do Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo único. Os militares e civis auxiliares colocados à disposição da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras serão designados mediante portaria baixada pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 14. Este decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do artigo 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos-leis

ns. 9.775 e 9.775-A, de 6 de setembro de 1946 e as demais disposições em contrário

Brasília, 4 de janeiro de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker
Grünwald
Aurélia de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzuza Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Leonei Arraño
José Costa Cavalcanti
José Fernandes de Luna
Helio Beltrão
Afonso A. Lima
Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 349 — DE 24 DE
JANEIRO DE 1968

Altera dispositivos dos Decretos-leis
nº 238, de 28 de fevereiro de 1967
e 263, da mesma data.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 58, item II, da Constituição decreta:

Art. 1º O art. 6º e o seu § 1º do Decreto-lei nº 263, de 28 de fevereiro de 1967, ficam substituídos pelos seguintes:

“Art. 6º Os titulares de recibos do adicional restituível do imposto de renda instituído pelas Leis números 1.474, de 26 de novembro de 1951 e 2.973, de 26 de novembro de 1956, poderão utilizá-los como forma de pagamento do imposto de renda, devido, a partir de exercício de 1968, observada a seguinte escala:

| Recibos | Utilização |
|----------------|------------|
| | em: |
| 1958 | 1968 |
| 1959 | 1969 |
| 1960 | 1970 |
| 1961 | 1971 |
| 1962 | 1972 |
| 1963 | 1973 |
| 1964 | 1974 |

§ 1º Aos contribuintes do Imposto de Renda que recolheram, em 1957, o adicional restituível de que trata este artigo, nos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, exclusive a Cidade de São Paulo, capital, fica assegurado a utilização dos respectivos recibos no pagamento do imposto de renda no exercício de 1968."

Art. 2º O artigo 4º do Decreto-lei nº 238, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º O Empréstimo Compulsório instituído pelo artigo 72, da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963, será resgatado da seguinte forma:

a) mediante compensação com o imposto de renda devido no exercício financeiro de 1968;

b) em dinheiro ou mediante a subscrição de Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo Reajustável, a que se refere a Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, quando o respectivo subscritor não estiver sujeito a pagamento de imposto de renda no exercício financeiro de 1968.

Art. 3º Dentro de 30 (trinta) dias, o Poder Executivo regulamentará o disposto neste Decreto-lei.

Art. 4º Este Decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do artigo 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de janeiro de 1968;
147º da Independência e 30º da República

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 350 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1968

Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 58, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Ficam isentos do imposto de renda os rendimentos sobre depó-

sitos feitos em entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação, a que se refere o artigo 8º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 por associados ou não daquelas entidades, desde que o depósito individual não ultrapasse o valor de 400 Unidades Padrão de Capital do Banco Nacional de Habitação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo somente tem aplicação aos depósitos com correção monetária efetuados nas entidades mencionadas para utilização dentro das finalidades previstas pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 2º Fica prorrogada até o exercício de 1969 a isenção de que trata o "caput" do artigo 28 da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965.

Art. 3º Os limites do valor das habitações, fixados em salário-mínimo pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 e legislação complementar, poderão ser determinados em "Unidades Padrão de Capital" do Banco Nacional da Habitação, que regulamentará a matéria.

Art. 4º Este Decreto-Lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional nos termos do parágrafo único do artigo 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1968;
147º da Independência e 30º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

Afonso A. Lima

DECRETO-LEI Nº 351 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1968

Dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 111, de 24 de janeiro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 58, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º O art. 3º do Decreto-lei nº 111, de 24 de janeiro de 1967, que deu nova redação ao § 2º do art. 8º e art. 13, ambos da Lei nº 5.189, de

8 de dezembro de 1966, passa a ser assim redigido:

“§ 2º Os quadros analíticos, dos quais uma via se destinará ao Tribunal de Contas da União, serão publicados, obrigatoriamente, no *Diário Oficial*.

Art. 13. Nos Balanços Gerais da União, relativos ao exercício financeiro de 1967, as despesas orçamentárias serão discriminadas por elementos da despesa, de acôrdo com a codificação cons-

tante dos quadros que integram os Anexos 2 a 4”.

Art. 2º Este Decreto-lei, que será submetido ao Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de fevereiro de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Hélio Beltrão

II — DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 334, de 12 de outubro de 1967

Art. 1º É aprovado o texto do Decreto-lei nº 334, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre o imposto único sobre minerais do País, alterando, em parte, a Lei nº 4.425, de 8 de outubro de 1964, e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 29 de janeiro de 1968.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº 1, da Constituição e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1968

Aprova o texto do Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, denominado "Protocolo de Buenos Aires", assinado em Buenos Aires, em 27 de fevereiro de 1967.

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo da Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, denominado "Protocolo de Buenos Aires", assinado em Buenos Aires, em 27 de fevereiro de 1967.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 29 de janeiro de 1968.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 1968

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, para o fim de tornar definitivo o ato praticado em 15 de dezembro de 1966, relativamente a despesas de NCr\$ 36.027,32 (trinta e seis mil e vinte e sete cruzeiros novos e trinta e dois centavos) para pagamento a Valmet do Brasil S.A. — Indústria e Comércio de Tratores.

Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas, interposto no Processo nº 24.736-66, para o fim de tornar definitivo o ato praticado em 15 de dezembro de 1966, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos nº 343, de 21 de novembro de 1966, do Ministro da Agricultura, relativamente à despesa de NCr\$ 36.027,32 (trinta e seis mil e vinte e sete cruzeiros novos e trinta e dois centavos), para pagamento à Valmet do Brasil S.A. — Indústria e Comércio de Tratores, proveniente de material fornecido à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de janeiro de 1968.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 1968

Mantém decisão do Tribunal de Contas da União, denegatória ao registro de concessão de — forma a Expedito Flôr, calculada no posto de Tenente-Coronel, superior ao devido.

Art. 1º É mantida a decisão do Tribunal de Contas da União, exarada no processo nº 1.830-63, denegatória ao registro de concessão de reforma a Expedito Flôr, Capitão Especialista em Fotografias da Aeronáutica, por ter sido calculada no posto de Tenente-Coronel, superior ao devido.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 1968.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 1968

Denega provimento ao recurso interposto pelo Tribunal de Contas da União da decisão que autorizou o registro, sob reserva, de reforma póstuma do Capitão-Tenente Augusto Henrique da Silva Oliveira.

Art. 1º É denegado provimento ao recurso interposto pelo Tribunal de Contas da União da decisão que autorizou o registro, sob reserva, da

reforma póstuma do Capitão-Tenente Augusto Henrique da Silva Oliveira, e, bem assim, da concessão de pensão à sua viúva, Ivone Thereza da Silva Oliveira.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 1968.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1968

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União para o fim de ser mantida a reforma do Terceiro Sargento José Pôrto da Cruz

Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, interposto no processo nº 45.275-64, para o fim de ser mantida a reforma do 3º Sargento José Pôrto da Cruz, tornando-se definitivo o ato praticado em 17 de junho de 1966, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos nº 011-DF, de 28 de março de 1966, do Ministro da Guerra.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de fevereiro de 1968.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 336, de 24 de outubro de 1967, que altera os critérios de distribuição do Imposto Único sobre Energia Elétrica e dá outras providências.

Art. 1º É aprovado o texto do Decreto-lei nº 336, de 24 de outubro de 1967, que altera os critérios de distribuição do Imposto Único sobre Energia Elétrica e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de fevereiro de 1968.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº 1, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1968

Aprova o texto do Acôrdo de Cooperação Técnica e Científica assinado entre o Brasil e a República Francesa, em Paris, a 16 de janeiro de 1967

Art. 1º É aprovado o texto do Acôrdo de Cooperação Técnica e Científica assinado entre o Brasil e a República Francesa, em Paris, a 16 de janeiro de 1967.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de fevereiro de 1968

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

O texto do Acôrdo acompanha a publicação dêste Decreto Legislativo no D.C.N. (Seção II).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1968

Dá provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de tornar definitiva a decisão de 8 de julho de 1966, relativamente à despesa de NCr\$ 19.028,50 (dezenove mil e vinte e oito cruzeiros novos e cinquenta centavos), para pagamento à firma COFIMA — Companhia Fabricadora de Implementos Agrícolas.

Art. 1º É dado provimento ao recurso do Tribunal de Contas interposto no processo nº 26.140-66 para o fim de tornar definitiva a decisão, de 8 de julho de 1966, relativamente à despesa de NCr\$ 19.028,50 (dezenove mil e vinte e oito cruzeiros novos e cinquenta centavos), para pagamento à firma COFIMA — Companhia Fabricadora de Implementos Agrícolas, decorrentes de fornecimento à Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário de implementos agrícolas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de fevereiro de 1968

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 342, de 22 de dezembro de 1967, que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ao aumento de produtividade.

Art. 1º É aprovado o texto do Decreto-lei nº 342, de 22 de dezembro de 1967, que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12

de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ao aumento de produtividade.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 12 de março de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1968

Aprova o texto do Acôrdio sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre o Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, a 30 de novembro de 1966.

Art. 1º É aprovado o texto do Acôrdio sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre o Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, a 30 de novembro de 1966.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O texto do Acôrdio acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no D.C.N. (Seção II).

Senado Federal, 12 de março de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 338, de 19 de dezembro de 1967, que dá nova redação ao art. 12 e seu § 1º do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967.

Art. 1º É aprovado o texto do Decreto-lei nº 338, de 19 de dezembro de 1967, que dá nova redação ao art. 12 e seu § 1º do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, que concede estímulos fiscais à capitalização das empresas, reforça os incentivos à compra de ações; facilita o pagamento de débitos fiscais.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 12 de março de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº III, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 1968

Autoriza o Presidente da República a se ausentar do País, no período de 1 a 12 de abril do corrente ano

Art. 1º E' autorizado o Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, a se ausentar do País, no período de 1 a 12 de abril do corrente ano, a fim de participar das solenidades de inauguração da "Ponte de Concórdia", construída entre as cidades de Quaraí, no Brasil, e de Artigas, no Uruguai.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de março de 1968.

GILBERTO MARINHO,
Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967, que altera a legislação do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e dá outras providências.

Art. 1º E' aprovado o texto do Decreto-lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967, que altera a legislação do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e dá outras providências.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 21 de março de 1968.

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968, que dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências.

Artigo único. E' aprovado o texto do Decreto-lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968, que dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências.

Senado Federal, 22 de março de 1968.

GILBERTO MARINHO,
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 349, de 24 de janeiro de 1968, que altera dispositivos dos Decretos-leis ns. 238 e 263, de 28 de fevereiro de 1968.

Artigo único. E' aprovado o texto do Decreto-lei nº 349, de 24 de janeiro de 1968, que altera dispositivos dos Decretos-leis ns. 238 e 263, de 28 de fevereiro de 1967.

Senado Federal, 22 de março de 1968.

GILBERTO MARINHO,
Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 345, de 28 de dezembro de 1967

Artigo único. E' aprovado o texto do Decreto-lei nº 345, de 28 de dezembro de 1967, que modifica a Lei nº 345, de 28 de dezembro de 1967, que modifica a Lei nº 5.325, de 2 de outubro de 1957, que institui a duplicata fiscal e dá outras providências.

Senado Federal, 22 de março de 1968.

GILBERTO MARINHO,
Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 339, de 19 de dezembro de 1967

Art. 1º E' aprovado o texto do Decreto-lei nº 339, de 19 de dezembro de 1967, que exclui da obrigação prevista no art. 10 do Decreto-lei nº 62, de 21 de novembro de 1966, o Banco do Brasil S.A., o Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Banco da Amazônia S.A. e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 22 de março de 1968.

GILBERTO MARINHO,
Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 344, de 28 de dezembro de 1967

Artigo único. E' aprovado o texto do Decreto-lei nº 344, de 28 de dezembro de 1967, que altera alíquotas do Imposto sobre Produtos industrializados.

Senado Federal, 22 de março de 1968.

GILBERTO MARINHO,
Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 337, de 19 de dezembro de 1967

Artigo único. E' aprovado o texto do Decreto-lei nº 377, de 19 de dezembro de 1967, que prorroga a entrada em vigor do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967.

Senado Federal, 22 de março de 1968.

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

III — LEIS

LEI N.º 5.380 — DE 29 DE JANEIRO
DE 1968

*Autoriza o aumento de capital da
Usina Termelétrica de Figueira S.A.
— UTEFLA.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A Usina Termelétrica de Figueira S. A. — UTEFLA — fica autorizada a aumentar o seu capital, atualmente de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos) até o limite de NCr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros novos).

Art. 2.º A União Federal manterá o mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) do capital, em ações ordinárias nominativas, com direito a voto, e utilizará, para a subscrição e integralização, os recursos consignados no orçamento da Comissão do Plano do Carvão Nacional em favor da Usina Termelétrica de Figueira S.A. — UTEFLA a partir do exercício de 1966, podendo o restante do capital ser subscrito por particulares e pelas empresas referidas no art. 3.º da Lei n.º 3.226, de 27 de julho de 1957.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de janeiro de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

José Costa Cavalcanti

LEI N.º 5.381 — DE 9 DE FEVEREIRO
DE 1968

*Acrescenta parágrafos ao art. 86 da
Consolidação das Leis do Trabalho,
aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452,
de 1.º de maio de 1943.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam acrescentados ao art. 86 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, os parágrafos 2.º e 3.º, seguintes, transformando-se em parágrafo 1.º o Parágrafo único:

“§ 2º Enquanto não se verificarem as circunstâncias mencionadas neste artigo, vigorará nos municípios que se criarem o salário-mínimo fixado para os municípios de que tenham sido desmembrados.

§ 3º No caso de novos municípios formados pelo desmembramento de mais de um município, vigorará nêles, até que se verifiquem as referidas circunstâncias, o maior salário-mínimo estabelecido para os municípios que lhes deram origem.”

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de fevereiro de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas Passarinho.

Hélio Beltrão

LEI N.º 5.382 — DE 9 DE FEVEREIRO
DE 1968

Prorroga o prazo de vigência da isenção tributária concedida à Companhia Hidro Elétrica de São Francisco.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 1980, o prazo de vigência da isenção tributária concedida à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco pelo art. 8.º do Decreto-lei n.º 8.031, de 3 de outubro de 1945, e pela Lei n.º 2.880, de 1.º de outubro de 1956.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo abrange todos os impostos federais.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de fevereiro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

José Costa Cavalcanti

LEI N.º 5.383 — DE 12 DE FEVEREIRO
DE 1968

Concede reforma a militares asilados e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As praças asiladas na forma dos Decretos-leis n.ºs 2.774, de 20 de junho de 1938 e 3.547, de 31 de dezembro de 1938, serão reformadas na graduação que possuíam à época da concessão do asilo se, em inspeção de saúde, forem julgadas continuar inválidas para o Serviço Ativo das Forças Armadas.

Parágrafo único. As praças de que trata este artigo deverão ser inspe-

cionadas de saúde, mediante requerimento, dentro do período de 1 (um) ano, a partir da data da publicação desta lei, e enquadradas nas letras a, b, c ou d, do art. 28 da Lei número 4.902, de 16 de dezembro de 1965.

Art. 2.º Aos militares a que se refere o artigo anterior, beneficiados por uma ou mais das seguintes Leis: número 288, de 8 de junho de 1948; n.º 616, de 2 de fevereiro de 1949; n.º 1.156, de 12 de julho de 1950; número 1.267, de 9 de dezembro de 1950; e n.º 4.902, de 16 de dezembro de 1965, ficam assegurados, por ocasião da reforma, os proventos relativos ao posto ou graduação a que seriam promovidos, ou proventos a que fariam jus, em decorrência da aplicação das referidas leis, observado, porém, o disposto no art. 54 da Lei n.º 4.902, de 16 de dezembro de 1965.

Art. 3.º São considerados definitivos os atos referentes aos militares asilados e reformados com fundamento na Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de fevereiro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

Márcio de Souza e Mello

LEI N.º 5.384 — DE 14 DE FEVEREIRO
DE 1968

Concede estímulos à indústria de artefatos têxteis e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida, até 1972; inclusive, isenção do imposto de importação e taxa de despacho aduaneiro e do imposto sobre produtos industria-

lizados para importação de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, com os respectivos acessórios, sobressalentes e terramentas, sem similar nacional, destinados, especificamente, à indústria de artefatos têxteis de capitais predominantemente nacionais.

Parágrafo único. A isenção referida neste artigo será concedida, de acordo com os critérios a serem fixados pela Comissão de Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio, exclusivamente às empresas cujos projetos industriais tenham sido aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria de Fiação e Tecelagem (GEITEX).

Art. 2º Esta lei abrange os bens desembaraçados nas Alfândegas mediante termo de responsabilidade, na forma do art. 42 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Art. 3º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de fevereiro de 1968: 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Edmundo de Macedo Soares

LEI Nº 5.385 — DE 16 DE FEVEREIRO DE 1968

Regulamenta o "Trabalho de bloco" O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Serviços de bloco, para os fins desta lei, são os serviços de limpeza e conservação de embarcações mercantes, inclusive os de limpeza e conservação de tanques, os de batimento de ferrugem, os de pinturas e os de reparos de pequena monta.

Art. 2º Os serviços de bloco podem ser efetuados pelos próprios armadores, utilizando seus empregados ou trabalhadores avulsos, ou mediante contrato de empreitada.

§ 1º Quando o serviço for executado por trabalhadores avulsos, caberá

ao armador: a) contratar os trabalhadores; b) pagar a remuneração diretamente aos trabalhadores contratados; c) descontar, da remuneração dos trabalhadores, contribuições de previdência e recolhê-las, juntamente com as dele, à instituição de previdência de acordo com a legislação em vigor, bem como efetuar outros descontos previstos em lei.

§ 2º Quando o serviço for executado mediante contrato de empreitada, caberá ao empreiteiro o pagamento da remuneração dos trabalhadores bem como efetuar o recolhimento das contribuições de previdência à instituição credora, e os descontos legais, ressalvado o disposto no art. 4º, parágrafo único.

§ 3º Os empreiteiros poderão realizar os serviços utilizando empregados seus ou trabalhadores avulsos.

Art. 3º Os trabalhadores avulsos serão solicitados aos sindicatos das categorias profissionais pelos armadores ou pelos empreiteiros, e terão o prazo de trinta dias para a indicação dos sindicalizados, contado da data que tomarem conhecimento do pedido.

§ 1º Quando o sindicato não fizer, por qualquer motivo, a solicitação indicada de trabalhadores avulsos, estes poderão ser livremente escolhidos pelos armadores ou pelos empreiteiros.

§ 2º O armador e o empreiteiro que contratarem trabalhadores avulsos em desacordo com o preceituado neste artigo incorrerão em multa.

§ 3º A multa será fixada em quantia equivalente a 50% (cinquenta por cento) do total da remuneração paga aos trabalhadores avulsos contratados em desacordo com o preceituado neste artigo.

§ 4º A multa será imposta pelo Delegado do Trabalho Marítimo, de cuja decisão caberá recurso para o Conselho Superior do Trabalho Marítimo.

Art. 4º Contrato de empreitada para serviços de bloco só pode ser firmado por pessoas físicas ou jurídicas, legalmente habilitadas para prestação desse serviço, mediante registro na Delegacia do Trabalho Marítimo.

Parágrafo único. O Armador que contratar a empreitada com pessoas não habilitadas legalmente para prestação dos serviços de bloco ficará responsável, solidariamente com tal pes-

soa, pelo pagamento da remuneração aos trabalhadores que executarem o serviço, bem como pelo recolhimento das contribuições de previdência às instituições credoras, ficando, ainda, sujeito à multa prevista no artigo anterior.

Art. 5º A remuneração dos trabalhadores utilizados nos serviços de bloco será fixada pela Delegacia do Trabalho Marítimo.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de fevereiro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

Mário David Andreazza

LEI Nº 5.386 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Comunicações, o crédito especial de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos), para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Comunicações, em favor do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), o crédito especial de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos), a ser aplicado, exclusivamente, em despesas de custeio com a instalação e manutenção das Delegacias Regionais do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), no exercício de 1968.

Art. 2º O produto da arrecadação, até o momento realizada, do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, será recolhido ao Tesouro Nacional e lá contabilizado.

Parágrafo único. As despesas com a abertura do presente crédito serão atendidas através do recolhimento feito nos termos deste artigo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de fevereiro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.387 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1968

Altera o artigo 1º da Lei nº 3.378, de 2 de abril de 1958, que eleva para Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros) a ajuda financeira concedida às Missões Salesianas do Amazonas — Prelazia do Rio Negro, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3.378, de 2 de abril de 1958, que eleva para Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros) a ajuda financeira concedida às Missões Salesianas do Amazonas — Prelazia do Rio Negro, e dá outras providências, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º A partir do exercício de 1968, fica elevada para NCr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros novos) a ajuda financeira anual concedida à Prelazia do Rio Negro, nos termos da Lei nº 2.515, de 1 de julho de 1955.”

Art. 2º O Orçamento Geral da União, de acordo com o que dispõe o artigo anterior, inscreverá a dotação correspondente, sob a forma de auxílio, no anexo do Ministério do Interior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de fevereiro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Afonso A. Lima

LEI Nº 5.388 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1968

Provê sobre a isenção do pagamento das taxas de Melhoramentos dos Portos e Renovação da Marinha Mercante, dos equipamentos importados pelo Ministério da Educação e Cultura, nas condições que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam isentas do pagamento das taxas de Melhoramentos dos Portos e de Renovação da Marinha Mercante, as importações feitas pelo Ministério da Educação e Cultura, com recursos próprios ou provenientes de contratos de financiamento obtidos no exterior, de equipamentos sem similar nacional, destinados a estabelecimentos de ensino industrial.

Parágrafo único. Considerar-se-á comprovada a inexistência de similar nacional quando houver concessão de licença de importação pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX).

Art. 2º Os materiais e equipamentos importados com os favores constantes da presente Lei não poderão destinar-se a fins comerciais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de fevereiro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Favorino Bastos Mércio

LEI Nº 5.389 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1968

Dispõe sobre a Bandeira, as Armas e o Selo Nacionais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Bandeira, as Armas e o Selo Nacionais são os instituídos pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, observadas a forma e a apresentação estabelecidas pelo Decreto-lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942, com as seguintes alterações:

1 — Na Bandeira, o círculo azul será pontuado por tantas estrelas quantos forem os Estados da União e ainda por uma que represente o Distrito Federal.

2 — Nas Armas, a bordadura será carregada de tantas estrelas quantos forem os Estados da União; e a legenda "Estados Unidos do Brasil" será substituída pela de "República Federativa do Brasil".

3 — No Selo, as palavras "República dos Estados Unidos do Brasil" colocadas em volta do círculo representativo da esfera celeste, serão substituídas pela expressão "República Federativa do Brasil".

Art. 2º Sempre que se verificar alteração do número dos Estados, o Presidente da República designará uma Comissão de cinco membros, representantes dos Ministérios da Educação e Cultura, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para, sob a presidência do primeiro, recomendar os procedimentos de adaptação tornados indispensáveis na Bandeira, nas Armas e no Selo Nacionais.

§ 1º Os membros da comissão devem ser reconhecidamente versados na matéria da forma dos símbolos a que se refere este artigo.

§ 2º Ter-se-á em vista, com relação à Bandeira Nacional, que o aumento ou redução do número de estrelas obedecerá aos critérios de ordem histórica, astronômica e estética que orientaram a criação desse símbolo pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889.

§ 3º As modificações serão estabelecidas mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 3º Para o fim de proceder, quanto aos símbolos nacionais, aos atos de adaptação tornados necessários com a criação dos Estados da Guanabara e do Acre, assim como às modificações decorrentes da mudança da denominação oficial do Brasil, o Poder Executivo atenderá ao disposto no artigo anterior.

Parágrafo único. As letras dessa denominação terão, nas Armas e no Selo, a altura e largura que a conveniência estética indicar.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de fevereiro de 1968: 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

*Luis Antonio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker Grunewald*

*Aurélio Lyra Tavares
Sérgio Correa Affonso da Costa*

Antonio Delfim Netto

Mario David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Favorino Bastos Mércio

Jarbas G. Passarinho

Marcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Helio Beltrão

Afonso de A. Lima

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.390 — DE 23 DE FEVEREIRO
DE 1968

Dispõe sobre a inscrição, como Solicitador Acadêmico, na Ordem dos Advogados do Brasil e dispensa de estágio profissional e Exame da Ordem.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Aos alunos das Faculdades de Direito, oficiais ou fiscalizadas

pelo Governo Federal, matriculados ou que venham a matricular-se até o ano letivo de 1968, na 4ª e 5ª séries do curso de Direito, é assegurado o direito à inscrição, na Ordem dos Advogados do Brasil, na categoria de Solicitador Acadêmico, ficando dispensados dos requisitos de estágio profissional e de Exame da Ordem para a ulterior admissão nos quadros daquela entidade.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de fevereiro de 1968: 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.391 — DE 23 DE FEVEREIRO
DE 1968

Atribui recursos para melhoria das condições de segurança do sistema rodoviário.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Do montante dos prêmios arrecadados dos seguros obrigatórios de responsabilidade civil, relativos aos transportes terrestres, previstos no artigo 20, alínea b, do Decreto-lei número 73, de 21 de novembro de 1966, uma parcela de dez por cento será destinada, pelo prazo de cinco anos, à melhoria das condições de segurança do tráfego das rodovias.

Art. 2º O Conselho Nacional de Seguros Privados, ouvido o Conselho Nacional de Transportes, fixará as normas específicas quanto ao recolhimento dessa percentagem pelas sociedades seguradoras, e quanto à sua aplicação.

Art. 3º Os seguros de responsabilidade civil a que se refere o artigo 1º desta Lei serão pagos às empresas seguradoras, parceladamente, em seis (6) prestações mensais consecutivas, durante o ano a que se refere a cobertura do risco, desde que o valor dos prêmios exceda ao salário-mínimo regional.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de fevereiro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Mário David Andreazza

Edmundo de Macedo Soares

LEI Nº 5.392 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1968

Amplia a destinação de recursos do "Fundo de Assistência ao Desempregado" instituído pelo Decreto número 58.155, de 5 de abril de 1966.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Ministério do Trabalho e Previdência Social, sem prejuízo do "Plano de Assistência ao Desempregado", previsto no artigo 5º da Lei número 4.923, de 23 de dezembro de 1965, fica autorizado a utilizar recursos do "Fundo de Assistência ao Desempregado" instituído pelo Decreto número 58.155, de 5 de abril de 1966, no Programa Especial de Bolsas de Estudo, exclusivamente para pagamento de anuidades relativas aos exercícios de 1967 e 1968.

Art. 2º Caso sobrevenha falta de recursos no "Fundo de Assistência ao Desempregado", para atender a suas finalidades, a União suprirá a carência, devolvendo as quantias que tiver utilizado na forma do art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de fevereiro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.393 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1968

Altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 (Lei de Promoções dos Oficiais do Exército).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 13, item I do artigo 15, § 1º do artigo 31 e item 2 do artigo 34 da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964, alterada pelas Leis ns. 4.720, de 8 de julho de 1965, 5.074, de 22 de agosto de 1966, 5.302, de 3 de julho de 1967 e pelo Decreto-lei nº 309, de 28 de fevereiro de 1967, que regula as promoções de Oficiais do Exército, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. A promoção por merecimento é feita pelo Presidente da República, tendo por base o Quadro de Acesso por Merecimento. Constitui merecimento para promoção o conjunto de qualidades profissionais reveladas e aperfeiçoadas pelo oficial durante o desempenho de suas atividades militares, que o tornam distinguido no âmbito da classe pelo seu valor.

Essas qualidades são estimadas e examinadas sob os seguintes aspectos:

1. caráter;
2. inteligência;
3. Espírito e conduta militares;
4. cultura profissional e geral;
5. conduta civil;
6. capacidade como Comandante ou Diretor e Chefe;
7. capacidade como Instrutor;
8. capacidade como Administrador;
9. capacidade física;
10. capacidade como técnico, exclusivamente para os oficiais dos Serviços, do Quadro de Engenheiros Militares e Quadro Técnico da Ativa, em extinção.

§ 1º Na promoção por merecimento, deverá ser obedecido, rigorosamente, o seguinte critério:

— para a primeira vaga será escolhido um entre os dois oficiais que

ocupam as duas primeiras classificações no Quadro de Acesso por Merecimento;

— para a segunda vaga será escolhido um oficial entre a sobra dos concorrentes à primeira vaga e mais os dois que ocupam as duas classificações que vêm imediatamente a seguir no Quadro de Acesso por Merecimento;

— para a terceira vaga será escolhido um oficial entre a sobra dos concorrentes à segunda vaga e mais os dois que ocupam as duas classificações que vêm imediatamente a seguir no Quadro de Acesso por Merecimento;

— e assim por diante.

§ 2º Nenhuma redução poderá ocorrer no número de promoções por merecimento por efeito do respectivo Quadro de Acesso possuir número de Oficiais menor que o dobro das vagas previstas para serem preenchidas pelo princípio de merecimento.

§ 3º Na promoção por merecimento dos Oficiais do Quadro de Engenheiros Militares, por opção, e do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, deverá ser obedecido o critério estabelecido no § 1º do artigo 31”.

“Art. 15 —

1) Promoções a General-de-Brigada

1ª fase:

A cargo da Comissão de Promoções de Oficiais, que extrairá dos Quadros de Acesso, na ordem em que foram relacionados, e apresentará ao Alto Comando do Exército, os Coronéis a incluir nas listas para promoção, as quais conterão:

a) nas Armas o Quadro de Material Bélico 8 (oito) Coronéis para a primeira vaga e mais 2 (dois) para cada vaga subsequente. A relação entre o número de Coronéis de cada Arma e do Quadro de Material Bélico a figurar na lista e o total da mesma deve ser, sempre que possível, igual à existente entre o número de Coronéis de cada Arma e Quadro de Material Bélico e o total de Coronéis existentes na relação única de Coronéis dos Quadros das Armas e do Quadro de Material Bélico com o Curso de Comando e Estado-Maior do

Exército, compreendidos no limite fixado para estudo e organização dos Quadros de Acesso;

b) nos Quadros de Engenheiro Militar e dos Serviços de Saúde e Intendência — 5 (cinco) Coronéis dos respectivos Quadros para a 1ª vaga e mais 2 (dois) para cada vaga subsequente;

c) no Quadro do Serviço de Veterinária — 3 (três) Coronéis.

2ª fase:

A cargo do Alto Comando do Exército, que escolherá, por votação secreta, com base nas listas apresentadas pelo Comissão de Promoções dos oficiais e submeterá ao Presidente da República, para escolha, em ordem decrescente, os Coronéis incluídos nas listas para promoção, as quais conterão:

a) nas Armas e nos Quadros de Material Bélico, Engenheiros Militares, Serviço de Saúde, e Serviço de Intendência — 3 (três) Coronéis para a 1ª vaga e mais 2 (dois) para cada vaga subsequente;

b) no Quadro do Serviço de Veterinária — 2 (dois) Coronéis.”

“Art. 31.

§ 1º Por merecimento, serão promovidos, em princípio, 50% (cinquenta por cento) dos oficiais do Quadro de Engenheiros Militares, por opção, e do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, incluídos no Quadro de Acesso e possuidores de igual ou maior número de pontos do que o último dos oficiais numerados da respectiva Arma ou Quadro de Material Bélico que, na mesma data, concorrer à promoção por merecimento, na forma prevista pelo § 1º do artigo 13”.

“Art. 34.

2) as de merecimento, obedecendo, em princípio, à ordem do respectivo Quadro de Acesso”.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de fevereiro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares

LEI Nº 5.394 — DE 23 DE FEVEREIRO
DE 1968

Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais Gerais Combatentes e de Oficiais do Quadro das Armas e Material Bélico do Exército.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Quadro de Oficiais Gerais Combatentes do Exército, em tempo de paz, fica constituído de:

| | |
|------------------------------|----|
| — Generais-de-Exército | 8 |
| — Generais-de-Divisão | 25 |
| — Generais-de-Brigada | 51 |

Art. 2º Os efetivos globais de Oficiais dos Quadros das Armas e Material Bélico, por postos, são fixados em:

| | |
|----------------------------|-------|
| — Coronéis | 353 |
| — Tenentes-Coronéis | 700 |
| — Majores | 1.423 |
| — Capitães | 2.481 |
| — Primeiros-Tenentes | 1.688 |

Parágrafo único. O efetivo de Segundos-Tenentes é variável, em função da formação dos cursos respectivos.

Art. 3º O reajustamento dos Quadros decorrentes da aplicação desta Lei será regulado pelo Poder Executivo, devendo efetuar-se em função das disponibilidades orçamentárias.

Art. 4º Os novos cargos e funções que serão ajustados para atender às exigências da organização militar e ao complemento dos efetivos constantes desta lei serão indicados e publicados, anualmente, pelo Ministério do Exército por proposta do E.M.E. até o preenchimento completo dos Corpos de Tropas, Estabelecimentos Repartições e demais órgãos do Exército, no tempo de paz.

Art. 5º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de fevereiro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares.

LEI Nº 5.395 — DE 23 DE FEVEREIRO
DE 1968

Dispõe sobre os "cofres de carga" e altera o artigo 9º do Decreto-lei número 83, de 26 de dezembro de 1966, que dispõe sobre a cobrança de taxas portuárias.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O disposto no artigo 9º do Decreto-lei nº 83, de 26 de dezembro de 1966, não se aplica aos "cofres de carga", que continuarão a gozar de todos os benefícios previstos na Lei nº 4.907, de 17 de dezembro de 1965, excluídas as taxas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de fevereiro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

Mário David Andreazza

LEI Nº 5.396 — DE 26 DE FEVEREIRO
DE 1968

Acréscimo de itens ao Art. 165 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É alterado o art. 165 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, a fim de modificar o item II e V e incluir os itens XI, XII e XIII, nos seguintes termos:

"Art. 165

II — Representante do maior partido de oposição no Congresso Nacional;

V — Representante do maior partido que apóia o Governo no Congresso Nacional;

.....

XI — Representante do Ministério da Marinha;

XII — Representante do Ministério do Exército;

XIII — Representante do Ministério da Aeronáutica”.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de fevereiro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Augusto Hamann Rademaker Grilnewald

Aurélio de Lyra Tavares

Marcio de Souza e Mello

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.397 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1968

Altera o § 4.º do art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º o § 4.º, do art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4.º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excessó ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei.”

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1968, 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.398 — DE 4 DE MARÇO DE 1968

Acrescenta parágrafo único ao artigo 2º do Decreto-lei número 132, de 1º de fevereiro de 1967, e dispõe sobre as condições de ingresso no Instituto Militar de Engenharia de Oficiais da Ativa das Armas e do Quadro de Material Bélico.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É acrescentado ao artigo 2º do Decreto-lei nº 132, de 1 de fevereiro de 1967, um parágrafo, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. A matrícula desses oficiais será regulada pelo Poder Executivo, que considerará, na oportunidade, as necessidades das organizações militares em oficiais subalternos”.

Art. 2.º As condições de ingresso no Instituto Militar de Engenharia dos Oficiais das Armas e do Quadro de Material Bélico, não amparados pelo artigo 2º do Decreto-lei nº 132, de 1 de fevereiro de 1967, serão reguladas pelo Poder Executivo, consideradas as necessidades e interesses do Exército.

Art. 3.º ... VETADO...

Art. 4.º A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de março de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurélio de Lyra Tavares

LEI Nº 5.399 — DE 20 DE MARÇO DE 1968

Da nova redação ao artigo 75 da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 75 da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 75. Aos MFDV diplomados no período de 17 de agosto de 1964 até a data de entrada em vigor desta lei, são assegurados os direitos previstos no § 1º do artigo 3º, nos artigos 4º e 8º, bem como no artigo 13, da Lei nº 4.376 de 17 de agosto de 1964”

Art. 2º A vigência desta Lei será contada a partir de 12 de setembro de 1967.

Brasília, 20 de março de 1968: 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Marcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.400 — DE 21 DE MARÇO DE 1968

Prove sobre a alfabetização de adultos em idade militar.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os brasileiros que aos 17 (dezesete) anos de idade, forem ain-

da analfabetos, serão obrigados a alfabetizarem-se.

Art. 2º. As comissões de seleção de que trata o artigo 14 da Lei nº 4.376, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), encaminharão à autoridade educacional competente os brasileiros que, ao se alistarem, forem analfabetos, devendo anotar, no respectivo Certificado de Alistamento Militar, a obrigatoriedade de seu portador ser alfabetizado.

Parágrafo único. O alistado poderá recorrer a outros meios para promover a alfabetização exigida no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º. Se o titular do Certificado de Alistamento Militar, ao ser convocado para prestar o serviço militar inicial, ainda não estiver alfabetizado, será notificado de que deverá ter dilatada a prestação desse serviço pelo tempo necessário a sua alfabetização, a fim de que possa receber o respectivo Certificado de Reservista, nas condições previstas nos §§ 2º e 3º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos refratários e insubmissos a que se referem os artigos 24 e 25 da Lei nele mencionada.

Art. 4º. Ao brasileiro que, obedecendo ao previsto no artigo 2º e seu parágrafo único, estiver sendo alfabetizado, será fornecido pela autoridade educacional competente para fins de exercício de qualquer atividade profissional, um atestado provisório com validade até a data de sua apresentação, como convocado, para prestar o serviço militar.

Art. 5º. Poderão lecionar em qualquer das escolas ou cursos de alfabetização mantidos pelas Forças Armadas os cidadãos brasileiros que, a juízo das autoridades responsáveis por estas escolas ou cursos, demonstrarem capacidade didática.

Art. 6º. As aulas de alfabetização serão ministradas, nos quartéis e nas escolas próprias das Forças Armadas, para os incorporados; e, para os demais, nos cursos de alfabetização mantidos pela União, Estados, Municípios quer em escolas, quer por intermédio do rádio e da televisão, e, ainda, nos cursos das empresas comerciais, industriais e agrícolas de que trata o artigo 170 da Constituição nas escolas particulares e, na falta destas, em residências, clubes, cinemas, e outro recinto.

Art. 7º. Será considerado serviço meritório a ser registrado na respectivo assentamento funcional para o efeito de promoção, haver um funcionário público civil ou militar, federal, estadual, municipal ou autárquico, alfabetizado mais de dez conscritos.

Art. 8º. Todo cidadão brasileiro que, não sendo funcionário ou servidor público, comprovadamente alfa-

betizar mais de 10 (dez) conscritos receberá um Diploma ou Certificado honorífico, passado pela autoridade, nos termos e mediante as solenidades e o preenchimento das condições que o regulamento desta Lei estabelecer.

Art. 9º. Para os efeitos da presente Lei, considerar-se-ão alfabetizados os brasileiros que demonstrarem, na forma que o regulamento desta Lei prescrever, domínio das técnicas de ler, escrever, contar e a aquisição de noções elementares de educação moral e cívica e de conhecimentos gerais.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de março de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker
Grünevald
Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzuva Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
José Costa Cavalcanti
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão
Afonso A. Lima
Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.401 — DE 25 DE MARÇO
 DE 1968

Isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados equipamentos destinados à implantação da rede de telecomunicações no Estado do Paraná, e importados pela Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR.

O Presidente da República
 Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida isenção do imposto de importação e do imposto só-

bre produtos industrializados ao material importado pela Companhia de Telecomunicações do Paraná — ... TELEPAR, na conformidade da Licença de Importação da Carteira de Comércio Exterior nº DG 67-173 — 1.001 de 2 de março de 1967, destinado à implantação da Rede de Telecomunicações do Estado do Paraná.

Art. 2.º Os favores fiscais de que trata a presente Lei não abrangem os materiais com similiar nacional, ressalvadas as exceções previstas no

item II, letra "a", do art. 17 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de março de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

APENSO

No "Apenso" dos volumes da "Coleção das Leis" figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI COMPLEMENTAR Nº 3 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1967

Dispõe sobre os Orçamentos Plurianuais de Investimentos e dá outras providências

Faço saber que o Congresso Nacional manteve, após veto presidencial, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo as seguintes partes do Projeto que se transformou na Lei Complementar nº 3, de 7 de dezembro de 1967:

“Art. 3º.

§ 3º O Poder Legislativo elaborará o Plano Nacional se o Poder Executivo não o encaminhar nas datas estabelecidas neste artigo.”

“Art. 3º O Orçamento Plurianual de Investimentos incluirá as despesas de capital de todos os Poderes, Órgãos e Fundos da Administração, direta ou indireta, sob qualquer de suas modalidades.

Parágrafo único. Os projetos de lei orçamentária anual reproduzirão, quanto às despesas de capital, os correspondentes valores do Orçamento Plurianual de Investimentos anteriormente aprovado.”

“Art. 10. No Orçamento Plurianual de Investimentos, o Poder Executivo distinguirá os projetos em execução dos em formulação e o prazo previsto para início ou conclusão de cada um deles.”

“Art. 12.

III — o mérito dos programas propostos, seus instrumentos de implementação, desdobramentos e consequências;”

“Art. 13. Na fase de elaboração legislativa, não serão admitidas emendas ao projeto de Orçamento Plurianual de Investimentos que:

I — elevem ou reduzam a despesa ou a receita global, salvo se, comprovadamente, ocorrer erro de estimativa;

II — proponham a inclusão de projetos cujo custo estimado não possa ser justificado juntamente com a apresentação da emenda;

III — modifiquem projetos a serem executados por órgãos da administração indireta, que não recebam subvenções ou transferência à conta do Orçamento.”

“Art. 16.

Parágrafo único. Trimestralmente, o Poder Executivo remeterá ao Congresso Nacional elementos que permitam acompanhar e analisar a execução do Plano Nacional e do Orçamento Plurianual de Investimentos.”

Senado Federal, 26 de março de 1968.

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

DECRETO-LEI Nº 343 — DE 28 DE
DEZEMBRO DE 1967

Altera a legislação do Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 29 de dezembro de 1967).

Retificação

Na página 13.127, 1ª coluna, artigo 1º, item IV, onde se lê:

... (trinta e dois por cento) ...

Leia-se:

... (trinta e dois por cento)

Na 2ª coluna, artigo 3º, nas alíneas a) e b), onde se lê:

a) ... — 303,1-79,5

b) Estados e Distrito Federal ...

Leia-se:

a) ... — 39,5/79,5

b) Estados e Distrito Federal ...

No parágrafo 2º do artigo 3º, onde se lê:

... Rede Ferroviária Federal S.R. e do ...

Leia-se:

... Rede Ferroviária Federal S.A. e do ...

No artigo 5º, na nova redação dada ao artigo 12 e 13 do Decreto-lei nº 61, de 21-11-66, onde se lê:

“Art. 12 ... perante cotas do Fundo Rodoviário Nacio por intermédio dos ...

Leia-se:

“Art. 12. perante cotas do Fundo Rodoviário Nacional por intermédio dos ...

Na 3ª coluna, no parágrafo 1º do citado artigo 12, onde se lê:

... exigida além do ...

Leia-se:

... exigida, além do ...

No parágrafo 4º, onde se lê: ...

... retenção automática das ...

Leia-se:

... retenção automática das ...

No parágrafo 1º do artigo 13, onde se lê:

... ao cotas do Fundo ...

Leia-se:

... as cotas do Fundo ...

Na 4ª coluna, no parágrafo único do artigo 6º, onde se lê:

... Decreto-lei nº 61, de 28 de novembro de 1966.

Leia-se:

... Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966.

No artigo 8º, onde se lê:

... Decreto-lei nº 61, de 28 de novembro de 1966, ...

Leia-se:

... Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, ...

DECRETO-LEI Nº 346 — DE 28 DE
DEZEMBRO DE 1967

Dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes aduaneiros, altera a redação dos artigos 48 e 53 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 53, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º A partir de 1º de abril de 1968, passa a ser facultativa a utilização dos serviços de despachantes aduaneiros, nas operações de comércio exterior, de qualquer mercadoria, realizadas por qualquer via.

1º As operações a que se refere o presente artigo poderão ser processadas em todos os seus trâmites, junto aos órgãos competentes pelo dono ou consignatário da mercadoria, ou por qualquer agente por ele livremente credenciado.

§ 2º Os despachantes aduaneiros passarão a constituir-se sob a forma de pessoa jurídica, como profissionais liberais, de acordo com a legislação em vigor e na forma que dispuser o Poder Executivo.

§ 3º Os despachantes aduaneiros são livres para exercerem ou parti-

ciparem de quaisquer outras atividades, relacionadas com a livre iniciativa.

§ 4º A remuneração dos despachantes, quando realizarem serviços, será livremente convenionada entre os interessados e não poderá, em nenhuma hipótese, ser recolhida através das repartições aduaneiras.

Art. 2º O comércio interno de qualquer mercadoria, inclusive por via de cabotagem, independe de despachante de qualquer espécie.

Art. 3º Fica, igualmente, extinta a obrigatoriedade de despachantes estaduais nas operações de comércio exterior e de comércio interior, por qualquer via, inclusive de cabotagem, a partir de 1º de abril de 1968.

Art. 4º Fica restabelecida a redação primitiva dos artigos 48 e 53, do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que volta a ser a seguinte:

"Art. 48. A conferência aduaneira será realizada a por Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro, na presença do importador ou do seu representante legal, e se estenderá sobre toda mercadoria despachada, ou parte dela, conforme critérios fixados no regulamento."

"Art. 53. Concluída a conferência aduaneira sem impugnação, ou, havendo-a, desde que adotadas as cautelas fiscais indispensáveis, a mercadoria será desembarcada e entregue ao importador ou a seu representante legal."

Art. 5º Fica acrescentado ao artigo 3º, do Decreto-lei número 333 de 12 de outubro de 1967, o seguinte parágrafo afo:

"Parágrafo único. As resoluções baixadas pelo Conselho de Política Aduaneira poderão excluir dos seus efeitos às importações de mercadorias que, na data de vigência daquelas resoluções, já tenham sido embarcadas no país de origem."

Art. 6º Este Decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto-lei nº 277, de 28 de fevereiro de 1966, o art. 5º da Lei nº 5.314, de 11 de

setembro de 1967, e demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 347 — DE 29 DE
DEZEMBRO DE 1967

Dispõe sobre a entrega das parcelas pertencentes aos Municípios, do produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias.

(Publicado no Diário Oficial — Seção I — Parte I, de 29-12-67)

Retificação

Na página 13.128, 3ª coluna, artigo 1º, onde se lê:

... o disposto nesta lei, ...

Leia-se:

... o disposto neste Decreto-lei, ...

Na página 13.129, 2ª coluna, artigo 10, onde se lê:

... produto de arrecadação ...

Leia-se:

... produto da arrecadação ...

LEI Nº 5.376 DE 7 DE DEZEMBRO
DE 1967

Dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz.

Publicada no Diário Oficial de 11 de dezembro de 1967 — Parte I — Seção I

Retificação

Na página 12.401, 2ª coluna, no efetivo de Oficiais em serviço ativo

Onde se lê:

Tenentes-Brigadeiros do Ar ...

Leia-se:

Tenentes-Brigadeiros do Ar ...

No § 2º do artigo 4º, onde se lê:
... sem ser remunerado, e colocado ...

Leia-se:

... sem ser numerado, e colocado ...

LEI Nº 5.378 — DE 15 DE DEZEMBRO
DE 1967

Retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967.

(Publicado no Diário Oficial — Seção I — Parte I de 18-12-67)

Retificação

Na página 12.664, 2.ª coluna, Adendo "A", onde se lê:

... a cargo do FESP — 40.000.

Leia-se:

... a cargo da FESP — 40.000.

Na página 12.665, 2.ª coluna, Adendo "B", — Leopoldina, onde se lê:

Caixa Escolar das Escolas Reunidas de Providência — 300.

Leia-se:

Caixa Escolar das Escolas Reunidas de Providência — 300.

Na página 12.666, 4.ª coluna, onde se lê:

Salvador

Fundador Anti-Tuberculose Santa Terezinha — 1.000

Milagres

Escola Rural Dona Zefinha Gomes — 1.000

Belo Horizonte

Leia-se:

Salvador

Fundação Anti-Tuberculose Santa Terezinha — 1.000.

Milagres

Escola Normal Rural Dona Zefinha Gomes — 1.000

Belo Horizonte

Na página 12.667, 1.ª coluna, onde se lê:

Espera Feliz

Educandário Sacramento — 1.000

Educandário Sacramento do Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora — 1.000

Leia-se:

Espera Feliz

Educandário Sacramentino — 1.000.

.....

Educandário Sacramentino do Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora — 1.000

Onde se lê:

Na parte relativa ao Estado do Paraná, em seguida à palavra Leia-se, inclua-se, por ter sido omitido:

— Curitiba —

Na 2.ª coluna — Nova Iguaçu, onde se lê:

Albergue Noturno Alan Kardec (Centro Espirita Esperança e Caridade) — 2.000

Leia-se:

Nova Iguaçu

Albergue Noturno Alan Kardec (Centro Espirita Fé, Esperança e Caridade) — 2.000

Onde se lê:

São Paulo

Santa Casa de Misericórdia — 3.000

Leia-se:

São Paulo

.....

Santa Casa da Misericórdia

INDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

VOL. I — 1968

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

A

ACORDO — Cooperação Técnica e científica com a França. (Decreto Legislativo nº 8, de 21-2-68).

— Uso pacífico de energia atômica. (Decreto-Legislativo nº 11, de 12-3 de 1968).

AJUDA FINANCEIRA — Prelazia do Rio Negro. (Lei nº 5.387, de 21-2 de 1968).

ALFABETIZAÇÃO — Adultos em idade militar. (Lei nº 5.400, de 21-3-68).

APROVAÇÃO DE PROTOCOLO — Reforma da Carta da O.E.A. (Decreto-legislativo nº 2, de 29-1-68).

ASILADOS — Reforma de militares. (Lei nº 5.383, de 12-2-68).

AUMENTO DE CAPITAL — UTELEFA. (Lei nº 5.380, de 29-1-68).

AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR — Norton, Megau Hampshire. (Decreto nº 62.040, de 3-1-68).

B

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO — Limites do valor das habitações — Unidades. Padrão de Capital. (Decreto-lei nº 350, de 2-2 de 1968).

BANDEIRA NACIONAL — Disposição. (Lei nº 5.389, de 22-2-68).

BRAIL — Símbolos nacionais. (Lei nº 5.389, de 22-3-68).

C

CÉDULA INDUSTRIAL — Aprovação pelo Congresso do texto do Decreto-lei nº 337, de 1967. (Decreto Legislativo nº 20 de 22 de março de 1968).

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL — Organização, competência e funcionamento. (Decreto-lei nº 348, de 4-1-68).

— Organização e competência — Aprovação pelo Congresso do texto do Decreto-lei nº 348, de 1968. (Decreto legislativo nº 15, de 22-3-68).

COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA — Acôrdo com a França. (Decreto-legislativo nº 8, de 21-2 de 1968).

D

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES — Abertura de crédito. (Lei nº 5.386, de 21-2 de 1968).

— Abertura de crédito. (Lei número 5.386, de 21-2-68).

DESEMPREGADO — Destinação de recursos. (Lei nº 5.392, de 23-2-68).

DESPACHANTES ADUANEIROS — Serviços — Utilização facultativa. (Decreto-lei nº 346, de 28-2-67).

DUPLICATA FISCAL — Aprovação do texto do Decreto-lei nº 345, de 1967, pelo Congresso. (Decreto-legislativo nº 17 de 22 de março de 1968).

DUPLICATAS — Aprovação pelo Congresso do texto do Decreto-lei nº 337, de 1967. (Decreto-legislativo nº 20, de 22 de março de 1968).

E

EMBARCAÇÕES — Serviço de Limpeza — Trabalho em bloco. (Lei nº 5.385, de 16-2-68).

EMPRÉSTIMO — Estado de Mato Grosso — Autorização. (Resolução nº 11, de 14-2-68).

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO — Adicional restituível — Utilização dos recibos — Alteração do art. 4º da Lei nº 4.242, de 1963 e art. 6º do Decreto-lei nº 263, de 1967. (Decreto-lei nº 349, de 24-1-68).

ENERGIA ATÔMICA — Acôrdio — Uso pacífico. (Decreto-legislativo nº 11, de 12-3-68).

ENERGIA ELÉTRICA — UTELEFA — Aumento de capital. (Lei nº 5.380, de 29-1-68).

— Companhia Hidro Elétrica do São Francisco — Isenção. (Lei número 5.382, de 9-2-68).

— Imposto único — Aprovação do Decreto-lei nº 336, de 1967. (Decreto-legislativo nº 7, de 8-2-68).

ESTADO DE MATO GROSSO — Autorização para contrair empréstimo. (Resolução nº 11, de 14-2-68).

ESTÍMULOS FISCAIS — Capitalização das empresas — Aprovação do Decreto-lei nº 338, de 1967. (Decreto-legislativo nº 12, de 12-3-68).

— Produtividade — Aprovação do Decreto-lei nº 342, de 1967. (Decreto-legislativo nº 10, de 12-3-68).

— Indústria Têxtil. (Lei nº 5.384, de 14-2-68).

ESTUDANTES — Serviço militar — Alteração do art. 75. (Lei nº 5.399, de 20-3-68).

F

FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO DESEMPREGADO — Ampliação. (Lei nº 5.392, de 23-2-68).

G

GERAIS — Fixação dos efetivos. (Lei nº 5.394, de 23-2-68).

GRUPO DE TRABALHO — Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. (Decreto nº 62.197, de 3-1 de 1968).

H

HIDROELÉTRICA DO S. FRANCISCO — Isenções — Prorrogação de prazo. (Lei nº 5.382, de 9-2-68).

I

IMPOSTO DE RENDA — Alterações — Aprovação pelo Congresso do texto do Decreto-lei nº 349, de 1968. (Decreto-legislativo nº 16 de 22-3-68).

— Exclusão do Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco Nacional de Crédito Cooperativo — Aprovação pelo Congresso do texto do Decreto-lei número 339, de 1967. (Decreto-legislativo nº 18 de 22-3-68).

— Adicional restituível — Utilização dos recibos — Alteração do artigo 4º da Lei nº 4.242, de 1963 e art. 6º do Decreto-lei nº 263, de 1967. (Decreto-lei nº 349, de 24-1 de 1968).

— Sistema Financeiro da Habitação — Isenção. (Decreto-lei nº 350, de 2-2-68).

IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS — Alteração da Lei nº 5.189, de 1966 — Arts. 3º, 8º e 13. (Decreto-lei nº 351, de 7-2-68).

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS — Alteração de alíquotas — Aprovação pelo Congresso do texto do Decreto-lei número 344, de 1967. (Decreto-legislativo nº 19 de 22-3-68).

IMPOSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA — Aprovação do Decreto-lei nº 336, de 1967. (Decreto-legislativo nº 7, de 8-2-68).

IMPOSTO ÚNICO SOBRE LUBRIFICANTES — Aprovação pelo Congresso Nacional do texto do Decreto-lei nº 343, de 1967. (Decreto-legislativo nº 14, de 21-3-68).

IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS — Aprovação do texto do Decreto-lei nº 334, de 1968. (Decreto-legislativo nº 1, de 29-1-68).

INDÚSTRIA TEXTIL — Estímulos. (Lei nº 5.384, de 14-2-68).

INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA — Alteração do art. 2º do Decreto-lei nº 132, de 1967. (Lei nº 5.398, de 4-3-68)

L

LUBRIFICANTES — Imposto Único — Aprovação pelo Congresso Nacional do texto do Decreto-lei número 343, de 1967. (Decreto-legislativo nº 14, de 21-3-68).

M

MARINHA MERCANTE — Isenção de taxas de melhoramentos dos Portos. (Lei nº 5.388, de 24-2-68).

MÉDICAS — Serviço militar — Alteração do art. 75. (Lei nº 5.399, de 20-3-68).

MELHORAMENTO DOS PORTOS — Isenção do pagamento de taxas. (Lei nº 5.388, de 21-2-68).

MILITARES ASILADOS — Reforma. (Lei nº 5.383, de 12-2-68).

MINERAIS — Imposto único — Aprovação do Decreto-lei nº 334, de 1968. (Decreto-legislativo nº 1, de 29-1-68).

MISSÕES SALESIANAS DO AMAZONAS — Ajuda financeira. (Lei nº 5.387, de 21-2-68).

O

OFICIAIS DO EXÉRCITO — Lei de Promoções — Alteração dos artigos 13, 15, 31 e 34. (Lei nº 5.393, de 28-2-68).

— Fixação dos efetivos. (Lei número 5.394, de 23-2-68).

ORÇAMENTOS PLURIANUAIS DE INVESTIMENTOS — Manutenção de vetos. (Lei complementar nº 3, de 7-12-67).

ORDEM DOS ADVOGADOS — Solicitador Acadêmico — Inscrição. (Lei nº 5.390, de 23-2-68).

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS — Protocolo de Buenos Aires. Aprovação do texto. (Decreto-legislativo nº 2, de 29-1 de 1968).

P

PRESIDENTE DA REPÚBLICA — Ausência do País. Autorização. (Decreto-legislativo nº 13, de 20-5 de 1968).

PRODUTIVIDADE — Estímulos. Aprovação do Decreto-lei nº 342, de 1967. (Decreto-legislativo nº 10, de 12-3-68).

PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DO EXÉRCITO — Alteração da Lei nº 4.448, de 1964 — Arts. 13, 15, 31 e 34. (Lei nº 5.393, de 28-2-68).

PROTOCOLO DE BUENOS AIRES — Aprovação. (Decreto-legislativo número 2, de 29-1-68).

R

RADIODIFUSÃO — Concessionários. Limitações. Disposição do excesso. Alteração do Decreto-lei nº 236, de 1967. Art. 12). (Lei nº 5.397, de 28-2-68).

REFORMA — Militares asilados. (Lei nº 5.383, de 12-2-68).

REFORMA ADMINISTRATIVA — Alteração. Art. 165. (Lei nº 5.396, de 26-2-68).

RECIBOS — Imposto de Renda. Utilização. (Decreto-lei nº 394, de 24-1 de 1968).

REGULAMENTO DO TRABALHO DE BLOCO — Aprovação. (Lei número 5.385, de 16-2-68).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL — Símbolos Nacionais. (Lei nº 5.384, de 22-2-68).

RODOVIAS — Melhorias para segurança do sistema. (Lei nº 5.391, de 23-2-68).

S

SALÁRIO-MÍNIMO — Alteração da Consolidação das Leis do Trabalho. Art. 86. (Lei nº 5.381, de 9-2-68).

SEGURANÇA NACIONAL — Criação do Conselho. (Decreto-lei nº 348, de 4-1-68).

SERVIÇO MILITAR — Estudantes. Alteração do art. 75. (Lei nº 5.399, de 20-3-68).

— Alfabetização de adultos. (Lei nº 5.400, de 21-3-68).

SÍMBOLOS NACIONAIS — Instituição. (Lei nº 5.389, de 22-2-68).

SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO — Isenção do Imposto de Renda. (Decreto-lei nº 350, de 2-2 de 1968).

SISTEMA RODOVIÁRIO — Melhoria. Segurança. (Lei nº 5.391, de 23-2-68).

SOLICITADOR ACADEMICO — Inscrição na OAB. (Lei nº 5.390, de 23-2-68).

T

TAXAS PORTUÁRIAS — Alteração do art. 9º do Decreto-lei nº 83, de 1967. (Lei nº 5.395, de 23-2-68).

TELEVISÃO — Concessionários. Excessos existentes. Limitações. Alteração do Decreto-lei nº 236, de 1967. Art. 12. (Lei nº 5.397, de 23-2-68).

TÊXTEIS — Estímulos à indústria. (Lei nº 5.384, de 14-2-68).

TRABALHO DE BLOCO — Limpeza de navios. Regulamentação. (Lei nº 5.385, de 16-2-68).

TRIBUNAL DE CONTAS — Valmet do Brasil — Denegação de provimento. (Decreto-legislativo nº 3, de 30-1-68).

— Denegação de registro. (Decreto-legislativo nº 4, de 2-2-68).

— Denegação de provimento. (Decreto-legislativo nº 5, de 2-2-68).

— Denegação de provimento. (Decreto-legislativo nº 6, de 2-2-68).

— COFIMA — Provimento. (Decreto-legislativo nº 9, de 22-2-68).

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1968 — VOLUME III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos do Poder Executivo

LEIS DE ABRIL A JUNHO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1968

CAMARA DOS DEPUTADOS
BIBLIOTECA

Compra Cr\$ 4,00

Aspenativa do Congresso

26-9-68 68/03717

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

E

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Págs.

Págs.

DECRETO-LEI

- 352 — Decreto-lei de 17 de junho de 1968 — Dispõe sobre o pagamento de débitos fiscais e dá outras providências — Publicado no D.O. de 8 e republicado no de 21-6-68

3

DECRETOS LEGISLATIVOS

- 22 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 351, de 7 de fevereiro de 1968, que dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 111, de 24 de janeiro de 1967 — Publicado no D.O. de 8-4-68

7

- 23 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Acórdão sobre Transportes Aéreos, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República dos Estados Unidos do México, a 17 de outubro de 1966 — Publicado no D.O. de 6-6-68

7

- 24 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto das emendas aos arts. 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde, adotadas na 20ª Assembléia Mundial de Saúde, a 23 de maio de 1967

- Publicado no D.O. de 6 de junho de 1968

8

- 25 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Acórdão sobre a Prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana. Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965 — Publicado no D.O. de 17-6-68

8

- 26 — Decreto Legislativo de 1968 — Homologa emissões de papel-moeda realizadas no mês de dezembro de 1965 — Publicado no D.O. de 20-6-68

9

- 27 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, adotada pela Resolução 1.040 (XI) da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 20 de fevereiro de 1957 — Publicado no D.O. de 28 de junho de 1968

9

LEIS

- 5.405 — Lei de 9 de abril de 1968 — Estende à Comarca de

| | Págs. | | Págs. |
|---|-------|---|-------|
| Leopoldina a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Cataguazes, no Estado de Minas Gerais — Publicada no D.O. de 10 de abril de 1968 | 11 | do Distrito Federal e a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal a celebrarem contrato de financiamento — Publicada no D.O. de 10-4-68 | 14 |
| 5.406 — Lei de 9 de abril de 1968 — Revigera, por 30 (trinta) dias, dispositivo do Decreto-lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos — Publicada no D.O. de 10 de abril de 1968 | 11 | 5.413 — Lei de 10 de abril de 1968 — Instituto, em caráter temporário, a licença extraordinária, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 10 e retificada no de 16 de abril de 1968 | 14 |
| 5.407 — Lei de 9 de abril de 1968 — Reajusta os vencimentos dos servidores da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências — Publicada no D.O. de 10 de abril de 1968 | 11 | 5.414 — Lei de 10 de abril de 1968 — Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências — Publicada no D.O. de 10 e retificada no de 16-4-68 | 16 |
| 5.408 — Lei de 9 de abril de 1968 — Reajusta os vencimentos dos servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União — Publicada no D.O. de 10 e retificada no de 16-4-68 | 11 | 5.415 — Lei de 10 de abril de 1968 — Concede estímulos fiscais às indústrias de celuloses, de pasta mecânica e de papel em geral e dá outras providências — Publicada no D.O. de 10-4-68 | 18 |
| 5.409 — Lei de 9 de abril de 1968 — Autoriza o Tesouro Nacional a promover a elevação do capital da Companhia Siderúrgica Nacional, e garantir empréstimo externo para ampliar as instalações industriais da Usina de Volta Redonda e dá outras providências — Publicada no D.O. de 10-4-68 | 12 | 5.416 — Lei de 10 de abril de 1968 — Altera o § 2º do artigo 26 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 10-4-68 | 19 |
| 5.410 — Lei de 9 de abril de 1968 — Dispõe sobre o regime de previdência social dos servidores e empregados das autarquias controladoras do exercício profissional — Publicada no D.O. de 10-4-68 | 16 | 5.417 — Lei de 15 de abril de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel de propriedade da União com a Associação Leopoldina Juvenil, na cidade de Porto Alegre Estado do Rio Grande do Sul — Publicado no D.O. de 16-4-68 | 19 |
| 5.411 — Lei de 9 de abril de 1968 — Extingue a taxa de imigração criada pelo Decreto-lei nº 406 de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional, modificado pelo Decreto-lei nº 639, de 20 de agosto de 1938 — Publicado no D.O. de 10-4-68 | 13 | 5.418 — Lei de 15 de abril de 1968 — Concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados para equipamentos importados pela Companhia Estadual de Telefones da Guanabara — CETEL — Publicada no D.O. de 16 e retificada no de 26-4-68 | 20 |
| 5.412 — Lei de 9 de abril de 1968 — Autoriza a Prefeitura | 14 | 5.419 — Lei de 15 de abril de 1968 — Autoriza a Comissão do Plano do Carvão Nacional a transferir o serviço público de abastecimento de água à cidade de Criciúma para a responsabilidade da Prefeitura | |

| <i>Págs.</i> | | <i>Págs.</i> |
|--------------|--|--------------|
| | Municipal da mesma localidade e dá outras providências — Publicada no <i>D.O.</i> de 17 e retificada no de 26-4-68 | 20 |
| 5.420 | — Lei de 18 de abril de 1968 — Dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 210, de 21 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para o abastecimento de trigo, sua industrialização e comercialização e da outras providências — Publicada no <i>D.O.</i> de 19 de abril de 1968 | 21 |
| 5.421 | — Lei de 25 de abril de 1968 — Dispõe sobre medidas financeiras referentes a arrecadação da Dívida Ativa da União, juros de mora nos débitos para com a Fazenda Nacional e da outras providências — Publicada no <i>D.O.</i> de 26-4-68 | 21 |
| 5.422 | — Lei de 25 de abril de 1968 — Dispõe sobre a 2ª classe do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, complementando a Lei nº 5.255, de 5 de abril de 1967, que unifica as 1ª e 2ª Classes de Bombeiros do Distrito Federal — Publicada no <i>D.O.</i> de 29-4-68 | 22 |
| 5.422-A | — Lei de 25 de abril de 1968 — Cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais e dá outras providências — Publicada no <i>D.O.</i> de 29-4-68 | 23 |
| 5.423 | — Lei de 26 de abril de 1968 — Reclassifica, no símbolo 5-C, os cargos em comissão de Diretores das Escolas Técnicas e Industriais Federais da Rede Federal de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura — Publicada no <i>D.O.</i> de 29-4-68 | 24 |
| 5.424 | — Lei de 27 de abril de 1968 — Concede, pelo prazo de um ano, isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, para material destinado à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas — Publicada no <i>D.O.</i> de 29-4-68 | 24 |
| 5.425 | — Lei de 29 de abril de 1968 — Dispõe sobre serviços de despachantes aduaneiros e dá outras providências — Publicada no <i>D.O.</i> de 30-4-68 .. | 24 |
| 5.426 | — Lei de 30 de abril de 1968 — Altera a Lei nº 4.767, de 30 de agosto de 1965, que promove os Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada — Publicada no <i>D.O.</i> de 2-5-68 | 25 |
| 5.427 | — Lei de 30 de abril de 1968 — Reajusta os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos — Publicada no <i>D.O.</i> de 2-5-68 | 25 |
| 5.428 | — Lei de 30 de abril de 1960 — Reajusta os vencimentos dos funcionários das Secretarias do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais — Publicada no <i>D.O.</i> de 2 e retificada no de 8-5-68 | 26 |
| 5.429 | — Lei de 30 de abril de 1968 — Reajusta os vencimentos dos funcionários das Secretarias da Justiça do Trabalho — Publicada no <i>D.O.</i> de 2 e retificada no de 8-5-68 .. | 27 |
| 5.430 | — Lei de 2 de maio de 1968 — Reajusta os vencimentos dos servidores da Justiça Militar — Publicada no <i>D.O.</i> de 3-5-68 | 28 |
| 5.431 | — Lei de 3 de maio de 1968 — Acrescenta dispositivo ao art. 209 da Consolidação das Leis do Trabalho e à Lei nº 2.573, de 15 de agosto de 1955, que dispõem sobre perícia para caracterização e classificação de insalubridade e periculosidade — Publicada no <i>D.O.</i> de 6-5-68 | 28 |
| 5.432 | — Lei de 7 de maio de 1968 — Dispõe sobre o pagamento de dívidas previdenciárias através de imóveis desonerrados e dá outras providências — Publicada no <i>D.O.</i> de 8 de maio de 1968 | 29 |
| 5.433 | — Lei de 8 de maio de 1968 — Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências — Publicada no <i>D.O.</i> de 10 de maio de 1968 | 30 |
| 5.434 | — Lei de 14 de maio de 1968 — Dá nova redação ao § 3º do art. 21 do Decreto-lei | |

| | Págs. | | Págs. |
|---|-------|---|-------|
| nº 67, de 21 de novembro de 1966 — Publicada no D.O. de 15-5-68 | 31 | 5.441 — Lei de 24 de maio de 1968 — Dispõe sobre o reajustamento dos alugueis de imóveis, locados para fins residenciais depois da vigência da Lei nº 4.492, de 25 de novembro de 1964 — Publicada no D.O. de 24 e retificada no de 30 de maio de 1968 | 35 |
| 5.435 — Lei de 14 de maio de 1968 — Reajusta a pensão especial concedida a Nicolau Janró, ex-extranumerário diarista do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro — Publicada no D.O. de 17-5-68 | 31 | 5.442 — Lei de 24 de maio de 1968 — Modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e da outras providências — Publicada no D.O. de 26-5 e retificada no de 4-6-68 | 36 |
| 5.436 — Lei de 16 de maio de 1968 — Dá nova redação ao parágrafo único do art. 9º do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S. A. e dá outras providências — Publicada no D.O. de 17-5-68 | 32 | 5.443 — Lei de 28 de maio de 1968 — Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e da outras providências — Publicada no D.O. de 30-5-68 | 40 |
| 5.437 — Lei de 16 de maio de 1968 — Altera os Quadros Permanente e Provisório do Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências — Publicada no D.O. de 20-5-68 | 32 | 5.444 — Lei de 30 de maio de 1968 — Dispõe sobre a redução e isenção de impostos na exportação e na importação — Publicada no D.O. de 4-6-68 | 49 |
| 5.438 — Lei de 20 de maio de 1968 — Altera o art. 4º do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 21-5-68 | 33 | 5.445 — Lei de 30 de maio de 1968 — Modifica os arts. 517 e 523 do Decreto-lei número 1.608, de 18 de setembro de 1939 (Código de Processo Civil) — Publicada no D.O. de 4-6 e retificada no de 14-6-68 | 50 |
| 5.439 — Lei de 22 de maio de 1968 — Altera a Lei nº 5.258, de 10 de abril de 1967, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências — Publicada no D.O. de 23 e retificada no de 28-5-68 | 33 | 5.446 — Lei de 4 de junho de 1968 — Concede pensão especial ao cidadão brasileiro Assis Almeida e dá outras providências — Publicada no D.O. de 5-6-68 | 51 |
| 5.440 — Lei de 22 de maio de 1968 — Reajusta os vencimentos dos servidores da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dá outras providências — Publicada no D.O. de 23-5-68 | 34 | 5.447 — Lei de 4 de junho de 1968 — Concede isenção dos impostos sobre produtos industrializados e de importação para dois helicópteros e três aviões, seus equipamentos adicionais e complementos, destinados a empresas que exploram serviços aerofotogramétricos — Publicada no D.O. de 5-6-68 | 51 |
| 5.440-A — Lei de 23 de maio de 1968 — Altera o art. 31 e dá nova redação ao art. 32 e seu § 1º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) — Publicada no D.O. de 28 de maio de 1968 | 35 | 5.448 — Lei de 4 de junho de 1968 — Acrescenta mais um inciso ao art. 15 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1963, que dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências — Publicada no D.O. de 5-6-68 | 52 |

| Págs. | Págs. |
|--|-------|
| 5.449 — Lei de 4 de junho de 1968 — Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 5 e retificada no de 18-6-68 | 52 |
| 5.450 — Lei de 5 de junho de 1968 — Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1968-1970 — Publicada no D.O. de 6-6-68 .. | 53 |
| 5.451 — Lei de 12 de junho de 1968 — Dispõe sobre o reajustamento salarial — Publicada no D.O. de 14-6-68 ... | 55 |
| 5.452 — Lei de 12 de junho de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região — o crédito especial de NCr\$ 60,45 (sessenta cruzeiros novos e quarenta e cinco centavos), para atender ao pagamento de salário-família ao Juiz daquele Tribunal — Doutor Dilermando Xavier Pôrto — Publicada no D.O. de 14 de junho de 1968 | 57 |
| 5.453 — Lei de 14 de junho de 1968 — Institui o sistema de sublegendas e dá outras providências — Publicada no D.O. de 18-6-68 | 57 |
| 5.454 — Lei de 17 de junho de 1968 — Concede pensão especial ao Professor Robert Joachimovits — Publicada no D.O. de 18-6-68 | 60 |
| 5.455 — Lei de 19 de junho de 1968 — Altera dispositivos da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários, de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e sociedade de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanis- | |
| mo, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 20 junho de 1968 | 60 |
| 5.456 — Lei de 20 de junho de 1968 — Dispõe sobre a aplicação aos Estados e Municípios das normas relativas às licitações previstas no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências — Publicada no D.O. de 21 de junho de 1968 | 32 |
| 5.457 — Lei de 20 de junho de 1968 — Altera o § 1º do artigo 1º e alíneas a e c do artigo 6º da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências — Publicada no D.O. de 21-6-68 | 62 |
| 5.458 — Lei de 21 de junho de 1968 — Dispõe sobre os vencimentos do Pessoal dos Serviços Auxiliares da Justiça Federal de Primeira Instância — Publicada no D.O. de 24 de junho de 1968 | 63 |
| 5.459 — Lei de 21 de junho de 1968 — Modifica dispositivos da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 25-6-68 .. | 64 |
| 5.460 — Lei de 25 de junho de 1968 — Dispõe sobre a isenção estabelecida pelo Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967 — Publicada no D.O. de 28-6-68 | 65 |
| 5.461 — Lei de 25 de junho de 1968 — Dispõe sobre contribuições de que tratam o artigo 1º do Decreto-lei número 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, e o art. 23 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Publicada no D.O. de 28-6-68 .. | 65 |

INDICE DO APENSO

| <i>Págs.</i> | <i>Págs.</i> |
|---|---|
| <p>21 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 340, de 22 de dezembro de 1967, que acrescenta disposições disciplinadoras ao Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 — Publicado no D.O. de 1 e rep. no de 16-4-68 69</p> <p>5.378 — Lei de 15 de dezembro de 1967 — Retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Publicada no D.O. de 18-12-67 e retificada no de 14-6-68 69</p> <p>5.400 — Lei de 21 de março de 1968 — Provê sobre a alfabetização de adultos em idade militar — Publicada no D.O. de 22-4 e retificada no de 10 de maio de 1968.</p> <p>5.402 — Lei de 29 de março de 1968 — Autoriza o Poder Exe-</p> | <p>cutivo a abrir pelo Ministério do Interior, o crédito especial de NCrs 406.000,00 (quatrocentos e seis mil cruzeiros novos), para atender a programa especial de migrações internas — Publicada no D.O. de 1-4 e retificada no de 3-4-68 70</p> <p>5.403 — Lei de 29 de março de 1968 — Transfere a sede da Junta de Conciliação e Julgamento localizada em Propriá para Maruim, no Estado de Sergipe — 5ª Região da Justiça do Trabalho — Publicada no D.O. de 1-4-68 71</p> <p>5.404 — Lei de 29 de março de 1968 — Altera e revoga dispositivos do Decreto-lei número 205, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização, funcionamento e extinção de aeroclubes, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 1 e retificada no de 3-4-68 71</p> |

Figuram neste volume os Decretos-leis, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no segundo trimestre de 1968, foram publicados no D.O. até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 352, DE 17 DE
JUNHO DE 1968

*Dispõe sobre o pagamento de débitos
fiscais e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 58, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Os contribuintes sujeitos ao regime de declaração, em atraso com o pagamento de débitos do imposto de renda, relativos a exercícios financeiros até 1967, inclusive, e os obrigados ao recolhimento do imposto retido na fonte, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 1966, poderão liquidar os respectivos débitos conforme uma das seguintes modalidades:

a) pagamento integral do débito até 30 dias da publicação deste Decreto-lei, com redução de 50% (cinquenta por cento) das multas devidas;

b) pagamento do débito total em 3 (três) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 dias após a publicação deste Decreto-lei, com redução de 40% (quarenta por cento) das multas devidas;

c) pagamento do débito total em 6 (seis) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 dias após a publicação deste Decreto-lei, com redução de 30% (trinta por cento) das multas devidas;

d) pagamento do débito total em 9 (nove) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 dias após a publicação deste Decreto-lei, com redução de 20% (vinte por cento) das multas devidas;

e) pagamento do débito total em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 dias após a publicação deste Decreto-lei, com redução de 10% (dez por cento) das multas devidas;

f) pagamento do débito total em 15 (quinze) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 dias após a publicação deste Decreto-lei;

g) pagamento do débito total em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas da multa compensatória de 2% (dois por cento) ao mês, calculada sobre o saldo devedor e recolhida juntamente com a prestação, vencendo-se a primeira 30 dias após a publicação deste Decreto-lei.

§ 1º Se o débito já tiver sido parcialmente solvido, aplicar-se-ão os benefícios deste artigo sobre o remanescente da dívida, vedada a compensação ou restituição de qualquer importância.

§ 2º A falta de pagamento, nos prazos fixados, de 2 (duas) prestações sucessivas, importará na perda dos favores previstos neste Decreto-lei, ficando restabelecida a multa originária, calculada sobre o saldo de imposto, com a inscrição imediata da dívida para cobrança executiva.

§ 3º Os débitos decorrentes de imposto retido na fonte, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 1967, poderão ser pagos em prestações mensais, iguais e sucessivas, no máximo de 6 (seis), sem redução das multas, com recolhimento da primeira prestação até 30 dias após a publicação deste Decreto-lei.

§ 4º A falta de pagamento, nos prazos fixados no parágrafo anterior de 2 (duas) prestações sucessivas, importará no vencimento do saldo da dívida e na sua imediata inscrição para cobrança executiva.

§ 5º Aplicar-se-á o disposto nos parágrafos 2º e 4º ao contribuinte que, no curso do parcelamento concedido, incorrer em mora, por atraso de pagamento do imposto lançado ou devido na fonte, a partir do exercício financeiro de 1968 inclusive.

§ 6º Os benefícios de que trata este artigo serão requeridos ao Diretor-Geral da Fazenda Nacional, que poderá delegar competência para decidir os pedidos aos Delegados Regionais e Seccionais do imposto de Renda.

§ 7º Se o débito estiver em fase de cobrança executiva, os benefícios de que trata este artigo serão requeridos ao Juiz competente, que decidirá, depois de ouvido o representante da União, efetivando-se os recolhimentos, com os encargos devidos, mediante guia do Cartório ou Secretaria.

Art. 2º O contribuinte que requer os benefícios previstos no artigo anterior, cujo pedido não tenha sido decidido ou cujo débito total não tenha sido anteriormente fixado pela repartição lançadora, deverá providenciar, no prazo de trinta dias após a publicação deste Decreto-lei, o recolhimento do imposto e o depósito das multas que julgar cabíveis, com observância das prestações e redução previstas no artigo 1º sob pena de arquivamento do pedido e imediata inscrição da dívida.

Parágrafo único. O depósito previsto neste artigo será imediatamente convertido em renda, observada a competente classificação.

Art. 3º Os valores expressos em cruzeiros na legislação fiscal federal serão atualizados, anualmente, mediante aplicação de coeficientes de correção monetária estabelecidos pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, desprezadas as frações inferiores a NCr\$ 1,00 (um cruzeiro novo).

Parágrafo único. Nas importâncias relativas aos rendimentos brutos bem como nas referentes às deduções e aos abatimentos solicitados nas de-

clarações de pessoas físicas, serão desprezadas as frações de NCr\$ 1,00 (um cruzeiro novo).

Art. 4º. Fica dispensada a juntada de comprovantes de deduções e abatimentos às declarações de rendimentos das pessoas físicas e jurídicas, obrigando-se, todavia, os contribuintes a manter em boa guarda os aludidos documentos, que poderão ser exigidos pelas repartições lançadoras, quando estas julgarem necessário.

Art. 5º. As sociedades em geral que se utilizaram da faculdade contida no artigo 83 e seus parágrafos da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1953, e que se encontram em mora quanto ao recolhimento do tributo devido, poderão liquidá-lo com base na alíquota de 15% (quinze por cento) estipulada no citado artigo, acrescido das multas e juros moratórios em seis prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira no prazo de 30 dias da publicação deste Decreto-lei.

§ 1º. A falta de pagamento, nos prazos fixados neste artigo de duas prestações sucessivas, importará no vencimento do saldo da dívida e na sua imediata inscrição para cobrança executiva.

§ 2º. A liquidação de débito, na forma e prazos fixados neste artigo, restabelecerá para as sociedades, seus acionistas ou sócios todas as vantagens asseguradas no artigo 83 e seus parágrafos, da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1953.

Art. 6º. As repartições centrais ou regionais do Ministério da Fazenda remeterão à Procuradoria da Fazenda Nacional da respectiva jurisdição, para instrução do procedimento criminal cabível, os elementos comprobatórios dos crimes da sonegação fiscal e de apropriação indébita não anistiados de acordo com este Decreto-lei.

Art. 7º. O imposto incidente sobre o deságio de títulos ao portador emitidos até 31 de dezembro de 1966 e que forem resgatados até 30 dias da publicação deste Decreto-lei, será cobrado com base na alíquota de 15% (quinze por cento), ainda que não identificado o proprietário do título.

Parágrafo único. Os contribuintes que tiverem recolhido imposto sobre

deságio com base em alíquotas maiores não terão direito a qualquer restituição.

Art. 8º. O parágrafo 3º do artigo 19, do Decreto-lei nº 62, de 21 de novembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º. As parcelas mensais de antecipação referidas no parágrafo anterior serão determinadas como percentagem da receita bruta registrada pela pessoa jurídica no período base do exercício financeiro em que o imposto for devido”.

Art. 9º. A correção monetária dos débitos de que tratam os artigos 1º, 2º, 5º e 7º, deste Decreto-lei será calculada com base nos índices estabelecidos a partir do primeiro trimestre de 1966, ainda que anteriormente vencidos.

Art. 10. A ação fiscal iniciada até 30 dias após a vigência deste Decreto-lei não exclui para a contribuinte o direito aos benefícios nele previstos, desde que exercido na forma e nos prazos fixados nos artigos precedentes.

Art. 11. Os débitos para com a Fazenda Nacional poderão ser pagos, em casos excepcionais, mediante prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas dos encargos legais, desde que autorizado o parcelamento, em despacho expresso pelo:

I — Ministro da Fazenda, em qualquer caso;

II — Diretor-Geral da Fazenda Nacional, antes da inscrição do débito como Dívida Ativa da União;

III — Procurador-Geral da Fazenda Nacional, se o débito estiver inscrito como Dívida Ativa da União.

§ 1º. A competência fixada neste artigo poderá ser delegada, nos casos do item II, aos Delegados Regionais e Seccionais de Arrecadação e, nos casos do item III, aos Procuradores-Chefes das Procuradorias da Fazenda Nacional.

§ 2º. O atraso no pagamento de qualquer prestação acarretará o vencimento automático das demais.

§ 3º. No caso do parcelamento de débito inscrito como dívida ativa, o devedor pagará também as custas, emolumentos e demais encargos legais.

§ 4º. O requerimento do devedor solicitando o parcelamento na via judicial ou administrativa, valerá como confissão irretratável da dívida.

§ 5º. Nenhuma outra autoridade, que não as mencionadas neste artigo, poderá autorizar parcelamento de débito.

§ 6º. Somente depois de integralmente pago o débito parcelado poderá o devedor requerer outro parcelamento.

§ 7º. O Ministro da Fazenda poderá baixar normas estabelecendo as garantias que julgar necessárias à efetiva liquidação do débito parcelado.

Art. 12. O Ministro da Fazenda poderá, em casos excepcionais autorizar o pagamento de débito fiscal mediante a entrega de títulos cambiais, com aval idôneo, emitidos a favor do Tesouro Nacional e endossáveis ao Banco do Brasil S.A.

§ 1º. As despesas relativas à formalização do pagamento a que se refere este artigo incumbirão ao devedor.

§ 2º. Os créditos do Tesouro Nacional, representados por títulos cambiais entregues na forma deste artigo, gozarão de todos os privilégios referentes à dívida ativa da Fazenda Pública.

Art. 13. O devedor que, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Decreto-lei, efetuar a liquidação, de uma só vez, do débito em fase de cobrança por meio de ação executiva, pagará, pela metade, as multas e as custas processuais.

Art. 14. Será dispensado o reajustamento previsto no artigo 5º da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962, aos que solicitarem os favores deste Decreto-lei.

Art. 15. Fica o Ministro da Fazenda autorizado a instituir o autolancamento da pessoa física ou outros sistemas compatíveis com o controle e facilidades aos contribuintes.

Parágrafo único. Quando for verificado, mediante revisão posterior, que a apuração da renda líquida anual foi feita com inobservância de disposições legais, a diferença do imposto resultante será cobrada com

acréscimo da multa de 30% (trinta por cento), ressalvadas as hipóteses de evidente intuito de fraude que será punida com a multa prevista na alínea *d*, do artigo 31 da Lei número 3.470, de 28 de novembro de 1958.

Art. 16. As disposições deste Decreto-lei não se aplicam às operações de qualquer natureza, realizadas através de entidades nacionais e estrangeiras que não tenham sido autorizadas a funcionar no País.

Art. 17. Este Decreto-lei, que será submetido ao Congresso Nacional nos termos do parágrafo único do artigo 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

II — DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 58 parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 22, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 351, de 7 de fevereiro de 1968, que dá nova redação ao artigo 3º do Decreto-lei nº 111, de 24 de janeiro de 1967.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 351, de 7 de fevereiro de 1968, que dá nova redação ao artigo 3º do Decreto-lei número 111, de 24 de janeiro de 1967.

Senado Federal, 5 de abril de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 47.º I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23. DE 1968

Aprova o texto do Acórdão sobre Transportes Aéreos, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República dos Estados Unidos do México, a 17 de outubro de 1966.

Art. 1º É aprovado o texto do Acórdão sobre Transportes Aéreos, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República dos Estados Unidos do México, a 17 de outubro de 1966.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de junho de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

O texto do Acórdão acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no D.C.N. (Seção II).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1968

Aprova o texto das emendas aos artigos 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde, adotadas na 20ª Assembléia Mundial de Saúde, a 23 de maio de 1967.

Art. 1º É aprovado o texto das emendas aos artigos 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde adotadas na 20ª Assembléia Mundial de Saúde, a 23 de maio de 1967.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de junho de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

O texto das emendas acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no D. C. N. (Seção II).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 47, inciso I da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 1968

Aprova o texto do Acôrdo sobre a Prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965.

Art. 1º É aprovado o texto do Acôrdo sobre a Prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965.

Art. 2º Este Decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de junho de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

O texto do Acôrdo acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no D. C. N. (Seção II).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 4º, Inciso I da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1968

Homologa emissões de papel-moeda realizadas no mês de dezembro de 1965

Art. 1º São homologadas, na forma da lei, as emissões de papel-moeda realizadas em dezembro de 1965, pelo Poder Executivo, no valor de NCr\$ 166.000.000,00 (cento e sessenta e seis milhões de cruzeiros novos).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de junho de 1968.

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 47, nº 1, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 1968

Aprova a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, adotada pela Resolução 1.040 (XI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de fevereiro de 1957.

Art. 1º Fica aprovada a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, adotada pela Resolução 1.040 (XI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de fevereiro de 1957, nos termos em que foi assinada pelo Governo da União.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de junho de 1968:

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

O texto da Convenção acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no D.C.N. (Seção II).

III — LEIS

LEI Nº 5.405 — DE 9 DE ABRIL
DE 1968

Estende à Comarca de Leopoldina a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Cataquases, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estendida à Comarca de Leopoldina a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Cataquases, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de abril de 1968;
147º da Independência e 90º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

LEI Nº 5.406 — DE 9 DE ABRIL
DE 1968

Revigora, por 30 (trinta) dias, dispositivo do Decreto-lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revigorada por 30 (trinta) dias a vigência do parágrafo

único do art. 1º do Decreto-lei número 194, de 24 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de abril de 1968;
147º da Independência e 90º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

Afonso A. Lima

LEI Nº 5.407 — DE 9 DE ABRIL
DE 1968

Reajusta os vencimentos dos servidores da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam majorados de 20% (vinte por cento), a partir de 1º de janeiro de 1968, os valores aos símbolos de retribuição dos funcionários do Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, atualmente em vigor.

Art. 2º Aplica-se aos inativos da Secretaria do Supremo Tribunal Federal a majoração a que se refere o art. 1º, calculada na forma da Lei nº 2.622, de 18 de outubro de 1955.

Art. 3º O salário-família passará a ser pago na base de NCr\$ 12,00 (doze cruzeiros novos) mensais por dependente.

Art. 4º Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar às dotações próprias do Supremo Tribunal Federal, até o limite de NCr\$ 950.000.00 (novecentos e cinquenta mil cruzeiros novos) e com vigência até 31 de dezembro de 1968.

Art. 5º A despesa, a que se refere o artigo anterior, será coberta com a arrecadação decorrente da elevação das alíquotas de que trata o art. 3º e seu parágrafo único, da Lei número 5.368, de 1 de dezembro de 1967.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de abril de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antônio da Gama e Silva
Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.408 — DE 9 DE ABRIL
 DE 1968

Reajusta os vencimentos dos servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam majorados, a partir de 1º de janeiro de 1968, observado o percentual fixado no art. 1º e seu parágrafo único da Lei nº 5.368, de 1 de dezembro de 1967, os valores dos símbolos de retribuição dos funcionários, ativos e inativos, do Quadro da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União.

Art. 2º O salário-família passará a ser pago na base de NCr\$ 2,00 (doze cruzeiros novos) mensais por dependente.

Art. 3º Para atender às despesas decorrentes desta Lei, o Tribunal de Contas da União utilizará, respeitados os limites máximos para cada elemento de despesa, o saldo eventual resultante da diferença entre a receita e a despesa orçamentária.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de abril de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.409 — DE 9 DE ABRIL
 DE 1968

Autoriza o Tesouro Nacional a promover a elevação do capital da Companhia Siderúrgica Nacional, e garantir empréstimo externo para ampliar as instalações industriais da Usina de Volta Redonda e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. E o Tesouro Nacional autorizado a promover a elevação do capital da Companhia Siderúrgica Nacional de NCr\$ 297.870.170,00 (duzentos e noventa e sete milhões, oitocentos e setenta mil, cento e setenta cruzeiros novos) para NCr\$ 498.217.096,00 (quatrocentos e noventa e oito milhões duzentos e dezessete mil e noventa e seis cruzeiros novos), a ser realizado, 40% (quarenta por cento) no ato da subscrição, e o restante, em parcelas de 20% (vinte por cento), em 3 (três) prestações semestrais subsequentes, a partir de 1969.

§ 1º. O aumento de que trata este artigo será dividido em ações do valor nominal de NCr\$ 1,00 (hum cruzeiro novo) cada uma.

§ 2º. Aos atuais acionistas é assegurado o direito de preferência para a subscrição proporcional de ações.

Art. 2º. E o Ministério da Fazenda autorizado a subscrever, pelo Tesouro Nacional, as ações necessárias à integralização do novo capital.

Parágrafo único. Parte das ações ordinárias, que o Tesouro Nacional subscrever, guardada a proporção que o mantenha detentor, no mínimo, da metade do capital em ações mais uma, poderá ser cedida a terceiros, se houver conveniência, pelo valor do capital já realizado. Os cessionários paga-

rão à Companhia Siderúrgica Nacional, as prestações restantes.

Art. 3º. É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial até a importância de NC\$ 150.419.771,00 (cento e cinquenta milhões, quatrocentos e dezenove mil e setecentos e setenta e um cruzeiros novos), destinado a atender, nas épocas próprias, à despesa com integralização das ações a que se refere o art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito do estabelecido no presente artigo, fica o Ministério da Fazenda autorizado a colocar Obrigações do Tesouro até o valor correspondente ao crédito especial acima referido.

Art. 1º. No pagamento das chamadas do aumento de capital, a que estiver obrigado o Tesouro Nacional, nos termos desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes das ações da Companhia Siderúrgica Nacional, de acordo com a Lei 5.114, de 23 de setembro de 1966, devendo o Tesouro Nacional, quando necessário completar o valor das chamadas ou atendê-las no seu total, em dinheiro.

Art. 5º. É o Ministério da Fazenda autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo a ser contraído pela Companhia Siderúrgica Nacional com o Export Import Bank Of Washington, até o montante de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares) mais os respectivos juros e despesas.

Art. 6º. O produto desse empréstimo será destinado à cobertura do custo de maquinarias, equipamentos, materiais e serviços necessários ao aumento das instalações industriais da Usina de Volta Redonda.

Art. 7º. Ao serviço de empréstimo contraído na forma da presente Lei são concedidos os mesmos privilégios dos serviços dos empréstimos externos federais, estaduais e municipais.

Art. 8º. No exercício da autorização contida no art. 5º desta Lei, o Poder Executivo incumbirá o Tesouro Nacional, como fiador e principal pagador da quantia mutuada mais os respectivos juros e despesas, de praticar todos os atos julgados necessários ao aludido fim.

Art. 9º. Fica dilatado para 5 (cinco) anos o prazo de 1 (um) ano estabelecido no 1º do art. 9º da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.

Art. 10. Fica prorrogada para o exercício de 1968 a vigência do art. 4º do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, com a nova redação que lhe foi dada pelo art. 2º do Decreto-lei nº 238, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 11. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de abril de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Deljim Netto
Edmundo de Macedo Soares

LEI Nº 5.410 — DE 9 DE ABRIL
DE 1968

Dispõe sobre o regime de previdência social dos servidores e empregados das autarquias controladoras do exercício profissional:

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O regime de previdência social dos servidores e empregados dos Conselhos, Ordens e demais autarquias instituídas por lei para controle do exercício profissional passa a ser o da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960), ficando derogada, para esse efeito, a Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950.

Art. 2º. As providências destinadas à regularização da situação do pessoal atingido pela presente Lei, inclusive a averbação de seu tempo de serviço anterior, e o pagamento das contribuições ao mesmo referentes, serão determinadas pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, dentro de 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei, ouvidos o Serviço Atuarial e o Departamento Nacional de Previdência Social.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de abril de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.411 — DE 9 DE ABRIL
DE 1968

Extingue a taxa de imigração criada pelo Decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional, modificado pelo Decreto-lei nº 639, de 20 de agosto de 1938.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica extinta a taxa de imigração criada pelo Decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional, modificado pelo Decreto-lei nº 639, de 20 de agosto de 1938.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de abril de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antônio da Gama e Silva

LEI Nº 5.412 — DE 9 DE ABRIL
DE 1968

Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal e a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal a celebrarem contrato de financiamento.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É a Prefeitura do Distrito Federal autorizada a celebrar contrato de financiamento para a aquisição de máquinas, motores, veículos, equipamentos e implementos agrícolas destinados à Secretaria de Agricultura e Produção, até o montante de NCr\$ 6.678.887,00 (seis milhões, seiscentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e sete cruzeiros novos), devendo constar dos orçamentos de 1968, 1969 e 1970 as verbas de NCr\$ 2.226.295,00 (dois milhões, duzentos e vinte e seis mil, duzentos e noventa e cinco cruzeiros novos), NCr\$ 2.226.296,00 (dois

milhões, duzentos e vinte e seis mil, duzentos e noventa e seis cruzeiros novos), e NCr\$ 2.226.296,00 (dois milhões, duzentos e vinte e seis mil duzentos e noventa e seis cruzeiros novos), respectivamente, acrescidas dos juros, para a liquidação das responsabilidades.

§ 1º Poderá a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, órgão descentralizado, vinculado à Secretaria de Agricultura e Produção, celebrar contrato de financiamento para a realização de obras, aquisição de equipamentos e instalações destinados à consecução dos seus objetivos, até o montante de NCr\$ 2.321.113,00 (dois milhões, trezentos e vinte e um mil, cento e treze cruzeiros novos), fazendo-se incluir nos orçamentos de 1968 e 1969 as verbas de NCr\$ 1.160.032,00 (um milhão, cento e sessenta mil e trinta e dois cruzeiros novos) e NCr\$ 1.161.081,00 (um milhão, cento e sessenta e um mil e oitenta e um cruzeiros novos), respectivamente, acrescidas dos juros, para a satisfação das obrigações contratuais.

§ 2º Os recursos que custearão os financiamentos de que tratam este artigo e seu § 1º correrão por conta de receitas próprias da Prefeitura do Distrito Federal ou de suas entidades de administração indireta.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de abril de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

LEI Nº 5.413 — DE 10 DE ABRIL
DE 1968

Institui, em caráter temporário, a licença extraordinária, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Até 1º de junho de 1969 será permitido ao funcionário efetivo do Serviço Civil do Poder Executivo

da União e ao das Autarquias Federais, requerer, observado o disposto nesta lei:

- a) licença extraordinária;
- b) licença para tratar de interesses particulares, nas condições previstas no art. 10.

§ 1º Os dispositivos do presente artigo são extensivos aos funcionários, pagos pela União, do Estado do Acre e dos Territórios Federais.

§ 2º A faculdade poderá, igualmente, ser estendida a servidor de autarquia, sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, desde que estável.

Art. 2º A concessão de licença extraordinária ficará subordinada ao interesse do serviço, e deverá circunscrever-se aos cargos, funções setores e locais de trabalho em que, a juízo do Poder Executivo, houver excesso de pessoal.

Art. 3º São condições para a concessão de licença extraordinária:

- 1 — mínimo de 4 (quatro) anos de efetivo serviço;
- 2 — desnecessidade de substituição.

Art. 4º A licença será concedida, inicialmente, por prazo não inferior a 1 (um) ano, nem superior a 3 (três) anos, podendo ser prorrogado, por períodos sucessivos, até completado o total de 6 (seis) anos.

§ 1º Nos 3 (três) primeiros anos, o funcionário perceberá vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, acrescidos da gratificação de que trata o art. 145, item XI do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, feitos os cálculos sobre o vencimento do cargo efetivo, na mesma razão que os proventos de aposentadoria.

§ 2º A importância mensal percebida durante esse período não será inferior a 50% (cinquenta por cento) da soma de vencimento do cargo e gratificação adicional por tempo de serviço.

§ 3º Do quarto ao sexto ano de licença, a importância mensal percebida durante os 3 (três) primeiros anos será reduzida à metade.

§ 4º Na hipótese do § 2º do art. 1º, os percentuais referidos nos parágrafos anteriores incidirão sobre o salário mensal do empregado e igual-

mente, sobre o décimo-terceiro salário.

§ 5º É vedada, durante a licença, a percepção de qualquer vantagem, exceto o salário-família e gratificação adicional por tempo de serviço, na forma dos parágrafos anteriores.

Art. 5º Enquanto licenciado, o funcionário só contará tempo para efeito de aposentadoria.

Art. 6º É vedado ao funcionário exercer, durante as licenças de que trata esta Lei, função pública de qualquer natureza, ainda que sem inculco empregatício, sob pena de demissão, ressalvadas a acumulação lícita de cargos e a participação em órgão de deliberação coletiva, desde que se trate da situação já existente à data da vigência desta Lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, à prestação de serviço aos órgãos de Administração indireta.

Art. 7º Decorrido o primeiro ano de licença, o funcionário poderá renunciar a ela a qualquer momento, caso em que comunicará ao órgão competente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sua intenção de reassumir o cargo.

Art. 8º Durante a licença, o funcionário ou empregado continuará a contribuir para o mesmo órgão previdenciário de que fôr segurado, como se estivesse em exercício.

Parágrafo único. Ao funcionário segurado do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE) ou do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Econômiários (SASSE), que em seguida à licença pedir exoneração do cargo, será garantida, para efeito de concessão de benefícios pelo Instituto Nacional de Previdência Social... (INPS), a contagem de tempo de serviço sob o regime de segurado daquelas entidades, mediante a indenização desse tempo de serviço prevista na legislação da previdência social.

Art. 9º Para os efeitos do art. 228 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, considerar-se-á caracterizado o abandono do cargo ou função quando o servidor, dentro de 30 (trinta) dias do término da licença: ...

- a) não pedir exoneração;
- b) não reassumir;

c) não requerer licença para tratar de assuntos particulares.

Art. 10. Fica ampliado para 10 (dez) anos, consecutivos ou não, para aqueles que o solicitarem até 1º de junho de 1969, o prazo máximo de licença para tratar de interesses particulares, a que se refere o art. 110 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

§ 1º Dêse total será deduzido o período de licença extraordinária que o funcionário tiver gozado.

§ 2º A concessão da licença independe da exigência a que se refere o art. 112 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Art. 11. Os prazos a que se referem os arts. 1º e 10 desta lei poderão ser prorrogados por mais um ano, mediante decreto do Presidente da República.

Art. 12. Aos licenciados nos termos da presente lei não se aplicam, durante o período de licença, os artigos VI e VII do art. 195 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 13. O Poder Executivo expedirá os atos necessários ao fiel cumprimento desta lei.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de abril de 1968; 147º da Independência e 30º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurêlio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antonio Delfim Netto

Mario David Andreazza

Raymundo Bruno Marussig

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Marcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Helio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.414 — DE 10 DE ABRIL DE 1968

Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos passa a vigorar de acordo com a tabela anexa e demais disposições desta Lei.

Art. 2º São transformados, no Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos, os seguintes cargos:

I — mantidos os mesmos símbolos:

A) quando vagar:

1) isolados em comissão:

2 de Diretor de Divisão, símbolo PJ-O, atualmente Vice Diretor-Geral e Subsecretário, isolados de provimento efetivo;

6 de Diretor de Serviço, símbolo PJ-1, atualmente de igual denominação, isolado de provimento efetivo;

1 de Chefe de Portaria, símbolo PJ-3, atualmente Porteiro, isolado de provimento efetivo;

1 de Médico, símbolo PJ-3, atualmente de igual denominação, isolado de provimento efetivo;

B) automaticamente:

1) isolado em comissão:

1 de Diretor-Geral, símbolo PJ, atualmente de igual denominação, isolado de provimento efetivo;

2) de carreira:

20 de Auxiliar de Portaria, símbolo PJ-7, atualmente Ajudante de Porteiro, isolado de provimento efetivo;

1 de Telefonista, símbolo PJ-12, atualmente Auxiliar de Conservação, Classe PJ-12, de carreira;

II — com alteração de símbolos:

A) quando vagar:

1 de carreira:

4 de Auxiliar de Conservação, símbolo PJ-12, atualmente de igual denominação, de carreira, classe PJ-11;

B) automaticamente:

1 de carreira:

7 de Oficial Judiciário, símbolo PJ-3, atualmente de igual denominação, de carreira, classe PJ-6;

1 de Oficial Judiciário, símbolo PJ-4, atualmente de igual denominação, de carreira, classe PJ-6.

Art. 3º São extintos no Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos:

A) quando vagar:

1 cargo de Auxiliar de Portaria, símbolo PJ-7, com a criação concomitante de 1 Auxiliar de Portaria, símbolo PJ-8, a fim de retificar a estrutura da nova carreira;

B) automaticamente:

1 função gratificada de Secretário da Presidência, símbolo 3-F;

1 função gratificada de Secretário do Diretor-Geral, símbolo 3-F.

Art. 4º São criados no Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos os seguintes cargos:

I) Isolados em comissão:

1 de Diretor de Secretaria do Conselho da Justiça Federal, Símbolo PJ-O;

4 de Diretor de Serviço, símbolo PJ-1, designados aos serviços criados de Taquigrafia, Orçamento de Material do Tribunal Federal de Recursos e para o do Conselho da Justiça Federal de 1ª Instância-Administrativo;

2 de Assessor Judiciário, símbolo PJ-2, para o Gabinete da Presidência e do Diretor-Geral;

1 de Administrador de Edifício, símbolo PJ-3, para a supervisão do prédio do Tribunal Federal de Recursos, exigida a capacidade técnica-profissional para o desempenho da função, a ser preenchido com a inauguração do novo imóvel em construção;

II) isolado de provimento efetivo:

1 de Auxiliar de Bibliotecário, símbolo PJ-3;

2 de Contador, símbolo PJ-5;

III) de carreira:

1 de Oficial Judiciário, símbolo PJ-3;

1 de Oficial Judiciário, símbolo PJ-4;

1 de Oficial Judiciário, símbolo PJ-5;

1 de Oficial Judiciário, símbolo PJ-6;

2 de Auxiliar Judiciário, símbolo PJ-7;

2 de Auxiliar Judiciário, símbolo PJ-8;

1 de Auxiliar de Portaria, símbolo PJ-8 com a extinção quando vagar de 1 de Auxiliar de Portaria, símbolo PJ-7, a fim de corrigir a estrutura da nova carreira;

1 de Auxiliar de Conservação, símbolo PJ-12;

1 de Telefonista, símbolo PJ-11;

1 de Telefonista, símbolo PJ-12.

§ 1º A criação do cargo de Diretor da Secretaria do Conselho da Justiça Federal, privativo de bacharel em Direito; de 1 (um) cargo de Diretor de Serviço, bem assim de 2 (dois) cargos de Contador, de 4 (quatro) de Oficial Judiciário, 4 (quatro) de Auxiliar Judiciário e 1 (um) de Auxiliar de conservação, destina-se ao funcionamento da Secretaria do Conselho da Justiça Federal de 1ª Instância em obediência ao disposto no art. 13 do Decreto-lei nº 253, de 1967, que regulou a Lei nº 5.010, de 1966.

§ 2º O Serviço de Dactilografia e o de Legislação e Jurisprudência passam a denominar-se, respectivamente, Serviço de Mecanografia e Serviço de Jurisprudência e da Revista, cabendo a supervisão d'este a um dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos, que será o Diretor da Revista.

§ 3º A direção do Serviço de Taquigrafia será provida por um Taquígrafo.

Art. 5º O pessoal da Revista do Tribunal Federal de Recursos — "T.F.R. — Jurisprudência", com exceção do Secretário, que será escolhido dentre os funcionários do Quadro da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos, bacharéis em Direito, será subordinado, nas relações de emprego, ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. Salvo o pessoal subalterno, é condição para o preenchimento de cargos técnicos ser acadêmico de Direito.

Art. 6º ... VETADO ...

Art. 7º Constituem carreiras principais a de Oficial Judiciário em re-

lação à de Auxiliar Judiciário; a de Auxiliar de Portaria em relação à de Auxiliar de Conservação, bem assim os cargos isolados de Taquígrafo-Revisor relativos à carreira de Taquígrafo.

Art. 8º Os atuais cargos isolados de provimento efetivo de Ajudante de Porteiro, símbolo PJ-7, que voltam a denominar-se Auxiliar de Portaria, bem como o de Telefonista, símbolo

PJ-11, passam a constituir-se em carreira, reestruturada a mesma consoante tabela anexa.

Art. 9º Os cargos em comissão de que se ocupa esta Lei, salvo os de Diretor-Geral, Administrador de Edifício e Médico, serão providos por funcionários do respectivo Quadro, escolhidos livremente pelo Presidente do Tribunal.

Art. 10. ... VETADO ...

Art. 11. A despesa de NCr\$ 203.640,00 (duzentos e três mil, seiscentos e quarenta cruzeiros novos) decorrente da execução da presente Lei, a vigor de março a dezembro de 1968, correrá por conta do saldo existente no atual Orçamento da União, Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967, na forma abaixo:

Anexo 4 — Poder Judiciário

4.02.00 — Tribunal Federal de Recursos

Categoria Econômica:

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.2.0.0 — Transferências Correntes

3.2.3.0 — Inativos

01.00 — Pessoal Civil — NCr\$ 203.640,00

Cuja importância acima fica automaticamente transferida para a Categoria Econômica:

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.1.0.0 — Despesas de Custeio

3.1.1.0 — Pessoal

3.1.1.1 — Pessoal Civil

01.00 — Vencimentos e Vantagens Fixas — NCr\$ 203.640,00

Art. 12 — ... Vetado...

Art. 13 — Esta Lei vigora a contar da data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de abril de 1968: 147º da Independência e 80ª da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

A Tabela a que se refere o art. 1º foi publicada no *Diário Oficial* de 10 de abril de 1968.

LEI Nº 5.415 — DE 10 DE ABRIL
DE 1968

Concede estímulos fiscais às indústrias de celuloses, de pasta mecânica e de papel em geral e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida, pelo prazo de 4 (quatro) anos, isenção do imposto de importação e do imposto sobre pro-

ductos industrializados para a importação de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos com os respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas, destinados especificamente às indústrias de fabricação de celulose, de pasta mecânica e de papel em geral, inclusive cartolina, cartão e papelão.

§ 1º As isenções previstas nesta Lei não se aplicam aos bens com similar nacional, nos termos da legislação específica.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às indústrias a que se refere a Lei nº 4.950, de 20 de abril de 1966.

com a alteração introduzida pelo Decreto-lei nº 46, de 18 de novembro de 1966.

Art. 2º A isenção referida no art. 1º será concedida às empresas cujos projetos industriais tenham sido aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias do Papel e das Artes Gráficas (GEIPAG) da Comissão de Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio, de acordo com os critérios que forem estabelecidos pela referida Comissão.

Art. 3º A presente Lei se aplica aos bens mencionados no art. 1º que tenham sido desembaraçados nas Alfândegas mediante termo de responsabilidade, com base no art. 42, letra b, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1967.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de abril de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Edmundo de Macedo Soares

Helio Beltrão

LEI Nº 5.416 — DE 10 DE ABRIL
DE 1968

Altera o § 2º do art. 26 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 2º do art. 26 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º. A execução das obras e serviços, referidos na alínea “a” deste artigo, observado o disposto no parágrafo seguinte, ficará a cargo da SUDENE, ou mediante convênio a cargo de outras enti-

dades ou órgãos federais, ou, na impossibilidade da atuação destes, a cargo de entidades ou órgãos estaduais”.

Art. 2º. O art. 26 da citada Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, fica acrescido dos seguintes parágrafos.

“§ 6º. A execução direta pela SUDENE se restringirá às regiões onde não for possível a atuação de outros órgãos ou entidades, federais ou estaduais.

§ 7º A celebração dos convênios, que objetivem a execução aludida neste artigo, independêrã de quaisquer formalidades, ressalvadas as que, a critério do Superintendente da SUDENE, sejam consideradas necessárias para comprovar a qualidade do representante do órgão ou entidade conveniente.”

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de abril de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Afonso A. Lima

LEI Nº 5.417 — DE 15 DE ABRIL
DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel de propriedade da União com a Associação Leopoldina Juvenil, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a permutar o imóvel situado à Rua Dr. Timóteo nº 639, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de propriedade da União, por outro localizado na Rua Portugal nº 973, na mesma cidade, de propriedade da Associação Leopoldina Juvenil, sem ônus para a Fazenda Nacional.

Art. 2º. Destina-se esse imóvel à residência oficial do Comandante da 5ª Zona Aérea devendo o Ministério da Aeronáutica tomar as providências necessárias a essa permuta junto ao Serviço do Patrimônio da União.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de abril de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Marcio de Souza e Mello

LEI Nº 5.418 — DE 15 DE ABRIL
DE 1968

Concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados para equipamentos importados pela Companhia Estadual de Telefones da Guanabara — CETEL.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados para os equipamentos constantes da Guia de Importação nº DG-67/3477, de 30 de janeiro de 1967, e Licença de Importação DG-67-8.310 — 8.090, de 18 de dezembro de 1967, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A., importados pela Companhia Estadual de Telefones da Guanabara — CETEL.

Art. 2º. A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de abril de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.419 — DE 15 DE ABRIL
DE 1968

Autoriza a Comissão do Plano do Carvão Nacional a transferir o serviço público do abastecimento de água à cidade de Criciúma para a responsabilidade da Prefeitura Municipal da mesma localidade e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O serviço público de abastecimento de água à Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, ora administrado pela Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN), poderá ser transferido à jurisdição da Prefeitura Municipal de Criciúma ou do Governo do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A transferência a que se refere este artigo será feita de acordo com convênio celebrado entre a CPCAN e a Prefeitura ou entre a CPCAN e o Governo do Estado.

Art. 2º O Convênio disporá sobre a transferência para o domínio da Prefeitura ou do Estado, do acervo de bens móveis e imóveis, diretamente vinculados ao serviço.

Parágrafo único. Na transmissão estarão incluídos os direitos obrigações concernentes ao serviço ou aos bens nele empregados.

Art. 3º O convênio poderá estabelecer normas para os servidores federais, ora em exercício no serviço, para que fiquem à disposição da Prefeitura Municipal de Criciúma ou do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de abril de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
José Costa Cavalcanti

LEI Nº 5.420 — DE 18 DE ABRIL
DE 1968

Dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 210, de 27 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para o abastecimento de trigo, sua industrialização e comercialização e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º do Decreto-lei número 210, de 27 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para o abastecimento de trigo, sua industrialização e comercialização e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º As operações de compra e venda de trigo estrangeiro, inclusive farinha, serão realizadas com exclusividade pelo Governo Federal, através da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A., como seu agente, na forma do que dispõem o item IV do art. 86 do Decreto nº 42.620, de 16 de dezembro de 1957, e os arts. 14 e 88 da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966.

Parágrafo único ... VETADO ...

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de abril de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Fernando Ribeiro do Val

LEI Nº 5.421 — DE 25 DE ABRIL
DE 1968

Dispõe sobre medidas financeiras referentes à arrecadação da Dívida Ativa da União, juros de mora nos débitos para com a Fazenda Nacional e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O pagamento da Dívida Ativa da União, em ação executiva

(Decreto-lei nº 960, de 17 de dezembro de 1938), será feito com a atualização monetária do débito, na forma da lei e o acréscimo dos seguintes encargos:

I — juros de mora previstos no artigo seguinte;

II — percentagens devidas ao Procurador-Geral e Procuradores da Fazenda Nacional, bem como aos Subprocuradores-Gerais da República, aos Procuradores da República ou Promotor Público, que serão calculadas e entregues na forma do art. 21 da Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964, com as modificações constantes do art. 32 do Decreto-lei número 147, de 3 de fevereiro de 1967;

III — custas de despesas judiciais:

Art. 2º. Os débitos, de qualquer natureza, para com a Fazenda Nacional, serão cobrados, na via administrativa ou na judicial, com o acréscimo de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, contados do vencimento e calculados sobre o valor originário.

Art. 3º. Ficam revogados o artigo 6º da Lei nº 4.155, de 28 de novembro de 1962, a multa moratória de 10% (dez por cento) de que trata a alteração 8ª do art. 1º da Lei número 3.520, de 30 de dezembro de 1958, o art. 27 da Lei nº 2.862, de 4 de setembro de 1956, e o art. 443 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 58.400, de 10 de maio de 1966.

Art. 4º. Ficam cancelados, arquivando-se os processos administrativos ou os executivos fiscais correspondentes, os débitos existentes para com a Fazenda Nacional, na data da publicação desta Lei, de valor originário até NCr\$ 100,00 (cem cruzeiros novos).

Parágrafo único. Os executivos de que trata este artigo serão arquivados mediante despacho, *ex officio*, do Juiz, ciente o representante da União em Juízo.

Art. 5º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por *valor originário* o que corresponda ao total do débito, excluídas as parcelas relativas à atualização monetária e aos encargos do art. 1º.

Art. 6º. A anistia estabelecida no art. 8º do Decreto-lei nº 326, de 8 de maio de 1967, alcança os débitos, inclusive em fase de cobrança judicial, concernentes à multa prevista no item VII do art. 29 da Lei nú-

mero 4.505, de 30 de novembro de 1964, revogado pelo art. 15 da Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966.

Art. 7º. A declaração de *devedor remisso* será feita, na repartição fiscal competente, dentro do prazo fixado no art. 22, *caput*, do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

Art. 8º. Nos casos de reclamações e recursos fiscais, bem como nos de ações judiciais, relativos a débitos para com a Fazenda Nacional, a garantia de instância, quando por meio de depósito, em dinheiro ou títulos da dívida pública federal, será feita na repartição arrecadadora federal, pelo valor monetariamente atualizado.

Parágrafo único. A penhora, nos executivos fiscais, deverá recair em bens que bastem para o pagamento do débito corrigido monetariamente e dos encargos de que trata o artigo 1º.

Art. 9º. A participação, em cada exercício, no rateio das percentagens, previstas no inciso II do art. 1º, não poderá ultrapassar o valor do vencimento anual do servidor, observado o disposto no § 2º do art. 35 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, com a nova redação dada pelo art. 1º do Decreto-lei nº 177, de 16 de fevereiro de 1967.

§ 1º. O saldo eventualmente apurado, ao final de cada exercício, será convertido em receita da União.

§ 2º. Até a definitiva instalação, em Brasília, do órgão central da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, as percentagens depositadas no Distrito Federal serão somadas às referentes ao Estado da Guanabara, para efeito de rateio entre os Procuradores da Fazenda Nacional lotados nas Procuradorias, naquelas Unidades federativas.

Art. 10. O item VI do art. 13 do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, passa a ter a seguinte redação:

"VI — Fazer lavar, no livro próprio da repartição competente, os atos relativos à aquisição, alienação, cessão, aforamento, locação, entrega e outros concernentes a imóveis do patrimônio da União, que terão força de escritura pública".

Art. 11. A exigência prevista no art. 62 do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, será feita a partir de 1º de janeiro de 1968.

Art. 12. Fica revigorado o art. 32 e seus §§ 1º a 5º do Decreto-lei número 147, de 3 de fevereiro de 1967, e revogado o item IV do art. 104 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, cessando a aplicação do disposto no art. 105 do mesmo Decreto-lei aos Procuradores da Fazenda Nacional.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de abril de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Fernando Ribeiro do Val

LEI Nº 5.422 — DE 25 DE ABRIL
DE 1968

Dispõe sobre a 2ª classe do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, complementando a Lei nº 5.255, de 5 de abril de 1967, que unifica as 1ª e 2ª Classes de Bombeiros do Distrito Federal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Estende-se aos reformados na graduação de Bombeiro de 2ª Classe, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, transferidos para o Estado da Guanabara, as vantagens do art. 3º da Lei nº 5.255, de 5 de abril de 1967.

Parágrafo único. A pensão devida aos beneficiários dos Bombeiros de 2ª Classe, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, é equiparada à de Soldado Bombeiro, nos termos da Lei nº 5.255, de 5 de abril de 1967.

Art. 2º. As vantagens estabelecidas nesta Lei aplicar-se-ão a contar de 6 de abril de 1967.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de abril de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva

LEI Nº 5.422-A — DE 25 DE
ABRIL DE 1968

Cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou e manteve, após veto presidencial, e eu, Gilberto Marinho, residente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 62, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É criado o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais, subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, destinado a programar e a promover a instalação e a manutenção, diretamente ou através de convênios, de bibliotecas em todos os municípios brasileiros.

Parágrafo único. Para custeio de suas atividades, contará o Serviço com os seguintes recursos:

- a) 20% (vinte por cento) das dotações que a União destinar à manutenção das atividades do Conselho Federal de Cultura;
- b) outras consignações orçamentárias ou doações e contribuições de qualquer natureza.

Art. 2.º O Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais compor-se-á de 5 (cinco) membros a saber:

- a) o Ministro da Educação e Cultura ou seu representante ao qual caberá a Presidência;
- b) o Presidente do Conselho Federal de Cultura;
- c) o Diretor do Instituto Nacional do Livro;
- d) um Representante da Câmara Brasileira do Livro;
- e) um Representante do Sindicato Nacional de Editores de Livros.

§ 1.º O mandato dos membros referidos nos itens "d" e "e", permitida a recondução, será de 1 (um) ano e os mandatos dos demais durarão enquanto ocuparem os cargos que os qualificam como membros natos do Serviço.

§ 2.º O exercício do mandato de que fala este artigo será gratuito e considerado como de relevante serviço público.

Art. 3.º Caberá ao Presidente do Órgão, devidamente autorizado pelo Serviço, celebrar convênios com as pre-

feitas dos municípios nos quais devam ser instaladas bibliotecas públicas, visando à obtenção de local apropriado a tal fim, bem como a designação de pessoal habilitado aos serviços de manutenção, conservação e atendimento ao público.

§ 1.º Estabelecerá o Serviço escala de prioridade para a instalação das bibliotecas municipais, considerando para tanto:

- a) cessão de imóvel pela Municipalidade;
- b) facilidades oferecidas pelo município para a instalação e a administração da biblioteca;
- c) designação de funcionários municipais para a conservação da biblioteca e para o atendimento ao público;
- d) outros critérios a serem estabelecidos na 1.ª reunião ordinária do Serviço.

§ 2.º Ainda em sua 1.ª Reunião ordinária, deverá o Serviço designar Comissão destinada a elaborar o "1.º Plano Trienal de Instalação de Bibliotecas Municipais", a ser apreciado e aprovado em prazo não superior a 60 (sessenta) dias e no qual deverá ser prevista a instalação, no prazo de 3 (três) anos, de bibliotecas públicas em, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos municípios brasileiros.

Art. 4.º Caberá às bibliotecas municipais proceder à solicitação das obras que mais convenham à cultura e aos interesses regionais, a serem aprovadas e adquiridas pelo Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais.

Parágrafo único. Os convênios previstos no art. 3.º poderão incluir cláusulas referentes à prestação de assistência técnica às bibliotecas municipais relativamente à aquisição de obras de caráter fundamental e permanente.

Art. 5.º É estabelecido o prazo de 6 (seis) anos, para a instalação, pelo Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais, de bibliotecas públicas em todos os municípios do Brasil.

Parágrafo único. Após o cumprimento do disposto no presente artigo, prosseguirá o Serviço em suas atividades, mantendo atualizadas as bibliotecas instaladas, supervisionando-as e criando, quando for o caso, bibliotecas distritais.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de abril de 1968. —
Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal.

LEI Nº 5.423 — DE 26 DE ABRIL
DE 1968

Reclassifica, no símbolo 5-C, os cargos em comissão de Diretores das Escolas Técnicas e Industriais Federais da Rede Federal de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os ocupantes dos cargos isolados de provimento em comissão, de Diretor, padrão L ou M, das Escolas da Rede Federal de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, extintos pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que tiveram estabilidade assegurada pelo art. 6º, § 4º, da Lei nº 488, de 15 de dezembro de 1948, e art. 7º da Lei nº 2.188, de 3 de março de 1954, ou que foram agregados na forma do art. 90 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960 ficam reclassificados no símbolo 5-C, fixado no Anexo II da mesma Lei para o Diretor da Escola Técnica Federal "Celso Suckow da Fonseca", sediada no Estado da Guanabara.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei serão atendidas pelos recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de abril de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

LEI Nº 5.424 — DE 27 DE ABRIL
DE 1968

Concede, pelo prazo de um ano, isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, para material destinado à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do parágrafo 3º, do artigo 62, da Constituição, a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida, pelo prazo de um ano, isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, para equipamento, máquinas, peças complementares, sobressalentes e acessórios, ferramentas, material especializado e específico, sem similar nacional registrado, importados por empresas industriais instaladas no Brasil, e destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

Art. 2º A isenção concedida abrange igualmente os bens descritos no art. 1º desta Lei já importados pelas empresas e despachados nas repartições aduaneiras mediante assinatura do respectivo termo de responsabilidade, desde que o ônus dos tributos não tenha sido nem venha a ser transferido pelo importador ao primeiro adquirente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Fernando Ribeiro do Val

LEI Nº 5.425 — DE 29 DE ABRIL
DE 1968

Dispõe sobre serviços de despachantes aduaneiros e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A movimentação no território nacional de qualquer mercado-

ria, por qualquer via, inclusive cabotagem, independe da intermediação de despachantes aduaneiros.

Parágrafo único. As operações a que se refere o presente artigo poderão ser processadas, em todos os seus trâmites, junto aos órgãos competentes, pelo dono ou consignatário da mercadoria ou por qualquer pessoa, por ele livremente credenciada.

Art. 2º A remuneração dos despachantes fixada no art. 39 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, em nenhuma hipótese poderá ser recolhida através das repartições aduaneiras, devendo esse recolhimento ser efetuado nas respectivas Entidades de Classe.

Art. 3º O processamento de desembaraço e despacho de importação, exportação e reexportação perante as Alfândegas, Estações Aduaneiras e Mesas de Rendas da República, será promovida, em todos os seus trâmites, somente por despachantes aduaneiros, por si e seus ajudantes, aplicando-se-lhe o disposto no art. 39 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962.

Parágrafo único. É facultativa a utilização dos serviços de despachantes aduaneiros nas operações de comércio exterior em que forem interessados:

- a) a União, os Estados, os Territórios, o Distrito Federal e os Municípios;
- b) as autarquias e demais entidades de direito público interno;
- c) as sociedades de economia mista;
- d) as instituições científicas, educacionais e as de assistência social;
- e) as missões diplomáticas e repartições consulares;
- f) representações de órgãos internacionais e regionais.

Art. 4º É vedado às Comissárias de Despachos operar nas repartições aduaneiras, em seu nome, como procuradores de terceiros.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de abril de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.426 — DE 30 DE ABRIL DE 1968

Altera a Lei nº 4.767, de 30 de agosto de 1965, que promove os Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 12 da Lei número 4.767, de 30 de agosto de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. A promoção concedida pela presente lei não será computada para fins de aplicação do Decreto-lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946, da Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955, nos casos de promoção de inatividade remunerada.”

Art. 2º. A Lei nº 4.767, de 30 de agosto de 1965, é acrescida de um artigo, com a seguinte redação:

“Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.”

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares
Márcio de Souza e Mello

LEI Nº 5.427 — DE 30 DE ABRIL DE 1968

Reajusta os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam majorados de 20% (vinte por cento), a partir de 1º de

janeiro de 1968, os valores dos símbolos de retribuição dos funcionários do Quadro da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos, atualmente em vigor.

Art. 2º Aplica-se aos inativos da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos a majoração a que se refere o art. 1º.

Art. 3º O salário-família passará a ser pago na base de NCr\$ 12,00 (doze cruzeiros novos) mensais por dependente.

Art. 4º Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar às dotações próprias do Tribunal Federal de Recursos, até o limite de NCr\$ 935.000,00 (novecentos e trinta e cinco mil cru-

zeiros novos) e com vigência até 31 de dezembro de 1968.

Art. 5º A despesa, a que se refere o artigo anterior, será coberta com a arrecadação decorrente da elevação das alíquotas de que trata o art. 8º e seu parágrafo único da Lei nº 5.368, de 1º de dezembro de 1967.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

Fernando Ribeiro do Val

Hélio Beltrão

LEI Nº 5.428. — DE 30 DE ABRIL DE 1968

Reajusta os vencimentos dos funcionários das Secretarias do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam majorados de 20% (vinte por cento), a partir de 1º de janeiro de 1968, os valores dos símbolos de retribuição dos funcionários dos Quadros das Secretarias do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais atualmente em vigor.

Art. 2º Para os inativos das referidas Secretarias, a majoração a que se refere o art. 1º, será, também, de 20% (vinte por cento), calculada na forma da Lei nº 2.622, de 18 de outubro de 1955.

Art. 3º O salário-família passará a ser pago na base de NCr\$ 12,00 (doze cruzeiros novos) mensais por dependente.

Art. 4º Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei é aberto ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito suplementar de NCr\$ 5.896.800,00 (cinco milhões, oitocentos e noventa e seis mil e oitocentos cruzeiros novos) para reforço das dotações correspondentes ao Orçamento-Geral da União referente ao exercício de 1968, subanexo 3.04.00, a saber:

Art. 5º Nos termos do art. 36, item I, do Decreto-Lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967, o Tribunal de Contas da União tomará conhecimento da abertura de Crédito Suplementar de que trata esta Lei, à vista de sua publicação no *Diário Oficial da União*, e adotará automaticamente as medidas legais atinentes ao assunto.

Art. 6º Com fundamento no art. 70, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, a Diretoria da Despesa Pública, a Contadoria-Geral da República, ambas do Ministério da Fazenda, e o Tribunal Superior Eleitoral ficam, desde logo, habilitados a tomar as providências cabíveis para que o Crédito Suplementar, objeto da presente Lei, possa ser utilizado para sanar as insuficiências verificadas nas dotações correspondentes aos Elementos de Despesa anteriormente citados, obedecidos os limites constantes do art. 4º

Art. 7º A despesa, a que se refere o art. 4º, será coberta com o aumento da arrecadação decorrente da elevação das alíquotas de que trata o art. 8º e seu parágrafo único da Lei nº 5.368, de 1º de dezembro de 1967.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

João Paulo dos Reis Velloso

O subanexo a que se refere o art. 1º foi publicado no *Diário Oficial* de 2-5-68.

LEI Nº 5.429 — DE 30 DE ABRIL DE 1968

Reajusta os vencimentos dos funcionários das Secretarias da Justiça do Trabalho.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam majorados de 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 1968, os valores dos símbolos de retribuição dos funcionários dos Quadros das Secretarias da Justiça do Trabalho em todo o País, atualmente em vigor.

Art. 2º Para os inativos das Secretarias da Justiça do Trabalho, a majoração a que se refere o artigo 1º será calculada na forma da Lei número 2.622, de 18 de outubro de 1955.

Art. 3º O salário-família passará a ser pago na base de NCr\$ 12,00 (doze cruzeiros novos) mensais por dependente.

Art. 4º Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar às dotações próprias da Justiça do Trabalho, nos termos da demonstração por unidade a seguir:

Art. 5º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior terá vigência até 31 de dezembro de 1968.

Art. 6º A despesa resultante da aplicação da presente Lei será coberta com a arrecadação decorrente da elevação das alíquotas de que trata o artigo 8º e seu parágrafo único, da Lei nº 5.368, de 1º de dezembro de 1967.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

João Paulo dos Reis Velloso

A demonstração por unidade a que se refere o art. 4º foi publicada no *Diário Oficial* de 2-5-68.

LEI Nº 5.430 — DE 2 DE MAIO
DE 1968

Reajusta os vencimentos dos servidores da Justiça Militar.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam majorados de 20 % (vinte por cento), a partir de 1 de janeiro de 1968, os valores dos símbolos de retribuição dos funcionários dos Quadros da Secretaria do Superior Tribunal Militar e dos Cartórios das Auditorias da Justiça Militar, atualmente em vigor.

Art. 2º Para os inativos da Justiça Militar, a majoração a que se refere o artigo 1º será de 20 % (vinte por cento), calculada na forma da Lei n.º 2.622, de 18 de outubro de 1955.

Art. 3º O salário-família passará a ser pago na base NCr\$ 12,00 (doze cruzeiros novos) mensais por dependente.

Art. 4º Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar às dotações próprias da Justiça Militar, até o limite de NCr\$ 1.842.715,00 (um milhão oitocentos e quarenta e dois mil setecentos e quinze cruzeiros novos) e com vigência até 31 de dezembro de 1968.

Art. 5º A despesa, a que se refere o artigo anterior, será coberta com o aumento da arrecadação decorrente da elevação das alíquotas de que trata o artigo 8º e seu parágrafo único da Lei n.º 5.368, de 1 de dezembro de 1967.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de maio de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto.

João Paulo dos Reis Velloso

LEI Nº 5.431 — DE 3 DE MAIO
DE 1968

Acrescenta dispositivo ao art. 209 da Consolidação das Leis do Trabalho e à Lei nº 2.573, de 15 de agosto de 1955, que dispõem sobre pericia para caracterização e classificação de insalubridade e periculosidade.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 209 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, é acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 5º. Para fins de instrução de processo judicial, a caracterização e classificação de insalubridade serão feitas exclusivamente por médico-perito, preferentemente especializado em saúde pública ou higiene industrial, designado pela autoridade judiciária, observadas as normas fixadas no presente artigo.”

Art. 2º A Lei nº 2.573, de 15 de agosto de 1955, é acrescida, feita a necessária remuneração, do seguinte artigo:

“Art. 6º. Para instrução de processo judicial, a verificação e a caracterização de periculosidade, observadas as normas legais vigentes, serão feitas exclusivamente por engenheiro-perito próprio designado pela autoridade judiciária.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de maio de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Járbas G. Passarinho

LEI Nº 5.432 — DE 7 DE MAIO
DE 1968

Dispõe sobre o pagamento de dividas previdenciárias através de imóveis desonerados e da outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As empresas em débito de contribuições para com o INPS, verificado antes da vigência desta lei, poderão, no prazo de 180 dias a partir da sua publicação, requerer a consolidação da dívida, declarada ou apurada, para liquidação, com dação em pagamento de imóveis.

§ 1º A consolidação compreenderá os valores das contribuições em atraso, com a competente correção monetária; a partir de 17 de julho de 1964, contados sobre eles os juros de mora e as multas cabíveis, estas com uma redução de 50%, inclusive a moratória.

§ 2º É aplicável o disposto neste artigo mesmo quando o débito tenha tido sua cobrança ajuizada pelo Instituto de Previdência credor. Em tais casos, recebendo o requerimento do devedor, o INPS promoverá o sobrestamento do feito.

Art. 2º Requerida a consolidação da dívida na forma do artigo anterior, o Instituto tendo em vista as dificuldades financeiras demonstradas pelo devedor, poderá receber em pagamento da mesma, já consolidada e confessada bens imóveis desonerados. Estes poderão ser incorporados ao patrimônio do Instituto, se convierem aos fins específicos do mesmo, ou ser alienados.

Parágrafo único. Efetivada a venda, o INPS poderá proceder à conversão do produto em títulos públicos ou letras imobiliárias, total ou parcialmente.

Art. 3º O valor dos imóveis oferecidos deverá ser apurado mediante avaliação realizada no decurso dos 30 dias seguintes à apresentação do requerimento, por uma comissão a ser integrada por 2 profissionais especializados do INPS, um outro de indicação do BNH e um assistente de contribuinte, se este o desejar, e se se

dispuser a remunerá-lo. A Comissão deverá dar o seu laudo fundamentando-o e também considerando as bases de valores das transações de imóveis vizinhos registrados em Bôlas de Imóveis, Sindicatos, ou órgãos de classes dos corretores porventura existentes no local. O valor atribuído ao imóvel será também expresso em unidade-padrão do BNH, ou Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Art. 4º Os imóveis oferecidos pelo contribuinte deverão representar, pelo menos, valor correspondente a 120% (cento e vinte por cento) e, no máximo, 150% (cento e cinquenta por cento) do montante da dívida a ser liquidada, de forma a permitir que com sua alienação possam ser apurados recursos suficientes para cobertura das despesas judiciais ou administrativas porventura necessárias para concluir a dação.

Parágrafo único. Caso seja o imóvel de valor inferior a 120% (cento e vinte por cento), o contribuinte, no ato da concretização da dação em pagamento, deverá integralizar a diferença em dinheiro.

Art. 5º O Departamento Nacional da Previdência Social e o Conselho Fiscal do INPS, concluída a avaliação, terão 8 dias, depois de notificados do laudo, para emitir prévio pronunciamento sobre a dação em pagamento.

Art. 6º Resolvida a dação em pagamento, o INPS, indicando como devolvera ao contribuinte o saldo eventual, ouvirá o pronunciamento deste em 8 dias após comunicação que lhe fará por carta entregue pessoalmente. A seguir o INPS marcará o dia para a lavratura da escritura competente.

Art. 7º A alínea d, do § 3º, do art. 141, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, passa a vigorar com a seguinte redação:

“d) para o pagamento de haveres na liquidações e dissoluções de sociedade e para a expedição de cartas de adjudicação ou arrematação de bens, salvo quando expedidas em favor da Fazenda Pública, federal, estadual ou municipal e em processos trabalhistas inclusive de acidentados do trabalho.”

Art. 8º Ao proprietário, dono da obra, ou condômino de unidade imobiliária, que tenha contratado e iniciado obra de construção, reforma ou acréscimo de imóveis, até 20 de novembro de 1966, não se aplica o disposto no item VI do art. 79, da Lei nº 3.307, de 26 de agosto de 1960.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos débitos já levantados, confessados, autuados ou em fase de cobrança judicial ou extra-judicial.

Art. 9º Não estão sujeitas ao pagamento de multas inclusive moratórias, até a instalação do Instituto Nacional de Previdência Social, as empresas vinculadas às instituições previdenciárias extintas em virtude da criação do INPS, situadas em áreas ou localidades do País, onde os antigos institutos não mantinham órgão ou agência de arrecadação.

Art. 10. Caberá ao Ministro do Trabalho e Previdência Social resolver os detalhes omissos ou não previstos nesta lei e necessários para sua boa execução.

Art. 11 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário

Brasília, 7 de maio de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Júlio G. Passarinho
Afonso A. Lima

LEI Nº 5.433 — DE 8 DE MAIO
DE 1968

Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É autorizada, em todo o território nacional, a microfilmagem de documentos particulares e oficiais arquivados, estes de órgãos federais, estaduais e municipais.

§ 1º Os microfilmes de que trata esta Lei, assim como as certidões, os traslados e as cópias fotográficas obtidas diretamente dos filmes produ-

zirão os mesmos efeitos legais dos documentos originais em juízo ou fora dele.

§ 2º Os documentos microfilmados poderão, a critério da autoridade competente, ser eliminados por incineração, destruição mecânica ou por outro processo adequado que assegure a sua desintegração.

§ 3º A incineração dos documentos microfilmados ou sua transferência para outro local far-se-á mediante lavratura de termo, por autoridade competente, em livro próprio.

§ 4º Os filmes negativos resultantes de microfilmagem ficarão arquivados na repartição detentora do arquivo, vedada sua saída sob qualquer pretexto.

§ 5º A eliminação ou transferência para outro local dos documentos microfilmados far-se-á mediante lavratura de termo em livro próprio pela autoridade competente.

§ 6º Os originais dos documentos ainda em trânsito, microfilmados não poderão ser eliminados antes de seu arquivamento.

§ 7º Quando houver conveniência, ou por medida de segurança, poderão excepcionalmente ser microfilmados documentos ainda não arquivados, desde que autorizados por autoridade competente.

Art. 2º Os documentos de valor histórico não deverão ser eliminados, podendo ser arquivados em local diverso da repartição detentora dos mesmos.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará, no prazo de 90 (noventa) dias, a presente Lei, indicando as autoridades competentes, nas esferas federais, estaduais e municipais para a autenticação de traslados e certidões originárias de microfilmagem de documentos oficiais.

§ 1º O decreto de regulamentação determinará, igualmente, quais os cartórios e órgãos públicos capacitados para efetuarem a microfilmagem de documentos particulares, bem como os requisitos que a microfilmagem realizada por aqueles cartórios e órgãos públicos devem preencher para serem autenticados, a fim de produzirem efeitos jurídicos, em juízo ou fora dele, quer os microfilmes, quer os seus traslados e certidões originárias.

§ 2º Prescreverá também o decreto as condições que os cartórios con-

petentes terão de cumprir para a autenticação de microfilmes realizados por particulares, para produzir efeitos jurídicos contra terceiros.

Art. 4º E' dispensável o reconhecimento da firma da autoridade ue autenticar os documentos oficiais arquivados, para efeito de microfilmagem e os traslados e certidões originaes de microfilmes.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de maio de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antonio da Gama e Silva

LEI Nº 5.434 — DE 14 DE MAIO
DE 1968

Dá nova redação ao § 3º do art. 21 do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 3º do art. 21 do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre os bens e pessoal vinculados aos serviços de navegação e de reparos navais explorados pelo Lloyd Brasileiro — Patri-mônio Nacional e pela Companhia Nacional de Navegação Costeira — Autarquia Federal, extingue estas autarquias, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais "Costeira" S. A., e dá outras providências passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º E' a Comissão de Marinha Marcante encarregada da distribuição do transporte das cargas pertencentes às repartições públicas, autarquias, órgãos da Administração descentralizada e sociedades de economia mista, entre a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e as empresas nacionais de navegação marítima, garantida prioridade no transporte de carga pela Compa-

nhia de Navegação Lloyd Brasileiro, sempre que, no momento, disponha esta de capacidade operacional ou ocorrer motivo de interesse público, a critério da referida Comissão."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de maio de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Mário David Andreazza

LEI Nº 5.435 — DE 14 DE MAIO
DE 1968

Reajusta a pensão especial concedida a Nicolau Janró, ex-extranumerário diarista do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica majorada para o valor mensal correspondente ao maior salário-mínimo vigente no País a pensão especial de NCr\$ 6,72 (seis cruzeiros novos e setenta e dois centavos), concedida pela Lei nº 4.420, de 29 de setembro de 1964, ao ex-extranumerário diarista Nicolau Janró, do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, do Ministério da Marinha.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda destinada ao pagamento de pensionistas da União.

Art. 3º A pensão a que se refere esta Lei, no caso de falecimento do beneficiário, será assegurada, a partir da data dessa ocorrência, à sua esposa.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de maio de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.436 — DE 16 DE MAIO
DE 1968

Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 9º do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S. A. e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 9º do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S. A. e dá outras provi-

dências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. As contribuições de previdência social e outros encargos sociais e fiscais, que recaírem sobre a atividade desses associados, serão recolhidas por quem se utilizar dos seus serviços, devendo, obrigatoriamente, o salário-família ser pago em folha de pagamento mensal.”

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de maio de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Mário David Andreazza

LEI Nº 5.437 — DE 16 DE MAIO DE 1968

Altera os Quadros Permanente e Provisório de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Sistema de Classificação de Cargos do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto-lei nº 274 de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com as seguintes alterações.

Art. 2º O enquadramento dos atuais ocupantes dos cargos que integram as Séries de classes alteradas por esta lei far-se-á de conformidade com o disposto no artigo 20 da Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960.

Parágrafo único. Serão enquadrados na série de classes de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro provisório, os atuais ocupantes dos cargos da classe singular de Enfermeiro-Auxiliar, que ficará suprimida a partir da efetivação do referido enquadramento.

Art. 3º Aplica-se aos Tesoureiros-Auxiliares da Prefeitura do Distrito Federal o disposto no Decreto-lei número 146, de 3 de fevereiro de 1967.

Art. 4º O artigo 54 e parágrafos, e o artigo 56, do Decreto-lei nº 274, de

28 de fevereiro de 1967, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 54. O pessoal do Quadro Provisório poderá ser aproveitado em cargo vago do Quadro Permanente, atendido o interesse da administração e observados os critérios fixados neste artigo.

§ 1º O aproveitamento dos funcionários nomeados ou admitidos mediante habilitação em concurso ou prova pública de caráter competitivo será processado independentemente de outras formalidades, em cargos de atribuições iguais ou equivalentes às daqueles que ocupam atualmente.

§ 2º O aproveitamento dos demais funcionários far-se-á:

I — mediante prova de suficiência, quando se tratar de ocupante de car-

go de nível superior ou técnico de grau médio, portador de título de habilitação legal para o exercício da profissão;

II — mediante conclusão de curso de treinamento específico, quando se tratar de ocupante de cargo não compreendido nos grupos indicados no item anterior.

§ 3º As normas para a realização da prova de suficiência e do curso de treinamento, mencionados no parágrafo anterior, bem como os critérios para a inscrição e habilitação dos respectivos concorrentes serão objeto de regulamento a ser baixado pelo Prefeito."

"Art. 56. O aproveitamento de que trata este Capítulo será realizado em prazo a ser fixado no regulamento referido no artigo 54".

Art. 5º As alterações efetuadas por esta Lei não darão direito à indenização ou percepção de vencimentos ou vantagens atrasadas, em nenhuma hipótese.

Art. 6º A despesa decorrente da aplicação desta Lei correrá à conta da dotação própria do Orçamento do Distrito Federal.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de maio de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antônio da Gama e Silva

As alterações referidas no art. 1º foram publicadas no *Diário Oficial* de 20-5-68.

LEI Nº 5.438 — DE 20 DE MAIO
DE 1968

Altera o art. 4º do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, e dá outras providências.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 4º do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967,

que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Os efeitos deste Decreto-lei, de seus regulamentos, decretos e portarias dele decorrentes, se estendem especialmente:

- a) às águas interiores do Brasil;
- b) ao mar territorial brasileiro;
- c) às zonas de alto mar, em conformidade com as disposições dos tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil;
- d) à zona contígua, conforme o estabelecido no Decreto-lei nº 44, de 18 de novembro de 1966;
- e) à plataforma submarina, conforme o estabelecido no Decreto número 28.840, de 8 de novembro de 1950, e até a profundidade que esteja de acordo com os tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Ivo Arzua Pereira
Helio Beltrão

LEI Nº 5.439 — DE 22 DE MAIO
DE 1968

Altera a Lei nº 5.258, de 10 de abril de 1967, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º, 4º, 6 e 15, § 2º, da Lei nº 5.258, de 10 de abril de 1967, passarão a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Os menores de 18 anos ficarão sujeitos, pela prática de fatos considerados infrações penais, às normas estabelecidas nesta Lei".

"Art. 2º São as seguintes as medidas aplicáveis aos menores de 14 a 18 anos:

I — se os motivos e as circunstâncias do fato e as condições do menor não evidenciam periculosidade, o Juiz poderá deixá-lo com o pai ou responsável, confiá-lo a tutor ou a quem assuma a sua guarda, ou mandar interná-lo em estabelecimento de reeducação ou profissional e, a qualquer tempo, revogar ou modificar a decisão;

II — se os elementos referidos no item anterior evidenciam periculosidade, o menor será internado em estabelecimento adequado, até que, mediante parecer do respectivo diretor ou do órgão administrativo competente e do Ministério Público, o Juiz declare a cessação da periculosidade.

§ 1º Completada a maioridade sem que haja sido declarada a cessação da periculosidade, observar-se-ão os §§ 2º e 3º do art. 7º do Decreto-lei número 3.914, de 9 de dezembro de 1941.

§ 2º O Juiz poderá sujeitar o menor desligado em virtude de cessação de periculosidade à vigilância, nas condições e pelo prazo que fixar, e cassar o desligamento no caso de inobservância das condições ou de nova revelação de periculosidade".

"Art. 4º Quando se tratar de menor de 14 anos, a autoridade policial, logo que tiver conhecimento da ocorrência, fará apresentar o menor e as testemunhas ao Juiz competente que procederá, sem prejuízo do disposto nesta Lei, na forma dos artigos 68 e seus parágrafos e 79 do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores), com audiência do Ministério Público".

"Art. 6º A decisão definitiva do Juiz ficará sujeita a reexame do Conselho de Justiça do Distrito Federal, ou de órgão judiciário correspondente nos Estados, a pedido do Ministério Público, ou do pai ou responsável.

Parágrafo único. O pedido de reexame terá efeito devolutivo e será apresentado dentro de 10 (dez) dias, contados da intimação, devendo os autos subir no prazo de 5 (cinco) dias, após ouvidos, em tríduo, o Ministério Público, e, quando fôr o caso, o pai ou responsável. O órgão re-

visor poderá determinar as diligências que entender convenientes para seu esclarecimento".

"Art. 15.

§ 2º Da decisão do Juiz, caberá reexame nos termos do art. 6º, quando a multa fôr superior a 2 (dois) salários-mínimos vigentes na região".

Art. 2º O valor da multa referida no art. 128, § 7º, do Decreto número 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, não poderá ser inferior à metade nem superior ao dobro do salário-mínimo vigente na região, por menor admitido, aplicada em dobro no caso de reincidência.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de maio de 1968: 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Hélio Antônio Scarabótolo

LEI Nº 5.440 — DE 22 DE MAIO
DE 1968

Reajusta os vencimentos dos servidores da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam majorados de 20% (vinte por cento), a partir de 1º de janeiro de 1968, os valores dos símbolos de retribuição dos funcionários do Quadro da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, atualmente em vigor.

Art. 2º Aplica-se aos inativos da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal a majoração a que se refere o art. 1º, calculada na forma da Lei nº 2.622, de 18 de outubro de 1955.

Art. 3º O salário-família passará a ser pago na base de NCR\$ 12,00

(doze cruzeiros novos) mensais por dependente.

Art. 4º Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar às dotações próprias do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, até o limite de NCr\$ 252.000,00 (duzentos e cinqüenta e dois mil cruzeiros novos) e com vigência até 31 de dezembro de 1968.

Art. 5º A despesa, a que se refere o artigo anterior, será coberta com a arrecadação decorrente da elevação das alíquotas de que trata o art. 8º e seu parágrafo único da Lei nº 5.368, de 1 de dezembro de 1967.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de maio de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Hélio Antônio Scarabótolo
Antonio Delfim Netto
Hélio Beltrão

LEI Nº 5.440-A — DE 23 DE MAIO
DE 1968.

Altera o artigo 31 e dá nova redação ao artigo 32 e seu § 1º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º No artigo 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) suprima-se

a expressão "50 (cinqüenta) anos de idade e".

Art. 2º O artigo 32 e seu § 1º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. A aposentadoria por tempo de serviço será concedida aos 30 (trinta) anos de serviço, no valor correspondente a:

I — 80% (oitenta por cento) do salário de benefício, ao segurado do sexo masculino;

II — 100% (cem por cento) do mesmo salário, ao segurado do sexo feminino

§ 1º Fara o segurado do sexo masculino que continuar em atividade após 30 (trinta) anos de serviço, o valor da aposentadoria será acrescido de 4% (quatro por cento) do salário de benefício para cada novo ano completo de atividade abrangida pela previdência social, até o máximo de 100% (cem por cento) desse salário aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço".

Art. 3º O disposto no artigo 32 e seu § 1º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, na redação dada por esta Lei aplica-se às aposentadorias requeridas a partir de 15 de março de 1967, bem como àquelas em que a segurada, embora tendo requerido anteriormente, se tenha desligado do emprego ou encerrado a atividade naquela data ou posteriormente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, expressamente as constantes da Lei nº 4.130, de 28 de agosto de 1962.

Brasília, 23 de maio de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.441 — DE 24 DE MAIO DE 1968

Dispõe sobre o reajustamento dos aluguéis de imóveis, locados para fins residenciais depois da vigência da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os reajustamentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, quando relativos às locações a que se refere o

artigo 18 da mesma Lei não poderão ser percentualmente superiores a 2/3 (dois terços) do aumento do maior salário-mínimo no País, devendo o respectivo aumento se acrescido ao aluguel em 3 (três) parcelas, na forma estabelecida no artigo 1º do Decreto-lei nº 6 de 14 de abril de 1966.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 24 de maio de 1966; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Heitor Antonio Scarabóto

LEI Nº 5.442 — DE 24 DE MAIO
DE 1966

Modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 650, 656, 670, 672, 678, 679, 680, restabelecido, 693 e suas alíneas, mantidos os respectivos parágrafos, 694, restabelecido, 697, 721, 894, 895, alínea a, 896 e seu § 4º, e 899 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 650. A jurisdição de cada Junta de Conciliação e Julgamento abrange todo o território da Comarca em que tem sede, só podendo ser estendida ou restringida por lei federal.

Parágrafo único. As leis locais de Organização Judiciária não influirão sobre a competência de Juntas de Conciliação e Julgamento já criadas, até que lei federal assim determine.”

“Art. 656. Na falta ou impedimento do Juiz Presidente, e como auxiliar deste, funcionará o Juiz Substituto.

Parágrafo único. A designação dos substitutos será feita pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, assegurado o rodízio obrigatório dos integrantes do Quadro.”

“Art. 670. Os Tribunais Regionais das 1ª e 2ª Regiões compor-se-ão de onze juizes togados, vitalícios, e de seis juizes classistas, temporários; os da 3ª e 4ª Regiões, de oito juizes togados, vitalícios, e de quatro classistas, temporários; os da 5ª e 6ª Regiões, de sete juizes togados, vitali-

cios, e de dois classistas, temporários; os da 7ª e 8ª Regiões, de seis juizes togados, vitalícios, e de dois classistas, temporários, todos nomeados pelo Presidente da República.

§ 1º ... VETADO

§ 2º Nos Tribunais Regionais constituídos de seis ou mais juizes togados, e menos de onze, um deles será escolhido dentre advogados, um dentre membros do Ministério Público da União junto a Justiça do Trabalho e os demais dentre juizes do Trabalho Presidentes de Junta da respectiva Região, na forma prevista no parágrafo anterior.

§ 3º ... VETADO

§ 4º Os juizes classistas referidos neste artigo representarão, paritariamente, empregadores e empregados.

§ 5º Haverá um suplente para cada Juiz classista.

§ 6º Os Tribunais Regionais, no respectivo regimento interno, disporão sobre a substituição de seus juizes, observados, na convocação de juizes inferiores, os critérios de livre escolha e antiguidade, alternadamente.

§ 7º Dentre os seus juizes togados, os Tribunais Regionais elegerão os respectivos Presidente e Vice-Presidente, assim como os Presidentes de Turmas, onde as houver.

§ 8º Os Tribunais Regionais da 1ª e 2ª Regiões dividir-se-ão em Turmas, facultada essa divisão aos constituídos de, pelo menos, doze juizes. Cada turma se comporá de três juizes togados e dois classistas, um representante dos empregados e outro dos empregadores.”

“Art. 672. Os Tribunais Regionais, em sua composição plena, deliberarão com a presença, além do Presidente, da metade e mais um do número de seus juizes, dos quais, no

minimo, um representante dos empregados e outro dos empregadores.

§ 1º As Turmas somente poderão deliberar presentes, pelo menos, três dos seus juizes, entre elles os dois classistas. Para a integração dêsse *quorum*, poderá o Presidente de uma Turma convocar juizes de outra, da classe a que pertencer o ausente ou impedido.

§ 2º Nos Tribunais Regionais, as decisões tomar-se-ão pelo voto da maioria dos juizes presentes, ressalvada, no Tribunal Pleno, a hipótese de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público (artigo 111 da Constituição).

§ 3º O Presidente do Tribunal Regional, excetuada a hipótese de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público, somente terá voto de desempate. Nas sessões administrativas, o Presidente votará como os demais juizes, cabendo-lhe, ainda, o voto de qualidade.

§ 4º No julgamento de recursos contra decisão ou despacho do Presidente, do Vice-Presidente ou de Relator, ocorrendo empate, prevalecerá a decisão ou despacho recorrido."

"Art. 678. Aos Tribunais Regionais, quando divididos em Turmas, compete:

I — ao Tribunal Pleno, especialmente:

a) processar, conciliar e julgar originariamente os dissídios coletivos;

b) processar e julgar originariamente:

1) as revisões de sentenças normativas;

2) a extensão das decisões proferidas em dissídios coletivos;

3) os mandados de segurança;

4) as impugnações à investidura de vogais e seus suplentes nas Juntas de Conciliação e Julgamento;

c) processar e julgar em última instância:

1) os recursos das multas impostas pelas Turmas;

2) as ações rescisórias das decisões das Juntas de Conciliação e Julgamento, dos juizes de direito investidos na jurisdição trabalhista, das Turmas e de seus próprios acordãos;

3) os conflitos de jurisdição entre as suas Turmas, os juizes de direito investidos na jurisdição trabalhista, as Juntas de Conciliação e Julgamento, ou entre aquêles e estas;

d) julgar em única ou última instâncias:

1) os processos e os recursos de natureza administrativa atinentes aos seus serviços auxiliares e respectivos servidores;

2) as reclamações contra atos administrativos de seu presidente ou de qualquer de seus membros, assim como dos juizes de primeira instância e de seus funcionários.

II — as Turmas:

a) julgar os recursos ordinários previstos no art. 895, alínea a;

b) julgar os agravos de petição e de instrumento, êstes de decisões denegatórias de recursos de sua alçada;

c) impor multas e demais penalidades relativas a atos de sua competência jurisdiccional, e julgar os recursos interpostos das decisões das Juntas dos juizes de direito que as impuserem.

Parágrafo único. Das decisões das Turmas não caberá recurso para o Tribunal Pleno, exceto no caso do item I, alínea c, inciso I, dêsse artigo."

"Art. 679. Aos Tribunais Regionais não divididos em Turmas, compete o julgamento das matérias a que se refere o artigo anterior, exceto a de que trata o inciso I da alínea c do Item I, como os conflitos de jurisdição entre Turmas."

"Art. 680. Compete, ainda, aos Tribunais Regionais, ou suas Turmas:

a) determinar às Juntas e aos juizes de direito a realização dos atos processuais e diligências necessárias ao julgamento dos feitos sob sua apreciação;

b) fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões;

c) declarar a nulidade dos atos praticados com infração de suas decisões;

d) julgar as suspeições arguidas contra seus membros;

e) julgar as exceções de incompetência que lhes forem opostas;

f) requisitar às autoridades competentes as diligências necessárias ao

esclarecimento dos feitos sob apreciação, representando contra aquelas que não atenderem a tais requisições;

g) exercer, em geral, no interesse da Justiça do Trabalho, as demais atribuições que decorram de sua jurisdição."

"Art. 693. O Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de dezessete juizes com a denominação de Ministros, sendo:

a) onze togados e vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros natos, maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação fibbada;

b) seis classistas, com mandato de três anos, em representação paritária dos empregadores e dos empregados, nomeados pelo Presidente da República de conformidade com o disposto nos §§ 2º e 3º d'este artigo."

"Art. 694. Os juizes togados escolher-se-ão: sete, dentre magistrados da Justiça do Trabalho, dois, dentre advogados no efetivo exercício da profissão, e dois, dentre membros do Ministério Público da União junto a Justiça do Trabalho."

"Art. 697. Para substituir Ministro, togado ou classista, no caso de licença por prazo superior a 30 (trinta) dias, poderá ser convocado juiz do Tribunal Regional mais próximo da sede do Tribunal Superior do Trabalho sendo que o juiz classista, pelo de igual representação. Do mesmo modo, poderá proceder-se, na hipótese de vacância, enquanto se não der o preenchimento do cargo."

"Art. 721. Incumbe aos Officiais de Justiça e Officiais de Justiça Avaliadores da Justiça do Trabalho a realização dos atos decorrentes da execução dos julgados das Juntas de Conciliação e Julgamento e dos Tribunais Regionais do Trabalho, que lhes forem cometidos pelos respectivos Presidentes.

§ 1º Para efeito de distribuição dos referidos atos, cada Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador funcionará perante uma Junta de Conciliação e julgamento, salvo quando da existência, nos Tribunais Regionais do Trabalho, de órgão específico, destinado à distribuição de mandados judiciais.

§ 2º Nas localidades onde houver mais de uma Junta, respeitado o disposto no parágrafo anterior, a atribuição para o cumprimento do ato deprecado ao Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador será transferida a outro Oficial, sempre que, após o decurso de 9 (nove) dias, sem razões que o justifiquem, não tiver sido cumprido o ato, sujeitando-se o serventuário às penalidades da lei.

§ 3º No caso de avaliação, terá o Oficial de Justiça Avaliador, para cumprimento do ato, o prazo previsto no art. 888.

§ 4º É facultado aos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho cometer a qualquer Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador a realização dos atos de execução das decisões desses Tribunais.

§ 5º Na falta ou impedimento do Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador, o Presidente da Junta poderá atribuir a realização do ato a qualquer serventuário."

"Art. 894. Cabem embargos, no Tribunal Superior do Trabalho, para o Pleno, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação da conclusão do acórdão:

a) das decisões a que se referem as alíneas b e c do inciso I do art. 702;

b) das decisões das Turmas contrárias à letra de lei federal, ou que divergirem entre si, ou da decisão proferida pelo Tribunal Pleno, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com prejudgado, ou com jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo único. Enquanto não forem nomeados e empossados os titulares dos novos cargos de juiz, criados nesta Lei, e instaladas as Turmas, fica mantida a competência residual de cada Tribunal na sua atual composição e de seus Presidentes, como definido na legislação vigente."

"Art. 895.

a) das decisões definitivas das Juntas e Juizes, no prazo de 10 (dez) dias;"

"Art. 896. Cabe recurso de revista das decisões de última instância, quando:

a) derem ao mesmo dispositivo legal a interpretação diversa da que

for houver dado o mesmo ou outro Tribunal Regional, através do Pleno ou de Turma, ou o Tribunal Superior do Trabalho, em sua composição plena, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com prejudgado ou jurisprudência uniforme deste;

b) proferidas com violação de literal disposição de lei ou de sentença normativa.

§ 4º Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais, ou por suas Turmas, em execução de sentença, não caberá recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho."

"Art. 899. Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória até a penhora.

§ 1º Sendo a condenação de valor até 10 (dez) vezes o salário-mínimo regional, nos dissídios individuais, só será admitido o recurso, inclusive o extraordinário, mediante prévio depósito da respectiva importância. Transitada em julgado a decisão recorrida, ordenar-se-á o levantamento imediato da importância de depósito, em favor da parte vencedora, por simples despacho do juiz.

§ 2º Tratando-se de condenação de valor indeterminado, o depósito responderá ao que for arbitrado, para efeito de custas, pela Junta ou Juízo de Direito, até o limite de 10 (dez) vezes o salário-mínimo da região.

§ 3º Na hipótese de se discutir, no recurso, matéria já decidida através de prejudgado do Tribunal Superior do Trabalho, o depósito poderá levantar-se, de imediato, pelo vencedor.

§ 4º O depósito de que trata o § 1º far-se-á na conta vinculada do empregado a que se refere o art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, aplicando-se-lhe os preceitos dessa Lei observado, quanto ao respectivo levantamento, o disposto no § 1º.

§ 5º Se o empregado ainda não tiver conta vinculada aberta em seu nome, nos termos do art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, a empresa procederá à respectiva abertura, para o efeito do disposto no § 2º.

§ 6º Quando o valor da condenação, ou o arbitrado para fins de custas, exceder o limite de 10 (dez) vezes o salário-mínimo da região, o depósito para fins de recursos será limitado a este valor.

Art. 2º As vagas de juizes togados do Tribunal Superior do Trabalho, deixadas pelos atuais ocupantes dos cargos, serão preenchidas: a primeira, por magistrado; a segunda, por advogado, a terceira, por membro do Ministério Público junto à Justiça do Trabalho; a quarta e a quinta por magistrados; a sexta, por advogado; a sétima, por membro do Ministério Público junto à Justiça do Trabalho; a oitava, a nona, a décima e a décima-primeira, por magistrados.

Parágrafo único. A vaga de Ministro, nomeado de acordo com o disposto neste artigo, será preenchida por integrante do respectivo grupo.

Art. 3º Ficam criados 24 (vinte e quatro) cargos de juiz togado vitalício, sendo 4 (quatro) em cada um dos Tribunais Regionais das 1ª e 2ª Regiões; 3 (três) em cada um dos Tribunais Regionais das 3ª e 4ª; 2 (dois) em cada um dos Tribunais Regionais das 5ª e 6ª; e 3 (três) em cada um dos Tribunais Regionais das 7ª e 8ª.

Art. 4º Ficam, também, criados 12 (doze) cargos de juiz classista temporário, sendo 4 (quatro) em cada um dos Tribunais Regionais das 1ª e 2ª Regiões, e 2 (dois) para cada um dos Tribunais Regionais das 3ª e 4ª Regiões.

Art. 5º Até que o Tribunal Superior do Trabalho passe a funcionar na Capital da União, a substituição de seus Ministros, na forma do art. 697, far-se-á pelos juizes do Tribunal Regional da 1ª Região.

Art. 6º ... VETADO

Art. 7º Revogam-se os artigos 675, 682, item I, 684, § 2º, e 709, item III, da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943) e o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.275, de 24 de abril de 1967.

Parágrafo único. O § 1º do art. 684 passará a constituir o parágrafo único desse artigo.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias constantes do

Anexo 3 — Poder Judiciário, subanexo 05 — Justiça do Trabalho, do Orçamento em vigor.

Art. 9º Conta-se como tempo de serviço na magistratura, para todos os efeitos, exceto no tocante à promoção por antigüidade, o prestado no Ministério Público, no Poder Judiciário e em cargo público de provimento privativo por bacharel em Direito.

Parágrafo único. O tempo de efetivo exercício como suplente de Juiz do Trabalho será contado para efei-

to de promoção por antigüidade na classe.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de maio de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Hélio Antônio Scarabótolo
Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.443 — DE 28 DE MAIO DE 1968

Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposição Preliminar

Art. 1º São símbolos nacionais, nos termos da Constituição do Brasil:

- a) a Bandeira Nacional;
- b) o Hino Nacional.

Parágrafo único. São também símbolos nacionais, na forma da Lei que os instituiu:

- a) as Armas Nacionais;
- b) o Selo Nacional.

CAPÍTULO II

Da Forma dos Símbolos Nacionais

SEÇÃO I

Dos Símbolos em Geral

Art. 2º Consideram-se padrões dos símbolos nacionais os modelos compostos de conformidade com as especificações e regras básicas estabelecidas na presente Lei.

§ 1º Ocorrendo fato ou causa que determinem ou justifiquem alterações nos símbolos nacionais, designará o Poder Executivo uma Comissão composta de quatro membros, representantes, respectivamente, dos Ministros da Educação e Cultura, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, a qual sob a presidência do primeiro proporá as referidas modificações ao Presidente da República.

§ 2º O Poder Executivo terá o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir da publicação desta Lei, para determinar a atualização de todos os símbolos nacionais confeccionados ou reproduzidos no País ou no Exterior e de 90 (noventa) dias, para encaminhar ao Congresso Nacional, as alterações a que se refere o parágrafo anterior.

SEÇÃO II

Da Bandeira Nacional

Art. 3º A Bandeira Nacional é a que foi adotada pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, podendo ser atualizada todas as vezes que ocorrer a criação de novos Estados, na forma prevista na Constituição do Brasil.

§ 1º As constelações que figuram na Bandeira Nacional correspondem ao aspecto do céu, na cidade do Rio de Janeiro, às 8 horas e 30 minutos do dia 15 de novembro de 1889 (12 horas siderais) e devem ser consideradas como vistas por um observador situado fora da esfera celeste.

§ 2º Para representarem novos Estados da União, escolher-se-ão estrelas que compõem o aspecto do céu referido no parágrafo anterior, de modo a permitir-lhes a inclusão no círculo azul da Bandeira Nacional, sem afetar a disposição estética original constante do desenho proposto pelo Decreto nº 4, de 18 de novembro de 1889.

Art. 4º A Bandeira Nacional, em tecido, para repartições públicas em geral, federais, estaduais e municipais, para quartéis e escolas públicas e particulares será executada em um dos seguintes tipos nos quais se considerará como largura do pano e do filel-padrão, normalmente de 45 (quarenta e cinco) centímetros: tipo 1, um pano de largura; tipo 2, dois panos de largura; tipo 3, três panos de largura; tipo 4, quatro panos de largura; tipo 5, cinco panos de largura; tipo 6, seis panos de largura; tipo 7, sete panos de largura.

Parágrafo único. Os tipos enumerados neste artigo são os normais. Poderão ser fabricados tipos extraordinários de dimensões maiores, menores ou intermediárias, conforme as condições de uso, mantidas entretanto as devidas proporções.

Art. 5º A feitura da Bandeira Nacional obedecerá às seguintes regras. (Anexo nº 2):

I — Para cálculo das dimensões, tomar-se-á por base a largura desejada, dividindo-se esta em 14 (quatorze) partes iguais. Cada uma das partes será considerada uma medida ou módulo.

II — O comprimento será de vinte módulos (20 M).

III — A distância dos vértices do losango amarelo ao quadro externo será de um módulo e sete décimos (1,7 M).

IV — O círculo azul no meio do losango amarelo terá o raio de três módulos e meio (3,5 M).

V — O centro dos arcos da faixa branca estará dois módulos (2 M) à esquerda do ponto de encontro do prolongamento do diâmetro vertical do círculo com a base do quadro externo (ponto C indicado no Anexo nº 2).

VI — O raio do arco inferior da faixa branca será de oito módulos (8 M); o raio do arco superior da faixa branca será de oito módulos e meio (8,5 M).

VII — A largura da faixa branca será de meio módulo (0,5 M).

VIII — As letras da legenda ORDEM E PROGRESSO serão escritas em cor verde. Serão colocadas no meio da faixa branca, ficando, para cima e para baixo, um espaço igual em branco. A letra P ficará sobre o diâmetro vertical do círculo. A distribuição das demais letras far-se-á conforme a indicação do Anexo nº 2. As letras da palavra ORDEM e da palavra PROGRESSO terão um terço de módulo (0,33 M) de altura. A largura dessas letras será de três décimos de módulo (0,30 M). A altura da letra da conjunção E será de três décimos de módulo (0,30 M). A largura dessa letra será de um quarto de módulo (0,25 M).

IX — As estrelas serão de 4 (quatro) dimensões a saber, de primeira, segunda, terceira e quarta grandezas. Devem ser traçadas dentro de círculos cujos diâmetros são: de três décimos de módulo (0,30 M) para as de primeira grandeza; de um quarto de módulo (0,25 M) para as de segunda grandeza; de um quinto de módulo (0,20 M) para as de terceira grandeza; de um sétimo de módulo (0,14 M) para as de quarta grandeza.

X — As duas faces devem ser exatamente iguais, com a faixa branca inclinada da esquerda para a direita (do observador que olha a faixa de frente), o Escorpião à direita, o Cruzeiro do Sul no meio, Prócion, Sirio e Canopo à esquerda e o mais como se indica no Anexo nº 2. É vedado fazer uma face como avesso da outra.

XI — Para exata e mais fácil disposição das estrelas e constelações, poder-se-á dividir o círculo azul em quadriculos (como se indica no Anexo nº 2), verificando-se entre outras localizações que a Espiga da constelação da Virgem, acima da faixa branca, corresponde à terceira letra de PROGRESSO; que Prócion fica sob a letra O de ORDEM que a estrela mais da direita da constelação do Escorpião, fica sob a última letra de PROGRESSO, e que as estrelas Sigma do Oitante, Alfa e Gama do Cruzeiro do Sul e a letra P de PROGRESSO ficam sobre o diâmetro vertical do mesmo círculo.

SEÇÃO III

Do Hino Nacional

Art. 6º O Hino Nacional é o composto da música de Francisco Manoel da Silva e do poema de Joaquim Osório Duque Estrada, de acordo com o que dispõem os Decretos nº 171, de 20 de janeiro de 1890, e nº 15.671, de 6 de setembro de 1922, conforme consta dos Anexos ns. 3, 4, 5, 6 e 7

Parágrafo único. A marcha batida, de autoria do mestre de música Antão Fernandes, integrará as instrumentações de orquestra e banda, nos casos de execução do Hino Nacional, mencionados na alínea a do artigo 19 desta Lei, devendo ser mantida e adotada a adaptação vocal, em fa maior, do maestro Alberto Nepomuceno.

SEÇÃO IV

Das Armas Nacionais

Art. 7º As Armas Nacionais são as instituídas pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889 (Anexos ns. 8 e 9) com a atualização que resultar dos casos de alteração previstos na Constituição do Brasil.

Art. 8º A feitura das Armas Nacionais deve obedecer à proporção de 15 (quinze) de altura por 14 (quatorze) de largura, e atender às seguintes disposições:

I — O escudo redondo será constituído em campo azul celeste, contendo cinco estrelas de prata, dispostas na forma da constelação do Cruzeiro do Sul, com a bordadura do campo perfilada de ouro, carregada de tantas estrelas de prata quantos forem os Estados da Federação, mais uma representativa do Distrito Federal.

II — O escudo ficará pousando numa estrela partida-gironada, de 10 (dez) peças de sinopla e ouro, bordada de 2 (duas) tiras, a interior de goles e a exterior de ouro.

III — O todo brocante sobre uma espada em pala, empunhada de ouro, guardas de blau, salvo a parte do centro que é de goles e contendo uma estrela de prata, figurará sobre uma coroa formada de um ramo de café frutificado, à destra, e de outro de fumo florido, à sinistra, ambos da própria cor, atados de blau ficando o conjunto sobre um resplendor de ouro, cujos contornos formam uma estrela de 20 (vinte) pontas.

IV — Em listel de blau, brocante sôbre os punhos da espada inscrever-se-á em ouro a legenda *República Federativa do Brasil* no centro, e ainda as expressões "15 de Novembro", na extremidade destra, e as expressões "de 1889", na sinistra.

Art. 9º O Sêlo Nacional tem os distintivos a que se refere o Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, devendo ser atualizado quando ocorrer a criação de novos Estados da Federação, na forma estabelecida pela Constituição do Brasil.

Art. 10. O Sêlo Nacional será constituído por um círculo representando uma esfera celeste, igual ao que se acha no centro da Bandeira Nacional, tendo em volta as palavras REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Para a feitura do Sêlo Nacional, observar-se-á o seguinte:

I — Desenham-se 2 (duas) circunferências concêntricas, havendo entre os seus raios a proporção de 3 (três) para 4 (quatro).

II — A colocação das estrêlas, da faixa e da legenda ORDEM E PROGRESSO no círculo interior obedecerá às mesmas regras estabelecidas para a feitura da Bandeira Nacional.

III — As letras das palavras REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL terão de altura um sexto do raio do círculo interior, e de largura um sétimo do mesmo raio.

IV — A distribuição das letras deverá ser feita pelo modo indicado no Anexo nº 10.

CAPÍTULO III

Da Apresentação dos Símbolos Nacionais

SEÇÃO I

Da Bandeira Nacional

Art. 11. A Bandeira Nacional deve ser hasteada de sol a sol, sendo permitido o seu uso à noite uma vez que se ache convenientemente iluminada.

Parágrafo único. Normalmente, far-se-á o hasteamento às 8 horas e o arriamento às 18 horas.

Art. 12. Será a Bandeira Nacional obrigatoriamente hasteada nos dias de festa ou luto nacional em tôdas as repartições públicas federais, estaduais e municipais, nos estabelecimentos particulares de ensino reconhecidos e inspecionados, nas entidades sindicais e bem assim em quaisquer outras instituições particulares de assistência, letras, artes, ciências e desportos.

Art. 13. Em todos os estabelecimentos de qualquer ramo ou grau de ensino públicos ou particulares, será obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional nos dias de festa ou luto nacional, e ainda pelo menos uma vez por semana. O hasteamento, salvo motivo de força maior, far-se-á sempre com solenidade. Serão os estabelecimentos de ensino obrigados a manter a Bandeira Nacional em lugar de honra, quando não esteja hasteada.

Art. 14. Será a Bandeira Nacional diariamente hasteada:

- a) no palácio da Presidência da República;
- b) na residência do Presidente da República;
- c) nos palácios dos Ministérios;

d) na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, no Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores, nos palácios dos governos estaduais, nas Assembléias Legislativas Estaduais, nas Prefeituras Municipais, nas Câmaras Municipais e nas repartições federais, estaduais e municipais situadas nas regiões fronteiriças, durante as horas de expediente;

e) nas unidades da Marinha Mercante, de acordo com as leis e regulamentos da navegação, polícia naval e praxes internacionais.

Art. 15. O uso da Bandeira Nacional, nas Forças Armadas regular-se-á pelas disposições dos respectivos cerimoniais.

Art. 16. No dia 19 de novembro de cada ano, o hasteamento e o arriamento da Bandeira Nacional realizar-se-ão às 12 e 18 horas, respectivamente, com as solenidades especiais determinadas pelas autoridades.

Art. 17. O uso da Bandeira Nacional obedecerá às seguintes prescrições:

I — Quando hasteada em janela, porta, sacada ou balcão, ficará: ao centro, se isolada; à direita, se houver bandeira de outra nação; ao centro se figurarem diversas bandeiras perfazendo número ímpar; em posição que se aproxime do centro e à direita deste, se, figurando diversas bandeiras, a soma delas formar número par. As presentes disposições são também aplicáveis quando figurarem, ao lado da Bandeira Nacional, bandeiras representativas de instituições, corporações ou associações.

II — Quando em préstito ou procissão não será conduzida em posição horizontal, e irá ao centro da testa da coluna, se isolada; à direita da testa da coluna, se houver outra bandeira; à frente e ao centro da testa da coluna, 2 (dois) metros adiante da linha pelas demais formadas, se concorrerem 3 (três) ou mais bandeiras.

III — Quando distendida e sem mastro, em rua ou praça, entre edifícios, ou em portas, será colocada de modo que o lado do retângulo esteja em sentido horizontal, e a estrela isolada em cima.

IV — Quando ostentada em salas ou salões, por motivo de reunião, conferências ou solenidades, ficará estendida ao longo da parede, por detrás da cadeira da presidência ou do local da tribuna, sempre acima da cabeça do respectivo ocupante e colocada pelo modo indicado no número anterior.

V — Quando em florão, sobre escudo ou outra qualquer peça, que agrupe diversas bandeiras, ocupará o centro, não podendo ser menor do que as outras nem colocada abaixo delas.

VI — Quando hasteada em mastro ou içada em adriça, ficará no tope, lais ou penol; se figurar juntamente com bandeira de outra nação, ou pavilhão ou flâmula de autoridade federal, será colocada à mesma altura; se figurar com pavilhões de unidades militares ou bandeiras representativas de instituições, corporações ou associações, será colocada acima.

VII — Quando em funeral: para hasteamento, será levada ao tope antes de baixar a meia adriça ou a meio mastro, e subirá novamente ao tope, antes do arriamento; sempre que for conduzida em marcha será o luto indicado por um laço de crepe, atado junto à lança.

VIII — Quando distendida sobre ataúde no enterramento de cidadão que tenha direito a esta homenagem, ficará a tralha do lado da cabeça do morto e a estrela isolada à direita, devendo ser retirada por ocasião do sepultamento.

§ 1º Considera-se lado direito, nas janelas, portas, sacadas e balcões, o lugar que fica à direita do observador nesses pontos, de frente para a rua; observar-se-á critério análogo para a determinação do lado direito em qualquer outro caso.

§ 2º No caso do número I do presente artigo, o mastro ou haste deverá estar situado no plano vertical normal à fachada, a prumo ou inclinado para fora, com relação à vertical, no máximo até 30 (trinta) graus.

§ 3º A Bandeira Nacional será hasteada em funeral, não o podendo ser, todavia, nos dias feriados:

a) em todo o País, quando decretado luto oficial pelo Presidente da República;

b) na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, nas Assembléias Legislativas Estaduais e nas Câmaras Municipais, quando determinado pelo respectivo Presidente, por motivo de falecimento de um dos seus membros;

c) no Supremo Tribunal Federal e nos Tribunais Superiores, quando determinado pelos respectivos Presidentes, por motivo do falecimento de um dos seus juizes;

d) nos palácios dos governos estaduais e nas Prefeituras Municipais, quando decretado luto oficial pela autoridade competente do Estado ou do Município, por motivo de falecimento do Governador ou do Prefeito.

e) o hasteamento poderá ser feito a meio mastro ou a meia adriça, de acordo com as disposições relativas a honras fúnebres dos cerimoniais das Forças Armadas, ou conforme o uso internacional.

§ 4º Em ocasião em que deva ser efetuado outro hasteamento, o da Bandeira Nacional far-se-á em primeiro lugar; o seu arriamento, neste caso, será feito por último.

§ 5º Para homenagem a nações estrangeiras e a autoridades nacionais ou estrangeiras, assim como na ornamentação de praças, jardins ou vias públicas, é facultado o uso da Bandeira Nacional juntamente com as de outras nações, podendo ser colocadas, em mastros ou postes, escudos ornamentais, ao redor dos quais se disponham as bandeiras, dando-se sempre à Bandeira Nacional a situação descrita no número I do presente artigo, e à mesma altura das estrangeiras.

SEÇÃO II

Do Hino Nacional

Art. 18. A execução do Hino Nacional obedecerá às seguintes prescrições:

I — Será sempre executado em andamento metronômico de uma semínima igual a 120 (cento e vinte).

II — É obrigatória a tonalidade de si bemol para a execução instrumental simples.

III — Far-se-á o canto sempre em uníssono.

IV — Nos casos de simples execução instrumental, tocar-se-á a música integralmente, mas sem repetição; nos casos de execução vocal, serão sempre cantadas as duas partes do poema.

Art. 19. Será o Hino Nacional executado:

a) em continência à Bandeira Nacional e ao Presidente da República; ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal, quando incorporados; e nos demais casos expressamente determinados pelos regulamentos de continência ou cerimônias de cortesias internacionais;

b) na ocasião do hasteamento da Bandeira Nacional, nos estabelecimentos públicos ou particulares, de qualquer ramo ou grau de ensino, pelo menos uma vez por semana.

§ 1º A execução será instrumental nos 3 (três) primeiros casos, será instrumental ou vocal no quarto caso, será vocal no último caso.

§ 2º É vedada a execução do Hino Nacional, em continência, fora dos casos previstos no presente artigo.

§ 3º Será facultativa a execução do Hino Nacional na abertura de sessões cívicas, nas cerimônias religiosas a que se associe sentido patriótico, bem assim para exprimir regozijo público em ocasiões festivas.

SEÇÃO III

Das Armas Nacionais

Art. 20. É obrigatório o uso das Armas Nacionais:

- a) no palácio da Presidência da República;
- b) na residência do Presidente da República;
- c) na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, no Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores, nos palácios dos governos estaduais e nas Prefeituras Municipais;
- d) na frontaria dos edifícios das repartições públicas federais;
- e) nos quartéis das forças federais de terra, mar e ar, e das forças policiais, nos seus armamentos e bem assim nas fortalezas e nos navios de guerra;
- f) na frontaria ou no salão principal das escolas públicas;
- g) nos papéis de expediente das repartições públicas e nas publicações oficiais.

SEÇÃO IV

Do Selo Nacional

Art. 21. O Selo Nacional será usado para autenticar os atos de governo e bem assim os diplomas e certificados expedidos pelos estabelecimentos de ensino, oficiais ou reconhecidos.

CAPÍTULO IV

Das Proibições

Art. 22. São vedados o uso da Bandeira Nacional, das Armas Nacionais, do Selo Nacional, assim como a execução vocal ou instrumental do Hino Nacional sempre que não se revestirem da forma, ou não se apresentarem do modo prescrito na presente Lei.

Art. 23. É igualmente proibido que se apresente ou se trate com desrespeito qualquer dos símbolos nacionais.

Art. 24. É ainda proibido o uso da Bandeira Nacional:

- a) sempre que o exemplar não estiver em bom estado de conservação;
- b) como ornamento ou roupagem, nas casas de diversões, ou em qualquer ato que não se revista de caráter oficial;
- c) como reposteiro ou pano de boca, guarnição de mesa ou revestimento de tribuna, cobertura de placas, retratos, painéis ou monumentos a serem inaugurados;
- d) por pessoa natural ou entidade coletiva para a prestação de honras de caráter particular.

Art. 25. É vedada a execução de quaisquer arranjos vocais do Hino Nacional, a não ser o de Alberto Nepomuceno, na conformidade do Anexo nº 7; igualmente não será permitida a execução de arranjos artísticos instrumentais do Hino Nacional que não sejam autorizados pelo Ministério da Educação e Cultura, ouvida a Escola Nacional de Música.

Art. 26. Não se permitirá o uso das Armas Nacionais quando postas em conjunto com outras armas, ou brasões, forem de menor tamanho ou não ocuparem a posição de honra.

Parágrafo único. Para a determinação da ordem de precedência, no caso do presente artigo, observar-se-ão as disposições estabelecidas para uso da Bandeira Nacional.

Art. 27. É vedado o uso parcial ou integral da Bandeira Nacional, das Armas Nacionais ou do Selo Nacional nos rótulos ou invólucros de produtos expostos à venda e bem assim na propaganda ou qualquer outro ato ou expediente de natureza comercial ou industrial.

Art. 28. Nenhuma bandeira de outra nação poderá ser usada no País, sem que flutue, ao seu lado direito, de igual tamanho e em posição de realce, a Bandeira Nacional, salvo nas sedes das representações diplomáticas e consulares.

CAPÍTULO V

Das Côres Nacionais

Art. 29. Consideram-se cores nacionais o verde e o amarelo.

Art. 30. Para ornamentação em geral nos casos em que não seja permitido o uso da Bandeira Nacional, poderão ser empregadas, em galhardetes, flâmulas, painéis, escudos ou de outro qualquer modo as cores nacionais inclusive em combinação com o azul e o branco.

CAPÍTULO VI

Do Respeito Devido à Bandeira Nacional e ao Hino Nacional

Art. 31. Durante a cerimônia do içamento ou arriamento da Bandeira Nacional, nas ocasiões em que ela se apresentar em marcha ou cortejo, assim como durante a execução do Hino Nacional é obrigatória a atitude de respeito, conservando-se todos de pé e em silêncio.

§ 1.º nas oportunidades referidas neste artigo, os militares farão continência regulamentar, e os civis, do sexo masculino descobrir-se-ão, não podendo os estrangeiros eximir-se deste comportamento. Os civis, de ambos os sexos deverão sempre manter-se de pé e em postura respeitosa.

§ 2.º É vedada qualquer outra forma de saudação que não as mencionadas neste artigo.

Art. 32. O exemplar da Bandeira Nacional, em desuso por se achar em mau estado de conservação, poderá ser entregue ao comando de qualquer unidade militar, a fim de ser incinerado.

Parágrafo único. Não será incinerado, mas recolhido ao Museu Histórico Nacional, o exemplar da Bandeira Nacional ao qual esteja ligado qualquer fato de relevante significação na vida do País.

Art. 33. A cerimônia da incineração de que trata o artigo anterior realizar-se-á a 19 de novembro de cada ano, levantando-se para tal fim uma pira no pátio do quartel da unidade militar em que deva ser feita.

§ 1.º A cerimônia poderá excepcionalmente ser realizada em praça pública.

§ 2.º É obrigatória, quando solicitada, a cooperação das escolas na cerimônia de que trata o presente artigo.

CAPÍTULO VII

Das Penalidades

Art. 34. Incluem-se entre os crimes de que trata o Capítulo II do Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967, e serão punidos com a pena de 1 (um) a 3 (três) anos de prisão, os seguintes:

I — Praticar, em lugar público, ato que se traduza em menosprezo, vilipêndio ou ultraje a qualquer dos símbolos nacionais.

II — Despertar, ou tentar despertar, por palavras ou por escrito, contra qualquer dos símbolos nacionais, a repulsa ou o desprezo público.

Art. 35. A violação de qualquer disposição da presente Lei, excluídos os casos do artigo anterior, sujeita o infrator à multa de 100 (cem) a 400 (quatrocentos) cruzeiros novos, elevada ao dôbro nos casos de reincidência.

Art. 36. A autoridade policial, que tomar conhecimento da infração de que trata o artigo anterior, notificará o autor para apresentar defesa no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, findo o qual proferirá a sua decisão, impondo ou não a multa.

A autoridade policial, antes de proferida a decisão poderá determinar a realização, dentro do prazo de 10 (dez) dias, de diligências esclarecedoras, se o julgar necessário ou se a parte o requerer.

Parágrafo único. Imposta a multa, e uma vez homologada a sua imposição pelo juiz, que poderá proceder a uma instrução sumária, no prazo de 10 (dez) dias far-se-á a respectiva cobrança, ou a conversão em pena de detenção, na forma da lei penal.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 37. Haverá nos Quartéis-Generais das Forças Armadas federais, na Casa da Moeda, na Escola Nacional de Música, nas embaixadas, legações e consulados do Brasil, nos museus históricos oficiais, nos comandos de unidade de terra, mar e ar, capitanias de portos e alfândegas, e nas prefeituras municipais, uma coleção de exemplares-padrão dos símbolos nacionais a fim de servirem de modelos obrigatórios para a respectiva feitura, constituindo o instrumento de confronto para a aprovação dos exemplares destinados à apresentação, procedam ou não da iniciativa particular.

§ 1º Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação desta Lei, exemplares da Bandeira Nacional e das Armas Nacionais não poderão ser distribuídos gratuitamente ou postos a venda, sem que tragam, na tralha, daquele primeiro símbolo, e no reverso do segundo, a marca e o endereço do fabricante ou editor, bem como a data de sua feitura.

§ 2º É vedado colocar quaisquer indicações sobre a Bandeira Nacional e as Armas Nacionais.

§ 3º Os modelos dos símbolos nacionais mencionados nos parágrafos anteriores ficarão arquivados nas fábricas, litografias ou oficinas.

§ 4º Os modelos do Hino Nacional deverão conter, para efeitos do parágrafo anterior, a data do despacho do Diretor da Escola Nacional de Música, ou, em sua falta, o sinete do comandante da guarnição ou da corporação militar federal.

§ 5º As faturas de importação de símbolos nacionais só poderão ser visadas pela autoridade consular brasileira no Exterior, se os seus exemplares estiverem de acordo com os modelos. Nas alfândegas do País serão apreendidos e inutilizados, na forma prevista por Esta Lei, os exemplares de símbolos nacionais que não se conformarem com os preceitos legais.

Art. 38. É obrigatório o ensino do desenho da Bandeira Nacional e do canto do Hino Nacional em todos os estabelecimentos, públicos ou particulares, de ensino primário, normal, secundário e profissional.

Art. 39. Ninguém poderá ser admitido ao serviço público sem que demonstre conhecimento do Hino Nacional.

Art. 40. O uso do símbolo de nações estrangeiras, nas zonas rurais do País dependerá de autorização especial do Ministério da Justiça.

Art. 41. O Ministério da Educação e Cultura fará a edição oficial definitiva de todas as partituras do Hino Nacional e bem assim promoverá a gravação em discos de sua execução instrumental e vocal.

Art. 42. Incumbe ainda ao Ministério da Educação e Cultura organizar concursos entre autores nacionais para a redução das partituras de orquestras do Hino Nacional para orquestras restritas.

Art. 43. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 44. Ficam revogados o Decreto-lei n.º 4.545, de 31 de julho de 1942, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de maio de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Helio Antonio Scarabóto
Augusto Hamann Rademaker Grinewald
Aurelio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antonio Delfim Netto
Mario David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Marcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
José Costa Cavalcanti
Edmundo de Macedo Soares
Helio Beltrão
Antonio Faustino Porto Sobrinho
Carlos F. de Simas

Os anexos citados na presente lei foram publicados em suplemento do D. O. de 31-5-68.

LEI Nº 5.444 — DE 30 DE MAIO
 DE 1968

Dispõe sobre a redução e isenção de impostos na exportação e na importação.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São concedidos, às indústrias fabricantes e exportadores de produtos manufaturados, estímulos fiscais sobre suas vendas de manufaturas para o exterior, sob a forma de crédito tributário calculado sobre o valor FOB das mesmas em moeda nacional, e a ser deduzido do valor do imposto sobre produtos industrializados incidente sobre suas vendas no mercado interno.

§ 1º Os fabricantes de manufaturas, beneficiados na forma deste artigo, ficam autorizados a deduzir, em sua conta corrente tributária de im-

pósto sobre produtos industrializados, importância correspondente a 5%, desse tributo, calculado, como se, devido fosse, sobre o valor de suas vendas de produtos manufaturados para o exterior, e até o limite máximo de 10% sobre as mesmas.

§ 2º O crédito a que se refere o parágrafo anterior poderá alcançar até 100% do imposto, calculado como se devido fosse, e terá elevado seu limite máximo para 20%, quando o valor das exportações de produtos manufaturados da empresa exceder o do exercício financeiro imediatamente anterior, calculando-se o benefício sobre as parcelas de exportação excedentes.

§ 3º VETADO ...

Art. 2º O benefício de que trata o artigo 1º aplica-se, igualmente, ao fabricante de produtos manufaturados cuja exportação seja realizada por intermédio de firmas especializadas em exportação, cooperativas, associações ou consórcios de exportadores, devi-

damente registrados na Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX).

Art. 3º O Poder Executivo, mediante decreto que regulamente a presente lei, relacionará os produtos cuja exportação deva ser incentivada com a aplicação dos benefícios de que trata o artigo 1º, podendo limitar prazos para a aplicação dos mesmos e fixar níveis diferenciais de estímulo, dentro dos limites desta lei e tendo em vista a política nacional de exportação.

Art. 4º O artigo 10 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, acrescido de três parágrafos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. Aos produtos isentos do imposto de importação, na forma prevista neste capítulo, poderá ser concedida isenção ou redução de imposto sobre produtos industrializados, nos termos, limites e condições previstos neste artigo e em regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo.

§ 1º As importações destinadas à União, Estados, Municípios e Distrito Federal, bem como às Autarquias e demais entidades de direito público interno, ficam também sujeitas às normas previstas neste artigo.

§ 2º O Poder Executivo, em relação a empresas produtoras de bens industriais, poderá condicionar a isenção ou redução a exportações compensatórias.

§ 3º As disposições deste artigo aplicam-se aos casos previstos em leis específicas que autorizam a isenção do imposto sobre produtos industrializados nas importações de equipamento para setores de produção determinados, dependendo de lei prévia a ampliação de período e das condições e espécies das isenções."

Art. 5º É concedida isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, para os aparelhos especiais destinados à adaptação de veículos com a finalidade de permitir sua utilização por paraplégicos ou pessoas portadoras de defeitos físicos que as impossibilitem de utilizar veículos comuns.

Parágrafo único. A importação dos aparelhos de que trata este artigo

somente se beneficiará com a isenção quando se constituir de material sem similar nacional, importado diretamente pelo interessado ou pelas empresas nacionais fabricantes de veículos automoveis, para utilização nos limites deste artigo.

Art. 6º Nos casos legalmente previstos, de isenção do imposto de importação a ser declarada por ato do Poder Executivo, poderá este deferir o benefício apenas em parte, limitando-o à redução do referido tributo, tendo em vista os interesses da política nacional de importação, e de acordo com normas estabelecidas em regulamento a ser baixado por decreto.

Art. 7º O Poder Executivo, no prazo de noventa (90) dias, baixará a regulamentação da presente lei.

Art. 8º O Poder Executivo remeterá semestralmente ao Congresso Nacional relatório com a avaliação dos resultados da aplicação desta lei, discriminando as empresas beneficiadas com os estímulos fiscais constantes do artigo 1º, o valor dos benefícios utilizados e as variações ocorridas, em seu movimento de exportação de manufaturas, em relação aos dois semestres anteriores.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de maio de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.445 — DE 30 DE MAIO
DE 1968

Modifica os artigos 517 e 523 do Decreto-lei número 1.608, de 18 de setembro de 1939 (Código de Processo Civil).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os artigos 517 e 523 do Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro

de 1939 (Código de Processo Civil), passam a ter a seguinte redação:

"Art. 517. Quando o valor total da herança não exceder ao de 50 (cinquenta) salários-mínimos do mais alto nível vigente no País, o processo do inventário e partilha far-se-á de acordo com as regras deste Capítulo, aplicadas, quanto ao mais, as estabelecidas nos Capítulos anteriores."

"Art. 523. O Processo deste Capítulo será observado em inventário de valor superior ao correspondente a 50 (cinquenta) salários-mínimos do mais alto nível vigente no País, se as partes forem capazes de transigir e nele convierem em termo judicial, assinado por todos."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de maio de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Helio Antônio Scarabóto

LEI Nº 5.446 — DE 4 DE JUNHO
DE 1968

Concede pensão especial ao cidadão brasileiro Assis Almeida e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a Assis Almeida ex-soldado da borracha no período da Segunda Guerra Mundial, a pensão especial no montante de 2 (duas) vezes o salário-mínimo vigente no Estado da Guanabara, devida a partir da data em que esta Lei entrar em vigor.

Art. 2º A despesa decorrente dessa concessão correrá à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento de pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de junho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.447 — DE 4 DE JUNHO
DE 1968

Concede isenção aos impostos sobre produtos industrializados e de importação para dois helicópteros e três aviões, seus equipamentos adicionais e complementos, destinados a empresas que exploram serviços aerofotogramétricos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos sobre produtos industrializados e de importação para 2 (dois) aviões "Beechcraft", seus equipamentos adicionais e complementos; 2 (dois) helicópteros "Hughes", cobertos, respectivamente, pela licença de importação DG-66-107-554 e pelas guias de importação ns. 66-10.625 e 66-10.626, importados por "Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A."; e para 1 (um) avião "Cessna", modelo executivo Skynight, seus equipamentos adicionais e complementos, cobertos pela guia de importação número 18-67-26.565, importado por "Vasp — Aerofotogrametria S.A.", todos destinados à atividade aerofotogramétrica.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de junho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.448 — DE 4 DE JUNHO
DE 1968

Acréscenta mais um inciso ao artigo 15 do Decreto-lei número 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescente-se ao artigo 15 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências, o seguinte inciso:

“XII — As aeronaves, equipamentos e material técnico, destinados à indústria de mapas e levantamentos aerofotogramétricos importados por empresas de capital exclusivamente nacional, que explorem serviços de aerofotogrametria.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de junho de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.449 — DE 4 DE JUNHO
DE 1968

Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São declarados de interesse da segurança nacional, para os efei-

tos do disposto no art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os seguintes Municípios:

I — no Estado do Acre: — os de Brasília; Cruzeiro do Sul; Feijó; Sena Madureira e Xapuri;

II — no Estado do Amazonas: — os de Atalaia do Norte; Barcelos; Benjamin Constant; Ilha Grande; Ipixuna; Japura; Santo Antônio do Itá; São Paulo de Olivença e Uaupés;

III — no Estado da Bahia: — os de Paulo Afonso e São Francisco do Conde;

IV — no Estado de Mato Grosso: — os de Amambai; Antônio João; Bela Vista; Cáceres; Caracol; Corumbá; Igatuemi; Mato Grosso; Ponta Porã e Porto Murtinho;

V — no Estado do Pará: os de Almeirim; Óbidos e Oriximiná;

VI — no Estado do Paraná: — os de Barracão; Capanema; Foz do Iguaçu; Guaira; Medianeira; Marechal Cândido Rondon; Petoia D'Este; Planalto; Santo Antônio do Sudoeste e São Miguel do Iguaçu;

VII — no Estado do Rio Grande do Sul: — os de Alecrim; Bagé; Crissiumal; Dom Pedrito; Erval; Horizontina; Itaqui; Jaguarão; Porto Lucena; Porto Xavier; Quaraí; Rio Grande; Santa Vitória do Palmar; Santana do Livramento; São Borja; São Nicolau; Tenente Portela; Três Passos; Tucunduva; Tuparendi e Uruguaiana;

VIII — no Estado do Rio de Janeiro — o de Duque de Caxias;

IX — no Estado de Santa Catarina: — os de Descanso; Dionísio Cerqueira; Itapiranga; São José do Cedro e São Miguel do Oeste; e

X — no Estado de São Paulo: — os de Cubatão e São Sebastião.

Art. 2º Os Prefeitos dos Municípios especificados no artigo primeiro serão nomeados pelo Governador do Estado respectivo, mediante prévia aprovação do Presidente da República.

Parágrafo único. Se o nome escolhido não merecer aprovação do Presidente da República, este, por intermédio do Ministério da Justiça, comunicará ao Governador do Estado

sua decisão, devendo ser feita a indicação de novo nome, dentro do prazo de dez (10) dias, a contar daquela comunicação.

Art. 3º Nas faltas e impedimentos não superiores a sete (7) dias, os Prefeitos, nomeados de acordo com esta lei, serão substituídos na forma do disposto na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. Se a falta ou o impedimento do Prefeito perdurar por mais de sete (7) dias deverá ser nomeado novo Prefeito para exercer o cargo, enquanto durar o afastamento observado o disposto no artigo anterior.

Art. 4º Os Prefeitos nomeados, nos termos do artigo anterior serão exonerados quando decaírem da confiança do Presidente da República ou do Governador do Estado.

Parágrafo único. Comunicado pelo Presidente da República por intermédio do Ministro da Justiça, ao Governador do Estado, que o Prefeito

deixou de merecer confiança, deverá ser imediatamente exonerado.

Art. 5º Ficam respeitados os mandatos dos atuais Prefeitos Municipais, cujos municípios são declarados, por esta lei, de interesse da segurança nacional.

Parágrafo único. Até trinta (30) dias antes do término desses mandatos, ou, no caso de vacância do cargo, no prazo de dez (10) dias, após ocorrer a vaga, o Governador do respectivo Estado deverá enviar ao Presidente da República, o nome do Prefeito a ser nomeado para o Município, para os efeitos desta lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de junho de 1968:
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

LEI Nº 5.450 — DE 5 DE JUNHO DE 1968

Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1968-1970

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1968-1970, constituído pelos Anexos integrantes desta Lei e elaborado em conformidade com o disposto no art. 63, parágrafo único, da Constituição do Brasil, e nos arts. 5º e seguintes da Lei Complementar nº 3, de 7 de dezembro de 1967, estima, para o período, despesas de capital no valor global de NCr\$ 17.567.247.774,00 (dezessete bilhões, quinhentos e sessenta e sete milhões, duzentos e quarenta e sete mil, setecentos e setenta e quatro cruzeiros novos).

Art. 2º Os recursos destinados ao financiamento do Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1968-1970 são previstos em NCr\$ 17.567.247.774,00 (dezessete bilhões, quinhentos e sessenta e sete milhões, duzentos e quarenta e sete mil, setecentos e setenta e quatro cruzeiros novos), assim distribuídos:

| | NCR\$ DE 1968 | | |
|------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | 1968 | 1969 | 1970 |
| 1 — RECURSOS | 4.428.841.298 | 4.806.656.727 | 5.355.266.345 |
| 1.1 — Recursos Orçamentários | 116.586.824 | 162.432.000 | 190.404.500 |
| 1.2 — Recursos próprios | 232.419.271 | 271.682.730 | 159.950.200 |
| 1.3 — Recursos externos | 675.283.164 | 588.215.296 | 579.509.419 |
| 1.4 — Outros recursos | | | |
| | <u>5.453.130.557</u> | <u>5.828.986.753</u> | <u>6.285.130.464</u> |

Art. 3º A programação setorial das despesas de capital desdobra-se da forma seguinte:

| | NCR\$ DE 1968 | | |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|
| | 1968 | 1969 | 1970 |
| Administração | 145.055.925 | 117.443.886 | 117.880.612 |
| Agropecuária | 209.786.358 | 228.072.041 | 263.245.344 |
| Assistência e Previdência | 5.812.544 | 5.256.150 | 4.821.665 |
| Colonização e Reforma Agrária | 91.863.000 | 90.384.000 | 101.777.000 |
| Comércio | 4.426.500 | 5.474.833 | 5.151.600 |
| Comunicações | 68.046.370 | 72.509.275 | 88.868.171 |
| Defesa e Segurança | 802.052.312 | 311.800.554 | 331.511.107 |
| Educação | 351.319.253 | 375.067.158 | 414.629.047 |
| Energia | 557.958.074 | 688.582.753 | 759.119.299 |
| Habituação e Planejamento Urbano | 137.489.200 | 131.211.000 | 151.221.000 |
| Indústria | 191.472.140 | 196.024.900 | 239.519.350 |
| Política Exterior | 9.955.485 | 8.565.630 | 8.808.300 |
| Recursos Naturais | 86.531.000 | 37.425.822 | 44.156.098 |
| Saúde e Saneamento | 291.280.866 | 306.518.115 | 346.415.454 |
| Transportes | 2.267.081.530 | 2.448.050.636 | 2.538.535.617 |
| Programação a cargo dos Estados, Distrito Federal e Municípios | 783.000.000 | 806.600.000 | 869.470.000 |
| TOTAL | <u>5.453.130.557</u> | <u>5.828.986.753</u> | <u>6.285.130.464</u> |

Art. 4º Os recursos orçamentários referentes ao exercício de 1968 correspondem aos constantes da Lei Orçamentária (Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967) com as alterações decorrentes de leis subseqüentes.

Parágrafo único. A efetiva utilização dos recursos referidos neste artigo fica condicionado ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967 e de dispositivos de leis subseqüentes.

Art. 5º Os valores referentes aos Exercícios de 1969 e 1970, estimados a preços de 1968, serão convenientemente ajustados por ocasião da elaboração dos projetos de Orçamento correspondentes àqueles exercícios, de acordo com o comportamento do nível geral de preços.

Art. 6º Ficam mantidas todas as discriminações das dotações globais constantes da Lei Orçamentária de 1968 (Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967).

Art. 7º O Poder Executivo promoverá as medidas necessárias à efetiva execução, no período respectivo, dos projetos e programas constantes do Orçamento Plurianual de Investimentos aprovados por esta lei.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 5 de junho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
 Luis Antonio da Gama e Silva
 Augusto Hamann Rademaker Grunewald
 Aurelio de Lyra Tavares
 José de Magalhães Pinto
 Antonio Delfim Netto
 Mario David Andreazza
 Ivo Arzuva Pereira
 Tarso Dutra
 Celso Barroso Leite
 Marcio de Souza e Mello
 Leonel Miranda
 José Costa Cricienci
 Edmundo de Macedo Soares
 Helio Beltrão
 Carlos F. de Simas
 Antonio Faustino Pôrto Sobrinho.

Os anexos a que se refere o art. 1º foram publicados no *Diário Oficial* de 6-6-68 (Suplemento).

LEI Nº 5.451 — DE 12 DE JUNHO
 DE 1968

Dispõe sobre o reajustamento salarial.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos cálculos de reajustamentos salariais efetuados pelo Conselho Nacional de Política Salarial, pelo Departamento Nacional do Salário e nos processos de dissídio coletivo perante a Justiça do Trabalho, o novo salário será determinado de modo a equivaler ao salário real médio dos

últimos 24 (vinte e quatro) meses, com acréscimo de previsão para compensação da metade do resíduo inflacionário fixado pelo Conselho Monetário Nacional e de uma taxa fixa, da parte Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, que traduza o aumento de produtividade no ano anterior, na forma da legislação vigente.

§ 1º O salário de cada um dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, expresso no poder aquisitivo da moeda no mês do reajustamento, será calculado multiplicando-se o salário de cada mês pelo respectivo índice de correção salarial.

§ 2º O Poder Executivo fixará mensalmente os índices de correção

salarial para reconstituição do salário real médio da categoria nos últimos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data do término da vigência dos acordos coletivos de trabalho, ou de decisão da Justiça do Trabalho que tenha fixado valores salariais.

Art. 2º Na aplicação do critério definido no art. 1º, os salários decorrentes do reajustamento anterior serão substituídos pelos resultantes da adoção de uma taxa de resíduo inflacionário igual ao índice de inflação verificado no período de vigência da taxa de resíduo utilizada.

Parágrafo único. O reajustamento salarial efetuado entre 1º de maio de 1968 e a data da publicação desta Lei será revisto para aplicação do disposto neste artigo.

Art. 3º As categorias profissionais, cujos salários tiverem sido fixados nos termos da legislação salarial anterior à presente Lei, terão direito a um abono de emergência até a fixação do novo reajustamento e com início conforme tabela anexa.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos níveis de salários fixados pelo Decreto nº 62.461, de 25 de março de 1968.

Art. 4º O abono de que trata o art. 3º será de 10% (dez por cento) do salário vigente, em 30 de abril de 1968, não podendo ser superior a 1/3 (um terço) do salário-mínimo regional.

§ 1º Sobre o abono não incidirá contribuição ou desconto de qualquer natureza.

§ 2º O abono será considerado salário para efeito do cálculo de qualquer reajustamento salarial concedido a contar de 1º de maio de 1968.

§ 3º O aumento de salário concedido além do limite estabelecido pela legislação em vigor será obrigatoriamente computado como antecipação do abono e conservará, para todos os efeitos, a característica salarial com que tiver sido concedido.

§ 4º O abono não poderá ser percebido concomitantemente com salário reajustado na forma do art. 2º.

Art. 5º O abono de emergência será financiado, até 70% (setenta por cento) de seu valor, pelo Instituto Nacional de Previdência Social, na ocasião do recolhimento das contribuições a este devidas com repasse,

se fôr o caso, ao Tesouro Nacional, que será ressarcido na medida da amortização do financiamento.

§ 1º O reembolso da importância financiada na forma deste artigo será feito sem juros, em prestações mensais, a contar do primeiro mês de vigência do novo reajustamento e, no máximo, dentro de 12 (doze) meses.

§ 2º Somente terá direito ao financiamento de que trata este artigo a empresa que estiver em situação regular perante o Instituto Nacional de Previdência Social no tocante ao recolhimento das contribuições a este devidas.

§ 3º Aplicam-se, no que couber, ao financiamento de que trata este artigo, as multas, juros, correção monetária e demais cominações, penais ou não referentes às contribuições devidas ao Instituto Nacional de Previdência Social.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se o art. 7º da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965 e disposições em contrário.

Brasília, 12 de junho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Celso Barroso Leite

Hélio Beltrão

TABELA ANEXA A QUE SE REFERE O ARTIGO 3º

Data do início do abono da empresa, em função da data do último reajustamento da categoria profissional:

Mês do último reajustamento — Início da vigência do abono

| | |
|---------------------|---------|
| Até outubro de 1967 | 1- 5-68 |
| novembro de 1967 | 1- 6-68 |
| dezembro de 1967 | 1- 7-68 |
| janeiro de 1968 | 1- 8-68 |
| fevereiro de 1968 | 1- 9-68 |
| março de 1968 | 1-10-68 |
| abril de 1968 | 1-11-68 |

Observação: Para as categorias ou empresas que, existentes há mais de 1 (um) ano, ainda não tenham tido reajustamento, o abono entrará em vigor em 1º de maio de 1968.

LEI Nº 5.452 — DE 12 DE JUNHO
DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região — o crédito especial de NCRS 60,45 (sessenta cruzeiros novos e quarenta e cinco centavos), para atender ao pagamento de salário-família ao Juiz daquele Tribunal — Doutor Dilermando Xavier Porto.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo nos termos do § 4º do artigo 62 da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região — o crédito especial de NCRS 60,45 (sessenta cruzeiros novos e quarenta e cinco centavos), destinado ao pagamento de salário-família ao Dr. Dilermando Xavier Porto, Juiz daquela Corte, e relativo aos exercícios de 1952 e 1962.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília 12 de junho de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 5.453 — DE 14 DE JUNHO
DE 1968

Institui o sistema de sublegendas e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os Partidos Políticos poderão instituir, na forma prevista nesta lei, até três sublegendas nas eleições para Governador e Prefeito.

Parágrafo único. Consideram-se sublegendas listas autônomas de candidatos concorrendo à mesma eleição dentro da organização partidária registrada na forma da lei.

Art. 2º A instituição de sublegendas será concedida pela respectiva convenção partidária estadual ou municipal, dentro de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data fixada para as eleições.

Parágrafo único. Cada sublegenda será qualificada pela denominação de Partido, seguida dos números 1 a 3, na ordem decrescente dos votos com que foram instituídas na convenção, havendo sorteio em caso de empate.

Art. 3º As convenções a que se refere o artigo anterior serão realizadas sob a presidência respectivamente de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, do Juiz Eleitoral da Zona ou de representante indicado pela Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. Nessa reunião serão indicados candidatos a Governador e Prefeito, obedecidas as seguintes normas:

- a) presença de mais da metade dos convencionais;
- b) número mínimo de 10% dos convencionais para aquelas indicações;
- c) votação secreta e uninominal.

Art. 4º Submetidos os nomes indicados ao escrutínio secreto, serão considerados candidatos do Partido em sublegendas os 3 (três) mais votados, desde que haja obtido, cada qual deles, o mínimo de 20% (vinte por cento) dos votos dos convencionais.

§ 1º Escolhidos os 3 (três) candidatos mais votados, os subscritores da indicação de cada qual deles (art. 3º, § 1º, item b) serão considerados instituidores da sublegenda para todos os efeitos da lei.

§ 2º Para efeito da escolha dos candidatos à eleição proporcional serão atribuídos, a cada sublegenda que se organizar, o número de lugares que guarda a mesma proporção verificada na votação obtida por cada uma delas (art. 7º).

§ 3º Todas as deliberações das convenções partidárias, para escolha de candidatos e instituição de sublegendas, deverão constar de ata circunstanciada para os fins de direito.

Art. 5º A convenção para a escolha dos candidatos será realizada no máximo, até 60 (sessenta) dias antes do término do prazo para o seu registro perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º As convenções serão constituídas na forma prevista na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei 4.740, de 15 de julho de 1965).

§ 2º No caso dos artigos 18 e 19, o prazo será o de até 30 dias antes do pleito.

Art. 6º Quando da eleição dos delegados à Convenção Nacional ou Regional, verificar-se existência de 20% (vinte por cento) no mínimo, de opiniões divergentes no órgão incumbido da escolha, distribuir-se-á o número de delegados por critério proporcional, sempre que numericamente possível, entre as diversas correntes.

Parágrafo único. O princípio da proporcionalidade estabelecido neste artigo será observado na eleição para a composição dos Diretórios Municipais, Regionais e Nacional e das chapas às eleições proporcionais.

Art. 7º Nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, cada Partido poderá registrar tantos candidatos quanto os lugares a preencher, mais 100%.

§ 1º Havendo sublegendas nos termos do art. 1º, cada uma concorrerá pela legenda do Partido, nas eleições para Câmara Federal, Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores, com um número de candidatos proporcional aos votos recebidos na Convenção e o acréscimo previsto neste artigo será distribuído entre elas, ainda proporcionalmente, cabendo a sobra, se houver, à sublegenda nº 1.

§ 2º É lícito a qualquer das sublegendas não concorrer com o total dos candidatos a que tem direito, nos termos do parágrafo anterior, podendo reduzir o número de seus candidatos, conforme for de sua conveniência.

Art. 8º O registro de candidatos do Partido, incluindo as sublegendas se houver, será requerido pelo Presidente do Diretório Estadual ou Municipal, na forma da lei e das Instruções da Justiça Eleitoral.

§ 1º Sob pena de perda do cargo, o Presidente do Diretório é obrigado a fornecer aos instituidores de sublegendas ou a seu representante cópia autêntica da ata a que se refere o parágrafo terceiro do art. 4º. Em caso de recusa do Presidente, apresentado o requerimento do registro,

com essa alegação, a autoridade eleitoral competente requisitará cópia da ata da convenção para instruir o processo.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para registro de candidatos ficará dilatado de dez (10) dias.

Art. 9º No pedido de registro de candidatos serão indicados até seis (6) Delegados Especiais em número igual para cada sublegenda.

§ 1º As sublegendas serão representadas perante a Justiça Eleitoral, até o trânsito em julgamento da decisão que diplomou os eleitos, por delegados especiais escolhidos em reunião dos respectivos instituidores.

§ 2º Os instituidores das sublegendas, em reunião convocada pelo primeiro signatário, poderão a qualquer tempo, pela maioria dos seus membros, substituir os representantes de que trata este artigo.

Art. 10. As sublegendas serão assegurados os mesmos direitos que a lei concede aos Partidos Políticos no que se refere ao processo eleitoral, especialmente quanto a propaganda política através do rádio e da televisão, fiscalização das mesas receptoras, juntas apuradoras e demais atos da Justiça Eleitoral.

§ 1º Os horários de propaganda política serão distribuídos, igualmente, entre as sublegendas, cabendo aos Delegados Especiais de cada uma organizar a participação idêntica de todos os candidatos.

§ 2º O Fundo Partidário será distribuído dentre as sublegendas que concorrerem a eleição.

§ 3º Além dos Delegados Especiais referidos no § 1º do artigo anterior, cada sublegenda, por indicação dos seus instituidores ou de candidatos poderá credenciar para todos os atos do processo eleitoral.

Art. 11. Os convencionais instituidores de cada sublegenda escolherão, dentre eles, três representantes, que se substituirão em ordem numérica, nos seus impedimentos ou em caso de ausência.

Art. 12. Nas eleições em que houver sublegendas, somar-se-ão os votos dos candidatos do mesmo Partido.

§ 1º Se o partido vencedor tiver adotado sublegenda, considerar-se-a eleito o mais votado dentre os seus candidatos.

§ 2º Havendo empate na votação entre candidatos do mesmo partido, será considerado eleito o mais idoso.

§ 3º Se o empate ocorrer entre a soma dos votos das sublegendas de Partidos diferentes, será considerado eleito o do Partido que elegeu maior número de representantes para o órgão legislativo correspondente e, persistindo, o candidato mais idoso.

Art. 13. Quando na eleição para o Senado existirem, na circunscrição, duas ou três vagas a preencher as convenções partidárias decidirão pelo voto secreto, uninominal, em um único escrutínio.

§ 1º Os candidatos escolhidos serão os dois ou três mais votados, desde que obtenham, cada qual deles mais de vinte por cento (20%) dos votos.

§ 2º Na hipótese de não ser atendido o mínimo previsto no parágrafo anterior, haverá um segundo escrutínio para o preenchimento da vaga ou vagas existentes.

Art. 14. A filiação partidária regula-se, no que for aplicável, pelo parágrafo único do art. 88 do Código Eleitoral (Lei nº 4737, de 15-7-65), observando o seguinte:

I — nas eleições federais e estaduais, o candidato deverá ser filiado ao partido na circunscrição em que concorrer, pelo prazo de 18 (dezoito) meses antes da data das eleições;

II — nas eleições municipais, pelo prazo de 1 (um) ano anterior à data do pleito.

§ 1º Nas eleições a serem realizadas em novembro de 1968 o prazo estabelecido no inciso II será de 60 (sessenta) dias e de 120 (cento e vinte) para a de 15 de novembro de 1969.

§ 2º Para os candidatos com a idade de 21 anos os prazos dos itens I e II serão reduzidos pela metade.

§ 3º Na hipótese de formação de outras agremiações partidárias, os prazos a que se refere este artigo serão contados da data de 30 (trinta) dias após o seu registro pela Justiça Eleitoral.

Art. 15. Os livros de filiação partidária, abertos e rubricados pelos Tribunais Superior Eleitoral, Regionais Eleitorais ou Juizes Eleitorais, não estão sujeitos a padronização e serão encerrados, em cartório, até a véspera da convenção para escolha do candidato.

§ 1º A modificação do processo de registro de filiação partidária prevista neste artigo será regulada mediante instruções do Superior Tribunal Eleitoral, respeitadas as filiações já registradas.

§ 2º O eleitor, ao manifestar a sua filiação, lançará, no livro o número do seu título eleitoral, a seção respectiva e a data em que está se inscrevendo.

Art. 16. Não será permitida a celebração de acordo entre candidatos de Partidos diferentes ou candidato de Partido e outro Partido para fins eleitorais.

§ 1º Comprovada devidamente a existência de acordo a que se refere este artigo, o Diretório Nacional mediante representação do Diretório Estadual ou Municipal, promoverá, por vias as partes, o cancelamento do registro do candidato faltoso.

§ 2º O candidato que simular a existência de acordo com o propósito de prejudicar candidato de outro partido, ficará sujeito às penas de cancelamento do registro de sua candidatura, imposto pela Justiça Eleitoral.

§ 3º A denúncia de celebração de acordo, motivada por emulação, erro grosseiro ou com objetivos de tumultuar o processo eleitoral, sujeitará o denunciante à pena de 2 a 6 anos de detenção e multa de NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos).

Art. 17. O Tribunal Superior Eleitoral, dentro de quinze (15) dias após a promulgação desta lei, fixará o calendário para as eleições municipais a serem realizadas em 1968 e 1969.

§ 1º Para os efeitos de execução do disposto neste artigo, o prazo para registro dos candidatos a que se refere o art. 93 do Código Eleitoral, terminará, improrrogavelmente, às 18 horas de 15 de outubro do corrente ano.

§ 2º As eleições para o preenchimento de vagas, acaso verificadas no Executivo Municipal, em virtude de

morte, renúncia ou em consequência de sentença judicial, serão realizadas em data fixada no calendário previsto neste artigo.

§ 3º ... VETADO...

Art. 18. Para as eleições municipais a se realizarem em novembro de 1968 os Diretórios Municipais substituirão as convenções nas atribuições a estas conferidas na presente lei.

Art. 19. Nos Municípios em que não tenha sido constituído Diretório Municipal, a atribuição da criação de sublegendas e indicação de candidatos será deferida à Comissão Executiva Regional.

Art. 20. Passa a vigorar com a seguinte redação o § 1º do art. 41 da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos)

"Art. 41.

§ 1º O número dos delegados a que se refere o item II, será de três e mais um por cada quinhentos mil eleitores inscritos na circunscrição, não podendo nenhuma Seção Regional ter menos de quatro delegados, respeitada a proporcionalidade das correntes neles representadas."

Art. 21. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá as necessárias instruções para fiel execução desta lei.

Art. 22. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de junho de 1968: 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

LEI Nº 5.454 — DE 17 DE JUNHO
DE 1968

Concede pensão especial ao Professor Robert Joachimovits

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida ao Professor Robert Joachimovits pensão especial que corresponderá, mensalmente, ao

valor sempre atualizado da diferença entre os proventos decorrentes da sua aposentadoria e os vencimentos fixados para o cargo de professor catedrático.

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta da respectiva dotação orçamentária destinada aos pensionistas do Tesouro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

LEI Nº 5.455 — DE 19 DE JUNHO
DE 1968

Altera dispositivos da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários, de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e sociedade de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica suprimido o § 2º do art. 21 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, passando seu atual § 3º a § 2º.

Art. 2º O § 2º do art. 65 da mesma Lei passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Os recursos provenientes da alienação de que trata o parágrafo anterior serão aplicados na aquisição ou construção de imóveis destinados à instalação de órgãos do Instituto."

Art. 3º É acrescentado ao mesmo art. 65 o seguinte parágrafo, passando

do seus atuais §§ 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º a 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, respectivamente:

“§ 3º Não sendo oportuna a aplicação prevista no parágrafo anterior, os recursos serão aplicados em Letras Imobiliárias, cuja liquidação se fará em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais consecutivas, para a aquisição ou construção de edifícios-sede.”

Art. 4º Acrescente-se ao art. 7º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, o seguinte parágrafo:

“§ 5º Não se aplicam as restrições deste artigo aos imóveis ocupados há mais de 2 (dois) anos pelo locatário que pretender adquiri-lo mediante financiamento de qualquer dos agentes financeiros do Sistema Financeiro de Habitação, desde que os recursos obtidos pelo locador sejam utilizados na construção de novas habitações, conforme normas regulamentares a serem baixadas pelo Banco Nacional de Habitação ou que permaneçam depositados no Sistema Financeiro de Habitação, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.”

Art. 5º A venda das unidades habitacionais cujos ocupantes hajam optado pela sua compra no prazo de 90 (noventa) dias da Lei nº 5.049, de 29 de junho de 1966, desde que tenham as mesmas sofrido reavaliação no preço do custo da construção, está sujeita às seguintes condições:

I) Prazo a critério do adquirente, de até 30 (trinta) anos.

II) Juros anuais variáveis de acordo com o salário bruto do adquirente na seguinte forma:

a) até um salário-mínimo, inclusive — 1% (um por cento).

b) mais de um até dois salários-mínimos, inclusive — 2% (dois por cento).

c) mais de dois até quatro salários-mínimos, inclusive — 3% (três por cento).

d) mais de quatro até oito salários-mínimos, inclusive — 4% (quatro por cento).

e) mais de oito salários-mínimos — 5% (cinco por cento):

III) As taxas de juros estabelecidas no item II deste artigo, quando iguais ou superiores a 2% (dois por cento), serão reduzidas de 1% (um por cento) se no ato da compra o adquirente tiver sob sua responsabilidade econômica cinco ou mais dependentes.

IV) Aplicação da RC-25-67, do BNH, sendo facultado ao adquirente, quanto ao reajustamento da prestação a opção pelo Plano A, pelo qual a prestação se eleva na mesma proporção e 60 (sessenta) dias após o aumento do salário-mínimo ou do vencimento dos servidores.

Art. 6º Os rendimentos sobre depósitos feitos em entidades integrantes do Sistema Financeiro de Habitação, a que se refere o art. 8º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, por associados ou não daquelas entidades, desde que o depósito individual não ultrapasse o valor de 400 (quatrocentas) Unidades Padrão de Capital do Banco Nacional de Habitação, ficam isentos do Imposto de Renda.

Parágrafo único. O disposto neste artigo somente tem aplicação aos depósitos com correção monetária, efetuados nas entidades mencionadas para utilização dentro das finalidades previstas pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 7º Fica prorrogado até o exercício de 1970 a isenção de que trata o caput do art. 28 da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplicará também às cédulas hipotecárias.

Art. 8º Os limites do valor das habitações, fixados em salário-mínimo pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 e legislação complementar, poderão ser determinados em “Unidades Padrão de Capital” do Banco Nacional de Habitação, que regulamentará a matéria.

Art. 9º Os interessados à aquisição da casa própria, nos termos da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 e da legislação a ela posterior, serão obrigados a apresentar apenas certidões dos cartórios de protesto, do distribuidor e das varas criminais, os quais poderão ser dispensados por parte da entidade financiadora.

§ 1º As entidades integrantes do Sistema Financeiro de Habitação, se entenderem ser necessários outros documentos do interessado, que não os constantes neste artigo, cabe o ônus da obtenção do que exigirem.

§ 2º Nenhuma outra certidão será exigida aos interessados além das referidas neste artigo.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

Celso Barroso Leite

Helio Beltrão

Afonso A. Lima

LEI Nº 5.453 — DE 20 DE JUNHO
DE 1968

Dispõe sobre a aplicação aos Estados e Municípios das normas relativas às licitações previstas no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Aplicam-se aos Estados e Municípios as normas relativas às licitações para as compras, obras, serviços e alienações previstas nos arts. 125 a 144 do Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências, atendidas as modalidades contidas nesta Lei.

Art. 2º Os limites estabelecidos nos §§ 5º e 6º do art. 127 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, para as várias formas de licitação, serão fixados em lei estadual, não po-

dendo os Estados, os Municípios Capitais e os que tiverem população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes exceder de 30% (trinta por cento), e os demais Municípios de 25% (vinte e cinco por cento) daqueles limites.

Art. 3º. Os prazos de que trata o art. 129 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, poderão ser reduzidos à metade.

Art. 4º. Respeitado o disposto nesta Lei, os Estados poderão legislar supletivamente sobre a matéria, tendo em vista as peculiaridades regionais e locais, nos termos do § 2º do art. 8º da Constituição.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de junho de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Helio Beltrão

Afonso A. Lima

LEI Nº 5.457 — DE 20 DE JUNHO
DE 1968

Altera o § 1º do art. 1º e alíneas "a" e "c" do art. 6º da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º do art. 1º da Lei número 5.365, de 1º de dezembro de 1967, que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) e dá outras providências, passa a ter a seguinte redação:

" § 1º A área de atuação da SUDECO compreende os Estados de Goiás e Mato Grosso e o Território Federal de Rondônia".

Art. 2º As alíneas "a" e "c" do art. 6º da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

"a) Ministérios da Agricultura, Comunicações, Educação e Cultura, Fazenda, Indústria e Comércio, Minas e Energia, Planejamento e Coordenação Geral Saúde, Transportes e Trabalho e Previdência Social;

c) Estados de Goiás e Mato Grosso e Território Federal de Rondônia".

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de junho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
 Antônio Delfim Netto
 Mário David Andreazza
 Ivo Arzua Pereira
 Tarso Dutra
 Celso Barroso Leite
 Leonel Miranda
 José Costa Cavalcanti
 Edmundo de Macedo Soares
 Hélio Beltrão
 Afonso A. Lima
 Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.458 — DE 21 DE JUNHO DE 1968

Dispõe sobre os vencimentos do Pessoal dos Serviços Auxiliares da Justiça Federal de Primeira Instância

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os valores mensais fixados no Anexo IV à Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, alterado pelo artigo 1º, item XIV, do Decreto-lei número 253, de 28 de fevereiro de 1967, são reajustados de acordo com o Anexo Único a esta Lei.

Art. 2º A despesa decorrente da presente Lei correrá à conta do Fundo de Reserva Orçamentária, criado pelo artigo 91 do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
 Luis Antonio da Gama e Silva
 Antonio Delfim Netto
 Hélio Beltrão

ANEXO ÚNICO

| DENOMINAÇÃO DO CARGO | Símbolo | Valor mensal |
|---------------------------------------|---------|--------------|
| | | NCR\$ |
| Chefe de Secretaria | PJ-0 | 898,00 |
| Oficial Judiciário | PJ-4 | 729,00 |
| Distribuidor | PJ-4 | 729,00 |
| Contador | PJ-4 | 729,00 |
| Distribuidor-Contador | PJ-4 | 729,00 |
| Depositário-avaliador-leiloeiro | PJ-4 | 729,00 |
| Auxiliar Judiciário | PJ-7 | 602,00 |
| Oficial de Justiça | PJ-7 | 602,00 |
| Porteiro | PJ-9 | 493,00 |
| Auxiliar de Portaria | PJ-11 | 405,00 |
| Servente | PJ-13 | 330,00 |

Brasília, 21 de junho de 1968.

LEI Nº 5.459 — DE 21 DE JUNHO
DE 1968

Modifica dispositivos da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a política econômica da Borracha, regula sua execução, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 14, 15 e seu § 1º, 22 acrescidos de três parágrafos, 28, itens V e VI, e 30 da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a política econômica da Borracha, regula sua execução e dá outras providências, modificada pelo Decreto-lei nº 164, de 13 de fevereiro de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. As borrachas vegetais nacionais ou de procedência estrangeira adquiridas pela Superintendência da Borracha destinam-se a:

a) formação do Estoque de Reserva de borrachas vegetais, previsto no art. 15 desta Lei, nas condições, quantidades e tipos determinados pelo Conselho Nacional da Borracha;

b) venda, no País e no exterior, mediante preços e normas igualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional da Borracha.

Parágrafo único. A Superintendência da Borracha estabelecerá o sistema de venda e distribuições das borrachas nacionais ou importadas.”

“Art. 15. É criado um Estoque de Reserva, constituído de borrachas vegetais brutas e beneficiadas, nacionais ou de procedência estrangeira, de propriedade da União, mediante recursos por esta fornecidos consoante se estipula nesta Lei.

§ 1º O Estoque de Reserva de que trata este artigo terá como limite mínimo um volume de borrachas vegetais nacionais ou de procedência estrangeira equivalente a 4 (quatro) meses de consumo, para cujo cálculo se tomará como base a média verificada durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores.”

“Art. 22. ...VETADO...

§ 1º ... VETADO...

§ 2º ...VETADO...

§ 3º ...VETADO...

“Art. 28.

V — ...VETADO...

VI — ...VETADO...”

“Art. 30. Integrarão o Conselho Nacional da Borracha:

a) o Ministro da Indústria e do Comércio, que o presidirá;

b) um representante do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral;

c) um representante do Banco Central do Brasil;

d) um representante do Banco da Amazônia S. A.;

e) um representante do Ministério do Interior;

f) um representante do Ministério da Agricultura;

g) um representante do Estado-Maior das Forças Armadas.

§ 1º O Presidente terá, além do seu voto pessoal, o voto de desempate.

§ 2º Sendo o seu Presidente o Ministro da Indústria e do Comércio, nos termos deste artigo, considerar-se de sua responsabilidade, para os efeitos do art. 117, item I, alínea b, da Constituição do Brasil, as deliberações do Conselho Nacional da Borracha.

§ 3º As decisões do Conselho Nacional da Borracha obrigam também os órgãos federais, inclusive autarquias e sociedades de economia mista, no que se refere à execução desta Lei.”

Art. 2º ...VETADO...

Art. 3º ...VETADO...

Art. 4º ...VETADO...

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Deljim Netto
Ivo Arzua Pereira
Edmundo de Mucedo Soares
Helio Beltrão
Afonso A. Lima

LEI Nº 5.460 — DE 25 DE JUNHO DE 1968

Dispõe sobre a isenção estabelecida pelo Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Prevalecerá até 31 de dezembro de 1969 a isenção estabelecida no artigo 1º do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967.

Art. 2º Não será promovida a cobrança do imposto devido, correspondente aos produtos beneficiados pela isenção do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967, no período de 30 de abril de 1968 até a data da entrada em vigor da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei começará a vigorar na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de junho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.461 — DE 25 DE JUNHO
DE 1968

§ 3º ... VETADO ...

§ 4º ... VETADO ...

§ 5º ... VETADO ...

Dispõe sobre as contribuições de que tratam o art. 1º do Decreto-lei número 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, e o art. 23 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As contribuições de que tratam o art. 1º do Decreto-lei número 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, e o art. 23 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, arrecadadas das empresas particulares, estatais, de economia mista e autárquicas, quer federais, estaduais ou municipais, de navegação marítima, fluvial ou lacustre; de serviços portuários; de dragagem e de administração e exploração de portos, serão destinadas à aplicação nas atividades ligadas ao ensino profissional marítimo, a cargo da Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha, de acordo com a Lei nº 1.658, de 4 de agosto de 1952.

Art. 2º ... VETADO ...

§ 1º ... VETADO ...

§ 2º ... VETADO ...

Art. 3º O Instituto Nacional de Previdência Social fará entrega à Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha do produto das contribuições efetivamente arrecadadas, para aplicação nas atividades ligadas ao ensino profissional marítimo.

Parágrafo único. Caberá à Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha a gestão dos recursos assim recebidos e a comprovação, junto ao Tribunal de Contas da União, da aplicação desses mesmos recursos.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de junho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Antônio Delfim Netto

Jarbas G. Passarinho

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

APENSO

No "Apenso" dos volumes da "Coleção das Leis" figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único da Constituição Federal, e eu Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 21 DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 340, de 22 de dezembro de 1967, que acrescenta disposições disciplinadoras ao Decreto-lei número 288, de 28 de fevereiro de 1967.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 340, de 22 de dezembro de 1967, que acrescenta disposições disciplinadoras ao Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

Senado Federal, 26 de março de 1968

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 5.378 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1967

Retifica, sem ônus, a Lei número 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967.

(Publicada no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 18-12-67 e retificada no de 1-2-1968)

Retificação

Na página 12.664, no *Diário Oficial* de 18 de dezembro de 1967, nas assinaturas dos Exmos. Srs. Ministros, incluíam-se, por terem sido omitidos:

Luís Antônio da Gama e Silva
Leonel Miranda
Mário David Andreazza

LEI Nº 5.400 — DE 21 DE MARÇO DE 1968

Provê sobre a alfabetização de adultos em idade militar.

(Publicada no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I, de 22 — e retificada no *Diário Oficial* de 26 de março de 1968.)

Retificação

Na página 2.869, 3.ª coluna, no artigo 7º, onde se lê:

...registrado na respectivo assentamento funcional... — Leia-se: ... registrado no respectivo assentamento funcional...

LEI Nº 5.402 — DE 29 DE MARÇO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Interior, o crédito especial de NCr\$ 406.000,00 (quatrocentos e seis mil cruzeiros novos), para atender a programa especial de migrações internas.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Interior, o crédito especial de NCr\$ 406.000,00 (quatrocentos e seis mil cruzeiros novos) para atender a despesas de qualquer natureza, tendo em vista o disposto no art. 39 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no que diz respeito à radicação de populações e migrações internas.

Art. 2º Para fazer face à despesa autorizada na presente Lei, fica anulada a importância correspondente, constante da Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, no Subanexo 4.15.00 — Ministério do Trabalho e Previdência Social 4.15.11 — Departamento Nacional de Mão-de-Obra, a que se refere o programa — 16 — Colonização e Povoamento; Subprograma — 02 — Planos Especiais de Colonização e Povoamento, distribuída, por projetos e atividades e obedecido o limite por categoria econômica, da seguinte forma:

| | NCr\$ | NCr\$ |
|---|------------|--------------|
| 16.02.1.1959 — Recuperação de Hospedarias: | | |
| 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros | 30.000,00 | |
| 4.1.4.0 — Material Permanente | 25.000,00 | 55.000,00 |
| 16.02.1.1960 — Equipamento dos Serviços de Migração: | | |
| 4.1.3.0 — Equipamento e Instalações .. | 40.000,00 | 40.000,00 |
| 16.02.2.1961 — Manutenção de Hospedarias: | | |
| 3.1.1.1 — Pessoal Civil | 85.000,00 | |
| 3.1.2.0 — Material de Consumo | 82.000,00 | |
| 3.2.9.0 — Diversas Transferências Correntes | 14.000,00 | — 181.000,00 |
| 16.02.2.1962 — Serviço de Migração: | | |
| 3.1.2.0 — Material de Consumo | 20.000,00 | |
| 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros | 10.000,00 | |
| 3.1.4.0 — Encargos Diversos | 100.000,00 | — 130.000,00 |
| Total | | 406.000,00 |

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de março de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Jarbas G. Passarinho

Afonso A. Lima

Helio Beltrão

LEI Nº 5.403 — DE 29 DE MARÇO DE 1968

Transfere a sede da Junta de Conciliação e Julgamento localizada em Propriá para Maruim, no Estado de Sergipe — 5ª Região da Justiça do Trabalho.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É transferida a sede da Junta de Conciliação e Julgamento atualmente localizada em Propriá para Maruim, no Estado de Sergipe — 5ª Região da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. A jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento com sede em Maruim compreenderá, além deste, os Municípios de Capela, Carmópolis, Divina Pastora, General Maynard, Japaratuba, Laranjeiras, Riachuelo, Santa Rosa de Lima, Santo Amaro das Brotas e Rosário do Catete.

Art. 2º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região fica autorizado a adotar as providências necessárias ao cumprimento desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, inclusive as da parte final do "caput" do art. 1º e o inciso XI de seu parágrafo único da Lei nº 4.124, de 27 de agosto de 1962.

Brasília, 29 de março de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

LEI Nº 5.404 — DE 29 DE MARÇO DE 1968

Altera e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 205, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização, funcionamento e extinção de aeroclubes, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O atual parágrafo único do art. 5º do Decreto-lei nº 205, de 27 de fevereiro de 1967, passa a constituir o § 1º, ficando acrescentado o § 2º, ambos com a seguinte redação:

"§ 1º Excetuam-se dessa determinação o Aeroclube do Brasil, os aeroclubes das Capitais de Estados, que terão o nome destes, bem como os que forem organizados com o objetivo de servir a grupos de cidades ou municípios ou com denominação notória que caracterize a região servida.

2º O Aeroclube do Brasil, fundado em 14 de outubro de 1911 e primeira entidade da aviação brasileira com existência legal, por seu pioneirismo e pela implantação da mentalidade aeronáutica a que deu curso, é considerado integrante das tradições nacionais na área aeronáutica."

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 11 do Decreto-lei nº 205, de 27 de fevereiro de 1967.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Márcio de Souza e Mello

INDICE REMISSIVO

INDICE REMISSIVO

VOL. III — 1968

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

A

ABASTECIMENTO DE AGUA — OPECAN — Transferência — Criciúma. (Lei nº 5.419, de 15-4-68).

ABONO SALARIAL — Reajustamento de 10%. (Lei nº 5.451, de 12 de dezembro de 1968).

ACORDO — Brasil-CUBA — Assistência Técnica. (Decreto Legislativo nº 25, de 12-6-68).

ACORDO SOBRE TRANSPORTES AÉREOS — Brasil e México. (Decreto Legislativo nº 23, de 4 de junho de 1968).

AERÓDROMOS — Organização, funcionamento e extinção — Alteração do Decreto nº 205, de 1967 — Arts. 5º e 11º (Lei nº 5.404, de 29-3-68).

AEROFOTOGRAMETRIA — Imposto de Importação — Alteração do artigo 15 do Decreto-lei nº 37, de 1966. (Lei nº 5.448, de 4 de junho de 1968).

— Isenção de Impostos — VASP. (Lei nº 5.447, de 4-6-68).

ALUGUEIS — Reajustamento. (Lei nº 5.441, de 24-5-68).

APOSENTADORIA DE MULHER — Tempo de Serviço — Alteração da Lei Orgânica de Previdência Social — Artigos 31 e 32. (Lei número 5.440-A, de 23-5-68).

ARMAS NACIONAIS — Símbolos nacionais. (Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968).

AUTARQUIAS — Exercício profissional — Regime de previdência social. (Lei nº 5.440, de 9-4-68).

B

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO — Alteração da Lei nº 4.380, de 1964 — Artigos 7º, 21 e 65. (Lei nº 5.455, de 19-6-68).

BANDEIRA NACIONAL — Símbolos nacionais. (Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968).

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS — Criação do Serviço Nacional. (Lei nº 5.422-A, de 25-4-68).

BOMBEIROS — Equiparação de pensão. (Lei nº 5.422, de 25-4-68).

BORRACHA — Política econômica — Alteração da Lei nº 5.227, de 1967 — Artigos 14, 15, 22, 28 e 30. (Lei nº 5.459, de 21-6-68).

BRASILIA — Fundação Zoobotânica — Contrato de financiamento. (Lei nº 5.412, de 9-4-68).

C

CARGA — Lloyd Brasileiro — Navegação Costeira. (Lei nº 5.434, de 14-5-68).

CELULOSE — Estímulos Fiscais. (Lei nº 5.413, de 10-4-68).

CENTRAIS TELEFÔNICAS — Isenção de impostos. (Lei nº 5.424, de 27-4-68).

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL — Alteração dos artigos 517 e 523 do Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1968). (Lei nº 5.445, de 30-5-68).

COMANDANTE DA 5ª ZONA AÉREA — Residência — Permuta de terreno — Pôrto Alegre. (Lei número 5.417, de 15-4-68).

COMISSÃO DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL — Abastecimento de água — Transferência — Cricúma. (Lei nº 5.419, de 15 de abril de 1968).

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL — Elevação de Capital. (Lei nº 5.409, de 9-4-68).

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO — Insalubridade — Alteração do artigo 209. (Lei número 5.431, de 3-5-68).

— Justiça do Trabalho — Alteração dos artigos 650, 656, 670, 672, 678, 679, 680, 693, 694, 697, 721, 894, 895, 896 e 899. (Lei nº 5.442 de 24 de maio de 1968).

CONTRATOS MOBILIÁRIOS — BNH — Alteração de Lei nº 4.380, de 1964 — Artigos 7º, 21 e 65. (Lei nº 5.455, de 19-6-68).

CORPO DE BOMBEIROS — Bombeiros de 2ª classe — Equiparação de pensão. (Lei nº 5.442, de 25 de abril de 1968).

COSTEIRA — Transporte de Carga. (Lei nº 5.434, de 14-5-68).

D

DÉBITOS FISCAIS — Liquidação. (Decreto-lei nº 352, de 17-6-68).

— Dívida Ativa da União — Juros de mora. (Lei nº 5.421, de 25 de abril de 1968).

DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS — Pagamento — Imóveis desonerados. (Lei nº 5.432, de 7-5-68).

DESPACHANTE ADUANEIRO — Intermediação. (Lei nº 5.425, de 29 de abril de 1968).

DISTRITO FEDERAL — Alteração de Quadros de Pessoal. (Lei número 5.437, de 16-5-68).

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO — Medidas financeiras — Débitos fis-

cais — Juros de mora. (Lei número 5.421, de 25-4-68).

DOCUMENTOS OFICIAIS — Microfilmagem. (Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968).

E

ELEIÇÕES — Governador e Prefeito — Sub-legenda. (Lei nº 5.433, de 14-6-68).

ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS — Fundo de garantia de tempo de serviço — Revigoração de prazo. (Lei nº 5.406, de 9 de abril de 1968).

ESCOLAS TÉCNICAS INDUSTRIAIS FEDERAIS — Reclassificação do cargo de Diretor. (Lei nº 5.423, de 26-4-68).

ESTADOS — Reforma Administrativa — Licitações. (Lei nº 5.456, de 20-6-68).

ESTÍMULOS FISCAIS — Indústria de celulose, pasta mecânica e papel. (Lei nº 5.415, de 10 de abril de 1968).

ESTRANGEIROS — Taxa de Imigração — Extinção. (Lei número 5.411, de 9-4-68).

EXPORTAÇÃO — Isenção e redução de impostos — Alteração do Decreto-lei nº 37, de 1966 — Artigo 10. (Lei nº 5.444, de 30-5-68).

F

FUNCIONÁRIO — Licença extraordinária — Ociosos. (Lei nº 5.413, de 10-4-68).

FUNDADAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO D.F. — Contrato de Financiamento. (Lei nº 5.412, de 9 de abril de 1968).

FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇO — Entidades de fins filantrópicos — Revigoração de prazo. (Lei nº 5.406, de 9 de abril de 1968).

G

GOVERNADOR — Eleição — Sub-legenda. (Lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968).

H

HERANÇA — Alteração do Código de Processo Civil — Artigos 517 e 523. (Lei nº 5.445, de 30-5-68).

HINO NACIONAL — Símbolos nacionais. (Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968).

I

IMÓVEIS — Dívidas providenciárias — Pagamento. (Lei nº 5.432, de 7-5-68).

— Aluguéis — Reajustamento. (Lei nº 5.441, de 24-5-68).

IMPORTAÇÃO — Isenção e redução de impostos — Alteração do Decreto-lei nº 37, de 1966 — Artigo 10. (Lei nº 5.444, de 30 de maio de 1968).

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO — Alteração do Decreto-lei nº 37, de 1966 — Art. 15. (Lei nº 5.448, de 4-6-68).

IMPOSTO DE RENDA — Débitos — Liquidação. (Decreto-lei nº 352, de 17-6-68).

IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS — Aprovação do texto do Decreto-Lei nº 351, de 1968. (Decreto Legislativo nº 22, de 5-4-68).

INFLAMÁVEIS — Periculosidade — Lei nº 2.573, de 1955 — Alteração do art. 6º (Lei nº 5.431, de 3 de maio de 1968).

INFRACÇÕES PENAIIS — Menores — Alteração da Lei nº 5.258, de 1967 — Artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 15º (Lei nº 5.439, de 22-8-68).

INSALUBRIDADE — Caracterização e Classificação — Perícia — CLT — Alteração do artigo 209. (Lei nº 5.431, de 3-5-68).

INVENTÁRIO — Alteração do Código de Processo Civil — Artigos 517 e 523. (Lei nº 5.445, de 30 de maio de 1968).

ISENÇÃO DE IMPOSTOS — Alteração 1966 — Artigo 10 — Exportação e Importação. (Lei nº 5.444, de 3 de maio de 1968).

INVESTIMENTOS — Orçamento Plurianual. (Lei nº 5.450, de 5 de junho de 1968).

ISENÇÃO DE IMPOSTOS — Serviços aerofotogramétricos. — (Lei nº 5.447, de 4-6-68).

J

JUSTIÇA DO TRABALHO — Junta de Conciliação e Julgamento de Cataguases — Leopoldina. (Lei nº 5.405, de 9-4-68).

— Juntas de Conciliação — Tribunais Regionais — Tribunal Superior — Alteração de CLT — Artigos 650, 656, 670, 672, 678, 679, 680, 693, 694, 697, 721, 894, 895, 896 e 899. (Lei nº 5.442, de 24 de maio de 1968).

— Reajuste de vencimentos dos funcionários da Secretaria. (Lei número 5.429, de 30-4-68).

— Transferência de Junta — Marum. (Lei nº 5.403, de 29-3-68).

JUSTIÇA FEDERAL — Distrito Federal — Reajustamento de vencimentos — Secretaria e Serviços Auxiliares. (Lei nº 5.440, de 22 de maio de 1968).

JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA — Serviços Auxiliares — Vencimentos do Pessoal. (Lei número 5.458, de 21-6-68).

JUSTIÇA MILITAR — Servidores — Vencimentos. (Lei nº 5.430, de 2 de maio de 1968).

L

LEI ORGÂNICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL — Aposentadoria da mulher — Alteração dos arts. 31 e 32. (Lei nº 5.440-A, de 23 de maio de 1968).

LICENÇA EXTRAORDINÁRIA — Ociosos. (Lei nº 5.413, de 10 de abril de 1968).

LLOYD BRASILEIRO — Transporte de carga. (Lei nº 5.434, de 14 de maio de 1968).

M

MARINHA MERCANTE — Recuperação Econômica — Alteração do

- artigo 9º do Decreto-lei nº 5, de 1966. (Lei nº 5.436, de 16 de maio de 1968).
- MAQUINAS AGRICOLAS** — Isenção do IPI — Aprovação do Decreto-lei nº 322, de 1967. (Lei número 5.460, de 25-5-68).
- MENORES** — Infrações penais — Alteração da Lei nº 5.258, de 1967 — Arts. 1º, 2º, 4º, 6º e 15º (Lei nº 5.439, de 22-5-68).
- MICROFILMAGEM** — Documentos oficiais. (Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968).
- MIGRAÇÕES INTERNAS** — Crédito especial — Ministério do Interior. (Lei nº 5.402, de 29-3-68).
- MILITARES VETERANOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL** — Promoções — Alteração da Lei número 4.767, de 1965 — Art. 12. (Lei nº 5.426, de 30-4-68).
- MUNICIPIOS** — Reforma Administrativa — Licitações. (Lei número 5.456, de 20-6-68).
- Segurança Nacional. (Lei número 5.449, de 4-6-68).
- O**
- Ociosos** — Licença extraordinária. (Lei nº 5.413, de 10-4-68).
- ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS** — Aprovação. — (Lei nº 5.450, de 5-6-68).
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE** — Emendas aos artigos 24 e 25. (Decreto Legislativo nº 24, de 4-6-68).
- P**
- PAPEL** — Indústria — Estimulos Fiscais. (Lei nº 5.413, de 10 de maio de 1968).
- PAPEL MOEDA** — Emissões — Homologação. — (Decreto Legislativo nº 26, de 18-6-68).
- PENSÃO ESPECIAL** — Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. (Lei nº 5.435, de 14-5-68).
- Concessão. (Lei nº 5.446, de 4 de junho de 1968).
- PERICULOSIDADE** — Caracterização e Classificação — Perícia — Lei nº 2.573, de 1955 — Alteração do artigo 6º (Lei nº 5.431, de 3 de maio de 1968).
- PERMUTA DE TERRENO** — Residência — Comandante da Aeronáutica — Porto Alegre. (Lei nº 5.417, de 15-4-68).
- PESCA** — Alteração do Decreto-lei nº 221, de 1967. (Lei nº 5.438, de 20-5-68).
- PLANO DIRETOR DA SUDENE** — Alteração do art. 26. (Lei número 5.416, de 10-4-68).
- POLÍTICA ECONÔMICA DA BORRACHA** — Alteração da Lei número 5.227, de 1967 — Arts. 14, 15, 22, 28 e 30. (Lei nº 5.459, de 21-6-68).
- PREFEITO** — Eleição — Sub-legenda. (Lei nº 5.453, de 14-6-68).
- Nomeação — Segurança Nacional. (Lei nº 5.449, de 4-6-68).
- PREVIDENCIA SOCIAL** — Aposentadoria da mulher — Alteração da Lei Orgânica — Arts. 31 e 32. (Lei nº 5.440-A, de 23 de maio de 1968).
- Dívidas — Pagamento — Imóveis desonerados. (Lei nº 5.432, de 7 de maio de 1968).
- Exercício profissional — Autarquias controladoras. (Lei número 5.410, de 9-4-68).
- PRODUTIVIDADE** — Estimulos — Aprovação do Decreto-lei nº 332, de 1967. (Lei nº 5.460, de 25 de junho de 1968).
- PROMOÇÃO** — Militares veteranos da Segunda Guerra Mundial — Alteração da Lei nº 4.767, de 1965 — Art. 12. (Lei nº 5.426, de 30 de abril de 1968).
- R**
- REAJUSTAMENTO DE ALUGUEIS** — Limitações. (Lei nº 5.441, de 24-5-68).
- REAJUSTAMENTO SALARIAL** — Abono de 10%. (Lei nº 5.451, de 12-6-68).
- REDE FERROVIÁRIA FEDERAL** — Recuperação Econômica — Altera-

ção do artigo 9º — Decreto-lei número 5, de 1966. (Lei nº 5.436, de 16-5-68).

REFORMA ADMINISTRATIVA — Estados e Municípios — Licitações para compras. (Lei nº 5.456, de 20-6-68).

S

SALÁRIO — Abono de 10%. (Lei número 5.451, de 12-6-68).

SALÁRIO FAMÍLIA — Tribunal Regional do Trabalho — 4ª Região — Crédito especial — (Lei número 5.452, de 12-6-68).

SECRETARIA DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS — Alteração do Quadro do Pessoal. (Lei nº 5.414, de 10-4-68).

SEGURANÇA NACIONAL — Relação de Municípios. (Lei nº 5.449, de 4-6-68).

SÉLO NACIONAL — Símbolos nacionais. (Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968).

SERVIÇOS AUXILIARES — Justiça Federal de 1ª Instância — Vencimentos do Pessoal. (Lei nº 5.458, de 21-6-68).

— Tribunal de Justiça — Distrito Federal — Reajustamento de vencimentos. (Lei nº 5.440, de 22 de maio de 1968).

SERVIÇO NACIONAL DE BIBLIOTECAS MUNICIPAIS — Criação. (Lei nº 5.422-A, de 25-4-68).

SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO — Reajustamento de vencimentos. — (Lei nº 5.408, de 9-4-68).

SECRETARIA DO S.T.F. — Reajustamento de vencimentos. (Lei número 5.407, de 9-4-68).

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA — Distrito Federal — Reajustamento de vencimentos. — (Lei nº 5.440, de 22-5-68).

SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL E TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS — Reajuste de vencimentos dos funcionários. (Lei nº 5.428, de 30 de abril de 1968).

SECRETARIA DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS — Reajuste. (Lei nº 5.427, de 30-4-68).

SÍMBOLOS NACIONAIS — Apresentação. (Lei nº 5.443, de 28-5-68).

SISTEMA DE SUBLEGENDAS — Eleição para Governador e Prefeito. (Lei nº 5.453, de 14-6-68).

SUBLEGENDAS — Instituição do Sistema. (Lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968).

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE — Plano Diretor — Alteração do Art. 26. (Lei nº 5.416, de 10 de abril de 1968).

— Acórdão Brasil e a União Pan-Americana — Assistência Técnica. (Decreto Legislativo nº 25, de 12 de junho de 1968).

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE — Área de atuação

— Alteração da Lei nº 5.365, de 1967 — Arts. 1º e 6º (Lei número 5.457, de 20-6-68).

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — Secretaria — Reajustamento de vencimentos. (Lei nº 5.407, de 9 de abril de 1968).

T

TAXA DE EMIGRAÇÃO — Extinção. (Lei nº 5.411, de 9-4-68).

TELECOMUNICAÇÕES — Isenção — Guanabara. (Lei nº 5.418, de 15 de abril de 1968).

TRANSPORTES AÉREOS — Acórdão Brasil-México. (Decreto Legislativo nº 23, de 4-6-68).

TRATORES — Isenção do IPI — Aprovação do Decreto-lei nº 322, de 1967. (Lei nº 5.460, de 25-6-68).

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO — Secretaria Geral — Reajustamento de vencimentos. (Lei número 5.408, de 9-4-68).

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS — Reajuste de vencimentos dos funcionários da Secretaria. (Lei nº 5.427, de 30-4-68).

— Secretaria — Alteração do Quadro do Pessoal (Lei nº 5.414, de 10 de abril de 1968).

TRANSPORTE MARÍTIMO — Lloyd Brasileiro — Navegação Costeira — Cargos pertencentes ao Estado. (Lei nº 5.434, de 14-5-68).

TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS — Reajuste dos vencimentos dos funcionários da Secretaria. (Lei nº 5.428, de 30-4-68).

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO — Crédito Especial — Salário Família. (Lei nº 5.452, de 12-6-68).

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL — Reajuste de vencimentos dos funcionários da Secretaria. (Lei nº 5.428, de 30-4-68).

TRIGO — Industrialização e comercialização — CACEX. (Lei número 5.420, de 18-4-68).

Z

ZONA FRANCA DE MANAUS — Aprovação do texto do Decreto-lei nº 340, de 1967, pelo Congresso Nacional. (Decreto Legislativo número 21, de 26-3-68).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1968 — VOLUME V

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Ato^s Legislativos do Poder Executivo

LEIS DE JULHO A SETEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1968

CÂMARA DOS DEPUTADOS
BIBLIOTECA

Compra Cr\$ 18,00

Principal

19-12-69 69/4969

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Págs.

Págs.

DECRETOS-LEIS

353 — Decreto-lei de 23 de julho de 1968 — Prorroga o prazo para a liquidação dos débitos mencionados no Decreto-lei nº 352, de 17 de junho de 1968. — Publicado no D. O. de 23-7-68

3

354 — Decreto-lei de 1 de agosto de 1968 — Estabelece medidas para resguardo dos interesses da economia pública e particular, na indústria do café solúvel. — Publicado no D. O. de 2-8-68

3

355 — Decreto-lei de 5 de agosto de 1968 — Altera a redação do art. 1º do Decreto-lei número 340, de 22 de dezembro de 1967. — Publicado no D.O. de 7-8 e Rep. no de 12-8-68

4

356 — Decreto-lei de 15 de agosto de 1968 — Estende benefícios do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a área da Amazônia Ocidental e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 16-8-68

5

357 — Decreto-lei de 23 de setembro de 1968 — Prorroga o prazo previsto no art. 1º do Decreto-lei nº 7, de 13 de maio

de 1966, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 23-9-68

6

DECRETOS LEGISLATIVOS

28 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Protocolo, assinado em Montevideu, a 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu. — Publicado no D. O. de 9-7-68

7

29 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Acôrdo sobre Cooperação Técnica entre o Governo do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de janeiro de 1968. — Publicado no D. O. de 15-8-68

7

30 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto da Convenção nº 120, sobre higiene no comércio e nos escritórios, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em sua 48ª sessão, em 1964. — Publicado no D. O. de 23-8-68

8

Págs.

Págs.

31 — Decreto Legislativo de 1968
— Ratifica o texto da Convenção nº 118 sobre a igualdade de tratamento dos nacionais, em matéria de previdência social, adotada em Genebra, a 28 de junho de 1962, pela Conferência Internacional do Trabalho. — Publicado no D. O. de 23-8-68

32 — Decreto Legislativo de 1968.
— Aprova o Acordo Brasileiro-Paraguaio para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o rio Apa e Ligação Rodoviária, assinado em Assunção, a 11 de dezembro de 1967. — Publicado no D. O. de 29-8-68

33 — Decreto Legislativo de 1968
— Aprova a Convenção Cultural entre o Brasil e a República Popular Federativa da Iugoslávia, firmada na cidade do Rio de Janeiro a 11 de maio de 1962. — Publicado no D.O. de 2-9-68

34 — Decreto Legislativo de 1968
— Aprova o texto do Convênio Interamericano de Sanidade Animal, assinado no Rio de Janeiro, a 18 de julho de 1967. — Publicado no D. O. de 19-9-68

35 — Decreto Legislativo de 1968
— Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural, assinado em 25 de janeiro de 1968, entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina. — Publicado no D. O. de 19-9-68

36 — Decreto Legislativo de 1968
— Aprova o Acordo Cultural concluído entre o Brasil e a Tcheco-Eslováquia, assinado no Rio de Janeiro, a 16 de abril de 1962. — Publicado no D. O. de 19-9-68

37 — Decreto Legislativo de 1968
— Aprova o texto do Decreto-lei nº 353, de 23 de julho de 1968, que prorroga o prazo para a liquidação dos débitos mencionados no Decreto-lei nº 352, de 17 de junho de 1968. — Publicado no D.O. de 30-9-68

38 — Decreto Legislativo de 1968
— Aprova o Convênio Inter-

nacional do Café de 1968, firmado pelo Brasil em 28 de março de 1968. — Publicado no D. O. de 30-9-68 11

LEIS

5.462 — Lei de 2 de julho de 1968 — Dispõe sobre os proventos da aposentadoria no regime de produtividade instituído pela Lei nº 4.491, de 21 de novembro de 1964, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 3-7-68 .. 13

5.463 — Lei de 2 de julho de 1968 — Declara prescritas as contas que menciona e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 3-7-68 13

5.464 — Lei de 2 de julho de 1968 — Considera de utilidade pública a Fundação Ford (The Ford Foundation), com sede em New York, Estados Unidos da América do Norte. — Publicada no D.O. de 3-7-68 14

5.465 — Lei de 3 de julho de 1968 — Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. — Publicada no D. O. de 4-1-68 14

5.466 — Lei de 5 de julho de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Norte Mineira terreno situado na gleba do Colégio Agrícola "Antônio Versiani Athayde", no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. — Publicada no D. O. de 8-7-68 15

5.467 — Lei de 5 de julho de 1968 — Dá nova redação aos artigos 119 e 120 do Código Penal, que dispõem sobre a reabilitação criminal. — Publicada no D. O. de 8-7-68 15

5.467-A — Lei de 6 de julho de 1968 — Altera o art. 102 do Decreto-lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares). — Publicada no D. O. de 9-7-68 16

5.468 — Lei de 8 de julho de 1968 — Dispõe sobre a representação da Superintendência do Desenvolvimento da Ama-

| Págs. | | Págs. |
|-------|---|-------|
| | zônia (SUDAM), no Conselho de Política Aduaneira. — Publicada no D. O. de 9-7-68 | 16 |
| 5.469 | — Lei de 8 de julho de 1968 — Dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo. — Publicada no D. O. de 9-7-68 | 16 |
| 5.470 | — Lei de 8 de julho de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a promover, por ato de bravura, o Cabô da Aeronáutica Nelson Odir da Silva Barros. — Publicada no D. O. de 9-7-68 | 17 |
| 5.471 | — Lei de 9 de julho de 1968 — Dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros. — Publicada no D. O. de 10-7-68 | 17 |
| 5.472 | — Lei de 9 de julho de 1968. — Acrescenta o parágrafo ao art. 1º, passando a ser 2º o parágrafo único, da Lei nº 4.066, de 28 de maio de 1962, que estabelece normas para a validade de demissão ou recibo de quitação contratual, firmado por empregado. — Publicada no D. O. de 10-7-68 | 18 |
| 5.473 | — Lei de 10 de julho de 1968 — Regula o provimento de cargos e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 1 e ret. no de 12-7-68 | 18 |
| 5.474 | — Lei de 18 de julho de 1968 — Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 19 e ret. no de 25-7-68 .. | 19 |
| 5.475 | — Lei de 23 de julho de 1968 — Dá nova redação ao art. 3º e seu § 2º da Lei número 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares. — Publicada no D. O. de 25-7-68 | 24 |
| 5.476 | — Lei de 24 de julho de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a constituir a sociedade de economia mista Banco de Roraima S. A. — Publicada no D. O. de 25-7-68 | 24 |
| 5.477 | — Lei de 25 de julho de 1968 — Concede franquias postais às precatórias criminais e à correspondência dos Con- | |
| | elhos Penitenciários Estaduais. — Publicada no D. O. de 26-7-68 | 25 |
| 5.478 | — Lei de 25 de julho de 1968 — Dispõe sobre a ação de alimentos e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 26-7-68, ret. no de 14-8-68. | 25 |
| 5.479 | — Lei de 10 de agosto de 1968 — Dispõe sobre a retirada e transplante de tecidos, órgãos e partes de cadáver para finalidade terapêutica e científica, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 14-8-68 | 29 |
| 5.480 | — Lei de 10 de agosto de 1968 — Revoga o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967, revoga e altera a redação de dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1968, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 14 de agosto de 1968 | 30 |
| 5.481 | — Lei de 10 de agosto de 1968 — Revigora o prazo estabelecido pelo art. 1º do Decreto-lei nº 148, de 8 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da vida rural, investidura das Associações Rurais, nas funções e prerrogativas do órgão sindical. — Publicada no D.O. de 14-8-68 | 31 |
| 5.482 | — Lei de 10 de agosto de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a desapropriar em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL, o imóvel que especifica, de propriedade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. — Publicada no D.O. de 14-8-68 | 31 |
| 5.483 | — Lei de 19 de agosto de 1968 — Modifica o item III do art. 178 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1962 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União). — Publicada no D. O. de 20-8-68 | 32 |
| 5.484 | — Lei de 21 de agosto de 1968 — Isenta do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados material doado à Igreja Metodista Central de Belo Horizonte, Minas Gerais. — Publicada no | |

| | Págs. | | Págs. |
|--|-------|---|-------|
| D. O. de 23 e ret. no de 27 de agosto de 1968 | 32 | 5.492 — Lei de 5 de setembro de 1968 — Autoriza o Ministério da Aeronáutica a doar à Prefeitura Municipal de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso, lote de terreno situado no bairro da Aviação. — Publicada no D.O. de 6-9-68 .. | 37 |
| 5.485 — Lei de 26 de agosto de 1968 — Concede isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, bem como dos emolumentos consulares incidentes sobre um piano a ser importado pelo pianista brasileiro Nelson Freire. — Publicada no D. O. de 27 e ret. no de 30 de agosto de 1968 | 33 | 5.493 — Lei de 5 de setembro de 1968 — Concede pensão especial à Senhora Joaquina Gomes de Araújo Lima, viúva de Joaquim de Araújo Lima, falecido em acidente em serviço, no exercício do cargo de Engenheiro da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. — Publicada no D.O. de 9-9-68 | 38 |
| 5.486 — Lei de 27 de agosto de 1968 — Dispõe sobre a classe singular de Instrutor de Paraquedismo. — Publicada no D.O. de 28-8-68 | 33 | 5.494 — Lei de 5 de setembro de 1968 — Cria, no Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica, cargo em comissão de Consultor Jurídico. — Publicada no D.O. de 9-9 e retificada no de 9-9-68 | 38 |
| 5.487 — Lei de 27 de agosto de 1968 — Concede pensões especiais a beneficiários legais de servidores falecidos em acidente com avião da Força Aérea Brasileira na selva amazônica e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 28-8-68 e ret. no de 4-9-68 | 34 | 5.495 — Lei de 5 de setembro de 1968 — Concede pensão especial às famílias dos mortos em consequência de explosão verificada no Parque 13 de Maio, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco. — Publicada no D.O. de 9-9-68 | 39 |
| 5.488 — Lei de 27 de agosto de 1968 — Institui a correção monetária nos casos de liquidação de sinistros cobertos por contratos de seguros. — Publicada no D.O. de 28-8-68 | 34 | 5.496 — Lei de 5 de setembro de 1968 — Institui o "Dia do Colono", a ser comemorado em 25 de julho de cada ano. — Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1968 | 39 |
| 5.489 — Lei de 30 de agosto de 1968 — Concede isenção de imposto de importação para equipamentos de produção cinematográfica. — Publicada no D.O. de 2-9-68 | 35 | 5.497 — Lei de 5 de setembro de 1968 — Dispõe sobre a elevação da cobrança do selo da taxa adicional para NCr\$ 0,05 (cinco centavos) a que se refere a Lei nº 909, de 8 de novembro de 1949, que autoriza emissão de selos em benefício dos filhos de lázaros. — Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1968 | 39 |
| 5.490 — Lei de 3 de setembro de 1968 — Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967, que transforma o Colégio Pedro II em autarquia e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 4-9-68 | 35 | 5.498 — Lei de 9 de setembro de 1968 — Extingue a punibilidade de crimes previstos na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, que define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 10-9-68 | 40 |
| 5.491 — Lei de 3 de setembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande, o crédito especial de NCr\$ 32.460,00 (trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta cruzeros novos), para o fim que especifica. — Publicada no D.O. de 5 e ret. no de 9-9-68 | 37 | | |

| <i>Págs.</i> | | <i>Págs.</i> |
|--------------|---|--------------|
| 5.499 | — Lei de 9 de setembro de 1968 — Dispõe sobre a jurisdição na Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, e dá outras providências. — Publicada no <i>D.O.</i> de 12 de setembro de 1968 | 40 |
| 5.500 | — Lei de 20 de setembro de 1968 — Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966, que dispõe sobre as promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, alterada pelo Decreto-lei nº 174, de 15 de fevereiro de 1967, e Decreto-lei nº 321, de 4 de abril de 1967, e dá outras providências. — Publicada no <i>D. O.</i> de 23-9 e ret. no de 25-9-68 . | 41 |
| 5.501 | — Lei de 27 de setembro de 1968 — Isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, material destinado à fabricação de café solúvel. — Publicada no <i>D. O.</i> de 30-9-68 | 44 |
| 5.502 | — Lei de 27 de setembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de .. NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos), para ocorrer a despesas com instalação de órgãos criados pela Lei nº 4.088, de 12 de julho de 1962, e dá outras providências. — Publicada no <i>D.O.</i> de 30-9-68 | 45 |

ÍNDICE DO APÊNSO

| | <i>Págs.</i> | | <i>Págs.</i> |
|---|--------------|---|--------------|
| 5.450 — Lei de 5 de junho de 1968 — Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1968-1970. (Publicada no <i>Diário Oficial</i> — Seção I — Parte I, de 6-6-68 — Suplemento ao de nº 108). — Publicada no <i>D. O.</i> de 23 de agosto de 1968 | 49 | 5.459 — Lei de 21 de junho de 1968 — Modifica dispositivos da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução, e dá outras providências. — Publicada no <i>D. O.</i> de 30 de setembro de 1968 | 49 |

Figuram neste volume os Decretos-leis, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1968, foram publicados no D.O. até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 353 — DE 23 DE
JULHO DE 1968

Prorroga o prazo para a liquidação dos débitos mencionados no Decreto-lei nº 352, de 17 de junho de 1968

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 58, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo previsto nos artigos 1º, 2º, 5º e 7º, do Decreto-lei nº 352, de 17 de junho de 1968, na forma seguinte:

a) até o dia 15 de agosto de 1968, para que os contribuintes requeiram a liquidação de seus débitos, formalizando a respectiva confissão de dívida perante a autoridade competente;

b) até o dia 27 de agosto de 1968, para que os contribuintes efetuem o recolhimento do débito integral ou o da primeira prestação de seu parcelamento, asseguradas as respectivas reduções.

Parágrafo único. Prevalecerá até o dia 27 de agosto de 1968, o disposto nos artigos 9º, 10, 13 e 14 do mencionado Decreto-lei nº 352, de 17 de junho de 1968.

Art. 2º Este Decreto-lei que será submetido ao Congresso Nacional nos termos do parágrafo único do artigo 53 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 354 — DE 1 DE
AGOSTO DE 1968

Estabelece medidas para resguardo dos interesses da economia pública e particular, na indústria do café solúvel.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 58, itens I e II, da Constituição;

Considerando que a concordata e a paralisação da atividade fabril da "DOMINIUM S.A. Indústria e Comércio" fez cessar o contingente de sua contribuição para o mercado de exportação de café solúvel que o país defendeu em ingentes esforços diplomáticos;

Considerando que essa paralisação atinge profundamente a receita cambial e a renda tributária estadual e municipal, causando graves danos às finanças públicas;

Considerando que a suspensão das atividades fabris da empresa especialmente nos setores do café solúvel e do trigo, constitui fator de inquietação social, pondo em risco a segurança nacional;

Considerando as fraudes de variada natureza, quer na captação de recursos, pelo oferecimento de vantagens fixas e antecipadas ao capital de risco, quer nas manipulações cambiais e sonegações fiscais, tudo fartamente comprovado em investigações do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, em depoimentos e debates perante o Congresso Nacional, em manifestações da imprensa e no inquérito em curso na Polícia Federal;

Considerando que a "DOMINIUM S.A. Indústria e Comércio" a "CBI Distribuidora de Títulos e Valores S.A.", já em liquidação, e a "Ad Valorem S.A. Administração e Participações" em íntimo conluio lesivo da economia popular e da confiança pública no mercado de capitais, colocaram no mercado ações falsas, não correspondentes ao capital da sociedade no momento de sua emissão:

Considerando que a colocação de ações, como foi feita, caracteriza a realização nos mercados financeiros e de capitais de operações de natureza das executadas pelas instituições financeiras, nos precisos termos do artigo 18 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964; e

Considerando a impropriedade do processo falimentar comum, restrito às relações privadas entre credor e devedor, para resguardar globalmente os aspectos que interessam à economia nacional, decreta:

Art. 1º Fica estendido às empresas "Dominium S.A. Indústria e Comércio", "Ad Valorem S.A. Administração e Participações" e demais empresas integradas no mesmo grupo econômico, o regime do art. 45 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, a fim de nelas ser efetuada a intervenção do Banco Central do Brasil ou a liquidação extrajudicial, nos termos da legislação vigente, no que for aplicável.

Art. 2º O ato de intervenção para fim, automaticamente, ao processo da concordata judicial, sem prejuízo da suspensão das exigibilidades, no respectivo prazo.

Art. 3º O interventor será indicado ao Banco Central do Brasil pelo Ministro da Fazenda, na qualidade de Presidente do Conselho Monetário Nacional.

Art. 4º O interventor terá, no que couber, também as atribuições de representação e administração conferidas pela legislação, vigente ao liquidante extrajudicial, cabendo-lhe providenciar o reinício da operação industrial e comercial, promover as medidas administrativas e judiciais para o ressarcimento da Fazenda Pública e o resguardo dos investimentos da população popular.

Art. 5º Este Decreto-lei que será submetido à apreciação do Congresso,

nos termos do parágrafo único do artigo 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1 de agosto de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Deljim Netto

DECRETO-LEI Nº 355 — DE 6 DE AGOSTO DE 1968

Altera a redação do artigo 1º ao Decreto-lei nº 340, de 22 de dezembro de 1967.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 58, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º O art. 1º do Decreto-lei número 340, de 22 de dezembro de 1967, passa a ter a seguinte redação:

"Os favores previstos nos artigos 3º, 4º, 7º e 9º do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, não se aplicam às seguintes mercadorias de procedência nacional: armas e munições, perfumes, fumo, bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros, compreendidos, respectivamente nos capítulos 93, 33, 24, 22 (posição 22.03, 22.05 a 22.07 e 22.09, incisos 2 a 7) e 87 (posição 87.02, incisos 1 e 2), da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, alterada pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966, quer destinadas à Zona Franca de Manaus, quer nela produzidas ou dela oriundas".

Art. 2º Este Decreto-lei será submetido à aprovação do Congresso Nacional nos termos do parágrafo único do artigo 58 da Constituição, e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de agosto de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Deljim Netto

Afonso A. Lima

**DECRETO-LEI Nº 356 — DE 15 DE
AGOSTO DE 1968**

Estende benefícios do Decreto-lei número 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 58, item II, da Constituição de-creta:

Art. 1º Ficam estendidos às áreas pioneiras, zonas de fronteira e outras localidades da Amazônia Ocidental favores fiscais concedidos pelo Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e seu regulamento, aos bens e mercadorias recebidos, oriundos, beneficiados ou fabricados na Zona Franca de Manaus, para utilização e consumo interno naquelas áreas.

§ 1º A Amazônia Ocidental é constituída pela área abrangida pelos Estados do Amazonas e Acre e os Territórios Federais de Rondônia e Roraima, consoante o estabelecido no § 4º do art. 1º do Decreto-lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 2º As áreas, zonas e localidades de que trata este artigo serão fixadas por decreto, mediante proposição conjunta dos Ministérios do Interior, Fazenda e Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 2º O benefício das isenções fiscais previstas neste Decreto-lei quanto às mercadorias estrangeiras, aplicar-se-á a gêneros de primeira necessidade e bens de consumo e produção, a seguir enumerados:

- a) motores marítimos de centro e de pópa, seus acessórios, pertences e peças;
- b) máquinas e implementos agrícolas, rodoviárias, industriais e pesqueiros, suas peças sobressalentes inclusive os anzóis e outros utensílios para pesca, exclusive os explosivos e produtos utilizáveis em sua fabricação;
- c) materiais básicos de construção inclusive, os de cobertura;
- d) gêneros alimentícios e medicamentos de primeira necessidade.

Parágrafo único. Mediante portaria interministerial, na jurisdição dos Ministros da Fazenda, do Interior e do Planejamento e Coordenação Geral, será organizada a pauta, com vigência semestral dos produtos e bens a serem comercializados com os benefícios instituídos neste Decreto-lei.

Art. 3º A saída da Zona Franca de Manaus dos artigos isentos nos termos deste Decreto-lei far-se-á obrigatoriamente, através de despacho livre, processado na Alfândega de Manaus, quer se trate de mercadoria nacional ou de procedência estrangeira.

Art. 4º A Alfândega de Manaus, em colaboração com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), manterá estatística atualizada sobre as entradas e saídas das mercadorias nacionais e estrangeiras, na referida Zona Franca, e exercerão, conjuntamente com o Departamento de Rendas Internas o controle e a fiscalização da destinação dos bens abrangidos pelas franquias deste Decreto-lei.

Art. 5º A SUFRAMA, em convênio com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE — que poderá contar com a participação do Estado do Amazonas, adotará sistema eficaz e atualizado para avaliação dos resultados do funcionamento da Zona Franca de Manaus, com vistas ao desenvolvimento auto-sustentável da Amazônia Ocidental.

Art. 6º Os favores previstos neste Decreto-lei somente entrarão em vigor se observado, no que couber, o disposto no inciso I do art. 49 do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 7º Este Decreto-lei, que será submetido ao Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 58, da Constituição entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de agosto de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

Héllo Beltrão

Afonso A. Lima

DECRETO-LEI Nº 357 — DE 23 DE
SETEMBRO DE 1968

Prorroga o prazo previsto no artigo 1.º do Decreto-lei nº 7, de 13 de maio de 1966, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 58 item II da Constituição, decreta:

Art. 1.º É prorrogado até 17 de maio de 1971 o prazo de que trata o artigo 1.º do Decreto-lei nº 7, de 13 de maio de 1966, ficando facultado aos portadores da Obrigações do Tesouro Nacional, criadas pela Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, quando do respectivo resgate, optar pelo reajustamento de seu valor segundo a correção baseada nos coeficientes fixados pelo Ministério do Planejamen-

to e Coordenação Geral, ou de acordo com os coeficientes calculados pelo Banco Central do Brasil, com base na variação da cotação do cruzeiro no mercado de câmbio manual, referida à taxa média do mês de subscrição das Obrigações.

Art. 2.º Este Decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do artigo 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1968;
147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão.

II — DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 1968

Aprova o texto do Protocolo, assinado em Montevideu, a 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo, assinado em Montevideu, a 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de julho de 1968.

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

O texto do Protocolo acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no D. C. N. (Seção II).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 1968

Aprova o texto do Acôrdo sobre Cooperação Técnica entre o Governo do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de janeiro de 1968.

Art. 1º É aprovado o texto do Acôrdo sobre Cooperação Técnica entre o Governo do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de janeiro de 1968.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de agosto de 1968.

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

O texto do Acordo acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no D. C. N. (Seção II).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 1968

Aprova o texto da Convenção nº 120, sobre higiene no comércio e nos escritórios, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em sua 48ª sessão, em 1964.

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção nº 120, sobre higiene no comércio e nos escritórios, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em sua 48ª reunião, em 1964.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 20 de agosto de 1968

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

O texto da Convenção acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no "D.C.N." (Seção II) de 21-8-68.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 1968

Ratifica o texto da Convenção nº 118 sobre a igualdade de tratamento dos nacionais e não nacionais em matéria de previdência social, adotada em Genebra, a 28 de junho de 1962, pela Conferência Internacional do Trabalho.

Art. 1º É ratificado o texto da Convenção nº 118 sobre a igualdade de tratamento dos nacionais e não nacionais em matéria de previdência social, adotada em Genebra a 28 de junho de 1962, pela Conferência Internacional do Trabalho, em sua quadragésima-sesta sessão.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 20 de agosto de 1968

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

O texto da Convenção acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no "D.C.N." (Seção II) de 21-8-68.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 1968

Aprova o Acôrdio Brasileiro-Paraguaio para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o rio Apa e Ligação Rodoviária, assinado em Assunção, a 11 de dezembro de 1967.

Art. 1º É aprovado o Acôrdio Brasileiro-Paraguaio para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Apa e Ligação Rodoviária, assinado em Assunção, a 11 de dezembro de 1967.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

O texto do Acôrdo acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no *Diário do Congresso Nacional* (Seção II) de 27-8-1968.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 1968

Aprova a Convenção Cultural entre o Brasil e a República Popular Federativa da Iugoslávia, firmada na cidade do Rio de Janeiro, a 11 de maio de 1962.

Art. 1º É aprovada a Convenção Cultural entre o Brasil e a República Popular Federativa da Iugoslávia, firmada na cidade do Rio de Janeiro a 11 de maio de 1962.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de agosto de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

O texto da Convenção acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no D.C.N. (Seção II) de 30.8.68.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, Inciso I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 1968

Aprova o texto do Convênio Interamericano de Sanidade Animal, assinado no Rio de Janeiro, a 18 de julho de 1967.

Art. 1º É aprovado o texto do Convênio Interamericano da Sanidade Animal, assinado no Rio de Janeiro a 18 de julho de 1967.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de setembro de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

O texto do Convênio acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no D. C. N. (Seção II), de 18.9.68

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 1968

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural, assinado em 25 de janeiro de 1968, entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.

Art. 1º É aprovado o Convênio de Intercâmbio Cultural, assinado em 25 de janeiro de 1968, entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de setembro de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

O texto do Convênio acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no D.C.N. (Seção II), de 18.9.68

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 1968

Aprova o Acôrdio Cultural concluído entre o Brasil e a Tcheco-Eslováquia, assinado no Rio de Janeiro, a 16 de abril de 1962.

Art. 1º É aprovado o Acôrdio Cultural concluído entre a República Federativa do Brasil e a República Socialista da Tcheco-Eslováquia, assinado no Rio de Janeiro, a 16 de abril de 1962.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de setembro de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

O texto do Convênio acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no D.C.N. (Seção II), de 18.9.68

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 353, de 23 de julho de 1968 que prorroga o prazo para a liquidação dos débitos mencionados no Decreto-lei nº 352, de 17 de junho de 1968.

Art. 1º É aprovado o texto do Decreto-lei nº 353, de 23 de julho de 1968, que prorroga o prazo para a liquidação dos débitos mencionados no Decreto-lei nº 352, de 17 de junho de 1968.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 24 de setembro de 1968. — *Gilberto Marinho*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, *Gilberto Marinho*, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1968

Aprova o Convênio Internacional do Café de 1968, firmado pelo Brasil em 28 de março de 1968.

Art. 1º. É aprovado o Convênio Internacional do Café de 1968, firmado pelo Brasil em 28 de março de 1968.

Art. 2º. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 25 de setembro de 1968. — *Gilberto Marinho*, Presidente do Senado Federal.

O texto do Convênio acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no D.C.N. (Seção II), de 26.9.68.

III — LEIS

LEI Nº 5.462 — DE 2 DE JULHO
DE 1968

Dispõe sobre os proventos da aposentadoria no regime de produtividade instituído pela Lei nº 4.491, de 21 de novembro de 1964, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A parte suplementar da produção dos servidores do Departamento de Imprensa Nacional, a que se refere a Lei nº 4.491, de 21 de novembro de 1964, será incorporada aos proventos da aposentadoria, a razão de 1/30 (um trinta avos) por ano de serviço, contado a partir da vigência da mesma Lei, fixado o valor da parcela incorporável na média mensal da produção suplementar do servidor, calculada no biênio imediatamente anterior à aposentadoria.

Parágrafo único. A gratificação pela produção suplementar média a ser considerada para efeito deste artigo não poderá exceder o valor da gratificação percebida pelo servidor no momento da aposentadoria, limitada, em qualquer caso, ao vencimento do servidor.

Art. 2º Para efeito do pagamento da parte suplementar da produção nos períodos de afastamento considerados de efetivo exercício pela legislação vigente, será pago ao servidor o valor médio mensal do que haja produzido nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao afastamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário:

Brasília, 2 de julho de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

LEI Nº 5.463 — DE 2 DE JULHO
DE 1968

Declara prescritas as contas que menciona e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As contas de gestão do extinto Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) anteriormente ao exercício de 1963 são consideradas prescritas, salvo em relação às que acusem saldos de caixa retidos em poder dos responsáveis, ou quando estes estejam indiciados por lesão patrimonial.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se a todas as contas sobre as quais não haja sido proferido julgamento definitivo pelo Tribunal de Contas.

Art. 2º O Tribunal de Contas dará ressalva aos responsáveis cujas contas estiverem prescritas.

Art. 3º As contas de gestão do SAPS, posteriores ao exercício de 1962, iniciadas com o inventário de abertura levantado em 1º de janeiro de 1963, serão submetidas ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, para exame e ulterior remessa ao Tribunal de Contas, ou para cumprimento de diligências determinadas pelo mesmo Tribunal.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de julho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.464 — DE 2 DE JULHO
DE 1968

Considera de utilidade pública a Fundação Ford (The Ford Foundation), com sede em New York, Estados Unidos da América do Norte.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida de utilidade pública a Fundação Ford (The Ford Foundation), com sede em New York, Estados Unidos da América do Norte, que funciona no Brasil por intermédio de um representante especialmente designado em virtude de autorização que lhe foi concedida pelo Decreto nº 54.554, de 28 de outubro de 1964, publicado no *Diário Oficial* de 4 de novembro do mesmo ano.

Art. 2º A entidade beneficiária deverá submeter-se, perante o Ministério da Justiça, às exigências estabelecidas para as entidades nacionais, tanto para o ato declaratório como para posterior fiscalização da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelos Decretos nº 50.517, de 2 de maio de 1961 e nº 60.931, de 4 de julho de 1967.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de julho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

LEI Nº 5.465 — DE 3 DE JULHO
DE 1968

Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural, e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio.

§ 1º A preferência de que trata este artigo se estenderá aos portadores de certificado de conclusão do 2º ciclo dos estabelecimentos de ensino agrícola, candidatos à matrícula nas escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidas pela União.

§ 2º Em qualquer caso, os candidatos atenderão às exigências da legislação vigente, inclusive as relativas aos exames de admissão ou habilitação.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de julho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

LEI Nº 5.466 — DE 5 DE JULHO
DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Norte Mineira terreno situado na gleba do Colégio Agrícola "Antônio Versiani Athayde", no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, autorizado a doar à Fundação Universidade Norte Mineira, criada pela Lei nº 2.615, de 24 de maio de 1962, um terreno com área de 193.600 m² (cento e noventa e três mil e seiscentos metros quadrados), situado na gleba do Colégio Agrícola "Antônio Versiani Athayde", no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. O terreno de que trata este artigo se destinará à construção e instalação da sede da Fundação Universidade Norte Mineira e dos prédios dos respectivos Institutos e Faculdades, bem como às suas atividades complementares, e, no caso em que esta Fundação deixar de existir, ou de ser dada ao imóvel finalidade diversa da acima prevista, o mesmo reverterá ao patrimônio do Ministério da Agricultura, independentemente de qualquer indenização pelas benfeitorias nele construídas.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de julho de 1968;
147º da Independência e 89º da República.

A. COSTA E SILVA
Ivo Arzuza Pereira

LEI Nº 5.467 — DE 5 DE JULHO
DE 1968

Dá nova redação aos artigos 119 e 120 do Código Penal, que dispõem sobre a reabilitação criminal.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 119 e 120 do Código Penal, que dispõem sobre a reabilitação criminal, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 119. A reabilitação alcança quaisquer penas impostas por sentença definitiva.

§ 1º A reabilitação poderá ser requerida decorridos 5 (cinco) anos do dia em que for extinta, de qualquer modo, a pena principal ou terminar sua execução e do dia em que terminar o prazo da suspensão condicional da pena ou do livramento condicional, desde que o condenado:

a) tenha tido domicílio no País no prazo acima referido;

b) tenha dado, durante esse tempo, demonstração efetiva e constante de bom comportamento público e privado;

c) tenha ressarcido o dano causado pelo crime ou demonstre a absoluta impossibilidade de o fazer até o dia do pedido, ou exiba documento que comprove a renúncia da vítima ou novação da dívida.

§ 2º A reabilitação não pode ser concedida:

a) em favor dos presumidamente perigosos pelos nºs I, II, III e V do art. 78 deste Código, salvo prova contrária;

b) em relação à incapacidade para exercício do pátrio poder, tutela, curatela ou autoridade marital se imposta por crime contra os costumes cometidos pelo condenado em detrimento de filho, tutelado ou curatelado, ou por crime de lenocínio.

§ 3º Negada a reabilitação, não pode ser novamente requerida senão após o decurso de 2 (dois) anos.

Art. 120. A reabilitação será revogada de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, se a pessoa reabilitada for condenada, por decisão definitiva, ao cumprimento de pena privativa da liberdade.

Parágrafo único. Os prazos para o pedido de reabilitação serão contados em dobro no caso de reincidência.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de julho de 1968;
147º da Independência e 89º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva

LEI Nº 5.467-A — DE 6 DE JULHO
DE 1968

Altera o art. 102 do Decreto-lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 102 do Decreto-lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 102. São os seguintes os requisitos para que os militares da ativa e da reserva convocados possam contrair matrimônio:

- a) ser Oficial;
- b) ser Subtenente, Suboficial ou Sargento;
- c) outras praças:

1) na Marinha:
— ser especialista e ter no mínimo 21 anos de idade

2) no Exército:
— cabos e soldados, com permanência assegurada até o limite de idade ou que estejam amparados por legislação especial;

— cabos e soldados destacados em Unidades de Fronteira,

3) na Aeronáutica:
— ser cabo, com permanência assegurada até o limite de idade;
— ser taifeiro e contar no mínimo 21 anos de idade.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contrário.

Brasília, 6 de julho de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Augusto Hamann Rademaker
Frunewald

Aurelio de Lyra Tavares.

Carlos Alberto Huert de Oliveira
Sampaio

LEI Nº 5.468 — DE 8 DE JULHO
DE 1968

Dispõe sobre a representação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), no Conselho de Política Aduaneira.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A representação governamental no Conselho de Política Aduaneira, referida na alínea b e § 1º do art. 24 da Lei 3.244 de 14 de agosto de 1957, fica ampliada de 2 (dois) membros, sendo (um) efetivo e 1 (um) suplente, ambos indicados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), na conformidade do art. 62 da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966 e nomeados por decreto do Presidente da República.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfino Netto

Afonso A. Lima

LEI Nº 5.469 — DE 8 DE JULHO
DE 1968

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Conselho Nacional de Turismo, presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio, é constituído nos termos do art. 5º do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, passa a ter a seguinte composição:

— Presidente da Empresa Brasileira de Turismo;

— Delegado do Ministério das Relações Exteriores;

Delegado do Ministério dos Transportes;

— Delegado do Ministério da Aeronáutica;

— Delegado do Ministério da Fazenda;

— Delegado do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;

— Delegado da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

— Representante dos Agentes de Viagens;

— Representantes dos Transportadores; e

— Representante da Indústria Hoteleira.

Art. 2º O Ministro da Indústria e do Comércio, na qualidade de Presidente do Conselho, será substituído em suas faltas ou impedimentos por representante de sua livre escolha, com as prerrogativas conferidas pelas alíneas *a*, *d* e *e* do art. 7º do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966

Parágrafo único. Os delegados dos Ministérios e da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e seus suplentes serão designados pelos respectivos Ministros

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1968; 147ª da Independência e 80ª da República.

A. COSTA E SILVA

João de Magalhães Pinto

Antonio Delfim Netto

Mario David Andrade

Tarso Dutra

Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio

Edmundo de Macedo Soares

João Paulo dos Reis Velloso

LEI Nº 5.470 — DE 8 DE JULHO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a promover, por ato de bravura, o Cabo da Aeronáutica Nelson Odir da Silva Barros.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover, pelo princípio de bravura, o então Cabo da Aeronáutica Nelson Odir da Silva Barros, a contar da data de seu falecimento, ocorrido quando em serviço, após a prática de atos meritórios que lhe custaram o sacrifício da própria vida.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições contrário.

Brasília 8 de julho de 1968; 147ª da Independência e 80ª da República.

A. COSTA E SILVA

Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio.

LEI Nº 5.471 — DE 9 DE JULHO DE 1968

Dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida, sob qualquer forma, a exportação de bibliotecas e acervos documentais constituídos de obras brasileiras ou sobre o Brasil, editadas nos séculos XVI a XX.

Parágrafo único. Inclui-se igualmente, nessa proibição a exportação de:

a) obras e documentos compreendidos no presente artigo que, por des-

membramento dos conjuntos bibliográficos, ou isoladamente, hajam sido vendidos;

b) coleções de periódicos que já tenham mais de dez anos de publicados, bem como quaisquer originais e cópias antigas de partituras musicais.

Art. 2º Poderá ser permitida, para fins de interesse cultural, a junção da autoridade federal competente, a saída temporária, do País, de obras raras abrangidas no art. 1º e seu parágrafo único

Art. 3º A infringência destas disposições será punida na forma da lei, devendo ser efetivadas pela autoridade competente as apreensões dela decorrentes.

Parágrafo único. A destinação dos bens apreendidos será feita em proveito do patrimônio público, após audiência do Conselho Federal de Cultura.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e será regulamentada dentro de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de julho de 1968; 147º da Independência e 30º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

LEI Nº 5.472 — DE 9 DE JULHO DE 1968

Acrescenta parágrafo ao art. passando a ser 2º o parágrafo único, da Lei nº 4.066, de 28 de maio de 1962, que estabelece normas para a validade de demissão ou recibo de quitação contratual, firmado por empregado.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É acrescentado o seguinte parágrafo ao art. 1º da Lei nº 4.066, de 28 de maio de 1962, que estabelece normas para a validade de demissão ou recibo de quitação contratual, firmado por empregado, passando a ser 2º o seu parágrafo único:

“§ 1º No termo de rescisão, no recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, deve ser especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor sendo válida a quitação, apenas, relativamente as mesmas parcelas”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de julho de 1968; 147º da Independência e 30º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho.

LEI Nº 5.473 — DE 10 DE JULHO DE 1968

Regula o provimento de cargos e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São nulas as disposições e providências que, direta ou indiretamente, criem discriminações entre brasileiros de ambos os sexos, para provimento de cargos sujeitos a seleção, assim nas empresas privadas, como nos quadros do funcionalismo público federal estadual ou municipal, do serviço autárquico, de sociedades de economia mista e de empresas concessionárias de serviço público.

Parágrafo único. Incorrerá na pena de prisão simples de 3 (três) meses a 1 (um) ano e multa de NCr\$ 100,00 (cem cruzeiros novos) a

NCr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros novos) quem, de qualquer forma, obstar ou tentar obstar o cumprimento da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de julho de 1968: 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rodemaker Grünewald

Aurelio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antonio Delfim Netto

Mario David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jaíbas G. Passarinho

Marcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

João Paulo dos Reis Velloso

Afonso de A. Lima

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.474 — DE 18 DE JULHO
DE 1968

Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Fatura e da Duplicata

Art. 1º Em todo o contrato de compra e venda mercantil entre partes domiciliadas no território brasileiro, com prazo não inferior a 30 (trinta) dias, contado da data da entrega ou despacho das mercadorias, o vendedor extrairá a respectiva fatura para apresentação ao comprador.

§ 1º A fatura discriminará as mercadorias vendidas ou, quando convier ao vendedor, indicará somente os números e valores das notas parciais expedidas por ocasião das vendas, despachos ou entregas das mercadorias.

§ 2º A fatura terá rodapé destacável, em que constarão o número, a data e a importância dela, o qual, devidamente assinado, será restitu-

do ao vendedor, como comprovante do recebimento da mercadoria faturada.

Art. 2º No ato da emissão da fatura, dela poderá ser extraída uma duplicata para circulação como efeito comercial, não sendo admitida qualquer outra espécie de título de crédito para documentar o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador.

§ 1º A duplicata conterá:

I — a denominação "duplicata", a data de sua emissão e o número de ordem;

II — o número da fatura;

III — a data certa do vencimento ou a declaração de ser a duplicata à vista;

IV — o nome e domicílio do vendedor e do comprador;

V — a importância a pagar, em algarismos e por extenso;

VI — a praça de pagamento;

VII — a cláusula à ordem;

VIII — a declaração do reconhecimento de sua exatidão e da obrigação de pagá-la, a ser assinada pelo comprador, como aceite cambial;

IX — a assinatura do emitente.

§ 2º Uma só duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura.

§ 3º Nos casos de venda para pagamento em parcelas, poderá ser

emitida duplicata única, em que se discriminarão todas as prestações e seus vencimentos, ou série de duplicatas, uma para cada prestação, distinguindo-se a numeração a que se refere o item I do § 1º deste artigo, pelo acréscimo de letra do alfabeto, em sequência.

Art. 3º A duplicata indicará sempre o valor total da fatura, ainda que o comprador tenha direito a qualquer rebate, mencionando o vendedor o valor líquido que o comprador deverá reconhecer como obrigação de pagar.

§ 1º Não se incluirão no valor total da duplicata os apatamentos de preços das mercadorias feitos pelo vendedor até o ato do faturamento, desde que constem da fatura.

§ 2º. A venda mercantil para pagamento contra a entrega da mercadoria ou do conhecimento de transporte, sejam ou não da mesma praça vendedor e comprador, ou para pagamento em prazo inferior a 30 (trinta) dias, contado da entrega ou despacho das mercadorias, poderá representar-se, também, por duplicata, em que se declarará que o pagamento será feito nessas condições.

Art. 4º. Nas vendas realizadas por consignatários ou comissários e faturadas em nome e por conta do consignante ou comitente, caberá a aqueles cumprir os dispositivos desta Lei.

Art. 5º Quando a mercadoria for vendida por conta do consignatário, este é obrigado, na ocasião de expedir a fatura e a duplicata, a comunicar a venda ao consignante.

§ 1º Por sua vez, o consignante expedirá fatura e duplicata correspondente à mesma venda, a fim de ser esta assinada pelo consignatário, mencionando-se o prazo estipulado para a liquidação do saldo da conta.

§ 2º Fica o consignatário dispensado de emitir duplicata quando na comunicação a que se refere o § 1º declarar que o produto líquido apurado está à disposição do consignante.

CAPÍTULO II

Da Remessa e da Devolução da Duplicata

Art. 6º A remessa de duplicata poderá ser feita diretamente pelo

vendedor ou por seus representantes, por intermédio de instituições financeiras, procuradores ou correspondentes que se incumbam de apresentá-la ao comprador na praça ou no lugar de seu estabelecimento, podendo os intermediários revolvê-la, depois de assinada, ou conservá-la em seu poder até o momento do resgate, segundo as instruções de quem lhes cometeu o encargo.

§ 1º O prazo para remessa da duplicata será de 30 (trinta) dias, contado da data de sua emissão.

§ 2º Se a remessa for feita por intermédio de representantes instituições financeiras, procuradores ou correspondentes, estes deverão apresentar o título ao comprador dentro de 10 (dez) dias, contados da data de seu recebimento na praça de pagamento.

Art. 7º A duplicata, quando não for à vista, deverá ser devolvida pelo comprador ao apresentante dentro do prazo de 10 (dez) dias, contado da data de sua apresentação, devidamente assinada ou acompanhada de declaração, por escrito, contendo as razões da falta do aceite.

§ 1º Havendo expressa concordância da instituição financeira cobradora, o sacado poderá reter a duplicata em seu poder até a data do vencimento, desde que comunique, por escrito, à apresentante o aceite e a retenção.

§ 2º A comunicação de que trata o parágrafo anterior substituirá, quando necessário, no ato do protesto ou na ação executiva de cobrança, a duplicata a que se refere.

Art. 8º O comprador só poderá deixar de aceitar a duplicata por motivo de:

I — avaria ou não recebimento das mercadorias, quando não expedidas ou não entregues por sua conta e risco;

II — vícios, defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias, devidamente comprovados;

III — divergência nos prazos ou nos preços ajustados.

CAPÍTULO III

Do Pagamento das Duplicatas

Art. 9º. É lícito ao comprador resgatar a duplicata antes de aceitá-la ou antes da data do vencimento.

§ 1º A prova do pagamento é o recibo, passado pelo legítimo portador ou por seu representante com poderes especiais, no verso do próprio título ou em documento, em separado, com referência expressa à duplicata.

§ 2º Constituirá, igualmente, prova de pagamento, total ou parcial, da duplicata, a liquidação de cheque, a favor do estabelecimento endossatário, no qual conste, no verso, que seu valor se destina a amortização ou liquidação da duplicata nele caracterizada.

Art. 10. No pagamento da duplicata poderão ser deduzidos quaisquer créditos a favor do devedor resultantes de devolução de mercadorias, diferenças de preço, enganos verificados, pagamentos por conta e outros motivos assemelhados, desde que devidamente autorizados.

Art. 11. A duplicata admite reforma ou prorrogação do prazo de vencimento, mediante declaração em separado ou nela escrita, assinada pelo vendedor ou endossatário, ou por representante com poderes especiais.

Parágrafo único. A reforma ou prorrogação de que trata este artigo, para manter a coobrigação dos demais intervenientes por endosso ou aval, requer a anuência expressa destes.

Art. 12. O pagamento da duplicata poderá ser assegurado por aval, sendo o avalista equiparado àquele cujo nome indicar; na falta da indicação, àquele abaixo de cuja firma lançar a sua; fora desses casos, ao comprador.

Parágrafo único. O aval dado posteriormente ao vencimento do título produzirá os mesmos efeitos que o prestado anteriormente àquela ocorrência.

CAPÍTULO IV

Do Protesto

Art. 13. A duplicata é protestável por falta de aceite, de devolução ou de pagamento:

I — por falta de aceite o protesto será tirado mediante apresenta-

ção da duplicata, ou à vista da triplicata, extraída, datada e assinada pelo vendedor, e acompanhada da cópia da fatura, ou, ainda mediante apresentação de qualquer documento comprobatório do recebimento do título pelo sacado além do recibo a que se refere o § 2º do art. 1º, ou de outro documento comprobatório da entrega da mercadoria;

II — por falta de devolução o protesto será tirado mediante apresentação de qualquer documento comprobatório do recebimento do título pelo sacado;

III — por falta de pagamento o protesto será tirado em face da duplicata ou da triplicata, em qualquer tempo depois de seu vencimento e enquanto não prescrita a ação competente.

§ 1º O protesto será tirado na praça de pagamento constante do título.

§ 2º O portador que não tirar o protesto da duplicata, em forma regular e dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de seu vencimento, perderá o direito de regresso contra os endossantes e respectivos avalistas.

Art. 14. Nos casos de protestos por falta de aceite ou de devolução da duplicata, o instrumento de protesto deverá conter, além dos requisitos enumerados no art. 29 do Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908, a transcrição literal do recibo passado, pelo sacado, no rodapé da fatura ou em documento comprobatório da entrega da mercadoria.

CAPÍTULO V

Da Ação para Cobrança da Duplicata

Art. 15. Será processada pela forma executiva a ação do credor por duplicata, aceita pelo devedor, protestada ou não, e por duplicata não aceita e protestada desde que do instrumento de protesto constem os requisitos enumerados no art. 14.

§ 1º Distribuída a petição inicial, apresentada em 3 (três) vias, determinará o Juiz, em cada uma delas, independentemente da expedição do mandado, a citação do réu, que se fará mediante a entrega da terceira via e o recolhimento do corres-

pondente recibo do executado na segunda via, que integrará os autos.

§ 2º Havendo mais de um executado, o autor entregará, com a inicial, mais uma via por executado, para fins da citação de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º Não sendo paga a dívida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, proceder-se-á à penhora dos bens do réu.

§ 4º Feita a penhora, o réu terá o prazo de 5 (cinco) dias para contestar a ação.

§ 5º Não contestada a ação, os autos serão, no dia imediato, conclusos ao Juiz, que proferirá sentença no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 6º Contestada a ação, o Juiz procederá a uma instrução sumária, facultando às partes a produção de provas dentro de um tríduo e decidirá, em seguida, de acordo com o seu livre convencimento, sem eximir-se do dever de motivar a decisão, indicando as provas e as razões em que se fundar.

§ 7º O Juiz terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para proferir os despachos de expedientes e as decisões interlocutórias e o de 10 (dez) dias para as decisões terminativas ou definitivas.

§ 8º O recurso cabível da sentença proferida em ação executiva será o de agravo de instrumento, sem efeito suspensivo.

§ 9º A sentença que condenar o executado determinará, de plano, a execução da penhora, nos próprios autos, independentemente da citação do réu.

§ 10. Os bens penhorados de valor conhecido serão leiloados no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da sentença, e os não conhecidos sofrerão avaliação, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 11. Da quantia apurada no leilão, pagar-se-á ao credor o valor da condenação e demais cominações legais, lavrando o escrivão o competente termo homologado pelo Juiz.

Art. 16. Será processada pela forma ordinária a ação do credor por duplicata não aceita e não protestada, bem como a ação para elidir

as razões invocadas pelo devedor para o não-aceite do título nos casos previstos no art. 8º.

§ 1º A apresentação e a distribuição da petição inicial se regularão pelas disposições dos §§ 1º e 2º do artigo anterior.

§ 2º Não contestada, será a ação processada pelo rito sumário de que trata o art. 15 desta Lei, devendo a sentença condenatória determinar a expedição do mandado de penhora.

Art. 17. O fóro competente para a ação de cobrança da duplicata será o da praça de pagamento constante do título.

Art. 18. A ação de cobrança da duplicata prescreve:

I — contra o sacado e respectivos avalistas, em 3 (três) anos, contados da data do vencimento do título;

II — contra endossante e seus avalistas, em 1 (um) ano, contado da data do protesto;

III — de qualquer dos coobrigados contra os demais, em um (1) ano, contado da data em que haja sido efetuado o pagamento do título.

§ 1º A ação de cobrança poderá ser proposta contra um ou contra todos os coobrigados, sem observância da ordem em que figurem no título.

§ 2º Os coobrigados da duplicata respondem solidariamente pelo aceite e pelo pagamento.

CAPITULO VI

Da Escrita Especial

Art. 19. A adoção do regime de vendas de que trata o art. 2º desta Lei obriga o vendedor a ter e a escriturar o Livro de Registro de Duplicatas.

§ 1º No Registro de Duplicatas serão escrituradas, cronologicamente, todas as duplicatas emitidas, com o número de ordem, data e valor das faturas originárias e data de sua expedição; nome e domicílio do comprador; anotações das reformas; prorrogações e outras circunstâncias necessárias.

§ 2º Os Registros de Duplicatas, que não poderão conter emendas,

borrões, rasuras ou entrelinhas, deverão ser conservados nos próprios estabelecimentos.

§ 3º O Registro de Duplicatas poderá ser substituído por qualquer sistema mecanizado, desde que os requisitos deste artigo sejam observados.

CAPÍTULO VII

Das Duplicatas de Prestação de Serviços

Art. 20. As empresas, individuais ou coletivas, fundações ou sociedades civis, que se dediquem à prestação de serviços, poderão, também, na forma desta lei, emitir fatura e duplicata.

§ 1º A fatura deverá discriminar a natureza dos serviços prestados.

§ 2º A soma a pagar em dinheiro corresponderá ao preço dos serviços prestados.

Art. 21. O sacado poderá deixar de aceitar a duplicata de prestação de serviços por motivo de:

I — não correspondência com os serviços efetivamente contratados;

II — vícios ou defeitos na qualidade dos serviços prestados, devidamente comprovados;

III — divergência nos prazos ou nos preços ajustados.

Art. 22. Equiparam-se às entidades constantes do art. 20, para os efeitos da presente Lei, ressalvado o disposto no Capítulo VI, os profissionais liberais e os que prestam serviço de natureza eventual desde que o valor do serviço ultrapasse a NCr\$ 100,00 (cem cruzeiros novos).

§ 1º Nos casos deste artigo, o credor enviará ao devedor fatura ou conta que mencione a natureza e valor dos serviços prestados, data e local do pagamento e o vínculo contratual que deu origem aos serviços executados.

§ 2º Registrada a fatura ou conta no Cartório de Títulos e Documentos, será ela remetida ao devedor, com as cautelas constantes do artigo 6º.

§ 3º O não pagamento da fatura ou conta no prazo nela fixado au-

torizará o credor a levá-la a protesto, valendo, na ausência do original, certidão do cartório competente.

§ 4º O instrumento do protesto, elaborado com as cautelas do art. 14, discriminando a fatura ou conta original ou a certidão do Cartório de Títulos e Documentos, autorizará o ajustamento da competente ação executiva na forma prescrita nesta Lei.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 23. A perda ou extravio da duplicata obrigará o vendedor a extrair triplicata, que terá os mesmos efeitos e requisitos e obedecerá às mesmas formalidades daquela.

Art. 24. Da duplicata poderão constar outras indicações, desde que não alterem sua feição característica.

Art. 25. Aplicam-se à duplicata e à triplicata, no que couber, os dispositivos da legislação sobre emissão, circulação e pagamento das Letras de Câmbio.

Art. 26. O art. 172 do Código Penal (Decreto-lei número 2.848, de 7 de dezembro de 1940) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 172. Expedir ou aceitar duplicata que não corresponda, juntamente com a fatura respectiva, a uma venda efetiva de bens ou a uma real prestação de serviço.

Pena — Detenção de um a cinco anos, e multa equivalente a 20% sobre o valor da duplicata.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorrerá aquele que falsificar ou adulterar a escrituração do Livro de Registro de Duplicatas".

Art. 27. O Conselho Monetário Nacional, por proposta do Ministério da Indústria e do Comércio, baixará, dentro de 120 (cento e vinte) dias da data da publicação desta lei, normas para padronização formal dos títulos e documentos nela referidos fixando prazo para sua adoção obrigatória.

Art. 28. Esta Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua

publicação, revogando-se a Lei número 187, de 15 de janeiro de 1936, a Lei número 4.068, de 9 de junho de 1962, os Decretos-Leis números 265, de 28 de fevereiro de 1967, 320, de 29 de março de 1967, 331, de 21 de setembro de 1967, e 345, de 28 de dezembro de 1967, na parte referente às duplicatas e todas as demais disposições em contrário.

Brasília, 18 de julho de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Edmundo de Macedo Soares

LEI Nº 5.475 — DE 23 DE JULHO
DE 1968

Dá nova redação ao art. 3.º e seu § 2.º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 3.º e seu § 2.º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960 que dispõe sobre as pensões militares, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3.º A contribuição para a pensão militar será igual a 3 (três) dias do soldo do contribuinte, arredondada em centavos para as importâncias imediatamente superiores.

§ 1.º

§ 2.º Se o militar contribuir para a pensão de posto ou graduação superior, a contribuição será igual a 3 (três) dias do soldo desse posto ou graduação."

Art. 2.º Esta lei entra em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1968.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

*Augusto Hamann Rademaker
Grünwald*

Aurélio de Lyra Tavares

Márcio de Souza e Mello

LEI Nº 5.476 — DE 24 DE JULHO
DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a constituir a sociedade de economia mista Banco de Roraima S. A.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, no Território Federal de Roraima, uma sociedade por ações, de economia mista, denominada Banco de Roraima S. A., e regida, no que lhe for aplicável pelas disposições legais referentes às sociedades anônimas e aos estabelecimentos bancários do País.

Art. 2.º O Banco de Roraima S. A. terá por objeto a prática de operações financeiras visando capitalizar e expandir a economia do Território, através de incentivos ao desenvolvimento da lavoura, da pecuária, do comércio e da industrialização das matérias-primas e produtos locais.

Parágrafo único. O Banco manterá agências e poderá operar exclusivamente na área do Território, até que as autoridades monetárias considerem a viabilidade de sua expansão regional, de seu estabelecimento em outras Unidades da Federação.

Art. 3.º O capital inicial do Banco de Roraima S. A. será de NCr\$ 300.000.00 (trezentos mil cruzeiros novos), representado por 30.000 (trinta mil) ações nominativas, ordinárias, no valor de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos) cada uma e subscritas 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo, pela União Federal, e o restante por subscritores particulares.

Parágrafo único. Nos aumentos de capital da sociedade, ficará também assegurada à União Federal — obrigatória e permanentemente — a participação mínima de 51% (cinquenta e um por cento).

Art. 4º Para integralização das ações de capital subscritas pela União Federal, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Interior, o crédito especial de NCr\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil cruzeiros novos).

Parágrafo único. Para atender ao disposto na letra "c" do § 1º do art. 64 da Constituição, concernente à receita para abertura do crédito referido neste artigo, a verba constante da Lei n.º 5.373, de 6 de dezembro de 1967 — Unidade Orçamentária 5.09.04 — Território Federal de Roraima — 4.2.5.0 — Despesas de Capital — Investimentos Financeiras — Concessão de Empréstimos e o Projeto 133.1.1542 — Financiamento, Assistência Técnica e Extensão Rural ficam diminuídos em NCr\$ 53.000,00 (cento e cinquenta e três mil cruzeiros novos).

Art. 5º O Banco de Roraima S. A. será administrado por uma Diretoria Executiva composta de 3 (três) membros, acionistas ou não, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor da Carteira de Crédito Geral e um Diretor da Carteira de Crédito Rural e Industrial, todos brasileiros e residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 4 (quatro) anos.

Art. 6º O Conselho Fiscal do Banco de Roraima S. A. será integrado por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes sendo que um dos membros e o seu suplente serão indicados pelo grupo de acionistas minoritários.

Art. 7º Os demais elementos da organização administrativa e as normas de funcionamento do Banco de Roraima S. A. constituirão parte de seus Estatuto e Regimento Interno.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a conduzir, nos termos desta Lei, as medidas administrativas necessárias à constituição, instalação e funcionamento do Banco de Roraima S. A.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

LEI Nº 5.477 — DE 25 DE JULHO DE 1968

Concede franquias postais às precatórias criminais e à correspondência dos Conselhos Penitenciários Estaduais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Gozarão de franquias postais, inclusive aérea, as precatórias criminais expedidas pelos Juizes de outras comarcas e a correspondência expedida pelos Conselhos Penitenciários Estaduais.

Art. 2º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de julho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.478 — DE 25 DE JULHO DE 1968

Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A ação de alimentos é de rito especial, independente de prévia distribuição e de anterior concessão do benefício de gratuidade.

§ 1º. A distribuição será determinada posteriormente por ofício do Juiz, inclusive para o fim de registro do feito.

§ 2º. A parte que não estiver em condições de pagar as custas do processo, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, gozará do benefício da gratuidade, por simples afirmativa dessas condições perante o Juiz, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

§ 3º. Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição, nos termos desta Lei.

§ 4º. A impugnação do direito à gratuidade não suspende o curso do processo de alimentos e será feita em autos apartados.

Art. 2º. O credor, pessoalmente ou por intermédio de advogado, dirigirse-á ao Juiz competente, qualificando-se, e exporá suas necessidades, provando, apenas, o parentesco ou a obrigação de alimentar do devedor, indicando seu nome e sobrenome, residência ou local de trabalho, profissão e naturalidade, quanto ganha aproximadamente ou os recursos de que dispõe.

§ 1º. Dispensar-se-á a produção inicial de documentos probatórios:

I. — quando existente em notas, registros, repartições, ou estabelecimentos públicos e ocorrer impedimento ou demora em extrair certidões.

II. — quando estiverem em poder do obrigado, as prestações alimentícias ou de terceiro residente em lugar incerto ou não sabido.

§ 2º. Os documentos públicos ficam isentos de reconhecimento de firma.

§ 3º. Se o credor comparecer pessoalmente e não indicar profissional que haja concordado em assisti-lo, o juiz designará desde logo quem o deva fazer.

Art. 3º. O pedido sera apresentado por escrito, em 3 (três) vias, e deverá conter a indicação do Juiz a quem for dirigido, os elementos referidos no artigo anterior e um histórico sumário dos fatos.

§ 1º. Se houver sido designado pelo Juiz defensor para assistir o so-

licitante, na forma prevista no artigo 2º, formulará o designado, dentro de 24 (vinte e quatro) horas da nomeação, o pedido, por escrito, podendo, se achar conveniente, indicar seja a solicitação verbal reduzida a termo.

§ 2º. O termo previsto no parágrafo anterior será em 3 (três) vias, datadas e assinadas pelo escrivão, observado, no que couber, o disposto no "caput" do presente artigo.

Art. 4º. Ao despachar o pedido, o Juiz fixará desde logo alimentos provisórios a serem pagos pelo devedor, salvo se o credor expressamente declarar que deles não necessita.

Parágrafo único. Se se tratar de alimentos provisórios pedidos pelo cônjuge, casado pelo regime da comunhão universal de bens, o Juiz determinará igualmente que seja entregue ao credor, mensalmente, parte da renda líquida dos bens comuns, administrados pelo devedor.

Art. 5º. O escrivão, dentro em 48 (quarenta e oito) horas, remeterá ao devedor a segunda via da petição ou do termo, juntamente com a cópia do despacho do Juiz, e a comunicação do dia e hora da realização da audiência de conciliação e julgamento.

§ 1º. Na designação da audiência, o Juiz fixará o prazo razoável que possibilite ao réu a contestação da ação proposta e a eventualidade de citação por edital.

§ 2º. A comunicação, que será feita mediante registro postal isento de taxas e com aviso de recebimento, importa em citação, para todos os efeitos legais.

§ 3º. Se o réu criar embaraços ao recebimento da citação, ou não for encontrado, repetir-se-á a diligência por intermédio do oficial de justiça, servindo de mandado a terceira via da petição ou do termo.

§ 4º. Impossibilitada a citação do réu por qualquer dos modos acima previstos, será ele citado por edital afixado na sede do Juizo e publicada 3 (três) vezes consecutivas no órgão oficial do Estado, correndo a despesa por conta do vencido, a final, sendo previamente a conta juntada aos autos.

§ 5º. O edital deverá conter um resumo do pedido inicial, a íntegra

do despacho nêle exarado, a data e a hora da audiência.

§ 6º. O autor será notificado da data e hora da audiência no ato de recebimento da petição, ou da lavratura do termo.

§ 7º. O Juiz, ao marcar a audiência, oficiará ao empregador do réu, ou, se o mesmo fôr funcionário público, ao responsável por sua reparação, solicitando o envio, no máximo até a data marcada para a audiência, de informações sobre o salário ou os vencimentos do devedor, sob as penas previstas no art. 22 desta Lei.

§ 8º. A citação do réu, mesmo nos casos dos arts. 175 e 176 do Código de Processo Civil, far-se-á na forma do § 2º do art. 5º desta Lei.

Art. 6º. Na audiência de conciliação e julgamento deverão estar presentes autor e réu, independentemente de intimação e de comparecimento de seus representantes.

Art. 7º. O não comparecimento do autor determina o arquivamento do pedido, e a ausência do réu importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.

Art. 8º. Autor e réu comparecerão à audiência acompanhados de suas testemunhas, 3 (três) no máximo, apresentando, nessa ocasião, as demais provas.

Art. 9º. Aberta a audiência, lida a petição, ou o termo, e a contestação, se houver, ou dispensada a leitura o Juiz ouvirá as partes litigantes e o representante do Ministério Público, propondo conciliação.

§ 1º. Se houver acôrdo, lavrar-se-a o respectivo termo, que será assinado pelo Juiz, Escrivão, partes e representantes do Ministério Público.

§ 2º. Não havendo acôrdo, o Juiz tomará o depoimento pessoal das partes e das testemunhas, ouvidos os peritos se houver, podendo julgar o efeito sem a mencionada produção de provas, se as partes concôrdarem.

Art. 10. A audiência de julgamento será continua; mas, se não fôr possível, por motivo de força maior, conclui-la no mesmo dia, o juiz marcará a sua continuação para o primeiro dia desimpedido independentemente de novas intimações.

Art. 11. Terminada a instrução, poderão as partes e o Ministério Público aduzir alegações finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada um.

Parágrafo único. Em seguida, o Juiz renoverá a proposta de conciliação e, não sendo aceita, ditará sua sentença, que conterá sucinto relatório do ocorrido na audiência.

Art. 12. Da sentença serão as partes intimadas, pessoalmente ou através de seus representantes, na própria audiência, ainda quando ausentes, desde que intimadas de sua realização.

Art. 13. O disposto nesta Lei aplica-se igualmente, no que couber, às ações ordinárias de desquite, nulidade e anulação de casamento, à revisão de sentenças proferidas em pedidos de alimentos e respectivas execuções.

§ 1º Os alimentos provisórios fixados na inicial poderão ser revistos a qualquer tempo, se houver modificação na situação financeira das partes, mas o pedido será sempre processado em apartado.

§ 2º. Em qualquer caso, os alimentos fixados retroagem à data da citação.

§ 3º. Os alimentos provisórios serão devidos até a decisão final, inclusive o julgamento do recurso extraordinário.

Art. 14. Da decisão final do Juiz, inclusive nos autos em apartado, caberá agravo de petição.

Art. 15. A decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados.

Art. 16. Na execução da sentença ou do acôrdo nas ações de alimento será observado o disposto no artigo 919 e seu parágrafo único do Código de Processo Civil.

Art. 17. Quando não fôr possível a efetivação executiva da sentença ou do acôrdo mediante desconto em folha, poderão ser as prestações cobradas de alugueres de prédios ou de quaisquer outros rendimentos do devedor, que serão recebidos diretamente pelo alimentando ou por depositário nomeado pelo Juiz.

Art. 18. Se, mesmo assim, não for

possível a satisfação do débito alimentício, o Juiz aplicará o disposto no artigo 920 do Código de Processo Civil.

Art. 19. O Juiz, para instrução da causa, ou na execução da sentença ou do acôrdo, poderá tomar todas as providências necessárias para seu esclarecimento ou para o cumprimento do julgado ou do acôrdo, inclusive a decretação de prisão do devedor até 60 (sessenta) dias.

§ 1º. O artigo 921 do Código de Processo Civil (Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 921. O cumprimento integral da pena de prisão não eximirá o devedor do pagamento das prestações alimentícias vincendas ou vencidas e não pagas"

§ 2º. Do despacho que decretar a prisão do devedor caberá agravo de instrumento.

§ 3º. O § 2º do artigo 843 do Código de Processo Civil (Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939) passará a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º. Nos casos previstos nos nº VI, salvo se se tratar de decisão proferida em pedido ou execução de alimentos, XI e XVII, o Juiz suspenderá o processo, se não puder suspender apenas a execução da ordem".

Art. 20. As repartições públicas, civis ou militares, inclusive do Imposto de Renda, darão todas as informações necessárias à instrução dos processos previstos nesta Lei e à execução do que for decidido ou acordado em juízo.

Art. 21. O art. 244 do Código Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 anos ou inapto para o trabalho ou de ascendente inválido ou valetudinário, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada, deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente gravemente enfermo;

Pena — Detenção de 1 (um) ano a 4 (quatro) anos e multa, de uma

a dez vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incide quem, sendo solvente, frustra ou ilide, de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprego ou função, o pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada".

Art. 22. Constitui crime contra a administração da Justiça deixar o empregador ou funcionário público de prestar ao Juízo competente as informações necessárias à instrução de processo ou execução de sentença ou acôrdo que fixe pensão alimentícia:

Pena — Detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, sem prejuízo da pena acessória de suspensão do emprego de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incide quem, de qualquer modo, ajuda o devedor a eximir-se ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada, ou se recusa, ou procrastina a executar ordem de descontos em folhas de pagamento, expedida pelo Juiz competente.

Art. 23. A prescrição quinquenal referida no art. 178, § 10, inciso I, do Código Civil só alcança as prestações mensais e não o direito a alimentos, que, embora irrenunciável, podem ser provisoriamente dispensado.

Art. 24. A parte responsável pelo sustento da família, e que deixar a residência comum por motivo, que não necessitará declarar, poderá tomar a iniciativa de comunicar ao Juiz os rendimentos de que dispõe e de pedir a citação do credor, para comparecer à audiência de conciliação e julgamento destinada à fixação dos alimentos a que está obrigado.

Art. 25. A prestação não-pecuniária estabelecida no art. 403 do Código Civil, só pode ser autorizada pelo Juiz se a ela anuir o alimentando capaz.

Art. 26. É competente para as ações de alimentos decorrentes da aplicação do Decreto Legislativo nº 10, de 13 de novembro de 1958, e Decreto nº 56.826, de 2 de setembro de 1965, o Juízo federal da Ca-

pital da Unidade Federativa Brasileira em que reside o devedor, sendo considerada instituição intermediária, para os fins dos referidos decretos, a Procuradoria-Geral da República.

Parágrafo único. Nos termos do inciso III, art. 2º, da Convenção Internacional sobre ações de alimentos, o Governo Brasileiro comunicará, sem demora, ao Secretário Geral das Nações Unidas, o disposto neste artigo.

Art. 27. Aplicam-se supletivamente nos processos regulados por esta Lei as disposições do Código de Processo Civil.

Art. 28. Esta Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias depois de sua publicação.

Art. 29. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de julho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

LEI Nº 5.479 — DE 10 DE AGOSTO
DE 1968

Dispõe sobre a retirada e transplante de tecidos, órgãos e partes de cadáver para finalidade terapêutica e científica, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A disposição gratuita de uma ou várias partes do corpo, "post mortem" para fins terapêuticos é permitida na forma desta Lei.

Art. 2º A retirada para os fins a que se refere o artigo anterior deverá ser precedida da prova incontestável da morte.

§ 1º — VETADO
§ 2º — VETADO
§ 3º — VETADO

Art. 3º A permissão para o aproveitamento, referida no art. 1º, efetivar-se-á mediante a satisfação de uma das seguintes condições

I — Por manifestação expressa da vontade do disponente,

II — Pela manifestação da vontade, através de instrumento público, quando se tratar de disponentes relativamente incapazes e de analfabetos;

III — Pela autorização escrita do cônjuge, não separado, e sucessivamente, de descendentes, ascendentes e colaterais, ou das corporações religiosas ou civis responsáveis pelo destino dos despojos;

IV — Na falta de responsáveis pelo cadáver a retirada somente poderá ser feita com a autorização do Diretor da Instituição onde ocorrer o óbito, sendo ainda necessária esta autorização nas condições dos itens anteriores.

Art. 4º A retirada e o transplante de tecidos, órgãos e partes de cadáver, somente poderão ser realizados por médico de capacidade técnica comprovada, em instituições públicas ou particulares, reconhecidamente idôneas e autorizadas pelos órgãos públicos competentes.

Parágrafo único. O transplante somente será realizado se o paciente não tiver possibilidade alguma de melhorar através de tratamento médico ou outra ação cirúrgica.

Art. 5º Os Diretores de Institutos Universitários e dos Hospitais devem comunicar ao Diretor da Saúde Pública quais as pessoas que fizeram disposições, para "post mortem", de seus tecidos ou órgãos, com destino a transplante e o nome das instituições ou pessoas contempladas.

Art. 6º Feita a retirada, o cadáver será condignamente recomposto e entregue aos responsáveis para o sepultamento.

Parágrafo único. A infração ao disposto neste artigo será punida com a pena prevista no art. 211 do Código Penal.

Art. 7º Não havendo compatibilidade, a destinação a determinada pessoa poderá a critério do médico chefe da Instituição, e mediante prévia disposição ou autorização de quem de direito, ser transferida para outro receptor, em que se verifique aquela condição.

Art. 8º Os Diretores das instituições hospitalares ou institutos universitários onde se realizem as retiradas de órgãos ou tecidos de cadáver com finalidade terapêutica remeterão ao fim de cada ano, ao Departamento Nacional de Saúde Pública, os rela-

tórios dos atos cirúrgicos relativos a essas retiradas, bem como os resultados dessas operações.

Art. 9º A retirada de partes do cadáver, sujeito por força de lei à necropsia ou à verificação do diagnóstico *causa mortis*, deverá ser autorizada pelo médico-legista e citada no relatório da necropsia ou da verificação diagnóstica.

Art. 10. É permitido à pessoa maior e capaz dispor de órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins humanitários e terapêuticos.

§ 1º A autorização do disponente deverá especificar o tecido, ou órgão, ou a parte objeto da retirada.

§ 2º Só é possível a retirada, a que se refere este artigo, quando se tratar de órgãos, duplos ou tecidos, vísceras ou partes e desde que não impliquem em prejuízo ou mutilação grave para o disponente e correspondam a uma necessidade terapêutica, comprovadamente indispensável, para o paciente receptor.

Art. 11. A infração ao disposto nos arts. 2º, 3º, 4º e 5º desta lei será punida com a pena de detenção de um a três anos, sem prejuízo de outras sanções que no caso couberem.

Art. 12. As intervenções disciplinadas por esta lei não serão efetivadas se houver suspeita de ser o disponente vítima de crime.

Art. 13. As despesas com as retiradas e transplantes serão disciplinadas na forma determinada pela regulamentação desta Lei.

Art. 14. O Departamento Nacional de Saúde Pública será o órgão fiscalizador da execução desta Lei.

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 4.280, de 6 de novembro de 1963, e demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Leonel Miranda

LEI Nº 5.480 — DE 10 DE AGOSTO DE 1968

Revoga o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967, revoga e altera a redação de dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogados o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967, e o artigo 14 e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966.

Art. 2º Os artigos 17, 18 e 21 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. O serviço de vigilância em navios, por vigias portuários matriculados nas Delegacias de Trabalho Marítimo de preferência sindicalizados, será:

- a) obrigatório, na navegação de longo curso; e
- b) a critério da Comissão de Marinha Mercante, na navegação de cabotagem.

§ 1º A remuneração do pessoal a que se refere este artigo será fixada pela Comissão de Marinha Mercante, com prévia audiência do Conselho Nacional de Política Salarial.

§ 2º A execução do serviço a que se refere o presente artigo, em sistema de rodízio, obedecerá, as normas instituídas pelo Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes.”

Art. 18. Os trabalhadores que exercam funções de direção ou chefia, nos serviços de carga e descarga serão indicados pela entidade estivadora de preferência entre sindicalizados.

Parágrafo único. A indicação para as funções de chefia ou direção, e seu exercício, em sistema de rodízio, obedecerão às normas instituídas pelo Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes, com a colaboração dos órgãos de representação nacional das classes interessadas.”

Art. 21. Os trabalhadores de estiva, e de capatazia constituirão categoria profissional única denominada “operador de carga e descarga” e reger-se-ão pelas regras gerais da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1.º O disposto neste artigo vigorará a partir da data de sua regulamentação pelo Poder Executivo a qual atenderá às peculiaridades de cada porto e disporá sobre o resguardo dos bens patrimoniais dos atuais sindicatos de conformidade com os interesses dos mesmos.

§ 2º Na regulamentação prevista neste artigo, ficarão assegurados os direitos que a lei concede à categoria dos arrumadores”

Art. 3º Aplicam-se aos trabalhadores avulsos as disposições das Leis ns. 4.090, de 13 de julho de 1962, e 5.107, de 13 de setembro de 1966 e suas respectivas alterações legais, nos termos de regulamentação a ser expedida pelo Poder Executivo, dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei, por intermédio dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social e dos Transportes, com audiência das categorias profissionais interessadas, através de seus órgãos de representação de âmbito nacional.

Parágrafo único. Ultrapassando o prazo previsto neste artigo, sem que ocorra a publicação da regulamentação no mesmo referida, ficarão assegurados os direitos e vantagens nele constantes a partir do dia imediato ao do término do prazo.

Art. 4º As contribuições previdenciárias e o salário-família devidos aos trabalhadores avulsos poderão ser recebidos pelos sindicatos de classe respectivos, que se incumbirão de elaborar as folhas correspondentes e de proceder à distribuição e recolhimentos nos termos da regulamentação que for estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1968;
147º da Independência e 80º da República

A. COSTA E SILVA
Luis Antonio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rautemäker
Grünwald
Antonio Delfim Netto
Mario David Andreazza
Jarbas G. Passarinho
Helio Beltrão

LEI Nº 5.481 — DE 10 DE AGOSTO
DE 1968

Revigora o prazo estabelecido pelo art. 1º do Decreto-lei nº 148, de 8 fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da vida rural, investidura das Associações Rurais, nas funções e prerrogativas do órgão sindical.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revigorado até 8 de fevereiro de 1969 o prazo concedido pelo art. 1º do Decreto-lei nº 148, de 8 de fevereiro de 1967, às Associações Rurais e seus órgãos superiores, reconhecidos nos termos e sob a forma do Decreto-lei nº 8.127, de 24 de outubro de 1945, para que requeram a sua investidura como entidades sindicais representativas de empregadores rurais.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Ivo Arzua Pereira
Jarbas G. Passarinho
Helio Beltrão

LEI Nº 5.482 — DE 10 DE AGOSTO
DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a desapropriar em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL o imóvel que especifica de propriedade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a desapropriar por utilidade pública com fundamento na letra h, do artigo 5º do Decreto-lei número 3.365 de 21 de junho de 1941, em favor da Empresa Brasileira de

Telecomunicações — EMBRATEL, uma área de propriedade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, medindo 4.395 metros quadrados, constituída pelos lotes ns. 1 2 3 4 5, 14 15 e 16 quarteirão 13 da 1.ª seção suburbana, localizados na Avenida Afonso Pena, Praça do Cruzeiro, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.483 — DE 19 DE AGOSTO DE 1968

Modifica o item III do art. 178 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O item III do art. 178 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 178

III — Quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave e outras moléstias que a lei indicar, com base nas conclusões da medicina especializada”

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de agosto de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Favares

Jose de Magalhães Pinto

Antonio Delfim Netto

Mario David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Marcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Jose Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Helo Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.484 — DE 21 DE AGOSTO DE 1968

Isenta do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados material doado à Igreja Metodista Central de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do §. 4.º do artigo 62 da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida a isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados para a importação de uma máquina de es-

crever música; um duplicador Multilith, com acessórios; máquina elétrica de escrever IBM; conjunto portátil "intercon"; caixa de som para órgão elétrico; projetor "suces"; toca disco; amplificador de som com dois alto-falantes 3 (tres) m... e 2 (dois) gravadores de som; e remédios doados pelo Board Of Missions of the Methodist Church, a Igreja Metodista Central de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para uso exclusivo da referida Igreja, proíbe a troca ou venda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1968.

GILBERTO MARINHO

LEI Nº 5.485 — DE 26 DE AGOSTO DE 1968

Concede isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, bem como dos emolumentos consulares incidentes sobre um piano a ser importado pelo pianista brasileiro Nelson Freire.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, bem como dos emolumentos consulares, para um piano Stenuay S n.º 400.190, oferecido ao pianista brasileiro Nelson Freire pela Marquesa de Cadaval, a título gratuito, conforme documento firmado em Sintra, Portugal, a 2 de maio de 1967, e reconhecido na conta 147 do respectivo Cartório.

Parágrafo único. A venda do piano de que trata este artigo, antes de decorridos cinco anos de sua liberação pelas autoridades aduaneiras, obrigará o interessado ao pagamento dos impostos e taxas a que a isenção se refere.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de agosto de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.486 — DE 27 DE AGOSTO DE 1968

Dispõe sobre a classe singular de Instrutor de Para-quedaismo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluída no Anexo I da Lei nº 3.730 de 12 de julho de 1960, que instituiu o Plano de Classificação

de Cargos, no Serviço Educação e Cultura, no Grupo Ocupacional Magistério, a classe singular código EC-015:19 — Instrutor de Para-quedaismo.

Art. 2º Fica também incluída no Anexo IV da mesma Lei nº 3.730, de 12 de julho de 1960, a função de Instrutor, referência 28, com enquadramento previsto na classe singular a que se refere o art. 1º da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

LEI Nº 5.487 — DE 27 DE AGOSTO
DE 1968

Concede pensões especiais a beneficiários legais de servidores falecidos em acidente com avião da Força Aérea Brasileira na selva amazônica e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São concedidas pensões especiais aos beneficiários legais do cidadão Afonso Alves da Silva, e do ind. Bogoroty Betan, servidores não regularizados do Serviço de Proteção aos Índios, falecidos em consequência de acidente ocorrido em 16 de junho de 1967, com aeronave da Força Aérea Brasileira que transportava membros da missão destinada a pacificar os índios Kraiankoros no Brasil Central.

Parágrafo único. As pensões a que se referem este artigo, terão o valor correspondente ao maior salário mínimo vigente no País, cada uma.

Art. 2º Se a qualquer tempo for reconhecida a qualidade de servidores públicos federais a Afonso Alves da Silva e ao indio Bogoroty Betan, e em consequência, seus beneficiários vierem a fazer jus à pensão especial prevista no art. 242, da Lei número 1.711-52, as pensões ora concedidas serão canceladas, salvo o direito de opção.

Parágrafo único. No caso da opção de que trata este artigo, será descontado ao total dos atrasados a que tiverem direito, o montante já pago aos aludidos beneficiários, em decorrência da presente Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada ao pagamento de pensionistas da União.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagin-

do, porém, as vantagens financeiras de 16 de junho de 1967.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Fernando Ribeiro do Val
Afonso A. Lima

LEI Nº 5.488 — DE 27 DE AGOSTO
DE 1968

Institui a correção monetária nos casos de liquidação de sinistros cobertos por contratos de seguros.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A indenização de sinistros cobertos por contratos de seguros de pessoas, bens e responsabilidades, quando não efetuada nos prazos estabelecidos na forma do § 2º deste artigo, ficará sujeita à correção monetária, no todo ou na parte não paga.

§ 1º A correção monetária será devida a partir do término dos referidos prazos e calculada na base dos coeficientes fixados para a correção das obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional.

§ 2º O Conselho Nacional de Seguros Privados fixará os prazos a que se refere este artigo e estabelecerá as condições que se fizerem necessárias à sua aplicação e à execução desta Lei.

§ 3º A incidência da correção monetária sobre o valor da indenização não exonera as entidades seguradoras, cosseguradoras e resseguradoras de outras sanções que, na espécie, lhes forem aplicáveis.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Edmundo de Maceao Soares

LEI Nº 5.489 — DE 30 DE AGOSTO DE 1968

Concede isenção de imposto de importação para equipamentos de produção cinematográfica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, isenção do imposto de importação incidente sobre:

- a) equipamentos e materiais para instalação, ampliação e renovação de estúdio e laboratórios cinematográficos;
- b) equipamentos de produção, com os respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas, destinados às indústrias de fabricação de filmes virgens, para todo o uso bem como para produção de matérias-primas básicas indispensáveis à fabricação de filmes virgens.

Art. 2º A aplicação do favor fiscal deve observar as normas específicas, inclusive as relativas ao poder de restrição conferido por lei ao Executivo, exigida a apresentação de projeto aprovado pelo órgão federal a que estiver, técnica e normativamente, subordinada a atividade beneficiada.

Art. 3º A isenção somente será aplicada aos bens sem similar nacional.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1968 — 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Fernando Ribero do Val

LEI Nº 5.490 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1968

Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei número 245, de 28 de fevereiro de 1967, que transforma o Colégio Pedro II em autarquia e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 12, 14, 15, 17, 18, 20, 23 e 24 do Decreto-lei número 245, de 28 de fevereiro de 1967, que transforma o Colégio Pedro II em autarquia e dá outras providências, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 12. A congregação será constituída de:

- a) professores catedráticos;
- b) professores contratados para a regência temporária de cátedra;
- c) um representante dos livres-docentes;
- d) dois representantes dos professores de ensino secundário, sendo um do Internato e outro do Externato,

ambos eleitos pelos professores de ensino secundário da respectiva unidade;

de;

e) um representante dos professores eméritos.

Parágrafo único. Os demais professores eméritos poderão comparecer às sessões, na qualidade de conselheiros, sem direito a voto.”

“Art. 14. Compete à Congregação:

- a) exercer, como órgão deliberativo, a superior jurisdição do Colégio Pedro II;
- b) decidir em grau de recurso, sobre os atos dos vários órgãos do Colégio;
- c) aprovar o Regimento do Colégio bem como os regulamentos internos de seus serviços e órgãos;
- d) aprovar os programas das disciplinas do curso secundário elaborados pelos catedráticos;
- e) decidir a respeito de assuntos administrativos e didáticos de ordem geral, de iniciativa própria ou de modificações no regime escolar;
- f) resolver sobre a concessão de títulos honoríficos;
- g) decidir, com audiência do Conselho de Curadores, sobre a criação e

a concessão de prêmios pecuniários, destinados a recompensar e estimular atividades de reconhecido valor, relacionadas com as finalidades do Colégio;

h) eleger o seu representante no Conselho de Curadores;

i) deliberar, em primeira instância, sobre a destituição de membro efetivo ou estável do corpo docente;

j) deliberar, sobre questões relativas ao provimento dos cargos de magistério ou à admissão do pessoal administrativo nos termos da lei;

l) exercer quaisquer outras atribuições que vierem a ser estabelecidas no Regimento do Colégio;

m) deliberar sobre os casos omissos em leis e regulamentos".

"Art. 15. Constituem o Conselho de Curadores:

a) o Diretor-Geral, que será seu Presidente;

b) um representante do Conselho Departamental;

c) um representante da Congregação;

d) um representante dos antigos alunos;

e) um representante das pessoas físicas ou jurídicas, que tenham feito doação ao Colégio;

f) um representante dos professores de ensino secundário;

g) um representante do Ministério da Educação e Cultura;

Parágrafo único. O representante a que se refere a letra "e" será eleito por voto secreto em reunião convocada pelo Diretor-Geral, a que compareçam pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos doadores."

"Art. 17. O Conselho de Curadores poderá, quando for o caso, propor a substituição definitiva do Diretor-Geral antes de findo o seu mandato, proposta esta que só deverá ser encaminhada ao Ministério da Educação e Cultura se devidamente indicado o ato que lhe deu causa, for aprovada por maioria de 2/3 (dois terços) da totalidade dos membros da Congregação".

"Art. 18. Integram o Conselho Departamental:

a) o Diretor-Geral e o seu substituto eventual;

b) os Diretores das Unidades e os seus substitutos eventuais;

c) os chefes dos Departamentos;

d) um representante dos professores de ensino secundário".

"Art. 20. A Diretoria-Geral, representada na pessoa do Diretor-Geral é o órgão executivo central que coordena, fiscaliza e superintende as atividades do Colégio.

§ 1º O Diretor-Geral será nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro da Educação e Cultura, dentre os professores catedráticos efetivos em exercício, pelo prazo de 3 (três) anos, podendo ser reconduzido até duas vezes.

§ 2º O substituto eventual do Diretor-Geral será um professor catedrático designado pelo Ministro da Educação e Cultura".

"Art. 23. O Diretor de cada Unidade do Colégio será nomeado pelo Diretor-Geral, com prévia aprovação do Ministro da Educação e Cultura, devendo a escolha recair num professor catedrático.

§ 1º O Diretor exercera o mandato pelo prazo de 3 (três) anos, podendo ser reconduzido até duas vezes.

§ 2º O substituto eventual do Diretor da Unidade será um professor catedrático, designado pelo Diretor-Geral".

"Art. 24. Cada uma das Seções do Colégio Pedro II será dirigida por um Vice Diretor indicado pelo Diretor da Unidade dentre os professores de Ensino Secundário em efetivo exercício, cabendo ao Diretor-Geral nomeá-lo, com aprovação prévia do Ministro da Educação e Cultura".

Art. 3º Acrescente-se ao artigo 6º o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. O estabelecimento deverá promover, ou qualquer responsável por aluno regularmente matriculado poderá requerer, o afastamento temporário do professor que deixar de comparecer, sem justificção, a 25% (vinte e cinco por cento) das aulas, ou não ministrar pelo menos 3/4 (três quartos) do programa da respectiva cadeira ou disciplina".

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de setembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

LEI Nº 5.491 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande, o crédito especial de NCr\$ 32.460,00 (trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta cruzeiros novos), para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande, o crédito especial de NCr\$ 32.460,00 (trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta cruzeiros novos), para atender a compromissos assumidos no exercício financeiro de 1966:

Art. 2º A receita necessária à execução desta Lei decorrerá de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.05.00, a saber:

| | | |
|------------|---|-----------------|
| | | NCr\$ |
| 5.05.40 | — Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande | |
| 254.2.0886 | — Administração e manutenção do ensino | |
| 3.0.0.0 | — Despesas Correntes | |
| 3.1.0.0 | — Despesas de Custeio | |
| 3.1.2.0 | — Material de Consumo | 6.000 00 |
| 3.1.3.0 | — Serviços de Terceiros | 4.600 00 |
| 3.1.4.0 | — Encargos Diversos | 9.000 00 |
| 3.2.0.0 | — Transferências Correntes | — |
| 3.2.9.0 | — Diversas Transferências Correntes | 2.860 00 |
| | | <hr/> 32.460 00 |

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de setembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Fernando Ribeiro do Val
Helio Beltrão
Tarso Dutra.

LEI Nº 5.492 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1968

Autoriza o Ministério da Aeronáutica a doar à Prefeitura Municipal de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso, lote de terreno situado no bairro da Aviação.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Ministério da Aeronáutica autorizado a fazer doação à Prefeitura Municipal de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso, de terreno de sua propriedade, situado no bairro da Aviação, naquela cidade, à margem esquerda da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, com área de 929 806 m2, adquirido da referida Prefeitura por título de aforamento expedido em 13 de janeiro de 1955 sob o nº 1.409 e transcrito no Cartório do Registro Geral de Imóveis da mesma cidade e Comarca de Três Lagoas, sob o nº 7.453, no livro 3-P, às fls. 96.

Art. 2º Fica excluída da doação a área de 5.075 m² (145 m x 35 m) onde estão situados 3 (três) imóveis residenciais, ocupados por militares integrantes do Núcleo de Proteção ao Voo do Aeroporto de Urubupungá.

Art. 3º As despesas decorrentes da doação, sejam quais forem, serão feitas pela Prefeitura Municipal de Três Lagoas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Márcio de Souza e Mello

LEI Nº 5.493 — DE 5 DE SETEMBRO
DE 1968

Concede pensão especial à Senhora Joaquina Gomes de Araújo Lima, viúva de Joaquim de Araújo Lima, falecido em acidente em serviço, no exercício do cargo de Engenheiro da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida à Senhora Joaquina Gomes de Araújo Lima, viúva do Engenheiro Joaquim de Araújo Lima, uma pensão mensal especial correspondente ao vencimento do cargo efetivo que o referido engenheiro exercia no Departamento Nacional de Estrada de Ferro, à data do seu falecimento.

Art. 2º A pensão especial, de que trata o artigo anterior, será intransferível, correndo a despesa correspondente à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Fernando Ribeiro do Val

Mário David Andreazza

LEI Nº 5.494 — DE 5 DE SETEMBRO
DE 1968

Cria, no Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica, cargo em comissão de Consultor Jurídico e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica, o cargo em comissão de Consultor Jurídico, com os mesmos vencimentos, vantagens e prerrogativas prescritas em lei para os Consultores Jurídicos do Serviço Jurídico da União.

Art. 2º Para atender às despesas decorrentes da criação do cargo de que trata o artigo anterior, ficam extintos, no Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica, os cargos em comissão de Diretor-Geral da Aeronáutica Civil, símbolo 2-C e de Diretor-Geral de Engenharia, símbolo 3-C.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Márcio de Souza e Mello

LEI Nº 5.495 — DE 5 DE SETEMBRO
DE 1968

Concede pensão especial às famílias dos mortos em consequência de explosão verificada no Parque 13 de Maio, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida às famílias de Eurico Araújo de Lima, Luiz Carlos de Souza, Fernando Moreira de Souza, Carneiro e José Ronaldo da Silva, falecidos em consequência da explosão verificada no dia 23 de agosto de 1967, no Parque 13 de Maio, na Cidade do Recife, Pernambuco, durante a exposição de Material do Exército, na Semana do Exército, pensão especial equivalente a duas vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 2º A União integralizará quaisquer pensões a que por lei tenham as famílias das vítimas a fim de que seja assegurada a pensão a que se refere o art. 1º.

Art. 3º A qualidade de beneficiários e a respectiva ordem de preferência, assim como os casos de reversão e perda da pensão especial, regem-se pela Lei das Pensões Militares.

Art. 4º As despesas decorrentes do pagamento da pensão ora concedida correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Fernando Ribeiro do Val

LEI Nº 5.496 — DE 5 DE SETEMBRO
DE 1968

Institui o "Dia do Colono", a ser comemorado em 25 de julho de cada ano.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Dia do Colono", que será comemorado no dia 25 de julho de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Ivo Arzua Pereira

LEI Nº 5.497 — DE 5 DE SETEMBRO
DE 1968

Dispõe sobre a elevação da cobrança do selo da taxa adicional para ... NCr\$ 0,05 (cinco centavos) a que se refere a Lei nº 909, de 8 de novembro de 1949, que autoriza emissão de selos em benefício dos filhos de lázaros.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica elevado para NCr\$ 0,05 (cinco centavos) o valor do selo da taxa adicional de que trata a Lei número 909, de 8 de novembro de 1949, que autoriza a emissão de selos em benefício dos filhos de lázaros, regulamentada pelo Decreto nº 31.684, de 31 de outubro de 1952.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Fernando Ribeiro do Val
Lecnel Miranda
Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.498 — DE 9 DE SETEMBRO
DE 1968

Extingue a punibilidade de crimes previstos na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, que define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Extingue-se a punibilidade dos crimes previstos na Lei número 4.729, de 14 de julho de 1965, para os contribuintes do imposto de renda que, dentro de 30 (trinta) dias da publicação desta Lei, satisfizerem o pagamento de seus débitos na totalidade, ou efetuarem o pagamento da 1ª (primeira) quota do parcelamento que lhes tenha sido concedido.

§ 1º Fica igualmente extinta a punibilidade dos contribuintes, mencionados neste artigo, que tenham pago seus débitos ou que os estejam pagando na forma da legislação vigente.

§ 2º As disposições deste artigo não se aplicam aos contribuintes cujos débitos decorram de operações realizadas através de entidades nacionais ou estrangeiras que não tenham sido autorizadas a funcionar no País.

Art. 2º ... Vetado...

Parágrafo único. ... Vetado...

Art. 3º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

*Luis Antonio da Gama e Silva
Antonio Delfim Netto*

LEI Nº 5.499 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1968

Dispõe sobre a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, da 2ª Região da Justiça do Trabalho, no Estado de São Paulo, passa a ter jurisdição limitada ao território atual da Comarca do mesmo nome.

Parágrafo único. Os efeitos em curso na Junta que, nos termos desta Lei, não mais pertencam à sua competência, serão remetidos aos Juizes competentes desde que não tenha sido iniciado o julgamento ou não esteja em fase de execução.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

LEI Nº 5.500 — DE 20 DE SETEMBRO
DE 1968

Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966, que dispõe sobre as promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, alterada pelo Decreto-lei nº 174, de 15 de fevereiro de 1967, e Decreto-lei nº 321, de 4 de abril de 1967, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passam a ter a seguinte redação os dispositivos abaixo mencionados da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966, que dispõe sobre as promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, alterada pelos Decretos-leis números 174, de 15 de fevereiro de 1967, e 321, de 4 de abril de 1967:

"Art. 5º Para os Quadros de Oficiais Médicos, Dentistas, Farmacêuticos e Engenheiros é considerado posto inicial da escala hierárquica o de Primeiro-Tenente.

Art. 12.

2 — Quadro de Acesso por Merecimento:

De acordo com as "Instruções e Normas para Avaliação de Merecimento" baixadas pelo Ministro da Aeronáutica;

3 — Quadro de Acesso por Escolha:

Por ordem de precedência hierárquica dos Oficiais selecionados de acordo com as "Instruções — Normas para Avaliação de Merecimento" baixadas pelo Ministro da Aeronáutica permitindo o melhor aproveitamento para a Força Aérea, dos valores morais profissionais e funcionais, para o desempenho das diferentes funções de Comando, Chefia e Direção.

§ 1º Os Quadros de Acesso por Merecimento serão reformulados, sempre que se torne necessário, não devendo ser excluídos os referidos Quadros os Oficiais anteriormente selecionados, sem que fatos que colidam com os requi-

sitos essenciais e as condições peculiares mencionadas respectivamente nos arts. 21 e 25 desta Lei, devidamente comprovados pela Comissão de Promoções, justifiquem sua exclusão.

§ 3º —

b) 18

e) 54

§ 4º Os Quadros de Acesso por Merecimento são constituídos por 1/3 (um terço) do número de Oficiais constantes dos correspondentes Quadros de Acesso por Antiquidade. A seleção deverá ser feita obedecendo a ordem hierárquica do Quadro de Acesso por Antiquidade, até completar o terço previsto.

§ 5º Os Quadros de Acesso por Escolha para promoção a Briga-deiro serão constituídos pela metade do número de Coronéis em condições de promoção, selecionados pela Comissão de Promoções, dentro dos critérios previstos no nº 3 deste artigo e colocados em ordem de precedência hierárquica, considerados os limites abaixo fixados:

Art. 21. Para promoção por qualquer dos princípios é necessário que o oficial possua como requisitos essenciais o interstício, a aptidão física, os Conceitos Moral, Profissional e Funcional e as condições peculiares a cada posto e quadro.

Art. 22.

§ 1º Os interstícios para promoção nos diferentes postos e quadros serão fixados no regulamento desta Lei.

Art. 24. O conceito constitui requisito para promoção, por aferir conjunto de qualidades morais do Oficial e as qualidades profissionais e funcionais reveladas e aperfeiçoadas durante o desempenho de suas atividades militares.

Art. 30. A promoção por Merecimento é feita pelo Presidente

da República, tendo por base o Quadro de Acesso por Merecimento.

Parágrafo único. Na promoção por merecimento deverá ser obedecido o seguinte critério:

— para a primeira vaga será selecionado um entre os dois oficiais que ocupam as duas primeiras classificações no Quadro de Acesso por Merecimento;

— para a segunda vaga será selecionado um oficial entre a sobra dos concorrentes à primeira vaga e mais dois que ocupam as suas classificações que vem imediatamente a seguir no Quadro de Acesso por Merecimento;

— para a terceira vaga será selecionado um oficial entre a sobra dos concorrentes à segunda vaga e mais dois que ocupam as duas classificações que vem imediatamente a seguir no Quadro de Acesso por Merecimento;

— e assim por diante.

Art. 33. A escolha é ato da competência do Presidente da República, recaindo a mesma em oficiais selecionados do Quadro de Acesso por Escolha e apresentados em Listas de Escolha, para promoção.

Art. 34. As Listas de Escolha, organizadas em função do número de vagas, são relações de oficiais de cada posto e quadro, selecionados dos correspondentes Quadros de Acesso por Escolha e sobre os quais recairá a preferência do Presidente da República para a promoção aos postos de Oficiais-Generais.

§ 1º Os Oficiais do Quadro de Oficiais Aviadores de Categoria Especial, colocados em Quadros de Acesso por Escolha, acima de Oficiais numerados, serão incluídos em Listas de Escolha, a critério da Comissão Especial.

§ 2º Os Oficiais incluídos nas Listas de Escolha, na forma do parágrafo anterior, serão considerados como excedentes, aos limites fixados no art. 38.

Art. 35. As Listas de Escolha são constituídas por Oficiais se-

leccionados, do Quadro de Acesso por Escolha, pelo julgamento da Comissão Especial, que tem como membros natos o Ministro da Aeronáutica e o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

§ 2º A seleção de Oficiais, para constituírem as Listas de Escolha, será realizada em reunião da Comissão Especial, com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) membros, incluindo o seu Presidente, salvo quando se tratar de promoção ao posto de Tenente-Brigadeiro, quando então serão convocados apenas os Tenentes-Brigadeiros em função.

Art. 37. Os Oficiais, inclusive os de categoria especial, serão relacionados em Listas de Escolha, em ordem decrescente do número de votos obtidos, no julgamento da Comissão Especial.

§ 1º No caso de empate, a colocação dos Oficiais nas Listas de Escolha será determinada pela precedência hierárquica.

§ 2º Tendo em vista o disposto no artigo 40 desta Lei, a Comissão Especial deverá comunicar por escrito, em caráter confidencial, à Comissão de Promoções, bem como a cada Oficial constante do Quadro de Acesso por Escolha, a constituição da Lista de Escolha.

Art. 38. Em função das vagas nos postos de Oficiais-Generais, as Listas de Escolha serão constituídas de:

Art. 40. O Oficial cujo nome constar por quatro vezes consecutivas em primeiro lugar na Lista de Escolha não poderá deixar de ser promovido, quando da sua apresentação pela quarta vez.

Art. 41. O Ministro da Aeronáutica apresentará ao Presidente da República, até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de abertura de vaga, as Listas de Escolha.

Parágrafo único. As Listas de Escolha serão organizadas considerando-se as vagas existentes em cada posto e quadro, e aquelas que

decorrem do preenchimento das mesmas.

Art. 52. As promoções por Antiguidade e Merecimento se efetuarão nos dias 31 de março — Aniversário da Revolução de 1964; 20 de julho — Nascimento de Santos Dumont e 23 de outubro — Dia do Aviador — para preenchimento das vagas abertas até os dias 21 de março, 10 de julho e 13 de outubro, respectivamente.

Art. 53. As promoções por escolha serão efetivadas a partir da apresentação da Lista de Escolha.

Art. 57. Compete essencialmente à Comissão de Promoções:

1 — Organizar e encaminhar ao Ministro da Aeronáutica, para a devida aprovação, até 5 (cinco) dias antes das datas previstas para a publicação e republicação em Boletim da Diretoria do Pessoal os Quadros de Acesso para promoção pelos diversos princípios;

2 — Assistir à Comissão Especial na organização das Listas de Escolha, sempre que solicitada.

Art. 58.

§ 1º

b) Os Membros Temporários serão designados por decreto, podendo ser substituídos, por proposta do Ministro da Aeronáutica, até 90 (noventa) dias antes das datas de promoção previstas no artigo 52 desta lei.

§ 2º Os Membros Suplentes serão designados também por decreto, podendo ser substituídos por proposta do Ministro da Aeronáutica no mesmo prazo previsto na letra "b" do parágrafo anterior.

§ 3º A Comissão de Promoções será acrescida de 3 (três) membros o Diretor-Geral da Intendência, o Diretor-Geral de Saúde, e o Oficial-General mais antigo do Quadro de Engenheiros ou da Categoria de Engenheiros, convocados para a organização dos

Quadros de Acesso de Oficiais Intendentes, Oficiais Médicos, Farmacêuticos e Dentistas e Oficiais Engenheiros, respectivamente.

Art. 59

§ 2º O Diretor-Geral de Intendência, o Diretor-Geral de Saúde e o Oficial-General mais antigo do Quadro de Engenheiros ou da Categoria de Engenheiros serão substituídos pelo Oficial dos respectivos Quadros que lhes seguirem na escala hierárquica e que esteja em função.

Art. 66

Parágrafo único. Será também, por proposta da Comissão de Promoções, licenciado do Serviço Ativo o Aspirante-a-Oficial que, por conceito desfavorável, deixar de ser promovido na época regulamentar e que, 1 (um) ano após essa data, não satisfaça, ainda, essas condições para a promoção.

Art. 68. Aos Oficiais que estiverem matriculados em curso do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, do Instituto Militar de Engenharia, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, por ordem expressa do Ministro da Aeronáutica, ou que concluírem com aproveitamento os referidos cursos há menos de 2 (dois) anos da data em que lhes caiba promoção ao posto de Major, não se aplica para efeito dessa promoção o disposto no item 1 do artigo 25 desta lei.

§ 1º Os Oficiais promovidos na forma deste artigo ficam obrigados ao cumprimento das exigências do número 1 do artigo 25, para que possam ser relacionados em Quadros de Acesso para a promoção seguinte.

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo aos Oficiais incapacitados definitivamente para a matrícula no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica".

Art. 2º. Fica acrescentado parágrafo único ao artigo 29 da Lei número 5.020, de 7 de junho de 1966, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. As Qualidades Profissionais, Morais e Funcionais deverão ser avaliadas de acordo com as "Instruções e Normas para Avaliação do Merecimento" baixadas pelo Ministro da Aeronáutica".

Art. 3º. Aos Oficiais que deixarem de satisfazer quaisquer das condições peculiares previstas nos números 1, 2 e 4 do artigo 25 da Lei número 5.020, de 7 de junho de 1966, até 23 de outubro de 1970 por imposição do serviço, desde que expressamente declarado pelo Ministro da Aeronáutica, são dispensadas tais condições para a promoção.

Parágrafo único. Os Oficiais promovidos na forma deste artigo ficam obrigados ao cumprimento das exigências dos números 1, 2 e 4 do artigo 25 da Lei número 5.020, de 7 de junho de 1966, para que possam ser relacionadas em Quadros de Acesso para a promoção seguinte.

Art. 4º O disposto nos itens 1, e 2 do número 4 da letra "h" do artigo 17 da Lei número 4.902, de 16 de dezembro de 1965, não será aplicado, excepcionalmente, até 23 de outubro de 1970 aos Coronéis do Quadro de Oficiais Aviadores, possuidores dos requisitos essenciais e das demais condições peculiares para promoção, que deixarem de ser relacionados em Quadro de Acesso por Escolha e Lista de Escolha, por não satisfazerem a exigência de que trata o número 3 do artigo 25 da Lei número 5.020, de 7 de junho de 1966, desde que tal exigência não tenha sido atendida por imperiosa necessidade do serviço, de-

vidamente expressa pelo Ministro da Aeronáutica.

Art. 5º Não se aplica o disposto nos artigos 3º e 4º desta Lei aos Oficiais incapacitados definitivamente para a matrícula no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Curso de Estado-Maior da Aeronáutica, Curso de Direção de Serviço da Aeronáutica e Curso Superior do Comando da Aeronáutica.

Art. 6º Até que seja aprovado o Regulamento do Alto Comando da Aeronáutica que regulará o assessoramento daquele órgão na Seleção do Quadro de Oficiais-Generais previsto na letra "c" do artigo 67 do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, as Listas de Escolha para promoção por Escolha serão elaboradas obedecendo o que prescreve o artigo 35 e seus parágrafos da Lei número 5.020, de 7 de junho de 1966, com as alterações feitas por esta lei.

Art. 7º As modificações do regulamento da Lei número 5.020, de 7 de junho de 1966, conseqüentes desta Lei, deverão ser estabelecidas por ato do Poder Executivo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta lei.

Art. 8º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de setembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Márcio de Souza e Mello

LEI Nº 5.501 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1968

Isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, material destinado à fabricação de café solúvel.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados ao material importado pela firma "Café Solúvel Vigor Ltda." constantes dos certificados de cobertura cambial números 18-65/30268, 18-65/28595 e 18-65/30929, emitidos a 25 de agosto e 6 e 13 de setembro de 1965 e já desembarcados na Alfândega de Santos mediante termo de responsabilidade.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de setembro de 1968, 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.502 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos), para correr a despesas com instalação de órgãos criados pela Lei nº 4.088, de 12 de julho de 1962, e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou e mantive, após veto presidencial, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 62, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos), sendo até NCr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos) ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, da Justiça do Trabalho, e até NCr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos) ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, da Justiça do Trabalho, para atender às despesas decorrentes da execução desta Lei e da Lei nº 4.088, de 12 de julho de 1962, no corrente exercício.

Art. 2º Ficam criados, no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 2ª Região, para lotação da Junta de Conciliação e Julgamento de Limeira, no Estado de São Paulo criada pela Lei nº 4.088, de 12 de julho de 1962, os cargos e as funções constantes da Tabela "A" anexa.

Art. 3º Ficam criados, no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 4ª Região, para lotação da Junta de Conciliação e Julgamento de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, criada pela Lei nº 4.088, de 12 de julho de 1962, os cargos e as funções constantes da Tabela "B" anexa.

Art. 4º Os vencimentos dos cargos de Juiz e de Suplente de Juiz, bem

como os das funções de Vogal e Suplente de Vogal, são os fixados pela Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, com as alterações introduzidas pela legislação específica.

Art. 5º Os Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª e da 4ª Regiões promoverão a instalação das Juntas de Conciliação e Julgamento, respectivamente, de Limeira e Itajaí, criadas pela Lei número 4.088, de 12 de julho de 1962, bem como as outras medidas decorrentes desta e daquela Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de setembro de 1968. — Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal.

ANEXOS

TABELA A

2ª Região da Justiça do Trabalho

- 1 — Um Juiz Presidente de Junta;
- 1 — Um Juiz Presidente de Junta-Substituto;
- 2 — Duas funções de Vogais representantes dos empregados e empregadores, respectivamente;
- 2 — Duas funções de Suplentes de Vogal representantes dos empregados e dos empregadores, respectivamente;
- 1 — Porteiro de Auditório, símbolo PJ-9.

TABELA B

4ª Região da Justiça do Trabalho

- 1 — Um Juiz Presidente de Junta;
- 1 — Um Suplente de Juiz Presidente de Junta;
- 2 — Duas funções de Vogais representantes dos empregados e dos empregadores, respectivamente;
- 2 — Duas funções de Suplentes de Vogal representantes dos empregados e dos empregadores, respectivamente;
- 1 — Porteiro de Auditório, símbolo PJ-9.

APENSO

No "Apenso" dos volumes da "Coleção das Leis" fiouram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 5.450 — DE 5 DE JUNHO
DE 1968

Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1968-1970.

(Publicada no *Diário Oficial* -- Seção I — Parte I, de 6-6-68 — Suplemento ao de nº 108).

Retificação

Para o perfeito entendimento da programação setorial sob os títulos "Comunicações" e "Defesa e Segurança", considere-se a matéria constante das páginas 34 a 39, do Suplemento ao *Diário Oficial* de 5-6-68, como se publicada estivesse na seguinte sequência numérica de paginação: 34, 35, 38, 37, 36 e 39.

LEI Nº 5.459 — DE 21 DE JUNHO
DE 1968

Modifica dispositivos da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução, e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional manteve, após veto presidencial, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 62, § 4º da Constituição Federal, as seguintes partes do Projeto que se transformou na Lei número 5.459, de 21 de junho de 1968:

Art. 1º

"Art. 22. Verificada pelo Conselho Nacional da Borracha a necessidade do consumo anual de borrachas e calculado o suprimento dessas matérias-primas que pode ser atendido pela

produção de origem nacional, de acordo com as exigências técnicas industriais e as possibilidades de exportação o suprimento de borrachas vegetais e sintéticas importadas será regulado pela Superintendência da Borracha, mediante condições, quantidade e preços fixados pelo Conselho Nacional da Borracha

§ 1º Nos casos das borrachas e látices vegetais e químicos que tenham similares ou sucedâneos nacionais, o Conselho Nacional da Borracha determinará, para os produtos importados, preços equivalentes aos fixados para os oriundos da produção nacional.

§ 2º O nivelamento dos preços previsto no parágrafo anterior será autorizado pelo Conselho Nacional da Borracha, de uma só vez, até outubro de 1968, ou de forma parcelada. Neste caso, 10% (dez por cento) da diferença serão cobrados até setembro de 1968, 10% (dez por cento) até janeiro de 1969 e o restante no primeiro quadrimestre de 1969, ou em parcelas iguais e trimestrais, até dezembro do mesmo ano.

§ 3º Nos casos de borracha e de látices químicos sem similares nacionais, a Superintendência da Borracha poderá requerer ao Conselho de Política Aduaneira mediante autorização do Conselho Nacional da Borracha, a isenção ou redução de direitos para a parcela cuja importação seja imprescindível".

"Art. 28

V — Fixar os preços das borrachas que forem adquiridas pela Superintendência da Borracha;

VI — Fixar os preços de venda das borrachas químicas, de produção nacional e de procedência estrangeira,

adquiridas pela Superintendência da Borracha”.

Art. 2º As importações de borrachas e látices vegetais e químicos que tenham similares nacionais serão feitos pelos interessados com a intervenção da Superintendência da Borracha, que cobrará a Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha — (TORMB), atribuindo-lhe um valor que assegure o nivelamento dos preços previsto no § 1º do art. 22 da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, conforme a redação mandada adotar por esta lei.

Art. 3º Os resultados decorrentes do nivelamento dos preços previsto nesta Lei constituirão receita do Fun-

do Especial, referido no art. 40 da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, e sua aplicação obedecerá às normas expedidas pelo Conselho Nacional da Borracha, que dará prioridade aos planos de heveicultura, nas áreas de fronteira, na Amazônia Ocidental.

Art. 4º Os pedidos de reajuste de preços dos artigos de borracha não serão considerados pelos órgãos competentes se não comprovada a impossibilidade de absorção nos custos de aumento, porventura decorrente do preço da matéria-prima, em virtude do disposto nesta Lei.

Brasília, 26 de setembro de 1968. —
Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal.

ÍNDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

VOLUME V — 1968

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

A

ACÇÃO DE ALIMENTOS — Regulação — Alteração do Código Penal e Processo Civil. (Lei número 5.478, de 25-7-68).

ACORDO — Cooperação Técnica — Brasil — Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. (Decreto-legislativo número 29, de 13-8-68).

ACORDO — Brasil-Paraguai — Ponte Internacional. (Decreto-legislativo nº 32, de 26-8-68).

ACORDO CULTURAL — Brasil-Argentina — Aprovação de Convênio. (Decreto-legislativo nº 35, de 17 de setembro de 1968).

— Brasil-Tchecoslováquia. (Decreto-legislativo nº 36, de 17-9-68).

ALIMENTOS — Alteração do Código Civil, Art. 921 e Código Penal, Artigo 244. (Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968).

AMAZÔNIA OCIDENTAL — Decreto-lei nº 288, de 28-2-67 — Extensão de benefícios. (Decreto-lei número 356, de 15-8-68).

APOSENTADORIA — Imprensa Nacional — Regime de Produtividade. (Lei nº 5.462, de 2-7-68).

— Funcionários — Alteração da Lei nº 1.711, de 1952 — Art. 178. (Lei nº 5.483, de 19-8-68).

ASSOCIAÇÕES RURAIS — Entidades Sindicais — Investidura — Prorrogação de prazo. (Lei número 5.481, de 10-8-68).

ATOS DE BRAVURA — Aeronáutica — Promoção. (Lei nº 5.470, de 8-7-68).

B

BANCO DE RORAIMA — Criação. (Lei nº 5.476, de 24-7-68).

BIBLIOTECAS — Proibição de exportação. (Lei nº 5.471, de 9 de julho de 1968).

C

CAFÉ SOLÚVEL — Outras indústrias de café solúvel — Economia Pública e particular. (Decreto-lei número 354, de 1-8-68).

CAFÉ SOLÚVEL — Fabricação — Isenção de impostos. (Lei número 5.501, de 27-9-68).

CASA DOS FILHOS DE LAZAROS — Benefício — Elevação da taxa adicional. (Lei nº 5.497, de 5 de setembro de 1968).

CINEMA — Imposto de Importação — Isenção. (Lei nº 5.489, de 2 de setembro de 1968).

CÓDIGO PENAL — Reabilitação criminal — Alteração dos arts. 119 e 120. (Lei nº 5.467, de 5-7-68).

COLÉGIO PEDRO II — Alteração do Decreto-lei nº 243, de 1967 — Arts. 12, 14, 15, 17, 18, 20, 23 e 24. (Lei nº 5.490, de 3-9-68).

CONSELHO DE POLÍTICA ADUANEIRA — Representação da SUDAM. (Lei nº 5.468, de 8-7-68).

CONSELHO NACIONAL DE TURISMO — Nova composição. (Lei número 5.469, de 8-7-68).

CONSELHOS PENITENCIÁRIOS ESTADUAIS — Franquia Postal —

Precatórias. (Lei nº 5.477, de 25 de julho de 1968).

CONSULTOR JURÍDICO — Ministério da Aeronáutica — Criação do cargo em Comissão. (Lei nº 5.494, de 5-9-68).

CONTRATO DE TRABALHO — Rescisão — Alteração da Lei número 4.066, de 1962 — Art. 1º. (Lei número 5.472, de 9-7-68).

CORREÇÃO MONETÁRIA — Seguros — Sinistros. (Lei nº 5.488, de 27-8-68).

CONVENÇÃO CULTURAL — Brasil-Iugoslávia — Aprovação. (Decreto-legislativo nº 33, de 29-8-68).

CONVENIO — Sanidade animal — Aprovação. (Decreto-legislativo número 34, de 17-9-68).

CONVENIO INTERNACIONAL DO CAPE DE 1968 — Aprovação. (Decreto-lei nº 38, de 25-9-68).

— Acórdo Cultural Brasil-Argentina. (Decreto-legislativo nº 35, de 17 de setembro de 1968).

CRIME DE SONEGAÇÃO FISCAL — Extinção da punibilidade de crimes pela Lei nº 4.729, de 14-7-65. (Lei nº 5.498, de 9-9-68).

CRUZEIRO NOVO — Obrigação do Tesouro — Correção — Prorrogação de prazo. (Decreto-lei nº 357, de 23-9-68).

D

DEBITOS FISCAIS — Extinção da punibilidade. (Lei nº 5.498, de 9 de setembro de 1968).

DEMISSÃO DE EMPREGADO — Alteração da Lei nº 4.066, de 1966 — Art. 1º. (Lei nº 5.472, de 9-7-68).

DESAPROPRIAÇÃO — Embratel — Belo Horizonte. (Lei nº 5.482, de 10-8-68).

DIA DO COLONO — Instituição. (Lei nº 5.496, de 5-9-68).

DOAÇÃO DE TERRENO — Fundação Universidade Norte Mineira — Montes Claros. (Lei nº 5.466, de 5-7-68).

— Prefeitura Municipal de Três Lagoas. (Lei nº 5.492, de 5-9-68).

DUPLICATAS — Regulamentação. (Lei nº 5.474, de 18-7-68).

E

ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO — Curso Superior — Preenchimento de vagas. (Lei nº 5.465, de 3-7-68).

ESCOLA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL DO RIO GRANDE — Crédito Suplementar. (Lei nº 5.491, de 3-9-68).

ESCOLAS SUPERIORES DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA — Preenchimento de vagas. (Lei número 5.465, de 3-7-68).

ESTATUTOS DOS MILITARES — Alteração do art. 102 do Decreto-lei nº 9.698, de 1946. (Lei número 5.467-A, de 6-7-68).

ESTATUTO DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS CIVIS DA UNIÃO — Modificação do item III da Lei número 1.711, de 1952 — Art. 178. (Lei nº 5.483, de 19-8-68).

ESTIVA — Alteração do Decreto-lei nº 5, de 4-4-66 — Art. 14. (Lei número 5.480, de 10-8-68).

EXPORTAÇÃO DE LIVROS — Proibição — Bibliotecas e acervos documentais. (Lei nº 5.471, de 9 de julho de 1968).

F

FRANQUIA POSTAL — Precatórias — Conselhos Penitenciários Estaduais. (Lei nº 5.477, de 25-7-63).

H

HIGIENE NO COMERCIO E NOS ESCRITÓRIOS — Convenção número 120, da Conferência Internacional do Trabalho. (Decreto-legislativo nº 30, de 20-8-68).

I

IMPÓSTO DE IMPORTAÇÃO — Isenção — Igreja Metodista Central — Belo Horizonte. (Lei nº 5.484, de 21-8-68).

— Isenção — Plano de Nelson Freire. Lei nº 5.485, de 26-8-68).

— Isenção — Equinamento de produção cinematográfica. (Lei número 5.489, de 2-9-68).

IMPÓSTO DE RENDA — Débitos — Prorrogação de prazo. (Decreto-legislativo nº 37, de 24-9-68).

— Extinção de punibilidade. (Lei número 5.498, de 9-9-68).

IMPRENSA NACIONAL — Aposentadoria — Regime de Produtividade. (Lei nº 5.462, de 2-7-68).

IGUALDADE DE TRATAMENTO DOS NACIONAIS E NÃO NACIONAIS — Convenção nº 118 da Conferência Internacional do Trabalho. (Decreto-legislativo nº 31, de 20-8-68).

INSTRUTOR DE PARA-QUEDISMO — Classificação de cargos. (Lei número 5.486, de 27-8-68).

J

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO — Ribeirão Preto — Jurisdição. (Lei nº 5.499, de 9 de setembro de 1968).

JUSTIÇA DO TRABALHO — Rescisão Especificação de indenizações — Alteração da Lei nº 4.066, de 1962 — Art. 1º. (Lei nº 5.472, de 9-7-68).

— Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto — Jurisdição. (Lei nº 5.499, de 9-9-68).

— Crédito Especial. (Lei nº 5.502, de 27-9-68).

L

LIVROS — Proibição de exportação. (Lei nº 5.471, de 9-7-68).

M

MARINHA MERCANTE — Alteração do Decreto-lei nº 5, de 4-4-66 — Art. 14. (Lei nº 5.480, de 10-8-68).

MILITARES — Pensões — Alteração da Lei nº 3.765, de 1960 — Art. 3º. (Lei nº 5.475, de 23-7-68).

— Estatuto — Alteração dos arts. 1º e 2º do Decreto-lei nº 9.698, de 1946. (Lei nº 5.467-A, de 6-7-68).

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA — Promoção — Ato de bravura. (Lei nº 5.470, de 8-7-68).

O

OBRIGAÇÕES DO TESOUREIRO — Opção pelo reajustamento — Correção — Prorrogação de prazo. (Decreto-lei nº 357, de 23-9-68).

OFICIAIS DA AERONÁUTICA — Promoções — Alteração da Lei número 5.020, de 7-6-68. (Decreto nº 5.500, de 2-9-68).

ORGANIZAÇÃO DE VIDA RURAL — Funções sindicais — Revigoração de prazo. (Lei nº 5.481, de 10 de agosto de 1968).

P

PENSÃO ESPECIAL — Acidentes da FAB — Selva Amazônica. (Lei número 5.487, de 27-8-68).

— Viúva de engenheiro da Estrada de Ferro Madeira — Mamoré. (Lei nº 5.493, de 5-9-68).

— Famílias dos mortos na explosão do Parque 13 de Maio — Recife. (Lei nº 5.495, de 5-9-68).

PENSÕES MILITARES — Alteração da Lei nº 3.765, de 1960 — Art. 3º. (Lei nº 5.475, de 23-7-68).

PIANO — Imposto de importação — Isenção. (Lei nº 5.485, de 26 de agosto de 1968).

PRECATORIAS — Franquia Postal. (Lei nº 5.477, de 25-7-68).

PROMOÇÕES — Oficiais da Ativa da Aeronáutica — Alteração da Lei nº 5.020, de 7-6-68 — Arts. 5º, 12, 21, 22, 24, 29, 30, 33, 34, 37, 38, 40, 41, 52, 53, 57, 58, 59, 64. (Lei número 5.500, de 2-9-68).

PROVIMENTO DE CARGOS — Regulamento. (Lei nº 5.473, de 9 de julho de 1968).

S

SANIDADE ANIMAL — Convênio Interamericano. (Decreto-legislativo nº 34, de 17-9-68).

SEGUROS — SINISTROS — Correção Monetária. (Lei nº 5.488, de 27-8-68).

SERVICO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDENCIA SOCIAL — Contas extintas. (Lei nº 5.463, de 2-7-68).

SONEGACAO FISCAL — Extinção de punibilidade. (Lei nº 5.498, de 9-9-68).

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA — Conselho de Política Aduaneira — Representação. (Lei nº 5.468, de 8 de julho de 1968).

T

TRABALHO MARITIMO — Alteração do Decreto-lei nº 5, de 4-4-66 — Art. 14. (Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968).

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1968 — VOLUME VII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos do Poder Executivo

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1 9 6 9

CÂMARA DOS DEPUTADOS
BIBLIOTECA

Compra Cr\$ 7,00

Operatório de Langem

1-12-69 59/4239

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO E ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

| | PÁGS. | | PÁGS. |
|--|-------|--|-------|
| Ato Institucional nº 5 — Publicado no D.O. de 13 de dezembro de 1968 | 3 | cimentos de ensino federal, o crédito especial no valor de .. NCr\$ 7.753.513,73 (sete milhões, setecentos e cinqüenta e três mil, quinhentos e treze cruzeiros novos e setenta e três centavos), para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 18 de dezembro de 1968 | 13 |
| ATOS COMPLEMENTARES | | | |
| Ato nº 38 — Publicado no D.O. de 13 de dezembro de 1968 .. | 7 | 361 — Decreto-Lei de 17 de dezembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Interior, em favor do Território Federal de Rondônia, o crédito especial de NCr\$ 86.688,04, destinado a cobrir despesas de exercícios anteriores. Publicado no D.O. de 18 de dezembro de 1968 .. | 14 |
| Ato nº 39 — Publicado no D.O. de 20 de dezembro de 1968 .. | 7 | 362 — Decreto-Lei de 18 de dezembro de 1968 — Modifica a Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958, que criou o Fundo da Marinha Mercante e a Taxa de Renovação da Marinha Mercante e dá outras providências. Publicado no D.O. de 19 de dezembro de 1968 .. | 14 |
| Ato nº 40 — Publicado no D.O. de 31 de dezembro de 1968 .. | 9 | 363 — Decreto-Lei de 19 de dezembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cul- | |
| DECRETOS-LEIS | | | |
| 358 — Decreto de 20 de novembro de 1968 — Autoriza a realização de operações de crédito adicionais, para obtenção do equilíbrio orçamentário da União. Publicado no D.O. de 21 de novembro de 1968 | 11 | | |
| 359 — Decreto-lei de 17 de dezembro de 1968 — Cria a Comissão Geral de Investigações e dá outras providências. Publicado no D.O. de 18 de dezembro de 1968 | 11 | | |
| 360 — Decreto-Lei de 17 de dezembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura em favor de diversos estabele- | | | |

| | PÁGS. | PÁGS. |
|--|-------|---|
| tura o crédito especial de .. NCR\$ 22.000,00, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 19 de dezembro de 1968 .. | 15 | 371 — Decreto-Lei de 20 de de- zembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Exército, o cré- dito especial de NCR\$ 25.299,60 destinado a ocorrer às des- pesas que determina o artigo único do Decreto nº 63.249, de 18 de setembro de 1968. Pu- blicado no D.O. de 20 de de- zembro de 1968 |
| 364 — Decreto-Lei de 19 de de- zembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cul- tura, o Crédito Especial de .. NCR\$ 3.399,63, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 19 de dezembro de 1968 .. | | 22 |
| 365 — Decreto-Lei de 19 de de- zembro de 1968 — Altera o orçamento global da Conta "Emprêgo e Salário" con- tante do Orçamento do Minis- tério do Trabalho e Previdên- cia Social e dá outras provi- dências. Publicado no D.O. de 19 e retificado no de 24 de dezembro de 1968 | 16 | 372 — Decreto-Lei de 20 de de- zembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a emitir Le- tras do Tesouro a serem utili- zadas como garantia subsi- diária nas operações de crédito realizadas entre a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e o Banco do Brasil S. A. e dá outras providências. Pu- blicado no D.O. de 20 de de- zembro de 1968 |
| 366 — Decreto-Lei de 19 de de- zembro de 1968 — Dispõe sô- bre a utilização facultativa dos serviços de despachantes nas operações de comércio exterior e interior, e dá outras provi- dências. Publicado no D.O. de 19 de dezembro de 1968 | 17 | 373 — Decreto-Lei de 20 de de- zembro de 1968 — Reajusta os vencimento dos servidores da Secretaria e dos Serviços Au- xiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dá outras providências. Publicado no D.O. de 20 de dezembro de 1968 |
| 367 — Decreto-Lei de 19 de de- zembro de 1968 — Dispõe sô- bre a contagem do tempo de serviço dos funcionários pú- blicos civis da União e das Antarquias. Publicado no D.O. de 20 de dezembro de 1968 | 18 | 374 — Decreto-Lei de 20 de de- zembro de 1968 — Altera a Re- solução nº 34, de 5 de abril de 1957, do Senado Federal, que autoriza a Prefeitura do Dis- trito Federal a adquirir equi- pamento hospitalar na Alema- nha Ocidental. Publicado no D.O. de 20 e retificado no da 30 de dezembro de 1968 |
| 368 — Decreto-Lei de 19 de de- zembro de 1968 — Dispõe sô- bre efeitos de débitos salariais e dá outras providências. Pu- blicado no D.O. de 20 de dezembro de 1968 | 18 | 375 — Decreto-Lei de 20 de de- zembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Mi- nistério do Interior, em favor do Território Federal do Ama- pá, o crédito especial de .. NCR\$ 8.867,67, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 20 de dezembro de 1968 .. |
| 369 — Decreto-Lei de 19 de de- zembro de 1968 — Dispõe sô- bre a realização do VIII Re- censeamento Geral do Brasil em 1970. Publicado no D.O. de 20 de dezembro de 1968 .. | 19 | 24 |
| 370 — Decreto-lei de 20 de de- zembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o cré- dito especial de NCR\$ 150.000.000,00 para os fins que especifica. Publicado no D.O. de 20 de dezembro de 1968 ... | 21 | 376 — Decreto-Lei de 20 de de- zembro de 1968 — Fixa ven- cimentos básicos de cargos do Poder Judiciário e dos Tribu- nais de Contas da União, do Distrito Federal e do Ministério Público e dá outras pro- vidências. Publicado no D.O. |

| | PÁGS. | | PÁGS. |
|--|-------|--|-------|
| de 20 e retificado no de 30 de dezembro de 1968 | 24 | e cria a Seção da Justiça Federal na Cidade de Santos, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 27 de dezembro de 1968 | 30 |
| 377 — Decreto-Lei de 23 de dezembro de 1968 — Amplia a faculdade prevista no artigo 2º da Lei nº 1.888, de 13 de junho de 1953. Publicado no D.O. de 23 de dezembro de 1968 | 26 | 385 — Decreto-Lei de 26 de dezembro de 1968 — Dá nova redação ao artigo 281 do Código Penal. Publicado no D.O. de 27 de dezembro de 1968 | 31 |
| 378 — Decreto-Lei de 23 de dezembro de 1968 — Dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências. Publicado no D.O. de 23 de dezembro de 1968 | 26 | 386 — Decreto-Lei de 26 de dezembro de 1968 — Cria a Superintendência da Exposição Mundial Comemorativa do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Publicado no D.O. de 27 de dezembro de 1968 | 33 |
| 379 — Decreto-Lei de 23 de dezembro de 1968 — Altera a denominação de estabelecimento de ensino superior e dá outras providências. Publicado no D.O. de 24 de dezembro de 1968 e Retificado no D.O. de 30 de dezembro de 1968 | 26 | 387 — Decreto-Lei de 26 de dezembro de 1968 — Concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados aos bens que especifica, importados pela Igreja Prebiteriana de São José dos Campos (SP). Publicado no D.O. de 27 de dezembro de 1968 | 34 |
| 380 — Decreto-Lei de 23 de dezembro de 1968 — Dispõe sobre a entrega das parcelas pertencentes aos Municípios, do produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias. Publicado no D.O. de 26 de dezembro de 1968 | 28 | 388 — Decreto-Lei de 26 de dezembro de 1968 — Cria dois cargos de Juiz do Trabalho Substituto na Justiça do Trabalho da Oitava Região, em Belém, Estado do Pará. Publicado no D.O. de 27 de dezembro de 1968 | 34 |
| 381 — Decreto-Lei de 26 de dezembro de 1968 — Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a realizar empréstimo com o aval do Tesouro Nacional. Publicado no D.O. de 26 de dezembro de 1968 | 29 | 389 — Decreto-Lei de 26 de dezembro de 1968 — Dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade e dá outras providências. Publicado no D.O. de 27 de dezembro de 1968 | 34 |
| 382 — Decreto-Lei de 26 de dezembro de 1968 — Revoga o Decreto Legislativo nº 8, de 13 de abril de 1967 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 26 de dezembro de 1968 | 30 | 390 — Decreto-Lei de 27 de dezembro de 1968 — Retifica, sem onus, a Lei nº 5.548, de 2 de dezembro de 1968, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1969. Publicado no D.O. de 27 de dezembro de 1968 | 35 |
| 383 — Decreto-Lei de 26 de dezembro de 1968 — Altera dispositivo da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo. Publicado no D.O. de 27 de dezembro de 1968 | 30 | 391 — Decreto-Lei de 30 de dezembro de 1968 — Autoriza a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — criada pela Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, para a | |
| 384 — Decreto-Lei de 26 de dezembro de 1968 — Estabelece critérios para a criação de novas Seções da Justiça Federal | | | |

| | Págs. | | Págs. |
|--|-------|---|-------|
| Liquidação pela CODEBRAS de empréstimo por ela contratado com o Banco Nacional da Habitação. Cria o Grupo Executivo da Complementação da Mudança de órgãos da Administração Federal para Brasília — GEMUD, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 30 de dezembro de 1968 | 37 | zo fixado pelo Decreto-lei nº 263, de 28-2-1967. Publicado no D.O. de 30 de dezembro de 1968 | 40 |
| 392 — Decreto-Lei de 30 de dezembro de 1968 — Acrescenta o parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 5.552, de 4 de dezembro de 1968. Publicado no D.O. de 30 de dezembro de 1968 | 38 | 397 — Decreto-Lei de 30 de dezembro de 1968 — Cria a Taxa Rodoviária Federal, destinada à conservação de estradas de rodagem. Publicado no D.O. de 30 de dezembro de 1968 | 40 |
| 393 — Decreto-Lei de 30 de dezembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de NCr\$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil cruzeiros novos), a favor do Departamento Nacional de Educação para atender às despesas de atividades extra-escolares do Projeto Rondon. Publicado no D.O. de 30 de dezembro de 1968 | 38 | 398 — Decreto-Lei de 30 de dezembro de 1968 — Dispõe sobre acréscimo às alíquotas da Tarifa das Alfândegas incidentes nos produtos que enumera e dá outras providências. Publicado no D.O. de 30 de dezembro de 1968 | 41 |
| 394 — Decreto-Lei de 30 de dezembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República, em favor da Agência Nacional, o crédito especial de NCr\$ 350.000,00 para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 30 de dezembro de 1968 | 39 | 399 — Decreto-Lei de 30 de dezembro de 1968 — Altera a legislação sobre fiscalização de mercadorias de procedência estrangeira e dá outras providências. Publicado no D.O. de 30 de dezembro de 1968 | 72 |
| 395 — Decreto-Lei de 30 de dezembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de ... NCr\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil cruzeiros novos), a favor da Diretoria do Ensino Superior, destinada a atender ao adimplemento do compromisso com a Pan American Health Organization para o estabelecimento da Biblioteca Regional de Medicina na Escola Paulista de Medicina — S.P., relativa à parcela do ano de 1967. Publicado no D.O. de 30 de dezembro de 1968 | 39 | 400 — Decreto-Lei de 30 de dezembro de 1968 — Altera a legislação pertinente ao imposto sobre Produtos Industrializados e dá outras providências. Publicado no D.O. de 30 de dezembro de 1968 e retirado no D.O. de 31 de dezembro de 1968 | 73 |
| 396 — Decreto-Lei de 30 de dezembro de 1968 — Altera pra- | | 401 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1968 — Altera dispositivos da legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. Publicado no D.O. de 30 de dezembro de 1968 | 77 |
| | | 402 — Decreto-Lei de 30 de dezembro de 1968 — Retifica o detalhamento do projeto do Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 1ª Região, constante da Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967. Publicado no D.O. de 30 de dezembro de 1968 | 83 |
| | | 403 — Decreto-Lei de 30 de dezembro de 1968 — Dispõe sobre o Imposto de Renda incidente em títulos de renda fixa e dá outras providências. Publicado no D.O. de 30 de dezembro de 1968 | 83 |

| PÁGS. | PÁGS. |
|---|-------|
| 404 — Decreto-Lei de 30 de dezembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário, em favor da Justiça Federal de Primeira Instância, o crédito especial de NCrs 227.521.20. Publicado no D.O. de 30 de dezembro de 1968 | 85 |
| 405 — Decreto-Lei de 31 de dezembro de 1968 — Provê sobre o incremento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior, em 1969. Publicado no D.O. de 31 de dezembro de 1968 | 86 |
| 406 — Decreto-Lei de 31 de dezembro de 1968 — Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 31 de dezembro de 1968 | 87 |
| 407 — Decreto-Lei de 31 de dezembro de 1968 — A alíquotas máximas para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Publicado no D.O. de 31 de dezembro de 1968 | 92 |
| 408 — Decreto-Lei de 31 de dezembro de 1968 — Altera a Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968, que estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício de 1968. Publicado no D.O. de 31 de dezembro de 1968 | 92 |
| 409 — Decreto-Lei de 31 de dezembro de 1968 — Acrescenta parágrafo ao artigo 7º da Lei nº 5.552, de 4 de dezembro de 1968. Publicado no D.O. de 31 de dezembro de 1968 | 93 |
| DECRETOS LEGISLATIVOS | |
| 39 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o Convênio de Co-produção Cinematográfica, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina na cidade do Rio de Janeiro, a 25 de janeiro de 1968. Publicado no D.O. de 4 de outubro de 1968 | 95 |
| 40 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 354, de 1º de agosto de 1968. Publicado no D.O. de 4 de outubro de 1968 | 95 |
| 41 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e demais Corpos Celestes, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 19 de dezembro de 1966. Publicado no D.O. de 4 de outubro de 1968 | 95 |
| 42 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o Acórdão de Comércio entre o Brasil e a Índia, assinado em Nova Delhi, a 3 de fevereiro de 1968. Publicado no D.O. de 4 de outubro de 1968 | 96 |
| 43 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 355, de 6 de agosto de 1968. Publicado no D.O. de 4 de outubro de 1968 | 96 |
| 44 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Acórdão para Aplicação de Salvaguardas assinado em Viena, a 10 de maio de 1967, entre a República Federativa do Brasil, os Estados Unidos da América e a Agência Internacional de Energia Atômica. Publicado no D.O. de 18 de outubro de 1968 | 96 |
| 45 — Decreto Legislativo de 1968 — Autoriza o Presidente da República a dar adesão do Governo brasileiro a quatro Convenções sobre o Direito do Mar, concluídas em Genebra, a 29 de abril de 1958. Publicado no D.O. de 18 de outubro de 1968 | 97 |
| 46 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 356, de 15 de agosto de 1968. Publicado no D.O. de 18 de outubro de 1968 | 97 |
| 47 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova as contas gerais da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS, relativas ao exercício de 1964. Publicado | |

| | Págs. | | Págs. |
|---|-------|--|-------|
| no D.O. de 1 de novembro de 1968 | 98 | terio do Exército para melhor atender às organizações de saúde do Exército. Publicado no D.O. de 3 e Retificada no D.O. de 7 de outubro de 1968 | 101 |
| 48 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Protocolo assinado em Assunção, a 2 de setembro de 1967, pelo qual se estabelece um sistema para solução de controvérsias relacionadas com o Tratado de Montevideu. Publicado no D.O. de 14 de novembro de 1968 | 98 | 5.504 — Lei de 4 de outubro de 1968 — Modifica dispositivo da Lei nº 4.908, de 17 de dezembro de 1965 e transfere ações da União para a ELETROBRAS. Publicada no D.O. de 8 de outubro de 1968 | 101 |
| 49 — Decreto Legislativo de 1968 — Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, para o fim de ser mantido o registro da concessão de pensão de montepio militar a Martinha Monteiro da Silveira. Publicado no D.O. de 14 de novembro de 1968 | 98 | 5.505 — Lei de 4 de outubro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir crédito especial no valor de NCr\$ 8.275.000,00 (oito milhões duzentos e setenta e cinco mil cruzeiros novos), para integralização do Capital da Companhia de Telefones de Brasília Ltda. — COTELB. Publicada no D.O. de 8 de outubro de 1968 | 102 |
| 50 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 357, de 23 de setembro de 1968. Publicado no D.O. de 27 de novembro de 1968 | 99 | 5.506 — Lei de 8 de outubro de 1968 — Concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União. Publicada no D.O. de 9 de outubro de 1968 | 103 |
| 51 — Decreto Legislativo de 1968 — Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País. Publicado no D.O. de 27 de novembro de 1968 | 99 | 5.507 — Lei de 10 de outubro de 1968 — Estabelece prioridade para matrícula nos estabelecimentos de ensino público de curso médio e dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo para os filhos de ex-combatentes e órfãos menores carentes de recursos. Publicada no D.O. de 11 de outubro de 1968 | 103 |
| 52 — Decreto Legislativo de 1968 — Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a emissão de Letras do Tesouro, Série "D", ao portador, no montante de NCr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos). Publicado no D.O. de 29 de novembro de 1968 | 99 | 5.508 — Lei de 11 de outubro de 1968 — Aprova a Quarta Etapa do Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, para os anos de 1969, 1970, 1971, 1972 e 1973, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 14 de outubro de 1968 | 104 |
| 53 — Decreto Legislativo de 1968 — Aprova o Acórdão sobre Demarcação de Limites, firmado entre o Brasil e a Bolívia, em La Paz, a 29 de março de 1958. Publicado no D.O. de 4 de dezembro de 1968 | 100 | 5.509 — Lei de 15 de outubro de 1968 — Concede pensão mensal à viúva do ex-parlamentar Walter Geraldo de Azevedo Athayde. Publicada no D.O. de 16 de outubro de 1968 | 116 |

LEIS

| PÁGS. | PÁGS. |
|---|-------|
| 5.510 — Lei de 15 de outubro de 1968 — Autoriza a emissão de Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional até o limite de NCr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros novos) nas condições que menciona e dá outras providências. Publicada no D.O. de 16 de outubro de 1968 | 116 |
| 5.511 — Lei de 15 de outubro de 1968 — Submete a Campanha Nacional Contra a Lepra ao regime previsto na Lei número 5.026, de 14 de junho de 1966, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 16 de outubro de 1968 | 117 |
| 5.512 — Lei de 17 de outubro de 1968 — Autoriza a construção da Ponte Rio-Niterói, abre crédito especial e dá outras providências. Publicada no D.O. de 18 e Retificada no D.O. de 22 de outubro de 1968 | 117 |
| 5.513 — Lei de 17 de outubro de 1968 — Dispõe sobre construções nas proximidades das Fortificações Costeiras do Exército. Publicada no D.O. de 21 e Retificada no D.O. de 23 de outubro de 1968 | 117 |
| 5.514 — Lei de 21 de outubro de 1968 — Autoriza o Ministro da Fazenda a conceder remissão de crédito tributário. Publicada no D.O. de 23 de outubro de 1968 | 118 |
| 5.515 — Lei de 23 de outubro de 1968 — Isenta de multa ou penalidade os que requeiram sua inscrição eleitoral até 7 de agosto de 1970. Publicada no D.O. de 25 de outubro de 1968 | 118 |
| 5.516 — Lei de 23 de outubro de 1968 — Institui o Dia do Município. Publicada no D.O. de 25 de outubro e Retificada no D.O. de 1 de novembro de 1968 | 119 |
| 5.517 — Lei de 23 de outubro de 1968 — Dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária. Publicada no D.O. de 25 de outubro de 1968 | 119 |
| 5.518 — Lei de 29 de outubro de 1968 — Altera o artigo 3º da Lei nº 2.391, de 7 de janeiro de 1955, alterada pela Lei nº 4.446, de 20 de outubro de 1964. Publicada no D.O. de 1 de novembro de 1968 | 124 |
| 5.519 — Lei de 30 de outubro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Interior, o crédito especial de NCr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado a ocorrer às despesas de exercícios anteriores. Publicada no D.O. de 1 de novembro de 1968 | 125 |
| 5.520 — Lei de 31 de outubro de 1968 — Fixa os efetivos dos Oficiais dos Corpos e Quadros da Marinha de Guerra, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 4 de novembro de 1968 | 126 |
| 5.521 — Lei de 4 de novembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério dos Transportes, o crédito especial de NCr\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros novos), para o fim que menciona. Publicada no D.O. de 5 de novembro de 1968 | 127 |
| 5.522 — Lei de 4 de novembro de 1968 — Concede pensão especial à viúva do ex-Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, Aggeu de Godoy Magalhães. Publicada no D.O. de 5 de novembro de 1968 ... | 127 |
| 5.523 — Lei de 4 de novembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a constituir as Sociedades de Economia Mista — Centrais Elétricas de Roraima S. A. CER e Centrais Elétricas de Rondônia S. A. — CERON. Publicada no D.O. de 5 de novembro de 1968 | 128 |
| 5.524 — Lei de 5 de novembro de 1968 — Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio. Publicada no D.O. de 6 de novembro de 1968 | 129 |
| 5.525 — Lei de 5 de novembro de 1968 — Dispõe sobre a desti- | |

| | PÁGS. | | PÁGS. |
|---|-------|--|-------|
| nação do Fundo Especial da Loteria Federal, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 6 de novembro de 1968 | 129 | fiscais para o desenvolvimento da educação e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1968 | 134 |
| 5.526 — Lei de 5 de novembro de 1968 — Dispõe sobre as inscrição de médicos militares em Conselho Regional de Medicina e dá outras providências. Publicada no D.O. de 7 e Retificada no D.O. de 12 de novembro de 1968 | 130 | 5.532 — Lei de 14 de novembro de 1968 — Acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento de terrenos para pagamento em prestações. — Publicada no D. O. de 18 de novembro de 1968 | 134 |
| 5.527 — Lei de 8 de novembro de 1968 — Restabelece, para as categorias profissionais que menciona, o direito à aposentadoria especial de que trata o artigo 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, nas condições anteriores. Publicada no D.O. de 12 de novembro de 1968 | 131 | 5.533 — Lei de 14 de novembro de 1968 — Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 18 de novembro de 1968 | 135 |
| 5.528 — Lei de 12 de novembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. Publicada no D.O. de 14 de novembro de 1968 | 132 | 5.534 — Lei de 14 de novembro de 1968 — Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 18 e retificada no de 20 de novembro de 1968 | 135 |
| 5.529 — Lei de 13 de novembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, o crédito especial de NCR\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros novos), para fins que especifica, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 14 de novembro de 1968 | 132 | 5.535 — Lei de 20 de novembro de 1968 — Restabelece representações no Conselho Nacional de Telecomunicações, revoga dispositivos da Lei número 4.117, de 27 de agosto de 1962 e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 21 de novembro de 1968 | 136 |
| 5.530 — Lei de 13 de novembro de 1968 — Dispõe sobre o exercício da profissão de químico pelos portadores de carteira expedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, até o advento da Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956. Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1968 | 133 | 5.536 — Lei de 21 de novembro de 1968 — Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 22 e retificada no de 7 de novembro de 1968 | 137 |
| 5.531 — Lei de 13 de novembro de 1968 — Institui incentivos | | 5.537 — Lei de 21 de novembro de 1968 — Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 22 de novembro de 1968 | 140 |

PÁGS.

PÁGS.

- 5.538 — Lei de 22 de novembro de 1968 — Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 27 de novembro de 1968 143
- 5.539 — Lei de 27 de novembro de 1968 — Modifica dispositivos da Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 29 de novembro e retificada no de 3 de dezembro de 1968 150
- 5.540 — Lei de 28 de novembro de 1968 — Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 29 e retificada no de 3 de dezembro de 1968 152
- 5.541 — Lei de 28 de novembro de 1968 — Revigora o prazo previsto no item IX, alínea "b" do art. 1º da Lei nº 4.622, de 8 de maio de 1965, que concede isenção de tributos para importação de bens, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 29 de novembro e retificada no de 3 de dezembro de 1968 158
- 5.542 — Lei de 28 de novembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério dos Transportes, em favor do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOPOT), o crédito especial de NCr\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil cruzeiros novos), para o fim que especifica. (Publicada no D. O. de 29 de novembro de 1968 .. 158
- 5.543 — Lei de 29 de novembro de 1968 — Altera a Lei número 5.353, de 8 de novembro de 1967, que dispõe sobre a criação, no Ministério da Educação e Cultura, de 9 (nove) Prêmios Literários Nacionais. — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1968 159
- 5.544 — Lei de 29 de novembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério dos Transportes, em favor do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOPOT), o crédito especial de NCr\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil cruzeiros novos) para o fim que especifica. — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1968 159
- 5.545 — Lei de 29 de novembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, em favor dos Municípios situados nos Territórios Federais, o crédito especial de NCr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros novos), para o fim de especifica. — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1968 159
- 5.546 — Lei de 29 de novembro de 1968 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1969. — Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1968 (Suplemento) 160
- 5.547 — Lei de 29 de novembro de 1968 — Concede a pensão especial, equivalente a (duas) vezes o maior salário-mínimo, a Hilda Anna Theresia Wolf, viúva de Emilio Wolf. — Publicada no D. O. de 2 e retificada no de 4 de dezembro de 1968 163
- 5.548 — Lei de 2 de dezembro de 1968 — Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1969. — Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1968 (Suplemento) 163
- 5.549 — Lei de 3 de dezembro de 1968 — Autoriza a Universidade Federal do Rio de Janeiro a contrair empréstimo no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares) com banqueiros privados norte-americanos e dá outras provi-

| | PÁGS. | | PÁGS. |
|--|-------|--|-------|
| dências. — Publicada no D.O. de 4 de dezembro de 1968 ... | 165 | jetos a serem financiados com o produto das Taxas Aeroportuárias. — Publicada no D.O. de 10 de dezembro de 1968 .. | 169 |
| 5.550 — Lei de 4 de dezembro de 1968 — Dispõe sobre o exercício da profissão Zootecnista. — Publicado no D. O. de 5 e retificada no de 3 de dezembro de 1968 | 165 | 5.557 — Lei de 9 de dezembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a emitir um selo postal, comemorativo do 20º aniversário da Sociedade Bíblica do Brasil, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1968 | 170 |
| 5.551 — Lei de 4 de dezembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir crédito especial de ... NCr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros novos), para o fim que especifica, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1968 | 166 | 5.558 — Lei de 11 de dezembro de 1968 — Renova, por cinco anos, o prazo legal para fruição, pelos herdeiros, dos direitos autorais das obras do Maestro Antonio Carlos Gomes. — Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1968 .. | 171 |
| 5.552 — Lei de 4 de dezembro de 1968 — Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1968 | 167 | 5.559 — Lei de 11 de dezembro de 1968 — Estende o direito ao salário-família instituído pela Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1968 | 171 |
| 5.553 — Lei de 6 de dezembro de 1968 — Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal. — Publicada no D.O. de 10 e retificada no de 23 de dezembro de 1968 | 168 | 5.560 — Lei de 12 de dezembro de 1968 — Concede isenção de tributos a equipamentos importados para instalação, ampliação e manutenção de estações e aparelhos de rádio-amador. — Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1968 | 172 |
| 5.554 — Lei de 6 de dezembro de 1968 — Altera o Decreto-lei nº 960, de 17 de dezembro de 1938, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1968 | 169 | 5.561 — Lei de 12 de dezembro de 1968 — Retifica, sem ônus, a Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício de 1968. — Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1968 | 172 |
| 5.555 — Lei de 6 de dezembro de 1968 — Concede pensão especial ao escultor Celso Antônio de Menezes. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1968 | 169 | 5.562 — Lei de 12 de dezembro de 1968 — Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e revoga as Leis ns. 4.036, de 23 de maio de 1962, e 5.472, de 9 de julho de 1968, que dispõem sobre a va- | |
| 5.556 — Lei de 6 de dezembro de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de ... NCr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros novos), destinado à execução dos pro- | | | |

| | PÁGS. | | PÁGS. |
|---|-------|--|-------|
| lidade de pedido de demissão ou recibo de quitação contra- tual, firmado por empregado. — Publicada no <i>D. O.</i> de 16 de dezembro de 1968:..... | 193 | o exercício de 1967. — Publi- cada no <i>D. O.</i> de 20 e retifi- cada no de 30 de dezembro de 1968 | 194 |
| 5.563 — Lei de 13 de dezembro de 1968 — Retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 9 de de- zembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa para | | 5.564 — Lei de 21 de dezembro de 1968 — Provê sobre o exer- cício da profissão de orientador educacional. — Publicada no <i>D. O.</i> de 24 de dezembro de 1968 | 195 |

Figuram neste volume o Ato Institucional, os Atos Complementares, os Decretos-leis, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no quarto trimestre de 1968, foram publicados no D. O. até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — ATO INSTITUCIONAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

O Presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

Considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao país um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria” (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

Considerando que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que “não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará” e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

Considerando que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar “a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução”, deveria “assegurar a continuidade da obra revolucionária” (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966);

Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição,

Resolve editar o seguinte

ATO INSTITUCIONAL

Art. 1º São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art. 2º O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1º Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais, estaduais e os vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3º O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único Os Interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4º No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único Aos Membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o *quorum* parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5º A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

- I — cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II — suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III — proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV — aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:
 - a) liberdade vigiada;
 - b) proibição de frequentar determinados lugares;
 - c) domicílio determinado.

§ 1º O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, de acordo com a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

Art. 6º Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em lugares por prazo certo.

§ 1º O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou por em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das forças armadas, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 8º O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilícitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único. Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á sua restituição.

Art. 9º O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário a defesa da Revolução, as medidas previstas nas anexas "d" e "e", de parágrafo 2º do artigo 112 da Constituição.

Art. 10. Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11. Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 12. O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Kawemaker Grünwald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antonio Deijm Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Emunão de Maceio Soares

Hélio Beltrão

Afonso de A. Lima

Carlos F. de Simas

II — ATOS COMPLEMENTARES

ATO COMPLEMENTAR Nº 38, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Nos termos do art. 2º e seus parágrafos, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, fica decretado o recesso do Congresso Nacional, a partir desta data.

Art. 2º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antonio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker Grünewald
Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antonio Delfim Netto
Mario David Andrade
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
José Costa Cavalcanti
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão
Afonso de A. Lima
Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1968

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o Art. 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Compete aos Ministros de Estado, no tocante ao pessoal civil ou militar dos respectivos Ministérios, assim como aos empregados de autarquia, empresa pública e sociedade de economia mista, que lhes forem vinculadas, representar, diretamente ao Presidente da República para:

1. — A suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos;

II — A demissão, remoção, disponibilidade, aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma.

Art. 2º Compete ao Ministro de Estado da Justiça, ressalvado o disposto no artigo anterior, representar, diretamente, ao Presidente da República para:

I — A suspensão dos direitos políticos e a cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais;

II — A demissão, remoção, aposentadoria ou disponibilidade do pessoal da União, não vinculado, direta ou indiretamente, a qualquer Ministério, e dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como das respectivas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 3º O Ministro de Estado da Justiça representará ao Presidente da República, de ofício, ou mediante solicitação de Ministro de Estado, dos Chefes dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República e do Serviço Nacional de Informações, ou, em se tratando de pessoal civil dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios e de suas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, também por solicitação do respectivo Governador ou Prefeito.

§ 1º A solicitação do Governador ou Prefeito deverá ser fundamentada e, se propuser a demissão, deverá ser instruída com os autos de investigação sumária.

§ 2º Ao representar ao Presidente da República, o Ministro de Estado da Justiça poderá propor a imposição de medida diversa da constante da solicitação.

Art. 4º Ao Ministro de Estado do Exército compete, privativamente, representar ao Presidente da República, de ofício ou mediante solicitação de Governador de Estado ou do Prefeito do Distrito Federal, para a demissão ou reforma do pessoal das respectivas polícias militares e corpos de homens militares, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo anterior.

Art. 5º A suspensão dos direitos políticos, pelo prazo de 10 anos, e a cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, dependerão de prévia audiência do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 6º A proposta de demissão de servidor civil ou militar será instruída com os autos de investigação sumária e assegurada a defesa, na forma que se dispuser em regulamento.

Art. 7º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grinewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR Nº 40, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1968

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o § 1º do artigo 2º e o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte

ATO COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica acrescentado ao artigo 13 da Constituição de 24 de janeiro de 1967, o seguinte item:

"Art. 13

....

VIII — a aplicação, aos servidores estaduais e municipais, de limites máximos de retribuição estabelecidos em lei federal".

Art. 2º Fica revogado o § 6º do artigo 22 da Constituição de 24 de janeiro de 1967.

Art. 3º Os dispositivos da Constituição de 24 de janeiro de 1967, adiante indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13

....

§ 4º As polícias militares, instituídas para a manutenção da ordem e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares reserva do Exército, não podendo os respectivos integrantes perceber retribuição superior à fixada para o correspondente posto ou graduação do Exército, absorvidas, por ocasião dos futuros aumentos, as diferenças a mais, acaso existentes".

"Art. 24

....

II — operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por produtores, industriais e comerciantes".

"Art. 24

....

§ 2º O imposto a que se refere o nº I compete ao Estado da situação do imóvel, ainda que a transmissão resulte de sucessão aberta no estrangeiro; sua alíquota não excederá os limites fixados em resolução do Senado Federal, por proposta do Poder Executivo da União na forma prevista em lei federal, e o seu montante será dedutível do imposto cobrado pela União sobre a renda auferida na transação".

"Art. 24

....

§ 4º A alíquota do imposto a que se refere o nº II será uniforme para todas as mercadorias; o Senado Federal, através de resolução tomada por iniciativa do Presidente da República, fixará as alíquotas máximas para as operações internas, para as operações interestaduais e para as operações de exportação para o estrangeiro.

"Art. 26. Do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 22, nºs IV e V, a União distribuirá doze por cento na forma seguinte:

I — cinco por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

II — cinco por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

III — dois por cento ao Fundo Especial a que se refere o § 4º deste artigo.

§ 1º A aplicação dos Fundos previstos nos incisos I e II deste artigo será regulada por lei federal, que cometerá ao Tribunal de Contas da União o cálculo das cotas estaduais e municipais, condicionando-se a entrega das cotas:

a) à aprovação de programas de aplicação elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, com base nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Poder Executivo Federal;

b) à vinculação de recursos próprios, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para execução dos programas referidos na alínea a;

c) à transferência efetiva para os Estados, Distrito Federal e Municípios de encargos executivos da União;

d) ao recolhimento dos impostos federais arrecadados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e à liquidação das dívidas dessas entidades, ou de seus órgãos da administração indireta, para com a União, inclusive em decorrência de prestação de garantia.

§ 2º Para efeito do cálculo da percentagem destinada aos Fundos de Participação, exclui-se a parcela do imposto de renda e proventos de qualquer natureza que, nos termos dos artigos 24, § 1º, e 25, § 1º, letra a, pertence aos Estados e Municípios.

§ 3º O Fundo Especial terá sua destinação regulada em lei, tendo em vista a aplicação do sistema tributário estabelecido nesta Constituição"

"Art. 39

§ 2º Extinto o cargo ou declarada pelo Poder Executivo a sua desnecessidade, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada, com proventos proporcionais ao tempo de serviço"

"Art. 136

§ 4º Os vencimentos dos juizes vitalícios serão fixados com diferença não excedente a vinte por cento de uma para outra entrada, atribuindo-se aos de entrada mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos dos desembargadores e não podendo nenhum membro de Justiça estadual perceber mensalmente importância total superior ao limite máximo estabelecido em lei federal"

Art. 4º Este Ato Complementar entrará em vigor em 1º de janeiro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147ª da Independência e 80ª da República

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grinewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tursc Dutro

Jarbas G. Passarinho

Marcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Helio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

III — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 358. — DE 20 DE
NOVEMBRO DE 1968

Autoriza a realização de operações de crédito adicionais, para obtenção do equilíbrio orçamentário da União.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 58, item II, da Constituição, e tendo em vista que a execução orçamentária, no corrente exercício, vem evidenciando ser insuficiente o limite previsto para a realização de operações de crédito visando ao equilíbrio orçamentário, na forma determinada nos arts. 63 e 65, § 2º, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar as operações de crédito adicionais que se fizerem necessárias para obtenção do equilíbrio orçamentário, na forma dos artigos 63 e 65, § 2º, da Constituição, até o limite de NCr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros novos).

Art. 2º As Letras do Tesouro emitidas com base na autorização constante do artigo anterior poderão ser utilizadas no resgate de títulos que tenham sido emitidos de conformidade com o disposto no artigo 69 da Constituição para realização de operações de crédito por antecipação de receita.

Art. 3º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário e será submetido à apreciação do Congresso Nacional nos termos do parágrafo único do artigo 53 da Constituição.

Brasília, 20 de novembro de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Marcus Vinicius Pratini de
Moraes

DECRETO-LEI Nº 359 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1968

Cria a Comissão Geral de Investigações e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica instituída, no Ministério da Justiça, a Comissão Geral de Investigações com a incumbência de promover investigações sumárias para o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios ou dos Municípios, inclusive de empregos das respectivas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

§ 1º A Comissão compor-se-á de cinco membros, nomeados, entre servidores civis e militares, ou profissionais liberais, de reconhecida idoneidade, pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro da Justiça, que será seu Presidente.

§ 2º A indicação de militar precederá a solicitação do Ministro da Justiça ao titular do Ministério a que aquele pertencer.

Art. 2º A investigação será instaurada por determinação do Presidente da República, por iniciativa da Comissão ou por solicitação de Ministro de Estado, Chefe do Gabinete Militar ou Civil da Presidência da República, do Serviço Nacional de Informações, de Governador de Estado ou Território, de Prefeito do Distrito Federal ou de Município ou de dirigente de autarquia, empresa pública ou de sociedade de economia mista da União, Estados, Distrito Federal, Territórios ou Municípios.

Parágrafo único. Poderá, também, ser instaurada investigação mediante representação de qualquer autoridade ou cidadão, formulada por escrito e sob as cominações do art. 339 do Código Penal.

Art. 3º A Comissão Geral de Investigações poderá instituir subcomissões ou delegar atribuições para a realização de diligências em qualquer ponto do território nacional.

§ 1º Na designação dos membros das Subcomissões, observar-se-á o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 1º.

§ 2º Se a escolha recair em funcionário civil ou militar dos Estados, Distrito Federal, Territórios ou Municípios, será este pôsto à disposição do Governo Federal pelo respectivo Governador ou Prefeito.

Art. 4º Durante a investigação, ou após ela, será dada ao indiciado oportunidade de defesa, por escrito, em prazo não excedente de oito dias.

Parágrafo único. Esgotado o prazo sem que o indiciado apresente defesa, ser-lhe-á nomeado defensor para apresentá-la no prazo de cinco dias.

Art. 5º Encerrada a investigação, se a Comissão concluir pela existência de enriquecimento ilícito, proporá ao Presidente da República a expedição de decreto de confisco, com a especificação dos bens por ele abrangidos.

Parágrafo único. Publicado o decreto, no *Diário Oficial*, se se tratar de bens imóveis, o Ministro da Justiça, no prazo de trinta dias, remeterá cópia ao Secretário de Justiça, ou autoridade equivalente, dos Estados, Distrito Federal ou Territórios, para que determine aos titulares dos Registros de Imóveis a transcrição dos bens em nome da Fazenda Pública.

Art. 6º Considera-se enriquecimento ilícito, para os efeitos deste decreto-lei, a aquisição de bens, dinheiros ou valores, por quem tenha exercido ou exerça cargo ou função pública da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, assim como das respectivas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, sem que, à época da aquisição,

dispusesse de idoneidade financeira para fazê-lo, à vista da declaração de rendimentos apresentada para fins de pagamento do imposto de renda.

Parágrafo único. Considera-se, também, enriquecimento ilícito, a aquisição de bens, dinheiros ou valores por quem tenha exercido ou ainda exerça cargo ou função pública na União, Estados, Distrito Federal, Territórios ou Municípios, assim como das respectivas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e que, embora dispondo, a época da aquisição, de idoneidade financeira para fazê-lo, não haja comprovado a sua legitimidade perante a Comissão.

Art. 7º O ônus da prova da legitimidade da aquisição caberá ao indiciado.

Art. 8º São nulos, de pleno direito, em relação à Fazenda Pública, todos os atos de alienação ou oneração de qualquer bem, dinheiro ou valor, adquirido por quem haja enriquecido ilícitamente, no exercício de cargo ou função pública da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, assim como das respectivas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 9º Decretado o confisco, a prova da legitimidade da aquisição dos bens, dinheiros ou valores, deverá ser feita no prazo de seis meses.

Art. 10. A Comissão Geral de Investigações poderá requisitar funcionários, informações e serviços de quaisquer órgãos ou repartições da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como das respectivas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, que não poderão recusá-los ou procrastinar no atendimento, sob pena de crime de prevaricação, salvo o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Em se tratando de requisição de militares da União, o Presidente da Comissão dirigir-se-á ao Ministro de Estado competente,

que ajuizará da conveniência do afastamento do requisitando.

Art. 11. Continuam em vigor o Decreto-lei nº 3.240, de 8 de maio de 1941, e as Leis ns. 3.164, de 1 de junho de 1957, e 3.502, de 21 de dezembro de 1958, no que não colidirem com o disposto neste decreto-lei.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de NCr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos) para atender às despesas decorrentes da execução deste decreto-lei.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo vigorará até 31 de dezembro de 1969 e as despesas decorrentes correrão à conta do Fundo de Reserva Orcamentária, de que trata o art. 91 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 13. O Ministro de Estado da Justiça expedirá instruções para execução deste decreto-lei.

Art. 14. Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker
Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Marcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Helio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI Nº 360 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, em favor de diversos estabelecimentos de ensino federal, o crédito especial no valor de NCr\$ 7.753.513,73 (sete milhões, setecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e treze cruzeiros novos e setenta e três centavos), para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de NCr\$ 7.753.513,73 (sete milhões, setecentos e cinquenta e três mil quinhentos e treze cruzeiros novos e setenta e três centavos), para atender a compromissos assumidos no exercício financeiro de 1967 e destinados a estabelecimentos de ensino federal, a saber:

| | NCr\$ |
|---|--------------|
| Universidade Federal de Alagoas | 139.000,00 |
| Universidade Federal da Bahia | 492.999,98 |
| Universidade Federal do Rio de Janeiro | 1.270.821,50 |
| Universidade Federal do Ceará | 1.235.425,00 |
| Universidade Federal do Espírito Santo | 118.000,00 |
| Universidade Federal de Goiás | 97.035,00 |
| Universidade Federal Fluminense | 152.925,00 |
| Universidade Federal de Juiz de Fora | 144.642,50 |
| Universidade Federal de Minas Gerais | 662.263,00 |
| Universidade Federal do Pará | 309.052,50 |
| Universidade Federal da Paraíba | 218.375,75 |
| Universidade Federal do Paraná | 254.938,75 |
| Universidade Federal de Pernambuco | 556.035,75 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Norte | 209.750,00 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul | 313.115,00 |
| Universidade Federal de Santa Catarina | 448.778,25 |
| Universidade Federal de Santa Maria | 864.648,75 |
| Escola Federal de Minas de Ouro Preto | 124.007,00 |
| Escola Paulista de Medicina | 141.700,00 |

Art. 2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto-lei será coberta com recursos resultantes da aplicação do artigo 8º da Lei nº 5.368, de 1º de dezembro de 1967.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Tarso Dutra
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 361 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Interior, em favor do Território Federal de Rondônia, o crédito especial de NCr\$ 86.688,04, destinado a cobrir despesas de exercícios anteriores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério do Interior — Território Federal de Rondônia, o crédito especial de NCr\$ 86.688,04 (oitenta e seis mil seiscientos e oitenta e oito cruzeiros novos e quatro centavos), destinado a atender despesas de exercícios anteriores.

Art. 2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto-lei será atendida mediante contenção de igual quantia nos recursos a seguir discriminados:

NCr\$

| | | |
|--------------|--|-----------|
| 5.09.00 — | MINISTÉRIO DO INTERIOR | |
| 5.09.03 — | Território Federal de Rondônia | |
| 4.0.0.0 — | Despesas de Capital | |
| 4.1.0.0 — | Investimentos | |
| 4.1.3.0 — | Equipamentos e Instalações | |
| 273.1.1525 — | Construção, Ampliação e Melhoramentos do sistema de Distribuição | 86.688,04 |

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Afonso A. Lima
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 362 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1968

de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Modifica a Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958, que criou o Fundo da Marinha Mercante e a Taxa de Renovação da Marinha Mercante e dá outras providências.

Art. 1º Os Incisos I e II e os §§ 1º e 2º do art. 8º da Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958, passam a ter a seguinte redação:

I — saída de porto nacional, no comércio de cabotagem, fluvial ou lacustre;

II — entrada no porto nacional, no comércio com o exterior.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5,

§ 1º O montante da taxa será:

a) nos casos do Inciso I d'este artigo, 20% (vinte por cento) do frete líquido;

b) nos casos do Inciso II d'este artigo, 15% (quinze por cento) do frete líquido.

§ 2º A obrigatoriedade do pagamento da Taxa de Renovação da Marinha Mercante abrange a carga transportada por toda e qualquer embarcação, salvo quando carregadas por embarcações com menos de 400 (quatrocentas) toneladas de registro

ou quando, na importação do exterior, se tratar de mercadorias não sujeitas a despacho.

Art. 2º Este decreto-lei entrará em vigor 30 (trinta) dias depois de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza

DECRETO-LEI Nº 363 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de NCr\$ 22.000 00, para o fim que especifica.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de NCr\$ 22.000 00 (vinte e dois mil cruzeiros novos), para atender às despesas com a manutenção e aparelhamento do Ensino Primário no Território Federal de Fernando de Noronha.

Art. 2º O crédito a que se refere o artigo anterior vigorará até o término do exercício financeiro de 1969 e terá a seguinte aplicação:

| | NCr\$ |
|---|-----------------|
| a) Para custeio e remuneração de professores e aquisição de material didático para os cursos de educação de adultos | 4.000,00 |
| b) Para remuneração de professores e aquisição de material didático para o Grupo Escolar | 18 000,00 |
| | <hr/> 22.000 00 |

Art. 3º A receita necessária à execução d'este Decreto-lei decorrerá da anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento ao Subanexo 5.05.00, a saber:

| | NCr\$ |
|---|-----------|
| 5.05.11 — DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO | |
| 251.1.0501 — Expansão, manutenção e aperfeiçoamento progressivo da rede nacional de ensino primário através de convênios com as Prefeituras para atendimento aos Municípios e, excepcionalmente, com entidades privadas de ensino gratuito. | |
| | |
| Pernambuco, sendo NCr\$ 100.000 00 para Vitória de Santo Antão NCr\$ 50.000 00 para Rio Formoso e NCr\$ 50.000 00 para Canhotinho. | |
| 4.0.0.0 — Despesas de Capital | |
| 4.1.0.0 — Investimentos | |
| 4.1.2.0 — Serviço em Regime de Programação Especial. | 22.000 00 |

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Tarso Puta
Helio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 364 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o Crédito Especial de NCr\$ 3.399,68, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, a favor da Diretoria do Ensino Secundário, o crédito especial de NCr\$ 3.399,68 (três mil, trezentos e noventa e nove cruzeiros novos e sessenta e oito centavos), para atender ao pagamento de alugueis, relativo ao exercício de 1966.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo terá vigência até o término do exercício de 1969.

Art. 2º. O recurso necessário à execução deste Decreto-lei decorrerá da anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas, no vigente Orçamento, ao subanexo 5.05.60, a saber:

| | |
|---|----------|
| 5.05.15 — Diretoria do Ensino Secundário | |
| 251.2.0640 — Supervisão e Coordenação do Ensino | |
| 3.0.0.0 — Despesas Correntes | |
| 3.1.0.0 — Despesas de Custeio | |
| 3.1.4.0 — Encargos Diversos | 3.399,68 |

Art. 3º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Tarso Dutra
Helio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 365 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1968

Altera o orçamento global da Conta "Emprego e Salário" constante do Orçamento do Ministério do Trabalho e Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Ministro do Trabalho e Previdência Social autorizado a reformular o Orçamento Geral da Conta "Emprego e Salário" e transferir a importância de NCr\$ 1.233.000,00 (um milhão, duzentos e trinta e três mil cruzeiros novos), consignada na Categoria Econômica 4.1.1.0 — Obras Públicas, Elementos da Despesa 4.1.1.5 — Construção de Edifícios Públicos, para a Categoria Econômica 4.2.0.0 — Inversões Financeiras, Elemento de Despesa 4.2.1.0 — Aquisição de Imóveis, que, assim, ficará dotada de recursos no valor de NCr\$ 1.433.000,00 (um milhão quatrocentos e trinta e três mil cruzeiros novos).

Art. 2º Este decreto-lei, que não importará em aumento de despesa nem em qualquer alteração no valor global orçamentário já fixado, entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Jarbas G. Passarinho
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 366 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1968

Dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes nas operações de comércio exterior e interior, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É facultativa a utilização dos serviços de despachante aduaneiro no desembaraço e despacho de exportação, importação, reexportação de mercadorias e em toda e qualquer outra operação de comércio exterior, realizada por qualquer via, bem como no desembaraço de bagagem de passageiros.

Parágrafo único. Nas operações a que se refere o presente artigo o processamento, em todos os seus trâmites, junto aos órgãos competentes, poderá ser feito pela parte interessada:

I — se pessoa jurídica de direito público ou privado, através de seu representante legal ou procurador;

II — se pessoa física, pelo próprio ou por mandatário especialmente constituído.

Art. 2º O comércio interno de qualquer mercadoria, inclusive por via de cabotagem, independe de despachante de qualquer espécie.

Art. 3º É, igualmente facultativa a utilização dos serviços de despachante estadual nas operações de comércio exterior que se realizem por qualquer via.

Art. 4º É vedada a nomeação de despachantes aduaneiros e seus ajudantes, tornando-se extintos, conseqüentemente, os respectivos concursos.

§ 1º Os atuais despachantes aduaneiros passam à condição de profissionais liberais, sendo-lhes facultado o exercício ou participação em quaisquer outras atividades relacionadas com a livre iniciativa.

§ 2º Os despachantes aduaneiros poderão, livremente, contratar seus honorários, os quais, em nenhuma hipótese, poderão ser recolhidos por intermédio das repartições aduaneiras.

Art. 5º As Comissárias de Despacho somente é permitido operar junto às repartições aduaneiras na qualidade de procuradoras de terceiros, sendo-lhes vedado o exercício de qualquer operação de comércio exterior em nome próprio.

Art. 6º Fica restabelecida a redação primitiva dos artigos 48 e 53 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que volta a ser a seguinte:

“Art. 48. A conferência aduaneira será realizada por Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro, na presença do importador ou de seu representante legal e se estenderá sobre toda a mercadoria despachada, ou parte dela, conforme critérios fixados no regulamento”.

“Art. 53. Concluída a conferência aduaneira sem impugnação, ou, havendo-a, desde que adotadas as cautelas fiscais indispensáveis, a mercadoria será desembaraçada e entregue ao importador ou a seu representante legal.”

Art. 7º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Deijm Netto

DECRETO-LEI N.º 367 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1968

Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço dos funcionários públicos civis da União e das Autarquias.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º Os funcionários públicos civis da União e das Autarquias que, a partir da vigência deste Decreto-lei, se afastarem dos seus cargos por motivo de exoneração, terão os respectivos tempos de serviço computados para fins de aposentadoria por tempo de serviço, regulada pela Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 e legislação subsequente.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, é vedado o cômputo de serviço público simultâneo com o de atividade privada, bem como tempo em dobro e em outras condições especiais.

Art. 2.º O ônus financeiro da aposentadoria concedida em decorrência deste Decreto-lei será repartido entre o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) e o Tesouro Nacional ou as Autarquias referidas no artigo 22 § 1.º, da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, na proporção do tempo de serviço público e da atividade privada.

§ 1.º Anualmente, serão apurados pelo INPS os ônus do Tesouro Nacional e das Autarquias, referido no caput do artigo, para efeito do competente reembolso ao INPS.

§ 2.º A parcela correspondente ao débito do Tesouro Nacional para com o INPS, apurada na forma deste artigo, será incluída no orçamento anual da União, à conta de pessoal inativo e, sob esse título, será transferida diretamente para o INPS.

Art. 3.º O presente Decreto-lei, que entrará em vigor na data de sua publicação, será regulamentado pelo Poder Executivo no prazo de 30 (trinta)

dias, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Jarbas G. Passarinho
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI N.º 368 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1968

Dispõe sobre efeitos de débitos salariais e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º A empresa em débito salarial com seus empregados não poderá:

I — Pagar honorário, gratificação, *pro labore* ou qualquer outro tipo de retribuição ou retirada a seus diretores, sócios, gerentes ou titulares de firma individual;

II — Distribuir quaisquer lucros, bonificações, dividendos ou interesses a seus sócios, titulares, acionistas, ou membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos;

III — Ser dissolvida.

Parágrafo único. Considera-se em débito salarial a empresa que não paga, no prazo e nas condições da lei ou do contrato, o salário devido a seus empregados.

Art. 2.º A empresa em mora contumaz relativamente a salários não poderá, além do disposto no art. 1.º, ser favorecida com qualquer benefício de natureza fiscal, tributária, ou financeira, por parte de órgãos da União, dos Estados ou dos Municípios, ou de que estes participem.

§ 1.º Considera-se mora contumaz o atraso ou sonegação de salários devidos aos empregados, por período igual ou superior a três meses, sem motivo grave e relevante, excluídas as causas pertinentes ao risco do empreendimento.

§ 2.º Não se incluem na proibição do artigo as operações de crédito des-

tinadas à liquidação dos débitos salariais existentes, o que deverá ser expressamente referido em documento firmado pelo responsável legal da empresa, como justificação do crédito.

Art. 3.º A mora contumaz e a infração ao artigo 1.º serão apuradas mediante denúncia de empregado da empresa ou entidade sindical da respectiva categoria profissional, pela Delegacia Regional do Trabalho, em processo sumário, assegurada ampla defesa ao interessado.

§ 1.º Encerrado o processo, o Delegado Regional do Trabalho submeterá ao Ministro do Trabalho e Previdência Social parecer conclusivo para decisão.

§ 2.º A decisão que concluir pela mora contumaz será comunicada às autoridades fazendárias locais pelo Delegado Regional do Trabalho, sem prejuízo da comunicação que deverá ser feita ao Ministro da Fazenda.

Art. 4.º Os diretores, sócios, gerentes, membros de órgãos fiscais ou consultivos, titulares de firma individual ou quaisquer outros dirigentes de empresa responsável pela infração do disposto no art. 1.º, incisos I e II, estarão sujeitos a pena de detenção de um mês a um ano.

Parágrafo único. Apurada a infração prevista neste artigo, o Delegado Regional do Trabalho representará, sob pena de responsabilidade, ao Ministério Público, para a instauração da competente ação penal.

Art. 5.º No caso do inciso III do Art. 1.º, a empresa requererá a expedição de Certidão Negativa de Débito Salarial, a ser passada pela Delegacia Regional do Trabalho mediante prova bastante do cumprimento, pela empresa, das obrigações salariais respectivas.

Art. 6.º Considera-se salário devido, para os efeitos deste Decreto-lei, a retribuição de responsabilidade direta da empresa, inclusive comissões, percentagens, gratificações, diárias para viagens e abonos, quando a sua liquidez e certeza não sofram contestação nem estejam pendentes de decisão judicial.

Art. 7.º As infrações descritas no artigo 1.º, incisos I e II, e seu parágrafo único, sujeitam a empresa infratora a multa variável de dez a

cinquenta por cento do débito salarial, a ser aplicada pelo Delegado Regional do Trabalho, mediante o processo previsto nos artigos 626 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, sem prejuízo da responsabilidade criminal das pessoas implicadas.

Art. 8.º O Ministério do Trabalho e Previdência Social expedirá as instruções necessárias à execução deste Decreto-lei.

Art. 9.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Jarbas G. Passarinho
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 369 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1968

Dispõe sobre a realização do VIII Recenseamento Geral do Brasil em 1970

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do art. 2.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º O VIII Recenseamento Geral do Brasil será realizado em 1970, abrangendo os Censos Demográfico (População e Habitação), Agropecuário Industrial, Comercial e dos Serviços, e os inquéritos e levantamentos complementares julgados necessários, observado o disposto neste Decreto-lei, que não prejudica nem altera normas legais e regulamentares atinentes do Plano Nacional de Estatística, instituído pelo Decreto-lei número 161, de 13 de fevereiro de 1967.

§ 1.º O objeto, a extensão e a profundidade de cada Censo, a conceituação das unidades censitárias, a data de realização, os prazos para divulgação dos resultados preliminares e gerais e as demais providências necessárias à sua execução serão definidos em decreto do Presidente da República.

§ 2.º O decreto previsto no parágrafo anterior considerará, outrossim, e

de acordo com a experiência brasileira, as recomendações da Comissão de Estatística do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, sobre o Censo Mundial de População, de Habitação e Agropecuário de 1970, e do Instituto Interamericano de Estatística, em relação ao Censo das Américas de 1970.

Art. 2.º Caberá à Fundação IBGE, por intermédio do seu Instituto Brasileiro de Estatística, a responsabilidade de executar o Recenseamento Geral de 1970.

§ 1.º O pessoal necessário à execução do Recenseamento, e que não pertença aos quadros da Fundação IBGE, será recrutado a título precário, sem vínculo empregatício, sob a forma de prestação de serviços, e será dispensado tão logo sejam concluídas as tarefas censitárias específicas.

§ 2.º Nos Municípios onde não houver Agência Municipal de Estatística instalada, a Fundação IBGE poderá designar Supervisor Municipal das atividades censitárias, podendo essa designação recair em servidor público federal estadual, municipal ou autárquico.

§ 3.º O exercício das atividades previstas nos parágrafos 1.º e 2.º deste artigo será remunerado a título de serviços avulsos ou eventuais.

Art. 3.º O Recenseamento terá seu plano orientado e sua execução assistida tecnicamente pela Comissão Censitária Nacional, que será instalada no corrente exercício, junto ao Instituto Brasileiro de Estatística, e terá mandato até 31 de dezembro de 1973.

Art. 4.º Constituirão a Comissão Censitária Nacional o Presidente da Fundação IBGE, que será seu Presidente, o Diretor-Superintendente do Instituto Brasileiro de Estatística, o Diretor do Departamento de Censos do mesmo Instituto, o Superintendente do Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada, um Representante do Estado-Maior das Forças Armadas, o Diretor-Superintendente da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, o Diretor-Superintendente do Instituto Brasileiro de Geografia, três membros indicados pela Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas e três membros designados pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 5.º Todo aquele que exercer função na administração pública direta ou indireta, civil ou militar, federal, estadual ou municipal, fica obrigado a prestar as informações e a colaboração que lhe forem regularmente solicitadas para o Recenseamento, sob pena de cometer infração disciplinar grave, punível na forma da lei.

Art. 6.º Toda pessoa natural, civilmente capaz, domiciliada, residente ou em trânsito no território nacional, bem como o brasileiro que se encontrar no estrangeiro e as pessoas jurídicas, de direito público ou de direito privado, que estejam sob a jurisdição da lei brasileira, são obrigados a prestar as informações solicitadas pela Fundação IBGE, para os fins do Recenseamento.

Art. 7.º As informações prestadas para fins censitários, ressalvadas as que se destinarem a registros cadastrais, terão caráter sigiloso, serão usadas somente para fins estatísticos, não serão objeto de certidão, nem servirão de prova em processo administrativo, fiscal ou judicial.

Parágrafo único. A disposição final deste artigo não impedirá que a informação sirva de comprovante para aplicação de penalidade pela transgressão ao disposto neste Decreto-lei, nos termos do § 2.º do art. 2.º, do Decreto-lei n.º 161, de 13 de fevereiro de 1967.

Art. 8.º Constitui infração ao presente Decreto-lei:

- a) a não prestação de informações nos prazos fixados;
- b) a prestação de informações falsas ou com emprêgo de termos evasivos ou irreverentes.

§ 1.º O infrator ficará sujeito à multa de até dez (10) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, ou à pena de detenção de até seis meses, ou a ambas.

§ 2.º Competirá, privativamente, à Fundação IBGE, na forma do regulamento, lavrar e processar os autos de infração, bem como aplicar as multas previstas neste Decreto-lei, admitido recurso para o Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, com a prévia garantia da instância.

§ 3.º Constituirão receita da União as importâncias correspondentes às

multas impostas, incumbindo à Fundação IBGE remeter à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para cobrança judicial, os processos findos relativos às multas não pagas na instância administrativa.

§ 4.º O servidor público, civil ou militar, que, no exercício de suas atribuições, praticar infração prevista neste Decreto-lei, será também passível das penas nele cominadas, sendo-lhe porém facultado, quanto à multa, que não excederá à importância correspondente a um mês do seu vencimento ou salário, requerer pagamento parcelado, em prestações mensais não inferiores a dez por cento (10%) do referido vencimento ou salário.

Art. 9.º Independentemente do disposto no art. 27 do Decreto-lei número 161, de 13 de fevereiro de 1967, gozará a Fundação IBGE, a partir da data da vigência deste Decreto-lei e até 31 de dezembro de 1973, das seguintes facilidades especiais:

a) franquia telefônica e radiotelefônica, nas mesmas condições em que os órgãos da Administração pública direta, federal, estadual ou municipal;

b) transporte terrestre, marítimo, fluvial, lacustre ou aéreo, nas mesmas condições concedidas aos órgãos da Administração pública direta, federal, estadual ou municipal;

c) isenção de todos os impostos federais, estaduais e municipais que incidam sobre os equipamentos e materiais de qualquer natureza, sua produção, importação e circulação, e sobre os serviços necessários aos trabalhos censitários.

Art. 10. O orçamento plurianual das despesas com a realização do VIII Recenseamento será elaborado pela Fundação IBGE e submetido à consideração do Presidente da República.

Parágrafo único. A dotação correspondente a cada exercício financeiro, de 1969 a 1973, constará do respectivo orçamento da Despesa da União, sob título próprio, e deverá ser colocada à disposição da Fundação IBGE, em quotas trimestrais antecipadas, no mês inicial de cada trimestre.

Art. 11. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Heltrão

DECRETO-LEI Nº 370 — DE 20 DE
DEZEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 150.000.000,00, para os fins que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos), destinado a suprir recursos ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, ou outras instituições financeiras federais, para a realização de financiamentos em setores básicos que, a critério do Conselho Monetário Nacional e ouvido o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, sejam considerados de interesse prioritário para o desenvolvimento nacional e, eventualmente, careçam de assistência creditícia adicional.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo terá vigência até o término do exercício de 1969.

Art. 2º A utilização do crédito de que trata o artigo anterior dependerá de vinculação expressa àquela finalidade, por decisão do Conselho Monetário Nacional, de recursos a serem obtidos mediante a colocação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Art. 3º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Heltrão

DECRETO-LEI Nº 371 — DE 20 DE
DEZEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Exército, o crédito especial de NCr\$ 25.299,60 destinado a ocorrer às despesas que determina o artigo único do Decreto nº 63.249, de 18 de setembro de 1968

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério do Exército, o crédito especial de NCr\$ 25.299,60 (vinte e cinco mil, duzentos e noventa e nove cruzeiros novos e sessenta centavos), destinado a atender aos encargos determinados no artigo único do Decreto nº 63.249, de 18 de setembro de 1968.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste Decreto-lei serão atendidas com os recursos de que trata o item II do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Aurélio de Lyra Tavares
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 372 — DE 20 DE
DEZEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a emitir Letras do Tesouro a serem utilizadas como garantia subsidiária nas operações de crédito realizadas entre a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e o Banco do Brasil S.A. e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional, nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir Letras do Tesouro, sem juros e sem cláusula de correção monetária, até o montante de NCr\$

15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros novos), destinadas a servir de garantia subsidiária, junto ao Banco do Brasil S.A., nas operações de crédito que este estabelecimento realizar com a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

Parágrafo único. As Letras do Tesouro de que trata este artigo serão emitidas com prazo de resgate de até 5 (cinco) anos.

Art. 2º Os créditos que o Banco do Brasil S.A. conceder à Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, com base nas disposições do artigo anterior, terão como garantia principal exclusivamente títulos, conhecimentos ou contratos relativos a prestação de serviços de transporte marítimo, inclusive mediante afretamento de embarcações, nos quais a referida companhia figure como credora de terceiros, inclusive órgãos da administração federal, estadual e municipal, suas autarquias, fundações e sociedades de economia mista.

Art. 3º No caso de inadimplemento por parte da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro ou de qualquer outro motivo que venha determinar o vencimento de suas obrigações junto ao Banco do Brasil S.A., apurará este o saldo de operações a que se refere o art. 2º deste Decreto-lei e cobrará do Tesouro Nacional as parcelas de Letras do Tesouro em montante suficiente à sua cobertura.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o Tesouro Nacional fica sub-rogado nos direitos creditórios correspondentes aos compromissos vencidos e não liquidados, permanecendo o Banco do Brasil S.A. incumbido de sua cobrança até final liquidação.

Art. 4º O Banco do Brasil S.A. promoverá a reforma de seus Estatutos e Regulamento que se fizer necessária à execução deste Decreto-lei.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 373 — DE 20 DE
DEZEMBRO DE 1968

Reajusta os vencimentos dos servidores da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional, nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Ficam majorados em 20% (vinte por cento), a partir de 1º de janeiro de 1969, os símbolos e os valores de retribuição dos servidores da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, atualmente em vigor.

Art. 2º Aplica-se aos inativos da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal a majoração a que se refere o art. 1º e será calculada com base nos valores decorrentes da Lei nº 5.440, de 22 de maio de 1968.

Art. 3º O salário-família passará a ser de NCr\$ 13,80 (treze cruzeiros novos e oitenta centavos), por dependente.

Art. 4º Para atender às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto-lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar às dotações próprias do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, até o limite de NCr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros novos).

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 374 — DE 20 DE
DEZEMBRO DE 1968

Altera a Resolução nº 34, de 5 de abril de 1967, do Senado Federal, que autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a adquirir equipamento hospitalar na Alemanha Ocidental

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º

do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo primeiro da Resolução nº 34, de 5 de abril de 1967, do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º E’ a Prefeitura do Distrito Federal autorizada a adquirir através da Secretaria de Saúde, mediante Financiamento pela Siemens Aktiengesellschaft — WWMED — Erlangen da Alemanha Ocidental, equipamento hospitalar no valor de DM 1.575.976,00 (hum milhão quinhentos e setenta e cinco mil, novecentos e setenta e seis marcos alemães) equivalentes a NCr\$ 1.274.491,79 (hum milhão duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e um cruzeiros novos e setenta e nove centavos), destinados, consoante o “Plano de Saúde” do Conjunto Administrativo do Distrito Federal, a hospitais a ela subordinados, na seguinte proporção:

a) Hospital de Sobradinho — DM 255.640,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e quarenta marcos alemães) equivalentes a NCr\$ 206.736,06 (duzentos e seis mil, setecentos e trinta e seis cruzeiros novos e seis centavos).

b) Hospital do Gama — DM 285.553,00 (duzentos e oitenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e três marcos alemães) equivalentes a NCr\$ 230.926,71 (duzentos e trinta mil novecentos e vinte e seis cruzeiros novos e setenta e um centavos).

c) Hospital São Vicente de Paula — DM 158.432,00 (cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e trinta e dois marcos alemães) equivalentes a NCr\$ 128.123,55 (cento e vinte e oito mil, cento e vinte e três cruzeiros novos e noventa e cinco centavos).

d) 1º Hospital Distrital de Brasília — DM 359.167,00 (trezentos e cinquenta e nove mil, cento e sessenta e sete marcos alemães), equivalentes a NCr\$ 296.453,35 (duzentos e noventa mil, quatrocentos e cinquenta e oito cruzeiros novos e trinta e cinco centavos).

e) Hospital Distrital L-2-Sul — DM 260.738,00 (duzentos e sessen-

ta mil, setecentos e trinta e oito marcos alemães), equivalentes a NCr\$ 210.858,82 (duzentos e dez mil, oitocentos e cinquenta e oito cruzeiros novos e oitenta e dois centavos).

- f) Hospital de Planaltina — DM 258.446,00 (duzentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e seis marcos alemães), equivalentes a NCr\$ 207.387,88 (duzentos e sete mil, trezentos e oiten-

ta e sete cruzeiros novos e oitenta e oito centavos)".

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 86º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 375 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Território Federal do Amapá, o crédito especial de NCr\$ 8.867,67, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 2º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor do Território Federal do Amapá, o crédito especial de NCr\$ 8.867,67 (oito mil, oitocentos e sessenta e sete cruzeiros novos e sessenta e sete centavos), com vigência nos exercícios de 1968 e 1969, para atender ao pagamento de promoções e quinquênios relativos ao exercício de 1967.

Art. 2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto-lei será atendida mediante contenção de igual quantia nas dotações a seguir discriminadas:

| | |
|---|----------|
| 5.09.00 — Ministério do Interior | |
| 5.09.02 — Território Federal do Amapá | |
| 114.2.1457 — Coordenação dos Serviços | |
| 3.0.0.0 — Despesas Correntes | |
| 3.1.1.1 — Pessoal Civil | |
| 01.00 — Vencimentos e Vantagens Fixas | 8.867,67 |

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 86º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Afonso A. Lima
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 376 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1968

Fixa vencimentos básicos de cargos do Poder Judiciário e dos Tribunais de Contas da União, do Distrito Federal e do Ministério Público e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 decreta:

Art. 1º Os vencimentos constantes dos Anexos I, II e III da Tabela D

que acompanha o Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, modificada pela Lei nº 5.368, de 1º de dezembro de 1967, passam a vigorar com os novos valores inscritos nos Anexos que acompanham o presente Decreto-lei.

Art. 2º As importâncias das diárias de que trata a Lei nº 4.019 de 20 de dezembro de 1961, concedidas aos servidores públicos em geral inclusive aos abrangidos pelos Anexos a que se refere o artigo anterior, ficam limitadas aos valores absolutos individuais percebidos na data anterior à da vigência deste Decreto-lei, ve-

dada a sua majoração, a qualquer título e sob qualquer invocação.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese, sob pena de responsabilidade criminal da autoridade que o deferir, ordenar ou efetuar, será feito pagamento das diárias, a que se refere este artigo, a qualquer servidor, inclusive magistrados, que não tenham lotação ou exercício em Brasília.

Art. 3º Os Presidentes dos Tribunais e os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios, a seguir enumerados, e o Consultor-Geral da República perceberão, mensalmente, gratificação de representação nas percentagens abaixo especificadas e calculadas sobre os vencimentos básicos, excluídos quaisquer outros estipêndios, incorporados ou não:

I — Presidente do Supremo Tribunal Federal: 50% (cinquenta por cento);

II — Procurador-Geral da República e Consultor-Geral da República: 40% (quarenta por cento);

III — Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Federal de Recursos, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal de Contas da União: 30% (trinta por cento);

IV — Subprocuradores-Gerais da República junto ao Supremo Tribunal Federal e Tribunal Federal de Recursos, Procurador-Geral da Justiça Militar, Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas da União: 25% (vinte e cinco por cento);

V — Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, de Tribunal Regional do Trabalho: 20% (vinte por cento);

VI — Procurador-Geral da Justiça do Distrito Federal e Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal: 15% (quinze por cento).

Art. 4º Serão pagas aos membros dos Tribunais Eleitorais as seguintes gratificações:

I — aos membros do Tribunal Superior Eleitoral e ao Procurador-Geral Eleitoral, NCr\$ 35,00 (trinta e cinco cruzeiros novos), por sessão, até o máximo de quinze por mês;

II — aos membros dos Tribunais Regionais Eleitorais e aos Procuradores Regionais Eleitorais, NCr\$ 25,00

(vinte e cinco cruzeiros novos), por sessão, até o máximo de quinze por mês.

Art. 5º O membro do Ministério Público que perceber os vencimentos fixados neste Decreto-lei não poderá exercer a advocacia sob qualquer das modalidades definidas na Lei número 4.215, de 27 de abril de 1963, o que será feito observar pelo respectivo Procurador-Geral.

Parágrafo único. Os que não aceitarem essa vedação terão os vencimentos da Lei Geral de Aumento dos Servidores Cíveis e Militares, ou seja, os da Tabela D, Anexo III do Decreto nº 62.110, de 11 de janeiro de 1968, acrescidos da majoração de 20% (vinte por cento).

Art. 6º Os novos valores de vencimentos fixados neste Decreto-lei não se aplicam aos magistrados do antigo Distrito Federal, ora integrados na Justiça do Estado da Guanabara, revogados o art. 8º da Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964, e demais disposições legais vigentes que estabelecem normas atinentes à matéria.

Art. 7º Nenhum membro de Justiça Estadual, de Tribunal de Contas dos Estados e dos Municípios poderá perceber mensalmente, a qualquer título, importância total superior à percebida por Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto-lei correrão à conta do Fundo de Reserva Orçamentária, criado pelo art. 91 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 9º Este Decreto-lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Antonio Delfim Netto

Hélio Beltrão

Os anexos a que se refere o artigo 1º foram publicados no D. O. de 20-12-68.

DECRETO-LEI N.º 377 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1968

Amplia a faculdade prevista no artigo 2.º da Lei n.º 1.888, de 13 de junho de 1953.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional número 5, de 13-12-1968, decreta:

Art. 1.º Além das mercadorias mencionadas no art. 2.º da Lei n.º 1.888, de 13 de junho de 1953, poderá o farmacêutico, em estabelecimento sob sua direção técnica, manter seção de livros para venda pública, com as vantagens inscritas nos preceitos da Constituição (art. 20, III, d) e das leis, quanto à imunidade tributária das mesmas operações e à obrigação de registrá-las em livro próprio.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Edmundo de Macedo Soares

DECRETO-LEI N.º 378 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1968

Dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º O Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal passa a ser o previsto nos anexos I e II deste Decreto-lei.

§ 1.º O Quadro de que trata o presente artigo é constituído pelo conjunto dos cargos de direção, de assessoramento e de carreira.

§ 2.º Os cargos de carreira constantes do Anexo III só poderão ser providos a partir de 1.º de janeiro de 1970.

Art. 2.º Os valores dos símbolos dos cargos de provimento efetivo e em comissão são os fixados no Anexo IV deste Decreto-lei.

Art. 3.º As atribuições das funções e dos cargos serão definidas em regulamentação ou em instrução baixadas pelo Tribunal.

Art. 4.º O Tribunal regulará a transferência dos servidores do Quadro Provisório, instituído pelo Decreto-lei n.º 274, de 28 de fevereiro de 1967, para o Quadro de que trata o presente Decreto-lei, tendo em vista o grau de instrução de cada um, a similitude das atribuições que atualmente desempenhe e o resultado obtido em cursos de treinamento a que, obrigatoriamente, se submeterão todos os que não hajam sido admitidos mediante concurso público de provas, quer exerçam funções gratificadas, de carreira ou em comissão, observado o disposto no artigo 4.º da Lei n.º 5.437, de 16 de maio de 1968.

Art. 5.º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto-lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 6.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

Os anexos a que se refere o artigo 1.º foram publicados no D. O. de 23-12-68.

DECRETO-LEI N.º 379 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1968

Altera a denominação de estabelecimento de ensino superior e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º A Escola de Engenharia de Uberlândia passa a denominar-se Fa-

culdade Federal de Engenharia de Uberlândia, continuando sua sede na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Além dos cursos previstos na Lei nº 4.170, de 5 de dezembro de 1962, o estabelecimento de ensino, a que se refere o artigo anterior, manterá, ainda, os de ensino e pesquisa nos ramos de engenharia elétrica, eletrônica, telecomunicações e física nuclear.

Art. 3º Os novos cursos autorizados neste Decreto-lei serão instalados de acordo com as possibilidades do estabelecimento de ensino, com aproveitamento dos recursos orçamentários que lhe forem destinados.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

Helio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 380 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1968

Dispõe sobre a entrega das parcelas pertencentes aos Municípios, do produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º Do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias, 80% (oitenta por cento) constituem receita dos Estados e 20% (vinte por cento) dos Municípios. As parcelas pertencentes aos Municípios serão creditadas em contas especiais, abertas em estabelecimentos oficiais de crédito e entregues, segundo o disposto neste Decreto-lei, na proporção das operações tributáveis realizadas em seu território.

Art. 2º No mês de setembro de cada ano, o Poder Executivo Estadual

apurará a relação percentual entre o valor das operações tributáveis ocorridas em cada Município do Estado e o valor total das verificadas em todo o Estado, no período de 12 meses, com início em 1º de julho do ano anterior.

§ 1º O índice percentual obtido para cada Município, na forma deste artigo, será aplicado na determinação da parcela que lhe pertencer, os 20% (vinte por cento) do produto da arrecadação, no Estado, do Imposto de Circulação de Mercadorias, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro seguinte.

§ 2º Para os efeitos do disposto neste Decreto-lei:

I — Consideram-se operações tributáveis as que constituem fato gerador do Imposto de Circulação de Mercadorias, tal como definido no Código Tributário Nacional, mesmo quando a incidência for diferida ou quando o crédito tributário for diferido ou excluído em virtude de isenção, observado o disposto no item II;

II — Não se consideram operações tributáveis as declaradas não sujeitas ao Imposto de Circulação de Mercadorias pelo artigo 20, item III, "d" e pelo artigo 24, §§ 5º e 6º da Constituição do Brasil;

§ 3º As operações tributáveis serão apuradas exclusivamente através de documentos e livros obrigatórios, nos termos da legislação estadual aplicável ao Imposto de Circulação de Mercadorias.

§ 4º Para determinação da relação percentual referida neste artigo, o valor das operações tributadas apuradas mediante ação fiscal e das denunciadas pelo próprio contribuinte fora dos prazos legais, será considerado no período em que se efetivar o recolhimento do imposto.

§ 5º A lei estadual que criar município novo determinará em que proporção o índice percentual do município ou municípios que sofreram desmembramento será atribuído ao município que for criado; a proporção será mantida até que o Estado possa determinar o índice percentual do município novo, na forma do "caput" deste artigo.

Art. 3º Até o terceiro dia útil seguinte ao do recebimento do Imposto de Circulação de Mercadorias as re-

partições estaduais deverão depositar 20% (vinte por cento) do produto da arrecadação, em conta especial de que sejam titulares conjuntos todos os Municípios do Estado, aberta em estabelecimento oficial de crédito sob o título de Conta de Participação dos Municípios no Imposto de Circulação de Mercadorias.

§ 1.º A legislação estadual regulará a forma e prazo do depósito a que alude este artigo, para os Municípios onde inexistir agência do estabelecimento oficial de crédito ou de respectivo correspondente, podendo levar em conta as peculiaridades locais e estabelecer normas de aplicação regionais, para atender a diversidade de condições.

§ 2.º O prazo do depósito referido no parágrafo anterior não poderá ser superior a três dias contados do encerramento do mês em que a arrecadação tiver sido escriturada pela repartição que centralizar a contabilidade regional ou, na falta desta, a que centralizar a contabilidade do Estado.

§ 3.º Na hipótese de ser o crédito relativo ao Imposto de Circulação de Mercadorias extinto por compensação ou transação, a repartição estadual deverá efetuar, em dinheiro, o depósito dos 20% (vinte por cento) pertencentes aos Municípios.

§ 4.º Os agentes arrecadadores farão o depósito a que alude este artigo independentemente de ordem das autoridades superiores, sob pena de responsabilidade pessoal.

Art. 4.º Até os dias dez e vinte e cinco de cada mês, o estabelecimento oficial de crédito entregará a cada Município, mediante crédito em conta individual ou pagamento em dinheiro à conveniência do beneficiário, a parcela que a este pertencer no valor total dos depósitos feitos pelo Estado, na conta a que alude o artigo 3.º, respectivamente, entre o 16.º e o último dia do mês anterior e entre o 1.º e o 15.º dia do mês em curso.

§ 1.º A parcela de cada município será calculada mediante a aplicação do índice percentual a que se refere o artigo 2.º.

§ 2.º O estabelecimento oficial de crédito poderá utilizar-se das repartições arrecadadoras do Estado para en-

tregar a parcela pertencente a qualquer Município, mediante anuência desta e desde que nele não exista agência bancária.

Art. 5.º No mês de setembro, os Estados farão publicar no respectivo jornal oficial o valor total das operações tributáveis ocorridas em cada um de seus Municípios, no período de doze meses, iniciado em 1.º de julho do ano anterior. Da publicação constará também o índice percentual de cada município a que alude o artigo 2.º.

Parágrafo único. Mensalmente, os Estados deverão publicar no seu jornal oficial a arrecadação total do Imposto de Circulação de Mercadorias no mês anterior.

Art. 6.º O Poder Executivo de cada Estado escolherá o estabelecimento oficial de crédito em que devem ser feitos os depósitos a que se refere o artigo 3.º.

Art. 7.º O estabelecimento oficial de crédito que não entregar, no prazo, a qualquer Município, a parcela que a este pertencer das quantias depositadas na quinzena anterior, ficará sujeito às sanções aplicáveis aos estabelecimentos bancários que deixam de cumprir saques de depositantes.

§ 1.º Sem prejuízo do disposto no "caput" deste artigo, o estabelecimento oficial de crédito será, em qualquer hipótese, proibido de receber os depósitos mencionados no artigo 3.º, por determinação do Banco Central do Brasil, a requerimento do Município e mediante prova do fato.

§ 2.º A proibição vigorará por prazo não inferior a dois nem superior a quatro anos, a critério do Banco Central do Brasil.

§ 3.º Enquanto durar a proibição, os depósitos serão obrigatoriamente feitos no Banco do Brasil S.A., para o qual deve ser imediatamente transferido o saldo em poder do estabelecimento infrator.

§ 4.º Findo o prazo da proibição, o estabelecimento infrator poderá tornar a receber os depósitos, se escolhido pelo Poder Executivo Estadual, ao qual será facultado eleger qualquer outro estabelecimento oficial de crédito.

Art. 8.º Os Municípios terão acesso aos documentos fiscais que tiverem

servido de base à fixação do valor das operações tributáveis ocorridas em seu território.

§ 1.º Sem prejuízo do cumprimento de outras obrigações a que estiverem sujeitos por lei federal ou estadual, os produtores serão obrigados, quando solicitados, a informar às autoridades municipais o valor e o destino das mercadorias que tiverem produzido.

§ 2.º Os Municípios poderão verificar os documentos fiscais que, nos termos da lei federal ou estadual, devam acompanhar as mercadorias em operações do que participem produtores, industriais e comerciantes estabelecidos em seu território; apurada qualquer irregularidade, os agentes municipais deverão comunicá-la à repartição estadual competente.

§ 3.º Aos Municípios é vedado apreender mercadorias ou documentos, impor penalidades ou cobrar quaisquer taxas ou emolumentos em razão da verificação mencionada no parágrafo anterior.

§ 4.º O disposto no parágrafo 2.º não prejudicará a celebração, entre os Estados e seus Municípios, de convênios para assistência mútua na fiscalização dos tributos e permuta de informações.

Art. 9.º Para efeito de aplicação do artigo 10, item V, letra "b" da Constituição, considera-se inadimplente o Estado que deixar de depositar, no todo ou em parte e nos prazos a que se refere o artigo 3.º e seu parágrafo 1.º as parcelas da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias pertencentes aos Municípios.

Art. 10. O sistema previsto neste Decreto-lei aplica-se à arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias efetuada a partir de 1.º de janeiro de 1969.

Parágrafo único. Para a distribuição das quotas municipais relativas ao exercício de 1969, os Estados poderão adotar os índices percentuais correspondentes à relação entre a arrecadação efetiva do imposto em seu território e no de cada município no ano de 1968, em substituição ao valor das operações tributáveis previstas no artigo 2.º.

Art. 11. Mediante convênio celebrado com a concorrência de todos os Municípios, os Estados poderão estabelecer outros critérios de distri-

buição das parcelas pertencentes aos Municípios bem como alterar os prazos previstos neste Decreto-lei. Os convênios terão sempre prazo determinado.

Art. 12. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições legais em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 381 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1968

Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a realizar empréstimo com o aval do Tesouro Nacional.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Amazonas autorizado a realizar, com o aval do Tesouro Nacional, operação de financiamento com o International Professional Consortium for Health Services, com sede em Londres, Inglaterra, para atender aos encargos com o projeto prioritário de implantação de uma rede de unidades de saúde pré-fabricadas desde que atendidas as exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal e o preceituado na Lei Estadual nº 819, de 4 de dezembro de 1968.

Art. 2º O valor da operação a que se refere o artigo 1º é de US\$ 7.000.000,00 (sete milhões de dólares), à taxa de juros de 5,5% ao ano, a ser pago no prazo de 10 (dez) anos com 2 (dois) anos de carência, em prestações semestrais.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 382 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1968

Revoga o Decreto Legislativo nº 8, de 13 de abril de 1967 e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 8, de 13 de abril de 1967, autorizou a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional a complementar todas as vendas decorrentes de lei e realizadas por concorrência pública, cujos processos se encontrem tramitando administrativa ou judicialmente;

Considerando que o referido Decreto Legislativo excedeu a competência prevista nos arts. 46 e 47 da Constituição do Brasil;

Considerando, finalmente, que a inconstitucionalidade vicia o ato e o torna nulo de pleno direito, decreta:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Legislativo nº 8, de 13 de abril de 1967, tornando sem efeito quaisquer atos praticados durante sua vigência.

Art. 2º Dentro do prazo de quinze dias, a partir da publicação deste decreto-lei, deverão ser arquivados os processos judiciais instaurados contra a União Federal, com base no Decreto Legislativo referido no artigo 1º respondendo os seus autores pelos ônus consequentes em execução do despacho que determinar o arquivamento.

Art. 3º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 383 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1968

Altera dispositivo da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o ar-

tigo 2º, § 1º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo. 6º da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, modificado pelo art. 1º da Lei nº 5.056, de 29 de junho de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Os Advogados-de-Ofício serão nomeados dentre os candidatos habilitados em concurso de provas.

§ 1º Compete ao Procurador-Chefe designar a comissão de concurso, a qual obrigatoriamente, se integrará de dois advogados, especialistas, um, em Direito Marítimo, e, outro, em Direito Internacional Público, indicados pela Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º A comissão, presidida pelo Procurador-Chefe, incumbirá a elaboração do regulamento do concurso e a realização das provas, que serão, todas, escritas.

§ 3º Somente poderão inscrever-se no concurso bacharéis em Direito, que contem, no mínimo, três anos de prática forense.

§ 4º O concurso será válido por três anos”.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Augusto Hamann Rademaker
Grünwald

DECRETO-LEI Nº 384 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1968

Estabelece critérios para a criação de novas Seções da Justiça Federal e cria a Seção da Justiça Federal na Cidade de Santos, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º A criação de novas Seções Judiciárias, na forma do art. 118, § 1º da Constituição fica condicionada ao desenvolvimento de áreas sócio-econômicas do território nacional.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Justiça proceder ao levantamento dos dados relativos à medida prevista neste artigo, tendo em consideração os seguintes fatores:

- a) a densidade de população e o índice de crescimento demográfico;
- b) o surto de empreendimentos nos setores públicos e privados;
- c) o volume das rendas federais na respectiva zona.

Art. 2º Desde que o Ministério da Justiça conclua pela necessidade e conveniência da criação de novas seções judiciárias, será ouvido o Conselho de Justiça Federal da respectiva circunscrição.

Art. 3º Fica criada mais uma seção judiciária no Estado de São Paulo, com sede na cidade de Santos, cuja área jurisdicional será fixada pelo Conselho de Justiça Federal.

Art. 4º Os recursos necessários ao atendimento das despesas originadas da aplicação do art. 3º deste Decreto-lei correrão pelas dotações próprias do Poder Judiciário, que fica autorizado a proceder, se necessário, compensação em seus elementos de despesas a fim de enquadrá-las nas dotações correspondentes.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 385 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1968

Dá nova redação ao artigo 281 do Código Penal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O artigo 281 do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), modificado pela Lei nº 4.451, de 4 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

Comércio, posse ou facilitação do uso de entorpecentes ou substância que determine dependência física ou psíquica.

“Art. 281. Importar ou exportar, preparar, produzir, vender, expor à venda, fornecer, ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente, ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou de desacôrdo com determinação legal ou regulamentar:

Fena — reclusão, de um a cinco anos, e multa de 10 a 50 vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem ilegalmente:

Matérias-primas ou plantas destinadas à preparação de entorpecentes ou de substâncias que determinem dependência física ou psíquica.

I — importa ou exporta, vende ou expõe à venda, fornece, ainda que a título gratuito, transporta, traz consigo ou tem em depósito ou sob sua guarda matérias-primas destinadas à preparação de entorpecentes ou de substância que determinem dependência física ou psíquica;

II — faz ou mantém o cultivo de plantas destinadas à preparação de entorpecentes ou de substâncias que determinem dependência física ou psíquica.

III — traz consigo, para uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica.

Forma qualificada.

§ 2º Se o agente é farmacêutico, médico dentista ou veterinário:

Pena — reclusão, de 2 a 8 anos, e multa de 20 a 50 vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

Receita legal.

§ 3º Prescrever o médico ou dentista substância entorpecente, ou que determine dependência física ou psíquica, fora dos casos indicados pela terapêutica, ou em dose evidentemente maior que a necessária ou com infração de preceito legal ou regulamentar:

Pena — detenção, de seis meses a 2 anos, e multa de 10 a 30 vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

§ 4º As penas do parágrafo anterior são aplicadas àquele que:

Induzimento ao uso de entorpecente ou de substância que determine dependência física ou psíquica.

I — instiga ou induz alguém a usar entorpecente ou substância que determine dependência física ou psíquica;

Local destinado ao uso de entorpecente ou de substância que determine dependência física ou psíquica.

II — utiliza local, de que tem a propriedade, posse, administração ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que a título gratuito, para uso ilegal de entorpecente ou de substância que determine dependência física ou psíquica;

Incentivo ou difusão do uso de entorpecentes ou de substância que determine dependência física ou psíquica.

III — contribui de qualquer forma para incentivar ou difundir o uso de entorpecente ou de substância que determine dependência física ou psíquica.

Aumento de pena.

§ 5º As penas aumentam-se de um terço, se a substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica é vendida, ministrada, fornecida ou prescrita a menor de 16 anos.

Art. 2º No cálculo da multa levar-se-á em conta o salário-mínimo vigente na data da infração penal.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 386 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1968

Cria a Superintendência da Exposição Mundial Comemorativa do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica criada a Superintendência da Exposição Mundial de 1972 (EXPO-72), vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio.

Parágrafo único. A EXPO-72 tem sua sede na cidade do Rio de Janeiro — GB.

Art. 2º Compete à EXPO-72, na qualidade de executora da Exposição Mundial comemorativa do sesquicentenário da Independência do Brasil:

a) planejar, organizar e programar a realização de uma Exposição Mundial, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro, em 1972;

b) promover a participação nesse evento de expositores nacionais e estrangeiros;

c) preparar e aprovar o Regimento da Exposição de acordo com as normas internacionais;

d) selecionar o local e fiscalizar a construção das instalações;

e) organizar seus serviços, elaborar e executar seu orçamento, elaborar seu Regimento, e

f) sugerir medidas a serem executadas por outros órgãos governamentais.

Art. 3º A administração da EXPO-72 será exercida por um Superintendente, nomeado pelo Presidente da República, que terá as suas atribuições e remuneração definidas em Regulamento a ser aprovado por Decreto.

Parágrafo único. Fica criado, junto à Superintendência, o Conselho Consultivo da EXPO-72, que se constituirá de 5 (cinco) membros, representando, respectivamente os Ministérios das Relações Exteriores, da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral e da Indústria e do Co-

mércio e do Superintendente, que será o seu Presidente.

Art. 4º O pessoal da EXPO-72 rege-se-á pela legislação trabalhista, a admissão dependerá de seleção, mediante prova interna, e os seus níveis salariais serão fixados pelo Superintendente com a observância do mercado de trabalho.

Art. 5º Poderá a EXPO-72 requisitar servidores da administração pública federal, centralizada e descentralizada sem prejuízo dos vencimentos e vantagens relativos aos cargos que ocuparem.

Art. 6º Constituem recursos da EXPO-72:

a) dotações consignadas no Orçamento da União;

b) créditos especiais ou extraordinários;

c) doações que lhe forem feitas pela União e demais pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais, estrangeiros ou internacionais, ou por pessoas físicas;

d) juros de depósitos bancários;

e) rendas de serviços ou concessões,

f) outras receitas ou valores, resultantes de suas atividades.

Art. 7º A EXPO-72 gozará de autonomia administrativa, disciplinar e financeira.

Art. 8º A organização interna da EXPO-72 constará de seu Regimento.

Art. 9º A Superintendência da EXPO-72 preparará a criação de entidade definitiva para realização de certames, exposições, feiras e estudos, à qual serão transferidos instalações e acervos remanescentes.

Art. 10. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 387 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1968

Concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados aos bens que especifica, importados pela Igreja Presbiteriana de São José dos Campos (SP).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, referentes ao órgão de marca "Conn Caprice" e seu respectivo banco, usados, importados pela Igreja Presbiteriana de São José dos Campos Estado de São Paulo à qual foram doados pela Foothill Convent Church da Califórnia U.S.A., e desembarcados no porto de Santos, em 8 de dezembro de 1966.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 388 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1968

Cria dois cargos de Juiz do Trabalho Substituto na Justiça do Trabalho da Oitava Região, em Belém, Estado do Pará.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro da Justiça do Trabalho da 8ª Região, em Belém, dois cargos de Juiz do Trabalho Substituto, em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), com a nova redação dada pelo artigo 22 do Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da execução deste Decreto-lei correrão à conta da respectiva dotação orçamentária do próprio Poder Judiciário.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

Antonio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 389 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1968

Dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade e da outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Argüida, perante juízo competente, insalubridade ou periculosidade de atividades ou operações ligadas à execução do trabalho proceder-se-á a perícia técnica para os efeitos do disposto no artigo 187 da Consolidação das Leis do Trabalho e no artigo 2º da Lei nº 2.573, de 15 de agosto de 1955.

Art. 2º A caracterização da periculosidade e da insalubridade bem como a classificação desta serão feitas por médico ou engenheiro devidamente habilitados em questões de higiene e segurança do trabalho designados pelas autoridades judiciárias.

Art. 3º Somente a partir do despacho judicial homologatório do laudo pericial serão devidos os efeitos pecuniários, inclusive adicionais, decorrentes do trabalho em condições de insalubridade ou da periculosidade atestadas.

§ 1º Enquanto não se verificar haverem sido eliminadas as suas causas, o exercício de atividades ou operações insalubres assegura a percepção de adicionais respectivamente de 40%, 20% e 10% segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

§ 2º O adicional para a prestação de serviço em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade é o previsto na Lei número 2.573 de 15 de agosto de 1957.

Art. 4º Os princípios estatuidos no presente decreto-lei aplicam-se aos procedimentos judiciais em curso, cujas sentenças não tenham sido executadas.

Art. 5º O disposto neste decreto-lei não obriga a restituição de importâncias que, até a data de sua promulgação, tenham sido pagas a trabalhadores com fundamento em cri-

térios de verificação e classificação de insalubridade e periculosidade, diversos dos ora fixados.

Art. 6º Ficam revogadas a Lei número 5.431, de 3 de maio de 1968 e as disposições em contrário.

Art. 7º Este Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 26 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 30º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI Nº 396 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1968

Retifica, sem ônus, a Lei nº 5.548, de 2 de dezembro de 1968, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1969.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1 Fica retificado, sem ônus, a Lei nº 5.548, de 2 de dezembro de 1968, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1969, na forma abaixo:
Departamento de Turismo e Recreação
Orçamento Sintético

Onde se lê:

31.3.00 — 56.3.1.2.0 Material Permanente

Leia-se:

31.3.00 — 56.3.1.2 C Material de Consumo
Secretaria de Administração

Programas, subprogramas e metas da competência da Secretaria de Administração

Onde se lê:

| | |
|--|--------------------|
| SEA-013 — Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração | NCr\$ 9.813.453 |
|--|--------------------|

Leia-se:

| | |
|--|-----------|
| SEA-013 — Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração | 8.538.503 |
|--|-----------|

Onde se lê:

| | |
|--|-----------|
| SEA-014 — Custeio de Atividades Gerais | 1.850.000 |
|--|-----------|

Leia-se:

| | |
|--|-----------|
| SEA-014 — Custeio de Atividades Gerais | 3.090.200 |
|--|-----------|

Onde se lê:

| | |
|--|---------|
| SEA-016 — Início da Construção da Escola de Treinamento dos Servidores do Distrito Federal | 100.000 |
|--|---------|

Leia-se:

| | |
|--|---------|
| SEA-016 — Início da Construção da Escola de Treinamento dos Servidores do Distrito Federal | 139.750 |
|--|---------|

Secretaria de Finanças
Orçamento Sintético

Onde se lê:

30.0.00 — 19.3.0.0.0 — Despesas Correntes 4.658.230

Leia-se:

30.0.00 — 19.3.0.0.0 — Despesas Correntes 4.588.230

Secretaria de Educação e Cultura
Orçamento Sintético

Onde se lê:

30.0.00 — 69.3.0.0.0 — Despesas Correntes 360.000

31.0.00 — 69.3.1.0.0 — Despesas de Custeio

31.1.00 — 69.3.1.1.1 — Pessoal Civil

31.3.00 — 69.3.1.2.0 — Material de Consumo 14.075.497

31.4.00 — 69.3.1.3.0 — Serviços de Terceiros 255.040

31.5.00 — 69.3.1.4.0 — Encargos Diversos 148.382

Leia-se:

30.0.00 — 69.3.0.0.0 — Despesas Correntes

31.0.00 — 69.3.1.0.0 — Despesas de Custeio

31.1.00 — 69.3.1.1.1 — Pessoal Civil 14.075.497

31.3.00 — 69.3.1.2.0 — Material de Consumo 255.040

31.4.00 — 69.3.1.3.0 — Serviços de Terceiros 224.094

31.5.00 — 69.3.1.4.0 — Encargos Diversos 148.382

Secretaria de Saúde

Orçamento Sintético

Onde se lê:

41.1.00 — 79.4.1.1.0 — Obras Públicas 2.850.000

Leia-se:

41.1.00 — 79.4.1.1.0 — Obras Públicas 2.350.000

Onde se lê:

43.2.00 — 79.4.3.2.0 — Auxílios para Obras Públicas

43.2.03 Entidades do Distrito Federal

Fundação Hospitalar do Distrito Fe-

deral 6.096.000

Leia-se:

43.2.00 — 79.4.3.2.0 — Auxílios para Obras Públicas

43.2.03 Entidades do Distrito Federal

Fundação Hospitalar do Distrito Fe-

deral 6.596.000

Secretaria de Serviços Sociais

Orçamento Sintético

Adenão "B"

Onde se lê:

Centro Espirita "Jesus Cristo é a Humildade" 4.500

Leia-se:

Centro Espirita "Jesus Cristo é a Humildade" 4.000

Secretaria de Viação e Obras

Programas, subprogramas e metas da competência da Secretaria de Viação e Obras.

Onde se lê:

NOV-124 — Densificação, Avivamento e Reverificação da Rede de Triangulação de Brasília e Administrações Regionais.

Leia-se:

NOV-124 — Densificação, Avivamento e Reverificação da Rede de Triangulação de Brasília e Administrações Regionais.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1969, revogada as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI Nº 391 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1968

Autoriza a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — criada pela Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, para a liquidação por ela contraído com o Banco Nacional da Habitação. Cria o Grupo Executivo da Complementação da Mudança de Órgãos da Administração Federal para Brasília — GEMUD, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 2º, § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica autorizada a emissão de 3.871.445 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, a que se refere a Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, no montante de NCr\$ 38.714.450,00 (trinta e oito milhões, setecentos e quatorze mil, quatrocentos e cinquenta cruzeros novos), pelo valor de referência.

Art. 2º As Obrigações emitidas em decorrência deste Decreto serão utilizadas pela Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRAS) na liquidação do empréstimo por ela contraído com o Banco Nacional da Habitação, em 4 de agosto de 1967, e serão unicamente transferíveis àquele Banco.

Art. 3º As referidas Obrigações serão emitidas em nome da Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRAS), resgatáveis em 60 (sessenta) parcelas, sendo a primeira correspondente a 64.529 (sessenta e quatro mil, quinhentos e vinte e nove) títulos e as demais 59 (cinquenta e nove), a 64.524 (sessenta e quatro mil quinhentos e vinte e quatro) Obrigações, vencíveis no quinto dia do segundo mês de cada trimestre civil, sucessivamente, a partir de 5 de fevereiro de 1970, inclusive, e vence-

rão juros de 8% ao ano, a contar de 1º de janeiro de 1969, pagáveis semestralmente.

Art. 4º Nos termos do disposto no artigo 187 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o Fundo constituído na forma do artigo 65, § 4º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e implementado pelos Decretos números 56.793, de 27 de agosto de 1965; 58.399, de 10 de maio de 1966; art. 3º, § 2º, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.722, de 12 de maio de 1967; artigos 19 e 30, § 2º, alínea "a", do Decreto número 61.863, de 6 de dezembro de 1967; e Decreto nº 62.615, de 26 de abril de 1968, com a denominação de "Fundo Rotativo Habitacional de Brasília", sob gestão da CODEBRAS, passa a ser controlado pelo Grupo Executivo da Complementação da Mudança de Órgãos da Administração Federal para Brasília — GEMUD, a que se refere o artigo 6º.

Art. 5º Fica o Banco Nacional da Habitação desobrigado de conceder os financiamentos ou adquirir os créditos hipotecários de que tratam, respectivamente, os artigos 1º e 6º, do Decreto nº 62.615, de 26 de abril de 1968.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará o disposto no artigo 4º, ficando autorizado a constituir o Grupo Executivo da Complementação da Mudança de Órgãos da Administração Federal para Brasília — GEMUD com as atribuições que fixar, não só para os fins do mesmo artigo, como também para coordenar as providências relacionadas com a mudança para Brasília, na forma prevista na Lei nº 5.363, de 30 de novembro de 1967.

§ 1º Passam à competência do GEMUD as atribuições previstas nos artigos 2º, incisos I, II, III, V, VII e VIII, 3º e 4º, incisos e parágrafo, do Decreto-lei nº 302, de 28 de fevereiro de 1967, bem como as providências correlatas, a cargo da CODEBRAS, referidas no artigo 7º da Lei

n.º 5.363, de 30 de novembro de 1967, sem prejuízo da aplicação dos demais dispositivos do Decreto-lei número 302, referido, não abrangidas neste ato.

§ 2.º A CODEBRAS propiciará ao GEMUD o apoio administrativo necessário ao desempenho de suas atribuições.

Art. 7.º Constituem unidades residenciais funcionais, não podendo ser objeto de alienação, os imóveis de propriedade da União e dos órgãos da Administração Indireta, cuja ocupação estiver vinculada ao exercício transitório de funções de confiança e outras, definidas pelo Poder Executivo, que não impliquem na fixação de residência permanente em Brasília.

Art. 8.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

DECRETO-LEI Nº 392 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1968

Acrescenta o parágrafo único ao artigo 1.º da Lei n.º 5.552, de 4 de dezembro de 1968.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º Fica acrescido ao artigo 1.º da Lei n.º 5.552, de 4 de dezembro de 1968, o seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único. Os pagamentos líquidos, em moeda estrangeira, feitos a servidores federais, civis e militares, inclusive servidores de autarquias, em viagens, missão, estudo ou exercício no exterior, não sofrerão qualquer alteração em decorrência desta lei.”

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto.

DECRETO-LEI Nº 393 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de NCr\$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil cruzeiros novos), a favor do Departamento Nacional de Educação para atender às despesas de atividades extra-escolares do Projeto Rondon.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do art. 2.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, a favor do Departamento Nacional de Educação, o crédito especial de NCr\$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil cruzeiros novos), para atender às despesas de atividades extra-escolares do Projeto Rondon.

Art. 2.º A despesa decorrente da execução do presente Decreto-lei será atendida mediante contensão de igual quantia, na dotação a seguir discriminada:

5.05.00 — Ministério da Educação e Cultura.

5.05.11 — Departamento Nacional de Educação.

251.2.0500 — Coordenação do Sistema Nacional de Educação.

3.0.0.0 — Despesas Correntes.

3.1.0.0 — Despesas de Custeio.

3.1.4.0 — Encargos Diversos — NCr\$ 276.000,00.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Tarso Dutra

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 394 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República, em favor da Agência Nacional o crédito especial de NCr\$ 350.000,00 para o fim que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a abrir à Presidência da República, em favor da Agência Nacional, o crédito especial de NCr\$..... 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros novos), com vigência no exercício de 1969, para atender des-

pesas com serviços informativos da Agência Nacional através da Imprensa, Rádio, Televisão e Cinema inclusive aquisição de material, equipamentos e instalações.

Art. 2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto-lei será atendida mediante contenção de igual quantia, nos recursos consignados no Decreto nº 63.852, de 18 de dezembro de 1968.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 395 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de NCr\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil cruzeiros novos), a favor da Diretoria do Ensino Superior, destinada a atender ao adimplemento do compromisso com a Pan American Health Organization para o estabelecimento da Biblioteca Regional de Medicina na Escola Paulista de Medicina — SP., relativo à parcela do ano de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, a favor da Diretoria do Ensino Superior, o crédito especial de NCr\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil cruzeiros novos), destinado a atender ao adimplemento do compromisso com a Pan American Health Organization para o estabelecimento da Biblioteca Regional de Medicina na Escola Paulista de Medicina — SP., relativo à parcela do ano de 1967.

Art. 2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto-Lei será atendida mediante contenção de igual quantia nas dotações a seguir discriminadas:

| | NCr\$ |
|--|-----------|
| 5.05.60 — Ministério da Educação e Cultura | |
| 5.05.10.02 — Instituto Nacional do Cinema | |
| 259.1.0494 — Reequipamento do Instituto | |
| 4.0.0.0 — Despesas de Capital | |
| 4.3.0.0 — Transferências de Capital | |
| 4.3.3.0 — Auxílios para Equipamentos e Instalações | 9.000,00 |
| 4.3.4.0 — Auxílios para Inversões Financeiras | 6.000,00 |
| 259.2.0495 — Promoção e Orientação do Cinema Nacional | |
| 3.0.0.0 — Despesas Correntes | |
| 3.1.0.0 — Despesas de Custeio | |
| 3.1.4.0 — Encargos Diversos | 40.000,00 |
| 5.05.16 — Diretoria do Ensino Superior | |
| 251.2.0661 — Supervisão e Coordenação do Ensino Superior | |
| 3.0.0.0 — Despesas Correntes | |
| 3.1.0.0 — Despesas de Custeio | |
| 3.1.2.0 — Material de Consumo | 5.000,00 |

| | |
|--|----------|
| 5.05.30 — Museu Nacional de Belas Artes | |
| 259.1.0849 — Reequipamento do Museu | |
| 4.0.0.0 — Despesas de Capital | |
| 4.1.0.0 — Investimentos | |
| 4.1.3.0 — Equipamentos e instalações | 5.000,00 |

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Tarso Dutra
Hélio Beltrão

**DECRETO-LEI Nº 396 — DE 30 DE
 DEZEMBRO DE 1968**

*Altera prazo fixado pelo Decreto-Lei
 nº 263, de 28-2-1967.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica alterado para doze meses o prazo estabelecido no artigo 3º do Decreto-lei nº 263, de 28 de fevereiro de 1967, para apresentação dos títulos especificados em seu artigo 1º.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

**DECRETO-LEI Nº 397 — DE 30 DE
 DEZEMBRO DE 1968**

Cria a Taxa Rodoviária Federal, destinada à conservação de estradas de rodagem.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º § 1º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º A taxa rodoviária federal será devida por todo veículo motorizado que transitar no território nacional e o produto de sua arrecadação será integralmente aplicado no custeio

de projetos e obras de conservação e restauração de estradas de rodagem federais;

§ 1º São isentos da taxa referida neste artigo os veículos:

a) de propriedade da União, dos Estados, dos Municípios e das respectivas Autarquias;

b) de propriedade das instituições de caridade;

c) empregados em serviços agrícolas, desde que transitem apenas dentro dos limites das propriedades a que pertençam, embora nesse trânsito cortem transversalmente caminhos públicos;

d) de turistas estrangeiros, portadores dos "certificados internacionais de circular e conduzir" pelo prazo estabelecido nesses certificados, mas nunca superior a um ano e desde que o país de origem adote medida recíproca para com os veículos do Brasil;

e) pertencentes aos consúles de carreira, cujos países concederem igual favor aos agentes consulares brasileiros;

f) ambulâncias, quando empregadas exclusivamente em serviços urbanos;

g) máquinas agrícolas e de terraplenagem, bem como as carretas e os implementos agrícolas, motorizados;

h) bicicletas acionadas a motor até 150 centímetros cúbicos de cilindrada, de propriedade particular.

Art. 2º A taxa rodoviária federal será cobrada na base de 0,5 % (meio por cento) sobre o valor do veículo, fixado anualmente em tabela publicada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

§ 1º A taxa rodoviária federal será anual e deverá ser paga até a data do licenciamento do veículo na repartição estadual de trânsito.

§ 2º O valor mínimo da taxa rodoviária será de NCr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros novos) e o máximo de NCr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros novos), importâncias que serão monetariamente corrigidas no momento da publicação da tabela mencionada neste artigo.

Art. 3º Os proprietários ou possuidores de veículos motorizados que, depois da época de pagamento da taxa rodoviária, transitarem sem o comprovante desse pagamento, ficarão sujeitos a multa de NCr\$ 100,00 (cem cruzeiros novos), sem prejuízo da retirada do veículo da circulação.

Art. 4º A fiscalização da taxa rodoviária compete ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, podendo ser delegada a funcionários federais, dos Estados ou dos Municípios por ato do Diretor-Geral daquela autarquia.

Art. 5º O Ministério da Fazenda expedirá as instruções necessárias à arrecadação da taxa rodoviária, podendo atribuir os encargos correspondentes, mediante convênio, às repartições competentes dos Estados.

Art. 6º Ficam isentos da taxa rodoviária, no exercício de 1969, os veículos de carga pertencentes a contribuintes do imposto de renda que se dediquem habitualmente à prestação do serviço de transporte.

Art. 7º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI N.º 398 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1968

Dispõe sobre acréscimo às alíquotas da Tarifa das Alfândegas incidentes nos produtos que enumera e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º As alíquotas do imposto de importação constantes da Tarifa das Alfândegas que acompanha o Decreto-lei n.º 63, de 21 de novembro de 1966, modificada pelos Decretos-leis n.º 264, de 28 de fevereiro de 1967, e n.º 333, de 12 de outubro de 1967, inclusive as alteradas pelo Conselho de Política Aduaneira, e correspondentes às mercadorias classificadas nas posições relacionadas no anexo que a este acompanha ficam acrescidas de 100% (cem por cento) *ad valorem*, isto é, adicionadas de 100 (cem) pontos de percentagem.

Art. 2.º É fixada em 80% (oitenta por cento) *ad valorem* a alíquota incidente na mercadoria "extrato concentrado alcoólico próprio para fabricação de uísque", classificada no subitem 22-09-005 da Tarifa das Alfândegas.

Art. 3.º São estabelecidos, para fins de cálculo do imposto, os seguintes valores mínimos das mercadorias classificadas no item 87-03 da Tarifa das Alfândegas:

87- 03 — Automóvel de passageiros, inclusive de esporte, camioneta tipo "utility" e "station wagon".

-001 — pesando até 800 kg (oitocentos quilogramas) — Valor mínimo por unidade: US\$ 4.000,00 CIF

-002 — pesando acima de 800 kg (oitocentos quilogramas) até 1.100 kg (um mil e cem quilogramas) — Valor mínimo por unidade: US\$ 4.800,00 CIF

-003 — acima de 1.100 kg (um mil e cem quilogramas) — Valor mínimo por unidade: US\$ 6.300,00 CIF.

Art. 4.º Será garantido o despacho aduaneiro com o tratamento vigente na data da publicação deste Decreto-lei à mercadoria embarcada até a data de sua publicação.

Art. 5.º Excluem-se do disposto neste Decreto-lei as mercadorias correspondentes às alíquotas convencionadas na Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

Art. 6.º Com o propósito de conjugar a Tarifa das Alfândegas com medidas de estabilização de preços, por solicitação do Conselho Interministerial de Preços — CIP — o Conselho de Política Aduaneira poderá reduzir os gravames adicionais a que se refere este Decreto-lei.

§ 1.º A redução prevista neste artigo poderá atingir o nível que se configurar necessário aos objetivos da estabilização de preços ou a proporção adequada para diminuir a diferença entre o preço do produto nacional e o do similar importado.

§ 2.º Não se aplica ao disposto neste artigo o procedimento previsto no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 3.244 de 14 de agosto de 1957.

Art. 7.º Este Decreto-lei, que entrará em vigor na data de sua publicação, vigorará até 31 de dezembro de 1971.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente e para esse único efeito, o disposto no § 1.º do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147 da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

TABELA DAS MERCADORIAS A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º DO
DECRETO-LEI Nº 398, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1968

CAPÍTULO 03

Peixes, crustáceos e moluscos

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 03.03 | Peixe defumado, em salmoura, salgado, salgado-sêco, sêco, prensado, inteiro ou não, inclusive frescal: |
| | 001 — arenque |
| | 005 — carapau, chicharro, jurelo e sardinha |
| | 006 — salmão |
| | 007 — filé de qualquer peixe |
| | 008 — ova comestível |
| | 009 — qualquer outro |
| 03.07 | Molusco cozido, defumado, em salmoura, salgado, salgado-sêco ou sêco: |
| | 001 — calamar, lula ou polvo |

CAPÍTULO 04

Leite e seus derivados ovos e mel

| Item | Mercadoria |
|-------|--------------------------------------|
| 04.05 | Creme de leite |
| 04.06 | Queijo |
| | 001 — "bel paese" |
| | 002 — "brie" |
| | 004 — "camembert" |
| | 006 — "ementhal" |
| | 009 — fresco (onímas) |
| | 010 — "gorgonzola" |
| | 011 — "gruyère" |
| | 014 — parmezão, romano |
| | 016 — "provolone" |
| | 020 — "roquefort" ou azul |
| | 021 — "tilsit" |
| | 022 — qualquer outro |
| 04.37 | Manteiga: |
| | 001 — manteiga comum |
| | 002 — fundida ou gordura de manteiga |
| 04.08 | Ovo de ave doméstica: |
| | 002 — qualquer outro |

CAPÍTULO 05

Matérias-primas e outros produtos brutos de origem animal

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 05.01 | Cabelo humano, bruto, lavado ou desengordurado, mesmo selecionado, por comprimento, mas não paralizado. |
| 05.09 | Pena, penugem, pluma e pele de ave revestida de suas penas: |
| | 001 — pena, penugem e pluma, solta |

CAPÍTULO 06

Plantas e produtos da floricultura

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 06.06 | 002 -- montado em cesta, coroa, ramalhete e semelhante Folhagem, folha, fruto, ramo e qualquer outra parte de planta, para ornamentação, fresco, seco, alvejado, impregnado, tinto ou de outro modo preparado, montado ou não; 001 -- não montado 002 -- montado em cesta, coroa, ramalhete e semelhante |

CAPÍTULO 07

Hortalicas, legumes, plantas, raizes e tubérculos, comestiveis

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 07.02 | Hortalica, legume, planta e tuberculo, inteiro ou não, em salmoura, ou outra solução para preservação durante o transporte; 001 -- aipo 002 -- alcachofra 003 -- alcaparra 004 -- aspargo 005 -- brócolos 007 -- cebola e cebolinha 008 -- couve-de-Bruxelas 009 -- cogumelo 010 -- ervilha 011 -- feijão e fava, verde 012 -- pepino 013 -- pimentão-doce 014 -- repólho 015 -- tomate 016 -- vagem 017 -- qualquer outro |
| 07.03 | Hortalica, legume, planta, raiz e tuberculo, inteiro ou não; seco, dissecado, desidratado ou evaporado, mesmo cortado em fatia, filamento, ou em pedaço, inclusive em mistura; 001 -- aipo 002 -- azeitona 003 -- cebola e cebolinha 004 -- cenoura 005 -- cogumelo 006 -- couve-de-Bruxelas 007 -- couve-flor 008 -- espinafre 009 -- em mistura 010 -- qualquer outro |

CAPÍTULO 09
Café, chá mate e especiarias

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 09.03 | Chá: |
| | 002 -- em bola, cápsula ou saquinho |
| | 003 -- em pastilha, tablete e semelhante, inclusive extrato |
| 09.05 | Pimenta e pimentão: |
| | 002 -- pimenta e pimentão, em pó (colorau) |
| | 003 -- páprica |
| 09.07 | Canela: |
| | 002 -- moída ou pulverizada |
| 09.10 | Amomo e cardamomo |
| 09.12 | Açafrão, estigma e pistilo: |
| | 001 -- grão |
| | 002 -- estigma e pistilo |
| 09.14 | Qualquer outra especiaria: |
| | 001 -- alho em pó |
| | 002 -- caril ("curry powder") e qualquer mistura de especiaria ("Flavouring") |
| | 004 -- qualquer outra especiaria |

CAPÍTULO 16

Preparações e conservas de carnes, peixes, crustáceos e moluscos

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 16.01 | Chouriço, linguiça, mortadela, paio, salsicha, salsichão, salame e semelhante |
| 16.02 | Qualquer outra conserva ou preparação de carne e produto de abate, com ou sem legume: |
| | 001 -- pasta de fígado de ganso ("paté de foie gras") |
| | 002 -- qualquer outra |
| 16.03 | Extrato, sopa ou caldo de carne, líquido, pastoso ou sólido, com ou sem legume, massa alimentícia e semelhante: |
| | 001 -- extrato puro de carne, líquido, pastoso ou sólido |
| | 002 -- qualquer outro |
| 16.04 | Conserva e preparação de peixe, inclusive sopa |
| 16.05 | Caviar e semelhante |
| 16.06 | Conserva e preparação de crustáceo e molusco, inclusive sopa. |

CAPÍTULO 17
Açúcares e confeitos

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 17.05 | Confeito sem cacau nem chocolate, inclusive goma de mascar |
| 17.06 | Preparação açucarada, em pó, para creme, doce, geléia pudim e semelhante |
| 17.07 | Preparado açucarado para fabricação de refrigerante, não contendo fruto |
| 17.08 | Qualquer outra preparação alimentar açucarada |

CAPÍTULO 18
Cacau e preparados de cacau

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 18.03 | Cacau em massa, pasta de cacau, sem adição de açúcar |
| 18.04 | Cacau em pó, açucarado ou não |
| 18.05 | Gordura ou manteiga de cacau, inclusive óleo de cacau |
| 18.06 | Chocolate e produto de chocolate em qualquer forma |
| 18.07 | Qualquer preparação de cacau, com ou sem açúcar, não classificada nem compreendida em outra parte |

CAPÍTULO 19
Preparados à base de farinhas ou féculas

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 19.02 | Cereal em flocos, pré-cozido ou não; "Puffed Rice", "Corn Flakes" e semelhante |
| 19.03 | Massa alimentícia adicionada de carne, legume e semelhante |
| 19.05 | Produto de biscuitaria, panificação e pastelaria: |
| | 001 -- para uso dietético |
| | 002 -- qualquer outro |

CAPÍTULO 20

Preparações e conservas de hortaliças, de legumes, de frutas ou plantas

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 20.01 | Fruto, hortaliça, legume e planta em conserva, contendo vinagre, com ou sem sal, mostarda, ou especiaria, inclusive "Pickles" e semelhante: |
| | 001 — em recipiente hermeticamente fechado |
| | 002 — de qualquer outra forma acondicionado |
| 20.02 | Hortaliça, legume e planta em conserva, sem vinagre, em recipiente não hermeticamente fechado: |
| | 001 — alcachofra |
| | 002 — alcaparra |
| | 003 — aspargo |
| | 004 — azeitona |
| | 005 — beterraba |
| | 006 — cebola e cebolinha |
| | 007 — cenoura |
| | 008 — cogumelo |
| | 009 — couve |
| | 010 — ervilha |
| | 011 — lentilha |
| | 012 — milho |
| | 013 — palmito |
| | 014 — pepino |
| | 015 — trufa |
| | 016 — qualquer outro |
| 20.03 | Hortaliça, legume e planta em conserva, sem vinagre, em recipiente hermeticamente fechado: |
| | 001 — alcachofra |
| | 002 — alcaparra |
| | 003 — aspargo |
| | 004 — azeitona |
| | 005 — beterraba |
| | 006 — cebola e cebolinha |
| | 007 — cenoura |
| | 008 — cogumelo |
| | 010 — ervilha |
| | 011 — lentilha |
| | 010 — lentilha |
| | 012 — milho |
| | 013 — palmito |
| | 014 — pepino |
| | 015 — tomate e massa de tomate, com mais de 7% (sete por cento) de extrato seco |
| | 016 — trufa |
| | 017 — em mistura |
| | 018 — qualquer outro |
| 20.05 | Fruto ou planta conservada em açúcar, cristalizado (glacê, e semelhante): |
| | 001 — "marron-glacê" |
| | 002 — qualquer outro |

| Item | Mercadoria |
|--------|--|
| 20.06 | Doce, geléia, pasta e polpa de fruta |
| 20.07 | Suco de fruta, hortaliça ou legume, concentrado com ou sem adicionamento de açúcar, não fermentado nem adição de álcool: |
| 001 -- | de tomate, com 7% (sete por cento) ou menos de extrato seco |
| 002 -- | de uva |
| 003 -- | de qualquer outro |

CAPÍTULO 21

Preparações alimentícias diversas

| Item | Mercadoria |
|--------|---|
| 21.03 | Mostarda e farinha de mostarda, preparada: |
| 001 -- | farinha de mostarda preparada |
| 002 -- | mostarda preparada |
| 21.04 | Condimento, molho ou tempero semelhante, preparado |
| 21.05 | Caldo e sopa, com base de substância vegetal, aromatizado ou temperado, sem carne ou extrato de carne |
| 21.07 | Qualquer preparação alimentícia não especificada nem compreendida em outra parte: |
| 001 -- | comprimidos para uso alimentar à base de aduçorante (sacarina ou qualquer outro) |
| 002 -- | produto de leite com modificação parcial ou total do tipo de gordura ou de proteína |
| 003 -- | qualquer outra |

CAPÍTULO 22

Bebidas alcoólicas ou não; Vinagre

| Item | Mercadoria |
|--------|---|
| 22.02 | Água aromatizada ou açucarada, laranjada, limonada, refrigerante e outra bebida não alcoólica |
| 22.03 | Cerveja: |
| 001 -- | em barril, ou outro casco |
| 002 -- | em garrafa, litro ou outra vasilha |
| 22.04 | Suco de uva parcialmente fermentado, exclusive mistura |

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 22.05 | Vinho e mistela: |
| | 001 — comum, de mesa ou sobremesa |
| | 002 — champanha |
| 22.06 | 003 — qualquer outro vinho espumante |
| 22.07 | Vermute ou qualquer outro aperitivo |
| | Cidra, hidromel, "poiré" ou qualquer outra bebida fermentada |
| 22.08 | Alcool etílico desnaturado ou não: |
| | 001 — bruto, ou retificado |
| | 002 — absoluto, ou anidro |
| 22.09 | Aguardente, licor ou qualquer outra bebida espirituosa: |
| | 001 — gim e genebra |
| | 002 — licor |
| | 003 — uísque |
| | 004 — qualquer outra |
| 22.10 | Vinagre |

CAPÍTULO 23

Resíduos das indústrias alimentícias; alimentos preparados para animais

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 23.09 | Qualquer preparação para alimentação de animal, não especificada nem compreendida em outra parte: |
| | 001 — biscoito para cão |
| | 002 — condimento não açucarado |

CAPÍTULO 24

Fumo

| Item | Mercadoria |
|-------|----------------------|
| 24.02 | Fumo preparado: |
| | 002 — charuto |
| | 003 — cigarrilha |
| | 004 — cigarro |
| | 005 — qualquer outro |

CAPÍTULO 33

Óleos essenciais e essência — Artigos de perfumaria e de toucador

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 33.07 | Preparação para perfumaria e toucador, inclusive creme de barbear e dentífrico |

CAPÍTULO 34

Sabões, lixívia, produtos humedecedores e outras preparações para lavagem, conservação, limpeza e polimento; detergentes em geral; emulsionantes, graxas lubrificantes, ceras artificiais; velas e outros produtos à base de gorduras, de óleos e de ceras

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 34.01 | Sabão e sabonete, inclusive medicinal, líquido, pastoso, em barra, flocos, pailheta, pão, pedaço, pó e qualquer outra apresentação, mesmo em solução alcoólica ou impregnado em papel: |
| | 002 — qualquer outro |
| 34.06 | Preparação em líquido, pasta, pó, suspensão e semelhante, para limpeza, lustro, polimento, conservação, recomposição, recuperação de assoalho, cerâmica, couro, madeira, metal, vidro, e uso semelhante doméstico ou industrial, inclusive sabão abrasivo |

CAPÍTULO 39

Matérias plásticas, resinas sintéticas e suas manufaturas

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 39.16 | Qualquer obra de matéria plástica ou resina artificial ou sintética, não especificada nem compreendida em outra parte: |
| | 001 — artigo doméstico de qualquer matéria plástica |
| | 002 — capa para móvel, piano, automóvel, máquina, inclusive de escrever, calcular ou qualquer outra |
| | 003 — frasco e garrafa |
| | 004 — saco para embalagem |
| | 006 — qualquer outra |

CAPÍTULO 40

Borracha, borracha sintética, suas obras

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 40.11 | Artigo de higiene e farmácia, de borracha vulcanizada, com ou sem partes de borracha endurecida: 001 — bico para mamadeira e chupeta 002 — dedeira e preservativo 003 — péra para conta-gôta, para vaporizador, ou semelhante 004 — saco para água ou gelo 005 — qualquer outro |
| 40.12 | Vestimenta e acessórios de vestimenta, para qualquer fim, exclusivamente de borracha vulcanizada: 004 — qualquer outro |
| 40.13 | Qualquer artigo de borracha vulcanizada, não especificado nem compreendido em outra parte: 001 — algarismo ou letra para carimbo 002 — almofada, colchão ou travesseiro de espuma de borracha 003 — borracha de lápis, para apagar 004 — capacho ou tapêto 006 — guarnição, ladrilho ou mosaico 008 — qualquer outro |
| 40.15 | Qualquer obra de borracha endurecida (Ebonite) |

CAPÍTULO 42

Artigos de couro; artigos de seleiro e arrieiro; malaria e outros artigos de viagem, bolsas, carteiras, cigarreiras e semelhantes; obras de tripa

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 42.04 | Bolsa, estôjo e saco, de couro artificial, natural ou reconstituído, fibra vulcanizada, matéria plástica, ou tecido, para viagem ou qualquer outro fim: 001 — de couro 002 — de fibra vulcanizada 003 — de matéria plástica 004 — de têxtil ou recoberto de têxtil |
| 42.05 | Bolsa para fumo, carteira, charuteira, porta-moeda e porta-chave, de couro artificial, natural ou reconstituído, fibra vulcanizada, matéria plástica ou tecido: |

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| | 001 — de couro 002 — de fibra vulcanizada 003 — de matéria plástica 004 — de têxtil ou recoberto de têxtil |
| 42.06 | Mala, de qualquer formato, com ou sem armação de outra matéria, com ou sem gaveta ou cabide, de couro artificial, natural ou reconstituído, cartão, fibra vulcanizada, matéria plástica, ou tecido: |
| | 001 — de cartão ou fibra vulcanizada 002 — de couro 003 — de matéria plástica 004 — de têxtil ou recoberto de têxtil |
| 42.07 | Vestuário e acessórios de couro artificial, natural ou reconstituído: |
| | 001 — avental 002 — cinto, cinturão, talim ou talabarte 004 — qualquer outra luva 005 — manta 006 — roupa feita 007 — qualquer outro |
| 42.09 | Qualquer obra de couro artificial, natural ou reconstituído, não especificada nem compreendida em outra parte |

CAPÍTULO 43

Artigos de peleteria; suas manufaturas

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 43.02 | Pele de peleteria, preparada, inteira ou em pedaço, costurada ou não: 002 — qualquer outra 004 — qualquer outra apara ou resíduo |
| 43.03 | Confecção de pele de peleteria: 001 — de coelho ou de lebre 002 — qualquer outra |
| 43.04 | Pele de peleteria artificial e sua confecção: 001 — inteiriça ou em pedaço 002 — em obra ou confeccionada |

CAPÍTULO 44

Madeiras e obras de madeira; carvão vegetal

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 44.22 | Caixa, escrínio ou estôjo |
| 44.23 | Qualquer outra obra de madeira |
| | 001 — agulha, furador, lançadeira e semelhante própria para crochê, filê, tricô, bordar ou enfeitar |
| | 007 — conta de madeira ou massa de madeira, solta |
| | 009 — palito para dente, fósforo, unha e semelhante |
| | 011 — para serviço de mesa |

CAPÍTULO 46

Obras de espartaria, trançaria e cestaria

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 46.03 | Obra de cestaria, espartaria, trançaria e semelhante; obra de artigo classificado nos itens anteriores: |
| | 002 — cesta, bolsa e estôjo de qualquer tamanho |
| | 004 — qualquer outra |

CAPÍTULO 48

Papel e cartão; obras de papel, de cartão, de pasta de celulose

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 48.10 | Papel e cartão para forrar parede; lincrusta papel para vidraça ("vitropane"): |
| | 001 — para forrar parede |
| | 002 — para vidraça ("vitropane") |
| | 003 — lincrusta |
| 48.11 | Cobertura de piso, à base de papel ou cartão, com ou sem composição de linóleo; cortado ou não |

| Item | Mercadoria |
|----------------|--|
| 48.16 48.20 | Pasta e capa para escritório Qualquer outra obra de papel, cartão, ou pasta de papel: |
| | 004 — guardanapo, lenço ou toalha 009 — qualquer outra |

CAPÍTULO 49

Artigos de livreria e produtos das artes gráficas

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 49.09 | Cartão ilustrado, cartão de aniversário, cartão de Natal e semelhante, ilustrado, impresso por qualquer processo, com ou sem guarnição e aplicação, recorte ou relevo |
| 49.10 | Calendário de qualquer espécie de papel ou cartão, inclusive de desfolhar |
| 49.11 | Estampa, fotografia, gravura, imagem e qualquer outro impresso: |
| | 003 — qualquer outro |

CAPÍTULO 50

Sêda animal

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 50.07 | Tecido de sêda, de bôrra de sêda, ou de residuo de bôrra de sêda, liso: |
| | 001 — cru, até 40 g (quarenta gramas) por 1 m2 (um metro quadrado) |
| | 002 — cru, de mais de 40 g2 (quarenta gramas) até 100g (cem gramas) por 1 m2 (um metro quadrado) |
| | 003 — cru, de mais de 100 g (cem gramas) por 1 m2 (um metro quadrado) |
| | 004 — alvejado, branqueado ou decruado, até 40 g (quarenta gramas) por 1 m2 (um metro quadrado) |
| | 005 — alvejado, branqueado ou decruado, de mais de 40 g (quarenta gramas) até 100 g (cem gramas) por 1 m2 (um metro quadrado) |

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| | 006 — alvejado, branqueado ou decolorado, de mais de 100 g (cem grammas) por 1 m2 (um metro quadrado) |
| | 007 — estampado, tinto ou tecido com fios de cores diferentes, até 40 g (quarenta grammas) por 1 m2 (um metro quadrado) |
| | 008 — estampado, tinto ou tecido com fios de cores diferentes de mais de 40 g (quarenta grammas) até 100 g (cem grammas) por m2 |
| | 009 — estampado, tinto ou tecido com fios de cores diferentes de mais de 100 g (cem grammas) por 1 m2 (um metro quadrado) |
| | 010 — gofrado, ondeado, ou impresso em relevo, até 40 g (quarenta grammas) por 1 m2 (um metro quadrado) |
| | 011 — gofrado, ondeado, ou impresso em relevo, de mais de 40 g (quarenta grammas) até 100 g (cem grammas) por 1 m2 (um metro quadrado) |
| | 012 — gofrado, ondeado, ou impresso em relevo, de mais de 100 g (cem grammas) por 1 m2 (um metro quadrado) |
| 50.08 | 013 — qualquer outro |
| | Tecido de seda, de borra de seda, ou de residuo de borra de seda, lavrado: |
| | 001 — adamascado |
| | 002 — brocado ("broché") |
| | 003 — qualquer outro |

CAPÍTULO 51

Têxteis sintéticos, ou artificiais continuos

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 51.04 | Tecido de fibra têxtil, artificial ou sintética, continua: |
| | 001 — liso, de cor natural, branqueado ou alvejado, pesando até 40 g por 1 m2 |
| | 002 — liso, de cor natural, branqueado ou alvejado, pesando mais de 40 g até 100 g por 1 m2 |
| | 003 — liso, de cor natural, branqueado ou alvejado, pesando mais de 100 g por 1 m2 |
| | 004 — estampado, tinto, gofrado ou ondeado, com fios de cores diferentes, pesando até 40 g por 1 m2 |
| | 005 — estampado, tinto, gofrado ou ondeado, com fios de cores diferentes, pesando mais de 40 g até 100 g por 1 m2 |
| | 006 — estampado, tinto, gofrado ou ondeado, com fios de cores diferentes, pesando mais de 100 g por 1 m2 |
| | 007 — lavrado, adamascado ou brocado |
| | 008 — qualquer outro |

CAPÍTULO 52

Têxteis metalizados

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 52.02 | Tecido com fio metálico, de fio metálico combinado a fio têxtil ou de fio têxtil metalizado para mobiliário, vestimenta e fim semelhante: |
| | 001 — de metal precioso, contendo sêda, fibra artificial ou sintética |
| | 002 — de metal precioso, contendo qualquer outra fibra têxtil |
| | 003 — de metal comum dourado, prateado ou platinado contendo sêda, fibra artificial ou sintética |
| | 004 — de metal comum dourado, prateado ou platinado, contendo qualquer outra fibra têxtil |
| | 005 — qualquer outro |

CAPÍTULO 53

Lã, pêlos e tecidos de crinas

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 53.03 | Tecido de lã: |
| | 001 — liso, estampado ou tinto, pesando até 450 g (quatrocentos e cinquenta gramas) por 1 m2 (um metro quadrado) |
| | 002 — liso, estampado ou tinto, pesando mais de 450 g (quatrocentos e cinquenta gramas) por 1 m2 (um metro quadrado) |
| | 003 — qualquer outro tecido liso, pesando até 450 g (quatrocentos e cinquenta gramas) por 1 m2 (um metro quadrado) |
| | 004 — qualquer outro tecido liso pesando mais de 450 g (quatrocentos e cinquenta gramas) por 1 m2 (um metro quadrado) |
| | 005 — lavrado, pesando até 450 g (quatrocentos e cinquenta gramas) por 1 m2 (um metro quadrado) |
| | 006 — lavrado, pesando mais de 450 g (quatrocentos e cinquenta gramas) por 1 m2 (um metro quadrado) |

CAPÍTULO 56

Têxteis artificiais ou sintéticos descontínuos e resíduos de fibras têxteis artificiais ou sintéticas, contínuas ou descontínuas

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 56.04 | Tecido de fibra têxtil, artificial ou sintética, descontínua e de resíduo de fibra têxtil artificial ou sintética, contínua ou descontínua: |
| 001 | — liso, de cor natural, alvejado ou branqueado, pesando até 100 g (cem gramas) por 1 m ² (um metro quadrado) |
| 002 | — liso, de cor natural, alvejado ou branqueado, pesando mais de 100 g (sem gramas) por 1 m ² (um metro quadrado) |
| 003 | — liso, estampado ou tinto, gofrado, ondeado ou estampado em relevo, pesando até 100 g (cem gramas) por 1 m ² (um metro quadrado) |
| 004 | — liso, estampado ou tinto, gofrado, ondeado ou estampado em relevo, pesando mais de 100 g (sem gramas) por 1 m ² (um metro quadrado) |
| 005 | — lavrado, de cor natural, alvejado, branqueado, estampado ou tinto, pesando até 100 g (cem gramas) por 1 m ² (um metro quadrado) |
| 006 | — lavrado, de cor natural, alvejado, branqueado, estampado ou tinto, pesando mais de 100 g (cem gramas) por 1 m ² (um metro quadrado) |
| 007 | — Adamascado, brocado e semelhante |
| 008 | — qualquer outro |

CAPÍTULO 58

Tapetes e tapeçarias, veludos; pelúcias, tecidos "bouclés" e tecidos de "chenille", fitas e obras de passamanaria, tulés e tecidos de malhas de nós ("filet"); rendas; bordados

| Item | Mercadoria |
|-------|--------------------------------------|
| 58.01 | Tapetes de ponto de nó, feito a mão: |
| 001 | — de seda |
| 002 | — de lã |
| 003 | — de fibra artificial ou sintética |
| 004 | — de algodão |
| 005 | — de qualquer outro têxtil |
| 58.02 | Tapete feito a máquina: |
| 001 | — de algodão |
| 002 | — de fibra artificial ou sintética |
| 003 | — de fibra de côco |
| 004 | — de lã |
| 005 | — de seda |
| 006 | — de qualquer outro têxtil |

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 58.03 | Tapeçaria de qualquer têxtil, de fabricação mecânica ou manual, tipo "gobellin", flandres, "aubusson", "bauvais" e semelhante ou de agulha — ponto de cruz, ponto pequeno ou qualquer outro: 001 — de lã 002 — de sêda 003 — qualquer outro |
| 58.04 | Veludo, pelúcia, tecido "bouclé", e riço ("chenille") exclusivo o artigo dos itens 58-06 e 53-13: 001 — de algodão 002 — de fibra artificial ou sintética 003 — de lã, sobre a mesma matéria 004 — de lã, sobre algodão 005 — de lã, sobre qualquer outro têxtil 006 — de sêda, sobre a mesma matéria 007 — de sêda, sobre qualquer outro têxtil 008 — qualquer outro |
| 58.05 | Fita e fitilho 001 — de algodão 002 — de fibra artificial ou sintética 003 — de lã 004 — de linho 005 — de sêda 006 — qualquer outro |
| 58.07 | Alamar, barbicacho, borla, cadarço, dragona, fiador, franja, froco, galão, grega, jugular, passador requite, "Soutache", trança, trancelim e artefato semelhante de passamanaria ou sirgheiro, com ou sem fio, filamento ou guarnição de metal ordinário, mesmo dourado ou prateado, exclusive com metal precioso: 001 — de sêda ou têxtil artificial ou sintético 002 — qualquer outro |
| 58.08 | Tule ou filô, tecido de ponto de rede (filé) tecido aberto ou de ponto de gaze, liso: 001 — de algodão 002 — de fibra artificial ou sintética 003 — de sêda 004 — qualquer outro |
| 58.09 | Tira, renda, entremeio e bordado, aplicação e semelhante de qualquer formato ou feitio, cortado ou por cortar: 001 — de algodão 002 — de fibra artificial ou sintética 003 — de lã 004 — de linho 005 — de sêda 006 — qualquer outro |

CAPÍTULO 60

Tecidos e artefatos de malharia e ponto de meia

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 60.01 | <p>Tecido de malharia:</p> <p>001 — de algodão</p> <p>002 — de fibra artificial ou sintética</p> <p>003 — de lã</p> <p>004 — de linho</p> <p>005 — de seda</p> <p>006 — qualquer outro</p> |
| 60.02 | <p>Luva de malharia, inclusive mitene:</p> <p>001 — de algodão</p> <p>002 — de fibra artificial ou sintética</p> <p>003 — de lã</p> <p>004 — de linho</p> <p>005 — de seda</p> <p>006 — qualquer outro</p> |
| 60.03 | <p>Meia de malharia:</p> <p>001 — de algodão</p> <p>002 — de fibra artificial ou sintética</p> <p>003 — de lã</p> <p>004 — de linho</p> <p>005 — de seda</p> <p>006 — qualquer outro</p> |
| 60.04 | <p>Roupa feita, de malharia:</p> <p>001 — de algodão</p> <p>002 — de fibra artificial ou sintética</p> <p>003 — de lã</p> <p>004 — de linho</p> <p>005 — de seda</p> <p>006 — qualquer outro</p> |
| 60.06 | <p>Qualquer artefato de malharia elástica ou não, não especificado nem compreendido em outra parte:</p> <p>001 — de seda ou têxtil artificial ou sintético</p> <p>002 — Qualquer outro</p> |

CAPÍTULO 61
Vestimentas e acessórios de vestimentas

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 61.01 | Vestimenta não impermeável: 001 — de renda 002 — de tecido de algodão 003 — de tecido de fibra artificial ou sintética 004 — de tecido com fio metálico ou de fio metálico associado a fibra têxtil 005 — de tecido de lã 006 — de tecido de linho 007 — de tecido de seda 008 — qualquer outro |
| 61.02 | Vestimenta impermeável: 001 — de tecido de algodão, excluído “vestimenta impermeável de tecido de algodão revestido de alumínio e semelhantes para combate a incêndio” 002 — de tecido de fibra artificial ou sintética 003 — de tecido de lã 004 — de tecido de linho 005 — de tecido de seda 006 — qualquer outro |
| 61.03 | Lenço, cortado ou por cortar, com ou sem monograma: 001 — de renda 002 — de tecido de algodão 003 — de tecido de fibra artificial ou sintética 004 — de tecido de lã 005 — de tecido de linho 006 — de tecido de seda 007 — qualquer outro |
| 61.04 | Chale, cachecol, cachênê, “écharpe”, fichu, manta, mantinha, pala, poncho e véu: 001 — de renda 002 — de tecido de algodão 003 — de tecido de fibra artificial ou sintética 004 — de tecido de lã 005 — de tecido de linho 006 — de tecido de seda 007 — qualquer outro |
| 61.05 | Gravata, cortada ou por cortar: 002 — de tecido de fibra artificial ou sintética 005 — de tecido de seda |

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 61.07 | Espartilho, colête, cinta, "soutien", suspensório, cinto, liga e artigo semelhante de tecido ou de malharia, elástica ou não: 001 — de renda 002 — de algodão 003 — de fibra artificial ou sintética 004 — de lã 005 — de linho 006 — de sêda 007 — qualquer outro |
| 61.08 | Luva: 001 — de renda 002 — de tecido de algodão 003 — de tecido de fibra artificial ou sintética 004 — de tecido de lã 005 — de tecido de linho 006 — de tecido de sêda 007 — qualquer outro |
| 61.09 | Qualquer acessório de vestimenta, cortado ou por cortar, não especificado nem compreendido em outra parte: 001 — de renda 002 — de tecido de algodão 003 — de tecido de fibra artificial ou sintética 004 — de tecido com fio metálico ou de fio metálico associado a fibra têxtil 005 — de tecido de lã 006 — de tecido de linho 007 — de tecido de sêda 008 — qualquer outro |

CAPÍTULO 62

Outras confecções de tecidos

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 62.01 | Cobertor |
| 62.02 | Capa para travesseiro, colcha, fronha, lençol, pano de mesa, toalha ou qualquer outra peça de uso doméstico, para cama, cozinha, mesa, toucador e fim semelhante; cortado ou por cortar: 001 — de tecido de algodão 002 — de tecido de fibra artificial ou sintética |

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| | 003 — de tecido de lã 004 — de tecido de linho 005 — de tecido de sêda 006 — qualquer outro |
| 62.03 | Bambineia, cortina, cortinado, estore, reposteiro, sanefa e semelhante: 001 — de tecido de algodão 002 — de tecido de fibra artificial ou sintética 003 — de tecido com fio metálico ou de fio metálico associado a fibra têxtil 004 — de tecido de lã 005 — de tecido de linho 006 — de tecido de sêda 007 — qualquer outro |
| 62.06 | Capa e lona, para cobrir mala, maleta, máquina, móvel, piano e semelhante: 001 — de tecido de algodão 002 — de tecido de fibra artificial ou sintética 003 — de tecido de lã 004 — de tecido de linho 005 — de tecido de sêda 006 — qualquer outro |
| 62.07 | Qualquer artigo confeccionado de tecido, não especificado nem compreendido em outra parte: 001 — de filó ou tecido de malha de nó 002 — de renda 003 — de tecido de algodão 004 — de tecido de fibra artificial ou sintética 005 — de tecido com fio metálico ou de fio metalizado 006 — de tecido de fio de papel 007 — de tecido de juta 008 — de tecido de lã 009 — de tecido de linho 010 — de tecido de rami 011 — de tecido de sêda 012 — qualquer outro |

CAPÍTULO 64
Calçados e acessórios

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 64.01 | Bota, botina e semelhante de couro: 001 — até 22 cm (vinte e dois centímetros) de comprimento, no pé 002 — de mais de 22 cm (vinte e dois centímetros) de comprimento, no pé |
| 64.02 | Chinela, sandália, pantufo e semelhante: 001 — de couro 002 — de seda 003 — de matéria plástica 004 — qualquer outro |
| 64.03 | Sapato de couro |
| 64.04 | Calçado de têxtil: 001 — de seda 002 — de outro tecido 003 — de feltro 004 — qualquer outro |
| 64.06 | Qualquer calçado não especificado nem compreendido em outra parte: 004 — qualquer outro |

CAPÍTULO 66
Guarda-chuvas, sombrinhas e acessórios; bengalas, chicotes, rebenques e semelhantes

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 66.01 | Guarda-chuva e sombrinha. 001 — coberto de qualquer matéria, com parte, guarnição ou folheado de metal precioso 002 — coberto de tecido de seda ou de têxtil artificial ou sintético 003 — qualquer outro |
| 66.02 | Bengala, chicote, rebenque e semelhante, inclusive cabo, com ou sem armação, para bengala, guarda-chuva, sombrinha, chicote, rebenque ou qualquer outro |

CAPÍTULO 67

Penas ornamentais apresentadas ou preparadas e artigos de pena; flores artificiais; artefactos de cabelo; leques e ventarolas

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 67.01 | <p>Pena ornamental com qualquer preparo; pele e parte de pele com pena, com qualquer preparo:</p> <p>001 — pena solta</p> <p>002 — pêlo com pena, inteira, em parte, emendada ou não</p> |
| 67.02 | <p>Artigo confeccionado com pena:</p> <p>001 — “aigrette”</p> <p>003 — qualquer outro</p> |
| 67.03 | <p>Flor, folhagem ou fruto artificial, inteiro ou qualquer parte:</p> <p>002 — de matéria plástica</p> <p>003 — de papel</p> |
| 67.04 | <p>Cabelo preparado: branqueado, frisado, paralelizado, tinto ou de qualquer outro modo preparado; cabeleira, coque, crescente, obra de cabelo e semelhante, de cabelo, pêlo ou qualquer outra matéria:</p> <p>001 — cabelo preparado</p> <p>002 — rede para cabeça, de cabelo</p> <p>003 — cabeleira, coque, crescente e semelhante, de cabelo, pêlo ou qualquer outra matéria</p> <p>004 — qualquer outra obra de cabelo</p> |
| 67.05 | <p>Leque e ventarola:</p> <p>001 — de barbatana, chifre ou osso</p> <p>002 — de madrepêrola, marfim ou tartaruga</p> <p>003 — de matéria plástica</p> <p>004 — de papel</p> <p>005 — de pena</p> <p>006 — de seda</p> <p>007 — qualquer outro</p> |

CAPÍTULO 69

Produtos de cerâmica

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 69.10 | <p>Utensílio e vasilhame de uso doméstico ou de tocador:</p> <p>001 — de faiança</p> <p>002 — de porcelana</p> <p>003 — de qualquer outra matéria cerâmica</p> |

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 69.11 | Estatueta, Objeto de fantasia ou decoração, de cerâmica: 001 — de faiança 002 — de porcelana 003 — de qualquer outra matéria cerâmica |
| 69.12 | Qualquer obra de cerâmica não especificada nem compreendida em outra parte: 001 — de faiança 002 — de porcelana 003 — de qualquer outra matéria cerâmica |

CAPÍTULO 70

Vidro e obras de vidro

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 70.07 | Espelho de vidro, com ou sem moldura, inclusive retrovisor para veículos |
| 70.08 | Frascaria de qualquer feitio ou forma, para embalagem |
| 70.12 | Objeto de vidro para serviço de mesa, cozinha, toucador, escritório, ornamento de mesa ou parede e fim semelhante, exclusive o do item 70-15 |
| 70.15 | Objeto de vidro de baixo coeficiente de dilatação, refratário, pirex ou qualquer outro e o de sílica fundida: 001 — para uso doméstico |
| 70.20 | Qualquer obra de vidro não especificada nem compreendida em outra parte: 002 — qualquer outra obra de vidro |

CAPÍTULO 71

Pérolas naturais e cultivadas, pedras preciosas e semi-preciosas; metais preciosos; folheados de metais preciosos; obras, bijuterias de fantasia

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 71.12 | Bijuteria e obra de joalheria ou ourivesaria, de metal precioso ou folheado de metal precioso: 001 — de ouro, com ou sem pérola, pedra preciosa ou semi-preciosa 002 — de prata, com ou sem pérola, pedra preciosa ou semi-preciosa 003 — de platina, com ou sem pérola, pedra preciosa ou semi-preciosa |
| 71.13 | Qualquer obra de metal precioso ou folheado de metal precioso, não especificada nem compreendida em outra parte: 011 — de ouro, com ou sem pérola, pedra preciosa ou semi-preciosa 002 — de prata, com ou sem pérola, pedra preciosa ou semi-preciosa 003 — de platina, com ou sem pérola, pedra preciosa ou semi-preciosa — excluído “cadinhos e cápsulas de platina” |
| 71.14 | Obra de pérola natural ou cultivada, de pedra preciosa ou semi-preciosa natural, sintética ou reconstituída sem metal precioso ou folheado de metal precioso: 001 — de pérola, inclusive colar com ou sem fecho e colar por enfiar 002 — de pedra preciosa ou semi-preciosa, com ou sem fecho |
| 71.15 | Bijuteria de fantasia, de qualquer matéria, com ou sem fecho |

CAPÍTULO 73

Ferro e Aço

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 73.35 | Artigo de uso doméstico |
| 73.36 | Qualquer artigo não especificado nem compreendido em outra parte |

CAPÍTULO 74
Cobre e suas ligas

| Item | Mercadoria |
|-------|-------------------------|
| 74.17 | Artigo de uso doméstico |

CAPÍTULO 76
Alumínio e suas ligas

| Item | Mercadoria |
|-------|-------------------------|
| 76.19 | Artigo de uso doméstico |

CAPÍTULO 82
Ferramentas, cutelaria e talheres de metais comuns

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 82.10 | <p>Utilitário mecânico manual para uso doméstico, pesando até 10 Kg (dez quilogramas):</p> <p>001 — batedor de ovo</p> <p>002 — descascador e ralador</p> <p>003 — espremedor para frutas (lagarço), legume e semelhante</p> <p>004 — moinho de café, de carne, de pimenta e semelhante</p> <p>005 — qualquer outro</p> |
| 82.12 | Faca, de metal comum: |
| 82.13 | <p>002 — qualquer outro</p> <p>Canivete e semelhante</p> <p>001 — com uma lâmina</p> <p>002 — com duas ou mais lâminas</p> <p>003 — com um ou dois acessórios</p> <p>004 — com mais de dois acessórios</p> |
| 82.19 | Qualquer artigo de cutelaria não especificado nem compreendido em outra parte: |
| 82.21 | <p>001 — abridor de carta, apontador de lápis, faca para cortar papel, raspadeira e semelhante</p> <p>003 — qualquer outro</p> <p>Colher, concha, garfo, garra, pá para torta, talher para peixe ou semelhante para serviço de mesa, de metal comum</p> |

CAPÍTULO 83

Artigos diversos de metais comuns

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 83.14 | Caixa, escrínio ou estôjo, forrado ou não, de metal comum |
| 83.15 | Carteira, charuteira, cigarreira, fosforeira, "trousse" e semelhante, de metal comum |
| 83.17 | Base, cavalete, coluna, peanha, porta-busto, porta-cinzeiro, porta-escôva, porta-filtro, porta-vaso, tripé e artigo semelhante, de metal comum |
| 83.18 | Distintivo, emblema, medalha e medalhão, exclusive os do capítulo 71, de metal comum |
| 83.19 | Alamar, barbicalho, borla, cordão, dragona, espiguiha, fiador, franja, galão, jugular, passador ou qualquer outra obra de passamanheiro não associada a fibra têxtil, de outro metal comum |
| 83.20 | Busto, estatueta, figura, imagem, taça, troféu e qualquer outro objeto de adorno de metal comum |
| 83.23 | Candelabro, castiçal, lampadário, lustre, "plafonier", quebra-luz, refletor e qualquer outro artigo semelhante de iluminação interna ou doméstica, de metal comum |
| 83.37 | Campainha, chocalho, gongo, guizo, sincorro, sineta, tímpano com ou sem mola, de qualquer metal comum |
| 83.38 | Moldura, porta-gravura, porta-retrato e semelhante, de metal comum |

CAPÍTULO 85

Máquinas e equipamentos elétricos e eletrônicos

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 85.12 | Aparelhos para uso doméstico e afim: <ul style="list-style-type: none"> 001 — amassador, batedeira e semelhante 002 — aquecedor, chapa quente, estufa, fogão, forno, tartaruga elétrica ou outro 003 — aspirador de pó 004 — enceradeira 005 — ferro de engomar |

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| | 006 — liquidificador e desintegrador 007 — secador para prato 008 — torradeira de pão e "waffles" 009 — ventilador domiciliar ou para escritório 010 — qualquer outro |
| 85.19 | Aparelho de telecomunicação, exceto o do item 85-25: 001 — amplificador de som 002 — aparelho receptor, inclusive TV, portátil, com fonte própria de energia 003 — aparelho receptor de radiodifusão, inclusive TV para uso doméstico e afim, mesmo combinado com toca-disco, fonógrafo e semelhante 004 — aparelho receptor de radiodifusão, inclusive TV, para veículo |

CAPÍTULO 92

Instrumentos musicais; aparelhos registradores e reprodutores de som

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 92.07 | Eletrola, gramofone e vitrola; aparelho registrador ou reprodutor de som: 001 — gramofone 003 — vitrola a corda 004 — vitrola elétrica 005 — qualquer outro |

CAPÍTULO 94

Mobiliário, inclusive móveis médico-cirúrgicos e seus pertences

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 94.01 | Móvel: 001 — de ferro ou aço 002 — de madeira 003 — de vime 004 — qualquer outro |

CAPÍTULO 96

Vassouras, escôvas, espanadores e semelhantes; tâmisés e peneiras

| Item | Mercadoria |
|-------|---|
| 96.01 | Vassoura com ou sem cabo; esfregão e limpador de qualquer matéria |
| 96.02 | Escôva de qualquer matéria; |
| | 001 — de borracha |
| | 002 — de fêltro, inclusive disco para enceradeira |
| | 004 — qualquer outra |

CAPÍTULO 97

Brinquedo, jogos e artigos de esporte

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 97.01 | Veículo infantil; auto de pedal, carro de boneca, cavalo mecânico, patinete, rema-rema, velocípede ou semelhante |
| 97.02 | Boneca ou boneco, de qualquer matéria ou qualquer peça |
| 97.03 | Qualquer outro brinquedo: |
| | 001 — arma de ficção ou sem poder ofensivo |
| | 002 — bagatela, bilhar ou sinuca, de brinquedo — com menos de 95cm (noventa e cinco centímetros) na maior dimensão |
| | 003 — brinquedo mecânico |
| | 004 — qualquer outro |
| 97.04 | Artigo para jogo de salão: |
| | 001 — bagatela, bilhar, sinuca e semelhante |
| | 002 — bola e taco para bagatela, bilhar ou sinuca |
| | 003 — bola para tênis de mesa |
| | 004 — carta cortada ou por cortar, especial para cartomância |
| | 005 — carta de jogar, cortada ou por cortar, em baralho de 53 (cinquenta e três) cartas |
| | 006 — copos para dados |
| | 007 — dados |
| | 008 — ficha, marca (score) ou tento |
| | 009 — mesa para tênis de mesa |
| | 010 — raquete para tênis de mesa |
| | 011 — réde, com ou sem armacão, para tênis de mesa |
| | 012 — tabuleiro e peça de damas, gamão, glória, "majjong", xadrez e semelhante |

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| | 013 — taqueira, ponteira para taco de bilhar ou qualquer outro acessório para bagatela, bilhar ou sinuca |
| | 014 — qualquer outro |
| 37.05 | Artigo para carnaval, festa, sorte e surpresa, acessório para árvore de natal: |
| | 002 — lâmpada especial para árvore de natal e acessórios |
| | 006 — qualquer outro |

CAPÍTULO 98

Vários artigos

| Item | Mercadoria |
|-------|--|
| 98.01 | Botão, botão de pressão, botão de punho, de colarinho, para peito de camisa ou semelhante, inclusive arcabouço |
| | 004 — de metal comum |
| | 005 — de matéria plástica |
| | 006 — de vidro |
| | 007 — qualquer outro |
| 98.02 | Fêcho-de-correr (cursor) de qualquer matéria |
| 98.11 | Acendedor e isqueiro elétrico, mecânico ou químico e suas partes, exclusive mecha e pedra |
| 98.12 | Boquilha, cachimbo ou piteira: |
| | 001 — boquilha ou piteira, de ambar, madrepêrola, marfim ou tartaruga |
| | 002 — boquilha ou piteira, com guarnição de metal precioso |
| | 003 — cachimbo de espuma-de-mar |
| | 004 — cachimbo de madeira ou raiz |
| | 005 — cachimbo, com guarnição de madrepêrola, marfim, metal precioso ou tartaruga |
| | 006 — qualquer outro |
| 98.13 | Grampo, pente, travessa e semelhante: |
| | 001 — de âmbar, madrepêrola ou marfim |
| | 002 — de matéria plástica ou ebonite |
| | 003 — de tartaruga |
| | 004 — qualquer outro |
| 98.15 | Pulverizador e vaporizador para toucador |

DECRETO-LEI Nº 399 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1968

Altera a legislação sobre fiscalização de mercadorias de procedência estrangeira e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º São fixadas alíquotas específicas adicionais, reajustáveis segundo a variação da taxa cambial, à alíquota "ad-valorem" sobre as mercadorias classificadas nos sub-ítem 24.02.002/003/004/005 da Tarifa das Alfândegas que acompanha o Decreto-lei nº 63, de 21 de novembro de 1966, modificada pelo Decreto-lei número 264, de 28 de fevereiro de 1967, nas grandezas abaixo relacionadas:

Item — Mercadoria — Alíquota específica adicional

24.02.002 — charuto — NCr\$... 3,80/unidade

24.02.003 — cigarrilha — NCr\$... 2,00/unidade

24.02.004 — cigarro — NCr\$ 3,00/maço de 20 unidades

24.02.005 — qualquer outro — NCr\$ 60,00/quilogramas líquido

Art. 2º O Ministro da Fazenda estabelecerá medidas especiais de controle fiscal para o desembaraço aduaneiro, a circulação, a posse e o consumo de fumo, charuto, cigarrilha e cigarro de procedência estrangeira.

Art. 3º Ficam incursos nas penas previstas no artigo 334 do Código Penal os que, em infração às medidas a serem baixadas na forma do artigo anterior adquirirem, transportarem, venderem, expuserem à venda, tiverem em depósito, possuírem ou consumirem qualquer dos produtos nêles mencionados.

§ 1º Sem prejuízo da sanção penal referida, neste artigo, será aplicada, além da pena de perda da respectiva mercadoria, a multa de 5% (cinco por cento) do maior salário mínimo vigente no País, por maço de cigarro ou por unidade dos demais produtos apreendidos.

§ 2º Serão incinerados os produtos apreendidos na forma do parágrafo anterior, bem como aqueles que são

objeto de processo fiscal ainda não leiloados pelas repartições competentes.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, aos produtos encontrados em situação regular de acordo com a legislação anterior.

Art. 4º As mercadorias de procedência estrangeira apreendidas, conforme instruções baixadas pelo Ministro da Fazenda, serão levadas a leilão ou vendidas em concorrência pública, independentemente de qualquer decisão judicial, convertendo-se o produto em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, as quais ficarão caucionadas até a decisão final do litígio.

Parágrafo único. Sendo a sentença do feito favorável à Fazenda, converter-se-á o produto da venda das Obrigações aos títulos próprios, ou entregar-se-á à parte interessada, se vencedora esta.

Art. 5º Sem prejuízo dos tributos e demais gravames e das sanções penais cabíveis, e excetuadas as mercadorias abandonadas, as de importação proibida e as referidas no artigo 1º, será convertida em multa igual ao valor comercial da respectiva mercadoria, a penalidade que implique em sua perda.

§ 1º A título de medida acautelatória da Fazenda Nacional, poderá a autoridade fiscal competente reter a correspondente mercadoria mediante termo próprio, até o pagamento da multa cominada neste artigo, ou até sua venda em leilão ou concorrência pública conforme o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da intimação oficial, sem que tenha a parte autuada recolhido o valor da multa aplicada, será o aludido termo de retenção convertido em auto de apreensão, e a respectiva mercadoria irá a leilão ou concorrência pública através do competente processo.

Art. 6º O disposto nos artigos 4º e 5º não se aplica aos metais e minerais de interesse da União, constantes de lista a ser expedida pelo Ministro da Fazenda, os quais, após sua avaliação, serão adjudicados à Fazenda Nacional.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo será paga a quem de

direito, à conta da receita tributária, percentagem igual à que caberia ao apreensor, na forma da legislação específica vigente.

Art. 7º Os tributos e demais gravâmes incidentes sobre mercadoria de procedência estrangeira trazida como bagagem, ou a título de bagagem, serão calculados com base nos valores estabelecidos em tabelas baixadas pelo Ministro da Fazenda.

§ 1º O Ministro da Fazenda na fixação do valor de mercadorias de procedência estrangeira para efeito do cálculo de que trata este artigo, atenderá aos objetivos da política cambial e do comércio exterior.

§ 2º Poderá igualmente o Ministro da Fazenda fixar limites quantitativos e/ou de valor, para o fim de estabelecer a caracterização comercial a que se refere a legislação sobre bagagem de passageiros procedentes do Exterior.

§ 3º Quando se tratar de mercadoria que não esteja incluída nas tabelas referidas neste artigo, o Chefe da Repartição competente arbitrará os valores e, quando fôr o caso, as quantidades, comunicando esta decisão ao Secretário da Receita Federal, que a levará ao Ministro da Fazenda.

Art. 8º A fiscalização e o controle de mercadorias de procedência estrangeira na Zona Secundária serão exercidos sobre todas as pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não que de qualquer forma ou maneira relacionem-se com a importação, exportação arremate em leilão, industrialização, comércio, transporte, distribuição, posse indireta ou o consumo das referidas mercadorias, tributadas ou não, bem como sobre as mercadorias nacionais apresentadas a consumo com características de estrangeiras.

Art. 9º Nos processos de apreensão de mercadorias estrangeiras em que não sejam identificados os seus proprietários, detentores ou transportadores cabe ao Ministro da Fazenda estabelecer as condições em que haverá adjudicação de multas ou percentagens sobre os produtos dos leilões ou concorrências públicas aos respectivos denunciante, apreensores e autuantes.

Art. 10. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147ª da Independência e 80ª da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Deljím Netto

DECRETO-LEI Nº 400 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1968

Altera a legislação pertinente ao Imposto sobre Produtos Industrializados e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. A Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Alteração 1ª. Suprima-se a alínea "b", do inciso I, do artigo 5º.

Alteração 2ª. Os incisos I e II do artigo 83 passa a ter a seguinte redação:

"I — Os que entregarem a consumo, ou consumirem produto de procedência estrangeira introduzido clandestinamente no País ou importado irregular ou fraudulentamente ou que tenha entrado no estabelecimento, dêle saído ou nele permanecido desacompanhado da nota de importação ou da nota-fiscal, conforme o caso;

II — Os que emitirem, fora dos casos permitidos nesta Lei, nota-fiscal que não corresponda à saída efetiva, de produto nela descrito, do estabelecimento emissor, e os que, em proveito próprio ou alheio, utilizarem, receberem ou registrarem essa nota para qualquer efeito, haja ou não destaque do imposto e ainda que a nota se refira a produto isento".

Alteração 3ª. Acrescente-se ao artigo 83 o seguinte parágrafo:

§ 3º. Aplica-se a multa de 30% (trinta por cento) do valor co-

mercial do produto estrangeiro legalmente importado ou adquirido a todo aquêle:

I — que receber, conservar, entregar a consumo ou consumir, sem registro nos livros ou folhas de controle quantitativos próprios, quando da entrada ou saída do estabelecimento;

II — que emitir nota-fiscal sem algum dos requisitos legais ou regulamentares;

III — que não o tiver marcado ou selado na forma prevista no regulamento ou em ato normativo.

Alteração 4ª. Suprima-se o inciso III do artigo 87.

Art. 2º. Na Tabela anexa à Lei nº 4 502, de 30 de novembro de 1954, substituíam-se pelos seguintes os textos das posições e incisos abaixo especificados e, quando fôr o caso, as respectivas alíquotas:

Posição 02.06 — Carnes e miúdos comestíveis de qualquer espécie (exceto os fígados de aves domésticas), salgados ou em salmouras, secos ou defumados:

7 — Carnes comestíveis de qualquer espécie, salgadas ou em salmoura, secas ou defumadas, quando enlatadas; ou acondicionadas em quaisquer outros recipientes, embalagens ou envoltórios hermeticamente fechados — 4%

Posição 03.02 — Peixes, salgados ou em salmoura, secos ou defumados:

1 — enlatados ou acondicionados em quaisquer outros recipientes, embalagens ou envoltórios hermeticamente fechados — 4%

Posição 04.03 — Manteiga de qualquer forma acondicionada em unidades de até 10kg — 4%.

Posição 04.04 — Queijos e requeijões acondicionados em unidades de até 5kg — 4%.

Posição 04.05 — Ovos de aves e gemas de ovos, conservados, dessecados ou de outra forma preservados, açucarados ou não — 5%.

Posição 07.04 — Legumes e hortaliças dessecadas, desidratados ou evaporados, mesmo cortados em pedaços ou fatias, ou ain-

da esmagados ou pulverizados, mas sem qualquer outro preparo — 5%.

Posição 09.01 — Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e película de café; sucedâneos de café contendo café em qualquer proporção;

1 — café torrado, moído ou descafeinado; sucedâneos de café contendo café em qualquer proporção — 5%.

Posição 09.02 — Chá de qualquer forma acondicionado em unidades de até 5kg — 8%.

Posição 09.03 — Erva-mate acondicionada em unidade de até 5kg — 9%.

Posição 11.01 — Farinhas de cereais:

1 — farinhas de cereais (com exceção de trigo e de milho) acondicionadas em unidades de até 5kg — 5%.

Posição 11.02 — Sémolas e semelhantes, grão descortinados em pérolas, partidos, esmagados (mesmo em flocos), com exceção de arroz sem película, bruno, polido ou quebrado, germes de cereais, inclusive as suas farinhas acondicionadas em unidades de até 5kg — 5%.

Posição 11.03 — Farinhas dos grãos de leguminosas, secos, classificados na posição 07.05, acondicionadas em unidades de até 5kg — 5%.

Posição 11.04 — Farinhas das frutas classificadas no Capítulo 8 — 5%.

Posição 11.05 — Farinhas, sémolas, escamas ou flocos, de batata — 5%.

Posição 11.06 — Farinhas e sémola de sagu, de araruta e de outras raízes e tubérculos, com exceção de mandioca, acondicionadas em unidades de até 5kg — 5%.

Posição 11.08 — Amidos e feculas, inulina, de qualquer forma, acondicionadas em unidades de até 5kg — 5%.

Posição 11.09 — Glúten e farinha de glúten, mesmo torradas, acondicionadas em unidades de até 5kg — 5%.

Posição 12.07 — Plantas, partes de plantas, sementes e frutos, das espécies utilizadas principalmente em perfumaria, em medicina ou como inseticida, parasiticida e semelhantes, secos, mesmos cortados, esmagados, ou pulverizados, acondicionados em unidades de até 5kg — 5%.

Posição 12.08 — Alfarrôba seca, mesmo esmagada ou em pó, carocos de frutos e produtos vegetais empregados principalmente na alimentação humana, não especificados nem compreendidos em outra parte, acondicionados em unidades de até 5kg — 5%.

Posição 15.01 — Banha e outras gorduras de porco, prensadas ou fundidas; gorduras de aves domésticas, prensadas ou fundidas, acondicionadas em unidades de até 5kg — 5%.

Posição 16.01 — Salsicha, salsichão, mortadela, linguiça, chouriço, morcela, salame, paio e semelhantes de carne, de miúdos comestíveis ou de sangue, acondicionados em unidades de até 10kg — 8%.

Posição 17.04 — Preparações açucaradas (produtos de confeitaria) que não contenham cacau, acondicionadas em unidades de até 20kg — 8%.

Posição 19.03 — Massas alimentícias, acondicionadas em unidades de até 5kg — 5%.

Posição 19.04 — Tapioca, inclusive a de fécula de batata, acondicionada em unidades de até 5kg — 5%.

Posição 19.08 — Produtos de padaria especializada, não compreendidos na posição 19.07, produtos de pastelaria e de biscoitaria, mesmo com adição de cacau em qualquer proporção, acondicionadas em unidades de até 20kg 5%.

Posição 20.05 — Dóces, purês e pastas de frutas, compotas e geleias, obtidas por cozimento, com ou sem adição de açúcar, acondicionados em unidades de até 10kg — 10%.

Posição 20.06 — Frutas preparadas ou conservadas por qualquer

outro processo, com ou sem adição de açúcar ou de álcool, acondicionadas em unidades de até 5kg — 10%.

Posição 23.07 — Alimentos preparados para animais e outras preparações utilizadas na alimentação de animais (estimulantes, etc.), acondicionados em unidades de até 10kg — 8%.

Posição 24.02 — Fumo elaborado, extrato ou sumo de fumo:

- 1 — charutos e cigarros feitos a mão — 15%;
- 2 — cigarrilhas — 15%;
- 3 — fumo desfiado, picado miúdo, ou em pó — 30%;
- 4 — outros exceptuado o de corda ou em rôlo — 15%.

Posição 25.01 — Sal-gema sal de salinas, sal marinho, sal de cozinha, cloreto de sódio puro, triturados ou refinados, acondicionados em unidades de até 5kg — 5%.

Posição 34.01 — Sabões, inclusive medicinais:

- 3 — sabões, sem perfume, de qualquer forma preparados e acondicionados em unidades de até 5kg — 15%;
- 4 — outros — 8%.

Posição 44.03 — Madeira em bruto, mesmo descascada ou simplesmente debastada — NT

Posição 44.04 — Madeira simplesmente esquadrihada — NT

Posição 44.05 — Madeira simplesmente serrada longitudinalmente, cortada ou desenrolada:

- 1 — de espessura superior a 76mm — N/T
- 2 — de espessura superior a 5mm e até 76mm — 3%

Posição 62.05 — Outros artigos de tecidos, confeccionados, inclusive moldes de vestidos:

- 1 — confecções de tecidos que reproduzam obras de arte para decoração, bandeiras, estandartes, pendões, bandeirolas e semelhantes — 12%
- 2 — outros — 12%.

Art. 3º Passa a ter a seguinte redacção a observação 3ª da alínea V da

Tabela anexa à Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964:

"Excluem-se da proibição da observação 2ª o "chopp", compreendido na posição 22.03, e os produtos das posições 22.04, 22.05, 22.06, 22.09, incisos 1 e 8, 22.10 ficando o Ministro da Fazenda autorizado a excluir outros que julgar convenientes".

Art. 4º O artigo 31, da Lei número 4.864, de 29 de novembro de 1965, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 31. Ficam isentos do imposto sobre produtos industrializados as casas e edificações pré-fabricadas e seus componentes, quando se destinem a montagem, sejam constituídos de painéis de parede, de piso e cobertura, estacas, baldrame, pilares e vigas, e façam parte integrante da unidade fornecida diretamente pela indústria de pré-fabricação, bem como as preparações e os blocos de concreto destinados à aplicação em obras hidráulicas ou de construção civil, desde que os materiais empregados na industrialização desses componentes, tenham sido regularmente tributados, quando for o caso".

Art. 5º No caso de lançamento de ofício, a autoridade competente poderá, a requerimento do contribuinte, autorizar o recolhimento de parcela não contestada, prosseguindo a ação relativamente à parte litigiosa.

Art. 6º O imposto relativo à matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem e acondicionamento, adquirido de comerciante atacadista, será calculado pelo contribuinte adquirente, para efeito de crédito, mediante a aplicação da alíquota a que estiver sujeito o produto sobre 50% (cinquenta por cento) do seu valor constante da nota fiscal.

Art. 7º O imposto incidente sobre produtos usados, adquiridos de particulares ou não, que sofrerem processo de industrialização, será calculado sobre a diferença de preço entre a aquisição e a revenda.

Parágrafo único. Ficam cancelados os débitos fiscais relativos às operações de que trata este artigo efetuados até a data deste Decreto-lei.

Art. 8º Nas remessas de café torrado a comerciante varejista que pos-sua atividade acessória de moagem, o industrial é obrigado a lançar o imposto na nota fiscal à base de 70% (setenta por cento) do preço de venda no estabelecimento moageiro, dispensando-se deste qualquer complementação ou escrituração fiscal, desde que respeitado o preço de venda no varejo.

Art. 9º Não se conceitua como re-acondicionamento a simples revenda de produtos tributados dos capítulos 16 a 22, adquiridos de terceiros, quando acondicionados em embalagens confeccionadas com os produtos do capítulo 46, tudo da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

Art. 10. O óleo de menta em bruto produzido por lavradores com o emprégo do produto da própria lavoura, sairá do estabelecimento destes com suspensão do imposto, que será devido pelos estabelecimentos industriais.

Art. 11. Em casos justificados, a critério do Ministro da Fazenda, poderão sair, com suspensão do imposto, os produtos nacionais ou estrangeiros remediados, por estabelecimentos industriais ou equiparados, diretamente a armazéns gerais, a depósitos fechados, próprios ou de terceiros, ou a exposição noutro local, obedecidas as normas regulamentares.

Art. 12. São considerados não tributados os produtos da posição 37.04 e 37.07 do Capítulo 37, alínea IX, da Tabela anexa à Lei número 4.502, de 30 de novembro de 1964, com as modificações posteriores.

Parágrafo único. Ficam cancelados os débitos referentes ao imposto sobre produtos industrializados devido no exercício de 1968 pelos produtos a que se refere este artigo.

Art. 13. Aplica-se o Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados aos processos fiscais e consultas relativas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias nos Territórios Federais.

Art. 14. Compete ao 3º Conselho de Contribuintes o julgamento dos recursos das decisões da 1ª instância referentes aos impostos estaduais atribuídos aos Territórios Federais.

Art. 15. Sempre que o término do prazo de recolhimento de tributo devido à União recair no dia 31 de dezembro, será antecipado para o último dia útil do ano, quando não houver coincidência entre esse e aquele.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado com relação à Tabela do Imposto sobre Produtos Industrializados, a agrupar, de forma diferente, os capítulos nas alíneas com ou sem alteração do número destas, fixar alíquotas do imposto desde que obedecido o limite máximo estabelecido na lei, e desdobrar posições em novos incisos sem ampliação do campo de incidência.

Art. 17. O Ministro da Fazenda estabelecerá o documentário fiscal e controles especiais e gerais, referentes aos tributos federais, podendo autorizar, mediante convênio com as unidades federativas, a utilização do documentário instituído pela legislação estadual.

Art. 18. Ficam revogados o inciso XXIII do artigo 7º e o § 2º do artigo 25 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964 com a redação que lhe deu a Alteração 3ª do artigo 2º do Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1953, e os artigos 14 e seu parágrafo único da Lei nº 4.676 de 16 de junho e 4º do Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1953, bem como todas as demais isenções subjetivas relativas ao Imposto sobre Produtos Industrializados.

Art. 19. Durante o exercício de 1969, as entidades incluídas nas disposições do artigo anterior terão direito a receber quantia igual ao valor do imposto sobre produtos industrializados incidentes sobre os produtos que houverem adquirido no mesmo período.

Art. 20. Este Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 401 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1968

Altera dispositivos da legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 3, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O registro de Pessoas Físicas criado pelo artigo 11 da Lei número 4.862, de 29 de novembro de 1965, é transformado no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

Art. 2º A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), a critério do Ministro da Fazenda, alcançará as pessoas físicas, contribuintes ou não do imposto de renda e poderá ser precedido "ex officio".

Art. 3º O Ministro da Fazenda determinará os casos em que deverá ser exibido ou mencionado o documento comprobatório de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

Art. 4º A inobservância das obrigações relativas ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sujeitará o infrator às seguintes multas, aplicadas pelas autoridades competentes:

a) NCr\$ 100,00 (cem cruzeiros novos) no caso de não inscrição nos prazos determinados;

b) NCr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros novos) por papel ou documento em que fôr omitido o número de inscrição, até o máximo de NCr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros novos) por exercício financeiro.

Art. 5º O imposto progressivo, devido anualmente pelas pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil, será cobrado de acordo com a seguinte tabela, a partir do exercício de 1969:

| Classes de Renda Líquida (NCR\$) | | Alíquota (%) |
|-------------------------------------|---------|-----------------|
| Ate | 3.500 | Isento |
| 3.501 a | 3.750 | 3 |
| 3.751 a | 5.000 | 5 |
| 5.001 a | 7.000 | 8 |
| 7.001 a | 10.000 | 12 |
| 10.001 a | 13.750 | 16 |
| 13.751 a | 18.750 | 20 |
| 18.751 a | 25.000 | 25 |
| 25.001 a | 27.500 | 30 |
| 27.501 a | 50.000 | 35 |
| 50.001 a | 75.000 | 40 |
| 75.001 a | 100.000 | 45 |
| acima de | 100.000 | 50 |

§ 1º O imposto é calculado em cada classe sobre a porção de renda compreendida nos respectivos limites, desprezada a fração de renda inferior a NCR\$, 1,00 (um cruzeiro novo).

§ 2º O imposto progressivo é a soma das parcelas correspondentes a cada classe.

Art. 6º O abatimento anual por dependente é de NCR\$ 1.560,00 (mil quinhentos e sessenta cruzeiros novos).

§ 1º Para efeito do abatimento de encargos de família, observar-se-á, em

relação a todos os contribuintes, indistintamente, o disposto no artigo 44 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

§ 2º Contribuinte que crie ou eduque menor pobre tem direito ao abatimento anual relativo a dependente.

Art. 7º A partir do exercício financeiro de 1969, aos rendimentos do trabalho assalariado, sujeitos ao desconto do imposto na fonte, aplicar-se-ão alíquotas progressivas de acordo com a seguinte tabela:

| Classe de Renda Líquida Mensal | | Alíquota |
|--------------------------------|---------------------------|----------|
| Até NCR\$ | 580,00 | Isento |
| Entre NCR\$ | 581,00 e NCR\$ 700,00 | 3% |
| Entre NCR\$ | 701,00 e NCR\$ 870,00 | 5% |
| Entre NCR\$ | 871,00 e NCR\$ 1.130,00 | 8% |
| Entre NCR\$ | 1.131,00 e NCR\$ 1.530,00 | 19% |
| Entre NCR\$ | 1.531,00 e NCR\$ 2.140,00 | 12% |
| Acima de NCR\$ | 2.140,00 | 15% |

Art. 8º O artigo 12 da Lei número 4.506 de 30 de novembro de 1964, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 12. Ficam sujeitas ao imposto de 8% (oito por cento) mediante desconto na fonte as importâncias superiores a NCR\$ 200,00 (duzentos cruzeiros novos), pagas ou creditadas em cada mês, por pessoas jurídicas a pessoas físicas ou a sociedades civis a que se refere a letra “b” do § 1º do artigo 18 da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962 a título de comissões, corretagens, gratificações, honorários, direitos autorais ou remuneração por quaisquer serviços prestados.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica a rendimentos pagos ou creditados a diretores sócios ou empregados da fonte pagadora do rendimento.

§ 2º Quando se tratar de rendimentos pagos a vendedores, viajantes comerciais, corretores ou representantes comerciais autônomos sem vínculo empregatício com a empresa vendedora, o imposto será de 7% (sete por cento).”

Art. 9º Ficam sujeitos ao desconto do imposto de renda na fonte, à alíquota de 2% (dois por cento), como antecipação do imposto devido na declaração de rendimentos, os valores brutos pagos aos empreiteiros de obras, pessoas físicas ou jurídicas, pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas entidades paraestatais, sociedades de economia mista, empresas públicas e concessionárias de serviço público.

Parágrafo único. O imposto será descontado no ato do pagamento e recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, sob

pena de responsabilidade pessoal de quem efetuou a retenção.

Art. 10. Estão sujeitas ao desconto do imposto de renda na fonte, a alíquota de 3% (três por cento), como antecipação do imposto devido na declaração do beneficiado, as importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas, a pessoas físicas ou jurídicas, relativas a fretes e carretos em geral.

§ 1º O imposto será descontado no ato do pagamento ou crédito, qualquer que seja o valor do frete pago ou creditado.

§ 2º O recolhimento do imposto será feito dentro do mês seguinte àquele em que se verificar a retenção.

Art. 11. Está sujeito ao desconto do imposto de renda na fonte o valor dos juros remetidos para o exterior devidos em razão da compra de bens a prazo, ainda quando o beneficiário do rendimento for o próprio vendedor.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo consideram-se fato gerador do tributo a remessa para o exterior e contribuinte o remetente.

Art. 12. A partir da data da publicação deste decreto-lei e até 30 de junho de 1969 ficam isentos de imposto de renda de pessoa jurídica física ou fonte os aumentos de capital realizados na forma do artigo 83 da Lei nº 3.470 de 28 de novembro de 1958.

§ 1º Excetuadas as relativas à incidência do imposto as demais normas do artigo 83 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, são aplicáveis aos aumentos de capital previstos neste artigo.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às reservas oriundas de lucros apurados em balanço, ainda que não tributado ou objeto de lançamento do imposto de renda de pessoa jurídica.

Art. 13. O imposto de renda sobre bonificações em dinheiro e dividendos de ações ao portador, quando este não se identificar, será devido exclusivamente na fonte, devendo ser retido no ato do seu pagamento, mediante aplicação das seguintes alíquotas:

Ações de sociedades anônimas de capital aberto — 15% (quinze por cento);

Ações das demais sociedades anônimas — 25% (vinte e cinco por cento).

§ 1º Nos demais casos — ações nominativas, ou ações ao portador, quando este se identificar — não haverá desconto na fonte, sendo obrigatória a inclusão do rendimento na declaração do respectivo beneficiário.

§ 2º Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias da data da realização da Assembléia Geral que autorizar a distribuição dos dividendos, ou bonificações, o saldo não reclamado dos dividendos, ou bonificações a pagar, deverá ser depositado em conta vinculada no Banco do Brasil S.A., sob pena de ser devido o imposto de renda na fonte, como rendimento não identificado.

Art. 14. A partir do exercício de 1971, ano-base de 1970, os rendimentos decorrentes da exploração, por pessoas físicas, das atividades rurais enumeradas no artigo 9º do Decreto-lei número 5.844, de 23 de setembro de 1943, inclusive as componentes de parcerias rurais contratadas por escrito, ficarão sujeitas ao imposto de renda de acordo com o disposto neste artigo.

§ 1º O exercício das atividades referidas neste artigo, por pessoas físicas, é considerado empresa individual cujo rendimento anual será apurar de receita e despesas relativas à exploração.

§ 2º O rendimento apurado em cada ano ficará sujeito ao imposto de renda à alíquota de 10% (dez por cento), como lucro da empresa individual. Só quando distribuído ao titular da empresa, o lucro será incluído na cédula G de sua declaração de rendimentos de pessoa física, no exercício a que corresponder.

§ 3º As pessoas físicas que explorarem as atividades mencionadas neste artigo poderão optar pela inclusão do rendimento na cédula G de sua declaração de rendimentos, dispensada a declaração de empresa individual.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, o rendimento a ser incluído na cédula G será equivalente a 5% da receita bruta, especificada, esta em anexo à declaração.

§ 5º O Ministro da Fazenda fixará o limite da receita bruta anual a que se refere o § 4º deste artigo.

§ 6º O regime deste artigo aplica-se também à exploração das atividades citadas em terras arrendadas.

§ 7º Nos exercícios de 1969 a 1970, o rendimento das atividades a que se refere este artigo será apurado, declarado e tributado de acordo com as normas legais em vigor.

§ 8º O contribuinte obrigado à escrituração e que não a tiver ou que não a mantiver em ordem, ficará sujeito ao arbitramento, pela autoridade competente, de seu lucro tributável, aplicando-se, para esse efeito, no que couber, as normas legais que regem o arbitramento das pessoas jurídicas em geral.

§ 9º As empresas individuais que declararem seus rendimentos conforme apurados em escrituração regular poderão compensar os prejuízos ocorridos num exercício com os lucros obtidos com a mesma atividade nos exercícios subsequentes.

§ 10. O Ministro da Fazenda expedirá as normas para a escrituração das empresas individuais a que se refere este artigo.

Art. 15. Até 30 de junho de 1969, as pessoas jurídicas poderão atualizar, além dos limites de correção monetária, o valor dos terrenos e construções constantes do seu ativo imobilizado, desde que recolham, tão somente, o imposto na fonte de 15% (quinze por cento) sobre a reavaliação adicional assim efetuada, o qual poderá ser pago, parceladamente, a requerimento do interessado, nos termos das normas em vigor.

§ 1º O imposto a que se refere este artigo não será cobrado se a empresa optar pela compra em dobro do seu valor, de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, intransferíveis por cinco anos, a serem adquiridas no mesmo número de parcelas.

§ 2º O valor da reavaliação deverá ser levado à conta do capital da empresa que não poderá ser reduzido antes do prazo de cinco anos.

§ 3º No caso de alienação de imóvel objeto da reavaliação de que trata este artigo, eventuais prejuízos não serão dedutíveis do lucro tributável.

Art. 16. A despesa operacional relativa à remuneração dos sócios, diretores ou administradores de sociedades comerciais ou civis, de qual-

quer espécie, assim como a dos titulares das empresas individuais, não poderá exceder, para cada beneficiado, até o limite colegial de 7 (sete), a 5 (cinco) vezes o valor fixado como mínimo de isenção na tabela de desconto do imposto na fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado.

§ 1º A dedução das remunerações pagas na forma deste artigo em cada ano-base não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) do lucro tributável, antes de feita a dedução dessas mesmas remunerações.

§ 2º Em qualquer hipótese mesmo no caso de prejuízo será sempre admitida para cada um dos sócios, diretores ou administradores, retirada mensal igual ao valor do limite mínimo de isenção para efeito do desconto na fonte de rendimentos do trabalho assalariado.

Art. 17. A despesa operacional relativa às gratificações recebidas pelos empregados, seja qual for a designação que tiverem, excluído o 13º salário, não poderá exceder a importância anual de NCr\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos cruzeiros novos) para cada um dos beneficiados.

Art. 18. O artigo 56, suas alíneas e parágrafo único, da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56. Deverão ser escrituradas em conta especial do Ativo Pendente, para compensação na subseqüente correção monetária do ativo imobilizado ou da manutenção do capital de valores expressos em moeda es- perdas de câmbio verificadas no de- curso do ano-base, mediante:

a) compra ou venda de moeda ou de valores expressos em moeda estrangeira, desde que efetuada de acordo com a legislação sobre câmbio;

b) a extinção de dívida pela liquidação, total ou parcial, do valor de empréstimos em moeda estrangeira, através da respectiva conversão em moeda nacional, com autorização do Banco Central.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplicar-se-á, igualmente às obrigações contraídas em moeda nacional, quando indexadas ou sujeitas a correção ou atualização monetária”.

Art. 19. A partir do exercício financeiro de 1969, ano-base de 1968, para o cálculo do imposto de renda, será facultada às pessoas jurídicas abater do lucro tributável, a importância correspondente à manutenção do capital de giro próprio, durante o período-base da declaração.

§ 1º O montante da manutenção do capital de giro será determinado pela aplicação, sobre o capital de giro próprio da empresa, no início do exercício, dos coeficientes de correção, que deverão traduzir o aumento de nível geral de preços, no período correspondente ao ano-base, expressos em Portaria do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, considera-se capital de giro próprio, no início do exercício, o resultado da soma dos valores do ativo disponível e ativo realizável, diminuído do valor do passivo exigível, depois de excluídos do ativo realizável:

- a) os valores ou créditos em moeda estrangeira;
- b) os valores ou créditos sujeitos, por qualquer forma, a atualização monetária;
- c) as ações, quotas e quaisquer títulos, correspondentes à participação societária em outras empresas;
- d) o saldo não integralizado do capital social.

§ 3º A correção será procedida por ocasião do encerramento do balanço de cada exercício e os lançamentos consequentes, registrados no próprio exercício social a que se refere, em conta apropriada do passivo não exigível e a débito da conta de lucros e perdas, para incorporação ao capital social no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

§ 4º Nos exercícios financeiros de 1969 e 1970, as pessoas jurídicas adquirirão obrigatoriamente Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, intransferíveis por dois anos, em montante equivalente a 15% (quinze por cento) em cada exercício do total da reserva e contabilizada nos termos deste artigo.

§ 5º As obrigações a que se refere o parágrafo anterior deverão ser adquiridas diretamente no Banco Central do Brasil ou em agentes indicados, admitindo-se a subscrição em 6

(seis) parcelas mensais e sucessivas, a partir do mês da entrega da declaração.

§ 6º A não aquisição das obrigações previstas no § 5º deste artigo, no prazo estabelecido, acarretará a perda do benefício concedido, cobrando-se o imposto de renda sobre o total da manutenção do capital de giro que tiver sido deduzida, acrescido da multa de lançamento "ex-officio".

§ 7º Excepcionalmente no exercício de 1969, ano-base de 1968 a contabilização da manutenção do Capital de Giro de que trata este artigo, poderá ser efetuada até a data de entrega da declaração de rendimentos.

Art. 20. Até 30 de abril de 1969 ficam as pessoas jurídicas autorizadas a retificar a escrituração de seus estoques de mercadorias, matérias-primas, produtos fabricados ou em elaboração, constantes de balanços encerrados até 31 de dezembro de 1968, desde que contabilizem o resultado dessa retificação em conta apropriada do "Passivo não Exigível" para capitalização no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 1º Sobre o valor dessa retificação incidirá o aumento do imposto de 30% (trinta por cento) podendo ser recolhido parceladamente a requerimento do interessado nos termos das normas em vigor sobre parcelamentos do débito fiscal.

§ 2º Com base nesta regularização o contribuinte não será cobrado nenhum imposto ou multa, federal, estadual ou municipal, ainda que referente a exercícios anteriores.

§ 3º As disposições deste artigo aplicam-se, igualmente, às empresas imobiliárias ou de construção, com referência aos imóveis de sua propriedade que se destinem ao comércio ou edificação.

Art. 21. Nos casos de lançamento "ex-officio" do imposto de renda, serão aplicadas as seguintes multas:

- a) de NCr\$ 26,00 (vinte e seis cruzeiros novos) a NCr\$ 130,00 (cento e trinta cruzeiros novos) se o contribuinte, pessoa física ou jurídica, obrigado à declaração do imposto de renda demonstrar, em resposta à intimação para apresentá-la, não haver auferido rendimentos tributáveis, de acordo com as disposições legais;

b) de 50% (cinquenta por cento) sobre a totalidade ou diferença de imposto devido, nos casos de falta de declaração e nos de declaração inexistente, excetuada a hipótese da alínea seguinte;

c) de 150% (cento e cinquenta por cento) sobre a totalidade ou diferença do imposto devido, nos casos de evidente intuito de fraude definidos nos arts. 71, 72 e 73 da Lei número 4.502, de 30 de novembro de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis.

§ 1º Se o contribuinte não atender no prazo marcado, a intimação para prestar esclarecimentos as multas a que se referem as alíneas b e c passarão a ser de 75% (setenta e cinco por cento) e 225% (duzentos e vinte e cinco por cento), respectivamente.

§ 2º Será concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) da multa ao contribuinte que, notificado do lançamento "ex officio", efetuar o pagamento do débito, no prazo legal, independentemente de reclamação ou recurso.

§ 3º As multas estabelecidas nas alíneas b e c deste artigo serão cobradas com o imposto.

§ 4º O disposto nos parágrafos anteriores também se aplica aos procedimentos "ex officio" para exigência do imposto devido nas fontes.

Art. 22. Estão sujeitas à multa de NCr\$ 26,00 (vinte e seis cruzeiros novos) a NCr\$ 130,00 (cento e trinta cruzeiros novos) todas as infrações à legislação do imposto de renda sem penalidade específica.

Art. 23. A multa a que se refere a letra c do artigo 21 aplica-se também a processos definitivamente julgados mesmo que em fase de pagamento parcelado, desde que os contribuintes assim o requeiram dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação deste decreto-lei, comprometendo-se de forma irrevogável a solver o débito de imposto e multa no número de prestações que lhe for concedido nos termos da lei em vigor.

§ 1º As prestações vincendas dos pagamento parcelados em curso, poderão ser reajustados na forma deste artigo.

§ 2º Nos pagamentos parcelados em curso, em que a importância já paga a título de multa seja igual ou superior à prevista neste artigo, o saldo será cancelado.

§ 3º Em qualquer hipótese, não se restituirão importâncias efetivamente pagas.

Art. 24. Ressalvado o que dispõe o artigo 41 da lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, os contribuintes ficam desobrigados de recolher importâncias correspondentes a exercícios anteriores, relativos ao imposto sobre lucro imobiliário, apurado pelas pessoas físicas na alienação de propriedades imobiliárias, ou de direitos à aquisição de imóveis, extinto pelo artigo 2º do Decreto-lei nº 94, de 30 de dezembro de 1966, excluídos os débitos regularmente notificados.

Art. 25. O Ministro da Fazenda poderá escalonar a apresentação de declarações de rendimentos de acordo com os critérios que estabelecer, podendo, ainda, durante os exercícios de 1969 e 1970 prorrogar até sessenta dias, o prazo de apresentação, conforme as classes de rendimento.

Art. 26. Os aumentos de capital efetuados, a qualquer tempo, em decorrência da conversão de debêntures em ações, não estão sujeitos à incidência do imposto de renda.

Art. 27. Fica o Ministro da Fazenda autorizado a dispensar, de acordo com a conveniência dos serviços, as exigências contidas nas disposições seguintes:

I — artigo 134 do Decreto-lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, desde que se trate de viagem em caráter temporário;

II — artigo 200, letra a, do Decreto-lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, desde que o contribuinte haja por qualquer forma tomado conhecimento do débito fiscal.

Art. 28. Compete ao Ministro da Fazenda fixar o limite de rendimento ou de posse ou propriedade de bens das pessoas físicas e jurídicas para fins de apresentação obrigatória de declaração de rendimentos.

Art. 29. O Ministro da Fazenda poderá utilizar, facultativamente, coe-

ficientes de correção monetária ou salário-mínimo para atualização dos valores expressos em cruzeiros na legislação tributária.

Art. 30. O presente Decreto-lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 402 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1968

Retifica o detalhamento do projeto do Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 1ª Região, constante da Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica retificado o detalhamento do projeto do Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 1ª Região, constante da Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967, subanexo 4.05.00, com a seguinte redação:

“113.1.0137 — Aquisição de Prédios para a Junta de Conciliação e Julgamento de Cachoeiro do Itapémirim”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Antonio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 403 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1968

Dispõe sobre o Imposto de Renda incidente em títulos de renda fixa e dá outras providências

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º O valor total dos rendimentos produzidos por títulos de renda fixa — letras de câmbio com aceite de instituições financeiras, certificados de depósitos a prazo fixo e debêntures em geral — qualquer que seja a forma de seu pagamento, inclusive correção monetária prefixada, estará sujeito a imposto de renda, calculado de acordo com as seguintes taxas:

Títulos de:

| | |
|---|-----|
| 180 a 269 dias de prazo, a contar da data de emissão..... | 10% |
| 270 a 359 idem, idem..... | 9% |
| 360 a 449 idem, idem..... | 8% |
| 450 a 539 idem, idem..... | 7% |
| 540 a 629 idem, idem..... | 6% |
| 630 a 719 idem, idem..... | 5% |
| 720 ou mais dias de prazo, a contar da data de emissão.. | 4% |

Parágrafo único Nos títulos de rendimento parcelado, prevalece, para efeito deste artigo, o prazo total de sua emissão

Art. 2º Excetuam-se do disposto no artigo anterior os títulos das espécies ali referidas, nos quais seja estabelecida correção monetária idêntica à atribuída às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, pagável, juntamente com os juros, apenas por ocasião do resgate, vedada qualquer antecipação.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, a parcela correspondente à correção monetária estará isenta de tributação, incidindo o imposto de renda apenas sobre os juros, mediante aplicação das seguintes taxas:

Títulos de: 180 a 719 dias de prazo, a contar da data de emissão — 25%.
720 ou mais de prazo, a contar da data de emissão — 15%.

Art. 3º O Conselho Monetário Nacional poderá reduzir ou aumentar, de 1 até a metade de seus valores, as taxas indicadas nos artigos anteriores.

Art. 4º O imposto de renda calculado na forma dos artigos precedentes será sempre descontado na fonte, qualquer que seja o beneficiário dos rendimentos, inclusive pessoas jurídicas, sendo:

a) no ato da primeira negociação do título, nos casos previstos no artigo primeiro, devendo nele ser anotado, pela instituição financeira ou corretor interveniente, o valor da negociação, com especificação do imposto retido;

b) no ato da liquidação do título, nos casos previstos no artigo segundo.

§ 1º Quando o beneficiário dos rendimentos for pessoa física, será dispensável sua identificação, sendo o imposto devido exclusivamente na fonte.

§ 2º. Quando o beneficiário dos rendimentos for pessoa jurídica, o imposto retido na fonte poderá ser deduzido do total do imposto de renda devido em função do lucro apurado em balanço.

§ 3º. Os adiantamentos sobre os contratados de aceite cambial, constituem também fato gerador do imposto, para os efeitos deste artigo.

§ 4º. Nos casos referidos na alínea "a", acima, se ocorrer renegociação do título por valor inferior ao da negociação anterior, caberá à instituição financeira ou ao corretor interveniente na operação reter o valor complementar do imposto anotando a ocorrência no título.

§ 5º. A inobservância das disposições estabelecidas neste artigo sujeitará a instituição financeira ou corretor responsável a multa igual a 15% (quinze por cento) do valor do título, imposta pelos competentes órgãos de fiscalização fazendária.

§ 6º. O imposto retido na forma deste artigo será recolhido à repartição ou agente arrecadador da União no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sujeitando-se os infratores às penalidades legais em vigor.

Art. 5º. As disposições dos artigos anteriores só se aplicam aos títulos emitidos a partir de 1º de janeiro de 1969, permanecendo os demais subordinados, quanto à tributação dos rendimentos, às normas legais anteriormente em vigor.

Art. 6º. Os rendimentos dos títulos das espécies referidas no artigo 1º, emitidos até 31 de dezembro de 1968, não estão sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte, desde que levados a resgate por pessoas jurídicas.

§ 1º. Nos casos em que tenha havido inadequada observância das disposições legais relativas à retenção e ao recolhimento do imposto de renda devido sobre os títulos de que trata este artigo, levados a resgate por pessoas físicas, as instituições responsáveis terão o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência deste Decreto-lei, para requererem a regularização de sua situação fiscal, relacionando as operações realizadas.

§ 2º. A efetivação do requerimento aludido no parágrafo anterior, extinguirá as instituições ali referidas das penalidades "ex officio" e condicionará o pagamento do débito fiscal apurado, em prestações mensais iguais e sucessivas, até o limite de 12 (doze) parcelas.

Art. 7º. A dedução autorizada pelo artigo 4º do Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, com a redação que lhe deu o artigo 2º do Decreto-Lei nº 238, de 28 de fevereiro de 1967, cuja vigência foi prorrogada no exercício de 1968 pelo artigo 10 da Lei nº 5.409, de 9 de abril de 1968, fica prorrogada até 1970, na forma da redução da tabela abaixo:

- a) 1969 3% (três por cento)
- b) 1970 1% (um por cento)

Art. 8º. O abatimento no imposto de renda, autorizado pelo artigo 3º do Decreto-Lei nº 157 de 10 de fevereiro de 1967, a título de estímulo ao desenvolvimento do mercado de capitais, fica elevado para 12% (doze por cento).

Art. 9º. Os recursos arrecadados, e destinados à constituição de Fundos de Investimento, na forma prevista no Decreto-Lei nº 157 de 10 de fevereiro de 1967, e legislação posterior, poderão ter a seguinte aplicação, pelas instituições encarregadas de sua administração:

I — um mínimo de 2/3 (dois terços) da arrecadação, na aquisição de ações novas ou na subscrição de debêntures, emitidas por:

- a) empresas enquadradas nas condições previstas nos Decretos-Lei ns.

157, de 10 de fevereiro de 1967 e 238, de 28 fevereiro de 1967;

b) empresas dedicadas à instalação ou ampliação de indústrias básicas, ou a elas equiparadas, por lei, registradas no Banco Central do Brasil, especialmente para esse fim.

II — e restante, na aquisição, em Bolsas de Valores, de ações ou debêntures emitidas de conformidade com os citados Decretos-leis, ou na sustentação das quotas dos Fundos de que trata a letra "b" do artigo 10.

§ 1º É vedada, em qualquer hipótese, a aplicação dos recursos de que trata este artigo em ações ou debêntures de instituições financeiras definidas como tais na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

§ 2º As instituições administradoras de fundos que detenham aplicações em ações ou debêntures das instituições a que se refere o parágrafo anterior, terão o prazo de 90 (noventa) dias para repassá-las a outros inversores.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional fica autorizado a alterar as proporções fixadas neste artigo.

Art. 10. A liquidação prevista no § 2º, do artigo 2º, do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, far-se-á mediante acordo entre a instituição encarregada da administração do Fundo e o titular da aplicação, de uma das seguintes formas:

a) mediante a entrega dos títulos correspondentes aos certificados de compra de ações ou certificados de depósito, proporcional à composição quantitativa da Carteira, excluídas as parcelas inferiores ao valor de uma ação que serão resgatadas em moeda corrente.

b) pela transformação dos certificados de compra de ações ou certificados de depósito em títulos representativos de quotas do mesmo Fundo, livremente transferíveis e negociáveis, regulando-se as operações da espécie pela legislação vigente aplicável aos Fundos Mútuos de Investimentos.

Art. 11. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 404 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário, em favor da Justiça Federal de Primeira Instância, o crédito especial de NCr\$ 227.521,20.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º, do art. 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário o crédito especial de NCr\$ 227.521,20 (duzentos e vinte e sete mil, quinhentos e vinte e um cruzeiros novos e vinte centavos), destinado a atender despesas com funcionários inativos da Justiça de Primeira Instância.

Art. 2º. A despesa decorrente da execução do presente Decreto-lei será atendida com os recursos de que trata o artigo 8º e seu parágrafo único, da Lei nº 5.368, de 1º de dezembro de 1967.

Art. 3º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI N.º 405 — DE 31 DE
DEZEMBRO DE 1968

Provê sobre o incremento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior, em 1969.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, decreta:

Art. 1.º O número de vagas fixado em editais de concursos vestibulares para ingresso em cursos de ensino superior poderá ser aumentado mediante simples publicação em diário oficial ou jornal de grande circulação local, independentemente de qualquer prazo, se assim decidirem os órgãos deliberativos das respectivas unidades, tendo em vista as condições do estabelecimento e a completa utilização de sua capacidade.

§ 1.º Admitir-se-á aumento de vagas depois de iniciado ou realizado o concurso vestibular, sendo, neste caso dispensada qualquer publicação.

§ 2.º Na hipótese de ocorrer o aumento a que se refere este artigo e seu § 1.º, o preenchimento das novas vagas será igualmente feito de acordo com o critério de classificação, não assistindo direito de aproveitamento aos que, mesmo em face de incremento de matrículas autorizado e da ordem de classificação, deixarem de ser atendidos.

Art. 2.º Se não forem preenchidas todas as vagas ou sendo estas em número maior que o de candidatos, a unidade respectiva deverá realizar novo concurso vestibular.

Parágrafo único. Para o preenchimento das vagas, poderá a unidade optar segundo critérios que estabelecer, pelo aproveitamento de candidatos habilitados em concursos vestibulares prestados perante estabelecimentos congêneres.

Art. 3.º O Governo Federal proporcionará auxílio financeiro aos estabelecimentos de ensino superior compreendidos nas áreas de saúde, de tecnologia e de formação de professores de ensino médio que dêem carecerem para aumentar o número de vagas no primeiro ano de seus cursos.

Parágrafo único. O auxílio a que se refere este artigo destinar-se-á ape-

nas aos cursos em que a demanda seja superior à oferta de vagas, dependendo seu recebimento de comprovação do efetivo aumento de matrículas.

Art. 4.º Enquanto não fôr instalado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Ministério da Educação e Cultura constituirá comissão para fixar os auxílios que o Governo deva proporcionar, nos termos do artigo 3.º deste Decreto-lei.

§ 1.º A comissão de que trata o artigo será integrada de representantes do Conselho Federal de Educação, da Diretoria do Ensino Superior, da Secretaria-Geral e da Inspeção-Geral de Finanças do MEC, e dos Ministérios do Planejamento e Coordenação-Geral e da Fazenda.

§ 2.º As dotações destinadas, no Orçamento-Geral da União para 1969, a instituições de ensino superior não pertencentes ao sistema federal, somente poderão ser pagas como auxílios especificamente condicionados aos preceitos deste Decreto-lei.

§ 3.º A ampliação de matrículas, inclusive em extensão de cursos será autorizada pelas próprias Universidades, comunicando sua resolução ao Ministério da Educação e Cultura, para os efeitos previstos no Decreto n.º 63.342, de 1.º de outubro de 1958.

§ 4.º A entrega de qualquer auxílio decorrente da ampliação do número de vagas em estabelecimentos isolados, ficará condicionada à aprovação do aumento de matrículas pelo Conselho Federal de Educação.

§ 5.º A Comissão promoverá levantamento geral para verificar se, nos diversos cursos, as vagas oferecidas podem ser aumentadas com os recursos de que dispõe o estabelecimento, sem prejuízo da quantidade do ensino.

§ 6.º Verificada a possibilidade de elevação do número de vagas, a Comissão proporá, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, que a respectiva unidade as preencha com candidatos habilitados nos concursos vestibulares realizados no próprio ou em outros estabelecimentos do mesmo curso ou área de conhecimento.

§ 7.º A Comissão proporá as medidas financeiras destinadas ao aten-

dimento dos encargos com aumento de matrículas de ensino superior.

Art. 5.º Os Ministérios do Planejamento e Coordenação-Geral, da Fazenda e da Educação e Cultura, através de seus órgãos específicos, tomarão todas as providências para que o pagamento das parcelas constantes de convênios assinados, para possibilitar o aumento do número de vagas, se processe rigorosamente nos prazos fixados.

Art. 6.º As despesas decorrentes da expansão de matrículas verificada em virtude do disposto no presente Decreto-lei, serão objeto de previsão orçamentária no exercício de 1970 e subsequentes, inclusive em favor das instituições privadas.

Parágrafo único. Será suspenso o auxílio concedido se, em qualquer época, ficar comprovada a não organização da turma para cuja manutenção tenha sido aquele concedido.

Art. 7.º Os recursos de que trata o § 2.º do artigo 4.º, não autorizados até a instalação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, serão a este recolhidos, para os fins previstos no presente Decreto-lei.

Art. 8.º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 31 de dezembro de 1968: 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Tarso Dutra

Helio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 406 — DE 31 DE
DEZEMBRO DE 1968

Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e da outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias tem como fato gerador:

I — a saída de mercadorias de estabelecimento comercial, industrial ou produtor;

II — a entrada, em estabelecimento comercial, industrial ou produtor, de mercadoria importada do exterior pelo titular do estabelecimento;

III — o fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias em restaurantes, bares, cafés e estabelecimentos similares.

§ 1º Equipara-se à saída a transmissão da propriedade de mercadoria quando esta não transitar pelo estabelecimento do transmitente.

§ 2º Quando a mercadoria for remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, no mesmo Estado, a saída considera-se ocorrida no lugar do estabelecimento remetente:

I — no momento da saída da mercadoria do armazém geral ou do depósito fechado, salvo se para retornar ao estabelecimento de origem;

II — no momento da transmissão de propriedade da mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado.

§ 3º O imposto não incide:

I — Sobre a saída de produtos industrializados destinados ao exterior;

II — Sobre a alienação fiduciária em garantia;

III — Sobre a saída de estabelecimento prestador dos serviços a que se refere o artigo 8º, de mercadorias a serem ou que tenham sido utilizadas na prestação de tais serviços;

IV — A saída de estabelecimento de empresa de transporte ou de depósito por conta e ordem desta, de mercadorias de terceiros.

§ 4º São isentas do imposto

I — As saídas de vasilhame recipientes e embalagens, inclusive sacaria, quando não cobrados do destinatário ou não computados no valor das mercadorias que acondicionam e desde que devam retornar ao estabelecimento remetente ou a outro do mesmo titular;

II — As saídas do vasilhame recipientes e embalagens, inclusive sacaria, em retorno ao estabelecimento remetente ou a outro do mesmo titular ou a depósito em seu nome;

III — A saída de mercadorias destinadas ao mercado interno e produzidas em estabelecimentos industriais como resultado de concorrência internacional, com participação de indústrias do país contra pagamento com recursos oriundos de divisas conversíveis provenientes de financiamento a longo prazo de instituições financeiras internacionais ou entidades governamentais estrangeiras;

IV — As entradas de mercadorias em estabelecimento do importador, quando importadas do exterior e destinadas à fabricação de peças, máquinas e equipamentos para o mercado interno como resultado de concorrência internacional com participação da indústria do país contra pagamento com recursos provenientes de divisas conversíveis provenientes de financiamento a longo prazo de instituições financeiras internacionais ou entidades governamentais estrangeiras;

V — A entrada de mercadorias importadas do exterior quando destinadas à utilização como matéria-prima em processos de industrialização, em estabelecimento do importador, desde que a saída dos produtos industrializados resultantes fique efetivamente sujeita ao pagamento do imposto;

VI — A entrada de mercadorias cuja importação estiver isenta do imposto, de competência da União, sobre a importação de produtos estrangeiros;

VII — A entrada, em estabelecimento do importador, de mercadorias importadas do exterior sob o regime de "draw back";

VIII — A saída, de estabelecimento de empreiteiro de obras hidráulicas ou de construção civil, de mercadorias adquiridas de terceiros e destinadas a obra a cargo do remetente;

IX — As saídas de mercadorias de estabelecimento de produtor para estabelecimento de cooperativa de que faça parte, situado no mesmo Estado;

X — As saídas de mercadorias de estabelecimento de cooperativas de produtores para estabelecimentos no mesmo Estado de federação de cooperativas de que a cooperativa remetente faça parte.

§ 5º O disposto no § 3º, inciso I, aplica-se também à saída de mercadorias de estabelecimentos industriais ou de seus depósitos com destino:

I — A empresas comerciais que operem exclusivamente no comércio de exportação;

II — A armazéns alfandegados e entrepostos aduaneiros.

§ 6º No caso do parágrafo 5º, a reintrodução da mercadoria no mercado interno tornará exigível o imposto devido pela saída com destino aos estabelecimentos ali referidos.

§ 7º Os Estados isentarão do imposto de circulação de mercadorias a venda a varejo, diretamente ao consumidor, dos gêneros de primeira necessidade que especificarem não podendo estabelecer diferença em função dos que participam da operação tributada.

ART. 2º A base de cálculo do imposto é:

I — O valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria;

II — Na falta de valor a que se refere o inciso anterior o preço corrente da mercadoria, ou sua similar, no mercado atacadista da praça do remetente

III — Na falta do valor e na impossibilidade de determinar o preço aludido no inciso anterior:

a) se o remetente for industrial, o preço FOB estabelecimento industrial, à vista;

b) se o remetente for comerciante, o preço FOB estabelecimento comercial, à vista, em vendas a outros comerciantes ou industriais.

IV — No caso do inciso II do artigo 1º, a base de cálculo é o valor constante dos documentos de importação, convertido em cruzeiros à taxa cambial efetivamente aplicada em cada caso e acrescido do valor dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e demais despesas aduaneiras efetivamente pagas

§ 1º Nas saídas de mercadorias para estabelecimento em outro Estado, pertencente ao mesmo titular ou seu representante quando as mercadorias não devam sofrer, no estabelecimento de destino, alteração de qualquer espécie, salvo reacondicionamento e quando a remessa for feita por preço de venda a não contribuinte, uniforme em todo o país a base de cálculo será equivalente a 75% deste preço.

§ 2º Na hipótese do inciso III "b", deste artigo, se o estabelecimento co-

mercial remetente não efetuar vendas a outros comerciantes ou a industriais, a base de cálculo será equivalente a 75% do preço de venda no estabelecimento remetente, observado o disposto no § 3º.

§ 3º Para aplicação do inciso III do "caput" d'este artigo, adotar-se-á a média ponderada dos preços efetivamente cobrados pelo estabelecimento remetente, no segundo mês anterior ao da remessa.

§ 4º Nas operações interestaduais entre estabelecimentos de contribuintes diferentes quando houver reajuste do valor da operação devido à remessa a diferença ficará sujeita ao imposto no estabelecimento de origem.

§ 5º O montante do imposto sobre produtos industrializados não integra a base de cálculo definida neste artigo:

I — Quando a operação constitua fato gerador de ambos os tributos;

II — Em relação a mercadorias sujeitas ao imposto sobre produtos industrializados com base de cálculo relacionada com o preço máximo de venda no varejo marcado pelo fabricante.

§ 6º Nas saídas de mercadorias decorrentes de operações de venda aos encarregados da execução da política de preços mínimos, a base de cálculo é o preço mínimo fixado pela autoridade federal competente.

§ 7º O montante do imposto de circulação de mercadorias integra a base de cálculo a que se refere este artigo, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle.

§ 8º Na saída de mercadorias para o exterior ou para os estabelecimentos a que se refere o § 5º do artigo 1º a base de cálculo será o valor líquido faturado, a ele não se adicionando frete auferido por terceiro seguro ou despesas decorrentes do serviço de embarque por via aérea ou marítima.

Art. 3º O imposto sobre circulação de mercadorias é não cumulativo, abatendo-se, em cada operação, o montante cobrado nas anteriores, pelo mesmo ou outro Estado.

§ 1º A lei estadual disporá de forma que o montante devido resulte da diferença a maior, em determinado

período, entre o imposto referente às mercadorias saídas do estabelecimento e o pago relativamente às mercadorias nele entradas. O saldo verificado em determinado período a favor do contribuinte transfere-se para o período ou períodos seguintes.

§ 2º Os Estados poderão facultar aos produtores a opção pelo abatimento de uma percentagem fixa, a título do montante do imposto pago relativamente às mercadorias entradas no respectivo estabelecimento.

§ 3º Não se exigirá o estorno do imposto relativo às mercadorias entradas para utilização, como matéria-prima ou material secundário, na fabricação e embalagem dos produtos de que tratam o § 3º, inciso I e o § 4º, inciso III, do artigo 1º. O disposto neste parágrafo não se aplica, salvo disposição da lei estadual, em contrário, às matérias-primas de origem animal ou vegetal que representem, individualmente, mais de 50% do valor do produto resultante de sua industrialização.

§ 4º As empresas produtoras de discos fonográficos e de outros materiais de gravação de som poderão abater do montante do imposto de circulação de mercadorias, o valor dos direitos autorais artísticos e conexos, comprovadamente pagos pela empresa, no mesmo período, aos autores e artistas, nacionais ou domiciliados no país, assim como aos seus herdeiros e sucessores, mesmo através de entidades que os representem.

§ 5º Para efeito do cálculo a que se refere o § 1º d'este artigo, os Estados podem determinar a exclusão do imposto referente a mercadorias entradas no estabelecimento quando este imposto tiver sido devido, no todo ou em parte, ao próprio ou a outros contribuintes, por qualquer entidade tributante mesmo sob forma de prêmio ou estímulo.

Art. 4º Em substituição ao sistema de que trata o artigo anterior, os Estados poderão dispor que o imposto devido resulte da diferença a maior entre o montante do imposto relativo à operação a tributar e o pago na incidência anterior sobre a mesma mercadoria nas seguintes hipóteses:

I — Saída de estabelecimentos comerciais atacadistas ou de cooperativas de beneficiamento e venda em comum, de produtos agrícolas "in

natura" ou simplesmente beneficiados;

II — Operações de vendedores ambulantes e de estabelecimentos de existência transitória.

Art. 5.º A alíquota do imposto de circulação de mercadorias será uniforme para todas as mercadorias nas operações internas e interestaduais, e não excederá, naquelas que se destinem a outro Estado e ao exterior, os limites fixados em resolução do Senado.

§ 1.º A resolução será tomada pelo Senado, por iniciativa própria ou do Presidente da República.

§ 2.º O limite a que se refere este artigo substituirá a alíquota fixada em lei estadual, quando lhe for superior.

Art. 6.º Contribuinte do imposto é o comerciante, industrial ou produtor que promove a saída da mercadoria, o que a importa do exterior ou o que arremata em leilão ou adquire, em concorrência promovida pelo Poder Público, mercadoria importada e apreendida.

§ 1.º Consideram-se também contribuintes:

I — As sociedades civis de fins econômicos, inclusive cooperativas que pratiquem com habitualidade operações relativas à circulação de mercadorias;

II — As sociedades civis de fins não econômicos que explorem estabelecimentos industriais ou que pratiquem, com habitualidade, venda de mercadorias que para esse fim adquirirem;

III — Os órgãos da administração pública direta, as autarquias e empresas públicas, federais, estaduais ou municipais, que vendam, ainda que apenas a compradores de determinada categoria profissional ou funcional, mercadorias que, para esse fim, adquirirem ou produzirem.

§ 2.º Os Estados poderão considerar como contribuinte autônomo cada estabelecimento comercial, industrial ou produtor, permanente ou temporário, do contribuinte, inclusive veículos utilizados por este no comércio ambulante.

§ 3.º O disposto no § 1.º inciso III não se aplica à Superintendência Nacional do Abastecimento.

Art. 7.º Nas comessas de mercadoria para fora do Estado será obri-

gatória a emissão de documento fiscal segundo modelo estabelecido em decreto do Poder Executivo federal.

Art. 8.º O imposto, de competência dos Municípios, sobre serviços de qualquer natureza, tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço constante da lista anexa.

§ 1.º Os serviços incluídos na lista ficam sujeitos apenas ao imposto previsto neste artigo, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 2.º Os serviços não especificados na lista e cuja prestação envolva o fornecimento de mercadorias ficam sujeitos ao imposto de circulação de mercadorias.

Art. 9.º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1.º Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

§ 2.º Na execução de obras hidráulicas ou de construção civil o imposto será calculado sobre o preço deduzido das parcelas correspondentes:

a) ao valor dos materiais adquiridos de terceiros, quando fornecidos pelo prestador de serviços;

b) ao valor das subempreitadas já tributadas pelo imposto.

§ 3.º Quando os serviços a que se referem os itens I, III, V (exceto os serviços de construção de qualquer tipo por administração ou empreitada) e VII da lista anexa, forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao imposto na forma do § 1.º, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

Art. 10. Contribuinte é o prestador do serviço.

Parágrafo único. Não são contribuintes os que prestem serviços em relação de emprego, os trabalhadores

avulsos, os diretores e membros de conselhos consultivo ou fiscal de sociedades.

Art. 11. Fica isento do imposto a execução, por administração ou empreitada, de obras hidráulicas ou de construção civil contratadas com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, autarquias e empresas concessionárias de serviços públicos, assim como as respectivas sub-empresas.

Art. 12. Considera-se local da prestação do serviço:

a) o do estabelecimento prestador ou, na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador;

b) no caso de construção civil o local onde se efetuar a prestação.

Lista de Serviços

I — Médicos, dentistas, veterinários, enfermeiros, protéticos, ortopedistas, fisioterapeutas e congêneres; laboratórios de análises, de radiografia ou radioscópia, de eletricidade médica e congêneres;

II — Hospitais, sanatórios, ambulatórios, pronto socorros, casas de saúde, recuperação ou repouso, asilos e congêneres;

III — Advogados, solicitadores e provisionados;

IV — Agentes da propriedade industrial, despachantes, peritos e avaliadores particulares, tradutores e intérpretes juramentados e congêneres;

V — Engenheiros, arquitetos, urbanistas, projetistas, calculistas, desenhistas técnicos, construtores, empreiteiros, decoradores, paisagistas e congêneres;

VI — Serviços de terraplenagem, demolição, conservação e reparação de edifícios, estradas, pontes e outras obras de engenharia, e suas congêneres;

VII — Contadores, auditores econômistas, guarda-livros, técnicos em contabilidade;

VIII — Barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures e congêneres; institutos de beleza e congêneres; estabelecimentos de duchas, massagens, ginástica, banhos e seus congêneres;

IX — Serviços de transporte urbano ou rural, de carga ou de passageiros, estritamente de natureza municipal;

X — Serviços de diversões públicas:

a) teatros, cinemas, parques de diversões, exposições com cobrança de ingressos, e congêneres, de natureza permanente ou temporária;

b) bilhares, boliches e outros jogos permitidos; o fornecimento, no recinto, de bebidas, alimentos e outras mercadorias, que fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias;

c) cabarés, clubes noturnos, dançings, boites e congêneres; o fornecimento, no recinto, de bebidas, alimentos e outras mercadorias, que fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias;

d) bailes e outras reuniões públicas, com ou sem cobrança de ingresso;

e) competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem cobrança de ingresso ou participação do espectador, inclusive as realizadas em auditórios de estações radiofônicas, ou de televisão e congêneres;

f) execução de música, por executantes individuais ou em conjunto, ou transmitida por processo mecânico, elétrico ou eletrônico;

XI — Agências de turismo, passeios e excursões; guias turísticos e intérpretes.

XII — Agenciamento, corretagem ou intermediação de seguros, da compra e venda de bens móveis ou imóveis, e quaisquer atividades congêneres ou semelhantes, *exceto o agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos ou valores mobiliários praticados por instituição que dependa de autorização federal.*

XIII — Organização, programação, planejamento e consultoria técnica, financeira ou administrativa; avaliações de bens, mercadorias, riscos ou danos; laboratórios de análises técnicas; atividades congêneres ou similares.

XIV — Organização de feiras, de amostras, de congressos e reuniões similares.

XV — Propaganda e publicidade, inclusive planejamento de campanhas ou sistemas regulares de publicidade, a elaboração de desenhos, textos e demais material publicitário

(exceto sua impressão, reprodução ou fabricação) e a divulgação de tais desenhos, textos ou outros materiais publicitários por qualquer meio apto a torná-los acessíveis ao público, inclusive por meio de transmissão telefônica, radiofônica ou televisonada e sua inserção em jornais, periódicos ou livros;

XVI — Dactilografia, estenografia, secretaria e congêneres;

XVII — Elaboração, cópia ou reprodução de plantas, desenhos e documentos;

XVIII — Locação de bens móveis;

XIX — Locação de espaço em bens imóveis, a título de hospedagem;

XX — Armazéns gerais, armazéns frigoríficos, silos, depósitos de qualquer natureza, guarda-móveis e serviços correlatos; serviços de carga, descarga, arrumação e guarda dos bens depositados.

XXI — Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres, exceto o fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias quando não incluídas no preço da diária ou mensalidade.

XXII — Administração de bens.

XXIII — Lubrificação, conservação e manutenção.

XXIV — Empresas limpadoras.

XXV — Ensino de qualquer grau ou natureza.

XXVI — Alfaiates, costureiras ou congêneres, quando o material, salvo aviamentos, seja fornecido pelo usuário do serviço.

XXVII — Tinturarias e lavanderias;

XXVIII — Estúdios fotográficos e cinematográficos, inclusive revelação, ampliação e cópias fotográficas.

XXIX — Venda de bilhetes de loteria.

Art. 13. Revogam-se os artigos 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 71, 72 e 73 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, com suas modificações posteriores, bem como todas as demais disposições em contrário.

Art. 14. Este Decreto-lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1969.

Brasília, 31 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 407 — DE 31 DE
DEZEMBRO DE 1968

Fixa alíquotas máximas para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no § 4º do artigo 24 da Constituição, decreta:

Art. 1º As alíquotas máximas do imposto sobre circulação de mercadorias serão:

I — Nas operações internas, as alíquotas vigentes em cada Estado em 31 de dezembro de 1968;

II — Nas operações interestaduais e nas operações de exportação para o estrangeiro, 15% (quinze por cento).

Art. 2º No interesse da política de comércio exterior, fica o Poder Executivo autorizado a, em casos especiais, reduzir de até 50% (cinquenta por cento) a alíquota máxima fixada no artigo 1º para as operações de exportações para o estrangeiro.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 408 — DE 31 DE
DEZEMBRO DE 1968.

Altera a Lei nº 5.546, de 29 de novembro de 1968; que estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício de 1969

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica incluída nos anexos correspondentes da receita do orçamento de 1969 a previsão da arrecadação das seguintes taxas:

I — Taxa Rodoviária — NCR\$ 30.000.000,00;

II — Imposto Sobre Transporte Rodoviário de Passageiros — NCr\$ 3.000.000,00.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 409 — DE 31 DE
DEZEMBRO DE 1968

Acrescenta parágrafo ao artigo 7º da Lei nº 5.552, de 4 de dezembro de 1968.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Sem prejuízo do disposto nos artigos 6º e 7º do Decreto-lei 376,

de 20 de dezembro de 1968, o artigo 7º da Lei 5.552, de 4 de dezembro de 1968, fica acrescido de um § 2º, com a seguinte redação, passando o seu parágrafo único a § 1º, sem modificação do respectivo texto:

“Art. 7º

§ 1º

§ 2º A majoração prevista neste artigo ou qualquer outra que venha a ser concedida a pessoal da União, não se aplica aos magistrados e membros de Ministério Público transferidos da União para o Estado da Guanabara.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

IV — DECRETOS-LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, item I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1968

Aprova o Convênio de Co-produção Cinematográfica, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, na cidade do Rio de Janeiro, a 25 de janeiro de 1968.

Art. 1º E' aprovado o Convênio de Co-produção Cinematográfica, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, na cidade do Rio de Janeiro, a 25 de janeiro de 1968.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1º de outubro de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

O texto do Convênio acompanha a publicação d'este Decreto Legislativo no "D.C.N." (Seção II), de 2.10.68

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 40, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 354, de 1º de agosto de 1968

Artigo único. E' aprovado o texto do Decreto-lei nº 354, de 1º de agosto de 1968, que determina a intervenção do Banco Central do Brasil na Domínio S. A. -- Indústria e Comércio e demais empresas integradas no mesmo grupo econômico.

Senado Federal, em 1º de outubro de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 1968

Aprova o Tratado sobre Principios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e demais Corpos Celestes, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 19 de dezembro de 1966.

Art. 1º. É aprovado o Tratado sobre Principios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive

a Lua e demais Corpos Celestes, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de outubro de 1968.

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

O texto do Tratado acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no D.C.N. (Seção II), de 3-10-68.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 1968

Aprova o Acôrdo de Comércio entre o Brasil e a Índia, assinado em Nova Delhi, a 3 de fevereiro de 1968.

Art. 1º. É aprovado o Acôrdo de Comércio entre o Brasil e a Índia, assinado em Nova Delhi a 3 de fevereiro de 1968.

Art. 2º. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de outubro de 1968.

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

O texto do Acôrdo acompanha a publicação deste Decreto legislativo no D. C. N. (Seção II), 3-10-68.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 355, de 6 de agosto de 1968.

Artigo único. E' aprovado o texto do Decreto-lei nº 355, de 6 de agosto de 1968, que altera a redação do art. 1º do Decreto-lei nº 340, de 22 de dezembro de 1967.

Senado Federal, em 3 de outubro de 1968.

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do Artigo 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1968

Aprova o texto do Acôrdo para Aplicação de Salvaguardas, assinado em Viena, a 10 de maio de 1967, entre a República Federativa do Brasil, os Estados Unidos da América e a Agência Internacional de Energia Atômica.

Art. 1º E' aprovado o texto do Acôrdo para Aplicação de Salvaguardas, assinado em Viena, a 10 de maio de 1967, entre a República Federativa

do Brasil, os Estados Unidos da América e a Agência Internacional de Energia Atômica.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de outubro de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

O texto do Acôrdo acompanha a publicação dêste Decreto Legislativo no D. C. N. (Seção II), 16-10-1968

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do Artigo 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 1968

Autoriza o Presidente da República a dar adesão do Governo brasileiro a quatro Convenções sobre o Direito do Mar, concluídas em Genebra, a 29 de abril de 1958.

Art. 1º E' o Presidente da República autorizado a dar a adesão do Governo brasileiro às quatro Convenções sobre o Direito do Mar, abaixo mencionadas, concluídas em Genebra, a 29 de abril de 1958:

- I — Convenção sobre Mar Territorial e Zona Contígua;
- II — Convenção sobre Alto Mar;
- III — Convenção sobre Pesca e Conservação dos Recursos Vivos de Alto Mar;
- IV — Convenção sobre Plataforma Continental.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de outubro de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

O texto das Convenções acompanha a publicação dêste Decreto Legislativo no D. C. N. (Seção II), 16-10-1968

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do Artigo 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 356, de 15 de agosto de 1968.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que estende benefícios do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental e dá outras providências.

Senado Federal, 15 de outubro de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 47, inciso 16, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 1968

Aprova as contas gerais da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS, relativas ao exercício de 1964.

Artigo único. São aprovadas as contas gerais da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, relativas ao exercício de 1964.

Senado Federal, 29 de outubro de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 47 inciso I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1968

Aprova o texto do Protocolo assinado em Assunção, a 2 de setembro de 1967, pelo qual se estabelece um sistema para solução de controvérsias relacionadas com o Tratado de Montevideu.

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo assinado em Assunção, a 2 de setembro de 1967, pelo qual se estabelece um sistema para solução de controvérsias relacionadas com o Tratado de Montevideu.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de novembro de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 73, § 5º, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1968

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, para o fim de ser mantido o registro da concessão de pensão de montepio militar a Martinha Monteiro da Silveira.

Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, interposto no Processo nº 32.785-65, para o fim de ser mantido o registro da concessão de pensão de montepio militar a Martinha Monteiro da Silveira, viúva do ex-sargento do Exército João Machado da Silveira, tornando-se definitivo o ato praticado em 26 de julho de 1966, na conformidade da autorização do Sr. Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos nº 047-D.F., de 14 de março de 1966, do Ministro da Guerra.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de novembro de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 47, inciso III, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 1968

Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País

Art. 1º É o Vice-Presidente da República autorizado a ausentar-se do País, a fim de representar o Brasil nas cerimônias de posse do novo Presidente dos Estados Unidos da América, Senhor Richard M. Nixon.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de novembro de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 357, de 23 de setembro de 1968

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 357, de 23 de setembro de 1968, que prorroga o prazo previsto no artigo 1º do Decreto-lei nº 7, de 13 de maio de 1966, e dá outras providências.

Senado Federal, em 26 de novembro de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 5º, letra "b", da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1968

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a emissão de Letras do Tesouro, Série "D", ao portador, no montante de NCr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos).

Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União interposto pelo Ofício nº 1.599, de 1966, a fim de ser mantida a emissão de Letras do Tesouro, Série "D", ao portador, no montante de NCr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos); tornando-se definitivo o ato praticado em 16 de dezembro de 1966, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República em despacho exarado na Exposição de Motivos nº 713, de 29 de setembro de 1966, do Ministro da Fazenda.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de novembro de 1968

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, DE 1968

Aprova o Acôrdo sobre Demarcação de Limites, firmado entre o Brasil e a Bolívia, em La Paz, a 29 de março de 1958.

Art. 1º E' aprovado o Acôrdo sobre Demarcação de Limites, firmado entre o Brasil e a Bolívia, em La Paz, a 29 de março de 1958.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

O texto do Acôrdo acompanha a publicação dêste Decreto Legislativo publicado no *Diário do Congresso Nacional* (Seção II), de 1-12-68.

V — LEIS

LEI Nº 5.503 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1968

Da nova redação ao art. 1º da Lei nº 5.311, de 18 de agosto de 1967, que dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal do Ministério do Exército para melhor atender às organizações de saúde do Exército.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 5.311, de 18 de agosto de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam criados nas séries de classes ou nas classes respectivas, e incluídos no Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério do Exército, os seguintes cargos:

Numero e Denominação — Código

- 10 Enfermeira — TC-1201.22.C.
- 16 — Enfermeiro — TC-1201.21.B.
- 20 — Enfermeiro — TC-1201.20.A.

90 — Auxiliar de Enfermagem....
P-1701.15.C.

158 — Auxiliar de Enfermagem....
P-1701.14.B.

204 — Auxiliar de Enfermagem....
P-1701.13.A.

31 — Parteira — P-1703.13.B.

32 — Parteira — P-1703.11.A.

1 — Operador de Raio X.....
P-1706.13.B.

1 — Operador de Raio X.....
P-1706.11.A.

14 — Nutricionista — P-1902.20.B.

14 — Nutricionista — P-1902.19.A.

1 — Técnico de Laboratório.....
P-1601.12.A.

1 — Laboratorista — P-1603.9.B.

2 — Laboratorista — P-1603.8.A”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de outubro de 1968;
147ª da Independência e 30ª da República.

A. COSTA E SILVA

Aurelio de Lyra Tavares

LEI Nº 5.504 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1968

Modifica dispositivo da Lei nº 4.908, de 17 de dezembro de 1965 e transfere ações da União para a ELETROBRAS

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a obrigação estabelecida pelo art. 3º da Lei número 4.908, de 17 de dezembro de 1965, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º O capital da Sociedade será constituído na forma prevista no Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, observadas as prescrições da legislação específica sobre energia elétrica.”

Art. 2.º As ações pertencentes à União no capital da SOTELCA, são transferidas, a partir da data de vigência desta Lei, às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS, mantido por esta, em qualquer hipótese, o domínio de 51% (cinqüenta e um por cento) no mínimo, do total das ações com direito a voto.

Parágrafo único. A União utilizará o valor das ações transferidas em subscrição do capital social da ELETROBRAS.

Art. 3.º Os créditos da União na SOTELCA, correspondentes a recursos destinados a subscrição de capital, serão igualmente transformados em ações de propriedade da ELETROBRAS, nos termos da legislação específica sobre energia elétrica.

Art. 4.º ... VETADO ...

Parágrafo único. ... VETADO ...

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de outubro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA
José Costa Cavalcanti

LEI Nº 5.505 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir crédito especial no valor de NCr\$ 8.275.000,00 (oito milhões duzentos e setenta e cinco mil cruzeiros novos), para integralização do Capital da Companhia de Telefones de Brasília Ltda. — COTELB.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo do Distrito Federal autorizado a abrir o crédito especial no valor de NCr\$ 8.275.000,00 (oito milhões, duzentos e setenta e cinco mil cruzeiros novos), para integralização do Capital da Companhia de Telefones de Brasília Ltda. — COTELB.

Art. 2.º Os recursos necessários à abertura deste crédito serão obtidos, na forma do inciso III, § 1.º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação total das dotações abaixo especificadas, do Orçamento do Distrito Federal.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

- 43.0 00 — Transferência de Capital
- 43.2.00 — Auxílio para Obras Públicas
- 43.2.03 — Entidades do Distrito Federal
- 1 — Companhia de Telefones de Brasília — 7.075.000,00
- 43.3.00 — Auxílio para Equipamentos e Instalações
- 43.3.03 — Entidades do Distrito Federal
- 1 — Companhia de Telefones de Brasília — 1.200.000,00

Art. 3.º O crédito especial, aberto por esta lei, vigorará até o término do exercício financeiro de 1969.

Art. 4.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de outubro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antonio da Gama e Silva

LEI Nº 5.506 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1968

Concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedido aos funcionários do antigo Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União, de acordo com as disposições da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, relativas a transferência.

Art. 2º A transferência de que trata esta Lei processar-se-á para cargo da mesma denominação do ocupado pelo funcionário à data da promulgação da Constituição do Estado do Acre, respeitadas as promoções a que tenham feito jus na respectiva série de classes e observado o disposto no § 5º do art. 9º da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962, não se considerando quaisquer acréscimos de vencimentos ou reclassificações efetivados sob a responsabilidade do referido Estado.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de outubro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Afonso A. Lima

LEI Nº 5.507 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1968

Estabelece prioridade para matrícula nos estabelecimentos de ensino público de curso médio e dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo para os filhos de ex-combatentes e orfãos menores carentes de recursos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 2º Serão concedidas bolsas de estudo, com prioridade, através das Comissões Estaduais de Bolsas de Estudo:

I — aos filhos menores de ex-combatentes, somente quando a solicitação for encaminhada pela respectiva Associação, sediada na Capital do Estado, acompanhada dos documentos comprobatórios;

II — aos menores órfãos carentes de recursos, quando apresentados documentos que comprovem essa condição.

Parágrafo único. Em ambos os casos, a solicitação deverá ser justificada com declaração, firmada por autoridade pública, da inexistência de estabelecimento oficial no local de domicílio do requerente.

Art. 3º As bolsas de que trata o artigo anterior equivalem à anuidade-externato, desde que não ultrapasse a importância de 2 (duas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 4º As Comissões Estaduais de Bolsas de Estudo, até 30 de março de cada ano, deverão apresentar ao Ministério da Educação e Cultura, através da Coordenação Nacional de Bolsas de Estudo, o relatório do ano anterior, indicativo do número de bolsistas reprovados, filhos de ex-combatentes ou órfãos carentes de recursos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de outubro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

LEI Nº 5.508 — DE 11 DE OUTUBRO
DE 1968

Aprova a Quarta Etapa do Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, para os anos de 1969, 1970, 1971, 1972 e 1973, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovada a Quarta Etapa do Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste para os anos de 1969, 1970, 1971, 1972 e 1973, obedecidas as suas Linhas de Ação, Diretrizes de Execução e Programação, já aprovadas pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, com as modificações desta Lei.

Art. 2º Os programas e projetos especificados nos Anexos desta Lei terão sua execução financiada com recursos orçamentários federais e de outras fontes internas e externas, comportando, as respectivas dotações, dispêndios de capital e custeio, inclusive gastos com as atividades de administração da SUDENE, da SUVALE e do DNOCS.

§ 1º Os valores constantes do anexo financeiro desta Lei serão incluídos nos orçamentos anuais, observada a compatibilização entre o Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste e a programação setorial dos órgãos do Governo Federal, efetuada através dos Planos Nacionais Quinquenais e dos orçamentos plurianuais de investimentos.

§ 2º Os valores referentes aos exercícios de 1971, 1972 e 1973, incluídos no Anexo Financeiro, serão ajustados por ocasião da elaboração dos futuros projetos de orçamentos plurianuais, de acordo com os critérios gerais, pelos órgãos técnicos competentes.

Art. 3º A SUDENE promoverá a utilização dos resultados de pesquisa considerados de interesse para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, podendo, para esse efeito, estabelecer condições especiais na concessão dos incentivos fiscais e financeiros que administre.

Art. 4º A SUDENE poderá conceder bolsas a técnicos estrangeiros a seus quadros de servidores que se dedicarem exclusivamente a pesquisas de

interesse para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste.

§ 1º A concessão das bolsas efetivar-se-á através de convênio com os órgãos ou entidades a que estiverem subordinados os técnicos referidos neste artigo.

§ 2º O órgão ou entidade responsável pela pesquisa apresentará a SUDENE, periodicamente, relatório minucioso sobre as atividades desenvolvidas.

§ 3º As bolsas serão imediatamente suspensas, caso não seja cumprido o disposto no parágrafo anterior, ou o relatório demonstre a ineficiência da pesquisa.

Art. 5º A SUDENE poderá conceder prêmios ou bolsas de estudo, no País ou no exterior, a autores de trabalhos originais que contenham:

- a) descobertas científicas;
- b) propostas fundamentadas de melhoria de tecnologia industrial ou agrícola;
- c) propostas fundamentadas de aproveitamento econômico de matérias-primas ou subprodutos ainda não utilizados.

Parágrafo único. Os prêmios ou bolsas referidos neste artigo somente serão concedidos quando, a critério da SUDENE, a descoberta ou proposta forem de interesse para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste.

Art. 6º Fica a SUDENE autorizada a instituir uma Fundação destinada a realizar pesquisas necessárias ao aproveitamento dos recursos naturais do Nordeste.

§ 1º Para o efeito do cumprimento do disposto no art. 24 do Código Civil, a SUDENE fará dotação especial de NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos) à Fundação prevista neste artigo.

§ 2º Uma vez instituída, a Fundação estará autorizada a realizar pesquisas minerais, observadas as disposições do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 7º A Fundação de que trata o artigo anterior adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro de Pessoas Jurídicas, dos atos constitutivos, e reger-se-á por estatutos aprovados pelo Conselho Deliberativo da SUDENE.

Art. 8º Em substituição ao Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (FIDENE), e criado o Fundo de Pesquisa e de Recursos Naturais do Nordeste (FURENE), a ser gerido pela SUDENE.

§ 1º Os recursos do FURENE serão utilizados nas seguintes finalidades:

- a) financiamento à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias adequadas às condições regionais;
- b) financiamento à pesquisa de recursos naturais do Nordeste;
- c) custeio de pesquisa científica ou tecnológica.

§ 2º Na utilização dos recursos do FURENE, terão prioridade as pesquisas minerais e as que visem à racionalização e ao desenvolvimento agropecuário da região.

§ 3º Para a concessão de financiamento com recursos do FURENE, a SUDENE celebrará convênio com estabelecimento oficial de crédito, preferentemente o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e os Bancos de desenvolvimento em que os Estados, com área abrangida pela atuação da SUDENE, tenham a maioria das ações com direito a voto.

§ 4º Para cumprimento do disposto na letra c do § 1º, deste artigo e na conformidade dos programas que aprovar, a SUDENE, mediante convênio com as Universidades e Institutos especializados de Pesquisa e Experimentação, sediados no Nordeste, aplicará 1% (um por cento) dos recursos incorporados ao FURENE, por força do § 2º do art. 22 desta Lei.

Art. 9º Constituem recursos do FURENE:

- a) as dotações orçamentárias e contribuições outras que lhe sejam atribuídas;
- b) as amortizações, juros, lucros, dividendos, quotas de risco e quaisquer outras receitas derivadas da aplicação dos seus recursos;
- c) o produto da transferência prevista no § 2º do artigo 40 desta Lei;
- d) o produto dos empréstimos que a SUDENE contrair, no País ou no exterior, para ampliação dos recursos do FURENE;
- e) os recursos derivados da contribuição de empresas beneficiárias de incentivos fiscais ou financeiros, de acordo com o disposto no art. 22 desta Lei;

f) o produto dos juros e multas referidos no § 4º do art. 20 da Lei número 4.239, de 27 de julho de 1963, com a redação dada pelo art. 41 desta Lei;

g) o produto da transferência da cobrança dos créditos referidos nos §§ 4º e 5º do art. 22 da Lei número 4.239, de 27 de junho de 1963, com a redação dada pelo art. 42 desta Lei.

§ 1º Ficam incorporados ao FURENE os recursos do Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (FIDENE).

§ 2º Correrão por conta do FURENE todas as despesas de sua operação, inclusive os prejuízos decorrentes da aplicação de seus recursos, e a amortização dos empréstimos previstos na letra d deste artigo.

Art. 10. Os financiamentos para pesquisas de recursos minerais concedidos com recursos do FURENE serão liquidados em dinheiro, ou em ações da empresa titular do direito de lavra ou da empresa que a represente no efetivo exercício desse direito.

Art. 11. Reconhecida a inviabilidade econômica de utilização dos resultados da pesquisa da jazida, os financiamentos referidos no § 1º do artigo 8º desta Lei não serão liquidados, convertendo-se em despesas, a fundo perdido, do FURENE.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, os direitos remanescentes à pesquisa ou lavra transferem-se à Fundação de que trata o artigo 6º desta Lei.

Art. 12. A concessão de financiamentos com recursos do FURENE obriga o beneficiário a não efetuar, sem prévia e expressa autorização da SUDENE, negócio que envolva transferência ou arrendamento dos direitos relativos à pesquisa ou à lavra, ou da propriedade em que se situe a jazida ou mina, bem como negócio que implique em ônus sobre esses direitos ou essa propriedade.

Parágrafo único. Serão nulos de pleno direito os negócios realizados com inobservância do disposto neste artigo.

Art. 13. O titular do direito de lavra de jazida pesquisada mediante a utilização de recursos provenientes do FURENE ou da Fundação pagará, respectivamente, à SUDENE ou à referida Fundação, pelo prazo máximo

de 20 (vinte) anos, quota de risco não superior a 5% (cinco por cento) do lucro definido como tributável, segundo a legislação do imposto de renda, independentemente da efetiva incidência ou do pagamento desse imposto.

Parágrafo único. Caso exista mais de uma empresa com interesse econômico direto na lavra da jazida, a quota de risco, prevista neste artigo, incidirá sobre o lucro que cada uma dessas empresas auferir em decorrência da mencionada lavra.

Art. 14. Incumbe ao Conselho Deliberativo da SUDENE, mediante proposta da Secretaria-Executiva:

- a) fixar critérios e normas gerais de operação do FURENE;
- b) estabelecer as condições gerais e especiais para os financiamentos com recursos do FURENE;
- c) aprovar o orçamento anual do FURENE.

Art. 15. Estendem-se à Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) as disposições do Decreto-lei nº 138, de 2 de fevereiro de 1967.

Art. 16. Obedecido o planejamento geral do Governo e o disposto no orçamento monetário, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. organizará, anualmente, até 31 de outubro, o seu orçamento de aplicações e o submeterá a consideração da SUDENE, cabendo ao Conselho Deliberativo a sua aprovação, após parecer da Secretaria Executiva.

Art. 17. O Conselho Deliberativo da SUDENE, mediante parecer ou proposta da Secretaria Executiva, poderá sugerir à Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. normas de operação que tornem mais eficiente a colaboração do Banco a empreendimentos e programas julgados prioritários, pela SUDENE, para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste.

Art. 18. Os projetos que impliquem obtenção de financiamento ou aval do Banco do Nordeste do Brasil S.A. serão apresentados simultaneamente à SUDENE e ao Banco.

§ 1º A SUDENE se pronunciará conclusivamente sobre cada projeto, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, a partir de sua apresentação, sendo vedado ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. aprovar qualquer projeto antes do pronunciamento da Au-

tarquia recomendando a assistência financeira, salvo nos casos previstos no § 1º do art. 27 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, com a redação dada pelo art. 13 da Lei número 4.869, de 1º de dezembro de 1965.

§ 2º O Banco do Nordeste do Brasil S.A. terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE que aprovar o projeto, para conceder ou negar a colaboração financeira recomendada.

§ 3º Sempre que denegar a colaboração financeira de que trata o parágrafo anterior, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. comunicará por escrito as razões do indetimento, para informação do Conselho Deliberativo da SUDENE.

Art. 19. Aplica-se o disposto no artigo 53 do Decreto nº 24.427, de 19 de junho de 1934, aos depósitos efetuados no Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Art. 20. Aplica-se à aquisição, por pessoas físicas, de ações do Banco do Nordeste do Brasil S.A., o disposto no art. 5º da Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966.

Art. 21. As empresas que, a partir da vigência desta Lei, pleitearem financiamento do Banco do Nordeste do Brasil S.A., para inversões fixas, ou os incentivos previstos no art. 18, letra b, da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, com a redação dada pelo art. 18 da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965, em montante superior a 3.000 (três mil) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País, incluirão, nos orçamentos de inversões dos respectivos projetos, sob a rubrica "contribuição para análise e fiscalização", o equivalente a 2% (dois por cento) dos incentivos e financiamentos pleiteados.

§ 1º Não se aplica o disposto neste artigo aos financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. a órgãos ou entidades da administração direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

§ 2º O produto da contribuição aludida no caput deste artigo será incorporado ao FURENE, devendo ser retido pela SUDENE ou pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., na proporção da liberação de recursos para empresas beneficiárias.

§ 3º A contribuição de que trata este artigo incidirá sobre os reajus-

tamentos que forem admitidos nos valores correspondentes às inversões de cada projeto.

Art. 22. A aplicação de recursos do INDA, destinados a programas de eletrificação rural na área de atuação da SUDENE, deverá, obrigatoriamente, obedecer aos critérios e às prioridades estabelecidos no Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste.

Art. 23. As empresas industriais e agrícolas, instaladas na região da SUDENE, poderão depositar, para reinvestimentos, no Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), acrescida em 50% (cinquenta por cento) metade da importância do imposto de renda devido, ficando, porém a liberação dos citados recursos condicionada à aprovação, pela SUDENE dos respectivos projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação do equipamento industrial.

Parágrafo único. A SUDENE baixará normas especiais para a elaboração, o exame e a aprovação dos projetos referidos neste artigo, reduzindo as exigências para sua aceitação ao mínimo, e estabelecendo prazos razoáveis para sua tramitação em caráter especial.

Art. 24. O Banco do Nordeste do Brasil S.A. estabelecerá normas especiais que lhe permitam, mediante garantias reais ou fidejussórias de retorno dos recursos que financiar, assegurar apoio financeiro a pesquisas minerais e tecnológicas, definidas como prioritárias pelo Conselho Deliberativo da SUDENE.

Art. 25. É facultado à SUDENE, dentro de suas disponibilidades financeiras, indenizar despesas realizadas por órgãos ou entidades da administração estadual do Nordeste em serviços ou obras constantes do Plano Diretor, uma vez comprovada a efetiva e eficiente aplicação dos recursos, e observadas as condições estabelecidas nos parágrafos deste artigo.

§ 1º A indenização não excederá a 50% (cinquenta por cento) do valor do serviço ou da obra, estimada com base no orçamento da SUDENE.

§ 2º Os recursos remanescentes vinculados ao serviço ou obra executados nos termos deste artigo serão aplicados preferencialmente no Estado beneficiário da indenização, em projetos ou programas constantes do Plano Diretor.

§ 3º Para fazer jus à indenização, os órgãos ou entidades referidos neste artigo, submeterão à aprovação da SUDENE o respectivo programa ou projeto, antes do início do serviço ou da obra.

§ 4º Recebido o programa ou projeto mencionado no parágrafo 3º, o Superintendente da SUDENE decidirá sobre o pedido, no prazo de 60 (sessenta) dias, fixando, inclusive, as condições para a indenização.

Art. 26. A SUDENE poderá conceder, ainda, bolsas de estudo aos estudantes das Universidades e Escolas Técnicas que concluírem os seus cursos com as melhores notas de aprovação.

Parágrafo único. Os estudantes contemplados com as bolsas de estudo referidas neste artigo ficam obrigados a remeter, semestralmente, a SUDENE, relatório dos seus trabalhos de especialização, aperfeiçoamento ou pesquisa.

Art. 27. Nos programas de organização agrícola, a SUDENE destinará recursos com a finalidade de estimular e contribuir para a implantação de pequenas e médias empresas agrícolas.

Art. 28. O art. 13 da Lei número 4.593, de 29 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. O pagamento do preço do lote será realizado em 20 (vinte) prestações anuais, podendo, a entidade ou o órgão executor do projeto, conceder prazo de carência de até 3 (três) anos."

Art. 29. será promovida a racionalização da agro-indústria canavieira do Nordeste, pela execução de programas que visem à melhoria de sua produtividade, à solução dos problemas sociais correlatos e à modificação da respectiva estrutura de produção.

Parágrafo único. A modificação da estrutura de produção de que trata este artigo será realizada através de:

I — modernização e diversificação das atividades agrícolas desenvolvidas na área ocupada pela agro-indústria canavieira do Nordeste;

II — a modernização e diversificação das atividades industriais que utilizam como matéria-prima a cana-de-açúcar e seus derivados, visando, especialmente, a aumentar a eficiên-

cia do trabalho industrial com a eliminação dos pontos de estrangulamento do conjunto fabril;

III — reestruturação necessária ao aproveitamento de mão-de-obra e de terras liberadas com o processo de racionalização.

Art. 30. A SUDENE, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Banco do Brasil S.A., membros do Conselho Deliberativo do Grupo Especial para Racionalização da Agro-Indústria Canavieira do Nordeste (GERAN), criado pelo Decreto número 59.033-A, de 8 de agosto de 1966, darão tratamento prioritário às tarefas de sua competência, que se relacionem com os programas referidos no art. 29 desta Lei.

§ 1º Participarão do Conselho Deliberativo do GERAN, como membros, os dois maiores Estados produtores de açúcar no Nordeste, através de representantes designados pelos respectivos Governadores.

§ 2º A Comissão de Financiamento da Produção concederá, igualmente, tratamento prioritário para os programas que se relacionem com o disposto no artigo anterior e para os demais projetos agropecuários aprovados pela SUDENE.

Art. 31. É criado o Fundo de Racionalização da Agro-Indústria Canavieira do Nordeste (FURAGRO), a ser operado pelo GERAN, e destinado a contribuir para a elaboração e execução dos programas de que trata o art. 29 desta Lei.

Art. 32. São recursos do ... FURAGRO:

a) a receita prevista no item II do art. 5º do Decreto-lei nº 302, de 28 de fevereiro de 1967;

b) as contribuições da SUDENE, do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA);

c) as dotações orçamentárias e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

d) as amortizações, os juros, os dividendos e quaisquer outras receitas derivadas da aplicação dos seus recursos.

§ 1º Os recursos a que se refere este artigo serão depositados em conta especial, à ordem do gestor do FURAGRO, no Banco do Brasil S.A.,

até o término de cada mês subsequente ao de seu recebimento, respectivamente, pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, SUDENE, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

§ 2º O GERAN utilizará os estabelecimentos de créditos oficiais federais para a concessão de financiamentos com recursos do FURAGRO.

§ 3º O orçamento de aplicação do FURAGRO será submetido ao Conselho Deliberativo do GERAN, para aprovação.

Art. 33. Os recursos do FURAGRO serão aplicados, especialmente, nas seguintes finalidades:

a) complementação de financiamento de projetos integrados de modernização das unidades produtoras;

b) financiamento parcial de despesas com a elaboração de projetos integrados;

c) elaboração de projetos de reestruturação agrária para aproveitamento de terras e mão-de-obra liberadas com o processo de racionalização.

d) projetos destinados diretamente à melhoria das condições de vida do trabalhador na agro-indústria canavieira;

e) capacitação de recursos humanos;

f) levantamentos básicos, inclusive aerofotogramétricos, dos recursos e condições naturais das áreas canavieiras;

g) pesquisas e experimentos para identificar as possibilidades de diversificação de uso da terra nas diferentes unidades sub-regionais das áreas canavieiras;

h) financiamento de projetos que visem a eliminação de pontos de estrangulamento na unidade industrial, permitindo, assim, a eficiente utilização do equipamento já instalado.

Art. 34. A isenção referida no art. 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, beneficiará, pelos prazos nela fixados, os empreendimentos que entrarem em operação até 31 de dezembro de 1971, inclusive.

Parágrafo único. A isenção prevista neste artigo não beneficiará:

a) os empreendimentos industriais que visem à produção de bens considerados não essenciais, a critério da SUDENE, ressalvados aqueles que se destinem à exportação;

b) os empreendimentos que tenham similar no Nordeste, salvo se o benefício já tiver sido concedido à empresa existente, ou quando, em circunstâncias especiais, a critério da SUDENE, o novo empreendimento, de preferência a ser localizado nas áreas menos industrializadas, por suas dimensões e características dos artigos a produzir, se destinar a suprir o mercado local, extra-regional ou de zonas limitadas, na mesma região.

Art. 35. Estendem-se até o exercício de 1978 os benefícios previstos no art. 14 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963.

Art. 36. O art. 15 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, modificado pelo art. 16 da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965, passa a ter a seguinte redação:

Art. 15. O valor das isenções de que tratam os arts. 13 e 14 será incorporado ao capital social das empresas beneficiárias, independentemente de quaisquer tributos federais, no exercício seguinte àquele em que tenha sido gozado o benefício.

§ 1º — A fração do valor nominal de ações, quando houver, ou o valor total da isenção, caso não seja possível a distribuição cômoda das ações entre acionistas, será mantido em conta denominada "Fundo para Aumento de Capital", para futura incorporação ao capital social da empresa.

§ 2º — A inobservância do disposto neste artigo importa na perda da isenção ou redução, devendo a repartição fiscal competente promover a cobrança do imposto não capitalizado, acrescido de juros, multa e correção monetária."

Art. 37. Os benefícios previstos no art. 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, modificado pelo art. 34 desta Lei, uma vez reconhecidos pela SUDENE, serão comunicados às Delegacias Regionais e Seccionais do Imposto de Renda para tomarem conhecimento da concessão.

Art. 38. Os contribuintes que tiverem optado pela dedução prevista na letra "a" do art. 18 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, poderão utilizar o incentivo previsto na letra "b" do mesmo artigo, observadas as respectivas condições e prazos, contados

a partir da data em que entrar em vigor esta Lei.

Art. 39. Ao art. 18 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, é acrescido um parágrafo, com a seguinte redação:

"§ 7º — Para efeito da verificação do disposto na letra "b" do § 5º, o Departamento do Imposto de Renda fornecerá à SUDENE, independentemente de solicitação, relação das pessoas judiciais em débito que tenham optado pela dedução prevista neste artigo."

Art. 40. A pessoa jurídica que pretender valer-se do incentivo previsto na letra "b" do artigo 18 da Lei número 4.239, de 27 de junho de 1963, com modificações dadas pelo artigo 18 da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965, deverá aplicar os respectivos recursos até o dia 31 de dezembro do ano seguinte àquele em que puder fazer, sem atraso, o recolhimento da última parcela do imposto de renda devido.

§ 1º — Para efeito do disposto neste artigo, consideram-se aplicados os recursos que tenham sido efetivamente incorporados ao patrimônio da empresa beneficiária, sob a forma da participação societária ou de empréstimo.

§ 2º — Decorrido o prazo fixado no caput deste artigo, a pessoa jurídica somente poderá aplicar os recursos em projetos indicados pela SUDENE e até o dia 31 de dezembro do segundo ano seguinte àquele em que puder fazer, sem atraso, o recolhimento da última parcela no imposto de renda devido, sob pena de transferência desses recursos para o FURENE.

Art. 41. São acrescidos ao art. 20 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963; com a redação dada pelo art. 21 da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965, os seguintes parágrafos:

§ 3º Ocorrendo atraso, o recolhimento de que trata este artigo somente poderá ser efetivado mediante acréscimo das mesmas multas e juros que seriam devidos na hipótese de pagamento atrasado de imposto de renda.

§ 4º Reveterá ao FURENE o produto dos juros e multas referidos no parágrafo anterior.

§ 5º. Antes de sua liberação, pela SUDENE, em favor da empresa beneficiária, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. poderá, obedecido o seu orçamento anual, aplicar os recursos previstos na alínea "b" do art. 18 desta Lei em empréstimos ou financiamentos, assegurado o retorno desses recursos, em tempo hábil, para aplicação nos projetos indicados pela SUDENE.

Art. 42. Os §§ 4º e 5º do artigo 22 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º — Se as importâncias liberadas não forem aplicadas de acordo com o projeto aprovado, a SUDENE:

a) na hipótese de o depósito ter sido feito pela própria empresa beneficiária da aplicação dos recursos, comunicará o fato ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., o qual, automaticamente, transferirá o saldo existente à conta do FURENE;

b) na hipótese de o depósito ter sido feito por outra empresa, suspenderá novas liberações, podendo o depositante, no prazo de um ano, aplicar o saldo existente em outro projeto aprovado pela Autarquia, sob pena de transferência para o FURENE

§ 5º — Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, a SUDENE notificará a empresa beneficiária para recolher, dentro de 30 (trinta) dias, o valor das parcelas recebidas e não aplicadas devidamente, revertendo ao FURENE o produto do crédito, sob pena de cobrança mediante executivo fiscal e sem prejuízo das demais sanções cabíveis."

Art. 43. O artigo 23 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23. Serão nominativos os títulos de qualquer natureza, representativos do valor do imposto de renda que a pessoa jurídica deixou de pagar, nos termos da letra "b" do artigo 18 desta Lei.

Parágrafo único. Os títulos referidos neste artigo não poderão ser transferidos durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data em que, a juízo da SUDENE, o empreendimento previsto no respectivo projeto alcançar a fase de funcionamento normal."

Art. 44. O disposto no artigo 78, letra "d", e artigo 111 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, não se aplica aos titulares de ações subscritas com recursos derivados do artigo 18, letra "b", da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, com as modificações dadas pelo artigo 18 da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965.

Art. 45. Equipara-se a crime de sonegação fiscal, observada a Lei número 4.729, de 14 de julho de 1965, a aplicação, pela empresa beneficiária, em desacordo com o projeto aprovado, da parcela do imposto de renda e adicionais recolhida ao Banco do Nordeste S. A. e liberada pela SUDENE.

Art. 46. Aplica-se, na área de atuação da SUDENE, aos incentivos concedidos pelo Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, de acordo com o Decreto nº 62.006, de 29 de dezembro de 1967, o disposto nos artigos 40 e 41 e respectivos parágrafos desta Lei.

Art. 47. Os recursos financeiros das entidades ou órgãos vinculados ao Ministério do Interior, destinados a saneamento básico, na área de atuação da SUDENE, serão aplicados obrigatoriamente mediante participação acionária ou financiamento.

§ 1º — A participação acionária de que trata este artigo se efetivará depois de aplicados os recursos, mediante a incorporação de bens ou de crédito ao capital da empresa beneficiária, obedecido o valor do investimento.

§ 2º As condições de financiamento serão estabelecidas pelo Ministro do Interior por proposta do Conselho Deliberativo da SUDENE, ouvido o Conselho Nacional de Saneamento.

§ 3º — Inexistindo sociedade de economia mista em que possa efetivar-se a participação acionária referida neste artigo, os recursos poderão, até 31 de dezembro de 1969, ser entregues aos respectivos Estados ou entidades a eles vinculadas, mediante a condição de futura incorporação ao capital da sociedade a ser organizada, observado o valor do investimento.

Art. 48. A política tarifária de energia elétrica aplicável ao Nordeste será objeto de permanente entendimento entre o Ministério das Minas e Ener-

gia e o Ministério do Interior, através da SUDENE, visando a sua adequação à política de desenvolvimento regional e à programação geral do Governo.

Parágrafo único. O Ministério das Minas e Energia remeterá à SUDENE anualmente, esquema tarifário aplicável à região no ano subsequente.

Art. 49. Obedecidas as condições que forem estabelecidas pelo seu Conselho Deliberativo, mediante proposta da Secretaria Executiva, é facultada à SUDENE, na sua área de atuação, financiar, através de estabelecimentos oficiais de crédito, a execução de obras de eletrificação rural construção de açudes, barragens vertedouras, aguadas, irrigação e perfuração de poços.

Parágrafo único. O produto da amortização e dos juros relativos aos financiamentos referidos neste artigo serão aplicados nas mesmas finalidades indicadas neste artigo.

Art. 50. Serão incorporados ao Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste (FEANE) os recursos federais destinados à SUDENE, que tenham as mesmas finalidades previstas no artigo 24 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963.

Art. 51. Os recursos da SUDENE, referidos no artigo 25 da Lei número 4.239, de 27 de junho de 1963, serão aplicados em quaisquer das finalidades do Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste (FEANE).

Art. 52. A SUDENE e os demais órgãos ou entidades vinculadas ao Ministério do Interior, que atuam no Nordeste, poderão, como antecipação de crédito extraordinário, aplicar até 5% (cinco por cento) dos seus recursos, qualquer que seja a sua natureza ou destinação, na assistência às populações vítimas de calamidade pública, decorrente de seca ou enchente, reconhecida na forma da lei.

Art. 53. O Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além dos membros referidos no artigo 16 da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, será integrado por um representante da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Art. 54. VETADO.

Parágrafo único. — VETADO.

Art. 55. Incluem-se entre as fontes de receita da SUDENE:

- a) as dotações orçamentárias e créditos adicionais que lhe forem consignados;
- b) a sua renda patrimonial, inclusive juros e dividendos;
- c) os emolumentos e outras rendas provenientes de serviços;
- d) as cauções revertidas e as multas;
- e) os auxílios, subvenções e doações;
- f) os recursos integrantes do FURENE e FEANE;
- g) o produto da alienação de bens

Parágrafo único. VETADO.

Art. 56. Os bens móveis adquiridos com recursos da SUDENE, pelas entidades ou órgãos executores de convênios, poderão, a critério do Superintendente dessa Autarquia, continuar na posse dos referidos órgãos ou entidades, inclusive até o fim de suas vidas úteis.

Parágrafo único. Terminado o período de suas vidas úteis, serão os bens móveis alienados, na forma da lei, pelas entidades ou órgãos referidos neste artigo, devendo o produto ser recolhido aos cofres da SUDENE.

Art. 57. Na faculdade deferida à SUDENE pelo artigo 58 da Lei número 4.869, de 1º de dezembro de 1965, compreende-se a transferência de domínio ou a cessão de direito, com ou sem ônus.

Art. 58. A SUDENE poderá realizar a alienação de bens inservíveis de seu patrimônio, mediante leilão ou concorrência, a critério do Superintendente.

Parágrafo único. Quando o pagamento do preço deva ser efetuado à vista, a alienação de que trata este artigo independe de contrato formal e caução.

Art. 59. Os bens móveis da SUDENE que forem objeto ou resultantes de pesquisa ou experimentação, poderão ser alienados, independentemente de quaisquer formalidades, inclusive licitação.

Art. 60. A SUDENE goza da imunidade instituída no § 1º do artigo 20 da Constituição do Brasil e de todas as isenções tributárias concedidas aos órgãos e serviços da União.

Art. 61. A Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), instituída pelo Decreto-lei nº 292, de 28 de fevereiro de 1967, terá como área de atuação a Bacia do Rio São Francisco.

Art. 62. A Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) realizará investimentos em energia elétrica, irrigação, abastecimento de água, esgotos sanitários, rodovias, promoção agropecuária, portos, aeroportos, habitação, saúde e educação onde se façam reclamados pelo desenvolvimento regional.

Art. 63. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) terá sede e fóro na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e como área de atuação aquela definida no artigo 39 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, excluídos o Estado do Maranhão e o Território de Fernando de Noronha.

Art. 64. É vedada a execução de obras ou serviços na mesma área pelo DNOCS e pela SUVALE.

Art. 65. VETADO.

Art. 66. VETADO.

Art. 67. VETADO.

Art. 68. Para celebração de convênios, a SUDENE somente exigirá a apresentação dos documentos que comprovem ser o signatário representante legal da entidade conveniente.

Art. 69. Os Estados poderão, através de convênios com a SUDENE atribuir-lhe a elaboração de seus programas plurianuais de investimentos, no sentido de compatibilizá-los, pelo menos em suas linhas gerais com os Planos Diretores vigentes ou projetados.

Art. 70. A participação de cada Estado na distribuição dos recursos oriundos dos incentivos previstos no art. 18 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, com a redação que lhe deu o art. 18 da Lei número 4.869, de 1º de dezembro de 1965, será tanto maior quanto menos desenvolvida a região.

§ 1º O montante das aplicações efetuadas anualmente, em cada Estado, não poderá ser inferior a 5% (cinco por cento) do total dos recursos disponíveis no fim do ano anterior, mais aqueles previstos para serem depositados no exercício.

§ 2º Se com referência a um Estado a demanda de recursos derivados dos incentivos mencionados neste artigo, para os respectivos projetos, não atingir o limite estabelecido no parágrafo anterior, a SUDENE promoverá a redistribuição da parte disponível.

Art. 71. As empresas agropecuárias beneficiárias dos incentivos previstos no art. 18 da Lei número 4.239, de 27 de junho de 1963, com a redação dada pelo artigo 18 da Lei nº 4.869 de 1º de dezembro de 1965, assegurarão aos trabalhadores rurais residentes na propriedade em que se localizar o respectivo empreendimento, e que constituírem excedentes de mão-de-obra, direito à exploração agrícola, sob a orientação da SUDENE, em colaboração com o IBRA e o INDA, da área disponível da referida propriedade, na forma do regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, visando à implantação da Reforma Agrária e execução da Política Agrícola, nos termos da legislação específica, principalmente da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Art. 72. VETADO.

Art. 73. Para efeito do disposto no artigo 29, o Grupo Especial para Racionalização da Agro-Indústria Canavieira do Nordeste (GERAN), criado pelo Decreto nº 59.033-A, de 8 de agosto de 1966, elaborará e executará programa específico utilizando de preferência, os órgãos técnicos do Instituto do Açúcar e do Alcool e da SUDENE.

§ 1º — O Conselho Deliberativo do GERAN reunir-se-á, pelo menos uma vez por mês, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, e será presidido, em cada reunião, por um dos Conselheiros, com direito a voto, obedecido o sistema de rodízio.

§ 2º — O Secretário Executivo do GERAN será designado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro do Interior, depois de ouvidos os Ministros da Indústria e do Comércio e da Agricultura.

Art. 74. A partir do exercício financeiro de 1974, as despesas de capital a serem realizadas no Nordeste, por órgãos ou entidades vinculadas ao Ministério do Interior, deverão integrar o Plano Diretor elaborado pela SUDENE.

Art. 75. A Secretaria Executiva da SUDENE, dentro do prazo que o Conselho Deliberativo fixar, promoverá a realização de estudo para identificar as necessidades gerais e problemas de educação do Nordeste, a prazo curto, médio e longo, em função do conhecimento das limitações atuais do aparelhamento educacional da região e de projeções sobre as demandas a que deverá atender no futuro, relacionadas estas com os efeitos e exigências dos planos de desenvolvimento regional.

§ 1º — O estudo de que trata este artigo incluirá a investigação dos meios adequados para melhorar o aproveitamento da capacidade atual da estrutura de ensino na região, de modo a atender às necessidades imediatas, e de ampliar e aperfeiçoar tal estrutura, de acordo com as necessidades identificadas.

§ 2º — A execução do estudo previsto deverá processar-se em cooperação com o Ministério da Educação e Cultura, as Universidades e os Governos Estaduais.

Art. 76. Fica instituído, na SUDENE, o registro obrigatório dos escritórios, firmas ou empresas de prestação de serviços que elaborem projetos técnicos para a obtenção dos incentivos fiscais e financeiros assegurados a empreendimentos no Nordeste.

Art. 77. O Conselho Deliberativo da SUDENE, por proposta da Secretaria Executiva, disciplinará o processamento do registro de que trata o artigo anterior, estabelecendo as formalidades e exigências indispensáveis à definição da responsabilidade profissional dos escritórios, firmas ou empresas respectivas.

Parágrafo único. Entre essas exigências deverão ser incluídas as seguintes:

a) prova da constituição regular do escritório, firma ou empresa e do pagamento dos impostos devidos;

b) relação dos responsáveis pelo escritório, firma ou empresa dos integrantes do seu quadro técnico permanente, com a indicação detalhada das qualificações profissionais e das atividades anteriores e atuais por eles exercidas.

Art. 78. É vedado ao funcionário da SUDENE, do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e dos bancos ou entidades estaduais de desenvolvimento e investimento participar como dirigente ou colaborador, a qualquer título, dos escritórios, firmas ou empresas referidas no artigo anterior.

Parágrafo único. Sem prejuízo das responsabilidades funcionais, a violação do disposto neste artigo equipara-se ao crime previsto no artigo 317 do Código Penal.

Art. 79. Inclua-se entre os serviços de assessoria, que podem ser prestados pelos escritórios, firmas ou empresas, registradas na forma do artigo 76 a assistência aos depositantes de parcelas do imposto de renda e adicionais destinados a investimento no Nordeste para a escolha dos projetos aprovados pela SUDENE em que desejarem investir ditas parcelas.

Parágrafo único. A assistência referida neste artigo poderá estender-se ao processo de liberação dos depósitos respectivos, junto à SUDENE, e ao Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Art. 80. A SUDENE estabelecerá os limites e critérios para a cobrança de honorários pelos escritórios, firmas ou empresas referidos nos artigos 76 e 81, quer em relação à elaboração de projetos técnicos, quer em relação aos serviços de assessoria definidos no artigo anterior.

Art. 81. Excetuados os escritórios, firmas e empresas referidos no artigo 76 e as sociedades distribuidoras ou instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, é vedado a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas exercer atividades de intermediação com o fim de encaminhar a aplicação dos depósitos de que trata o artigo 79, salvo na qualidade de agentes ou corretores, devidamente credenciados dos escritórios, firmas, empresas, sociedades distribuidoras ou instituições financeiras antes referidas.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no "caput" deste artigo às empresas que façam captação de recursos derivados do artigo 18, letra "b", da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, para projeto próprio.

Art. 82. Para a aplicação dos recursos financeiros provenientes de

acordos ou contratos destinados a programas de âmbito nacional, celebrados pelo Governo brasileiro com entidades estrangeiras ou internacionais os órgãos competentes ouvirão previamente a SUDENE, visando à inclusão de projetos de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

Art. 83. Sempre que possível, a SUDENE, ao aprovar projetos agroindustriais e agropecuários que prevejam a utilização de recursos provenientes do artigo 18, letra "b", da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, com a redação dada pelo artigo 18 da Lei número 4.869, de 1º de dezembro de 1965, dará preferência àqueles que absorvem maior quantidade de mão-de-obra, sem prejuízo da tecnologia adequada.

Art. 84. As despesas de capital que devam ser realizadas no Nordeste pelos órgãos e entidades da administração federal, serão previamente apreciadas pela SUDENE, para fins de compatibilização com o Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste.

Parágrafo único. Para efeito de cumprimento do disposto no *caput* do artigo, a SUDENE terá prazo mínimo de 30 (trinta) dias para encaminhar seu parecer ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 85. Fica elevado para US\$... 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dólares), o limite estabelecido no artigo 56 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1965.

Art. 86. Mediante o pagamento de justa indenização aos possuidores, a SUDENE, o DNOCS ou a SUVALE poderão adquirir a posse de terras localizadas no Nordeste, necessárias à execução de seus programas e projetos.

Art. 87. A SUDENE promoverá, na conformidade dos recursos disponíveis junto aos Municípios situados na área de sua jurisdição, planos de desenvolvimento municipal, cujas diretrizes obedeçam às normas do planejamento regional.

Parágrafo único. Para este fim, a SUDENE poderá celebrar convênios com os Municípios interessados.

Art. 88. A SUDENE destacará, das verbas consignadas para os programas e projetos de abastecimento, im-

portâncias que se destinem a pesquisas oceanográficas relativas à exploração das algas marinhas e de outros recursos essenciais que o mar oferece à alimentação humana e ao desenvolvimento da indústria.

Art. 89. A SUDENE promoverá pesquisas tecnológicas, visando à racionalização, desenvolvimento e aproveitamento integral de:

a) babaçu, mamona, oiticica, algodão e sisal e demais espécies agrícolas produtoras de óleos e fibras;

b) caju, côco, abacaxi e demais frutos regionais.

Art. 90. Quando os recursos derivados dos artigos 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, e 18, letra "b", da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, forem incorporados à empresa titular do projeto, sob a forma de participação societária 50% (cinquenta por cento), pelo menos, das ações representativas da referida participação serão preferenciais, sem direito a voto, independentemente do limite estabelecido no parágrafo único do artigo 9º do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Parágrafo único. O disposto no parágrafo único do artigo 81 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, não se aplica às ações preferenciais de que trata este artigo.

Art. 91. É vedado à Fundação de que trata o artigo 6º desta Lei realizar lavra de jazida mineral.

§ 1º Aprovado o Relatório de Pesquisa apresentado pela Fundação, o Departamento Nacional de Produção Mineral concederá o direito de lavra àquele que o requerer nos termos do Código de Mineração.

§ 2º Caberá à Fundação direito à indenização pelas despesas efetuadas com a pesquisa, feita a correção monetária.

§ 3º A indenização referida neste artigo poderá ser paga parceladamente, a critério da Fundação.

§ 4º Quando o montante das despesas efetuadas com a pesquisa ultrapassar o limite de 5% (cinco por cento) do valor líquido da reserva medida do depósito mineral, a Fundação, ouvida a SUDENE, poderá dispensar o pagamento da indenização ou reduzir o seu valor.

Art. 92. A SUDENE, o DNOCS e a SUVALE adotarão providências vi-

sando ao incremento da produção e de consumo de fertilizantes no Nordeste, inclusive concedendo financiamentos.

Art. 93. A SUDENE promoverá a racionalização e modernização da agro-indústria da carnaúba, seus derivados e subprodutos, aplicando, anualmente, os recursos necessários à sua pronta e completa recuperação.

Art. 94. Sem prejuízo dos programas constantes do Plano Diretor, a SUDENE, por solicitação dos Estados que integram a sua área de atuação, poderá, mediante convênios, colaborar para a constituição de créditos rotativos destinados à industrialização local, os quais serão geridos pelos Governos Estaduais, com a assistência técnica da SUDENE.

Art. 95. A Secretaria Executiva da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) deverá submeter à aprovação do Conselho Deliberativo, dentro do prazo que este fixar, classificação de sub-regiões, segundo critérios econômicos e sociais, para efeito de elaboração e execução, dentro das diretrizes do Plano Diretor, de subprogramas prioritários de infra-estrutura e de promoção geral de desenvolvimento, com o objetivo de diminuir progressivamente as disparidades existentes, inclusive entre unidades federais, respeitados os objetivos gerais e metas setoriais da programação regional.

§ 1º A classificação referida neste artigo poderá incluir também, separadamente, as áreas urbanas mais importantes, com a finalidade de permitir a preparação e execução de programas especiais de desenvolvimento urbano.

§ 2º VETADO.

§ 3º Deverão estes subprogramas prioritários no setor Indústria, ponderando-se os diferentes fatores de natureza econômica, prever a indicação, ao Poder Executivo Federal, de investimentos estatais-industriais de grande porte a serem por ele efetuados diretamente ou através de financiamento em Fortaleza, São Luís, Teresina, Natal, João Pessoa, Macaé e Aracaju e nos centros Interioranos de Parnaíba, Sobral, Iguatu, Crato, Juazeiro do Norte, Mossoró, Campina Grande, Caruaru, Garanhuns, Petrolina, Juazeiro, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquis-

ta, Montes Claros, Itabaiana, Arapiraca e outros de modo a permitir, através da implantação paulatina destas unidades fabris do tipo permutativo, o surgimento de complexos industriais de porte médio, balizados por outros tantos polos de desenvolvimento.

Art. 96. O artigo 57 do Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 57. O regime instituído nos 42, 43 e 50 a 55 inclusive, desta Lei, é extensivo à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE — Superintendência do Vale do São Francisco — SUVALE — e ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS."

Parágrafo único. O Superintendente da SUDENE, o Superintendente da SUVALE e o Diretor do DNOCS proporão ao Conselho Deliberativo da SUDENE os salários de trabalho e os níveis salariais do pessoal admitido sob o regime da Legislação Trabalhista, nos seus respectivos órgãos.

Art. 97. As empresas concessionárias de energia elétrica nos Estados abrangidos, total ou parcialmente, pela ação da SUDENE, poderão descontar até 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto de renda e adicionais não restituíveis para fins de investimento ou aplicação em projetos de energia elétrica — geração, transmissão, distribuição e eletrificação rural, que esta autarquia, na área de sua atuação, tenha declarado ou venha a declarar de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

Art. 98. Continuam em vigor os dispositivos das Leis ns. 3.692, de 15 de dezembro de 1959; 3.995, de 14 de dezembro de 1961; 4.239, de 27 de junho de 1963 e 4.869, de 1º de dezembro de 1965, e bem assim os do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no que não colidirem com os da presente Lei.

Art. 99. Ficam revogados os artigos 29 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961; os artigos 2º a 12 (Capítulo II) e letra "a" e os §§ 1º e 2º do artigo 18 e o § 1º do artigo 25 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963; os artigos 28 a 30 da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965; e os artigos e parágrafos do Decreto-lei nº 292, de 28 de fevereiro de 1967, que contrariarem os artigos 61, 62, 65 e 66 desta Lei.

Art. 100. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de outubro de 1968;
147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

Mário Gibson Alves Barbosa

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzuza Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

José Fernandes de Luna

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

Os anexos a que se refere o art. 1.º, foram publicados no *Diário Oficial* de 14-10-68.

LEI Nº 5.509 — DE 15 DE OUTUBRO
DE 1968

Concede pensão mensal à viúva do ex-parlamentar Walter Geraldo de Azevedo Athayde.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida à Amélia Motta Athayde, viúva do ex-parlamentar Walter Geraldo de Azevedo Athayde, uma pensão mensal equivalente a 6 (seis) vezes o maior salário mínimo vigente no país.

Art. 2.º O pagamento da pensão será feito enquanto a beneficiária for viúva e correrá à conta da verba orçamentária própria do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de outubro de 1968;
147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.510 — DE 15 DE
OUTUBRO DE 1968

Autoriza a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional até o limite de NCr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros novos) nas condições que menciona e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, nas condições previstas na Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, até o limite de NCr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros novos), destinados a financiar o pagamento das obras contratadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e atenuar os efeitos, neste exercício, da redução das alíquotas do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos.

Art. 2.º As despesas de serviços de juros, amortização e resgate desta operação não importarão em ônus direto para o Tesouro Nacional e correrão à conta do Fundo Rodoviário Nacional em forma a ser ajustada entre a União e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, dispensando-se assim, a fixação de dotação, no presente exercício, exigida pelo artigo 69 da Constituição.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de outubro de 1968;
147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

LEI Nº 5.511 — DE 15 DE
OUTUBRO DE 1968

Submete a Campanha Nacional Contra a Lepra ao regime previsto na Lei nº 5.026, de 14 de junho de 1966, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A Campanha Nacional Contra a Lepra instituída pela Lei número 3.542, de 11 de fevereiro de 1959 passa a reger-se pelo disposto na Lei nº 5.026, de 14 de junho de 1966.

Art. 2.º Ficam revogadas a Lei número 610, de 13 de janeiro de 1949, a Lei nº 1.045, de 2 de janeiro de 1950, e demais disposições em contrário.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de outubro de 1968;
147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Romeu Honório Loures

LEI Nº 5.512 — DE 17 DE OUTUBRO
DE 1968

Autoriza a construção da Ponte Rio-Niterói, abre crédito especial e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a construir a Ponte Rio-Niterói, integrante da Rodovia BR-101, Natal-Osório, pelo Ministério dos Transportes — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 2.º As despesas com a construção da Ponte correrão por conta de recursos externos e internos, de responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, sendo NCr\$ 100.453.000,00 (cem milhões quatrocentos e cinquenta e três mil cruzeiros novos) de recursos externos, contratados com o aval do Tesouro

Nacional, e NCr\$ 154.915.800,00 (cento e cinquenta e quatro milhões novecentos e quinze mil e oitocentos cruzeiros novos) decorrentes de recursos próprios do mesmo Departamento e de operações de crédito que realizar, inclusive com o Tesouro Nacional.

Art. 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, no valor equivalente a NCr\$ 128.892.000,00 (cento e vinte e oito milhões oitocentos e noventa e dois mil cruzeiros novos), com a correção monetária adequada, em prazos e juros fixados pelo Conselho Monetário Nacional, para os fins indicados no artigo anterior.

Art. 4.º Os valores mencionados nesta Lei, referidos a preços de julho de 1968, serão reajustados de acordo com o comportamento do nível geral de preços.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de outubro de 1968;
147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

Mario David Andreazza

Helio Beltrão

LEI Nº 5.513 — DE 17 DE OUTUBRO
DE 1968

Dispõe sobre construções nas proximidades das Fortificações Costeiras do Exército.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Para efeito do cumprimento das disposições legais que regulam as construções nas proximidades das Fortificações Costeiras do Exército, os termos: Consertos, Reforma, Acréscimo e Reconstrução de Imóveis terão as seguintes definições:

I — *Consertos ou Reparo:*

Obra preventiva ou corretiva de pequeno porte, tendo em vista "manter

o Estado primitivo", face a um desgaste da construção, decorrente do uso ou do seu envelhecimento natural.

II — Reforma:

Obra que altera a construção existente, tornando-a mais eficiente, confortável ou adaptando-a a uma utilização diversa da primitiva, "*sem acréscimo de área construída*", nem modificações das dimensões externas, quer horizontais, quer verticais.

III — Reconstrução:

Obra que visa a restauração do estado primitivo de uma construção,

após um acidente ou longo tempo, sem conservação.

IV — Acréscimo:

Obra para aumento de uma construção, quer no sentido horizontal, quer no vertical.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de outubro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Aurélio de Lyra Tavares

LEI Nº 5.514 -- DE 21 DE OUTUBRO DE 1968

Autoriza o Ministro da Fazenda a conceder remissão de crédito tributário

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Ministro da Fazenda a conceder, mediante despacho fundamentado, remissão total ou parcial de créditos tributários, relativos aos exercícios fiscais de 1961 a 1966, resultantes da incidência do Imposto Único sobre Lubrificantes Líquidos e Gasosos, decorrentes da recuperação de óleos lubrificantes usados.

Parágrafo único. A autorização prevista neste artigo não beneficia o tributo que, incluído no preço da mercadoria, tenha sido cobrado pelo contribuinte de direito ao primeiro adquirente do produto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.515 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1968

Isenta de multa ou penalidade os que requeiram sua inscrição eleitoral até 7 de agosto de 1970.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Não estão sujeitos a multa ou qualquer penalidade os que requei-

ram a sua inscrição eleitoral até 7 de agosto de 1970.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de outubro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antonio da Gama e Silva
Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.516 — DE 23 DE OUTUBRO
DE 1968

Institui o Dia do Município

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' instituído em todo o território nacional o Dia do Município, a ser comemorado, anualmente, no 1.º domingo do mês de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de outubro de 1968;
147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Afonso A. Lima

LEI Nº 5.517 — DE 23 DE OUTUBRO
DE 1968

Dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Profissão

Art. 1º O exercício da profissão de médico-veterinário obedecerá às disposições da presente lei.

Art. 2º Só é permitido o exercício da profissão de médico-veterinário:

a) aos portadores de diplomas expedidos por escolas oficiais ou reconhecidas e registradas na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura;

b) aos profissionais diplomados no estrangeiro que tenham revalidado e registrado seu diploma no Brasil, na forma da legislação em vigor.

Art. 3º O exercício das atividades profissionais só será permitido aos portadores de carteira profissional expedida pelo Conselho Federal de Me-

dicina Veterinária ou pelos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária criados na presente lei.

Art. 4º Os dispositivos dos artigos anteriores não se aplicam:

a) aos profissionais estrangeiros contratados em caráter provisório pela União, pelos Estados, pelos Municípios ou pelos Territórios, para função específica de competência privativa ou atribuição de médico-veterinário;

b) às pessoas que já exerciam função ou atividade pública de competência privativa de médico-veterinário na data da publicação do Decreto-lei n.º 23.133, de 9 de setembro de 1933.

CAPÍTULO II

Do Exercício Profissional

Art. 5º E' da competência privativa do médico veterinário o exercício das seguintes atividades e funções a cargo da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios Federais, entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista e particulares:

a) a prática da clínica em todas as suas modalidades;

b) a direção dos hospitais para animais;

c) a assistência técnica e sanitária aos animais sob qualquer forma;

d) o planejamento e a execução da defesa sanitária animal;

e) a direção técnica sanitária dos estabelecimentos industriais e, sempre que possível, dos comerciais ou de finalidades recreativas, desportivas ou de proteção onde estejam, permanentemente, em exposição, em serviço ou para qualquer outro fim animais ou produtos de sua origem;

f) a inspeção e a fiscalização sob o ponto-de-vista sanitário, higiênico e tecnológico dos matadouros, frigoríficos, fábricas de conservas de carne e de pescado, fábricas de banha e gorduras em que se empregam produtos de origem animal, usinas e fábricas de laticínios, entrepostos de carne, leite peixe, ovos, mel, cera e demais derivados da indústria pecuária e, de um modo geral, *quando possível*, de todos os produtos de origem animal nos locais de produção, manipulação, armazenagem e comercialização;

g) a peritagem sobre animais, identificação, defeitos, vícios, doenças,

acidentes, e exames técnicos em questões judiciais;

h) as perícias, os exames e as pesquisas reveladores de fraudes ou operação dolosa nos animais inscritos nas competições desportivas ou nas exposições pecuárias;

i) o ensino, a direção, o controle e a orientação dos serviços de inseminação artificial;

j) a regência de cadeiras ou disciplinas especificamente médico-veterinárias, bem como a direção das respectivas seções e laboratórios;

l) a direção e a fiscalização do ensino da medicina-veterinária, bem como do ensino agrícola-médio, nos estabelecimentos em que a natureza dos trabalhos tenha por objetivo exclusivo a indústria animal;

m) a organização dos congressos, comissões, seminários e outros tipos de reuniões destinados ao estudo da Medicina Veterinária, bem como a assessoria técnica do Ministério das Relações Exteriores, no país e no estrangeiro, no que diz com os problemas relativos à produção e à indústria animal.

Art. 6.º Constitui, ainda, competência do médico-veterinário o exercício de atividades ou funções públicas e particulares, relacionadas com:

a) as pesquisas, o planejamento, a direção técnica, o fomento, a orientação e a execução dos trabalhos de qualquer natureza relativos à produção animal e às indústrias derivadas, inclusive as de caça e pesca;

b) o estudo e a aplicação de medidas de saúde pública no tocante às doenças de animais transmissíveis ao homem;

c) a avaliação e peritagem relativas aos animais para fins administrativos de crédito e de seguro;

d) a padronização e a classificação dos produtos de origem animal;

e) a responsabilidade pelas fórmulas e preparação de rações para animais e a sua fiscalização;

f) a participação nos exames dos animais para efeito de inscrição nas Sociedades de Registros Genealógicos;

g) os exames periciais tecnológicos e sanitários dos subprodutos da indústria animal;

h) as pesquisas e trabalhos ligados à biologia geral, à zoologia, à zootecnia bem como à bromatologia animal em especial;

i) a defesa da fauna, especialmente o controle da exploração das espécies animais silvestres, bem como dos seus produtos;

j) os estudos e a organização de trabalhos sobre economia e estatística ligados à profissão;

l) a organização da educação rural relativa à pecuária.

CAPÍTULO III

Do Conselho Federal de Medicina Veterinária e dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária

Art. 7.º A fiscalização do exercício da profissão de médico-veterinária será exercida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, e pelos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, criados por esta Lei.

Parágrafo único. A fiscalização do exercício profissional abrange as pessoas referidas no artigo 4.º inclusive no exercício de suas funções contratuais.

Art. 8.º O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) tem por finalidade, além da fiscalização do exercício profissional, orientar, supervisionar e disciplinar as atividades relativas à profissão de médico-veterinário em todo o território nacional, diretamente ou através dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária (CRMV).

Art. 9.º O Conselho Federal assim como os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária servirão de órgão de consulta dos governos da União, dos Estados, dos Municípios e dos Territórios, em todos os assuntos relativos à profissão de médico-veterinário ou ligados, direta ou indiretamente, à produção ou à indústria animal.

Art. 10. O CFMV e os CRMV constituem, em seu conjunto, uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

Art. 11. A Capital da República será a sede do Conselho Federal de Medicina Veterinária com jurisdição em todo o território nacional, a ele subordinados os Conselhos Regionais, sediados nas capitais dos Estados e dos Territórios.

Parágrafo único. O Conselho Federal de Medicina Veterinária terá, no Distrito Federal, as atribuições correspondentes às dos Conselhos Regionais.

Art. 12. O CFMV será constituído de brasileiros natos ou naturalizados em pleno gozo de seus direitos civis, cujos diplomas profissionais estejam registrados de acordo com a legislação em vigor e as disposições desta lei.

Parágrafo único. Os CRMV serão organizados nas mesmas condições do CFMV.

Art. 13. O Conselho Federal de Medicina Veterinária compor-se-á de: um presidente, um vice-presidente, um secretário-geral, um tesoureiro e mais seis conselheiros, eleitos em reunião dos delegados dos Conselhos Regionais por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, realizando-se tantos escrutínios quantos necessários à obtenção desse "quorum".

§ 1º Na mesma reunião e pela forma prevista no artigo, serão eleitos seis suplentes para o Conselho.

§ 2º Cada Conselho Regional terá direito a três delegados à reunião que o artigo prevê.

Art. 14. Os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária serão constituídos à semelhança do Conselho Federal, de seis membros, no mínimo, e de dezesseis no máximo, eleitos por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, em assembleia geral dos médicos-veterinários inscritos nas respectivas regiões e que estejam em pleno gozo dos seus direitos.

§ 1º O voto é pessoal e obrigatório em toda eleição, salvo caso de doença ou de ausência plenamente comprovada.

§ 2º Por falta não plenamente justificada à eleição, incorrerá o faltoso em multa correspondente a 20 % (vinte por cento) do salário mínimo da respectiva região, dobrada na reincidência.

§ 3º O eleitor que se encontrar, por ocasião da eleição, fora da sede em que ela deva realizar-se, poderá dar seu voto em dupla sobrecarta opaca, fechada e remetida por ofício com firma reconhecida ao presidente do Conselho Regional respectivo.

§ 4º Serão computadas as cédulas recebidas com as formalidades do pa-

rágrafo 3º até o momento de encerrar-se a votação.

§ 5º A sobrecarta maior será aberta pelo presidente do Conselho que depositará a sobrecarta menor na urna, sem violar o sigilo do voto.

§ 6º A Assembleia geral reunir-se-á, em primeira convocação com a presença da maioria absoluta dos médicos veterinários inscritos na respectiva região, e com qualquer número, em segunda convocação.

Art. 15. Os componentes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária e seus suplentes são eleitos por três anos e o seu mandato exercido e a título honorífico.

Parágrafo único. O presidente do Conselho terá apenas voto de desempate.

Art. 16. São atribuições do CFMV:

- a) organizar o seu regimento interno;
- b) aprovar os regimentos internos dos conselhos Regionais, modificando o que se tornar necessário para manter a unidade de ação;
- c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas pelos CRMV e dirimi-las;
- d) julgar em última instância os recursos das deliberações dos CRMV;
- e) publicar o relatório anual dos seus trabalhos e, periodicamente, até o prazo de cinco anos, no máximo a relação de todos os profissionais inscritos;
- f) expedir as resoluções que se tornarem necessárias à fiel interpretação e execução da presente lei;
- g) propor ao Governo Federal as alterações desta Lei que se tornarem necessárias, principalmente as que visem a melhorar a regulamentação do exercício da profissão de médico veterinário;
- h) deliberar sobre as questões oriundas do exercício das atividades afins às de médico veterinário;
- i) realizar periodicamente reuniões de conselheiros federais e regionais, para fixar diretrizes sobre assuntos da profissão;
- j) organizar o Código de Deontologia Médico-Veterinária.

Parágrafo único. As questões referentes às atividades afins com as outras profissões, serão resolvidas atra-

vés de entendimentos com as entidades reguladoras dessas profissões.

Art. 17. A responsabilidade administrativa no CFMV cabe ao seu presidente, inclusive para o efeito da prestação de contas.

Art. 18. As atribuições dos CRMV são as seguintes:

a) organizar o seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do CFMV;

b) inscrever os profissionais registrados residentes em sua jurisdição e expedir as respectivas carteiras profissionais;

c) examinar as reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações desta Lei e decidir, com recursos para o CFMV;

d) solicitar ao CFMV as medidas necessárias ao melhor rendimento das tarefas sob sua alçada e sugerir-lhe que proponha à autoridade competente as alterações desta Lei, que julgar convenientes, principalmente as que visem a melhorar a regulamentação do exercício da profissão de médico-veterinário;

e) fiscalizar o exercício da profissão, punindo os seus infratores, bem como representando às autoridades competentes acerca de fatos que apurar e cuja solução não seja de sua alçada;

f) funcionar como Tribunal de Honra dos profissionais, zelando pelo prestígio e bom nome da profissão;

g) aplicar as sanções disciplinares, estabelecidas nesta Lei;

h) promover perante o juízo da Fazenda Pública e mediante processo de executivo fiscal, a cobrança das penalidades previstas para a execução da presente Lei;

i) contratar pessoal administrativo necessário ao funcionamento do Conselho;

j) eleger delegado-eleitor, para a reunião a que se refere o artigo 13.

Art. 19. A responsabilidade administrativa de cada CRMV cabe ao respectivo presidente, inclusive a prestação de contas perante o órgão federal competente.

Art. 20. O exercício da função de conselheiro federal ou regional por espaço de três anos será considerado serviço relevante.

Parágrafo único. O CFMV concederá aos que se acharem nas condições deste artigo, certificado de ser-

viço relevante, independentemente de requerimento do interessado, até 60 dias após a conclusão do mandato.

Art. 21. O Conselheiro Federal ou Regional que faltar, no decorrer de um ano, sem licença prévia do respectivo Conselho, a 6 (seis) reuniões, perderá automaticamente o mandato, sendo sucedido por um dos suplentes.

Art. 22. O exercício do cargo de Conselheiro Regional é incompatível com o de membro do Conselho Federal.

Art. 23. O médico-veterinário que, inscrito no Conselho Regional de um Estado, passar a exercer a atividade profissional em outro Estado, em caráter permanente, assim entendido o exercício da profissão por mais de 90 (noventa) dias, ficará obrigado a requerer inscrição secundária no quadro respectivo ou para ele transferir-se.

Art. 24. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária não poderão deliberar senão com a presença da maioria absoluta de seus membros.

CAPÍTULO IV

Das anuidades e taxas

Art. 25. O médico-veterinário para o exercício de sua profissão é obrigado a se inscrever no Conselho de Medicina Veterinária a cuja jurisdição estiver sujeito e pagará uma anuidade ao respectivo Conselho até o dia 31 de março de cada ano, acrescido de 20% quando fora desse prazo.

Parágrafo único. O médico-veterinário ausente do País não fica isento do pagamento da anuidade, que poderá ser paga, no seu regresso, sem o acréscimo dos 20% referido neste artigo.

Art. 26. O Conselho Federal ou Conselho Regional de Medicina Veterinária cobrará taxa pela expedição ou substituição de carteira profissional pela certidão referente à anotação de função técnica ou registro de firma.

Art. 27. A carteira profissional conterá uma folha onde será feito o registro do pagamento das anuidades para um período mínimo de 10 anos.

Parágrafo único. A referida carteira será expedida pelo CFMV ou ...

CRMV servindo como documento de identidade e terá fé pública.

Art. 28. As firmas de profissionais da Medicina Veterinária, as associações, empresas ou quaisquer estabelecimentos cuja atividade seja passível da ação de médico-veterinário, deverão, sempre que se tornar necessário, fazer prova de que, para esse efeito, têm a seu serviço profissional habilitado na forma desta Lei.

Parágrafo único. Aos infratores deste artigo será aplicada, pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária a que estiverem subordinados, multa que variará de 20% a 100% do valor do salário mínimo regional, independentemente de outras sanções legais.

Art. 29. Constitui renda do CFMV o seguinte:

- a) a taxa de expedição da carteira profissional dos médicos-veterinários sujeitos à sua jurisdição, no Distrito Federal;
- b) a renda das certidões solicitadas pelos profissionais ou firmas situadas no Distrito Federal;
- c) as multas aplicadas no Distrito Federal a firmas sob sua jurisdição;
- d) a anuidade de renovação de inscrição dos médicos veterinários sob sua jurisdição, do Distrito Federal;
- e) 1/4 da taxa de expedição da carteira profissional expedida pelos CFMV;
- f) 1/4 das anuidades de renovação de inscrição arrecadada pelos CFMV;
- g) 1/4 das multas aplicadas pelos CFMV;
- h) 1/4 da renda de certidões expedidas pelos CFMV;
- i) doações; e
- j) subvenções.

Art. 30. A renda de cada Conselho Regional de Medicina Veterinária será constituída do seguinte:

- a) 3/4 da renda proveniente da expedição de carteiras profissionais;
- b) 3/4 das anuidades de renovação de inscrição;
- c) 3/4 das multas aplicadas de conformidade com a presente Lei;
- d) 3/4 da renda das certidões que houver expedido;
- e) doações;
- f) subvenções.

Art. 31. As taxas, anuidades ou quaisquer emolumentos, cuja cobrança esta Lei autoriza, serão fixados pelo CFMV.

CAPÍTULO V

Das Penalidades

Art. 32. O poder de disciplinar e aplicar penalidades aos médicos-veterinários compete exclusivamente ao Conselho Regional, em que estejam inscritos ao tempo do fato punível.

Parágrafo único. A jurisdição disciplinar estabelecida neste artigo não derroga a jurisdição comum, quando o fato constitua crime punido em lei.

Art. 33. As penas disciplinares aplicáveis pelos Conselhos Regionais são as seguintes:

- a) advertência confidencial, em aviso reservado;
- b) censura confidencial, em aviso reservado;
- c) censura pública, em publicação oficial;
- d) suspensão do exercício profissional até 3 (três) meses;
- e) cassação do exercício profissional; "ad referendum" do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

§ 1º Salvo os casos de gravidade manifesta que exijam aplicação imediata de penalidade mais alta, a imposição das penas obedecerá à graduação deste artigo.

§ 2º Em matéria disciplinar, o Conselho Regional deliberará de ofício ou em consequência de representação de autoridade, de qualquer membro do Conselho ou de pessoa estranha a ele, interessada no caso.

§ 3º A deliberação do Conselho, precederá, sempre, audiência do acusado, sendo-lhe dado defensor no caso de não ser encontrado, ou fôr revel.

§ 4º Da imposição de qualquer penalidade, caberá recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência, para o Conselho Federal, com efeito suspensivo nos casos das alíneas d e e.

§ 5º Além do recurso previsto no parágrafo anterior, não caberá qualquer outro de natureza administrativa, salvo aos interessados, a via judiciária.

§ 6º As denúncias contra membros dos Conselhos Regionais só serão recebidas quando devidamente assinadas e acompanhadas da indicação de elementos comprobatórios do alegado.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais

Art. 34. São equivalentes, para todos os efeitos, os títulos de veterinária

rio e médico-veterinário, quando expedidos por escolas oficiais ou reconhecidas, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 35. A apresentação da carteira profissional prevista nesta Lei será obrigatoriamente exigida pelas autoridades civis ou militares, federais, estaduais ou municipais, pelas respectivas autarquias, empresas paraestatais ou sociedades de economia mista, bem como pelas associações cooperativas, estabelecimentos de crédito em geral, para inscrição em concurso, assinatura de termo de posse ou de quaisquer documentos, sempre que se tratar de prestação de serviço ou desempenho de função privativa da profissão de médico-veterinário.

Art. 36. As repartições públicas, civis ou militares, federais, estaduais ou municipais, as autarquias, empresas paraestatais ou sociedades de economia mista exigirão, nos casos de concorrência pública, coleta de preços ou prestação de serviço de qualquer natureza, que as entidades a que se refere o artigo 28 façam prova de estarem quites com as exigências desta lei, mediante documento expedido pelo CRMV a que estiverem subordinadas.

Parágrafo único. As infrações do presente artigo serão punidas com processo administrativo regular, mediante denúncia do CFMV ou CRMV, ficando a autoridade responsável sujeita à multa pelo valor da rescisão do contrato firmado com as firmas ou suspensão de serviços, independentemente de outras medidas prescritas nesta lei.

Art. 37. A prestação das contas será feita anualmente ao Conselho Federal de Medicina Veterinária e aos Conselhos Regionais pelos respectivos presidentes.

Parágrafo único. Após sua aprovação, as contas dos presidentes dos Conselhos Regionais serão submetidas à homologação do Conselho Federal.

Art. 38. Os casos omissos verificados na execução desta Lei serão resolvidos pelo CFMV.

CAPÍTULO VII

Disposições Transitórias

Art. 39. A escolha dos primeiros membros efetivos do Conselho Federal de Medicina Veterinária e de seus suplentes será feita por assembleia

convocada pela Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária.

Parágrafo único. A assembleia de que trata este artigo será realizada dentro de 90 (noventa) dias contados a partir da data de publicação desta Lei, estando presente um representante do Ministério da Agricultura.

Art. 40. Durante o período de organização do Conselho Federal de Medicina Veterinária e dos Conselhos Regionais, o Ministro da Agricultura ceder-lhes-á locais para as respectivas sedes e, à requisição do presidente do Conselho Federal, fornecerá o material e o pessoal necessário ao serviço.

Art. 41. O Conselho Federal de Medicina Veterinária elaborará o projeto de decreto de regulamentação desta Lei, apresentando-o ao Poder Executivo dentro em 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 43. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de outubro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto
Ivo Arzuza Pereira
Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.518 — DE 29 DE OUTUBRO
DE 1968

Altera o artigo 3º da Lei nº 2.391, de 7 de janeiro de 1955 alterada pela Lei nº 4.446, de 20 de outubro de 1964.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 3º da Lei nº 2.391, de 7 de janeiro de 1955, alterado pela Lei nº 4.446, de 20 de outubro de 1964, passa a ter a seguinte redação:

II — MARINHA DE GUERRA

“Art. 3º A Marinha de Guerra compreende a seguinte força ativa:

a) Os Oficiais constantes dos efetivos fixados para os Corpos e Quadros da Marinha de Guerra;

b) os Guardas-Marinha e Oficiais da Reserva convocados ou designados para o Serviço Ativo, estágio ou períodos de instrução;
 c) os Guardas-Marinha da ativa;
 d) 1.500 (mil e quinhentos) alunos da Escola Naval e Colégio Naval;
 e) 500 (quinhentos) alunos dos Centros de Instrução e Escolas de Formação de Oficiais da Reserva;
 f) 35.000 (trinta e cinco mil) praças dos Quadros de Especialistas e dos Quadros Suplementares do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, distribuídas pelas diversas graduações, especialidades e serviços;
 g) 8.000 (oito mil) alunos das diversas Escolas de Aprendizizes Marinheiros e Conscritos;

h) 15.000 (quinze mil) praças do Corpo de Fuzileiros Navais distribuídas pelas diversas graduações, especialidades e serviços;
 i) os práticos, constantes do respectivo quadro."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1968;
 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Augusto Hamann Rademaker
 Grünewald

LEI Nº 5.519 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Interior, o crédito especial de NCrs 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado a ocorrer às despesas de exercícios anteriores.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério do Interior — Gabinete do Ministro, o crédito especial de NCrs 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), destinado a atender às despesas de exercícios anteriores.

Art. 2º O valor do crédito de que trata o artigo anterior será coberto com os recursos oriundos das seguintes dotações orçamentárias (Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967):

| | |
|---|-----------|
| 5.09.01 — GABINETE DO MINISTRO | |
| 115.2.1265 — Instalação e funcionamento da Inspetoria Geral de Finanças | |
| 4.0.0.0 — Despesas de Capital | |
| 4.1.0.0 — Investimentos | |
| 4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações | 10.000,00 |
| 4.1.4.0 — Material Permanente | 5.000,00 |
| 116.2.1266 — Instalação e funcionamento da Secretaria Geral | |
| 4.0.0.0 — Despesas de Capital | |
| 4.1.0.0 — Investimentos | |
| 4.1.3.0 — Equipamentos e instalações | 10.000,00 |
| 4.1.4.0 — Material Permanente | 5.000,00 |
| | <hr/> |
| | 30.000,00 |

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de outubro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Afonso A. Lima

LEI Nº 5.520 — DE 31 DE OUTUBRO
DE 1968

Fixa os efetivos dos Oficiais dos Corpos e Quadros da Marinha de Guerra, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os efetivos dos Oficiais dos Corpos e Quadros da Marinha de Guerra, abaixo indicados, passam a ter a seguinte constituição:

Corpo da Armada

| | |
|-------------------------------|----------|
| Almirante-de-Esquadra | 5 |
| Vice-Almirante | 15 |
| Contra-Almirante | 26 |
| Capitão-de-Mar-e-Guerra | 130 |
| Capitão-de-Fragata | 300 |
| Capitão-de-Corveta | 508 |
| Capitão-Tenente | 600 |
| Primeiro-Tenente | 350 |
| Segundo-Tenente | (aberto) |
| | <hr/> |
| | 1.934 |

Corpo de Fuzileiros Navais

| | |
|-------------------------------|----------|
| Vice-Almirante | 1 |
| Contra-Almirante | 4 |
| Capitão-de-Mar-e-Guerra | 22 |
| Capitão-de-Fragata | 50 |
| Capitão-de-Corveta | 75 |
| Capitão-Tenente | 170 |
| Primeiro-Tenente | 160 |
| Segundo-Tenente | (aberto) |
| | <hr/> |
| | 482 |

Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais

| | |
|-------------------------------|-------|
| Vice-Almirante | 1 |
| Contra-Almirante | 2 |
| Capitão-de-Mar-e-Guerra | 14 |
| Capitão-de-Fragata | 38 |
| Capitão-de-Corveta | 60 |
| Capitão-Tenente | 45 |
| | <hr/> |
| | 160 |

Corpo de Intendentes da Marinha

| | |
|-------------------------------|----|
| Vice-Almirante | 1 |
| Contra-Almirante | 3 |
| Capitão-de-Mar-e-Guerra | 24 |

| | |
|--------------------------|----------|
| Capitão-de-Fragata | 58 |
| Capitão-de-Corveta | 124 |
| Capitão-Tenente | 170 |
| Primeiro-Tenente | 210 |
| Segundo-Tenente | (aberto) |
| | <hr/> |
| | 590 |

Corpo de Saúde da Marinha
Quadro de Médicos

| | |
|-------------------------------|-------|
| Vice-Almirante | 1 |
| Contra-Almirante | 3 |
| Capitão-de-Mar-e-Guerra | 25 |
| Capitão-de-Fragata | 55 |
| Capitão-de-Corveta | 90 |
| Capitão-Tenente | 125 |
| Primeiro-Tenente | 100 |
| | <hr/> |
| | 399 |

Quadro de Farmacêuticos

| | |
|-------------------------------|-------|
| Capitão-de-Mar-e-Guerra | 2 |
| Capitão-de-Fragata | 5 |
| Capitão-de-Corveta | 9 |
| Capitão-Tenente | 23 |
| Primeiro-Tenente | 30 |
| | <hr/> |
| | 69 |

Quadro de Cirurgiões-Dentistas

| | |
|-------------------------------|-------|
| Capitão-de-Mar-e-Guerra | 4 |
| Capitão-de-Fragata | 10 |
| Capitão-de-Corveta | 22 |
| Capitão-Tenente | 60 |
| Primeiro-Tenente | 60 |
| | <hr/> |
| | 156 |

Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha

| | |
|--------------------------|-------|
| Capitão-de-Corveta | 20 |
| Capitão-Tenente | 90 |
| Primeiro-Tenente | 150 |
| Segundo-Tenente | 160 |
| | <hr/> |
| | 420 |

Quadro de Oficiais Auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais

| | |
|--------------------------|-------|
| Capitão-de-Corveta | 5 |
| Capitão-Tenente | 12 |
| Primeiro-Tenente | 25 |
| Segundo-Tenente | 40 |
| | <hr/> |
| | 82 |

Quadro de Músicos Fuzileiros Navais

| | |
|------------------------|---|
| Capitão-Tenente | 1 |
| Primeiro-Tenente | 2 |
| Segundo-Tenente | 3 |
| | — |
| | 6 |

Art. 2º As vagas resultantes da presente Lei serão preenchidas a partir de 1º de janeiro de 1969, em parcelas a serem estabelecidas pela administração naval, de acordo com a necessidade do serviço e a disponibilidade orçamentária.

§ 1º O preenchimento das vagas de que trata este artigo será feito de acordo com o estabelecido na Lei número 4.822, de 29 de outubro de 1965, modificada pela Lei nº 5.141, de 14 de outubro de 1966.

§ 2º As vagas resultantes da aplicação desta Lei serão levadas em consideração para a desagregação de oficiais que, em 1º de janeiro de 1969, se encontrarem agregados, sem impedimentos legais para reverterem.

Art. 3º O cálculo das vagas para a cota compulsória relativa ao ano de 1968 será feito de acordo com os efetivos contidos na Lei nº 3.399, de 11 de junho de 1958, alterada pela Lei nº 4.300, de 23 de dezembro de 1963.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1969.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de outubro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

LEI Nº 5.521 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério dos Transportes, o crédito especial de NCr\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros novos), para o fim que menciona.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério dos Transportes, em favor da Comissão de Marinha Mercante, o crédito espe-

cial de NCr\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros novos), para fazer face às despesas decorrentes da transformação da Companhia Nacional de Navegação Costeira — Autarquia Federal, em Empresa de Reparos Navais "Costeira" S. A.

Art. 2º O crédito a que se refere o artigo anterior terá a seguinte aplicação:

a) NCr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros novos) para aumento de capital da empresa; e

b) NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos) como subvenção econômica.

Art. 3º A despesa decorrente da execução da presente Lei será atendida mediante contenção de igual quantia, nos recursos oriundos da seguinte dotação orçamentária (Lei 5.373, de 6 de dezembro de 1967);

5.16.03.02 — Comissão de Marinha Mercante.

374.1.1978 — Financiamentos e Prêmios à Construção Naval.

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.3.0.0 — Transferências de Capital

4.3.5.0 — Auxílios para Inversões Financeiras — NCr\$ 11.000.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Hélio Beltrão

LEI Nº 5.522 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1968

Concede pensão especial à viúva do ex-Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, Aggeu de Godoy Magalhães.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida a Henriqueta Barbosa Magalhães, viúva do ex-Pro-

fessor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, Aggeu de Godoy Magalhães, uma pensão especial, mensal, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento de Professor Catedrático.

Art. 2.º O pagamento da pensão será feito enquanto a beneficiária for viúva e correrá à conta da verba orçamentária própria do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1968; 147.ª da Independência e 80.ª da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

LEI N.º 5.523 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a constituir as Sociedades de Economia Mista — Centrais Elétricas de Roraima S. A. CER e Centrais Elétricas de Rondônia S. A. — CERON

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, sob a forma de Sociedades por ações, de economia mista, nos Territórios Federais de Roraima e Rondônia, as empresas Centrais Elétricas de Roraima S. A. — CER e Centrais Elétricas de Rondônia S. A. — CERON.

Art. 2.º As empresas a que se refere a presente Lei terão por objeto a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, nos Territórios Federais de Roraima e Rondônia, podendo, nos termos da legislação em vigor:

I — Projetar, construir e operar sistemas ou redes de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica;

II — Praticar os atos de comércio e as operações que forem necessários à consecução de seus objetivos; e

III — Participar, mediante assistência técnica ou financeira de empreendimentos, obras ou serviços que se destinem, direta ou indiretamente, ao suprimento de energia elétrica ao Território.

§ 1.º O prazo de duração das sociedades de que trata este artigo será indeterminado.

§ 2.º As sociedades terão por sede as Capitais dos respectivos Territórios.

Art. 3.º O capital inicial das sociedades referidas no artigo anterior será de NCr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros novos) dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas, no valor de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos) cada uma, e subscritas 51% (cinquenta e um por cento) pela União Federal, e o restante, por subscritores particulares.

Parágrafo único. Para aumento de capital, observada a participação da União Federal na forma deste artigo poderão ser emitidas ações ordinárias e preferenciais nominativas ou ao portador, não prevalecendo a restrição constante do Decreto-lei número 4.480, de 15 de julho de 1942.

Art. 4.º Na integralização do capital inicial subscrito pela União Federal, fica a esta facultada a disposição de seus serviços de energia elétrica nos Territórios, bens e direitos a estes relativos, e das quotas do imposto único sobre energia elétrica, atribuídas aos Territórios e a seus Municípios, os quais receberão ações correspondentes do capital.

Art. 5.º As sociedades de que trata a presente Lei reger-se-ão por esta Lei e pelas disposições referentes às Sociedades Anônimas, ficando dispensadas do requisito fixado no § 1.º do art. 38 do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Parágrafo único. Os Estatutos das Sociedades referidas neste artigo serão aprovados por decreto do Poder Executivo.

Art. 6.º Após organizadas, as Sociedades de que trata esta lei gozarão de isenção dos tributos federais que incidirem sobre os bens e direitos por elas adquiridos e utilizados nos serviços públicos de energia elétrica que prestarem.

Art. 7º No prazo de 120, (cento e vinte) dias, o Poder Executivo adotará medidas necessárias à constituição, instalação e funcionamento das Sociedades indicadas nesta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1968;
147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Henrique Brandão Cavalcanti

LEI Nº 5.524 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1968

Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É livre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio, observadas as condições de capacidade estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º A atividade profissional do Técnico Industrial de nível médio efetiva-se no seguinte campo de realizações:

I — conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;

II — prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;

III — orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;

IV — dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;

V — responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos, compatíveis com a respectiva formação profissional.

Art. 3º O exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio é privativo de quem:

I — haja concluído um dos cursos do segundo ciclo de ensino técnico

industrial, tenha sido diplomado por escola oficial autorizada ou reconhecida, de nível médio, regularmente constituída nos termos da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

II — após curso regular e válido para o exercício da profissão, tenha sido diplomado por escola ou instituto técnico industrial estrangeiro e revalidado seu diploma no Brasil, de acordo com a legislação vigente;

III — sem os cursos e a formação atrás referidos, conte na data da promulgação desta Lei, 5 (cinco) anos de atividade integrada no campo da técnica industrial de nível médio e tenha habilitação reconhecida por órgão competente.

Art. 4º Os cargos de Técnico Industrial de nível médio, no serviço público federal, estadual ou municipal ou em órgãos dirigidos indiretamente pelo poder público, bem como na economia privada, somente serão exercidos por profissionais legalmente habilitados.

Art. 5º O Poder Executivo promoverá expedição de regulamentos, para execução da presente Lei.

Art. 6º Esta Lei será aplicável, no que couber, aos técnicos agrícolas de nível médio.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de novembro de 1968;
147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Favorino Bastos Mércio

Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.525 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1968

Dispõe sobre a destinação do Fundo Especial da Loteria Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 28 do Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967,

passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos todos os seus parágrafos:

"Art. 28. O Fundo Especial da Loteria Federal, previsto no artigo anterior, terá seus recursos aplicados nas seguintes finalidades:

I — 30% destinados à constituição de um "Fundo Especial de Financiamento da Assistência Médica".

II — 20% destinados à constituição de um "Fundo Especial de Desenvolvimento das Operações das Caixas Econômicas Federais".

III — 20% destinados à constituição de um "Fundo Especial de Serviços Públicos e Investimentos Municipais".

IV — 5% destinados à constituição de um "Fundo Especial de Manutenção e Investimento".

V — 20% destinados ao "Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação".

VI — 5% destinados à constituição de um "Fundo Especial de Alimentação Escolar (FEAE)".

Art. 2º Os recursos do Fundo Especial da Loteria Federal, destinados a programas de educação, deverão ser creditados em conta especial do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), dentro de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade.

Art. 3º Sob a supervisão e gerência do Ministério da Educação e Cultura e na forma do Regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo, o FEAE será aplicado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, integralmente, no atendimento de suas atividades fins e movimentado pelo Ministério da Educação e Cultura, que prestará contas da gestão financeira, relativa a cada exercício, ao Tribunal de Contas da União.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de novembro de 1968; 147º da Independência e 90º da República.

A. COSTA e SILVA

Antônio Delfim Netto

Favorino Bastos Mércio

Leonel Miranda

LEI Nº 5.526 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1968

Dispõe sobre a inscrição de médicos militares em Conselho Regional de Medicina e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os médicos militares, em serviço ativo nas Forças Armadas, como integrantes dos respectivos Serviços de Saúde, inscrever-se-ão no Conselho Regional de Medicina, a que se refere a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, sob a jurisdição do qual se ache o local de sua atividade, mediante prova, atestando essa situação, fornecida pelo órgão competente do Ministério da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica.

Parágrafo único. A inscrição de que trata este artigo será efetuada independente de sindicalização e pagamento de imposto sindical e do de anuidade, previsto no art. 7º do Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, que aprovou o Regulamento do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Medicina.

Art. 2º. Na Carteira Profissional, a ser expedida pelo Conselho Regional de Medicina aos inscritos na conformidade do art. 1º desta Lei, constará, além das indicações estatuídas na Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, a qualificação: "médico militar".

§ 1º. Os médicos militares já inscritos nos Conselhos Regionais de Medicina providenciarão, com a apresentação da prova de que trata o art. 1º desta Lei, para que conste em suas carteiras profissionais a qualificação: "médico militar".

§ 2º. O disposto no parágrafo anterior aplica-se também aos médicos que venham a ingressar nos Serviços de Saúde das Forças Armadas após a vigência desta Lei e já estejam inscritos nos Conselhos Regionais de Medicina na qualidade de médicos civis.

§ 3º. Registrada nas respectivas Carteiras Profissionais a qualificação: "médico militar", ficam os seus portadores isentos de sindicalização e pagamento de imposto sindical e do de anuidade.

Art. 3º. Estão isentos das prescrições estabelecidas nos §§ 1º e 2º do art. 18 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, os médicos militares que, inscritos no Conselho Regional de um Estado forem mandados servir em área situada na jurisdição de outro Conselho Regional, devendo, no entanto, comunicar essa ocorrência ao Presidente ceste, mencionando o número da Carteira e o Conselho Regional que a expediu.

Parágrafo único. Quando o médico militar exercer também a clínica privada na região em que passou a servir, ficará obrigado a apresentar sua Carteira Profissional, para ser visada pelo Presidente do Conselho Regional que a jurisdiciona.

Art. 4º. É vedado aos médicos militares inscritos nos Conselhos Regionais de Medicina participarem quer como candidatos, quer como eleitores, de eleições nos referidos Conselhos.

Art. 5º. Os médicos militares, no exercício de atividades técnico-profissionais impostas por sua condição militar, não estão sujeitos à ação disciplinar dos Conselhos Regionais de Medicina e sim à Diretora de Saúde da respectiva Força Armada ou órgão correspondente, à qual cabe promover e controlar a estrita observância das normas de ética profissional por parte dos seus integrantes.

Parágrafo único. No exercício, porém, da clínica privada, o médico militar fica sob a jurisdição disciplinar do Conselho Regional de Medicina que, em caso de infração da ética profissional, poderá puni-lo dentro da esfera de sua atividade civil, devendo, nesse caso, comunicar o fato à autoridade a que estiver subordinado o infrator.

Art. 6º. Cessará automaticamente a aplicação do disposto nesta Lei aos médicos militares que forem desliga-

dos do serviço ativo das Forças Armadas.

§ 1º Se desejarem exercer a medicina, deverão requerer ao Presidente do Conselho Regional a que estiverem jurisdicionados o cancelamento em sua carteira profissional, da qualificação "médico militar" quando então, passarão a ser observadas exclusivamente as normas estabelecidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, e Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1953, que aprovou o Regulamento do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Medicina.

§ 2º. Fica assegurada aos que usarem da faculdade prevista no parágrafo anterior, a isenção de pagamento de quaisquer impostos ou anuidades não devidos pelos médicos militares, nos termos da presente Lei, relativamente ao período em que, nessa condição tenham estado inscritos nos Conselhos Regionais de Medicina.

Art. 7º. Ao médico civil que for convocado para o Serviço de Saúde de uma das Forças Armadas, em caráter temporário, aplicar-se-á o prescrito nos parágrafos 1º e 3º do art. 2º no art. 3º e seu parágrafo único, no art. 4º e nos artigos 5º e 6º e seus parágrafos, desta Lei, devendo, porém, ser anotada em sua Carteira Profissional a qualificação: "médico militar convocado".

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Augusto Hamann Rademaker
Grünwald
Aurélio de Lyra Tavares
Márcio de Souza e Mello
Jarbas Passarinho

LEI Nº 5.527 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1968

Restabelece, para as categorias profissionais que menciona, o direito à aposentadoria especial de que trata o artigo 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, nas condições anteriores.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As categorias profissionais que até 22 de maio de 1968 faziam jus à aposentadoria de que trata o artigo 31 da Lei nº 3.807, de 26 de

agosto de 1960, em sua primitiva redação e na forma do Decreto número 53.831, de 24 de março de 1964, mas que foram excluídas do benefício por força da nova regulamentação aprovada pelo Decreto nº 63.230, de 10 de setembro de 1968, conservarão direito a esse benefício nas condições de tempo de serviço e de idade vigentes naquela data.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.528 — DE 12 DE NOVEMBRO
DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Universidade Federal do Piauí, sob a forma de fundação, que se regerá por estatuto aprovado em decreto, ouvido o Conselho Federal de Educação.

Art. 2º. A Universidade Federal do Piauí terá sua sede na cidade de Teresina, e seu patrimônio será constituído dos bens atualmente pertencentes aos estabelecimentos de ensino que passarão a integrá-la, bem como das dotações, subvenções e auxílios que lhe venham a ser feitos ou concedidos por pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 3º. Integrarão inicialmente a Universidade Federal do Piauí:

- 1) o Instituto de Ciências Exatas e Naturais;
- 2) o Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras;
- 3) a Faculdade de Direito;
- 4) a Faculdade de Odontologia;
- 5) a Faculdade de Medicina;
- 6) a Escola de Enfermagem; e
- 7) a Faculdade de Administração, em Parnaíba.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei serão levadas à conta do Orçamento da União para 1969 nas respectivas dotações.

Art. 5º. O Ministério da Educação e Cultura enviará ao Chefe do Poder

Executivo, dentro de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, exposição de motivos e anteprojeto de lei, autorizando a instituição da Universidade Federal de Mato Grosso.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Favorino Bastos Mércio

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

LEI Nº 5.529 — DE 13 DE NOVEMBRO
DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, o crédito especial de NCr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros novos), para fins que especifica, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério do Interior, em favor da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, o crédito especial de NCr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros novos) destinado a atender às despesas com instalação, funcionamento e execução do programa de trabalhos da Superintendência, inclusive subs-

crição de ações do Capital do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, previsto pela Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967.

Art. 2º. A receita necessária à execução desta Lei decorrerá da anulação de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento vigente (Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967), a saber:

5.09.01.07 — *Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste.*

133.1.1390 — Financiamento e Assistência à Agricultura

4.3.5.0 — Auxílios para Inversões Financeiras 600.000,00

5.09.01.05 — *Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia*

320.1.1325 — Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia

4.3.5.0 — Auxílios para Inversões Financeiras 5.400.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Afonso A. Lima

LEI Nº 5.530 — DE 13 DE NOVEMBRO
DE 1968

Dispõe sobre o exercício da profissão de químico pelos portadores de carteira expedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, até o advento da Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Além dos profissionais relacionados na Consolidação das Leis

do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, e no art. 20 da Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956, serão também considerados profissionais de Química, para os efeitos da legislação vigente, todos aqueles que, na data da publicação da Lei nº 2.800 acima citada, se achavam em exercício de função pública ou particular, para a qual se exigisse a qualidade de químico, revelada por anotação em carteira profissional, expedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, anteriormente à Lei nº 2.800, já referida, e que não tinham condições para registro nos Conselhos Regionais de Química, face a não oficialização de seus diplomas.

Parágrafo único. O registro dos portadores de carteira profissional referidos neste artigo, com atribuições correspondentes à categoria profissional a que fizeram jus, será feito nos Conselhos Regionais de Química.

Art. 2º Mediante requerimento do interessado, apresentado dentro do prazo de 1 (um) ano, contado da publicação das instruções referidas no art. 3º, os Conselhos Regionais de Química admitirão a registro o profissional que provar estar enquadrado no artigo anterior.

Parágrafo único. Aos registrados segundo este artigo, os Conselhos Regionais de Química expedirão carteira profissional com a anotação de "Profissional da Química Provisionado" com a referência às atribuições que lhes couberem.

Art. 3º Para os efeitos do artigo anterior, o Conselho Federal de Química, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta Lei, expedirá instruções que estabeleçam o nível e as atribuições do profissional e regulem o processo do registro.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.531 — DE 13 DE NOVEMBRO
DE 1968

Institui incentivos fiscais para o desenvolvimento da educação e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Sem prejuízo de outros incentivos fiscais instituídos por lei, as pessoas físicas e as pessoas jurídicas destinarão 2% (dois por cento) do imposto de renda calculado na respectiva declaração, para aplicação em programas de desenvolvimento da educação.

Parágrafo único. O órgão arrecador creditará a parcela correspondente aos programas de educação em conta especial, do Fundo Federal de Desenvolvimento da Educação (FFDE)

Art. 2º Do montante dos incentivos fiscais instituídos em favor das pessoas jurídicas, na forma dos arts. 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, 1º da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, 7º, alínea b, da Lei número 5.174, de 27 de outubro de 1966, e legislação subsequente, para aplicação nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), serão reservadas importâncias iguais a 5% (cinco por cento) para projetos de educação e de treinamento de mão-de-obra, a serem executados nas respectivas regiões.

§ 1º As importâncias descontadas serão respectivamente creditadas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ou pelo Banco da Amazônia (BASA) conforme o caso, em conta do Fundo Federal de Desenvolvimento da Educação (FFDE).

§ 2º Competirá aos órgãos de desenvolvimento das áreas regionais (SUDENE, BNB, SUDAM e BASA) a aplicação dos recursos referidos no parágrafo anterior, como agentes financeiros do Fundo Federal de Desenvolvimento da Educação (FFDE).

Art. 3º Do montante dos incentivos fiscais instituídos pelos artigos 2º da Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966, 25 e 26 do Decreto-Lei nº 55, de

18 de novembro de 1966 com as posteriores alterações, e artigo 81 do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, serão deduzidas importâncias iguais a 5% (cinco por cento) para aplicação em programas de desenvolvimento da educação e treinamento de mão-de-obra.

§ 1º As importâncias de que trata este artigo serão creditadas, pelo Banco do Brasil, em conta do Fundo Federal de Desenvolvimento da Educação (FFDE).

§ 2º Tratando-se de recursos oriundos dos incentivos às atividades pesqueiras, sua aplicação pelo FFDE poderá ser feita em projetos de treinamento de mão-de-obra especializada mediante convênio com a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE).

Art. 4º O disposto nos artigos anteriores da presente Lei será observado em relação ao ano-base de 1968 e seguintes.

Art. 5º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto.

Favorino Bastos Mercio

Atônso A. Lima

LEI Nº 5.532 — DE 14 DE NOVEMBRO
DE 1968

Acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento de terrenos para pagamento em prestações.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º do Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, é acrescido do seguinte parágrafo:

"

§ 6º Sob pena de incorrerem em crime de fraude, os vendedores, se qui-

serem invocar, como argumento de propaganda, a proximidade do terreno com algum acidente geográfico, cidade, fonte hidromineral ou termal ou qualquer outro motivo de atração ou valorização, serão obrigados a declarar no memorial descritivo e a mencionar nas divulgações, anúncios e prospectos de propaganda, a distância métrica a que se situa o imóvel do ponto invocado ou tomado como referência."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Ivo Arzuza Pereira

LEI Nº 5.533 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a doar, através do Instituto Brasileiro do Café, ao Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 5.000 (cinco mil) sacas de café.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' autorizado o Poder Executivo a doar através do Instituto Brasileiro do Café, 5.000 (cinco mil) sacas de café, do Tipo Paranaguá 5, à conta dos estoques oficiais, ao Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, para uso em seus programas assistenciais, devendo as mesmas ser entregues no curso dos anos de 1968 a 1970.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Edmundo de Macedo Soares

LEI Nº 5.534 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1968

Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Toda pessoa natural ou jurídica de direito público ou de direito privado que esteja sob a jurisdição da lei brasileira é obrigada a prestar as informações solicitadas pela Fundação IBGE para a execução do Plano Nacional de Estatística. Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, art. 2º, § 2º).

Parágrafo único. As informações prestadas terão caráter sigiloso, serão usadas exclusivamente para fins estatísticos, e não poderão ser objeto de certidão, nem, em hipótese alguma, servirão de prova em processo administrativo, fiscal ou judicial, excetuando apenas, no que resultar de infração a dispositivos desta lei.

Art. 2º Constitui infração a presente Lei:

- a) a não prestação de informações nos prazos fixados;
- b) a prestação de informações falsas.

§ 1º O infrator ficará sujeito à multa de até 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, quando primeiro; e de até o dobro desse limite quando reincidente.

§ 2º O pagamento da multa não exonerará o infrator da obrigação de prestar as informações dentro do prazo fixado no auto de infração que for lavrado.

§ 3º Ficará dispensado do pagamento da multa o infrator primário que prestar as informações no prazo fixado no auto de infração.

§ 4º Se a infração for praticada por servidor público, no exercício de suas funções, as penalidades serão as fixadas no art. 4º desta Lei.

Art. 3º Competirá, privativamente, à Fundação IBGE, na forma do regulamento a ser baixado lavrar e processar os autos de infração, bem como aplicar as multas previstas nesta Lei.

§ 1º Constituirão receita da União as importâncias correspondentes às multas impostas.

§ 2º Incumbirá à Fundação IBGE remeter à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para cobrança judicial, os processos findos relativos às multas que não forem pagas na instância administrativa.

Art. 4º Será passível das penas pecuniárias cominadas nesta Lei, até a importância máxima correspondente a 1 (um) mês de seu vencimento ou de seu salário, o servidor público que, no exercício de suas atribuições, praticar infração nela prevista.

Parágrafo único. A Fundação IBGE comunicará ao órgão ou entidade a que estiver vinculado o servidor, o valor da multa aplicada para o fim da competente cobrança, mediante desconto, em folha, em até 10 (dez) prestações mensais, iguais e sucessivas.

Art. 5º Das penalidades aplicadas pela Fundação IBGE na forma desta lei e do regulamento a ser baixado, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias contados da intimação, ao Ministro do Planejamento e Coordenação-Geral, independentemente de garantia da instância.

Parágrafo único. As multas afinal devidas poderão ser parceladas, a requerimento do autuado, em até 10 (dez) prestações mensais, iguais e sucessivas.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

LEI Nº 5.535 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1968

Restabelece representações no Conselho Nacional de Telecomunicações, revoga dispositivos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam restabelecidas as representações do Ministério do Interior, do Estado-Maior das Forças Armadas e do Ministério das Relações Exteriores, na composição do Conselho Nacional de Telecomunicações, mantidas as disposições do art. 1º da Lei nº 5.396, de 26 de fevereiro de 1968, que alterou o art. 165, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 2º O Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) será presidido pelo Ministro de Estado das Comunicações.

Parágrafo único. Em suas faltas ou impedimentos, o Ministro das Comunicações será substituído, na Presidência do Conselho, pelo Secretário-Geral do Ministério das Comunicações e, na falta ou impedimento deste, pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL).

Art. 3º Somente serão nomeados representantes no Conselho Nacional de Telecomunicações cidadãos brasileiros de reputação ilibada e notórios conhecimentos dos assuntos ligados aos diversos ramos das telecomunicações.

Art. 4º Os representantes dos partidos políticos de que tratam os itens X e XI do art. 165, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pela Lei nº 5.396, de 26 de fevereiro de 1968 e pelo art. 1º desta Lei serão escolhidos pelo Presidente da República, em listas tripartites, encaminhadas por intermédio do Ministério das Comunicações.

§ 1º O Presidente da República, poderá vetar totalmente os nomes constantes das listas tripartites apresentadas, e, nesse caso, o Ministério das Comunicações providenciará para que novas listas sejam organizadas.

§ 2º As listas triplices a que se refere este artigo deverão ser encaminhadas ao Ministério das Comunicações até trinta (30) dias após o início de cada legislatura.

Art. 5º O Conselho Nacional de Telecomunicações, por ato do Poder Executivo, será classificado em uma das categorias previstas na regulamentação em vigor para órgãos de deliberação coletiva.

Art. 6º A partir da publicação desta lei, os representantes no Conselho Nacional de Telecomunicações somente farão jus à gratificação que for estabelecida na classificação a que se refere o artigo anterior, ficando considerados vagos os respectivos cargos de provimento em comissão que atualmente exercem.

Art. 7º Os representantes no Conselho Nacional de Telecomunicações exercerão esses encargos, sem prejuízo de suas funções normais nos órgãos que representam.

Parágrafo único. Cada representante no Conselho terá um suplente nomeado para substituí-lo em seus impedimentos.

Art. 8º O art. 24 e seus parágrafos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-lei número 236, de 28 de fevereiro de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. Das deliberações do Conselho caberá pedido de reconsideração para o mesmo e, em instância superior, recurso para o Ministro das Comunicações, salvo das deliberações tomadas sob a sua presidência, quando será dirigido diretamente ao Presidente da República:

§ 1º As decisões serão tomadas por maioria absoluta de votos dos representantes que compõem o Conselho, considerando-se unânimes tão somente as que contarem com a totalidade destes.

§ 2º O pedido de reconsideração ou o recurso de que trata este artigo deve ser apresentado no prazo de trinta (30) dias contados da notificação feita ao interessado por telegrama, ou carta

registrada, um e outro com aviso de recebimento, ou da publicação dessa notificação feita no *Diário Oficial da União*.

§ 3º O recurso terá efeito suspensivo."

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogados os artigos 21 e 22 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e demais disposições em contrário.

Brasília, 20 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.536 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1968

Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A censura de peças teatrais será classificatória, tendo em vista a idade do público admissível ao espetáculo, o gênero deste e a linguagem do texto, com as exceções previstas nesta Lei.

§ 1º. Os espetáculos teatrais serão classificados como livres e impróprios ou proibidos para menores de 10 (dez), 14 (quatorze), 16 (dezesseis) ou 18 (dezoito) anos.

§ 2º. A classificação de que trata este artigo constará de certificado de censura e de qualquer publicidade pertinente ao espetáculo, e será afixada em lugar visível ao público, junto à bilheteria.

§ 3º. A classificação obedecerá a critérios a serem especificados em regulamento, dando ao público, tanto quanto possível, a idéia geral do mesmo.

Art. 2º. Não se aplica o disposto no artigo anterior, salvo quanto a seus §§ 1º e 2º, às peças teatrais que, de qualquer modo, possam:

I — atentar contra a segurança nacional e o regime representativo e democrático;

II — ofender às coletividades ou às religiões ou incentivar preconceitos de raça ou luta de classes; e

III — prejudicar a cordialidade das relações com outros povos.

Parágrafo único. A censura às peças teatrais, que incidam em quaisquer das restrições referidas neste artigo, observado o disposto no § 1º do art. 8º, continua a ser regulada pela legislação anterior, quanto a sua reprovação, parcial ou total, não podendo a autoridade fazer substituições que importem em aditamento ou colaboração.

Art. 3º. Para efeito de censura classificatória de idade, ou de aprovação, total ou parcial, de obras cinematográficas de qualquer natureza, levar-se-á em conta não serem elas contrárias à segurança nacional e ao regime representativo e democrático, à ordem e ao decore públicos, aos bons costumes, ou ofensivas às coletividades ou às religiões ou, ainda, capazes de incentivar preconceitos de raça ou de lutas de classes.

Art. 4º. Os órgãos de censura deverão apreciar a obra em seu contexto geral levando-lhe em conta o valor artístico, cultural e educativo, sem isolar cenas, trechos ou frases, ficando-lhe vedadas recomendações críticas sobre as obras censuradas.

Art. 5º. A obra cinematográfica poderá ser exibida em versão integral, apenas com censura classificatória de idade, nas cinematecas e nos cineclubes, de finalidades culturais.

Parágrafo único. As cinematecas e cineclubes referidos neste artigo deverão constituir-se sob a forma de sociedade civil, nos termos da legislação em vigor, e aplicar seus recursos, exclusivamente, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos, sendo-lhes vedada a distribuição de lucros, bonificações ou quaisquer vantagens pecuniárias a dirigentes, mantenedores ou associados.

Art. 6º. A sala de exibição que não já sido registrada no Instituto Nacional do Cinema para explorar, exclusivamente, filmes de reconhecido valor artístico, educativo ou cultural, poderá exibi-los, em versão integral com censura apenas classificatória de idade, observada a proporcionalidade de filmes nacionais, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 7º. Para a exibição de que tratam os artigos 5º e 6º será concedido Certificado Especial à obra cinematográfica.

§ 1º. O Certificado Especial não dispensa a obtenção de certificado apropriado para a exibição nas demais salas.

§ 2º. A infração do disposto nos artigos 5º e 6º desta Lei acarretará a proibição de exibição de filmes com Certificado Especial.

Art. 8º. O Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal deverá decidir e, se for o caso, expedir o certificado de censura da obra teatral ou cinematográfica, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da entrega do requerimento.

§ 1º. A decisão do Serviço de Censura de Diversões Públicas, que importe em reprovação total das peças que incidam em quaisquer das restrições referidas no art. 2º desta Lei, será submetida à aprovação, dentro do prazo estabelecido neste artigo, do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, que deverá resolver dentro de 5 (cinco) dias, a partir da data do recebimento do processo.

§ 2º. Decorridos os prazos previstos neste artigo sem a manifestação do Serviço de Censura de Diversões Públicas, ou do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, entender-se-á liberada a obra, com proibição para menores de 16 (dezesseis) anos, sem prejuízo da satisfação, posteriormente, das determinações da Censura.

Art. 9º. Dentro de 30 (trinta) dias, contados da data em que tiver ciência da decisão do Serviço de Censura de Diversões Públicas, poderá o interessado interpor recurso para o Diretor-Geral do Departamento de Po-

licia Federal, que deverá decidi-lo no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º. Presumir-se-á reformada a decisão recorrida e liberada a obra se o recurso não fôr decidido dentro do prazo previsto neste artigo.

§ 2º. Da decisão do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, caberá recurso ao Conselho Superior de Censura.

§ 3º. Quando ocorrer a hipótese do § 1º deste artigo, o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal poderá, também, recorrer para o Conselho Superior de Censura.

Art. 10. O certificado de censura para teatro, cinema e novelas ou teatro para radiodifusão terá validade, em todo território nacional, pelo prazo de 5 (cinco) anos, tanto para o mesmo ou outro empresário, quanto para o mesmo ou outro elenco, e, dentro deste prazo, só poderá ser revisto o limite de idade se fôr introduzido elemento novo no espetáculo, que justifique outra classificação.

Art. 11. As peças teatrais, após aprovadas pela censura, não poderão ter os seus textos modificados ou acrescidos, inclusive na representação.

Parágrafo único. A violação ao disposto neste artigo acarretará a suspensão do espetáculo por 3 (três) a 20 (vinte) dias, independentemente da pena pecuniária.

Art. 12. As cinematecas e cineclubes poderão exhibir qualquer filme já censurado, independentemente de revalidação do respectivo certificado.

Art. 13. A censura de espetáculos e obras cinematográficas será feita por comissões, constituídas de 3 (três) integrantes da série de classes de Técnico de Censura.

Art. 14. Fica alterada para Técnico de Censura a denominação das classes integrantes da atual série de Classes de Censor Federal, Código PF-101, do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal.

§ 1º. Para o provimento de cargo da série de Classes de Técnico de Censura, observado o disposto no artigo 95, § 1º, da Constituição, é obrigatória a apresentação de diploma,

devidamente registrado, de conclusão de curso superior de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia.

§ 2º. É ressalvada a situação pessoal dos atuais ocupantes de cargos da série de classes de Censor Federal.

§ 3º. É assegurada preferência, para promoção aos cargos da classe B, Nível 18, da série de classes de Técnico de Censura, aos ocupantes de cargos da classe A, nível 17, da mesma série, portadores de diplomas dos cursos a que se refere este artigo.

Art. 15. Fica instituído o Conselho Superior de Censura (CSC), órgão diretamente subordinado ao Ministério da Justiça.

Art. 16. O Conselho Superior de Censura compõe-se de um representante:

- I — do Ministério da Justiça;
- II — do Ministério das Relações Exteriores;
- III — do Ministério das Comunicações;
- IV — do Conselho Federal de Cultura;
- V — do Conselho Federal de Educação;
- VI — do Serviço Nacional do Teatro;
- VII — do Instituto Nacional do Cinema;
- VIII — da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor;
- IX — da Academia Brasileira de Letras;
- X — da Associação Brasileira de Imprensa;
- XI — dos Autores Teatrais;
- XII — dos Autores de Filmes;
- XIII — dos Produtores Cinematográficos;
- XIV — dos Artistas e Técnicos em espetáculos de Diversões Públicas;
- XV — dos Autores de Radiodifusão.

§ 1º. Cada membro do Conselho terá um suplente.

§ 2º. Os membros do Conselho e os respectivos suplentes serão designados pelo Ministro da Justiça, dentre os portadores de diploma de nível universitário, devidamente registrado, preferencialmente dos cursos

a que se refere o art. 14 desta Lei.

§ 3º. Quando as entidades relacionadas neste artigo não estiverem legalmente organizadas, com jurisdição para todo o território nacional, o Ministro da Justiça poderá designar os respectivos representantes e suplentes, independentemente de indicação.

§ 4º. O Conselho será presidido por um de seus membros escolhido e designado pelo Ministro da Justiça, e, nas faltas ou impedimentos deste, pelo representante do Ministério das Relações Exteriores.

§ 5º. O Presidente do Conselho terá voz e votos nas suas deliberações, cabendo-lhe, também, o voto de qualidade.

Art. 17. Ao Conselho Superior de Censura compete rever, em grau de recurso, as decisões finais, relativas à censura de espetáculos e diversões públicas, proferidos pelo Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal e elaborar normas de critérios que orientem o exercício da censura, submetendo-os à aprovação do Ministro da Justiça.

Parágrafo único. Os recursos ao Conselho Superior de Censura deverão ser interpostos, dentro de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida e resolvidos no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 18. Da decisão não unânime do Conselho Superior de Censura caberá recurso ao Ministro da Justiça, interposto dentro de 15 (quinze) dias, a contar da ciência do ato, pelo interessado, e solucionado no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 19. Das decisões proferidas com fundamento nesta Lei, será dada ciência aos interessados, pessoalmente, ou mediante publicação de seu resumo no *Diário Oficial da União*.

Parágrafo único. Mediante solicitação do interessado, ser-lhe-á expedida certidão do inteiro teor de decisão referente à censura da obra teatral ou cinematográfica.

Art. 20. Os membros do Conselho Superior de Censura farão jus, por sessão a que comparecerem, a gratificação pela participação em órgão

de deliberação coletiva fixada pelo Presidente da República, na forma da lei.

Art. 21. As penalidades por infrações a dispositivos desta Lei serão estabelecidas no respectivo regulamento.

Parágrafo único. Em se tratando de pena pecuniária, deverá esta graduar-se, segundo a gravidade da infração, entre o mínimo de 2 (duas) vezes e o máximo de 50 (cinquenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 22. Continuam em vigor todas as normas legais e regulamentares relativas à censura de espetáculos e diversões públicas em tudo quanto não contrariarem a presente Lei.

Art. 23. O Ministro da Justiça, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei, submeterá à aprovação do Presidente da República o respectivo regulamento e, em igual prazo, providenciará a consolidação de todas as normas legais referidas no artigo anterior.

Art. 24. Esta Lei entrará em vigor 60 (sesenta) dias após a sua publicação.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Tarso Dutra

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.537 — DE 21 DE NOVEMBRO
DE 1968

Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criado, com personalidade jurídica de natureza autárquica,

vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), com sede e fóro na Capital da República.

Art. 2º O INDEP tem por finalidade captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino e pesquisa, inclusive alimentação escolar e bolsas de estudo, observadas as diretrizes do planejamento nacional da educação.

§ 1º. O regulamento do INDEP, a ser expedido por decreto do Poder Executivo, disciplinará o financiamento dos projetos e programas e o mecanismo de restituição dos recursos aplicados.

§ 2º. Será concedida preferência, nos financiamentos, àqueles programas e projetos que melhor correspondam à necessidade de formação de recursos humanos para o desenvolvimento nacional.

Art. 3º. Compete ao INDEP:

a) financiar programas de ensino superior, médio e primário, inclusive a prestação de assistência financeira aos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios e estabelecimentos particulares;

b) financiar sistemas de bolsas de estudo, manutenção e estágio a alunos dos cursos superior e médio;

c) apreciar, preliminarmente, as propostas orçamentárias das universidades dos Governos dos Territórios e dos estabelecimentos de ensino médio e superior mantidos pela União, com vistas à compatibilidade dos seus programas e projetos.

§ 1º. A assistência financeira, a ser deliberada e concedida pelo INDEP, ficará sempre condicionada à aprovação de programas e projetos específicos, e será reembolsável ou não, e far-se-á mediante convênio, consoante estabelecer a regulamentação.

§ 2º. Os estabelecimentos particulares de ensino que receberem do Poder Público Federal subvenção ou auxílio de qualquer natureza, ficam obrigados a reservar matrículas para bolsas de estudo, manutenção e estágio, que forem concedidas pelo INDEP e compensadas na conta da subvenção ou auxílio.

§ 3º. A assistência financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o desenvolvimento dos seus sistemas de ensino primário e médio, ficará condicionada à comprovação do emprego de recursos destinados à educação, oriundos da receita orçamentária própria, acompanhada dos respectivos planos e dos relatórios físicos e contábeis da aplicação.

§ 4º. A assistência financeira da União aos programas e projetos municipais de ensino primário fica condicionada à verificação de que os mesmos se encontram compatibilizados com o plano estadual de educação.

Art. 4º. Para fazer face aos encargos de que trata o art. 3º, o INDEP disporá de:

a) recursos orçamentários que lhe forem consignados;

b) recursos provenientes de incentivos fiscais;

c) vinte por cento (20%) do Fundo Especial da Loteria Federal;

d) recursos provenientes do salário-educação a que se refere a alínea "b" do art. 4º da Lei número 4.440, de 27 de outubro de 1964, com as modificações introduzidas pelo artigo 35 da Lei número 4.863, de 29 de novembro de 1965;

e) recursos decorrentes de restituições relativas às execuções de programas e projetos financeiros sob a condição de reembolso;

f) receitas patrimoniais;

g) doações e legados;

h) juros bancários de suas contas;

i) recursos de outras fontes.

§ 1º. Os recursos a que se refere a letra d deste artigo, bem como os saldos eventuais de exercícios anteriores e as dotações orçamentárias, para a expansão, manutenção e aperfeiçoamento das redes nacionais de ensino, para o programa de escolas de fronteiras, para os convênios diretos com as Prefeituras Municipais e para a administração da Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação, passam a ser integralmente administrados pelo INDEP e à sua conta serão transferidos no seu total.

§ 2º. O INDEP compreenderá quatro subcontas distintas, além de sua conta de custeio aludida no art. 6º,

para o desenvolvimento de ensino superior, médio, primário e complementação de qualquer nível de ensino, creditando-se em cada uma delas a receita que lhe for específica.

§ 3º. O INDEP poderá adotar as medidas e realizar as operações que se fizerem indicadas para o financiamento dos programas e projetos e a oportuna liberação dos recursos correspondentes.

Art. 5º. O patrimônio do INDEP será constituído dos bens e valores que lhe forem transferidos pela União, destinados à instalação e manutenção dos seus serviços.

Art. 6º. Para a manutenção de seus serviços, o INDEP contará, exclusivamente, com dotações orçamentárias da União, escrituradas em conta especial, dependendo o orçamento de suas despesas de prévia aprovação do Presidente do Conselho Deliberativo.

Art. 7º. O INDEP será administrado por um Conselho Deliberativo, constituído de onze (11) membros, incluindo em sua composição representantes da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral, do Magistério, dos Estudantes e do Empresariado nacional, sendo os seis membros restantes representantes do Ministério da Educação e Cultura.

§ 1º. Presidirá o Conselho do INDEP o Ministro da Educação e Cultura ou seu representante.

§ 2º. Os membros do Conselho Deliberativo farão jus à diária de comparecimento a ser fixada no regulamento.

Art. 8º. O INDEP será representado, em Juízo ou fora d'ele, pelo seu Presidente ou representante por este credenciado.

Art. 9º. O INDEP terá uma Secretaria Executiva que funcionará como órgão de assessoramento do Conselho e executará as decisões do órgão colegiado.

§ 1º. A Secretaria Executiva terá estrutura flexível e contará com um corpo técnico e administrativo, organizado sob forma de equipe técnica de trabalho.

§ 2º. A administração do INDEP poderá requisitar pessoal dos órgãos

da Administração Direta e Indireta para servir na Secretaria Executiva e, ainda, excepcionalmente, contratar especialistas sujeitos à legislação do trabalho.

Art. 10. A Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Educação e Cultura colaborará na supervisão financeira.

Art. 11. Em consonância com o disposto no art. 168, § 3º, inciso III, da Constituição, o Ministério da Educação e Cultura estabelecerá sistema através do qual, em relação às novas matrículas nos estabelecimentos federais de ensino, seja cobrada anuidade daqueles alunos de alta renda familiar, financiando-se bolsas de estudo, de manutenção e de estágio, reembolsáveis a longo prazo, aos alunos de curso superior de menores ou insuficientes recursos.

Parágrafo único. O regulamento fixará, em função do maior salário-mínimo vigente no País os critérios para determinação das categorias de renda familiar, levando em consideração o número de dependentes de família.

Art. 12. O INDEP poderá designar agentes financeiros nas diversas regiões do País para execução das operações que forem consideradas suscetíveis de descentralização.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial até o limite de dois milhões de cruzeiros novos (NCr\$ 2.000.000,00) ao Ministério da Educação e Cultura, para atender, no exercício de 1968, às despesas de instalação e manutenção do INDEP, observado o disposto no item III do § 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 14. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Tarso Dutra

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Afonso A. Lima

LEI Nº 5.538 — DE 22 DE NOVEMBRO
DE 1968

Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da Organização

CAPÍTULO I

Da Sede e da Constituição

Art. 1º O Tribunal de Contas, órgão auxiliar do Senado Federal no controle externo da administração financeira e orçamentária do Distrito Federal, tem a sua sede na cidade de Brasília e jurisdição em todo o território do Distrito Federal.

Art. 2º O Tribunal de Contas compõe-se de 5 (cinco) Ministros.

Art. 3º Funcionam no Tribunal de Contas como integrantes de sua organização:

- I — O Ministério Público;
- II — Os Serviços Auxiliares.

CAPÍTULO II

Dos Ministros

Art. 4º Os Ministros do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Prefeito do Distrito Federal, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros natos, maiores de trinta e cinco anos, de reconhecida idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública.

Art. 5º Os Ministros gozarão das seguintes garantias, prerrogativas e vencimentos:

I — Vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial, transitada em julgado;

II — Inamovibilidade;

III — Irredutibilidade de vencimentos; sujeitos, entretanto, aos impostos gerais, inclusive imposto de renda;

IV — Aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta anos de serviço público, em todos esses casos com os vencimentos integrais;

V — Vencimentos idênticos aos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Art. 6º É vedado ao Ministro do Tribunal de Contas, sob pena de perda do cargo:

I — Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo nos casos previstos na Constituição Federal;

II — Exercer comissão remunerada, inclusive em órgão de controle financeiro da Administração Direta ou Indireta;

III — Exercer profissão liberal, emprego particular, ser comerciante, sócio, diretor ou gerente de sociedades comerciais, salvo acionista de sociedades anônimas ou em comandita por ações;

IV — Celebrar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

V — Exercer atividades político-partidárias.

Art. 7º Não poderão exercer, temporaneamente, o cargo de Ministro, os parentes consanguíneos ou afins, na linha ascendente ou descendente, e na linha colateral, até o segundo grau.

Parágrafo único. A incompatibilidade resolve-se:

a) antes da posse, contra o último nomeado ou contra o mais moço se nomeados na mesma data;

b) depois da posse, contra o que lhe deu causa;

c) se a ambos imputável, contra o que tiver menos tempo de exercício no cargo.

Art. 8º Depois de nomeados e empossados, os Ministros só perderão seus cargos por efeito de sentença judicial, transitada em julgado, exoneração a pedido ou por motivo de incompatibilidade, nos termos do artigo anterior.

Art. 9º O Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal serão eleitos por

seus pares para servirem durante o período de 1 (um) ano.

§ 1º Nessas eleições, terão direito a votos apenas os Ministros efetivos.

§ 2º Far-se-á a eleição por escrutínio secreto durante o mês de dezembro, em dia previamente determinado pelo Tribunal ou, em se tratando de vaga eventual, dentro dos 10 (dez) dias imediatamente posteriores à vacância.

§ 3º O eleito para a vaga eventual completará o tempo do mandato do antecessor.

§ 4º Não se procederá a nova eleição se faltarem menos de dois meses para o término do mandato.

§ 5º Considerar-se-á eleito o que alcançar o mínimo de três votos.

§ 6º Se nenhum alcançar esse número de votos, terá lugar segundo escrutínio.

§ 7º Se, ainda assim, não se atingir o quorum, proceder-se-á a novo escrutínio, dando-se por eleito o que tiver obtido maioria relativa, e, se houver empate, o Ministro mais antigo no cargo, ou o mais velho, se tiverem a mesma antiguidade.

§ 8º Ao segundo e terceiro escrutínios concorrerão os Ministros que houverem obtido os dois primeiros lugares na votação para Presidente e Vice-Presidente.

§ 9º O Presidente e o Vice-Presidente prestarão compromisso na mesma sessão em que forem eleitos, entrando em exercício a 1º de janeiro seguinte.

§ 10. No caso de preenchimento de vaga que ocorrer antes do término do mandato, o Ministro eleito entrará em exercício na data em que prestar o respectivo compromisso.

Art. 10. É vedado aos Ministros intervir no julgamento de interesse próprio ou de parentes, até o segundo grau, inclusive, aplicando-se as suspensões previstas no Código do Processo Civil.

Art. 11. Ocorrendo o falecimento de Ministro do Tribunal de Contas em exercício ou apresentados, será concedida à família, a título de auxílio funeral, a importância correspondente ao vencimento ou provento de um mês.

CAPÍTULO III

Dos Auditores

Art. 12. Os Auditores, em número de 3 (três) serão nomeados pelo Prefeito do Distrito Federal, mediante concurso de provas e títulos, e deverão preencher os requisitos exigidos para o cargo de Ministro.

Art. 13. Compete aos Auditores o relatório dos processos de tomada de contas, o auxílio ao Ministro Coordenador na supervisão das atividades da Inspetoria-Geral e das Inspetorias Seccionais, bem como as demais atribuições que lhes forem cometidas pelo Regimento Interno.

§ 1º Os Auditores substituirão os Ministros, observada a ordem de antiguidade no cargo ou, em caso de idêntica antiguidade, a ordem de idade.

§ 2º Os Auditores também substituirão os Ministros, para efeito de quorum nas sessões, por convocação do Presidente e exercerão as respectivas funções no caso de vacância do cargo de Ministro, até novo provimento, a juízo do Tribunal.

Art. 14. Os Auditores somente perderão o cargo em virtude de processo administrativo, e nas hipóteses dos artigos 6º e 7º, ressalvado o disposto no art. 246 da Lei nº 1.211, de 28 de outubro de 1952, aplicando-se-lhes o disposto no artigo 10.

Art. 15. Os Auditores não poderão exercer funções ou comissão nos Serviços Auxiliares.

Art. 16. ... VETADO ...

CAPÍTULO IV

Do Ministério Público

Art. 17. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas compõe-se de um Procurador-Geral e dois Procuradores-Adjuntos.

Art. 18. O Procurador-Geral será nomeado pelo Prefeito do Distrito Federal, dentre bacharéis em Direito, que preencham os requisitos exigidos para o cargo de Ministro.

Parágrafo único ... VETADO ...

Art. 19. Compete ao Procurador-Geral:

I — Promover a defesa dos interesses da Administração e da Fazenda Pública;

II — Comparecer às sessões do Tribunal e intervir nos processos de tomada de contas e de concessão de aposentadorias, reformas, pensões e em outros referidos no Regimento Interno;

III — Opinar, verbalmente ou por escrito, por deliberação do Tribunal, à requisição de qualquer dos seus membros, a seu próprio requerimento ou por distribuição do Presidente, em todos os assuntos sujeitos à decisão do Tribunal;

IV — Requerer, perante o Tribunal, as medidas referidas no artigo 38 desta Lei.

Art. 20 — ... VETADO ...

Art. 21. Compete aos Procuradores-Adjuntos auxiliar o Procurador-Geral em suas funções e substituí-lo nas licenças, faltas e impedimentos, na ordem estabelecida no Regimento Interno.

CAPÍTULO V

Dos Serviços Auxiliares

Art. 22. Completam a organização do Tribunal de Contas os seguintes serviços auxiliares:

I — Diretoria-Geral, órgão da administração das atividades meios;

II — Inspeção-Geral e Inspetorias Seccionais, estas em número de quatro, no máximo, órgãos de auditoria financeira e orçamentária;

III — outros órgãos que a lei vier a criar, necessários ao exercício de suas atividades constitucionais e legais.

Parágrafo único. Para o exercício de suas atividades, esses serviços auxiliares terão organização e atribuições adequadas, a serem estabelecidas pelo Tribunal, obedecidos os princípios da presente Lei.

Art. 23. A Diretoria-Geral incumbirá a administração das atividades meios.

Art. 24. As funções de execução do controle externo da administração financeira e orçamentária do Distrito Federal serão exercidas pelo Tribunal, de forma descentralizada, por intermédio da Inspeção-Geral, das Inspetorias Seccionais e de outros órgãos que a lei instituir.

Parágrafo único. As atividades da Inspeção-Geral e das Inspetorias

Seccionais ficarão, semanalmente, sob a coordenação de um Ministro, com a colaboração de um Auditor, na forma estabelecida no Regimento ou Resolução Especial.

Art. 25. ... VETADO ...

§ 1º ... VETADO ...

§ 2º ... VETADO ...

Art. 26. ... VETADO ...

TÍTULO II

Da Competência e Jurisdição

CAPÍTULO I

Da Competência

Art. 27. Compete ao Tribunal de Contas:

I — A apreciação das contas do Prefeito do Distrito Federal;

II — O desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária sobre as contas das Unidades Administrativas do Distrito Federal, obedecido o disposto no § 3º do artigo 71 da Constituição Federal;

III — O julgamento da regularidade das contas dos dirigentes dos órgãos da administração direta e indireta, bem como dos que ordenam despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos;

IV — O julgamento da legalidade das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões.

Art. 28. O Tribunal dará parecer prévio em 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega, sobre as contas que o Prefeito do Distrito Federal deverá prestar anualmente, ao Senado Federal.

§ 1º As contas do Prefeito do Distrito Federal deverão ser entregues, concomitantemente, ao Senado Federal e ao Tribunal de Contas, até o dia 30 de abril do ano seguinte.

§ 2º ... VETADO ...

§ 3º O Tribunal deverá apresentar ao Senado Federal minucioso relatório conclusivo sobre os resultados do exercício financeiro, louvando-se, no caso de não apresentação das contas no prazo legal, nos pareceres colhidos ao exercer a auditoria financeira e orçamentária e nos seus assentamentos.

Art. 29. No exercício de suas atribuições de controle da administração financeira e orçamentária, o Tribunal representará ao Prefeito do Distrito Federal e ao Senado Federal sobre irregularidades e abusos por ele verificados.

Art. 30. O Tribunal de Contas, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público ou da Auditoria Financeira e Orçamentária e demais órgãos auxiliares, se verificar a ilegalidade de qualquer despesa, inclusive as decorrentes de contratos, aposentadorias, reformas e pensões, deverá:

I — Conceder prazo razoável para que o órgão da administração pública adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;

II — Sustar a execução do ato, em caso de não atendimento da determinação, exceto em relação aos contratos;

III — Solicitar ao Senado Federal, se se tratar de contrato, que determine a sustação do ato ou outras medidas que julgar necessárias ao resguardo dos objetivos legais, no caso de não ter sido atendida a determinação do inciso I.

§ 1º No caso do inciso III, considerar-se-á insubsistente a impugnação, se o Senado Federal não se manifestar sobre a solicitação do Tribunal no prazo de trinta dias.

§ 2º Se o Prefeito do Distrito Federal ordenar a execução do ato a que se refere o inciso II, o fato deverá constar do relatório referido no § 3º do artigo 28.

Art. 31. Compete ainda ao Tribunal de Contas, na forma do artigo 110 da Constituição Federal:

I — Elaborar e alterar seu Regulamento Interno;

II — Organizar seus serviços e prover-lhes os cargos na forma da lei;

III — Eleger o Presidente, o Vice-Presidente e dar-lhes posse;

IV — Conceder licença e férias aos Ministros;

V — ... VETADO ...

VI — Prestar informações ao Senado Federal.

CAPÍTULO II

Da Jurisdição

Art. 32. ... VETADO ...

Parágrafo único. ... VETADO ...

Art. 33. Estão sujeitos à tomada de contas e ao por ato do Tribunal de Contas podem ser liberados de sua responsabilidade:

I — Os que ordenam despesas;

II — As pessoas indicadas no artigo 32 *caput*;

III — Todos os servidores públicos, civis e militares, ou qualquer pessoa ou entidade, estipendiados pelos cofres públicos ou não, que derem causa a perda, subtração, extravio ou estrago de valores, bens e material do Distrito Federal ou pelos quais este seja responsável;

IV — Todos quantos, por expressa disposição de lei, lhe devam prestar contas.

TÍTULO III

Da Auditoria Financeira e Orçamentária

Art. 34. A Auditoria Financeira e Orçamentária que será exercida sobre as contas das unidades administrativas do Distrito Federal, tem por fim a fiscalização das pessoas sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, na forma do disposto nos artigos 31 e 32, bem como o exame das contas dos responsáveis.

Art. 35. Para o exercício de Auditoria Financeira e Orçamentária o Tribunal de Contas:

I — Tomará conhecimento, pela sua publicação no órgão oficial, da lei orçamentária anual dos orçamentos plurianuais de investimentos, da abertura dos créditos adicionais e correspondentes atos complementares;

II — Receberá uma via dos documentos a seguir enumerados:

a) atos relativos à programação financeira de desembolso;

b) balancetes de receita e despesa;

c) relatórios dos órgãos administrativos encarregados do controle financeiro e orçamentário interno;

d) relação dos responsáveis;

e) todos os contratos, termos, convênios e acordos lavrados.

III — Solicitará, a qualquer tempo, as informações relativas à administração dos créditos e outras que julgar imprescindíveis;

IV — Procederá às inspeções que considerar necessárias.

§ 1º As inspeções serão realizadas por funcionários dos órgãos de auditoria financeira e orçamentária do Tribunal de Contas ou, mediante contrato, por firmas especializadas ou por especialistas em auditoria financeira, sempre com a assistência imediata de um auditor.

§ 2º Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado ao Tribunal de Contas em suas inspeções, sob qualquer pretexto.

§ 3º Em caso de sonegação, o Tribunal de Contas concederá prazo para apresentação da documentação ou informação desejada, e, não sendo atendido, comunicará o fato à autoridade competente, para as medidas cabíveis.

§ 4º Se, de qualquer modo, o Tribunal de Contas não vier a ser atendido, o fato será comunicado ao Senado Federal, sujeitando-se as autoridades responsáveis às penalidades aplicáveis.

§ 5º O Tribunal comunicará às autoridades competentes o resultado dos estudos e inspeções que realizar, representando ao Prefeito do Distrito Federal e ao Senado Federal sobre irregularidades e abusos que verificar.

Art. 36. O Tribunal de Contas, respeitados a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração do Distrito Federal e sem prejudicar as normas de controle financeiro e orçamentário interno, regulará a remessa das informações que lhe sejam necessárias para o exercício de suas funções.

Art. 37. Sempre que o Tribunal, no exercício do controle financeiro e orçamentário e em consequência de irregularidades nas contas de dinheiros arrecadados ou despendidos, verificar a configuração de alcance, determinará a autoridade administrativa providências no sentido de sanar as irregularidades, devendo também mandar proceder ao imediato levantamento das contas para apuração dos fatos e identificação dos responsáveis.

TÍTULO IV

Do Julgamento

Art. 38. O Tribunal de Contas:

I — Julgará da regularidade das contas das pessoas indicadas nos artigos 31 e 32, mediante tomada de contas levantadas pelas autoridades administrativas;

II — Julgará da legalidade das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões do pessoal da Administração Direta, com base na documentação do órgão competente;

III — Julgará os embargos opostos às suas decisões bem como a revisão do processo de tomada de contas, em razão de recurso;

IV — Ordenará a prisão administrativa, por prazo não superior a 90 (noventa) dias, dos responsáveis que, com alcance julgado em decisão definitiva, ou intimados para dizerem sobre o alcance verificado em processos de tomada de contas, procurarem ausentar-se furtivamente, ou abandonarem a função, o emprego, comissão ou serviço, de que se acharem encarregados.

Os documentos que servirem de base à decretação da medida serão remetidos ao Procurador-Geral do Distrito Federal, para instauração de processo criminal. A competência, conferida ao Tribunal, não prejudica a Administração Pública e seus agentes, na forma da legislação em vigor, para ordenar imediatamente a detenção provisória do responsável alcançado, até que o Tribunal delibere a respeito, sempre que assim o exigirem os interesses da Fazenda Pública;

V — Fixará, à revelia, o débito dos responsáveis que, em tempo, não houverem apresentado as suas contas nem devolvido os livros e documentos de sua gestão;

VI — Fixará, igualmente, à revelia, o débito dos responsáveis que deixarem de atender às diligências ordenadas pelo Tribunal, nos processos de comprovação de despesas;

VII — Mandará expedir quitação aos responsáveis cujas contas estiverem exatas;

VIII — Resolverá sobre o levantamento dos seqüestros, oriundos de decisão proferida pelo próprio Tribunal e ordenará a liberação dos bens seqüestrados e sua respectiva entrega.

Art. 39. As tomadas de contas serão:

I — Organizadas pelos órgãos de contabilidade;

II — Certificadas pelo órgãos de controle financeiro e orçamentário interno;

III — Acompanhadas de pronunciamento sobre a regularidade, por parte dos chefes de órgãos da Prefeitura do Distrito Federal ou do Secretário, ou de autoridade por este delegada quando se tratar de contas de órgãos da Prefeitura ou de Secretaria;

IV — Acompanhadas de comunicação das providências que as autoridades referidas no item anterior tenham tomado para resguardar o interesse público e a probidade na aplicação dos dinheiros públicos.

Art. 40. A decisão do Tribunal será comunicada à autoridade administrativa competente para que, no caso de regularidade das contas, se cancele o nome do responsável no respectivo registro, ou, no caso de irregularidade, se adotem as providências destinadas a saná-las ou a acautelar os interesses da Fazenda, dentro do prazo que o Tribunal fixar.

Art. 41. O julgamento, pelo Tribunal, da regularidade das contas dos administradores das entidades da Administração Indireta e das que, por força de lei, lhe devam prestar contas, será feito à base dos seguintes documentos que lhe deverão ser apresentados:

I — O relatório e os balanços da entidade;

II — O parecer dos órgãos internos que devem dar seu pronunciamento sobre as contas;

III — O certificado de Auditoria externa à entidade sobre a exatidão do balanço.

§ 1.º A decisão do Tribunal que poderá ser precedida de inspeção, na forma do artigo 35, inciso IV, será comunicada à entidade e à autoridade administrativa a que estiver vinculada.

§ 2.º Quando o assunto o justificar, o Tribunal fará comunicação, ao Prefeito do Distrito Federal e ao Senado Federal.

Art. 42. Os atos concernentes a despesas de caráter reservado e confidencial não serão publicados, devendo, nesse caráter, ser examinados pelo

Tribunal de Contas e julgados em sessão secreta.

TÍTULO V

Dos recursos e da execução das decisões

CAPÍTULO I

Dos recursos

Art. 43. Das decisões sobre a regularidade das contas dos responsáveis poderão recorrer, para o próprio Tribunal, e na forma do Regimento Interno, o Ministério Público e os interessados, dentro de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Quando não for recorrente, o Ministério Público se manifestará, obrigatoriamente, sobre o recurso.

Art. 44. Dentro do prazo de 5 (cinco) anos da decisão definitiva sobre as contas, é admissível pedido de revisão pelo Ministério Público, pelo responsável, seus herdeiros ou fiadores e se fundará:

I — Em erro de cálculo nas contas;

II — Na falsidade de documento em que se tenha baseado a decisão;

III — Na superveniência de novos documentos com eficácia sobre a prova produzida.

Art. 45. A decisão nos pedidos de revisão determinará a correção de todo e qualquer erro ou engano apurado.

CAPÍTULO II

Da execução das decisões

Art. 46. Decorrido o decêndio da notificação do responsável, expedirá o Tribunal de Contas a competente quitação, se o responsável não for julgado em débito para com a Fazenda do Distrito Federal, arquivando-se o processo, em seguida.

Art. 47. Julgado em débito, será o responsável notificado para, em 30 (trinta) dias, repor a importância do alcance, sob as penas cabíveis.

Art. 48. O Tribunal de Contas, no caso de não atendimento da notificação, poderá tomar as seguintes providências:

I — Ordenar a liquidação administrativa da fiança ou caução, se houver;

II — Determinar o desconto integral ou parcelado do débito nos vencimentos ou proventos do responsável;

III — Expedir à Procuradoria-Geral, do Distrito Federal por intermê-

dio da Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas, cópia autenticada da decisão, acompanhada da documentação necessária para o efeito da cobrança executiva.

Art. 49. O Tribunal de Contas fixará prazo para conclusão dos expedientes necessários à aplicação das penas referidas no artigo 48.

Parágrafo único. Aos servidores que deixarem de observar ou prejudicarem a observância do disposto neste artigo, além das penas disciplinares aplicáveis pelas autoridades administrativas de que dependam, o Tribunal de Contas imporá multa não superior a 50% (cinquenta por cento) de seus vencimentos mensais.

Art. 50. Incorrerá em crime contra a administração pública, punível nos termos da lei, a autoridade administrativa ou o representante da Fazenda Pública que, no prazo de 15 (quinze) dias da ciência da decisão do Tribunal ou do recebimento da documentação necessária à cobrança do débito, não tomar as providências que lhe couberem.

Art. 51. A infração das leis e regulamentos relativos à administração financeira sujeitará seus autores à multa não superior a 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo vigente no Distrito Federal, independentemente das sanções disciplinares aplicáveis.

Parágrafo único. A multa de que trata o presente artigo será, à vista da comunicação feita pelo Tribunal imposta pela autoridade administrativa que, não atendendo a esta disposição, ficará sujeita às penas disciplinares e à multa referidas no parágrafo único do art. 49.

Disposições Gerais

Art. 52. ... VETADO ...

Art. 53. O Regimento Interno disporá sobre a forma de assegurar o julgamento dos processos de tomada de contas no prazo máximo de 6 (seis) meses, bem como sobre as penalidades aplicáveis em caso de inobservância.

Art. 54. Os Ministros, os Auditores, o Procurador-Geral e os Procuradores-Adjuntos têm o prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação do ato no órgão oficial para posse e exercício no cargo.

Parágrafo único. Esse prazo poderá ser prorrogado até 60 (sessenta) dias,

no máximo, por solicitação escrita do interessado.

Art. 55. Os Ministros, os Auditores, o Procurador-Geral e os Procuradores-Adjuntos, após um ano de exercício, terão direito a 60 (sessenta) dias de férias por ano, não podendo gozá-las, simultaneamente, mais de dois Ministros.

Art. 56. Compete ao Presidente:

I — Dirigir o Tribunal e seus serviços;

II — Dar posse aos Ministros, aos Auditores, ao Procurador-Geral, ao Procurador-Adjunto e aos Chefes de Serviço;

III — Expedir os atos de nomeação, demissão, exoneração, remoção e outros, relativos aos funcionários do Tribunal, bem como os de aposentadoria, na forma que o Regimento Interno determinar.

Parágrafo único. A Presidência disporá de uma Assessoria Técnica e uma Assessoria Administrativa, por intermédio das quais serão encaminhadas à sua apreciação, as matérias relativas às atividades da Inspeção-Geral e da Diretoria-Geral, na forma que dispuser o Regimento Interno.

Disposições Transitórias

Art. 57. O Tribunal de Contas, para o exercício de suas funções constitucionais e legais:

I — Promoverá a adaptação de seu Regimento Interno às disposições da presente lei, dentro do prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação; e

II — ... VETADO ...

Art. 58. A apreciação das contas dos órgãos da administração descentralizada, relativas aos exercícios anteriores a 1967, independerá da expedição dos certificados de que tratam o art. 39, inciso II, e os incisos II e III do art. 41 e obedecerá às mesmas formalidades estabelecidas na legislação anterior.

Art. 59. ... VETADO ...

Art. 60. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 61. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de novembro de 1968; 147ª da Independência e 89ª da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

LEI Nº 5.539 — DE 27 DE NOVEMBRO
DE 1968

Modifica dispositivos da Lei número 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Legislação relativa ao magistério superior federal incorporam-se os princípios, normas e alterações constantes da presente Lei.

Art. 2º O pessoal docente de nível superior classifica-se pelas seguintes categorias:

- I — integrantes das classes do magistério superior;
- II — professores contratados;
- III — auxiliares de ensino.

Art. 3º Os cargos de magistério superior compreendem-se nas seguintes classes:

- I — professor-titular;
- II — professor-adjunto;
- III — professor-assistente.

§ 1º ... VETADO ...

§ 2º ... VETADO ...

Art. 4º ... VETADO ...

Parágrafo único. A distribuição de pessoal docente pelas atividades de ensino e pesquisa será feita pelos departamentos.

Art. 5º Haverá apenas uma carreira docente, obedecendo ao princípio de integração entre ensino e pesquisa.

Parágrafo único. Caberá aos departamentos, na organização de seus programas, distribuir os trabalhos de ensino e pesquisa, de forma a harmonizar os interesses do departamento e as preocupações científico-culturais dominantes do seu pessoal docente.

Art. 6º Para iniciação nas atividades do ensino superior, serão admitidos auxiliares em caráter probatório, sujeitos à legislação trabalhista, atendidas as condições prescritas nos estatutos e regimentos.

§ 1º A admissão de auxiliar de ensino somente poderá recair em graduado de curso de nível superior.

§ 2º A admissão será efetuada pelo prazo de dois anos, que poderá ser renovado.

§ 3º No prazo máximo de quatro anos, o auxiliar de ensino deverá obter certificado de aprovação em curso de pós-graduação, sem o que seu contrato não poderá ser mais renovado.

Art. 7º ... VETADO ...

Art. 8º ... VETADO ...

Art. 9º ... VETADO ...

a) ... VETADO ...

b) ... VETADO ...

c) ... VETADO ...

Art. 10. O provimento de cargo de professor-titular será feito mediante concurso público de títulos e provas, a que poderão concorrer professores-adjuntos, docentes-livres ou pessoas de alta qualificação científica, a juízo do colegiado universitário competente, pelo voto de 2/3 de seus membros.

Parágrafo único. As universidades e os estabelecimentos isolados disciplinarão o concurso referido neste artigo, atribuindo valor preponderante ao *curriculum vitae* e ao teor científico dos trabalhos dos candidatos interessados.

Art. 11. O Estatuto dos Funcionários Cíveis da União aplica-se subsidiariamente, no que couber, aos professores de magistério superior.

Art. 12. Os cargos de magistério superior integrarão, em cada universidade ou estabelecimento isolado federal, o Quadro Único do Pessoal, a ser aprovado mediante decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. A distribuição dos cargos do magistério superior será feita por atos de lotação, baixados pelo Rei-ór diante de reais necessidades, ouvidos os colegiados superiores de ensino e pesquisa das universidades.

Art. 13. ... VETADO ...

§ 1º Os professores contratados terão os mesmos direitos e deveres que os ocupantes de cargo da carreira do magistério, no plano didático, no científico e no administrativo.

§ 2º A Justiça do Trabalho aplicará as normas da legislação trabalhista aos professores contratados, nos tér-

mos desta Lei, dos estatutos universitários e dos regimentos escolares.

Art. 14. ... VETADO ...

Art. 15. As nomeações dos ocupantes dos cargos de magistério e as admissões de contratados pelas leis do trabalho serão feitas pelo Reitor, nas universidades, e pelo Ministro da Educação e Cultura, para os estabelecimentos isolados.

Art. 16. O regime de trabalho do pessoal docente de nível superior abrangerá duas modalidades:

a) de dedicação exclusiva;

b) em função do número de horas semanais.

Art. 17. As bases para retribuição dos docentes vinculados ao regime de trabalho semanal e de dedicação exclusiva serão estabelecidas por decreto.

Parágrafo único. A gratificação correspondente aos regimes referidos nas letras a e b do artigo anterior incorpora-se à aposentadoria, a razão de um vinte e cinco avos (1/25) por ano de serviço no regime.

Art. 18. Fica proibido ao docente em regime de dedicação exclusiva o exercício de qualquer outro cargo, ainda que de magistério, ou de qualquer função ou atividade remunerada ressalvadas as seguintes hipóteses:

I — o exercício em órgãos de deliberação coletiva, desde que relacionado com o cargo ou função;

II — as atividades de natureza cultural ou científica exercidas eventualmente sem prejuízo dos encargos de ensino e pesquisa.

Art. 19. Haverá, em cada universidade, uma Comissão Permanente do Regime de Dedicação Exclusiva, constituída na forma prevista nos respectivos estatutos incluindo um representante do corpo discente.

§ 1º Para os estabelecimentos isolados de ensino superior, a Comissão de que trata este artigo será constituída junto à Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, na forma prevista pelo Conselho Federal de Educação.

§ 2º A Comissão competirá:

I — fixar condições para aplicação do regime e normas para o estabelecimento de estágio probatório, a que

estará sujeito todo docente que se inicie no regime de dedicação exclusiva;

II — examinar as qualificações do professor a ser incluído no regime de dedicação exclusiva, os instrumentos de trabalho de que disporá, seu plano de trabalho e a respectiva integração nas atividades do departamento correspondente, e opinar a respeito;

III — avaliar periodicamente, pelos relatórios circunstanciais dos departamentos e por outros meios de verificação dos resultados, as atividades dos docentes em regime de dedicação exclusiva;

IV — suspender a aplicação do regime, quando verificada a sua inviabilidade no caso considerado.

§ 3º ... VETADO ...

§ 4º Os trabalhos dos membros da Comissão Permanente do Regime de Dedicação Exclusiva serão considerados "serviços relevantes".

§ 5º ... VETADO ...

Art. 20. A admissão ao estágio probatório no regime de dedicação exclusiva será feita mediante proposta fundamentada do departamento a que pertencer o docente.

Art. 21. ... VETADO ...

Art. 22. O regime disciplinar será regulado pelas normas constantes dos estatutos e regimentos, assegurando-se a jurisdição disciplinar dos Reitores e dos Diretores, nas áreas das respectivas instituições.

Parágrafo único. ... VETADO ...

Art. 23 ... VETADO ...

Art. 24. ... VETADO ...

Art. 25. Ficam revogados os artigos 5º a 24, 34, 36 a 46; 48; 50; 52; 55; 60 a 62 e 66 a 70 da Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, e quaisquer outras disposições em contrário à presente Lei.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

LEI Nº 5.540 — DE 28 DE NOVEMBRO
DE 1968

Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e da outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Ensino Superior

Art. 1º O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário.

Art. 2º O ensino superior indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado.

Art. 3º As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos.

§ 1º VETADO.

a) VETADO.

b) VETADO.

c) VETADO.

d) VETADO.

e) VETADO.

f) VETADO.

g) VETADO.

§ 2º VETADO.

a) VETADO.

b) VETADO.

c) VETADO.

d) VETADO.

e) VETADO.

f) VETADO.

§ 3º VETADO.

a) VETADO.

b) VETADO.

c) VETADO.

d) VETADO.

§ 4º VETADO.

Art. 4º As universidades e os estabelecimentos de ensino superior isolados constituir-se-ão, quando oficiais, em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público e, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações;

Parágrafo único. O regime especial previsto obedecerá às peculiaridades indicadas nesta Lei, inclusive quanto ao pessoal docente de nível superior, ao qual não se aplica o disposto no art. 35 do Decreto-lei número 81, de 21 de dezembro de 1966.

Art. 5º A organização e o funcionamento das unidades serão disciplinados em estatutos e em regimentos das unidades que as constituem, os quais serão submetidos à aprovação do Conselho de Educação competente.

Parágrafo único. A aprovação dos regimentos das unidades universitárias passará à competência da Universidade quando esta dispuser de Regimento-Geral aprovado na forma deste artigo.

Art. 6º A organização e o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior serão disciplinados em regimentos, cuja aprovação deverá ser submetida ao Conselho de Educação competente.

Art. 7º As universidades organizar-se-ão diretamente ou mediante reunião de estabelecimentos já reconhecidos, sendo, no primeiro caso, sujeitas à autorização e reconhecimento e, no segundo, apenas a reconhecimento.

Art. 8º Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento.

Parágrafo único. Os programas de financiamento do ensino superior considerarão o disposto neste artigo.

Art. 9º VETADO

Art. 10. O Ministério da Educação e Cultura, mediante proposta do Conselho Federal de Educação, fixará os distritos geo-educacionais para aglutinação, em universidades ou federação de escolas, dos estabelecimentos isolados de ensino superior existentes no País.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, será livre a associação de instituições oficiais ou

particulares de ensino superior na mesma entidade de nível universitário ou federação.

Art. 11. As universidades organizar-se-ão com as seguintes características:

a) unidade de patrimônio e administração;

b) estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas;

c) unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;

d) racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos;

e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em razão de ulteriores aplicações e de uma ou mais áreas técnico-profissionais;

f) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa;

g) VETADO

Art. 12. VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

§ 3º O departamento será a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, e compreenderá disciplinas afins.

Art. 13. Na administração superior da universidade, haverá órgãos centrais de supervisão do ensino e da pesquisa, com atribuições deliberativas, dos quais devem participar docentes dos vários setores básicos e de formação profissional.

§ 1º A universidade poderá também criar órgãos setoriais, com funções deliberativas e executivas, destinados a coordenar unidades afins para integração de suas atividades.

§ 2º A coordenação didática de cada curso ficará a cargo de um colegiado, constituído de representantes das unidades que participem do respectivo ensino.

Art. 14. Na forma do respectivo estatuto ou regimento, o colegiado a que esteja afeta a administração superior da universidade ou estabelecimento isolado incluirá entre seus membros, com direito a voz e voto, representantes originários de atividades, categorias ou órgãos distintos de modo que não subsista, necessariamente, a preponderância de professores classificados em determinado nível.

Parágrafo único. Nos órgãos a que se refere este artigo, haverá, obrigatoriamente, representantes da comunidade, incluindo as classes produtoras.

Art. 15. Em cada universidade sob forma de autarquia especial ou estabelecimento isolado de ensino superior, mantido pela União, haverá um Conselho de Curadores, ao qual caberá a fiscalização econômico-financeira.

Parágrafo único. Farão parte do Conselho de Curadores, na proporção de um terço deste, elementos estranhos ao corpo docente e ao discente da universidade ou estabelecimento isolado, entre os quais representantes da indústria, devendo o respectivo estatuto ou regimento dispor sobre sua escolha, mandato e atribuições na esfera de sua competência.

Art. 16. A nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades e Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias ou estabelecimentos isolados far-se-á com observância dos seguintes princípios:

I — O Reitor e o Vice-Reitor de universidade oficial serão nomeados pelo respectivo Governo e escolhidos de listas de nomes indicados pelo Conselho Universitário ou colegiado equivalente.

II — Quando, na administração superior universitária, houver órgão deliberativo para as atividades de ensino e pesquisa, principalmente se constituído de elementos escolhidos pelos Departamentos, a lista a que se refere o item anterior será organizada em reunião conjunta desse órgão e do Conselho Universitário ou colegiado equivalente.

III — O Reitor e o Diretor de universidade, unidade universitária ou estabelecimento isolado, de caráter particular, serão escolhidos na forma dos respectivos estatutos e regimentos.

IV — O Diretor de unidade universitária ou estabelecimento isolado, quando oficial, será escolhido conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino, salvo nos casos previstos do § 1º d'êste artigo.

§ 1º Os Reitores, Vice-Reitores, Diretores e Vice-Diretores das instituições de ensino superior, mantidas pela União, salvo o disposto no § 3º d'êste artigo, serão indicados em listas de seis nomes pelos respectivos colegiados e nomeados pelo Presidente da República.

§ 2º Será de quatro anos o mandato dos Reitores, Vice-Reitores, Diretores e Vice-Diretores, vedado o exercício de dois mandatos consecutivos.

§ 3º VETADO.

§ 4º Ao Reitor e ao Diretor caberá zelar pela manutenção da ordem e disciplina no âmbito de suas atribuições, respondendo por abuso ou omissão.

Art. 17. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos:

a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido classificados em concurso vestibular;

b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos diplomados em curso de graduação que preencham as condições prescritas em cada caso;

c) de especialização e aperfeiçoamento, abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação ou que apresentem títulos equivalentes;

d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos.

Art. 18. Além dos cursos correspondentes a profissões reguladas em lei, as universidades e os estabelecimentos isolados poderão organizar outros para atender às exigências de sua programação específica e fazer face a peculiaridades do mercado de trabalho regional.

Art. 19. VETADO.

Art. 20. As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resulta-

dos da pesquisa que lhes são inerentes.

Art. 21. O concurso vestibular, referido na letra a do art. 17, abrangerá os conhecimentos comuns às diversas formas de educação do segundo grau sem ultrapassar este nível de complexidade para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para estudos superiores.

Parágrafo único. Dentro do prazo de três anos, a contar da vigência desta Lei, o concurso vestibular será idêntico, em seu conteúdo, para todos os cursos ou áreas de conhecimentos afins, e unificado, em sua execução, na mesma universidade ou federação de escolas, ou no mesmo estabelecimento isolado de organização pluricurricular, de acordo com os estatutos e regimentos.

Art. 22. VETADO.

a) VETADO;

b) VETADO;

c) VETADO.

Art. 23. Os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho.

§ 1º Serão organizados cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior.

§ 2º Os estatutos e regimentos disciplinarão o aproveitamento dos estudos dos ciclos básicos e profissionais, inclusive os de curta duração, entre si e em outros cursos.

Art. 24. O Conselho Federal de Educação conceituará os cursos de pós-graduação e baixará normas gerais para sua organização, dependendo sua validade, no território nacional, de os estudos nêles realizados terem os cursos respectivos, credenciados por aquele órgão.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 25. Os cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros serão ministrados de acordo com os planos traçados e aprovados pelas universidades e pelos estabelecimentos isolados.

Art. 26. O Conselho Federal de Educação fixará o currículo mínimo e

a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões reguladas em lei e de outros necessários ao desenvolvimento nacional.

Art. 27. Os diplomas expedidos por universidade federal ou estadual nas condições do art. 15 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, correspondentes a cursos reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação, bem como os de cursos credenciados de pós-graduação serão registrados na própria universidade, importando em capacitação para o exercício profissional na área abrangida pelo respectivo currículo, com validade em todo o território nacional.

§ 1º O Ministério da Educação e Cultura designará as universidades federais que deverão proceder ao registro de diplomas correspondentes aos cursos referidos neste artigo, expedidos por universidades particulares ou por estabelecimentos isolados de ensino superior, importando o registro em idênticos direitos.

§ 2º Nas unidades da Federação em que haja universidade estadual, nas condições referidas neste artigo os diplomas correspondentes aos mesmos cursos, expedidos por estabelecimentos isolados de ensino superior mantidos pelo Estado, serão registrados nessa Universidade.

Art. 28. VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º Entre os períodos letivos regulares, conforme disponham os estatutos e regimentos, serão executados programas de ensino e pesquisa que assegurem o funcionamento contínuo das instituições de ensino superior.

Art. 29. Será obrigatória, no ensino superior, a frequência de professores e alunos, bem como a execução integral dos programas de ensino.

§ 1º Na forma dos estatutos e regimentos, será passível de sanção disciplinar o professor que, sem motivo aceito como justo pelo órgão competente, deixar de cumprir programa a seu cargo ou horário de trabalho a que esteja obrigado, importando a reincidência nas faltas previstas neste artigo em motivo bastante para exoneração ou dispensa, caracterizando-se o caso como de abandono de cargo ou emprego.

§ 2º A aplicação do disposto no parágrafo anterior far-se-á mediante representação da instituição ou de qualquer interessado.

§ 3º Se a representação fôr considerada objeto de deliberação, o professor ficará desde logo afastado de suas funções, na forma do estatuto ou regimento.

§ 4º Considerar-se-á reprovado o aluno que deixar de comparecer a um mínimo, previsto em estatuto ou regimento, das atividades programadas para cada disciplina.

§ 5º O ano letivo poderá ser prorrogado por motivo de calamidade pública, guerra externa, convulsão interna e, a critério dos órgãos competentes da Universidade e estabelecimentos isolados, por outras causas excepcionais, independentes da vontade do corpo discente.

Art. 30. A formação de professores para o ensino de segundo grau, de disciplinas gerais ou técnicas, bem como o preparo de especialistas destinados ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares, far-se-á em nível superior.

§ 1º A formação dos professores e especialistas previstos neste artigo realizar-se-á, nas universidades mediante a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos incluídos nos currículos dos cursos respectivos.

§ 2º A formação a que se refere este artigo poderá concentrar-se em um só estabelecimento isolado ou resultar da cooperação de vários, devendo na segunda hipótese, obedecer à coordenação que assegure a unidade dos estudos, na forma regimental.

CAPÍTULO II

Do Corpo Docente

Art. 31. O regime do magistério superior será regulado pela legislação própria dos sistemas do ensino e pelos estatutos ou regimentos das universidades e dos estabelecimentos isolados.

Art. 32. Entendem-se como atividades de magistério superior, para efeitos desta lei:

a) as que, pertinentes ao sistema indissociável de ensino e pesquisa, se

exerçam nas universidades e nos estabelecimentos isolados, em nível de graduação, ou mais elevado, para fins de transmissão e ampliação do saber;

b) as inerentes à administração escolar e universitária exercida por professores.

§ 1º Haverá apenas uma carreira docente, obedecendo ao princípio da integração de ensino e pesquisas.

§ 2º Serão considerados, em caráter preferencial, para o ingresso e a promoção na carreira docente do magistério superior, os títulos universitários e o teor científico dos trabalhos dos candidatos.

Art. 33. Os cargos e funções de magistério, mesmo os já criados ou providos, serão desvinculados de campos específicos de conhecimentos.

§ 1º VETADO.

§ 2º Nos departamentos, poderá haver mais de um professor em cada nível de carreira.

§ 3º Fica extinta a cátedra ou cadeira na organização do ensino superior do País.

Art. 34. As universidades deverão progressivamente e na medida de seu interesse e de suas possibilidades, estender a seus docentes o Regime de Dedicção exclusiva às atividades de ensino e pesquisa.

Art. 35. O regime a que se refere o artigo anterior será prioritariamente estendido às áreas de maior importância para a formação básica e profissional.

Art. 36. Os programas de aperfeiçoamento de pessoal docente deverão ser estabelecidos pelas universidades, dentro de uma política nacional e regional definida pelo Conselho Federal de Educação e promovida através da CAPES e do Conselho Nacional de Pesquisas.

Art. 37. Ao pessoal do magistério superior, admitido mediante contrato de trabalho, aplica-se exclusivamente a legislação trabalhista, observadas as seguintes regras especiais:

I — a aquisição de estabilidade é condicionada à natureza efetiva da admissão, não ocorrendo nos casos de interinidade ou substituição, ou quando a permanência no emprego depender da satisfação de requisitos es-

peciais de capacidade apurados segundo as normas próprias do ensino;

II — a aposentadoria compulsória, por implemento de idade, extingue a relação de emprego, independente de indenização, cabendo à instituição complementar os proventos da aposentadoria concedida pela instituição de Previdência Social, se estes não forem integrais.

CAPÍTULO III

Do Corpo Discente

Art. 38. O corpo discente terá representação, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados das universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior, bem como em comissões instituídas na forma dos estatutos e regimentos.

§ 1º A representação estudantil terá por objetivo a cooperação entre administradores, professores e alunos, no trabalho universitário.

§ 2º A escolha dos representantes estudantis será feita por meio de eleições do corpo discente e segundo critérios que incluam o aproveitamento escolar dos candidatos, de acordo com os estatutos e regimentos.

§ 3º A representação estudantil não poderá exceder de um quinto do total dos membros dos colegiados e comissões.

Art. 39. Em cada universidade ou estabelecimento isolado do ensino superior poderá ser organizado diretório para congregar os membros do respectivo corpo discente.

§ 1º Além do diretório de âmbito universitário, poderão formar-se diretórios setoriais, de acordo com a estrutura interna de cada universidade.

§ 2º Os regimentos elaborados pelos diretórios serão submetidos à aprovação da instância universitária ou escolar competente.

§ 3º O diretório cuja ação não estiver em consonância com os objetivos para os quais foi instituído, será passível das sanções previstas nos estatutos ou regimentos.

§ 4º Os diretórios são obrigados a prestar contas de sua gestão financeira aos órgãos da administração universitária ou escolar, na forma dos estatutos e regimentos.

Art. 40 As instituições de ensino superior:

a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento;

b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos;

c) estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais;

d) estimularão as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional.

Art. 41. As universidades deverão criar as funções de monitor para alunos do curso de graduação que se submeterem a provas específicas, nas quais demonstrem capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinada disciplina.

Parágrafo único. As funções de monitor deverão ser remuneradas e consideradas título para posterior ingresso em carreira de magistério superior.

CAPÍTULO IV

Disposições Gerais

Art. 42. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados mantidos pela União, as atividades técnicas poderão ser atendidas mediante a contratação de pessoal na forma da legislação do trabalho, de acordo com as normas a serem estabelecidas nos estatutos e regimentos.

Art. 43 Os vencimentos dos servidores públicos federais de nível universitário são desvinculados do critério de duração dos cursos.

Art. 44 ... VETADO ...

a)

§ 2º

Art. 14

Art. 15

Art. 45 ... VETADO ...

Art. 46. O Conselho Federal de Educação interpretará, na jurisdição administrativa, as disposições desta e das demais leis que fixem diretrizes e bases da educação nacional, ressalvada a competência dos sistemas estaduais de ensino, definida na Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 47 A autorização ou o reconhecimento de universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior será tornado efetivo, em qualquer caso, por decreto do Poder Executivo, após prévio parecer favorável do Conselho Federal de Educação, observado o disposto no art. 44 desta Lei.

Art. 48. O Conselho Federal de Educação, após inquérito administrativo, poderá suspender o funcionamento de qualquer estabelecimento isolado de ensino superior ou a autonomia de qualquer universidade, por motivo de infringência da legislação do ensino ou de preceito estatutário ou regimental, designando-se Diretor ou Reitor *pro tempore*.

Art. 49. As universidades e os estabelecimentos isolados reconhecidos ficam sujeitos à verificação periódica pelo Conselho de Educação competente, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 50. Das decisões adotadas pelas instituições de ensino superior, após esgotadas as respectivas instâncias, caberá recurso, por estrita arguição de ilegalidade:

a) para os Conselhos Estaduais de Educação, quando se tratar de estabelecimentos isolados mantidos pelo respectivo Estado ou de universidades incluídas na hipótese do art. 15 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

b) para o Conselho Federal de Educação, nos demais casos.

Art. 51. O Conselho Federal de Educação fixará as condições para revalidação de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superior estrangeiros, tendo em vista o registro na repartição competente e o exercício profissional no País.

CAPÍTULO V

Disposições Transitórias

Art. 52. As atuais universidades rurais, mantidas pela União, deverão reorganizar-se de acordo com o dis-

posto no artigo 11 desta Lei, podendo, se necessário e conveniente, incorporar estabelecimentos de ensino e pesquisa também mantidos pela União, existentes na mesma localidade ou em localidades próximas.

Parágrafo único. Verificada, dentro de doze meses, a partir da data de publicação desta Lei, a juízo do Conselho Federal de Educação, a impossibilidade do disposto neste artigo, as universidades rurais serão incorporadas às federais existentes na mesma região.

Art. 53 ... VETADO ...

Art. 54 ... VETADO ...

Art. 55 ... VETADO ...

Art. 56 ... VETADO ...

Art. 57 ... VETADO ...

Art. 58. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 59. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de novembro de 1968; 147ª da Independência e 80ª da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

LEI Nº 5.541 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968

Revigora o prazo previsto no item IX, alínea "b" do art. 1º da Lei nº 4.622, de 3 de maio de 1965, que concede isenção de tributos para importação de bens e de outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica revigorado até 31 de dezembro de 1970 o prazo concedido no item IX, letra "b", do art. 1º da Lei nº 4.622, de 3 de maio de 1965.

Parágrafo único. Fica excluída da isenção constante do art. 1º, item IX, da referida Lei, a taxa de despacho aduaneiro.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de novembro de 1968; 147ª da Independência e 80ª da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.542 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério dos Transportes, em favor do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT), o crédito especial de NCr\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil cruzeiros novos), para o fim que especifica.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério dos Transportes, em favor do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT), o crédito especial de NCr\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil cruzeiros novos), com vigência nos exercícios de 1968 e 1969, para atender a despesas de qualquer natureza relacionadas com a segunda fase do Estudo de Transportes do Brasil, na forma acordada com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Art. 2º. A receita necessária à execução desta Lei constitui-se do saldo de igual valor, resultante da aplicação do crédito especial aberto pelo Decreto-lei nº 304, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de novembro de 1968; 147ª da Independência e 80ª da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

LEI Nº 5.543 — DE 29 DE NOVEMBRO
DE 1968

Altera a Lei nº 5.353, de 8 de novembro de 1967, que dispõe sobre a criação, no Ministério da Educação e Cultura, de 9 (nove) Prêmios Literários Nacionais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 6º e 7º da Lei número 5.353, de 8 de novembro de 1967, que dispõe sobre a criação, no Ministério da Educação e Cultura, de 9 (nove) Prêmios Literários Nacionais, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 6º Os Prêmios Literários Nacionais para Obras Publicadas terão, cada um, dotação equivalente a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 7º Os Prêmios Literários Nacionais para Obras Inéditas terão dotação em valor correspondente a 40 (quarenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

LEI Nº 5.544 — DE 29 DE NOVEMBRO
DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério dos Transportes, em favor do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOP), o crédito especial de .. NCr\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil cruzeiros novos) para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério dos

Transportes, ao Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOP); o crédito especial de NCr\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil cruzeiros novos), correspondente à anulação do saldo do crédito autorizado pela Lei nº 5.206, de 16 de janeiro de 1967, e aberto pelo Decreto nº 61.631, de 3 de novembro de 1967.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta Lei é destinado a atender a despesas de qualquer natureza, referentes a estudos especiais de viabilidade e projetos finais de engenharia específica em estradas prioritárias dos Planos Diretores, elaborados pelo Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOP), e terá vigência nos exercícios de 1968 e 1969.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

LEI Nº 5.545 — DE 29 DE NOVEMBRO
DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda, em favor dos Municípios situados nos Territórios Federais, o crédito especial de NCr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros novos), para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cru-

zeiros novos), para atender à entrega aos Municípios situados nos Territórios Federais, da parcela correspondente ao produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias arrecadado pela União, consoante dispõem o § 5º do art. 19 e o § 7º do art. 24 da Constituição do Brasil.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Afonso A. Lima

LEI Nº 5.546 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1968

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1969

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral da União para o exercício de 1969, discriminado pelos Anexos integrantes desta Lei, e elaborado de acordo com o Título I, Capítulo VI, Seção VI, da Constituição, estima a Receita em NCr\$ 14.229.266.800,00 (quatorze milhões, duzentos e vinte e nove milhões, duzentos e sessenta e seis mil e oitocentos cruzeiros novos), e fixa a Despesa em igual importância.

Art. 2º Sera a Receita realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações do Anexo 1, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA

NCr\$

1.1 — RECEITA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|----------------------------------|-------------------|
| <i>Receitas Correntes</i> | 13.057.864.440,00 |
| Receita Tributária | 12.485.925.220,00 |
| Receita Patrimonial | 11.670.200,00 |
| Receita Industrial | 104.698.520,00 |
| Transferências Correntes | 300,00 |
| Receitas Diversas | 455.570.200,00 |
| <i>Receitas de Capital</i> | 1.171.402.360,00 |
| Total | 14.229.266.800,00 |

1.2 — RECEITA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(exclusive transferências do Tesouro Nacional)

| | |
|----------------------------------|-------------------|
| <i>Receitas Correntes</i> | 1.594.467.300,00 |
| <i>Receitas de Capital</i> | 508.964.000,00 |
| Total | 2.103.431.300,00 |
| Total Geral | 16.332.698.100,00 |

Art. 3º A Receita da União é revigorada e arrecadada segundo as disposições constantes da Legislação da Receita, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e da Legislação complementar, supletiva e regulamentar.

Art. 4º A Despesa será realizada segundo a discriminação do Anexo 2, que apresenta a programação setorial do Governo, e dos Anexos 3 a 5,

que detalham a composição da Despesa pelos Podêres da União, conforme o seguinte desdobramento:

| | NCR\$ |
|---|--------------------------|
| 2 — DESPESAS POR PROGRAMAS | |
| 01 Administração | 1.820.110.690,00 |
| 02 Agropecuária | 386.607.300,00 |
| 03 Assistência e Previdência | 1.340.699.000,00 |
| 04 Colonização e Reforma Agrária | 43.558.700,00 |
| 05 Comércio | 18.278.000,00 |
| 06 Comunicações | 425.229.600,00 |
| 07 Defesa e Segurança | 2.048.416.600,00 |
| 08 Educação | 1.241.336.400,00 |
| 09 Energia | 664.928.500,00 |
| 10 Habitação e Planejamento Urbano | 137.012.500,00 |
| 11 Indústria | 232.181.500,00 |
| 12 Política Exterior | 136.108.200,00 |
| 13 Recursos Naturais | 81.113.400,00 |
| 14 Saúde e Saneamento | 649.510.600,00 |
| 15 Transporte | 2.161.975.300,00 |
| 16 Programação a cargo dos Estados e Municípios | 2.842.200.000,00 |
| 17 Programação a cargo dos Órgãos da Administração Indireta | 2.103.431.300,00 |
| Total | 16.332.698.100,00 |
| 3 — PODER LEGISLATIVO E ÓRGÃOS AUXILIARES | |
| 01 Câmara dos Deputados | 106.025.000,00 |
| 02 Senado Federal | 71.359.000,00 |
| 03 Tribunal de Contas | 15.955.700,00 |
| 4 — PODER JUDICIÁRIO | |
| 01 Supremo Tribunal Federal | 10.759.900,00 |
| 02 Tribunal Federal de Recursos | 12.354.000,00 |
| 03 Justiça Militar | 13.492.600,00 |
| 04 Justiça Eleitoral | 46.502.900,00 |
| 05 Justiça do Trabalho | 62.775.000,00 |
| 06 Justiça Federal de 1ª Instância | 13.151.800,00 |
| 07 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios | 12.243.500,00 |
| 5 — PODER EXECUTIVO | |
| 01 Presidência da República | 92.126.300,00 |
| 02 Ministério da Aeronáutica | 807.106.900,00 |
| 03 Ministério da Agricultura | 329.679.700,00 |
| 04 Ministério das Comunicações | 412.792.600,00 |
| 05 Ministério da Educação e Cultura | 1.236.645.300,00 |
| 06 Ministério do Exército | 1.290.867.300,00 |
| 07 Ministério da Fazenda | 3.114.623.300,00 |
| 08 Ministério da Indústria e do Comércio | 30.000.000,00 |
| 09 Ministério do Interior | 701.308.500,00 |
| 10 Ministério da Justiça | 113.232.700,00 |
| 11 Ministério da Marinha | 662.800.000,00 |
| 12 Ministério das Minas e Energia | 794.959.700,00 |
| 13 Ministério do Planejamento e Coordenação Geral | 754.823.400,00 |
| 14 Ministério das Relações Exteriores | 151.514.400,00 |
| 15 Ministério da Saúde | 368.378.500,00 |
| 16 Ministério do Trabalho e Previdência Social | 126.150.400,00 |
| 17 Ministério dos Transportes | 2.877.039.600,00 |
| DESPESAS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | |
| (Receitas Próprias) | 2.103.431.300,00 |
| Total | 16.332.698.100,00 |

Art. 5º A aplicação dos recursos discriminados no artigo anterior far-se-á de acordo com os Programas estabelecidos para as unidades orçamentárias e para as entidades da Administração Indireta.

Art. 6º As despesas de capital para o exercício financeiro de 1969 incorporam os recursos de natureza orçamentária constantes do Orçamento Plurianual de Investimentos aprovado pela Lei nº 5.450, de 5 de junho de 1968, com as modificações decorrentes da aplicação do disposto no art. 5º da referida Lei.

Art. 7º Os Órgãos de Administração Geral poderão, quando necessário, movimentar dotações atribuídas às unidades orçamentárias, conforme dispõe o art. 66 e seu parágrafo único, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita, a fim de se obter, na execução, o equilíbrio orçamentário preconizado pela Constituição.

Art. 9º Fica o Tesouro Nacional autorizado a realizar operações de crédito nos limites previstos no art. 69 da Constituição e colocar letras e outros títulos de sua responsabilidade até o limite de NCr\$ 1.170.000.000,00 (um bilhão, cento e setenta milhões de cruzeiros novos), para realização do equilíbrio orçamentário, nos termos dos itens I e II do art. 63 da Constituição.

Parágrafo Único. Inclui-se no montante autorizado neste artigo a colocação dos referidos títulos junto ao Banco Central do Brasil, de acordo com o que preceituam os §§ 1º e 2º do art. 49 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, bem como o § 2º do art. 7º do Decreto-Lei nº 96, de 30 de dezembro de 1966.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares no decorrer do exercício de 1969, até o limite de 20 % (vinte por cento) da Receita Tributária, na forma do artigo 7º e do item III, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, inclusive para atender prioritariamente ao aumento do funcionalismo.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Raymundo Bruno Marussig

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Henrique Brandão Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Helio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

Os anexos integrantes desta Lei estão publicados no D.O. de 20 de dezembro de 1968 (Suplemento).

LEI Nº 5.547 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1968

Concede a pensão especial, equivalente a (duas) vezes o maior salário-mínimo, a Hilda Anna Therezia Wolf, viúva de Emilio Wolf.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida a Hilda Anna Therezia Wolf, viúva de Emilio Wolf, a pensão especial equivalente a 2 (duas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, pelos relevantes serviços prestados pelo seu finado mari-

do às Forças Armadas Brasileiras e ao Brasil, no setor cartográfico.

Art. 2º As despesas decorrentes do pagamento da pensão ora concedida correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.548 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1968

Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1969

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1969, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita em NCr\$ 396.724.100,00 (trezentos e noventa e seis milhões, setecentos e vinte e quatro mil e cem cruzeiros novos) e fixa a Despesa em igual valor, respeitado o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 2º A Receita do Distrito Federal será realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras receitas ordinárias e extraordinárias, na forma da legislação em vigor e de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES

| | NCr\$ |
|-------------------------------------|----------------|
| Impostos | 163.576.200,00 |
| Taxas | 1.608.100,00 |
| Contribuições de Melhoria | 100,00 |
| Receita Patrimonial | 204.300,00 |
| Receita Industrial | 25.800,00 |
| Transferências Correntes | 143.437.400,00 |
| Receitas Diversas | 1.737.000,00 |

TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES 310.588.900,00

RECEITAS DE CAPITAL

| | |
|-------------------------------------|---------------|
| Transferências de Capital | 86.135.200,00 |
|-------------------------------------|---------------|

TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL 86.135.200,00

| | |
|------------------------------------|----------------|
| Transferência de Capital | 396.724.100,00 |
|------------------------------------|----------------|

Art. 3º A Despesa do Distrito Federal será efetuada na forma dos quadros anexos e distribuída pelas Unidades Orçamentárias abaixo especificadas:

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

| | NCR\$ |
|--|-----------------------|
| Gabinete do Prefeito | 1.690.492,00 |
| Departamento de Turismo e Recreação | 3.310.588,00 |
| Procuradoria-Geral | 1.306.209,00 |
| Secretaria do Governo | 1.973.923,00 |
| Região Administrativa I — Brasília | 880.648,00 |
| Região Administrativa II — Gama | 775.948,00 |
| Região Administrativa III — Taguatinga | 919.148,00 |
| Região Administrativa IV — Brasília | 647.848,00 |
| Região Administrativa V — Sobradinho | 832.648,00 |
| Região Administrativa VI — Planaltina | 634.648,00 |
| Região Administrativa VII — Paranoá | 300.000,00 |
| Região Administrativa VIII — Jardim | 300.000,00 |
| Secretaria de Administração | 12.052.953,00 |
| Secretaria de Finanças | 34.841.053,00 |
| Secretaria de Agricultura e Produção | 13.801.695,00 |
| Secretaria de Educação e Cultura | 62.566.897,00 |
| Secretaria de Saúde | 47.034.127,00 |
| Secretaria de Serviços Sociais | 16.386.684,00 |
| Secretaria de Viação e Obras | 126.184.875,00 |
| Secretaria de Serviços Públicos | 14.506.934,00 |
| Secretaria de Segurança Pública | 26.017.926,00 |
| Polícia Militar do Distrito Federal | 12.579.908,00 |
| Corpo de Bombeiros do Distrito Federal | 13.795.592,00 |
| Tribunal de Contas do Distrito Federal | 3.383.356,00 |
| TOTAL-GERAL DA DESPESA | 396.724.100,00 |

Art. 4º A aplicação das dotações inscritas nos quadros mencionados no art. 3º far-se-á mediante orçamentos analíticos organizados para cada anexo, até 31 de dezembro do ano em curso.

§ 1º Os orçamentos analíticos serão publicados obrigatoriamente no "Distrito Federal" e poderão ser alterados até 29 de outubro.

Art. 5º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a:

- I — Realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Tributária;
- II — Abrir os créditos suplementares que se fizerem necessários, até o limite de 100% (cem por cento) da Receita Tributária orçada, mediante o Decreto e de acordo com o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- III — Firmar convênio com a União para administração e cobrança dos tributos previstos na presente Lei.

Art. 6º A Receita a que se refere a presente Lei será arrecadada de acordo com o disposto no Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966 — Código Tributário do Distrito Federal.

Art. 7º As dotações de pessoal e material bem como as destinadas ao pagamento de água, luz e telefone, das diversas unidades orçamentárias poderão ser movimentadas pelos órgãos próprios da Secretaria de Administração do Distrito Federal, segundo o disposto no art. 66 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º No decorrer do exercício, os recursos destinados aos Programas, Subprogramas e Metas poderão ser alterados, respeitado o total da Despesa por unidade orçamentária e obedecidos os limites máximos, para cada elemento da despesa.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva.

Os anexos integrantes desta Lei estão publicados no D.O. de 4-12-68 (Suplemento).

LEI Nº 5.549 — DE 3 DE DEZEMBRO
DE 1968

Autoriza a Universidade Federal do Rio de Janeiro a contrair empréstimo no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares) com bancos privados norte-americanos e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É a Universidade Federal do Rio de Janeiro autorizada a contratar um empréstimo no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos) com Grupo Financiador norte-americano, integrado pelos bancos "First National City Bank, New York", "Morgan Guaranty Trust Company of New York" e "The First National Bank of Chicago", em condições e prazos que vierem a ser aprovados pelo Ministério da Fazenda, cujos recursos serão destinados ao financiamento de continuação das obras da Cidade Universitária (Hospital das Clínicas).

Art. 2º O Ministério da Fazenda fica autorizado a conceder a garantia da União Federal ao empréstimo aqui mencionado.

Art. 3º Para o resgate do débito que vier a ser contratado com a tomada do empréstimo a que se refere esta Lei, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral farão consignar nos competentes orçamentos as parcelas destinadas a amortização, custo de serviços e demais encargos, a partir de 1968, bem

como as despesas de aplicação dos recursos nas obras acima mencionadas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Deijim Netto

Tarso Duro

Hélio Beltrão

LEI Nº 5.550 — DE 4 DE DEZEMBRO
DE 1968

Dispõe sobre o exercício da profissão Zootecnista.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O exercício da profissão de zootecnista obedecerá ao disposto nesta Lei.

Art. 2º Só é permitido o exercício da profissão de zootecnista:

a) ao portador de diploma expedido por escola de zootecnista oficial ou reconhecida e registrado na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura;

b) ao profissional diplomado no estrangeiro que haja revalidado e registrado seu diploma no Brasil, na forma da legislação em vigor;

c) ao agrônomo e ao veterinário diplomados na forma da lei.

Art. 3.º São privativas dos profissionais mencionados no art. 2.º desta Lei as seguintes atividades:

a) planejar, dirigir e realizar pesquisas que visem a informar e a orientar a criação dos animais domésticos, em todos os seus ramos e aspectos;

b) promover e aplicar medidas de fomento à produção dos mesmos, instituindo ou adotando os processos e regimes, genéticos e alimentares, que se revelarem mais indicados ao aprimoramento das diversas espécies e raças, inclusive com o condicionamento de sua melhor adaptação ao meio ambiente, com vistas aos objetivos de sua criação e ao destino dos seus produtos;

c) exercer a supervisão técnica das exposições oficiais a que eles concorrem, bem como a das estações experimentais destinadas à sua criação;

d) participar dos exames a que os mesmos hajam de ser submetidos, para o efeito de sua inscrição nas Sociedades de Registro Genealógico.

Art. 4.º A fiscalização do exercício da profissão de zootecnista será exercida pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, enquanto não instituídos os Conselhos de Medicina Veterinária ou os da própria entidade de classe.

Parágrafo único. O zootecnista, a fim de que possa exercer a profissão, é obrigado a inscrever-se no Conselho previsto neste artigo, a cuja jurisdição estiver sujeito e segundo as normas estatutárias respectivas.

Art. 5.º O poder de disciplinar e aplicar penalidades ao zootecnista compete exclusivamente ao Conselho Regional em que estiver inscrito, ao tempo da falta punível.

Parágrafo único. A jurisdição disciplinar estabelecida neste artigo não derroga a jurisdição comum, quando a falta cometida constituir crime para o qual a lei penal estabelece a sanção.

Art. 6.º As penas disciplinares aplicáveis ao zootecnista são as estabelecidas para os demais profissionais obrigados a registro no mesmo Conselho Regional.

Art. 7.º Na administração pública é obrigatória, sob pena de crime de responsabilidade, a apresentação do diploma por parte daqueles a quem

esta Lei permitir o exercício da profissão de zootecnista, sempre que se tratar de provimento de cargos que ela dêles tornou privativos.

Parágrafo único. A apresentação do diploma não dispensa a prestação do concurso.

Art. 8.º VETADO.

Art. 9.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

LEI N.º 5.551 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir crédito especial de NCr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros novos), para o fim que especifica, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo do Distrito Federal autorizado a abrir o crédito especial de NCr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros novos), para pagamento das parcelas vencidas no exercício de 1967, relativas ao financiamento externo autorizado pela Resolução n.º 34, de 1967, do Senado Federal, vinculado à importação de equipamento hospitalar da Alemanha Ocidental.

Art. 2.º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata esta lei serão obtidos pelo "superavit" financeiro apurado em 1967, no Balanço Patrimonial da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

LEI N.º 5.552 — DE 4 DE DEZEMBRO.
DE 1968

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam majorados em 20% (vinte por cento), a partir de 1.º de janeiro de 1969, os níveis, símbolos e valores de retribuição dos servidores civis e militares.

Art. 2.º Fica incorporada ao soldo do militar, para todos os efeitos, a gratificação a que se refere o artigo 18 da Lei n.º 4.328, de 30 de abril de 1964.

Art. 3.º As gratificações previstas no Capítulo II do Título I da Lei número 4.328, de 30 de abril de 1964, alterada pela Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1965 e Decreto-lei número 81, de 21 de dezembro de 1966, terão seus valores fixados, anualmente, pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Para a concessão da gratificação de Categoria "B", os cargos, funções, comissões e cursos serão especificados pelo Poder Executivo.

Art. 4.º Ficam majorados em 20% (vinte por cento) os proventos dos militares na inatividade.

Parágrafo único. Para aplicação do disposto neste artigo, considerar-se-á a importância total percebida pelo militar na inatividade, com base no valor do respectivo soldo fixado na Tabela "E", anexa ao Decreto número 62.110, de 11 de janeiro de 1968.

Art. 5.º É concedido aos inativos e pensionistas a que se refere o artigo 4.º do Decreto-lei n.º 81, de 21 de dezembro de 1966, reajustamento de 20% (vinte por cento), que independará de prévia apostila nos títulos dos beneficiários e será calculado sobre os valores decorrentes da execução da Lei n.º 5.368, de 1.º de dezembro de 1967.

Art. 6.º Ficam majorados em 20% (vinte por cento) os valores das pensões que atualmente percebem os pensionistas de que trata a Lei n.º 3.765, de 4 de maio de 1960.

Parágrafo único. Para o cálculo da majoração a que se refere este artigo, será observado o disposto no § 1.º do artigo 30 da Lei n.º 3.765, de 4 de maio de 1960.

Art. 7.º Os valores de retribuição do pessoal a que aludem o artigo 3.º, de suas alíneas, do Decreto-lei n.º 81, de 21 de dezembro de 1966, atendido o disposto no artigo 20, e seus parágrafos, do mesmo decreto-lei, serão revistos com observância da percentagem fixada no artigo 1.º

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, serão compensados os aumentos concedidos, a qualquer título, por entidade da Administração Indireta, no decurso de 1968, de forma a que, a partir de janeiro de 1969, a majoração não exceda a 20% (vinte por cento), relativamente a janeiro de 1968.

Art. 8.º O salário-família passará a ser pago na base de NCr\$ 13,80 (treze cruzeiros novos e oitenta centavos) mensais por dependente.

Art. 9.º As contribuições para a Pensão Militar, de que tratam o art. 3.º e seu § 2.º da Lei n.º 3.765, de 4 de maio de 1960, alterada pela Lei n.º 5.475, de 23 de julho de 1968, serão iguais a 2 (dois) dias de soldo, arredondadas em centavos para as importâncias imediatamente superiores.

Parágrafo único. A quantia referente à contribuição para a pensão militar, na inatividade, será igual à do militar da ativa, com o mesmo posto ou graduação.

Art. 10. Para atender às despesas decorrentes desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares às dotações dos órgãos atingidos pela presente lei, até o limite global de NCr\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros novos).

Art. 11. A despesa a que se refere o artigo anterior será coberta com recursos provenientes do Fundo de Reserva Orçamentária e por compensação de dotações do exercício de 1969.

Art. 12. Os vencimentos dos membros da Magistratura Federal e dos Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal serão reajustados por lei especial.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de dezembro de 1968; 147ª da Independência e 80ª da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Raymundo Bruno Marussig

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.553 — DE 6 DE DEZEMBRO
DE 1968

Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A nenhuma pessoa física, bem como a nenhuma pessoa jurídica, de direito público ou de direito privado, é lícito reter qualquer documento de identificação pessoal, ainda que apresentado por fotocópia autenticada ou pública-forma, inclusive comprovante de quitação com o serviço militar, título de eleitor, carteira profissional, certidão de registro de nascimento, certidão de casamento, comprovante de naturalização e carteira de identidade de estrangeiro.

Art. 2º Quando, para a realização de determinado ato, for exigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa que fizer a exigência fará extrair, no prazo de até 5

(cinco) dias, os dados que interessarem, devolvendo em seguida o documento ao seu exibidor.

Parágrafo único. Além do prazo previsto neste artigo, somente por ordem judicial poderá ser retirado qualquer documento de identificação pessoal.

Art. 3º Constitui contravenção penal, punível com pena de prisão simples de 1 (um) a 3 (três) meses ou multa de NCr\$ 0 50 (cinquenta centavos) a NCr\$ 3,00 (três cruzeiros novos), a retenção de qualquer documento a que se refere esta Lei.

Parágrafo único. Quando a infração for praticada por preposto ou agente de pessoa jurídica, considerará-se responsável quem houver ordenado o ato que ensejou a retenção, a menos que haja, pelo executante, desobediência ou inobservância de ordens ou instruções expressas, quando, então, será este o infrator.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de dezembro de 1968; 147ª da Independência e 80ª da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Raymundo Bruno Marussig

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Marcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.554 — DE 6 DE DEZEMBRO
DE 1968

Altera o Decreto-lei nº 960, de 17 de dezembro de 1938, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 73 e o caput do art. 74 do Decreto-lei nº 960, de 17 de dezembro de 1938, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73.

Parágrafo único. — VETADO

Art. 74. Nas causas para cobrança da dívida ativa de valor inferior a .. NCr\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos), somente haverá recurso ordinário se a Fazenda fôr vencida, no todo ou em parte."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de dezembro de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antonio da Gama e Silva
Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.555 — DE 6 DE DEZEMBRO
DE 1968

Concede pensão especial ao escultor Celso Antônio de Menezes.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida ao escultor brasileiro Celso Antônio de Menezes, por sua relevante contribuição às artes plásticas nacionais, uma pensão especial no valor mensal correspondente a 4 (quatro) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de dezembro de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.556 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de NCr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros novos), destinado à execução dos projetos a serem financiados com o produto das Taxas Aeroportuárias.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de NCr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros novos), destinado a atender às despesas decorrentes da execução dos projetos a serem financiados com o produto da arrecadação das Taxas Aeroportuárias.

Art. 2º Os recursos de que trata o artigo anterior serão aplicados da seguinte forma:

| 5.02.00 — MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA | | |
|-------------------------------------|---|---------------|
| Programa de Trabalho | | |
| 375.1.2001 | — Construção do Aeroporto Internacional | 155.000,00 |
| 375.1.2002 | — Aeroporto de Manaus | 100.000,00 |
| 375.1.2003 | — Aprimoramento técnico dos aeroportos de maior densidade de tráfego | 4.186.000,00 |
| 375.1.2004 | — Aprimoramento de outros aeroportos do Plano Aeroviário Nacional | 2.716.000,00 |
| 377.1.2005 | — Suprimentos e Equipamentos de Proteção ao Voo para as Zonas de Aeródromos e Zonas Terminais | 3.284.000,00 |
| 377.1.2006 | — Aprimoramento técnico do Serviço de Proteção ao Voo | 6.694.000,00 |
| 377.1.2007 | — Sondagem Aerológica para melhoria da Previsão Meteorológica do Sistema de Proteção ao Voo | 865.000,00 |
| TOTAL | | 18.000.000,00 |

Natureza da Despesa

4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL

4.1.0.0 — Investimentos

4.1.2.0 — Serviço em Regime de Programação Especial .. 18.000.000,00

Art. 3º O valor do crédito de que trata o art. 1º será coberto pelo produto da arrecadação das Taxas Aeroportuárias, criadas pelo Decreto-lei nº 270, de 23 de fevereiro de 1967, e regulamentadas pelo Decreto nº 62.105, de 11 de janeiro de 1968, conforme prevê o art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Marcio de Souza e Mello

Hélio Beltrão

LEI Nº 5.557 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo a emitir um selo postal, comemorativo do 20º aniversário da Sociedade Bíblica do Brasil, e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do § 4º do artigo 62 da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir um selo postal, comemorativo do 20º aniversário da Sociedade Bíblica do Brasil.

Art. 2º O selo a ser emitido na conformidade do artigo 1º desta Lei deverá conter o nome da Sociedade Bíblica do Brasil, a expressão "Dando a Bíblia à Pátria", o ano corrente, uma Bíblia aberta e a alusão aos 20 (vinte) anos de existência da Sociedade.

Parágrafo único. A Comissão Filatélica Nacional escolherá o desenho do selo.

Art. 3º A emissão do selo comemorativo do 20º aniversário da Sociedade Bíblica do Brasil fará parte da programação da Comissão Filatélica Nacional, dentro de sua dotação orçamentária neste exercício.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 9 de dezembro de 1968.

GILBERTO MARINHO

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 5.558 — DE 11 DE DEZEMBRO
DE 1968

Renova, por cinco anos, o prazo legal para fruição, pelos herdeiros, dos direitos autorais das obras do Maestro Antônio Carlos Gomes.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É renovada, por cinco anos, a contar da expiração do prazo estabelecido pela Lei nº 3.126, de 18 de abril de 1957, a garantia da fruição, pelos herdeiros, dos direitos autorais das obras do Maestro Antonio Carlos Gomes.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

LEI Nº 5.559 — DE 11 DE DEZEMBRO
DE 1968

Estende o direito ao salário-família instituído pela Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estendido aos filhos inválidos de qualquer idade o salário-

família instituído pela Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963.

Art. 2º O empregado aposentado por invalidez ou por velhice pelo sistema geral da previdência social tem direito ao salário-família instituído pela Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963.

Parágrafo único. Aos demais empregados aposentados pelo sistema geral da previdência social que já contem ou venham a completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade se do sexo masculino, ou de 60 (sessenta) anos de idade, se do sexo feminino, é assegurado o mesmo direito de que trata este artigo.

Art. 3º O salário-família a que se referem os artigos 1º e 2º e seu parágrafo correrá por conta do "Fundo de Compensação do Salário-Família", criado pelo art. 3º, § 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, e será pago pelo INPS simultaneamente com as mensalidades de aposentadoria.

Art. 4º As cotas do salário-família não se incorporarão, para nenhum efeito, à aposentadoria.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte ao de sua publicação, sem prejuízo das alterações a serem introduzidas no "Regulamento do Salário-Família do Trabalhador" para atender ao que nela se dispõe.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.560 — DE 12 DE DEZEMBRO
DE 1968

Concede isenção de tributos a equipamentos importados para instalação, ampliação e manutenção de estações e aparelhos de radioamador.

Faço saber que o Congresso Nacional manteve após veto presidencial, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo, nos termos do art. 62, § 4º da Constituição, a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida a isenção de impostos de importação e de consumo e de taxas aduaneiras, para equipamentos destinados à instalação, ampliação e manutenção de estações "transmissoras-receptoras", bem como estações transmissoras e aparelhos receptores para radioamadores.

Art. 2º O benefício constante da presente Lei só será concedido ao equipamento, sem similar, produzido no Brasil, importado por intermédio da LABRE (Liga de Amadores Brasileiros de Radioemissão), por radioamador prefixado e associado dessa entidade.

Parágrafo único. Caberá à LABRE a fiscalização dessas importações, a qual organizará um cadastro dos equipamentos importados, com o nome do radioamador, prefixo, características do equipamento e data de recebimento, e apresentará, mensalmente, ao CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações) e ao Ministério da Fazenda, um relatório do movimento havido.

Art. 3º O equipamento de que trata a presente Lei não poderá ser alienado pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de seu recebimento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de dezembro de 1968
147º da Independência e 80º da República.

Gilberto Marinho

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 5.561 — DE 12 DE DEZEMBRO
DE 1968

Retifica, sem ônus, a Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício de 1968.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica retificada, sem ônus, a Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na forma seguinte:

5.10.00 — MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Adendo "A"

Brasília

Onde se lê:

"Creche Pão de Santo Antônio"

Leia-se:

"Casa da Criança Pão de Santo Antonio"

Pará

Onde se lê:

Fundação Educacional Infante Juvenil — Belém — 25.000.

Leia-se:

9 Federação Educacional Infante Juvenil — Belém — 25.000.

Onde se lê:

Creche do Hospital da Ordem Terceira — Belém — 5.000.

Leia-se:

Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência -- 5.000.

Onde se lê:

Berço de Belém — 7.000.

Leia-se:

Associação Berço de Belém — ... 7.000.

Espírito Santo

Onde se lê:

Diocese de São Mateus, para obras sociais São Jos-é-Água Branca — ... 4.000.

Leia-se:

Diocese de São Mateus, para obras sociais São José — Aguiá Branca — 4.000.

Onde se lê:

Casa da Criança — Guaçuí — .. 3.000.

Leia-se:

Casa da Criança de Veneranda — Guaçuí — 3.000.

Bahia

Onde se lê:

Orfanato Nossa Senhora dos Humildes — Santo Amaro — 5.000.

Leia-se:

Recolhimento Nossa Senhora dos Humildes — Santo Amaro — 5.000.

Onde se lê:

Aprendizado Manoel Clemente Caldas — Nazaré — 5.000.

Leia-se:

Ginásio Clemente Caldas — Nazaré — 5.000.

Onde se lê:

Asilo de Menores Abandonados de Nazaré — 3.000.

Leia-se:

Asilo de Meninos Desvalidos da Cidade de Nazaré — Nazaré — 3.000.

Onde se lê:

Asilo dos Mendigos da Cidade de Nazaré — 4.000.

Leia-se:

Asilo de Meninos Desvalidos da Cidade de Nazaré — 4.000.

Onde se lê:

Associação Protetora da Velhice e Infância Desamparada — Irará — .. 2.000.

Leia-se:

Sociedade Protetora da Infância e da Velhice Desamparada — Irará — 2.000.

Onde se lê:

Orfanato do Recolhimento do Convento dos Humildes Santo Amaro — 2.000.

Leia-se:

Recolhimento Nossa Senhora dos Humildes — Santo Amaro — 2.000.

Guanabara

Onde se lê:

União dos Operários de Jesus para assistência ao Menor — 9.000.

Leia-se:

União das Operárias de Jesus — 9.000.

Onde se lê:

Educandário Santa Cruz, mantido pelos Irmãos Oblatos de S. S. Redentor — 10.000.

Leia-se:

Escola Gratuita da Paróquia de Nossa Senhora Consoladora de Mangueira, mantida pela Sociedade Missionários de Nossa Senhora Consoladora — 2.000.

Onde se lê:

Total — 525.000.

Leia-se:

Total — 527.000.

Minas Gerais

Onde se lê:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — Leopoldina — 2.000.

Leia-se:

Associação de Assistência e Proteção à Infância — Leopoldina — 2.000.

Onde se lê:

Asilo de Órfãos Sagrados Corações de Jesus e Maria — Barbacena — .. 13.000.

Leia-se:

Asilo dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria — Barbacena — .. 13.000.

Onde se lê:

Asilo S. S. Coração de Jesus — Barbacena — 5.000.

Leia-se:

Asilo dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria — Barbacena — 5.000.

Onde se lê:

Associação Pontenovense de Assistência à Criança — Ponte Nova — 2.000.

Leia-se:

Associação Pontenovense de Proteção à Criança — Ponte Nova — .. 2.000.

Onde se lê:

Granja Menino Jesus, da Associação de Proteção à Criança de Ponte Nova — 4.000.

Leia-se:

Associação Pontenovense de Proteção à Criança de Ponte Nova — .. 4.000.

Mato Grosso

Onde se lê:

Abrigo dos Menores Necessitados de Dourados — Lar Santa Rita de Cássia — 6.000.

Leia-se:

Abrigo dos Menores Necessitados de Dourados — 6.000.

Pernambuco

Onde se lê:

Orfanato Bom Conselho — Bom Conselho — 8.000.

Leia-se:

Orfanato Nossa Senhora do Bom Conselho — Bom Conselho — 8.000.

Onde se lê:

Instituto Coração de Maria para Assistência a menor — Piratuba — 2.000.

Leia-se:

Instituto Coração de Maria para Assistência a menor — Piritiba — (ex-Piratuba) — 2.000

Santa Catarina

Onde se lê:

Orfanato Nossa Senhora das Graças de Lajes — 20.000.

Leia-se:

Irmandade Nossa Senhora das Graças para o Orfanato Nossa Senhora das Graças de Lajes — 20.000.

Onde se lê:

Obras Assistenciais da Paróquia Nossa Senhora do Rosário — Lajes — 2.000.

Leia-se:

Obras Assistenciais da Paróquia Nossa Senhora do Rosário — Lajes; mantida pela Congregação Missionária Redentorista sediada em Porto Alegre — 2.000.

São Paulo

Onde se lê:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — Capivari — 2.000.

Leia-se:

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância — Capivari — 2.000.

Onde se lê:

Casa dos Menores de Consórcio Intermunicipal da Alta Araraquarense, para Assistência a menores — Inhadeara — 2.000.

Leia-se:

Casa de Menores de Inhadeara, mantida pelo Consórcio Intermunicipal da Alta Araraquarense — São José do Rio Preto — 2.000.

Onde se lê:

Berçário Creche São Francisco de Assis — Lins — 2.000.

Leia-se:

Berçário São Francisco de Assis — Lins — 2.000.

Onde se lê:

Lar Caminho da Verdade — Campinas — 4.000.

Leia-se:

Associação Espírita Caminho da Verdade — Campinas — 4.000.

Onde se lê:

Abrigo dos Menores Desamparados dos Prades — Piracicaba — 2.000.

Leia-se:

Lar Franciscano de Menores — Piracicaba — 2.000.

Onde se lê:

Sociedade Civil Beneficente Creche Anita Ferreira Braga, da Sociedade Casa da Criança de Caçapava — .. 2.000.

Leia-se:

Sociedade Casa da Criança — Capava — 2.000.

Onde se lê:

Educandário São José — Assistência a Menores — 2.000.

Leia-se:

Educandário São José, de São José do Rio Pardo — 2.000.

Onde se lê:

Educandário São Paulo da Cruz — Quatê — 2.000.

Leia-se:

Educandário São Paulo da Cruz — Quatá — 2.000.

Exclua-se:

Escola Gratuita da Paróquia de Nossa Senhora Consoladora de Mangueira, mantida pela Sociedade Missionária de Nossa Senhora Consoladora — 2.000.

Onde se lê:

Total — 1.334.000.

Leia-se:

Total — 1.332.000.

Paraná

Onde se lê:

Lar Infantil Amélie Boudet — Mandaguçu — 3.000.

Leia-se:

Lar Infantil Amélie Boudet — Mandaguari — 3.000.

5.03.00 — MINISTERIO DA AGRICULTURA

Adendo "E"

Paraíba

Onde se lê:

2) Sindicato Rural de Campina Grande, para o Serviço Genealógico do Estado da Paraíba, em convênio com a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro — 10.000.

Leia-se:

2) Sindicato Rural de Campina Grande, para manutenção do Serviço Genealógico no Estado — 10.000.

Adendo "F"

Rio Grande do Sul

Onde se lê:

Associação dos Pequenos Agricultores de Cortado para Mudas e Sementes — 5.000.

Leia-se:

Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Cachoeira do Sul, com sede em Cortado, Distrito de Paraíso do Sul — 5.000.

5.05.00 — MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Adendo "A" — Conselho Nacional de Desportos

Bahia

Onde se lê:

Federação de Tenis da Bahia — .. 7.000.

Leia-se:

Federação Baiana de Tenis — .. 7.000.

Distrito Federal

Onde se lê:

Federação Desportiva de Brasília para a Associação Atlética da Universidade de Brasília — 375.

Leia-se:

Federação Desportiva de Brasília para o Clube dos Servidores da Universidade de Brasília — —375.

Adendo "B" — Subvenções Ordinárias

01 — Acre

Rio Branco

Onde se lê:

Sociedade Beneficente dos Operários de Rio Branco (SBORBA) — 11.800.

Leia-se:

Sociedade Beneficente dos Operários de Rio Branco (SBORBA) sendo NCr\$ 2.000,00 para a Escola Maria Olívia Sá de Mesquita — 11.800.

Tarauacá

Onde se lê:

Centro Operário e de Agricultores Tarauacaense — 1.600.

Leia-se:

Centro Operário Beneficente Tarauacaense — 1.600.

Onde se lê:

Sociedade dos Trabalhadores Tarauacaenses — 1.000.

Leia-se:

Centro Operário Beneficente Tarauacaense — 1.000.

05 — Bahia

Onde se lê:

Guandu

Sociedade de Assistência à Infância e Adolescentes de Guandu — 1.700.

Hospital Regional de Guandu — 1.300.

Santa Casa de Misericórdia de Guandu, para o Hospital — 2.000.

Leia-se:

Guandu

Associação de Assistência à Infância e Adolescentes de Guandu — ... 1.700.

Hospital Regional de Guandu — .. 1.300.

Santa Casa de Misericórdia de Guandu, para o Hospital — 2.000.

Bahia

Itapicuru

Onde se lê:

Ginásio Municipal Senador Pinto Dantas — 15.000.

Leia-se:

Ginásio Senador Pinto Dantas — 15.000.

Onde se lê:

Paripiranga (nome de município)

Leia-se:

Paripiranga

Santa Maria da Vitória

Suprima-se:

Instituição Jesus Cristo — 300.
Santana

Onde se lê:

Instituto Jesus Cristo — 3.000

Leia-se:

Instituto Jesus Cristo — 3.300 —
Paramirim

Onde se lê:

Ginásio de Paramirim — 2.000.

Leia-se:

Fundação 16 de setembro, para o
Ginásio de Paramirim — 200.

Salvador

Onde se lê:

Colégio das Órfãs do Sagrado Coração de Jesus — 3.000.

Colégio dos Órfãos do Sagrado Coração de Jesus — 3.400.

Colégio das Órfãs do Santíssimo Coração de Jesus — 1.000.

Orfanato Coração de Jesus — 1.000.

Órfãos do Coração de Jesus — 1.000.

Leia-se:

Colégio das Órfãs do Sagrado Coração de Jesus — 9.400.

Onde se lê:

Devoção do Senhor do Bonfim, para obras sociais — 13.800.

Leia-se:

Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, para obras sociais — 13.800.

Onde se lê:

Instituto Baiano de Investigação de Tuberculose (IBIT) — 4.400.

Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose — 3.700.

Leia-se:

Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose — 8.100.

Cansanção

Onde se lê:

Associação Beneficente Senhora Santana — 2.000.

Sociedade Beneficente Senhora Santana — 1.000.

Leia-se:

Sociedade Beneficente Senhora Santana — 3.000.

Salvador

Onde se lê:

Sociedade de Engenharia da Bahia — 3.000.

Leia-se:

Sociedade de Engenheiros da Engenharia — 3.000.

06 — Ceará

Icó

Onde se lê:

Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade de Icó — 2.000.

Leia-se:

Sociedade de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância de Icó — 2.000.

07 — Distrito Federal

Onde se lê:

Associação Assistencial e Educacional da Paróquia S. José — 400.

Associação Educacional e Assistencial S. José (Asa Norte) — 3.800.

Obras Sociais da Paróquia S. José (Asa Norte) — 2.100.

Leia-se:

Associação Educacional e Assistencial São José (Asa Norte) — 6.300.

Onde se lê:

Instituto Mãe da Igreja — 1.000.

Leia-se:

Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social — 1.000.

Exclua-se:

Associação Beneficente Progressista — Planaltina — 9.000.

Onde se lê:

Obras Sociais da Paróquia Nossa Senhora de Fátima — 2.100.

Leia-se:

Ação Social Nossa Senhora de Fátima — 2.100.

Onde se lê:

Sociedade Educadora e Beneficente para a Escola São Carlos — Guanabara — 500.

Leia-se:

Sociedade Educadora e Beneficente, para a Escola São Carlos Brasília — 500.

Onde se lê:

Associação de Pais e Mestres da Superquadra 114 — 1.000.

Leia-se:

Associação de Pais e Mestres do Jardim de Infância da Superquadra 114 — 1.000.

Onde se lê:

Total — 1.446.400.

Leia-se:

Total: — 1.437.400.

08 — Espírito Santo

Onde se lê:

Ibaram

Instituto Comboniano de Ibaram — 1.000.

Leia-se:

Ibiraçu

Instituto Comboniano de Ibiraçu — 1.000.

Esprito Santo

Itaguaçu

Onde se lê:

Departamento de Assistência Social do Esporte Clube Itaguaçu — 2.000.

Leia-se:

Departamento de Assistência Social do Centro Cívico e Recreativo Esporte Clube de Itaguaçu — 2.000.

Vitória

Onde se lê:

Colégio Santa Luíza de Marília — 1.000.

Leia-se:

Colégio Santa Luíza de Marillac — 1.000.

10 — Goiás

Goiânia

Onde se lê:

Legionárias do Bem Estar Social — 12.000.

Leia-se:

Fundação Legionárias do Bem Estar Social — 12.000.

Morrinhos

Onde se lê:

Escolas Seminário Luz e Liberdade — 5.000.

Leia-se:

Escola Primária Luz e Liberdade — 5.000.

Planaltina

Inclua-se:

Associação Beneficente Progressista do Povoado de Água Fria — 9.000.

Onde se lê:

Total — 1.287.100.

Leia-se:

Total — 1.296.100.

11 — Guanabara

Onde se lê:

Colônia dos Pintores do Brasil — 1.000.

Leia-se:

Colmeia dos Pintores do Brasil — 1.000.

Onde se lê:

Congresso — Redentorista — 1.000.
Congregação Redentorista — 2.000.

Leia-se:

Congregação Redentorista — 3.000.

Onde se lê:

Casa do Estudante Pobre do Brasil — 200.

Leia-se:

Caixa do Estudante Pobre do Brasil — 200.

12 — Maranhão

Inclua-se:

Fortuna (nome de município) — imediatamente após "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Fortaleza dos Nogueiras

Pedreiras

Onde se lê:

Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima — 2.000.

Leia-se:

Obras Sociais da Paróquia de Santo Antônio de Pádua — 2.000.

13 — Mato Grosso

Rondonópolis

Onde se lê:

Ação Social dos Pescadores de Rondonópolis — 1.000.

Leia-se:

Associação dos Pescadores de Rondonópolis — 1.000.

14 — Minas Gerais

Onde se lê:

Pompéia (nome de município).

Leia-se:

Pompéu (nome de município).

Ouro Fino

Onde se lê:

Sociedade São Vicente de Paulo — 1.300.

Asilo São Vicente de Paulo — 600.

Leia-se:

Sociedade São Vicente de Paulo, sendo NCr\$ 600,00 para o Asilo São Vicente de Paulo — 1.900.

Juiz de Fora

Onde se lê:

Associação Beneficente Mãe dos Pobres — 2.000.

Leia-se:

Associação Beneficente Nossa Senhora Mãe dos Pobres — 2.000.

Alfenas

Onde se lê:

Serviço de Assistência ao Adulto e à Infância — 500.

Leia-se:

SARAI — Serviço de Assistência e Recuperação do Adulto e da Infância — 500.

15 — Pará

Belém

Onde se lê:

Associação Beneficente São Brás — 5.000.

União Beneficente São Brás — 500.

Leia-se:

Sociedade Beneficente São Brás — 5.300.

16 — Paraíba

Cabaceiras

Onde se lê:

Conferência Vicentina N. S. da Conceição — 400.

Sociedade São Vicente de Paulo — 1.400.

Leia-se:

Conferência Vicentina Nossa Senhora da Conceição — 1.800.

Campina Grande

Onde se lê:

Escola de Artes — 500.

Leia-se:

Escola de Artes (Fundação Universidade Regional do Nordeste) — 500.

Onde se lê:

Centro Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas — 1.500

Leia-se:

Centro Acadêmico Faculdade de Ciências Econômicas — 1.500.

Onde se lê:

Fraternidade Espírita (para a Casa dos Velhos Desamparados) — 300.

Fraternidade Espírita Luz e Verdade — 2.000.

Leia-se:

Fraternidade Espírita Luz e Verdade — 2.300.

Onde se lê:

Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica — 400.

Leia-se:

Fundação Universidade Regional do Nordeste — 400.

Onde se lê:

Colégio Alfredo Dantas — 500.

Ginásio Alfredo Dantas — 600.

Leia-se:

Ginásio Alfredo Dantas — 1.100.

Exclua-se:

Ginásio Agrícola Assis Chateaubriand — 24.500.

Paraíba

Coremas

Onde se lê:

Ginásio Comercial Dom Mata — 1.000.

Leia-se:

Colégio Comercial Dom Mata — Cuité — 1.000.

Cuité

Onde se lê:

Escola Comercial Professor Clovis Lima — 2.000.

Leia-se:

Ginásio Comercial Clovis Lima — Esperança — 2.000.

Esperança

Onde se lê:

Ginásio Comercial Olímpia Souto — 500.

Leia-se:

Colégio Comercial Olímpia Souto — 500.

Natuba

Onde se lê:

Ginásio Municipal de Natuba — ... 2.500.

Leia-se:

Ginásio Comercial de Natuba — ... 2.500.

Pirpirituba

Onde se lê:

Escola Comercial — 600.

Ginásio Comercial de Pirpirituba — 500.

Leia-se:

Colégio Comercial de Pirpirituba — 1.100.

Serraria

Onde se lê:

Ginásio Comercial Antonio Bento — 100.

Leia-se:

Colégio Comercial Antonio Bento — 100.

Solânea

Onde se lê:

Escola Comercial Pedro Augusto de Almeida — 2.000.

Leia-se:

Colégio Comercial Pedro de Almeida — 2.000.

Uiraúna

Onde se lê:

Colégio Professor Afonso Pereira — 200.

Leia-se:

Ginásio Afonso Pereira — 200.

Lagoa Sêca

Onde se lê:

Ginásio Agrícola Assis Chateaubriand — 2.000.

Leia-se:

Ginásio Agrícola Assis Chateaubriand — 26.500.

Princesa Isabel

Onde se lê:

Hospital São Vicente de Paulo — 2.500.

Sociedade de Assistência Hospitalar para a manutenção do Hospital São Vicente de Paulo — 1.000.

Leia-se:

Sociedade de Assistência Hospitalar, para manutenção do Hospital São Vicente de Paulo — 3.500.

17 — Paraná

Antonina

Onde se lê:

Lar Santa Luzia — 1.500.

Leia-se:

Lar Santa Luísa — 1.500.

Onde se lê:

Hospital Regional Diocesano de Campo Mourão — 3.100.

Leia-se:

"Instituto Social Lar Paraná" de Campo Mourão — Curitiba — 3.100.

Onde se lê:

Caixa Escolar de Umbará, bairro Umbará — 1.000.

Leia-se:

Casa Escolar de Umbará, bairro Umbará — 1.000.

Clevelândia

Onde se lê:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância "Pósto de Fieri-cultura de Clevelândia — 29.000.

Leia-se:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — 29.000.

Curitiba

Onde se lê:

Fundação Bonfin, para assistência médica — 1.000.

Leia-se:

Fundação Boutin, para assistência médica — 1.000.

Iratí

Onde se lê:

Lar das Meninas São José — 200.

Leia-se:

Lar dos Meninos São José — 200.

Onde se lê:

Caixa Escolar de Umbara — 1.000.

Leia-se:

Casa Escolar de Umbara — 1.000.

Foz do Iguaçu

Onde se lê:

Colégio das Irmãs de Foz do Iguaçu — 200.

Leia-se:

Instituto São José — 200.

17 — Pernambuco

Macaparana

Onde se lê:

Sociedade Beneficente Tereza de Jesus — 2.000.

Leia-se:

Instituto Beneficente Tereza de Jesus — 2.000.

Bom Jardim

Onde se lê:

Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Bom Jardim — 15.800.

Leia-se:

Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Bom Jardim, sendo ..

NCr\$ 7.700,00 para manutenção da Maternidade Mauricio de Medeiros — 15.800.

Moreno

Onde se lê:

Fundação Maria do Carmo Maranhão — 25.000.

Leia-se:

Recife

Fundação Maria do Carmo Maranhão — 25.000.

Recife

Onde se lê:

Sociedade Lutadores do Bem — .. 1.000.

Leia-se:

Sociedade Beneficente Lutadores do Bem — 1.000.

Onde se lê:

Ipojuca

Ginásio Nossa Senhora do Ó (CNEG) — 1.000.

Instituto Fundação São José — .. 2.000.

Leia-se:

Ipojuca

Ginásio Nossa Senhora do Ó (CNEG) — 1.000.

Itaíba

Instituto Fundação São José..... 2.000.

18 — Piauí

Onde se lê:

Cocal

Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo — 300.

Centro Social Imaculada Conceição — 3.200.

Educandário Dr. Lustosa Sobrinho — 200.

Ginásio São José — 500.

Correntes

Centro Social Imaculada Conceição — 2.000.

Educandário Dr. Lustosa Sobrinho — 1.000.

União Artística Operária Correntina — 1.000.

Leia-se:

Cocal

Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo — 300.

Corrente

Centro Social Imaculada Conceição — 5.200.

Educandário Dr. Lustosa Sobrinho — 1.200.

Ginásio São José — 500.

União Artística Operária Correntina — 1.000.

20 — Rio de Janeiro

Onde se lê:

Macaé

Associação Social de Proteção e Assistência da Criança de Quissamã — 2.300.

Quissamã

Associação Social de Proteção e Assistência à Criança de Quissamã — 23.800.

Leia-se:

Quissamã

Associação Social de Proteção e Assistência da Criança — 23.100.

Rio de Janeiro

Onde se lê:

Centro Espírita Pai José Cambinda (para a Maternidade da Mão Pobre) — Barra do Pirai — 5.100.

Centro Espírita Pai Manoel e Felício — Barra Mansa — 500.

Tenda Espírita Pai Cambinda — .. 1.000.

Leia-se:

Centro Espírita Pai José Cambinda (para a Maternidade da Mãe Pobre) — Barra do Pirai — 6.600.

Onde se lê:

Associação Casa de Caridade Santa Rita de Cássia — 6.300.

Casa de Caridade Santa Rita — 500.

Lar da Criança — 1.800.

Lar da Criança da Loja Maçônica José Bonifácio — 6.500.

Leia-se:

Associação Casa de Caridade Santa Rita — 6.800.

Lar da Criança, mantido pela Loja Maçônica José Bonifácio — 8.300.

21 — *Rio Grande do Norte*

Onde se lê:

Escola Remington de Datilografia — Natal

Leia-se:

Escola Remington de Datilografia — Caicó.

22 — *Rio Grande do Sul*

Campinas do Sul

Onde se lê:

Escola Normal Regional Nossa Senhora Aparecida — 400.

Leia-se:

Escola Normal Nossa Senhora Aparecida — 400.

Marcelino Ramos

Onde se lê:

Sociedade Marcelinense de Auxílio aos Necessitados — 1.500.

Sociedade Marcelinense de Proteção à Maternidade e a Infância — 300.

Associação Marcelinense de Proteção à Maternidade e a Infância — 600.

Leia-se:

Associação Marcelinense de Proteção à Maternidade e a Infância — 2.400.

Bento Gonçalves

Onde se lê:

Ginásio São Roque — 100.

Leia-se:

Ginásio Comercial de Monte Belo — 100.

Pelotas

Onde se lê:

Lar de Jesus — Fundação Filantrópica de Auxílio aos Necessitados — 2.200.

Leia-se:

Instituto Espírita "Lar de Jesus" para auxílio aos necessitados — 2.200.

Onde se lê:

Pontifícia Universidade Católica de Pelotas — 1.000.

Leia-se:

Universidade Católica de Pelotas — 1.000.

25 — *Santa Catarina*

Onde se lê:

Alto Paraguassu

Escola São João Batista — 1.400.

Itaiópolis

Colégio São João Batista — Paraguaçu — 1.100.

Leia-se:

Itaiópolis

Escolas Reunidas São João Batista Paraguaçu — 2.500.

Criciúma

Onde se lê:

Obras Sociais da Paróquia no Bairro São Cristóvão — 1.000

Leia-se:

Obras Sociais da Capela de São Cristóvão — 1.000.

Jaraguá do Sul

Onde se lê:

Hospital São José — 8.900

Leia-se:

Hospital e Maternidade São José — 8.900.

26 — *São Paulo*

Capivari

Onde se lê:

Associação dos Trabalhadores da Região — 2.000.

Leia-se:

Associação dos Trabalhadores da Região de Capivari — 2.000.

Itatiba

Onde se lê:

Asilo de São Vicente de Paulo — 2.200.

Abrigo dos Velhos — 100.

Leia-se:

Asilo de São Vicente de Paulo — 2.300.

Onde se lê:

Santos — Instituto Psicopedagógico Especializado — Ipe — 2.000.

Leia-se:

Santos — Instituto Psiquiátrico Psicopedagógico Especializado — Ipe — 2.000.

Onde se lê:

Mirandópolis

Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia, para a Oficina Nº Srª das Neves — 2.000.

Leia-se:

São Paulo

Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia, para a Oficina Nossa Senhora das Neves — Bairro de Mirandópolis — 2.000.

Monte Alto

Onde se lê:

União Espirita Asilo Vicentino — 100.

União Espirita de Monte Alto, para o Albergue Noturno e Asilo Vicentino — 200.

Leia-se:

União Espirita de Monte Alto, sendo NCr\$ 100,00 para o Asilo Vicentino e NCr\$ 200,00 para o Albergue Noturno — 300.

Santa Cruz do Rio Pardo

Onde se lê:

Sociedade São Vicente de Paulo — 200.

Leia-se:

Lar São Vicente de Paulo — 200.

São Paulo

Onde se lê:

Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo — Paróquia de Santa Genoveva — 300.

Leia-se:

Associação das Damas de Caridades de São Vicente de Paulo — Paróquia de Santa Generosa — 300.

Onde se lê:

Associação Espirita Cristã Padre Zabeu Kauffman — 2.400.

Leia-se:

Associação Cristã Padre Zabeu Kauffman — 2.400.

Onde se lê:

Lar Escola Cairbar Schutel (Vila Morse) — 800.

Lar Escola Cairbar Schutel — 1.000.

Leia-se:

Lar Escola Cairbar Schutel (Vila Morse) — 1.800.

Timburi

Onde se lê:

Asilo São Vicente de Paulo — 1.000.

Sociedade São Vicente de Paulo — 300.

Leia-se:

Sociedade de São Vicente de Paulo — 1.300.

Franca

Onde se lê:

Sociedade Amigos de Franco da Rocha — 1.000.

Leia-se:

Franco da Rocha

Sociedade Amigos de Franco da Rocha — 1.000.

Adendo "C" — SUBVENÇÕES EXTRAORDINARIAS

Acre

Tarauaca

Onde se lê:

Sociedade de Proteção ao Agricultor de Tarauacá — 4.000.

Leia-se:

Centro Operário Beneficente Tarauacaense — 4.000.

Onde se lê:

Sociedade dos Trabalhadores Tarauacaenses — 3.000.

Leia-se:

Centro Operário Beneficente Tarauacaense — 3.000.

05 — Bahia

Itapicuru

Onde se lê:

Ginásio Municipal Senador Pinheiro Dantas — 15.000.

Leia-se:

Ginásio Senador Pinto Dantas — 15.000.

Salvador

Onde se lê:

Instituto Baiano de Investigação de Tuberculose (IBIT) — 1.000.

Instituto Brasileiro para a Investigação de Tuberculose — 6.500.

Leia-se:

Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose (IBIT) — 7.500.

Onde se lê:

Sociedade dos Engenheiros da Cidade do Salvador — 2.000.

Leia-se:

Sociedade dos Engenheiros da Bahia — 2.000.

07 — Distrito Federal

Onde se lê:

Escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima — 1.500.

Leia-se:

Ação Social Nossa Senhora de Fátima — 1.500.

Onde se lê:

Instituto Mãe da Igreja — 1.500.

Leia-se:

Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social — 1.500.

Onde se lê:

Caixa Escolar do Jardim de Infância da SQ-403/4 — Asa Sul — 2.000.

Leia-se:

Associação da Igreja Metodista — Jardim de Infância da Asa Sul — 2.000.

Exclua-se:

Associação Beneficente Progressista — Planaltina — 18.000.

Onde se lê:

Total — 1.272.500.

Leia-se:

Total — 1.254.500.

10 — Goiás

Onde se lê:

Goiânia

Associação de Santana da Catedral de Goiás — 6.000.

Leia-se:

Associação de Santana da Catedral de Goiás — 6.000.

Inclua-se:

Planaltina

Associação Beneficente Progressista do Povoado de Água Fria — 18.000.

Onde se lê:

Total — 765.000.

Leia-se:

Total — 783.000.

Goiânia

Onde se lê:

Legionárias do Bem Estar Social de Goiânia — 4.000.

Leia-se:

Fundação Legionárias do Bem Estar Social — 4.000.

11 — Guanabara

Onde se lê:

Centro de Recuperação do Rio de Janeiro — 2.000.

Leia-se:

Centro de Reabilitação do Rio de Janeiro — 2.000.

Onde se lê:

Liga Brasileira contra os Acidentes do Tráfego — 1.000.

Leia-se:

Liga Brasileira contra os Acidentes do Trabalho — 1.000.

Exclua-se:

Sociedade Beneficente de Dorcas de Brasília, mantida pela Obra Educacional e Assistência Social Adventista — 5.000.

Onde se lê:

Total do Estado da Guanabara — 1.236.000.

Leia-se:

Total do Estado da Guanabara — 1.231.000.

12 — Maranhão

Balsas

Onde se lê:

Prelazia Santo Antônio de Pádua — 5.000.

Leia-se:

Prelazia de Balsas — 5.000.

Alto Parnaíba

Onde se lê:

Prelazia Santo Antônio de Pádua, para as obras sociais da Paróquia de Alto Parnaíba — 2.000.

Leia-se:

Prelazia de Balsas, para as obras sociais da Paróquia de Alto Parnaíba — 2.000.

São Raimundo Mangabeiras

Onde se lê:

Prelazia Santo Antônio de Pádua, para a Paróquia de São Raimundo das Mangabeiras — 2.000.

Leia-se:

Prelazia de Balsas, para a Paróquia de São Raimundo das Mangabeiras — 2.000.

14 — Minas Gerais

Ganhães

Onde se lê:

Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo — 1.000.

Leia-se:

Conferência São Vicente de Paulo — 1.000.

Poté

Onde se lê:

Conselho Particular Senhor Bom Jesus, da Sociedade São Vicente de Paulo — 1.000.

Leia-se:

Conferência Senhor Bom Jesus, da Sociedade São Vicente de Paulo — 1.000.

Campo Belo

Onde se lê:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — 1.500.

Leia-se:

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância — 1.500.

16 — Paraíba

Soledade:

Onde se lê:

Conferência de São Vicente de Paulo — 4.000.

Confraria São Vicente de Paulo — 1.000.

Leia-se:

Conferência de São Vicente de Paulo — 5.000.

17 — Paraná

Onde se lê:

Hospital Regional Diocesano de Campo Mourão — 1.000.

Leia-se:

"Instituto Social Lar Paraná" de Campo Mourão — 1.000.

Onde se lê:

Curitiba

Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social — 2.000.

Leia-se:

Iratí

Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social — 2.000.

18 — Pernambuco

Recife

Onde se lê:

Centro Social Santo Antônio — 15.000.

Leia-se:

Centro Social de Santo Amaro — 15.000.

Belo Jardim

Onde se lê:

Instituto Santana — 2.000.

Leia-se:

Bom Jardim

Instituto Santana — 2.000.

22 — Rio Grande do Sul

Pôrto Lucena

Onde se lê:

Sociedade Hospitalar São José — 1.000.

Leia-se:

Sociedade Hospital São José —
1.000.
Santo Antônio da Patrulha —
1.000.

Onde se lê:

Escola Industrial Santo Antônio —
2.000.

Leia-se:

Ginásio Industrial de Santo Antônio
— 2.000.

Viamão

Onde se lê:

União Brasileira de Educação e
Ensino (Escola Medianeira de Apli-
cação de Viamão) — 2.000.

Leia-se:

União Sul Brasileira de Educação
e Ensino (USBEE) — Colégio Nossa
Senhora das Graças — 2.000.

Pôrto Xavier

Onde se lê:

Hospital de Caridade São Francisco
Xavier — 3.000.

Leia-se:

Hospital de Caridade "Nossa Se-
nhora dos Navegantes" — 3.000.
Aratiba

Onde se lê:

Escola Cardeal Leme de Barra Azul
— 2.000.

Leia-se:

Grupo Escolar Cardeal Leme, de
Barra do Rio Azul — 2.000.

25 — Santa Catarina

Itaiópolis

Onde se lê:

Colégio São João Batista de Alto
Paraguçu — 2.000.

Leia-se:

Escolas Reunidas São João Batista
— Alto Paraguçu — 2.000.

Jaraguá do Sul

Onde se lê:

Hospital São José — 6.500.

Leia-se:

Hospital e Maternidade São José
— 6.500.

Timbó

Onde se lê:

Escola São Vicente de Paulo —
2.000.

Leia-se:

Trez e Tilias

Escola São Vicente de Paulo
2.000.

Onde se lê:

Trez e Tilias

Ordem Auxiliadora das Senhoras
Evangélicas de Timbó — 6.000.

Sociedade Recreativa e Cultural de
Timbó — 1.000.

Leia-se:

Timbó

Ordem Auxiliadora das Senhoras
Evangélicas de Timbó — 6.000.

Sociedade Recreativa e Cultural de
Timbó — 1.000.

26 — São Paulo

Jardinópolis

Onde se lê:

Sociedade Educativa Sagrado Co-
ração de Jesus — 3.000.

Leia-se:

Associação Educativa Sagrado Co-
ração de Jesus — 3.000.

Onde se lê:

São Paulo

Associação Canisiana de Escolas
Profissionais e Assistência Social —
1.000.

Leia-se:

Aparecida

Associação Canisiana de Escolas
Profissionais e Assistência Social —
1.000.

São Paulo

Inclua-se:

Sociedade Beneficente Dorcas de
Brasília, mantidas pela União Sul
Brasileira da Igreja Adventista do Sé-
timo Dia — 5.000.

Onde se lê:

Lar Escola Cairbar Schidel —
2.000.

Leia-se:

Lar Escola Cairbar Schutel —
2.000.

Onde se lê:

Total do Estado de São Paulo — 3.006.000.

Leia-se:

Total do Estado de São Paulo — 3.011.000.

**DEPARTAMENTO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO**

Onde se lê:

258.2.0519 — Fundação Nacional do Material do Ensino — 3.100.

Leia-se:

258.2.0519 — Fundação Nacional de Material do Ensino — 3.100.

ADENDO "E"

Bahia

Itapicuru

Onde se lê:

Ginásio Coberto para o Ginásio Municipal Senador Pinto Dantas — ... 6.000.

Leia-se:

Ginásio Senador Pinto Dantas, para o Ginásio Coberto — 6.000.

Ceará

Onde se lê:

Bonfim de Icó — Escola Normal Senhor do Bonfim — 3.000.

Icó — Escola Normal Senhor do Bonfim — 3.000.

Leia-se:

Icó — Escola Normal Senhor do Bonfim — 6.000.

Distrito Federal

Onde se lê:

Escola N. S. do Perpétuo Socorro — 14.000.

Instituto Nossa Senhora do Perpétuo Socorro — 940.

Leia-se:

Escola Normal do Instituto Nossa Senhora do Perpétuo Socorro — 14.940.

Minas Gerais

Aymorés

Onde se lê:

Colégio Comercial Pan-Americano — 3.000.

Leia-se:

Escola Técnica de Comércio Pan-Americano — 3.000.

Juiz de Fora

Onde se lê:

Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais — 3.000.

Leia-se:

Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora — 3.000.

Rio Grande do Sul

Ijuí

Onde se lê:

Escola de Belas Artes — 4.000.

Leia-se:

Instituto de Belas Artes — 4.000.

Onde se lê:

Pelotas — Escola Normal do Colégio Diocesano — 10.000.

Leia-se:

Pelotas — Curso Científico do Colégio Diocesano — 10.000.

São Paulo

Onde se lê:

São Paulo — Instituto Nacional de Filosofia, para o Congresso Internacional de Filosofia, a realizar-se em 1968 — 100.000.

Leia-se:

São Paulo — Instituto Brasileiro de Filosofia, para o Congresso Internacional de Filosofia, a realizar-se em 1968 — 100.000.

Onde se lê:

São Carlos — Sociedade Educadora e Beneficente Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos (Escola Normal Particular e Ginásio Santa Teresinha do Menino Jesus) — 2.000.

Leia-se:

São Paulo — Escola Normal Particular e Ginásio Santa Teresinha do Menino Jesus — 2.000.

ADENDO "F" — AUXÍLIOS A ESCOLAS E GINÁSIOS INDUSTRIAIS E PROFISSIONAIS

Maranhão

Onde se lê:

Carolina — Confederação das Classes Operárias e Agrícolas — 4.000.

Leia-se:

Carolina — Confraternização das Classes Operárias e Agrícolas — 4.000.

Minas Gerais

Onde se lê:

Manhumirim — Colégio Oficial Orientando para o Trabalho, mantido pelo Estado de Minas Gerais — 9.000.

Leia-se:

Manhumirim — Ginásio Orientado para o Trabalho, do Colégio Estadual de Manhumirim — 9.000.

Rio Grande do Sul

Onde se lê:

Santo Antônio da Patrulha — Escola Técnica Industrial de Santo Antônio — 11.000.

Leia-se:

Santo Antônio da Patrulha — Ginásio Industrial de Santo Antônio — 11.000.

ADENDO "G" — AUXÍLIOS A ESCOLAS, COLEGIOS E GINASIOS AGRICOLAS E AGROTECNICOS

Acre

Onde se lê:

Rio Branco — Escolas de Economia Doméstica do Instituto Santa Terezinha — 11.000.

Leia-se:

Cruzeiro do Sul — Instituto Santa Terezinha, para a Escola de Economia Doméstica — 11.000.

Bahia

Onde se lê:

Bonfim — Fundação Bonfinense de Beneficência e Educação Rural — 6.000.

Leia-se:

Senhor do Bonfim — Fundação Bonfinense de Beneficência e Educação Rural — 6.000.

Pará

Onde se lê:

Ananindeua — Escola de Economia Doméstica — 2.000.

Leia-se:

Ananindeua — Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação — 2.000.

Maracanã

Onde se lê:

Maracanã — Escola Agrícola de Maracanã — 11.000.

Leia-se:

Maracanã — Fundação Educacional de Maracanã "Presidente Kennedy" — 11.000.

Rio Grande do Sul

Pôrto Alegre

Onde se lê:

Escola Agrícola da Sociedade Educadora e Beneficente do Sul — 5.000.

Leia-se:

Escola Doméstica da Sociedade Educadora e Beneficente do Sul — 5.000.

São Paulo

Onde se lê:

São Paulo — Escola Pré-Vocacional Nossa Senhora Consoladora, para ensino agrícola — 2.000.

Leia-se:

Jau — Escola Pré-Vocacional Nossa Senhora Consoladora, para ensino agrícola — 2.000.

ADENDO "I" — AUXÍLIOS A ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PARTICULAR

Bahia

Onde se lê:

Faculdade de Filosofia de Feira de Santana — 50.000.

Leia-se:

Faculdade de Educação de Feira de Santana — 50.000.

5.09.00 — MINISTÉRIO DO INTERIOR

5.09.01.05 — *Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia*

ADENDO "A" — AUXÍLIOS A ENTIDADES EDUCACIONAIS

Pará

Ananindeua

Onde se lê:

Instituto Nossa Senhora da Anunciação — 5.000.

Leia-se:

Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação — 5.000.

5.09.01.08 — *Superintendência do Vale do São Francisco*

ADENDO "A"

Bahia

Paramirim

Onde se lê:

Ginásio de Patamirim — 10.000.

Leia-se:

Fundação 16 de Setembro, para o Ginásio de Paramirim — 10.000.

SUDESUL — ADENDO "B".

Mato Grosso

Onde se lê:

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância — Dourados — 5.000.

Leia-se:

Abrigo de Menores Necessitados de Dourados — 5.000.

5.14.00 — MINISTÉRIO DA SAÚDE

ADENDO "C" — Departamento Nacional de Saúde

Bahia

Onde se lê:

Centro de Recuperação Visual da Bahia — Salvador — 10.000.

Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira — Salvador — 60.000.

Leia-se:

Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira — Salvador — 70.000.

Bahia

Onde se lê:

Santa Casa de Misericórdia de Canavieiras, para o Hospital — 15.000.

Leia-se:

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Canavieiras — Canavieiras — 15.000.

Guanabara

Onde se lê:

Instituto Brasileiro de História da Medicina, para a comemoração do centenário de Osvaldo Cruz — 20.000.

Leia-se:

Instituto Brasileiro de História da Medicina, para a comemoração do cinquentenário da morte de Osvaldo Cruz — 20.000.

Onde se lê:

Hospital República da Croácia — Sepetiba — 3.000.

Leia-se:

Casa de Saúde República da Croácia — Sepetiba — 3.000.

Goias

Onde se lê:

Legionário do Bem Estar Social, para a maternidade — Goiânia — 20.000.

Leia-se:

Fundação Legionárias do Bem Estar Social — Goiânia — 20.000.

Minas Gerais

Onde se lê:

Hospital da Conferência São Vicente de Paulo — Itanhomi — 3.000.

Hospital São Vicente de Paulo, de Itanhomi — 9.000.

Leia-se:

Hospital São Vicente de Paulo (da Conferência São Vicente de Paulo) — Itanhomi — 12.000.

Onde se lê:

Hospital do Instituto de Pesquisas Médico-Cirúrgicas de Minas Gerais — Belo Horizonte — 40.000.

Leia-se:

Instituto de Pesquisas Médico-Cirúrgicas de Minas Gerais — Belo Horizonte — 40.000.

Minas Gerais

Onde se lê:

Santa Casa de Misericórdia de Oliveira — 22.500.

Leia-se:

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Oliveira — 22.500.

Onde se lê:

Santa Casa de Misericórdia de Paracatu — 3.200.

Leia-se:

Santa Casa de Caridade de Paracatu — 3.200.

Onde se lê:

Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé — 5.000.

Leia-se:

Irmandade de Misericórdia (Santa Casa), Guaxupé — 5.000.

Onde se lê:

Hospital Nossa Senhora do Carmo — Resplendor — 27.000.

Leia-se:

Sociedade São Vicente de Paulo, mantenedora do Hospital Nossa Senhora do Carmo — Resplendor — .. 27.000.

Onde se lê:

Hospital Cônego Monterase — Baependi — 5.000.

Leia-se:

Santa Casa de Misericórdia de Baependi — 5.000.

Onde se lê:

Hospital São Vicente de Paulo, de São Tiago — 5.000.

Leia-se:

Hospital de São Vicente de Paulo de São Tiago — São Tiago — 5.000.

Onde se lê:

Santa Casa de Caridade, de Caxambu — 2.000.

Leia-se:

Casa de Caridade de São Vicente de Paulo — Caxambu — 2.000.

Paraíba

João Pessoa

Onde se lê:

Hospital Elísio de Souza — João Pessoa — 25.000.

Leia-se:

Fundação do Hospital Elísio de Souza das Sociedades Benéficas Associadas da Paraíba — João Pessoa — 25.000.

Onde se lê:

Maternidade da Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Velhice de Teixeira — 41.000.

Leia-se:

Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Velhice de Teixeira — 41.000.

Paraná

Onde se lê:

Santa Casa São Vicente de Paulo — Terra Boa — 7.000.

Santa Casa de Misericórdia de Terra Boa — 15.000.

Leia-se:

Santa Casa São Vicente de Paulo — Terra Boa — 22.000.

Onde se lê:

Hospital N. S. Milagres — Antônio Olinto — 3.000.

Leia-se:

Irmandade do Hospital N. S. Milagrosa de Antônio Olinto — 3.000.

Onde se lê:

Irmandade Santa Casa de Misericórdia, de Uraí — 4.000.

Leia-se:

Irmandade da Santa Casa de Uraí — 4.000.

Onde se lê:

Sociedade Hospitalar Benéfica de Bandeirantes — Bandeirantes — ... 27.000.

Leia-se:

Sociedade Hospitalar Benéfica de Bandeirantes — Bandeirantes — 27.000.

Rio de Janeiro

Onde se lê:

Centro de Assistência Santa Justina — Mangaratiba — 4.000.

Leia-se:

Centro de Obras Assistenciais Santa Justina — Mangaratiba — 4.000.

Onde se lê:

Conferência São José do Avaí (Hospital Regional) — Itaperuna — 37.000.

Leia-se:

Hospital São José do Avaí (da Conferência de São José do Avaí, da Sociedade São Vicente de Paulo — Itaperuna — 37.000.

Rio Grande do Sul

Onde se lê:

Hospital Benéfica São Carlos — Farroupilha — 6.000.

Leia-se:

Hospital São Carlos — Farroupilha — 6.000.

Onde se lê:

Hospital de Caridade de Cangussu — Júlio Limeira — Cangussu — 20.000.

Leia-se:

Hospital de Caridade (Coronel Júlio Limeira) — Cangussu — 20.000.

Onde se lê:

Sociedade Hospital de Caridade São José — Pôrto Lucena — 4.000.

Leia-se:

Sociedade Hospital São José — Pôrto Lucena — 4.000.

Onde se lê:

Associação Espírita Hospitalar Dr. Guaíba Rache — Rio Grande — 16.000.

Hospital Espírita Dr. Guaíba Rache — Rio Grande — 10.000

Leia-se:

Associação Espírita do Hospital Dr. Guaíba Rache — Rio Grande — 26.000

Onde se lê:

Hospital Santo Antônio — Pôrto Alegre — 40.000.

Hospital da Criança Santo Antônio, da Santa Casa de Misericórdia de Pôrto Alegre — 6.000.

Leia-se:

Hospital da Criança Santo Antônio, da Santa Casa de Misericórdia — Pôrto Alegre — 46.000.

Onde se lê:

Hospital São Roque — Faxinal do Soturno — 20.000.

Hospital de Caridade São Roque — Faxinal do Soturno — 6.000.

Leia-se:

Hospital de Caridade São Roque — Faxinal do Soturno — 26.000.

Onde se lê:

Hospital de Osório, da Sociedade Beneficente São Francisco de Paula — Osório — 10.000.

Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo — Osório — 16.000.

Leia-se:

Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo mantenedora do Hospital São Vicente de Paulo — Osório — 26.000.

Onde se lê:

Hospital de Caridade São José — Taquari — 34.000.

Sociedade Educação e Caridade, mantenedora do Hospital de Caridade São José — Taquari — 5.000.

Leia-se:

Hospital de Caridade São José — Taquari — 39.000.

Onde se lê:

Hospital de Caridade de Alecrim — Alecrim — 2.000

Sociedade Hospital de Caridade — Alecrim — 3.000.

Leia-se:

Hospital de Caridade de Alecrim — Alecrim — 5.000.

Rio Grande do Sul

Onde se lê:

Hospital Beneficente N. S. Aparecida — Muçum — 10.000.

Hospital N. S. Aparecida — Muçum — 6.000.

Leia-se:

Hospital Beneficente Nossa Senhora Aparecida — Muçum — 16.000.
Santa Catarina

Onde se lê:

Hospital e Maternidade Samaria — Rio do Sul — 18.000.

Leia-se:

Comunidade Evangélica de Rio do Sul, mantenedora do Hospital e Maternidade Samaria — Rio do Sul — 18.000.

Santa Catarina

Onde se lê:

Hospital de Caridade da Irmandade de Senhor Jesus dos Passos — Florianópolis — 39.000.

Leia-se:

Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Hospital de Caridade de Florianópolis — Florianópolis — 39.000.

Onde se lê:

Hospital Frei Rogério — Curitiba — 5.000.

Leia-se:

Sociedade Beneficente Frei Rogério — Curitiba — 5.000.

Onde se lê:

Hospital Frei Rogério — Anita Garibaldi — 2.000.

Leia-se:

Hospital Frei Rogério de Lajes (Se-
diado em Anita Garibaldi) — 2.000.

Onde se lê:

Hospital Nossa Senhora dos Praze-
res — Lajes — 50.000.

Leia-se:

Hospital de Caridade, também co-
nhecido por Hospital Nossa Senhora
dos Prazeres de Lajes — Lajes —
50.000.

Onde se lê:

Hospital Nossa Senhora Imaculada
Conceição — Nova Trento — 29.000.

Leia-se:

Hospital Nossa Senhora da Ima-
culada Conceição — Nova Trento —
29.000.

Onde se lê:

Hospital São José — Bocaina — La-
jes — 5.000.

Leia-se:

Ação Social Beneficente da Diocese
de Lajes — Lajes (Para o Hospital
São José de Bocaina — Lajes) — ..
5.000.

Onde se lê:

Maternidade de Asilo Irmãos Joa-
quim — Florianópolis — 3.000.

Leia-se:

Associação Irmão Joaquim, mante-
nedora da Maternidade de Florianó-
polis e do Asilo de Mendicidade Ir-
mão Joaquim — Florianópolis — ..
3.000.

Onde se lê:

Sociedade Beneficente São Vicente
de Paulo, mantenedora do Hospital
São Braz, de Porto União — 4.000.

Leia-se:

Sociedade Beneficente São Vicente
de Paula, mantenedora do Hospital
São Braz — Porto União — 4.000.

São Paulo

Onde se lê:

Santa Casa de Misericórdia — Mon-
te Alto — 18.000.

Leia-se:

Irmandade de Misericórdia — Mon-
te Alto — 18.000.

Onde se lê:

Sanatório Ismael Guerino Brunelli
Amparo — 8.000.

Leia-se:

Sanatório Ismael — Amparo — ..
8.000.

Onde se lê:

Hospital da Casa de Saúde Liber-
dade — São Paulo — 9.000.

Leia-se:

União Sul-Brasileira da Igreja Ad-
ventista do Sétimo Dia — para assis-
tência hospitalar — 9.000.

Onde se lê:

Sanatório Cândido Ferreira — Cam-
pinas — 4.000.

Leia-se:

Sanatório Dr. Cândido Ferreira —
Campinas — 4.000.

Onde se lê:

Associação Cruzeiro para o Sana-
tório Infantil de Paralisia Cerebral
Recuperável — Indianópolis — 3.000.

Leia-se:

Associação Cruz Verde — Pró Sa-
natório Infantil de Paralisia Cerebral
Irrecuperável — Indianópolis — 3.000.

Onde se lê:

Hospital de Caridade Anita Costa —
Santo Anastácio — 2.000.

Leia-se:

Hospital Anita Costa — Santa Casa
de Misericórdia — Santo Anastácio —
2.000.

Onde se lê:

Hospital de Caridade de Rancharia
— Rancharia — 3.000.

Leia-se:

Santa Casa de Misericórdia de Ran-
charia (Hospital e Maternidade) —
Rancharia — 3.000.

Onde se lê:

Hospital e Maternidade Santa Iza-
bel — Santa Casa de Misericórdia —
Jaboticabal — 2.000.

Leia-se:

Hospital Santa Izabel — Jaboticalbal — 2.000.

Onde se lê:

Hospital São Francisco, de Americana — 5.000.

Leia-se:

Irmandade de Misericórdia, mantenedora do Hospital São Francisco — Americana — 5.000.

Onde se lê:

Irmandade de Misericórdia de Porto Ferreira — Hospital Dona Balbina — Porto Ferreira — 3.000.

Leia-se:

Hospital Dona Balbina da Irmandade de Misericórdia de Porto Ferreira — Porto Ferreira — 3.000.

Onde se lê:

Santa Casa de Misericórdia — Santa Rita do Passa Quatro — 5.000.

Leia-se:

Santa Casa de Misericórdia de Santa Rita — Santa Rita do Passa Quatro — 5.000.

ADENDO "F" — SERVIÇO NACIONAL DE TUBERCULOSE

05) Bahia

Onde se lê:

Instituto Brasileiro de Investigação de Tuberculose (IBIT) — 30.000.

Leia-se:

Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose — 30.000.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Antonio Delfim Netto

Raymundo Bruno Marussig

Tarso Dutra

Leonel Miranda

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

LEI Nº 5.562 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1968

Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e revoga as Leis nºs 4.066, de 28 de maio de 1962 e 5.472, de 9 de julho de 1968, que dispõem sobre a validade de pedido de demissão ou recibo de quitação contratual, firmado por empregado.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho fica acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 1º O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão de contrato de trabalho firmado por empregado com mais de 90 (noventa) dias de serviço só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social ou da Justiça do Trabalho.

§ 2º No termo de rescisão, ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, deve ser especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válida a quitação, apenas, relativamente às mesmas parcelas.

§ 3º Quando não existir na localidade nenhum dos órgãos previstos neste artigo, a assistência será prestada pelo Representante do Ministério Público ou, onde houver, pelo Defensor Público e, na falta ou impedimento destes, pelo Juiz de Paz.”

Art. 2º O art. 510 da Consolidação das Leis do Trabalho, alterado pelo artigo 13 do Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 510 — Pela infração das proibições constantes deste Título, será imposta à empresa a multa de valor igual a 1 (um) salário-mínimo regional, elevada ao dobro, no caso de reincidência.

cia, sem prejuízo das demais cominações legais."

Art. 3º — ... VETADO ...

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, bem como o art. 500 da Consolidação das Leis do Trabalho, e

as Leis nºs. 4.066, de 28 de maio de 1962, e 5.472, de 9 de julho de 1968.

Brasília, 12 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.563 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

Retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1967

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica retificada sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1967, na forma abaixo:

4.05.00 — Ministério da Agricultura

4.05.10 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)

Adendo "A" — Subvenções Ordinárias

Santa Catarina

Onde se lê:

Associações Rurais do Estado de Santa Catarina 500

Leia-se:

Federação de Agricultura de Santa Catarina 500

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura

4.06.05 — Conselho Nacional do Serviço Social

Adendo "B" — Subvenções Ordinárias

Ceará

Canindé

Onde se lê:

Associação Hospitalar São Francisco de Canindé 5.000

Leia-se:

Sociedade Hospitalar São Francisco de Canindé 5.000

Amazonas

Carauari

Onde se lê:

Prelazia de Carauari 2.000

Leia-se:

Obras Educacionais dos Padres do Espírito Santo, em Carauari 2.000

Manaus

Onde se lê:

Prelazia de São Raimundo 500

Leia-se:

Paróquia de São Raimundo 500

São Paulo

Santos

Onde se lê:

Instituto Psicopedagógico Especializado, Ipê ... 1.000

Leia-se:

Instituto Psiquiátrico Psicopedagógico Especializado, Ipê 1.000

Adendo "C" — Subvenções Extraordinárias

São Paulo

Santos

Onde se lê:

Instituto Psicopedagógico Especializado, Ipê 2.000

Leia-se:

Instituto Psiquiátrico Psicopedagógico Especializado, Ipê 2.000

Santa Catarina

Rio do Sul

Onde se lê:

Hospital e Maternidade Samaria 1.000

Leia-se:

Comunidade Evangélica de Rio do Sul, mantenedora do Hospital e Maternidade Samaria 1.000

4.14.00 — Ministério da Saúde

4.14.11 — Departamento Nacional de Saúde

Adendo "C"

Santa Catarina

Onde se lê:

Ambulatório Adventista de Lageado — Baixo Guabiruba 3.000

Leia-se:

Ambulatório Adventista Dr. Siegfried Hoffmann — Lageado 3.000

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 30º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Leonel Miranda
Helo Beltrão

LEI Nº 5.564 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1968

Provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A orientação educacional se destina a assistir ao educando, in-

dividualmente ou em grupo, no âmbito das escolas e sistemas escolares de nível médio e primário visando ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas.

Art. 2º A orientação educacional será atribuição exclusiva dos profissionais de que trata a presente Lei.

Art. 3º. A formação de orientador educacional obedecerá ao disposto nos arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e aos outros diplomas legais vigentes.

Art. 4º. Os diplomas de orientador educacional serão registrados em órgão próprio do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5º. Constituem atribuições do orientador educacional além do aconselhamento dos alunos e outras que lhe são peculiares, lecionar as disciplinas das áreas da orientação educacional.

Art. 6º. As disposições desta Lei serão regulamentadas pelo Poder Executivo, inclusive para definição do código de ética dos orientadores educacionais.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1968;
147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

INDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

VOL. VII — 1968

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

A

ACÓRDO — Aplicação de Salvaguardas Brasil-Estados Unidos da América e Agência Internacional de Energia Atômica. (Decreto Legislativo nº 44, de 15-10-68).

— Brasil-Bolívia — Demarcação de limites. (Decreto Legislativo nº 53, de 30-11-68).

— Brasil-Índia — Comércio — Aprovação. (Decreto Legislativo nº 42, de 2-10-68).

ACRE — Funcionários — Retorno aos serviços da União. (Lei nº 5.506, de 8-10-68).

ADVOGADOS — Alteração da Lei nº 2.180, de 5-2-54. (Decreto-lei nº 383, de 26-12-68).

AGÊNCIA NACIONAL — Crédito especial. (Decreto-lei nº 394, de 30 de dezembro de 1968).

AMAPÁ — Crédito especial. (Decreto-lei nº 375, de 20-12-68).

AMAZONAS — Empréstimo. (Decreto-lei nº 381, de 26-12-68).

APOSENTADORIA ESPECIAL — Restabelecimento de categorias profissionais. (Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968).

ARQUIVAMENTO — Processos judiciais contra a União — Revogação do Decreto Legislativo nº 8, de 13 de abril de 1967. (Decreto-lei número 382, de 26-12-68).

ATO COMPLEMENTAR Nº 38, de 13 de dezembro de 1968.

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

AUMENTO DE VENCIMENTOS — Servidores Cíveis e Militares da União. (Lei nº 5.552, de 4-12-68).

B

BOLSA DE ESTUDO — Filhos de ex-combatente — Curso médio. (Lei nº 5.507, de 10-10-68).

C

CAMPANHA NACIONAL CONTRA A LEPRO — Regência. (Lei nº 5.511, de 15-10-68).

CARLOS GOMES — Direitos autorais. (Lei nº 5.558, de 11-12-68).

CENSURA — Criação do Conselho. (Lei nº 5.356, de 21-11-68).

CINEMA — Aprovação de convênio de co-produção. (Decreto Legislativo nº 39, de 1-10-68).

COBRANÇA JUDICIAL — Dívida ativa da Fazenda Nacional. (Lei nº 5.554, de 6-12-68).

CÓDIGO PENAL — Alteração do artigo 281. (Decreto-lei nº 385, de 26-12-68).

COMÉRCIO — Acordo Brasil-Índia. (Decreto Legislativo nº 42, de 2 de outubro de 1968).

Utilização dos serviços de despachantes. (Decreto-lei nº 366, de 19-12-68).

COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES — Enriquecimento ilícito. (Decreto-lei nº 359, de 17 de dezembro de 1968).

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA — Crédito Suplementar. (Lei nº 5.521, de 4-11-68).

COMPANHIA DE TELEFONES DE BRASÍLIA (COTELB) — Crédito especial. (Lei nº 5.505, de 4 de outubro de 1968).

CONSELHO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES — Restabelecimento de representações — Alteração da Lei nº 4.117, de 27-8-62. (Lei nº 5.535, de 20-11-68).

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA — Médicos Militares — Inscrição. (Lei nº 5.526, de 5-11-68).

CONSELHO SUPERIOR DE CENSURA — Criação. (Lei nº 5.356, de 21-11-68).

COORDENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE BRASÍLIA — Banco Nacional de Habitação — Obrigações do Tesouro. (Decreto-lei número 391, de 30-12-68).

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO — Alteração. (Lei número 5.562, de 12-12-68).

CONTAGEM DE TEMPO — Funcionários exonerados. (Decreto-lei número 367, de 19-12-68).

CONSTRUÇÃO — FORTIFICAÇÕES COSTEIRAS DO EXÉRCITO — Consertos, reforma, acréscimo e reconstruções de imóveis. (Lei número 5.513, de 17-10-68).

CONVENÇÃO — Direito do Mar. (Decreto Legislativo nº 44, de 15 de outubro de 1968).

CONVENIO DE CO-PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA — Aprovação. (Decreto Legislativo nº 39, de 1 de outubro de 1968).

CREDITO TRIBUTARIO — Revisão. (Lei nº 5.514, de 23-10-68).

CRÉDITOS ADICIONAIS — Equilíbrio orçamentário da União. (Decreto-lei nº 358, de 20-11-68).

CRUZEIRO NOVO — Prorrogação de Prazo — Obrigações do Tesouro — Correção Monetária. (Decreto Legislativo nº 51, de 26-11-68).

D

DEBITOS SALARIAIS — Efeitos. (Decreto-lei nº 368, de 19-12-68).

DEPARTAMENTO DE TURISMO E RECREAÇÃO — Retificação da Lei nº 5.548, de 2-12-68. (Decreto-lei nº 390, de 27-12-68).

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADA DE RODAGEM — Obrigações Reajustáveis do Tesouro. (Lei nº 5.510, de 15-10-68).

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO NORDESTE — Plano Diretor. Quarta Etapa. (Lei nº 5.508, de 11-10-68).

DESENVOLVIMENTO NACIONAL — Obrigação do Tesouro Nacional. (Decreto-lei nº 370, de 20-12-68).

DESPACHANTES — Utilização dos Serviços. (Decreto-lei nº 366, de 19-12-68).

DIA DO MUNICÍPIO — Instituição. (Lei nº 5.516, de 23-10-68).

DIREITOS POLÍTICOS — Suspensão — Cassação de mandatos. (Ato Complementar nº 39, de 20-12-68).

DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO — Crédito especial. (Decreto-lei nº 364, de 19-12-68).

DIRETORIA DO ENSINO SUPERIOR — Crédito especial. (Decreto-lei nº 395, de 30-12-68).

DIREITOS AUTORAIS — Carlos Gomes. (Lei nº 5.558, de 11-12-68).

DISTRITO FEDERAL — Orçamento de 1969. (Lei nº 5.548, de 2 de dezembro de 1968).

DOCUMENTOS — Identificação Pessoal — Apresentação e uso. (Lei nº 5.553, de 6-12-68).

DOMINIUM — Intervenção — Aprovação do Decreto-lei nº 354, de 1 de agosto de 1968. (Decreto Legislativo nº 40, de 1-10-68).

E

ELEIÇÕES — Inscrição eleitoral — Feita até o dia 7-8-1970 — Isenta de multa ou penalidade. (Lei número 5.515, de 23-10-68).

ELETROBRAS — Alteração da Lei nº 4.908, de 17-12-65, art. 3º. (Lei nº 5.504, de 4-10-68).

EMPRÉSTIMO — Amazonas. (Decreto-lei nº 381, de 26-12-68).

— Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Lei nº 5.549, de 3-12-68).

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO — Investigação Sumária. (Ato Complementar nº 39, de 20-12-68).

— Comissão Geral de Investigações. (Decreto-lei nº 359, de 17-12-68).

ENSINO — Bólsa de estudo ex-combatente — Curso médio. (Lei número 5.507, de 10-10-68).

— Orientador educacional — Profissão. (Lei nº 5.564, de 21-12-68).

— Estabelecimentos — Crédito especial. (Decreto-lei nº 360, de 17 de dezembro de 1968).

ENSINO SUPERIOR — Incremento de matrículas. (Decreto-lei número 405, de 31-12-68).

— Organização e funcionamento e articulação com a escola média. (Lei nº 5.540, de 28-11-68).

ENERGIA ELÉTRICA — Ceron — Constituição. (Lei nº 5.523, de 4 de novembro de 1968).

ESCOLA DE ENGENHARIA DE UBERLÂNDIA — Nova denominação. (Decreto-lei nº 379, de 23 de dezembro de 1968).

ESPAÇO CÔSMICO — Tratado — Exploração e Uso. (Decreto Legislativo nº 41, de 2-10-68).

ESTRADA DE RODAGEM — Criação de taxa rodoviária Federal. (Decreto-lei nº 397, de 30-12-68).

EX-COMBATENTE — Prioridade para matrícula nos estabelecimentos de ensino — Curso médio. (Lei nº 5.507, de 10-10-68).

EXERCÍCIO FINANCEIRO DA UNIÃO — Receita e despesa de 1969. (Lei nº 5.546, de 29-11-68).

— Receita e despesa — Retificação — 1968. (Lei nº 5.563, de 13 de dezembro de 1968).

F

FARMÁCIAS — Venda de livros. (Decreto-lei nº 377, de 23-12-68).

FAZENDA PÚBLICA — Dívida Ativa — Cobrança Judicial. (Lei nº 5.554, de 6-12-68).

FERNANDO DE NORONHA — Crédito Suplementar. (Decreto-lei número 363, de 19-12-68).

FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS — Importação — Alteração do Decreto-lei nº 63, de 21-11-68. (Decreto-lei nº 399, de 30-12-68).

FUNCIONÁRIO — Exterior — Alteração da Lei nº 5.552, de 4-12-68 — Art. 1º. (Decreto-lei nº 392, de 30-12-68).

— Magistrados — Reajuste de vencimentos — Alteração da Lei número 5.552, de 4-12-68 (Decreto-lei nº 409, de 31-12-68).

— Acre — Retorno aos serviços da União. (Lei nº 5.506, de 8-10-68).

— Cíveis e Militares da União — Reajustamento de vencimentos. (Lei nº 5.552, de 4-12-68).

FUNDO DE MARINHA MERCANTE — Alteração — Lei nº 3.381, de 24-4-58 — Art. 8º. (Decreto-lei número 362, de 18-12-68).

FUNDO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO — Incentivos Fiscais. (Lei nº 5.531, de 13-11-68).

I

ICM — Municípios — Entrega de Parcelas. (Decreto-lei nº 380, de 23-12-68).

— Direito financeiro — Normas Gerais. (Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968).

— Alíquotas máximas. (Decreto-lei nº 407, de 31-12-68).

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL — Apresentação e uso de documentos. (Lei nº 5.553, de 6-12-68).

IMPORTAÇÃO — Isenção de Impostos — Igreja Presbiteriana de São José dos Campos. (Decreto-lei número 387, de 26-12-68).

— Fiscalização de mercadorias — Alteração do Decreto-lei nº 63, de 21-11-68. (Decreto-lei nº 399, de 30-12-68).

— Radioamador — Equipamentos — Isenção. (Lei nº 5.560, de 12 de dezembro de 1968).

IMPORTAÇÃO DE BENS — Revigoração de prazo previsto no item IX, alínea b do art. 1º da Lei nº 4.622, de 3-5-65. Lei nº 5.541, de 28-11-68).

IMPOSTO DE RENDA — Alterações. (Decreto-lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968).

— Títulos de renda fixa. (Decreto-lei nº 403, de 30-12-68).

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS — Alterações — Art. 5º, 83 e 87 da Lei nº 4.864, de 29-11-65 — Art. 31. (Decreto-lei nº 400, de 30-12-68).

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS — Direito financeiro — Normas Gerais. (Decreto-lei nº 406, de 31-12-68).

INCENTIVOS — Educação. (Lei número 5.531, de 13-11-68).

INSALUBRIDADE — Perícia Técnica. (Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968).

— Restabelecimento de categorias profissionais. (Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968).

ISENÇÃO DE MULTA OU PENALIDADE — As inscrições eleitorais até o dia 7-8-970. (Lei nº 5.515, de 23-10-68).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Informações Estatísticas. (Lei número 5.534, de 14-11-68).

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ — Doação — Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas. (Lei nº 5.533, de 14-11-68).

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO — Pesquisas — INDEP — Criação. (Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968).

INVALIDOS — Salário-família — Velhice. (Lei nº 5.559, de 11 de dezembro de 1968).

J

JUSTIÇA — Vencimentos básicos. (Decreto-lei nº 376, de 20 de dezembro de 1968).

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL — Reajustamento de vencimentos. (Decreto-lei nº 373, de 20 de dezembro de 1968).

JUSTIÇA DO TRABALHO — 8ª REGIÃO — Criação de cargos de Juiz — Belém. (Decreto-lei nº 388, de 26-12-68).

— Tribunal Regional do Trabalho — Retificação de detalhamento. (Decreto-lei nº 402, de 30-12-68).

JUSTIÇA FEDERAL — Criação de Novas Seções — Santos. (Decreto-lei nº 384, de 26-12-68).

— Crédito especial. (Decreto-lei número 404, de 30-12-68).

L

LETRAS DO TESOUREIRO — Série D — (Decreto Legislativo nº 53, de 27 de novembro de 1968).

LIMITES — Brasil-Bolívia — Acôrd. (Decreto Legislativo nº 53, de 30-11-68).

LIVROS — Venda nas farmácias. (Decreto-lei nº 377, de 23 de dezembro de 1968).

LLOYD BRASILEIRO — Operação de crédito. (Decreto-lei nº 372, de 20-12-68).

LOTERIA FEDERAL — Destinação do Fundo Especial. (Lei nº 5.525, de 5-11-68).

M

MAGISTÉRIO SUPERIOR — Modificação nos dispositivos da Lei número 881-A, de 6-12-65, que dispõe sobre o Estatuto. (Lei nº 5.539, de 27-11-68).

MAGISTRADOS — Vencimentos — Reajuste — Alt. da Lei nº 5.552, de 4-12-68. (Decreto-lei nº 409, de 31-12-68).

MANDATOS — Cassação. (Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968).

MARINHA DE GUERRA — Força Ativa — Alteração da Lei nº 2.391, de 1955 — Art. 3º. (Lei nº 5.518, de 29-19-68).

— Constituição dos Quadros de Oficiais. (Lei nº 5.520, de 31 de outubro de 1968).

MARINHA MERCANTE — Fundo e Taxa de Renovação — Alteração — Lei nº 3.381, de 24-4-58 — Art. 8º. (Decreto-lei nº 362, de 18 de dezembro de 1968).

MÉDICO MILITAR — Inscrição no Conselho Regional de Medicina. (Lei nº 5.526, de 5-11-68).

MÉDICO VETERINÁRIO — Criação de Conselhos — Disposição sobre o exercício da profissão. (Lei número 5.517, de 23-10-68).

MERCADORIA SUPERFLUA — Alteração de alíquota. (Decreto-lei nº 398, de 30-12-68).

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA — Crédito Suplementar. (Lei número 5.556, de 6-12-68).

MINISTÉRIO DA FAZENDA — Crédito especial — Municípios, situados nos Territórios Federais. (Lei nº 5.545, de 29-11-68).

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO — Crédito especial. (Decreto-lei número 371, de 20-12-68).

— Criação de cargos. (Lei nº 5.503, de 1-10-68).

MINISTÉRIO DO INTERIOR — Crédito Especial. (Lei nº 5.519, de 30-10-68).

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — Crédito Especial — Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT). (Lei número 5.542, de 28-11-68).

— Crédito especial para o Grupo Executivo de Integração da Política de Transporte (GEIPOT). (Lei nº 5.544, de 20-11-68).

MINISTÉRIO PÚBLICO — Vencimentos — Reajuste — Alteração da Lei nº 5.552, de 4-12-68. (Decreto-lei nº 409, de 31 de dezembro de 1968).

MUNICÍPIOS — ICM — Entrega de Parcelas. (Decreto-lei nº 380, de 23-12-68).

N

NORDESTE — Quarta Etapa do Plano Diretor do Desenvolvimento. (Lei nº 5.508, de 11-10-68).

O

OBRIGAÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL — Crédito Especial — Desenvolvimento. (Decreto-lei número 370, de 20-12-68).

— Banco Nacional de Habitação — Codebrás. (Decreto-lei nº 391, de 30-12-68).

— DNER. (Lei nº 5.510, de 15 de outubro de 1968).

ORÇAMENTO — Conta "Emprêgo e Salário" — Alteração. (Decreto-lei nº 365, de 19-12-68).

ORÇAMENTO DA UNIÃO — Créditos adicionais. (Decreto-lei número 358, de 20-11-68).

— Alteração. (Decreto-lei nº 408, de 31-12-68).

— Retificação da Lei nº 5.733, de 6 de dezembro de 1967. (Lei número 5.561, de 12-12-68).

ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL — Exercício de 1969. (Lei nº 5.548, de 2-12-68).

ORIENTADOR EDUCACIONAL — Exercício da profissão. (Lei número 5.564, de 21-12-68).

P

PENSÃO — Concessão — Viúva ex-sargento João Machado da Silveira. (Decreto nº 49, de 12 de novembro de 1968).

— Concessão — Viúva de Walter Geraldo de Azevedo Athayde. (Lei nº 5.509, de 15-10-68).

— Viúva de Aggeu de Godoy Magalhães. (Lei nº 5.522, de 4 de novembro de 1968).

— Viúva Hilda Anna Therezia Wolf. (Lei nº 5.547, de 29-11-68).

PENSÃO ESPECIAL — Celso Antônio de Meneses. (Lei nº 5.555, de 6-12-68).

PERICULOSIDADE — Perícia Técnica. (Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968).

— Restabelecimento de categorias profissionais. (Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968).

PETROBRAS — Aprovação das contas gerais do exercício de 1964. Decreto Legislativo nº 44, de 29 de outubro de 1968).

PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL — Crédito Especial. (Lei nº 5.551, de 4-12-68).

PONTE RIO — NITERÓI — Autorização para a construção. (Lei nº 5.512, de 17-10-68).

PREMIOS LITERÁRIOS — Alteração nos artigos 6º e 7º — Lei número 5.353, de 8-11-68. (Lei número 5.543, de 29-11-68).

PROCESSOS JUDICIAIS — União — Arquivamento — Revogação do Decreto Legislativo nº 8, de 13 de abril de 1967. (Decreto-lei nº 382, de 26-12-68).

PROJETO RONDON — Crédito Especial. (Decreto-lei nº 393, de 30 de dezembro de 1968).

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL — Equipamento Hospitalar. (Decreto-lei nº 374, de 20 de dezembro de 1968).

PRESTAÇÕES — Loteamento de terrenos — Alteração do art. 1º do Decreto-lei nº 58, de 10-12-67. (Lei nº 5.532, de 14-11-68).

Q

QUÍMICOS — Exercício da profissão. (Lei nº 5.530, de 13 de novembro de 1968).

R

RADIODIFUSÃO — Importação — Equipamentos — Radioamador — Isenção. (Lei nº 5.560, de 12 de dezembro de 1968).

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL (VIII) — Realização. (Decreto-lei nº 369, de 19-12-68).

RONDÔNIA — Crédito especial. (Decreto-lei nº 361, de 17 de dezembro de 1968).

S

SALÁRIO — Débitos pelas empresas — Efeitos. (Decreto-lei nº 268, de 19-12-68).

SALÁRIO FAMÍLIA — Filhos inválidos — Velhice. (Lei nº 5.559, de 11-12-68).

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL — Reajustamento de vencimentos. (Decreto-lei nº 373, de 20-12-68).

SÉLO POSTAL — Sociedade Bíblica do Brasil. (Lei nº 5.557, de 9 de dezembro de 1968).

SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL — Sélo Postal. (Lei nº 5.557, de 9-12-68).

SUPERINTENDÊNCIA DA EXPOSIÇÃO MUNDIAL — Comemorativa

de 1972 (EXPO-72). Criação. (Decreto-lei nº 386, de 26-12-68).

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE — Crédito Suplementar. (Lei nº 5.529, de 13 de novembro de 1968).

T

TARIFA DAS ALFANDEGAS — Mercadoria supérflua — Alteração de alíquota. (Decreto-lei nº 398, de 30-12-68).

TAXA DE RENOVAÇÃO DA MARI-NHA MERCANTE — Alteração — Lei nº 3.381, de 24-4-58 — Art. 8º. (Decreto-lei nº 362, de 18 de dezembro de 1968).

TAXA RODOVIÁRIA FEDERAL — Criação — Conservação de estradas de rodagem. (Decreto-lei número nº 397, de 30-12-68).

TÉCNICO INDUSTRIAL — Nível médio — Exercício da profissão. (Lei nº 5.524, de 5-11-68).

TEMPO DE SERVIÇO — Funcionários exonerados. (Decreto-lei número 367, de 19-12-68).

TERRENOS — Loteamento — Pagamento em prestações — Alteração do Art. 1º do Decreto-lei número 58, de 10-12-1967. (Lei número 5.532, de 14-11-68).

TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA — Prorrogação de prazo. (Decreto-lei nº 396, de 30-12-68).

TRATADO DE MONTEVIDÉU — Protocolo assinado em Assunção. (Decreto Legislativo nº 48, de 12 de novembro de 1968).

TRATADO DOS PRINCÍPIOS REGULADORES DAS ATIVIDADES DOS ESTADOS NA EXPLORAÇÃO E USO DO ESPAÇO CÔSMICO — Aprovação. (Decreto Legislativo nº 41, de 2-10-68).

TRIBUNAL DE CONTAS — Vencimentos básicos. (Decreto-lei número 376, de 20-12-68).

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL — Serviços Auxiliares — Quadro do Pessoal. (Decreto-lei nº 378, de 23 de dezembro de 1968).

— Organização. (Lei nº 5.538, de 22 de novembro de 1968).

TRIBUNAL MARÍTIMO — Alteração da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954. (Decreto-lei número 363, de 26-12-68).

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO — Retificação do detalhamento. (Decreto nº 402, de 30 de dezembro de 1968).

U

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ — Autorização para funcionar. Teresina. (Lei nº 5.528, de 12.11.68).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO — Contratação de empréstimo com o Grupo Financiador norte-americano. (Lei número 5.549, de 3-12-68).

V

VELHICE — Filhos inválidos — Salário-família. (Lei nº 5.559, de 11 de dezembro de 1968).

VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — Autorização para ausentar-se do País. (Decreto Legislativo nº 50, de 22-11-68).

Z

ZOOTECNISTA — Exercício da profissão. (Lei nº 5.550, de 3 de dezembro de 1968).

ZONA FRANCA DE MANAUS — Armas, Munições — Aprovação do Decreto-lei nº 355, de 1968. (Decreto Legislativo nº 43, de 3 de outubro de 1968).

— Aprovação do Decreto-lei nº 356, de 15-8-68. (Decreto Legislativo nº 46, de 15-10-68).

— Decreto-lei nº 355, de 6-8-68. — Armas e Munições — Aprovação do texto. (Decreto Legislativo número 43, de 3-10-68).